



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EUZEBIO JORGE SILVEIRA DE SOUSA

**Inserção dos jovens no mercado de trabalho,
subdesenvolvimento e as mudanças estruturais**

**Campinas
2020**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EUZEBIO JORGE SILVEIRA DE SOUSA

**Inserção dos jovens no mercado de trabalho,
subdesenvolvimento e as mudanças estruturais**

Prof. Dr. Marcio Pochmann – Orientador

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni - Coorientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO EUZEBIO JORGE SILVEIRA DE
SOUSA, ORIENTADO PELO PROF. DR.
MARCIO POCHMANN.**

**Campinas
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

So85i Sousa, Euzebio Jorge Silveira, 1982-
Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais / Euzebio Jorge Silveira de Sousa. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Márcio Pochmann.

Coorientador: Marcelo Weishaupt Proni.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Mercado de trabalho. 2. Juventude. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Emprego precário. 5. Uberização. I. Pochmann, Márcio, 1962-. II. Proni, Marcelo Weishaupt, 1964-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Youth insertion in the labour market, underdevelopment and structural changes

Palavras-chave em inglês:

Labor
market
Youth
Economic
development
Precarious
employment
Uberization

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho **Titulação:** Doutor em Desenvolvimento

Econômico **Banca examinadora:**

Márcio Pochmann
[Orientador] Magda
Barros Biavaschi
José Dari Krein
Ladislav
Dowbor Leslie
Denise Beloque

Data de defesa: 16-10-2020

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-9518-7757>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7542620341450748>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EUZEBIO JORGE SILVEIRA DE SOUSA

**Inserção dos jovens no mercado de trabalho,
subdesenvolvimento e as mudanças estruturais**

Prof. Dr. Marcio Pochmann – Orientador

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni – Coorientador

Defendida em 16/12/2020

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Marcio Pochmann - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof^a. Dra. Magda Barros Biavaschi
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. José Dari Krein
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Ladislav Dowbor
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

**Prof^a. Dra. Leslie Denise Beloque
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

A Ata de Defesa, assinada
pelos membros da Comissão Examinadora,
consta no processo de vida acadêmica do
aluno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), especialmente ao Instituto de Economia (IE), por proporcionar um ambiente de ensino e pesquisa tão favorável ao desenvolvimento de conhecimento de fronteira e buscando democratizar o acesso à universidade. O instituto tem tido ações que possibilitam o acesso de jovens oriundos de escolas públicas e aprovou cotas raciais na pós-graduação em 2016, medidas que, certamente, ampliarão a sofisticação acadêmica desse respeitável polo do pensamento econômico latino-americano. Agradeço ao Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) por trazer para a academia os mais latentes temas e debates do mundo do trabalho, amplificando o impacto social da produção acadêmica. Agradeço ao Grupo de Trabalho sobre a Reforma Trabalhista criado no seio do CESIT, que reuniu estudantes, professores, pesquisadores e profissionais ligados à Justiça do Trabalho a fim de compreender a Reforma Trabalhista posta em curso em 2017, identificar seus impactos e traduzi-la para a população. Ainda que a sociedade brasileira não a tenha impedido, os debates que tivemos no GT exerceram grande influência nas reflexões desta tese.

Agradeço ao Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) e todos os amigos que passaram pela organização, que tem prestado valiosas contribuições sobre a juventude brasileira e as políticas públicas voltadas a esse segmento etário, especialmente nos campos de Educação, Trabalho e Desigualdade.

Agradeço ao Professor Márcio Pochmann por ter me orientado na tese, incentivando a realizar uma abordagem de classe com perspectiva histórica, e por ser, para mim, referência intelectual e política desde o começo dos anos 2000. Ao Professor Marcelo W. Proni, por contribuir na delimitação do projeto de pesquisa por meio de seu rigor metodológico e pelo aprendizado que me proporcionou no início do processo de pesquisa para esta tese e, também, por ocasião de sua orientação no Programa de Estágio Docente (PED).

Ao Professor José Dari Krein por me mostrar que a academia deve promover uma interação com os movimentos sociais, especialmente de trabalhadores. À Professora Magda Barros Biavaschi, por ser uma referência em nosso campo de pesquisa sem se esquivar de se posicionar politicamente, tendo atuado com surpreendente energia para impedir a Reforma Trabalhista de 2017. Ao Professor Paulo Baltar, por mostrar compatibilidade entre rigor teórico e paixão pelo objeto de pesquisa. À Ludmila Abílio,

pelas preciosas observações na qualificação deste trabalho. Aos nossos professores do CESIT, Denis e Carlos Salas, por pesquisarem e debaterem o tema da Economia Social e do Trabalho com rigor e diálogo com organizações sociais. À Professora de métodos, Ângela Kageyama, por criar um grupo de orientação em métodos quantitativos para auxiliar a construção do desenho de pesquisa de teses e dissertações.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que me permitiu, a despeito das dificuldades decorrentes da origem de classe e de conciliação dessa condição com árduo trabalho na FEBEM, acessar e permanecer no Ensino Superior em uma instituição de renome. Na PUC tive professores como Leslie Denise Beloque que, sensivelmente, perguntava durante as aulas em que estudávamos a fundo O Capital, o quanto conseguíamos apreender das leituras, conduzindo-nos pelas mais profundas abstrações da Economia Política. Ao Professor Jozimas Geraldo Lucas que nos propôs estudar economia priorizando a ligação do homem com a sociedade, sem sucumbir a uma racionalidade desumanizadora. E, finalmente, ao Professor Ladislau Dowbor, internacionalmente conhecido, rigoroso com sua produção, e que nunca permitiu que nos perdêssemos em um academicismo estéril e sempre pronto para apresentar uma piada que suavizasse a vida.

À Dona Miriam Vera Silveira, minha mãe, minha referência de inteligência e de força que, ao criar cinco filhos na periferia de São Paulo, me guiou à inescapável conclusão de que, em um país com insuficiência de políticas públicas e profundamente desigual como o Brasil, as mulheres são sobrecarregadas tanto com a reprodução da vida, quanto com a providência material dos lares.

Bárbara, por partilhar comigo a vida e as utopias e por ter contribuído na construção deste trabalho com sua acurada inteligência, conhecimento do tema e rigor metodológico. Leu e releu muitas de suas versões, apresentando críticas, alguns elogios e sempre dando suporte.

Olga, minha filha, por ter sempre se demonstrado absolutamente curiosa sobre meus temas de pesquisa, me fazendo perguntas instigantes e difíceis de serem respondidas e por me obrigar a querer pensar e construir um mundo diferente do que temos.

Aos meus irmãos Livia, Kiko, Sheyla e Diego, por terem me apoiado e sido compreensivos com minhas ausências durante o Doutorado. Tenho claro que o ingresso precoce no mundo do trabalho por parte de meus irmãos mais velhos na pré-adolescência foi determinante para suportar materialmente nossa família, estabelecendo uma

coparticipação de nossas trajetórias de vida, constituído por um vínculo inquebrantável de amor e cumplicidade. Tia Santamaria Nogueira Silveira, pela leitura atenta desta Tese e por todo apoio que deu à minha vida acadêmica.

Larissa, minha parceira no CEMJ por muitos anos, que deu grande ajuda para eu concluir o mestrado e ingressar no Doutorado. Anderson Oliveira, amigo há 30 anos, por ser o primeiro de nós a irromper barreiras da periferia, ingressando na PUC no curso de Geografia, evidenciando a possibilidade de acessarmos um curso superior. Amiga e colega de Mestrado na PUC-SP, Rosângela, por ter me incentivado ao ingresso no Doutorado e ter sido a mais entusiasmada com minha aprovação na UNICAMP. Agradeço ainda ao meu amigo e colega de trabalho na FEBEM, Walter, que, negro e tendo passado dos 30 anos, sonhava em ingressar no Ensino Superior para cursar Direito e sempre me perguntava: "Como é a faculdade?". Gilmar, Renato, por serem amigos e companheiros de militância de juventude, suscitando debates, questionamentos e ações concretas no extremo leste da cidade de São Paulo. Gustavo do Dieese pela ajuda na sistematização dos dados usados na Tese.

Agradeço aos meus amigos e Colegas do IE-Unicamp o Pietro (que fez de nossa casa um espaço de instigantes e fraternos debates), Durante, Carlinha, Pedrão, Gherini, Carlutas, Matheus, Tomás e Aline pelos mais agradáveis momentos de interação social, debates teóricos e políticos. Nos encontrávamos periodicamente para dialogar despretensiosamente sobre Brasil, América Latina e diferentes pensamentos econômicos, gerando uma memorável interação intelectual entre pessoas com origens e trajetórias tão distintas.

Agradeço meus professores da Escola Milton Cruzeiro em nome das Professoras Lucy, Roberto e Ruth, por terem tido papel determinante em minha formação em múltiplas dimensões. Luíza Bezerra, por me obrigar a expor minhas reflexões ao escrutínio do movimento sindical, a fim de que não se perdesse apenas na esfera acadêmica. Yanina, que ao fazer da psicanálise uma esfera de atuação política, me ajudou a identificar que parte dos dilemas que carrego dizem algo sobre nossa sociedade, e, assim, a entender de onde falo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior Brasil – CAPES. Código de Financiamento 001.

*Canto para anunciar o dia
Canto para amenizar a noite
Canto pra denunciar o açoite
Canto também contra a tirania
Canto porque numa melodia
Acendo no coração do povo
A esperança de um mundo novo
E a luta para se viver em paz!*

(João Nogueira e Paulo César Pinheiro)

*Por que talhar meu corpo
Eu não olhei Sinhá
Para que que vosmincê
Meus olhos vai furar
Eu choro em iorubá
Mas oro por Jesus
Para que que vassuncê
Me tira a luz*

(Chico Buarque de Holanda e João Bosco)

RESUMO

Nos anos 2000 o Brasil registrou um consistente crescimento econômico que, associado a implementação de políticas sociais e de emprego, proporcionaram redução da desigualdade, ampliação dos empregos formais, redução da desocupação e elevação da renda das famílias, impactando especialmente a inserção laboral dos jovens. No período também se processam mudanças no padrão de acumulação em esfera global, marcadas pela financeirização, inovações tecnológicas e organizacionais e mudanças institucionais que promovem destruição de ocupações e alterações nas trajetórias formativas e profissionais. No Brasil, a partir da crise de 2015, se verifica reversão no quadro político e econômico no país, produzindo rápida desestruturação do mercado de trabalho, processo acelerado pelas políticas liberalizantes de 2016 e reforma trabalhista de 2017. A presente tese buscou identificar se as mudanças na inserção dos jovens no mundo do trabalho no Brasil dos anos 2000 tiveram um caráter estrutural, ou se foram meramente conjunturais, e por isso, rapidamente suplantadas pela crise de 2015. O problema de pesquisa foi abordado a partir de uma perspectiva da economia política, conciliando uma análise da estrutura econômica com uma abordagem de classes. Para tanto, foram investigadas as seguintes hipóteses: os avanços econômicos e sociais dos anos 2000 não foram suficientes para romper com as deficiências do mercado de trabalho brasileiro; as mudanças na inserção dos jovens no mundo do trabalho seriam revertidas após a mudança de ciclo econômico apontando para o caráter não estrutural das mudanças no mundo do trabalho; o excedente estrutural de força de trabalho e a heterogeneidade social são elementos funcionais para o tipo de acumulação no Brasil e demandam uma inserção precoce e precária dos jovens no mundo do trabalho; e, por fim, o tipo de inserção laboral dos jovens é um indicador de tendências do mercado de trabalho como um todo. A presente pesquisa confirmou a validade das hipóteses, com exceção da segunda, uma vez que parte das mudanças na inserção dos jovens, como a redução da taxa de participação dos adolescentes, não foram revertidas nem com o aprofundamento da crise da segunda metade dos anos 2010. Concluiu-se, ademais, que o excedente estrutural e a profunda polarização do mercado de trabalho no Brasil são compatíveis com a nova economia de plataforma, modalidade de contratação que tem absorvido parcelas expressivas de jovens no início de carreira, ofertando ocupações flexíveis e precárias.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; juventude; desenvolvimento econômico; emprego precário; e uberização.

ABSTRACT

In the 2000s, Brazil registered a consistent economic growth that, associated with the implementation of social and employment policies, led to a reduction in inequality, an increase in formal jobs, a reduction in unemployment and an increase in family income, especially impacting the labour insertion of young people. The period was also marked by a global scale changes in the form of wealth accumulation, highlighted by financialization, technological and organizational innovations and institutional changes that promoted the destruction of employment and distortion in training and professional paths. In Brazil, as of the 2015 crisis, there is a shift in the political and economic situation, resulting in rapid disruption of the labour market, a process accelerated by the liberalizing policies of 2016 and labour rights reform in 2017. This thesis sought to identify whether the changes in the insertion of young people in Brazilian labour market in the 2000s, had a structural character, or were merely conjunctural, and therefore quickly absorbed by the 2015's crisis. The research problem was analysed from a political economy perspective, associated with an analysis of social classes' economic structure aspects. In order validate the hypotheses the following aspects were explored: The social and economic development of the 2000s were not enough to transpose the Brazilian labour market deficiencies; the changes in the insertion of young people in the labour market would be reversed after the shift in the economic cycle highlighting the non-structural character; the structural surplus of the workforce and social heterogeneity are functional elements for the type of wealth accumulation in Brazil and demand an early and precarious insertion of young people in the labour market; and, finally, the kind of employment young people are exposed is an indicator of trends in the labour market as a whole. The research confirmed the validity of the hypotheses, with the exception of the second, since part of the changes in the insertion of young people, such as the reduction in the participation rate of adolescents, were not reversed even with the deepening of the crisis in the second half of the years 2010. In addition, it was concluded that the structural surplus and the deep polarization of the labour market in Brazil are compatible with the new economic platform, a type of employment that has absorbed significant portions of young people at the beginning of their careers, offering flexible and precarious occupations .

KEYWORDS: Labour market; youth; economic development; Precarious employment; and uberization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa do Número de Pessoas por faixa etária em 1970 (em 1.000 pessoas)	157
Tabela 2 Estimativa das pessoas que frequentam escola, segundo sexo e cor (em 1.000 pessoas)	157
Tabela 3 - Estimativa do Número de Pessoas na PEA por faixa etária em 1970.....	161
Tabela 4 – Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor no Brasil 1991(em %).....	216
Tabela 5 - Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor no Brasil 2000 (em %)	217
Tabela 6 - Estimativa das pessoas que frequentam escola, segundo sexo e cor Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)	276
Tabela 7 - Taxa frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor Brasil 2010 (em %).....	277
Tabela 8 - População economicamente ativa - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)	278
Tabela 9 - Taxa de participação por sexo, raça/cor e faixa etária - Brasil 2010 (em %)	279
Tabela 10 - Taxa de Participação na força de trabalho por faixa etária e raça / cor (%)	281
Tabela 11 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)	285
Tabela 12- Estimativa da força de trabalho, segundo idade e cor/raça em números absolutos	316
Tabela 13 - Taxa de participação dos jovens segundo quintil da renda domiciliar (%)	325
Tabela 14 - Rendimento médio do trabalho principal, segundo decil do rendimento domiciliar per capita (Em Reais).....	326
Tabela 15 - Proporção do rendimento médio do trabalho principal por faixa etária segundo decil do rendimento domiciliar per capita (%).....	327
Tabela 16 - Nível de ocupação, segundo faixa etária - Brasil 2012 a 2017 (em %)	328
Tabela 17 - Estimativa dos ocupados segundo faixa etária e posição na ocupação - Brasil 2012 a 2017 (em nos absolutos)	329
Tabela 18 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária e escolaridade (%)	333
Tabela 19 - Taxa de desocupação, segundo decil do rendimento domiciliar per capita (%).....	335
Tabela 20 - Estimativa de subutilização da força de trabalho, segundo idade e cor/raça Brasil 2012 a 2017 (em nos absolutos).....	341
Tabela 21 - Taxa de subutilização da força de trabalho, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita - Brasil 2017 (em %).....	342

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação profissional dos jovens por sexo em países de elevada renda média de 2005 - 15 (%)	37
Gráfico 2 - Situação profissional dos jovens por sexo em países de baixa renda média de 2005 - 15 (%)	38
Gráfico 3 - População por faixa etária de 1985 a 2060 (Em milhões)	46
Gráfico 4 - Proporção da população de 15 a 54 anos e o nível de educação atingida na América Latina de 2004 a 2014 - (%)	48
Gráfico 5 - Nível de Ocupação por categorias e segmentos. 2004 e 2014 (%)	49
Gráfico 7 - América Latina - Taxa de participação de jovens de 15 a 24 anos segundo quintis de renda familiar per capita (2011)	52
Gráfico 8- Taxa de desemprego na força de trabalho por características e segmentos. 2004 e 2014 (%)	53
Gráfico 9 - Taxa de desemprego por faixas etárias em 18 países na América Latina (%) - 2014	55
Gráfico 10 - Diferença de taxa de desemprego entre jovens/adultos América Latina 2014 (%)	56
Gráfico 11 - Evolução do tipo de atividade dos jovens de 15 a 29 anos na América Latina entre 2004 e 2014	57
Gráfico 12 - Taxa de homens e mulheres jovens NEETs de 15 a 29 anos em 2014	58
Gráfico 13 - Percentual de Jovens de 15 a 29 anos que não estão estudando, não possuem emprego, nem estão em curso preparatório para o trabalho em 2014 - América Latina	59
Gráfico 14 - Situação e dos Jovens por atividade econômica e idade na América Latina em 2014	62
Gráfico 15 - Taxa de informalidade entre jovens e adultos na América Latina em 2014	67
Gráfico 16 - América Latina: Diferença de renda entre Jovens de 15 a 24 Anos e pessoas com 25 anos ou mais	68
Gráfico 17 - PIB per capita em economias selecionadas	74
Gráfico 18 - Índice de GINI de 18 países da América Latina entre 2015 e 2016	75
Gráfico 19 - Taxa de participação na força de trabalho em 18 países da América Latina - 2016	77
Gráfico 20 - Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em que começou a trabalhar, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade - Brasil – 2016	78
Gráfico 21 - Taxa de sindicalização das pessoas de 16 anos ou mais de idade em 2017 (%)	82
Gráfico 22 - Distribuição percentual de jovens de 16 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados no mês de referência, por principal motivo de não ter tomado providência para conseguir ocupação, segundo o sexo - Brasil - 2016	84
Gráfico 23 - População jovem por faixa etária	151
Gráfico 24 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade em 1980 (%)	152
Gráfico 25 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis de renda familiar em 1980 (%)	155
Gráfico 26 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo em 1980 (%)	156
Gráfico 27 - Taxa de Frequência escolar - 1970 - 1980 (%)	158
Gráfico 28 - Taxa de frequência escolar - Brasil 1970 a 2010 (em %)	160
Gráfico 29 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e sexo de 1970 a 2010 – Jovens e Adultos (%)	162
Gráfico 30 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e sexo de 1970 a 2010 – Jovens em três faixas etárias (%)	162
Gráfico 31 - Taxa de participação por raça cor em 1980 (%)	163
Gráfico 32 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e raça/cor de 1970 a 2010 – Jovens e Adultos (%)	164
Gráfico 33 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %) ..	166
Gráfico 34 - Estimativa Jovens ocupados segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %)	166
Gráfico 35 - Estimativa de homens ocupados, segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %) ..	168
Gráfico 36 - Estimativa de mulheres ocupadas segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %) ..	168
Gráfico 37 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1970 (em 1.000 pessoas)	170
Gráfico 38 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1970 por faixa etária (%)	171
Gráfico 39 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis (em 1.000 pessoas)	172

Gráfico 40 - - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis (%)	172
Gráfico 41 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias e sexo (em 1.000 pessoas).....	173
Gráfico 42 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias e sexo (%)	174
Gráfico 43 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis e sexo (%).....	175
Gráfico 44 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade em 1970	176
Gráfico 45 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade em 1970 (%)	177
Gráfico 46 - Rendimento médio segundo setor de atividade (Proporção do salário médio)	179
Gráfico 47 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1970	182
Gráfico 48 - Rendimento médio segundo setor de atividade, sexo e faixa etária (Proporção do salário médio).....	183
Gráfico 49 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1970 (%)	184
Gráfico 50 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 1980 (em 1.000 pessoas)	188
Gráfico 51 - Estimativa das jovens ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 1980 (em 1.000 pessoas)	189
Gráfico 52 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1980 (%)	189
Gráfico 53 - - Estimativa das Jovens ocupados segundo setor de atividade e sexo em 1980 (%)	190
Gráfico 54 - População por faixa etária de 1970 a 2010	215
Gráfico 55 - Taxa de participação dos jovens segundo quintil da renda domiciliar no Brasil 1991.....	224
Gráfico 56 - Distribuição dos jovens por atividade e idade em 1991	226
Gráfico 57 - Distribuição dos jovens por atividade e idade em 2000.....	227
Gráfico 58 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo quintil de renda familiar em 1991	229
Gráfico 59 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo quintil de renda familiar em 2000	231
Gráfico 60 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo sexo em 1991	233
Gráfico 61 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo sexo em 2000	234
Gráfico 62 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)	235
Gráfico 63 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1991 (em %).....	235
Gráfico 64 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)	238
Gráfico 65 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 2000 (em %)	239
Gráfico 66 - Estimativa da variação das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1970 a 2010 (em pontos percentuais).....	240
Gráfico 67 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)	243
Gráfico 68 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1991 (em %).....	244
Gráfico 69 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)	246
Gráfico 70 - - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 1991 (em %)	247
Gráfico 71 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo raça/cor e setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)	249
Gráfico 72 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)	252
Gráfico 73 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 2000 (em %).....	252
Gráfico 74 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)	254
Gráfico 75 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo raça/cor e setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)	256
Gráfico 76 - Taxa de Participação de homens e mulheres por faixa etária entre 1991 e 2010	279
Gráfico 77 - Taxa de Participação na força de trabalho por faixa etária e raça / cor (%)	280
Gráfico 78 - Taxa de Desocupação por faixa etária, raça/cor e sexo em 2010 (%).....	282
Gráfico 79 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)	287
Gráfico 80 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade - Brasil 2010 (em %)	292

Gráfico 81 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis do rendimento domiciliar - Brasil 2010 (em %).....	293
Gráfico 82 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo - Brasil 2010 (em %).....	295
Gráfico 83 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e cor/raça - Brasil 2010 (em %).....	296
Gráfico 84 - Variável - Taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%).....	305
Gráfico 85 - Trabalho Intermitente – Saldo Mensal de emprego Jan/2018 a dez/2019.....	310
Gráfico 86 - Trabalho parcial – Saldo Mensal de emprego Jan/2018 a dez/2019	311
Gráfico 87 - Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (Variação interanual em p.p. e taxa de desemprego em %)	312
Gráfico 88- Taxa de desocupação, segundo faixa etária, sexo e cor/raça em 2017(%).....	313
Gráfico 89 - Taxa de desocupação, segundo decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (%)....	314
Gráfico 90 - População, por cor ou raça Variável - População Brasileira (%).....	317
Gráfico 91 - Estimativa da força de trabalho, segundo idade e cor/raça - Proporção de raça/cor	318
Gráfico 92 - Estimativa da força de trabalho, segundo idade e proporção de cor/raça - Juventude em três faixas etárias	319
Gráfico 93 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita 1º Trimestre de 2018 - Proporção por Faixa etária.....	320
Gráfico 94 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (Faixas etárias de 15 a 29 anos e 30 anos ou mais).....	321
Gráfico 95 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (Três faixas etárias dos jovens).....	321
Gráfico 96 - Taxa de participação, segundo faixa etária	322
Gráfico 97 - Participação dos jovens no mercado de trabalho em 2012 e 2017 (em mil)	323
Gráfico 98 - Participação dos jovens no Brasil 2012 a 2017 (Número índice).....	324
Gráfico 99 - Nível de ocupação e Taxa de participação, segundo faixa etária	327
Gráfico 100 - Estimativa dos ocupados segundo faixa etária e posição na ocupação – 30 anos ou mais e 15 a 29 anos (Número índice)	330
Gráfico 101 - Proporção do nível jovens de 15 a 29 anos segundo posição na ocupação	331
Gráfico 102 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária.....	332
Gráfico 103 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária, sexo e cor/raça.....	334
Gráfico 104 - Taxa de subutilização da força de trabalho (%)	337
Gráfico 105 - Estimativa de pessoas desalentadas, segundo faixa etária e decil de rendimento domiciliar per capita em 2017	338
Gráfico 106 - Estimativa de pessoas desalentadas, segundo faixa etária, cor/raça.....	339
Gráfico 107 - Estimativa do número de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, segundo faixa etária e informalidade	340
Gráfico 108 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade - Brasil 2017 (em %).....	344
Gráfico 109 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis do rendimento domiciliar per capita - Brasil 2017 (em %)	346
Gráfico 110 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo – Brasil 2017 (em %).....	347
Gráfico 111 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e cor/raça - Brasil 2017 (em %).....	349

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – PANORAMA DO EMPREGO JUVENIL PÓS-CRISE DE 2008.....	31
1.1 Trabalho e Juventude no mundo.....	31
1.2 Juventude e trabalho na América Latina na atualidade	45
1.3 Juventude e trabalho no Brasil	72
Considerações ao Capítulo 1	86
CAPÍTULO 2 – O SUBDESENVOLVIMENTO E A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	87
2.1 Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência	87
2.2 Exército industrial de Reserva, superpopulação relativa e heterogeneidade estrutural de força de trabalho.	97
2.2.1 Heterogeneidade estrutural	102
2.3 Subdesenvolvimento, heterogeneidade e as novas tecnologias e trabalho	108
2.3.1 Juventude, reprodução da força de trabalho e o excedente estrutural.	115
2.4 A Escravidão, desigualdade social e a Juventude.....	122
Considerações ao Capítulo 2	132
CAPÍTULO 3 – DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO	134
3.1 Brasil e a transição para Sociedade Urbana industrial.....	140
3.2 Mercado de trabalho no Brasil desenvolvimentista.....	146
3.3 Juventude e Mercado de trabalho no Brasil - 1960 e 1970 (Análise de dados dos CENSOS 1970 e 1980).....	150
3.3.1 Demografia	150

3.3.2	Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade	151
3.3.3	Escolarização	157
3.3.4	PEA, Ocupação e Desocupação.....	160
3.3.5	Análise Setorial – 1970 – 2010.....	165
3.3.6	Posição na ocupação	169
3.3.7	Ocupação por setor de atividade Censo de 1970	175
3.3.8	Ocupação por setor de atividade Censo 1980.....	184
	Conclusões capítulo 3	190
	CAPÍTULO 4 – ANOS 1980 E 1990: MUDANÇA DE PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E O PERÍODO NEOLIBERAL	193
4.1	Mercado de trabalho e o Declínio do desenvolvimentismo no Brasil e América Latina	193
4.2	O mercado de trabalho no período neoliberal.....	197
4.3	Juventude e centralidade do trabalho na transição para a sociedade de serviços	200
4.3.1	Informações gerais sobre a juventude PIA, PEA, Demografia	212
4.3.2	Escolarização e frequência escolar	216
4.3.3	Renda familiar e a inserção da juventude no mercado de trabalho	218
4.3.4	PEA e Participação	221
4.3.5	Situação de atividade	224
4.3.6	Situação de atividade por quintil de renda e sexo 1991.....	227
4.3.7	Posição na Ocupação 1991	234
4.3.8	Posição na Ocupação 2000	237
4.3.9	Setor Econômico agregado	239
4.3.10	Setor de atividade 1991	242
4.3.11	Setor de atividade Censo 2000	249
	Conclusão do capítulo 4	256

CAPÍTULO 5 – JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 2000: MUDANÇAS DE ROTA E ENTRAVES ESTRUTURAIS.....	268
5.1 Anos 2000 e a mudança de rota	268
5.1.1 PIA, PEA e Participação	275
5.1.2 Frequência Escolar.....	276
5.1.3 PEA e Participação	277
5.1.4 Desocupação	281
5.1.5 Posição na Ocupação	284
5.1.6 Setor de atividade 2010	286
5.1.7 Situação de atividade por idade	291
5.2 BRASIL E REVERSÃO DO QUADRO ECÔNOMICO (2012 – 2017).....	297
5.2.1 Desdobramentos da crise	303
5.2.2 Efeitos da crise no mercado de trabalho	307
5.2.3 Efeitos da crise na participação dos jovens no mercado de trabalho.....	311
5.2.4 Análise dos indicadores de inserção juvenil no mercado de trabalho entre 2012 e 2017	315
5.2.5 Juventude e os entregadores por aplicativo de bicicleta	349
Conclusão do capítulo 5	355
CONCLUSÃO FINAL.....	361
BIBLIOGRAFIA	372

INTRODUÇÃO

A formulação da presente pesquisa iniciou-se em meados da década de 2010, período precedido por consistente crescimento econômico, redução de pobreza e desigualdade, ampliação de direitos sociais e substantiva melhora dos indicadores de mercado de trabalho no Brasil. Ainda que as taxas de rotatividade e informalidade continuassem elevadas, registrava-se queda nas taxas de desemprego e elevação dos níveis de salário o que, combinado às políticas públicas de transferência de renda e aumento do salário mínimo nacional, elevou a renda das famílias e reduziu a pressão pelo ingresso precoce dos jovens na vida laboral. O quadro suscitou o problema desta pesquisa que consiste em identificar se as mudanças econômicas e sociais dos anos 2000 geraram transformações estruturais na inserção dos jovens no mundo do trabalho. Quatro hipóteses foram analisadas no transcorrer da pesquisa: a primeira sugere que o crescimento econômico e os avanços sociais não foram suficientes para suplantarem as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, marcados pela heterogeneidade social e o excedente estrutural de força de trabalho, oriundos da condição de país subdesenvolvido e de particularidades históricas; a segunda hipótese, derivada da anterior, sugere a não alteração sustentada e duradoura no tipo de inserção dos jovens no mundo do trabalho, apontando que a reversão do ciclo de crescimento econômico suprimiria os avanços conquistados na última década; a terceira estruturou-se sobre a ideia de que a elevada taxa de participação e de subutilização da força de trabalho dos jovens no Brasil faz parte de uma dinâmica funcional à acumulação capitalista que se utiliza da precariedade material das famílias, da ausência (ou insuficiência) de políticas sociais e de um tipo particular de discriminação social, racial e sexual, para compelir os jovens a um ingresso precoce e precário no mundo do trabalho a fim de contribuir na composição da renda das famílias; e a quarta indica que o tipo de inserção e de vínculo laboral dos jovens no Brasil é indicador de tendências do mercado de trabalho como um todo, proposição baseada em três fatores: o baixo poder de negociação dos trabalhadores no início de carreira, a exposição dos jovens às mudanças institucionais e sua elevada proporção na força de trabalho.

A fim de buscar responder o problema apresentado e testar a validade das hipóteses de pesquisa, o presente trabalho buscou identificar se ocorreram mudanças estruturais na inserção dos jovens no mundo do trabalho a partir do período de

crescimento econômico, avanços sociais e melhoria nos indicadores do mercado de trabalho nos anos 2000. Buscou-se produzir contribuições a partir do âmbito da economia política, articulando uma perspectiva de classe com uma análise histórica estrutural, invocando ao menos três eixos de abordagem que estabeleceram o instrumental teórico e pressupostos analíticos que foram utilizados para interpretar os dados; um eixo que trata da centralidade do trabalho para definir a temática de juventude, o segundo eixo aborda as mudanças econômicas e tecnológicas que determinam as características da inserção dos jovens no mundo do trabalho em escala global e o terceiro foi dedicado às particularidades do subdesenvolvimento brasileiro na determinação do mercado de trabalho.

O primeiro eixo foi abordado nesta introdução e no capítulo 2 e buscou estabelecer uma delimitação do objeto da pesquisa, assumindo a indissociabilidade entre a categoria sociológica juventude e o mundo do trabalho, especialmente no Brasil, cujo ingresso na vida laboral comumente ocorre de modo precoce e precário, sugerindo que tratar de jovem no Brasil é tratar de juventude trabalhadora. O capítulo 3 também compôs esse eixo, ao tratar da expansão de uma juventude trabalhadora nas periferias das grandes cidades, proveniente da industrialização e urbanização do país. O segundo eixo foi abordado no capítulo 1 e se dedicou a analisar a inserção laboral dos jovens de países das distintas regiões do mundo, o que evidenciou distintos padrões na inserção no mundo do trabalho entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As diferenças na inserção laboral nos países periféricos e centrais residem na posição de ocupação, transição para o mercado de trabalho e características dos jovens em condição de NEET. Foi possível identificar uma consistente similaridade na inserção laboral dos jovens de países latino-americanos, o que pode estar relacionado tanto às características econômicas e sociais quanto às similaridades históricas e estruturais dos países da região. O terceiro eixo foi abordado no capítulo 2 e objetiva debater a reprodução funcional da heterogeneidade social brasileira, que reduz os custos de reprodução da vida entre setores médios e garante o permanente excedente estrutural de força de trabalho. Os baixos salários, a elevada rotatividade e a insuficiência de políticas públicas gera um nível de precariedade material que exige uma articulação de todos os membros da família para prover a subsistência e o trabalho de reprodução. O argumento central alicerça-se teoricamente no tênue ponto de convergência entre a laboração de Oliveira (2003) e Souza (1980), que aponta uma

relação simbiótica entre a camada moderna e atrasada da economia, o que permite avanços das forças produtivas sem rompimento com a pobreza e a desigualdade.

Uma vez que a estrutura laboral está subordinada a ciclos de crescimento econômico, padrões tecnológicos e nível de desenvolvimento de cada país, para identificar as características estruturais da inserção juvenil no mundo do trabalho foi necessário analisar indicadores de educação e trabalho em quatro momentos da economia brasileira. O capítulo 3 analisou os dados e características do mercado de trabalho e a inserção laboral juvenil nas décadas de 1960 e 1970, período marcado por rápida industrialização e urbanização, ampliando vertiginosamente a proporção de jovens nas cidades acessando ocupações e industriais e o ensino formal. No capítulo 4 foram analisadas as décadas de 1980 e 1990, marcadas pela redemocratização e construção de uma constituição cidadã, ao passo que se aprofundam políticas de caráter neoliberal que gera abertura financeira e comercial, racionalização produtiva, ampliação do desemprego e da informalidade e o início de um processo de redução na taxa de participação dos jovens adolescentes. No período também se verificou ampliação da taxa de frequência escolar especialmente entre pessoas com até 15 anos. No capítulo 5 foram analisados dois momentos emblemáticos na economia brasileira, os anos 2000 e parte dos anos 2010. O período que Carneiro (2018) chamou de ensaio desenvolvimentista congregou crescimento econômico, ampliação dos salários, elevação da renda das famílias e ampliação do acesso à educação entre pessoas de 15 a 29 anos. Ainda que a taxa de participação continuasse elevada, até o golpe de 2016 foi verificado menores níveis de desocupação entre os jovens e redução da desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho. Nesse capítulo também foi analisada a reversão do quadro econômico e político iniciado em 2014/2015, que passa a deteriorar o mercado de trabalho, gera instabilidades políticas que dão sustentação ao Golpe de 2016 e um conjunto de medidas institucionais de flexibilização do mercado de trabalho. Esse movimento compeliu os jovens a ingressar ou reingressar no mercado de trabalho, em um ambiente de ampliação do desemprego e das ocupações precárias, expressos na elevação da taxa de subutilização da força de trabalho.

Esta pesquisa concluiu que parte das mudanças na inserção dos jovens no mundo do trabalho podem ser caracterizadas como estruturais, uma vez que não foram revertidas após a mudança de ciclo econômico. A alteração observada mais consistente foi a redução da taxa de participação dos jovens de 15 a 17 anos que se processava desde

a década de 1990. Essa mudança se consolidou por diferentes motivos nos distintos momentos históricos, mas foi imprescindível a elevação da taxa de participação das mulheres. Já a taxa de participação de pessoas com idade a partir de 18 anos cresceu conforme caiu a renda das famílias e elevou o desemprego, o que confirma que o contingente de jovens pressionando pelo ingresso na vida laboral é funcional e, ainda que de forma distinta, não foi alterado estruturalmente. A desigualdade racial e de gênero também retornaram de forma expressiva após o início da crise de 2015. A análise setorial nos distintos períodos possibilitou duas importantes constatações: a inserção laboral dos jovens é consistente indicador de tendências do mercado de trabalho como um todo e as novas tecnologias e a economia de plataforma colocaram em curso um processo de redirecionamento do setor que mais catalisa trabalhadores jovens, retirando-os do interior dos estabelecimentos comerciais, com algum nível de seguridade, e empurrando-os para ocupações uberizadas desprotegidas. A funcional interação entre o moderno e o atraso se articula perfeitamente com a dinâmica flexível da economia de plataforma, gerando, a partir de inovações tecnológicas e organizacionais, uma força centrípeta que permite incluir diretamente na dinâmica de acumulação mesmo trabalhadores em ocupações demasiadamente flexíveis e precárias, como a entrega de comida por aplicativo.

A categoria sociológica “Juventude” é conceito ainda em disputa, posto que o tema pode ser abordado a partir de distintos recortes epistemológicos, históricos ou etários. Como exemplo, destacam-se duas correntes que abordam o tema da Juventude a partir de perspectivas distintas: a geracional e a classista. A primeira sugere que os indivíduos estão vinculados pela fase da vida, o que lhes confere percepção sobre o mundo e intervenção social relativamente homogênea, o que explicaria a capacidade de a juventude protagonizar movimentos inovadores e de contracultura. Já a corrente classista busca desconstruir a ideia da juventude como um grupo etário homogêneo; creem que a juventude expressa características de seu lugar na divisão social do trabalho, reproduzindo as contradições de classe existentes na sociedade como um todo, o que sugere que a juventude é constituída social e historicamente. Quando Bourdieu (1983) afirmara que Juventude é só uma palavra, buscou enfatizar a necessidade de transcender a mera análise etária, e afirma que ignorar as desigualdades sociais que acometem a juventude é propor uma realidade caricatural.

Com o propósito de identificar o surgimento histórico do que se convencionou chamar de Juventude, Savage (2009) resgata os estudos e a vida do psicólogo Granville Stanley Hall, que cunhara o termo *adolescência* no final do século XIX para descrever um segmento etário que era estranho tanto às crianças, quanto aos adultos. O jornalista britânico dedicou um capítulo de seu livro para Hall, a fim de comprovar que o surgimento da juventude ocorreu antes do final da segunda Guerra, o que refuta a hipótese de a juventude ser um fenômeno publicitário para estimular o consumo. Savage (2009) não descarta a influência da constituição de uma sociedade de consumo na consolidação do grupo etário *Juventude*, mas de forma não determinista o autor sugere outros fatores relevantes para o surgimento desse grupo etário como: a crise do começo do século XX; a criação e difusão do rock; o surgimento de gangues de jovens como hooligans em Londres e os apaches em Paris; a identidade constituída pelos jovens durante a I e II Guerras mundiais; a criação de uma cultura rebelde oriunda de filmes que transgrediam a moral vigente durante a massificação do cinema nos países centrais; e a imposição da escolarização para conter a violência urbana.

É necessário destacar que a existência de uma categoria etária entre a infância e a fase adulta é fenômeno da sociedade urbana industrial, o que sugere a inexistência da categoria *Juventude* nas sociedades agrárias, e isso guarda relações com a polêmica entre as correntes “classistas” e “geracionistas” e com o último fator elencado no parágrafo anterior, que versa sobre a constituição de uma sociedade que requer conciliar o trabalho e educação. Savage (2009) está correto ao afirmar que a constituição de uma categoria sociológica com significado relativamente homogêneo em todo o mundo e tamanha envergadura na sociedade contemporânea não surge por fatores isolados.

O advento da sociedade burguesa transforma profundamente as bases materiais do período histórico, transformando as forças produtivas e pressionando por mudanças nas relações de produção. A sociedade urbana industrial impõe novas formas de organizar o processo produtivo, garantir a reprodução da força de trabalho e promover a sociabilidade mediada pelo consumo de bens mercantis (POCHMANN, 2013). O padrão de acumulação fundado na capacidade de agentes privados concorrerem entre si na busca pela apropriação de parcelas cada vez maiores do capital produzido socialmente, impõe a sofisticação das ferramentas para o trabalho e o progresso técnico. Ao passo que as inovações se difundem de forma mais ou menos uniforme entre os ofertantes de um

determinado setor econômico, busca-se novos avanços que permitam um tipo particular de valorização do valor, apresentada por Marx (1998) como mais-valia extraordinária.

A busca por progressos técnicos que elevassem a produtividade das empresas cresceu *pari passo* a elevação do tamanho das fábricas, dada a concentração e centralização do capital. Busca-se uma fusão entre a técnica e a ciência a fim de suplantar os limites impostos pelos avanços conquistados no período anterior de forma empírica e com procedimentos menos sofisticados. Com o progresso tecnológico e expansão do tamanho das indústrias, cresce a necessidade de preparar grandes massas de trabalhadores adaptados ao novo estágio das forças produtivas. Ainda que a dinâmica do trabalho fosse repetitiva, por se tratar de um trabalho de conteúdo distinto do trabalho agrícola, era estranho aos trabalhadores e muito exaustivo.

A escola cumpriu com maestria os desafios impostos pelas novas relações de produção, que demandavam conhecimentos científico que contribuíssem no processo produtivo, rotina e disciplina para o trabalho, respeito as hierarquias e capacidades sociais que ajudassem a organizar trabalho em grupo. Além de a escola ter sido capaz de cumprir com considerável sucesso todos os seus objetivos relacionados à produção capitalista, também gerou a interação social entre grupos de uma mesma faixa etária que passaram a interpretar o mundo a partir de percepções e valores que transcendiam seu núcleo familiar e a pequena parcela de pessoas de sua comunidade, como ocorria nas sociedades agrárias. A consequência disso foi a constituição de um grupo etário que não era mais criança, mas ainda não estava completamente pronto para o trabalho, que convivía, trocava experiências, partilhava valores e constituía códigos de convivência e sociabilidade distintos de seus ascendentes. Não se trata de afirmar que este grupo é homogêneo e que, por si só, constitui culturas, valores e formas de sociabilidade apartadas dos outros grupos etários, mas que as mudanças materiais geraram transformações sociais que produzira uma categoria etária que inexistia como conhecemos.

Se afirmarmos que a juventude é a fase da vida em que o indivíduo realiza experimentações, constrói autonomia e transita para a vida adulta, fica evidente que, a depender do lugar de classe desse sujeito, ele articulará esses verbos de diferentes formas. Os jovens pobres que precisam ingressar precocemente no mercado de trabalho a fim de contribuir na composição da renda familiar precisam acelerar seu processo de construção de autonomia, lhes restando proporção menor de sua vida para realizar experimentações e se qualificar. Já um jovem de classe média, que tem suas necessidades materiais

atendidas por seus ascendentes por período mais longo, pode ampliar os tipos e intensidades de experiências que lhes renderão acúmulo de capital cultural e social que serão úteis em sua trajetória profissional.

O desenvolvimento do capitalismo em países com distintos papéis na Divisão Internacional do Trabalho exprime também uma diversidade na forma de vivenciar a juventude por ao menos dois motivos fundamentais: primeiro, a dinâmica econômica dos países desenvolvidos possibilita rendas familiares mais elevadas, o que, associado a menores desigualdades, permite que as famílias mantenham seus filhos mais tempo estudando ou realizando atividades que não estão diretamente direcionadas ao suprimento de suas necessidades materiais. Já nos países subdesenvolvidos a pobreza e a desigualdade demandam o ingresso precário e precoce dos jovens no mundo do trabalho. O segundo motivo está relacionado à capacidade de os países desenvolvidos criarem um estado de bem-estar social, que garante o atendimento das necessidades básicas das famílias, o que pode permitir o não ingresso na força de trabalho, ou, ao menos, um ingresso qualificado na vida laboral. Nos países subdesenvolvidos não existe um estado de bem-estar nos moldes do construído nos países desenvolvidos europeus, o que obriga as famílias a empregarem grandes esforços para adquirir bens básicos de subsistência submetidas a uma extrema mercantilização de todas as esferas da vida.

A localização do país na Divisão Internacional do Trabalho não é suficiente para caracterizar como é a dinâmica de seu mercado de trabalho e de que forma a juventude participa do respectivo mercado. Para além dos elementos estruturais devem ser considerados elementos distintivos dos processos históricos, culturais e do acirramento da desigualdade de classes em cada país. O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela profunda heterogeneidade estrutural, comum em países subdesenvolvidos. Mas a desigualdade social no Brasil possui suas especificidades, marcadas primeiramente por profunda herança escravista, e da escolha por importar força de trabalho europeia no começo do século XX, ao invés de absorver o amplo contingente de força de trabalho disponível após a abolição da escravidão. Como afirmou Fernandes (1975), o Brasil construiu um rompimento entre a modernização política e econômica no Brasil, permitindo que os avanços econômicos ocorressem à despeito dos avanços políticos e sociais. A manutenção de um grande contingente de trabalhadores marginalizados cumpria, como afirmou Oliveira (2003), um papel funcional no processo de acumulação no Brasil, por permitir a utilização de uma força de trabalho com

baixíssimos salários, seja direta ou indiretamente em setores tipicamente capitalistas, seja em atividades tidas como “novos” trabalhos servis.

Para garantir a dinâmica funcional da sociedade fraturada, como fora chamada por Fernandes (1975), pagava-se o preço do acirramento do conflito social que atinge praticamente todas as grandes cidades do país. Se a juventude no mundo sempre fora relacionada a problemas sociais, dado o vigor e inventividade dos jovens compelidos à marginalização, no Brasil a elevada desigualdade, a elevada pobreza e o asco que as camadas médias têm dos trabalhadores pobres colocou na mão do Estado a responsabilidade de “eliminar” o problema. Na incapacidade de construir um estado de bem-estar social que suplantasse as profundas desigualdades, sobretudo porque a pobreza é funcional para baixar o custo de vida das camadas médias, o Estado e, por conseguinte, a opinião pública criaram o arquétipo do sujeito que deve ser estrangulado física e simbolicamente.

Mesmo a escolha por expurgar os indivíduos que oferecem algum risco à ordem vigente deve ser tratado com parcimônia. Os jovens são o grupo etário com maior vigor para o trabalho, sobretudo o trabalho precário, exaustivo e que requer força física, tipo de trabalho mais comum em países periféricos. Para manter a dinâmica de acumulação nas mesmas bases que sempre ocorreram no Brasil é necessária a manutenção de um grande fluxo de ingresso de jovens no mundo do trabalho. Se a regulação e fiscalização impediu que crianças vendessem sua força de trabalho, foi necessário intensificar o ingresso de mulheres e jovens na vida laboral. Para isso é útil o baixo nível de renda das famílias e uma sociedade o mais mercantilizada possível. Não à toa, na América Latina, o Brasil se constitui como segundo país com maior taxa de participação de jovens no mercado de trabalho, perdendo apenas para o Paraguai.

A taxa de participação entre a juventude é uma variável relevante para analisar mudanças na inserção no mercado de trabalho ao longo do tempo, por estar relacionada a outras dimensões do desenvolvimento econômico e social, como variação da renda das famílias e a existência de direitos básicos. Porém, deve-se analisar este indicador com adequada cautela, a fim de não se estabelecer causalidades demasiadamente simplistas. A participação possui um significado distinto em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e varia por causas distintas em extremos da distribuição de renda familiar per capita. Enquanto entre as famílias mais ricas a participação é baixa entre jovens no começo da juventude, dada a capacidade de as

famílias comprarem o tempo livre de seus filhos - que será dedicado à ampliação do capital cultural -, entre as famílias mais pobres, a taxa de participação dos jovens tende a ser equiparavelmente baixa dado o insucesso na busca por emprego e o menor acesso à escolarização mesmo de nível básico.

O Brasil também é marcado por elevadas taxas de desemprego oriundas do já citado excedente estrutural de força de trabalho, que caracteriza nosso arranjo ocupacional mesmo em períodos de vigoroso crescimento econômico. As peculiaridades do subdesenvolvimento brasileiro e a particular inserção dos jovens no mercado de trabalho sugerem que a variação do nível de desemprego juvenil fornece informações contraditórias, não sendo capaz de informar, por si só, o vigor da atividade econômica ou as especificidades de nosso mercado de trabalho. A precariedade material das famílias e a inexistência (ou insuficiência) de aparatos de proteção social não permitem que o jovem permaneça por períodos mais alargados no desemprego, a fim de buscar ocupações com melhores salários e possibilidade de progressão profissional.

Em países como Portugal, Espanha, França ou Finlândia, a taxa de desemprego juvenil é mais elevada que a do Brasil. Em 2017, período em que o Brasil amargava reflexos de uma profunda crise econômica, registrou-se uma taxa de desemprego juvenil inferior à média dos 19 países da Zona do Euro¹. Em perspectiva oposta, mas reforçando o mesmo argumento, o Brasil possui uma taxa de desemprego juvenil superior à de países como México, Peru, Bolívia e Honduras² há mais de 20 anos, o que confirma a insuficiência da taxa de desemprego juvenil como um indicador adequado para descrever o mercado de trabalho brasileiro.

A taxa de subutilização da força de trabalho é um indicador com maior capacidade de captar as especificidades do mercado de trabalho, sobretudo da juventude. A referida taxa, além de assimilar o desemprego, também busca refletir o desemprego por desalento, o desemprego por incapacidade material de buscar uma ocupação e o desemprego por insuficiência de horas trabalhadas. O limite identificado na taxa de subutilização da força de trabalho é a impossibilidade de realizar análise da subutilização em períodos mais alargados, posto que esta taxa só passou a ser incluída nas estatísticas nacionais a partir de 2012, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de

¹ Ver mais em <https://data.oecd.org/unemp/youth-unemployment-rate.htm> - Acessado em 04 de dezembro de 2018

² Ver mais em <https://data.worldbank.org/> - Acessado em 04 de dezembro de 2018

Domicílios Contínua (PNADC). A utilização deste indicador também será de grande valia para analisar o avanço da economia de plataforma, ou *Gig Economy*, que já atinge um grande contingente de jovens no mundo e que tende a crescer muito em países com mercado de trabalho com menor poder regulatório como o Brasil – especialmente após a Reforma Trabalhista de 2017.

Nesta tese, considera-se que o mercado de trabalho influencia e é influenciado por um sistema complexo da dinâmica econômica³, o que demanda observar outras variáveis da economia, não sendo possível analisar o mercado de trabalho de modo isolado. Complementarmente apontamos que os dados de inserção dos jovens no mercado de trabalho não permitem supor a existência de um mercado de trabalho juvenil, posto que este grupo etário faz parte organicamente do mercado de trabalho como um todo, sendo influenciado e influenciando suas dinâmicas e tendências. Em outras palavras, a despeito das especificidades da inserção laboral dos jovens, o mercado de trabalho é um só e as más condições de trabalho para os jovens geram efeitos deletérios também na vida laboral dos não jovens.

Adotou-se neste trabalho a definição normativa de juventude descrita no Estatuto da Juventude⁴, que compreende todas as pessoas entre 15 e 29 anos. Posto que nessa faixa etária os jovens passam por diferentes experiências, estágios da vida profissional e estágios da escolarização, optou-se por dividir os jovens em três faixas etárias comumente utilizadas: 15 a 17 anos (jovem-adolescente), 18 a 24 anos (jovem-jovem) e 25 a 29 anos (jovem-adulto)⁵. Porém, muitas bases de dados internacionais, a exemplo da CEPAL, consideram jovens as pessoas de 15 a 24 anos, ou subdivide as faixas etárias a partir de outra distribuição, o que gera uma não uniformidade de alguns dados utilizados, mas que não traz grandes prejuízos para as análises e comparações internacionais.

Com isso, as análises dos indicadores de mercado de trabalho, além de contemplar o recorte pelas três faixas etárias da juventude, também buscarão identificar o comportamento dos jovens na vida laboral em comparação aos adultos. Diferentes

³ Refiro-me a complexidade relacionada a sistemas abertos, que pressupõe a existência de algumas variáveis que não podem ser previstas ou apreendidas, ou seja, a complexidade que do ponto de vista epistemológico se opõe a simplificação dos sistemas fechados do pensamento ortodoxo, comumente utilizados por teorias econômicas de caráter equilibrista ou neoclássica.

⁴ Ver no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm - Acessado em 06/12/2018

⁵ Para garantir maior fluidez ao texto, sempre que o texto se referir a “Adultos”, estará tratando de pessoas com idade superior a 29 anos.

níveis de distorções na qualidade dos empregos e nos níveis de salários entre os segmentos etários podem apontar para processos de substituíbilidade de adultos por jovens, rebaixamento de salários ou para um mercado de trabalho que oferece poucas oportunidades de progressão profissional.

A análise dos dados observando as desigualdades entre quintis/decis de renda e recorte de raça/cor possibilitarão identificar variações nos níveis de desigualdade social e possíveis alterações na estrutura social brasileira. Marcado pela heterogeneidade estrutural, o Brasil não superou o racismo e outras formas de desigualdade social, mesmo tendo passado por períodos de expressivo crescimento econômico, como ocorreu na década de 1970. Interessa-nos verificar se o crescimento com distribuição da renda a partir dos anos 2000 mitigou o racismo, ou se ampliou algumas desigualdades.

A desigualdade de gênero é uma das mais profundas e perversas de nosso mercado de trabalho, guardando especificidades entre a juventude, tendo em vista que em poucas décadas as jovens mulheres ampliaram expressivamente sua participação na vida laboral. Ainda que recebam menores salários e estejam em maior número entre jovens que não trabalham, não estudam e nem estão em curso de qualificação, as mulheres possuem melhor desempenho escolar e mais anos de estudo. Com isso, constatamos que analisar a inserção de jovens no mundo a partir de um recorte de gênero é imprescindível ao objetivo de identificar mudanças na estrutura ocupacional da juventude brasileira.

As análises se desenvolverão ao longo de cinco capítulos, além desta introdução: No *Capítulo 1 – Panorama do emprego juvenil pós-crise de 2008* será realizada uma apresentação da atual inserção da juventude no mundo do trabalho, esmiuçando dados que forneçam os elementos principais para a compreensão da estrutura ocupacional da juventude pós-crise de 2007/2008. Serão traçados os primeiros elementos para a identificação da participação juvenil no mundo do trabalho em países com diferentes níveis de desenvolvimento. Cientes das limitações dos dados para comparações internacionais, buscou-se identificar padrões na inserção ocupacional da juventude analisando a taxa de desocupação⁶, taxa de participação, distribuição por setores de atividades, transição (e conciliação) escola trabalho, nível de escolarização e taxa de

⁶ O IBGE nomina as pessoas pertencentes à força de trabalho em busca de uma ocupação como desocupada, no entanto, para dar maior fluidez ao texto, desemprego e desocupação serão tratados como sinônimos em todo o trabalho.

jovens que não estão estudando nem trabalhando. Será apresentado como se caracteriza e se distingue a inserção laboral de jovens em países centrais e periféricos, a partir de uma observação em nível global, regional e nacional, embasadas em relatórios da OIT, CEPAL, Banco Mundial, IBGE e IPEA. Tal movimento permitirá identificar se a inserção laboral dos jovens na América Latina possui um sentido comum e em quais características o Brasil se aproxima ou se diferencia da região.

O *Capítulo 2* – “O subdesenvolvimento e a inserção dos jovens no mercado de trabalho” apresenta o debate teórico sobre desenvolvimento econômico e a estrutura ocupacional, a fim de localizar as especificidades do mercado de trabalho nos países periféricos, em geral, e no Brasil, em particular. Na segunda parte deste capítulo será analisado o tipo de inserção dos jovens na vida laboral, posto que a elevada taxa de participação dos jovens, imposta também pela baixa renda das famílias, deve garantir a sempre abundante oferta de força de trabalho. A capacidade de a economia brasileira congregar avanços tecnológicos com flexibilidade e precariedade laboral gera um ambiente propício para a proliferação da economia de plataforma, tema que será tratado tanto no segundo capítulo quanto no quinto.

Os Capítulos 3, 4 e 5 estabelecerão uma contextualização histórica e econômica dos quatro períodos que serão analisados, a fim de estabelecer as características estruturais da inserção dos jovens no mundo do trabalho e identificar quais mudanças tendem a assumir um caráter permanente ou duradouro. Serão utilizados os Censos demográficos do IBGE dos anos 1970 a 2010 para uma análise geral dos indicadores selecionados, quais sejam: Nível de ocupação, taxa de participação, taxa de desocupação, transição escola trabalho, taxa de informalidade, taxa de jovens que não estão estudando nem trabalhando, nível de salários, tipo de ocupação, análise setorial, entre outros. A escolha dos recortes temporais esteve subordinada a padrões políticos e econômicos, ainda que limitados pela periodicidade decenal do Censo. O capítulo 3 analisou o período desenvolvimentista brasileiro (Censos de 1970 e 1980); o capítulo 4 teve a incumbência de dissertar sobre o período neoliberal (Censos 1990 e 2000); e o capítulo 5 analisou tanto os anos 2000, a partir dos dados do Censo de 2010, bem como se debruçou sobre os dados da PNAD Contínua, cuja série de dados inicia em 2012. A análise cobriu tanto os Governos Lula, o *Experimento desenvolvimentista*⁷ do Governo

⁷ Em referência a Carneiro (2018). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/colecao-geral/a-supremacia-dos-mercados-e-a-politica-economica-do-governo-lula>

Dilma, quanto o período de crise econômica que se inicia a partir de 2015. Por fim a conclusão apresenta os resultados da tese, a partir de um diálogo sobre o problema de pesquisa e as hipóteses elencadas.

CAPÍTULO 1 – PANORAMA DO EMPREGO JUVENIL PÓS-CRISE DE 2008

Um dos pressupostos das análises sobre a inserção dos jovens nos mercados de trabalho é de que há profundas diferenças entre aqueles oriundos de países do centro do capitalismo e de sua periferia. Este capítulo busca, por meio de informações e relatórios de órgãos internacionais e nacionais, tais como Banco Mundial, OIT, CEPAL, IBGE e IPEA verificar se essa premissa resiste à confrontação com dados concretos e compreender quais são as diferenças por eles apontadas entre a inserção de jovens no mercado de trabalho em diferentes grupos de países. A análise se centra em dados recentes e será realizada em três blocos, relacionados à abrangência geográfica: Trabalho e Juventude no mundo; Juventude e trabalho na América Latina; Juventude e trabalho no Brasil. Este capítulo buscará uma primeira aproximação do objeto, a fim de fornecer elementos empíricos ao debate teórico do capítulo posterior.

1.1 Trabalho e Juventude no mundo

Analisar o mercado de trabalho em escala global é fundamental por ao menos dois motivos: primeiro, por permitir a identificação das mudanças recentes no mundo do trabalho e seu impacto na inserção da juventude na vida laboral, oriunda do capitalismo financeirizado e das inovações tecnológicas recentes; segundo, por possibilitar a compreensão da inserção dos países na Divisão Internacional do Trabalho, a fim de identificar se há e quais são as diferenças na participação da juventude no mercado de trabalho em países periféricos e centrais e observar possíveis processos de homogeneização do mercado de trabalho em escala mundial, oriundas da constituição de extensas cadeias globais de valor. A comparação da taxa de participação da juventude no mercado de trabalho em países Latino Americanos e Africanos com países da Europa Ocidental e América do Norte possibilitou identificar diferentes padrões da inserção laboral da juventude a partir de distintos níveis de desenvolvimento das nações.

A crise Econômica de 2007/2008 ainda gera persistente e deletério impacto no mercado de trabalho global, sobretudo entre a juventude. Segundo o Relatório *“Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future”* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mesmo com a retomada do crescimento global existe uma tendência de elevação do desemprego entre os jovens. O desemprego tende a se

e elevar no continente americano, sobretudo na América Latina e Caribe, permanecer estável no Leste Asiático e África Subsaariana e, possivelmente, reduzirá na Europa. Um relevante dado sobre o desemprego juvenil entre países com distintos níveis de proteção social, é que nos países subdesenvolvidos a taxa de desemprego entre os jovens supera de quatro a seis vezes a taxa de desemprego dos não jovens, já nos países desenvolvidos a grande diferença está na elevada taxa de desemprego juvenil de longa duração. Além da natureza distinta do desemprego entre os jovens de países centrais e periféricos, vale destacar que os jovens de países subdesenvolvidos possuem menores condições econômicas de permanecer desempregados em busca de uma melhor oportunidade, o que os leva a aceitarem em um período mais curto empregos de pior qualidade ou trabalho informal. A garantia de seguridade social e maiores rendas familiares verificadas nos países centrais geram menor pressão pelo ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Assim, pode ser constatado que a menor taxa de desemprego de longa duração nos países periféricos guarda elevada correlação com a ausência de perspectivas por empregos dignos, imposta pela desestruturação de seus mercados de trabalho, e não por uma melhor inserção dos jovens na vida laboral.

De acordo com a pesquisa *School-to-Work Transition Survey (SWTS)*, países com desemprego juvenil acima de 25% geram maior insegurança entre os jovens, tornando-os menos propensos a deixar voluntariamente seus empregos, o que pode sugerir erroneamente que estes trabalhadores estejam mais satisfeitos com o emprego que possuem.

A crise é especialmente nociva para os jovens por possuírem o triplo de possibilidade de estarem desempregados quando comparados aos adultos e, quando conseguem trabalho, quase sempre é com salários menores: no mundo, 16,7% dos jovens trabalhadores sobrevivem com rendas de até U\$ 1,90 dólares por dia, o que os coloca no limiar da extrema pobreza. Enquanto 3/5 dos trabalhadores adultos estão em ocupações informais, entre os jovens esta relação cai para 3/4, podendo chegar em 19/20 em países subdesenvolvidos. Um efeito que pode ser considerado uma mudança estrutural no mercado de trabalho é a redução da taxa de participação da juventude em cerca de 10 pontos percentuais nos últimos 20 anos, ao passo que no mesmo período se verificou uma elevação do nível de escolarização. Ainda assim, é necessário destacar que a OIT estima que 21,8% dos jovens atualmente não trabalham, não estudam e nem estão em treinamento.

A imigração é importante elemento de equilíbrio das contas públicas nos países desenvolvidos por inserir jovens na força de trabalho de países que caminham para o envelhecimento, porém, a emigração nos países subdesenvolvidos causa uma fuga de cérebros, impactando negativamente o perfil de sua força de trabalho e de sua estrutura produtiva.

Ao analisar a transição escola/trabalho, a pesquisa SWTS divide os países por faixas de renda média, sexo, região do mundo, campo/cidade e nível educacional, realizando uma distinção entre o tempo de saída da escola e ingresso no primeiro emprego e o tempo de saída da escola e transição para um emprego estável e/ou satisfatório. O tipo de transição da escola para o trabalho depende do nível de desenvolvimento de cada país. Em países de baixa renda, onde as ocupações por conta própria dos jovens são muito maiores que os empregos assalariados, os jovens tendem a ingressar mais cedo em ocupações com baixa perspectiva de progredir profissionalmente e possuem maior receio de mudar de ocupação.

As taxas de transição apresentam substanciais desigualdades por níveis educacionais, a transição ocorre em 22,2 meses entre os que possuem até o ensino primário, 14,3 meses entre os que possuem até o nível secundário e 8,5 meses entre os jovens que possuem formação superior (OIT, 2017, p.33). O que evidencia mais uma distinção entre países com diferentes níveis de desenvolvimento, dado que países mais desenvolvidos não só possuem um mercado de trabalho mais estruturado, como também menores desigualdades educacionais.

Quando analisado o comportamento da transição entre países com diferentes níveis de renda, constata-se que nos países com renda média e renda alta a transição tende a ser mais demorada do que em países com renda baixa, o que pode ser explicado pelo fato de que as famílias dos jovens com renda mais elevadas podem permitir que seus jovens prorroguem o ingresso profissional, a fim de aguardar uma melhor oportunidade de emprego, podendo concluir uma determinada meta educacional. Os jovens de países subdesenvolvidos não podem permanecer muito tempo sem trabalhar e, por disputarem uma vaga em um mercado de trabalho mais desestruturado, tendem a aceitar um emprego em um tempo mais curto, ainda que seja para uma inserção profissional de má qualidade, com baixos salários e em ocupações informais.

Mais da metade dos jovens no mundo ocupam empregos os quais requerem menos qualificação do que o jovem possui, o que aponta para um excesso de qualificação

para o tipo de oferta de força de trabalho em seus países. O relatório OIT (2017) também aponta que o desajuste entre qualificações e oferta de emprego é mais comum entre os jovens que convivem com maior vulnerabilidade. Esse fenômeno nos fornece pistas de que: 1) a qualificação é uma variável insuficiente para explicar o desemprego juvenil; 2) As explicações para o desemprego não estão exclusivamente no mercado de trabalho; e 3) O que distingue a participação dos jovens no mercado de trabalho não é sua formação individual, mas sim a estrutura produtiva de seus países.

Segundo SWTS, 24% dos jovens trabalhavam e estudavam, porém, são nos países subdesenvolvidos em que as taxas de conciliação trabalho estudo são mais pronunciadas. É no Camboja, República Dominicana, El Salvador, e na África subsaariana onde residia a maior parte dos jovens que trabalham e estudam. As regiões onde a conciliação é menos frequente são: nos países Árabes, Norte da África, Europa e Ásia Central.

Ao analisar os setores em que a juventude tem maior atuação deve ser destacado que a agricultura ainda é um setor importante na oferta de empregos na Ásia, nos países do Pacífico, na África e na América Latina e Central. O que expressa uma persistente diferença entre países periféricos e centrais, com mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos com substancial participação no setor primário e terciário. A juventude sai da manufatura e migra para as ocupações no setor terciário em uma velocidade maior que os adultos. Na Colômbia, por exemplo, o declínio de participação na indústria ocorreu apenas entre os jovens, o que os leva na América Latina a ocuparem majoritariamente os setores do comércio, hotelaria, restaurantes, transportes e armazenamento, intermediação financeira e serviços de saúde. No Brasil, no setor de saúde, as jovens mulheres ocupam 70% dos postos de trabalho.

A OIT sugere que muitos empregos para jovens surgirão do setor financeiro, uma vez que o número de caixas eletrônicos cresce *pari passo* ao aumento das agências bancárias. Deve ser observado que a expansão do setor financeiro em regiões pouco bancarizadas na África e na América Latina poderão gerar um grande número de vagas a trabalhadores jovens. Os avanços das chamadas *Fintechs* demandarão jovens com diferentes qualificações para implementar as inovações tecnológicas no setor financeiro.

Oliver (2016) aponta que serão necessárias qualificações como capacidade de gestão, tratamento de dados e programação¹⁶.

No entanto, deve ser compreendido o caráter transitório da ampliação da oferta de trabalho em setores que caminham a passos largos em direção a automação. As novas tecnologias de comunicação e informação, inteligência artificial, internet das coisas, Big data e impressão 3D produzem uma capacidade extraordinária de reduzir trabalho humano. Ainda que exista no primeiro momento a necessidade de trabalhadores humanos - sobretudo de jovens - para criar algoritmos e acompanhamento de seu funcionamento via *machine learning*, a partir do momento em que o processo de automação for completado, tais ocupações deixam de ser necessárias. Este processo tem se difundido com grande frequência e rapidez, sobretudo em setores típicos das terceira e quarta revoluções tecnológicas. Ainda assim Oliver (2016) está correto ao apontar para o surgimento de um profissional com elevada qualificação e remuneração, porém, a eliminação de ocupações intermediárias acentuará a polarização do mercado de trabalho em todo o mundo. A capacidade dos novos meios de comunicação e informação de permitir a comercialização de serviços em escala global, antes tidos como *non tradable*, permitirá que a polarização do mercado de trabalho atinja todas as regiões minimamente integradas a economia global.

O setor da saúde também se apresenta como importante demandante de força de trabalho, especialmente jovem. Os empregos gerados exigirão qualificações das diversas áreas do conhecimento, majoritariamente com formação superior e pós-graduação. As tecnologias empregadas na área da saúde possibilitarão a utilização de inovações também em países subdesenvolvidos. Entre 2005 e 2015 o número de jovens empregados na área da saúde triplicou em Bangladesh, dobrou nas Filipinas e Tanzânia e cresceu 90% na Colômbia. Porém o relatório apresenta crescimento mais modesto em países com outros níveis de desenvolvimento econômico: apontam um crescimento de 38% no Reino Unido e México e 30,5% no Canadá. É preciso identificar os motivos de os países menos desenvolvidos terem ampliado de forma tão contundente a participação de jovens no setor de saúde; uma hipótese é que existia uma grande demanda reprimida

¹⁶ Segundo Olivier (2016): “No caso do contador, veremos a transição da função para o que eu gosto de chamar de “gerente de sistemas de informação”. É alguém com conhecimento inigualável do ecossistema de contabilidade em nuvem e experiência para construir sistemas usando vários aplicativos, todos interligados. Essa pessoa supervisionará o fluxo de informações entre aplicativos e ferramentas de relatórios e ajudará seus clientes a controlar os dados e o dinheiro” (OLIVER, 2016, tradução nossa)

por serviços de saúde que só começaram a ser atendidos com a elevação da renda nacional e das famílias no período de crescimento econômico dos anos 2000.

Ao analisar o setor de manufatura, verifica-se que as ocupações de média qualificação são bem mais expressivas, porém, constata-se entre 2005 e 2015 uma queda nas ocupações de média qualificação e um crescimento das ocupações de baixa e alta, o que também aponta para polarização salarial no setor de manufatura. Se este efeito já era observado em economias centrais, onde a automação é mais difundida, agora, este processo também se amplia na periferia do capitalismo.

No Camboja, país do Sudeste Asiático com uma população de 15,76 milhões de habitantes, dos ocupados na manufatura, 60% encontra-se na indústria têxtil e são jovens mulheres com média de idade de 25 anos. Este fato assume grande importância para juventude uma vez que a OIT estima que 88% dos empregos neste setor serão extintos em virtude de inovações tecnológicas.

Tecnologias que substituem, ou reduzem significativamente, o número de trabalhadores ocupados em setores como comércio, hotelaria e restaurantes têm gerado impactos estruturais no mercado de trabalho, ao reduzirem o número de empregos ocupados majoritariamente por jovens. Nesses setores da economia, verifica-se ampliação da polarização salarial, graças a transformações no setor terciário da economia. Ainda que grande parte das ocupações no comércio, hotelaria e restaurantes sejam de média qualificação, os dados apontam para uma ampliação das ocupações de elevada qualificação em países desenvolvidos e expansão de ocupações de baixa qualificação em países periféricos.

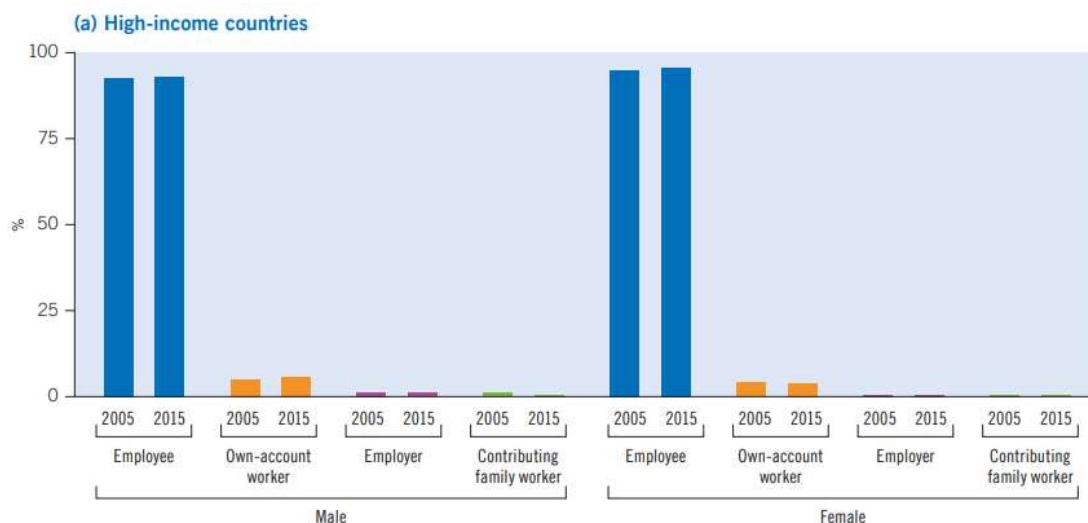
As transformações oriundas das mudanças tecnológicas apontam para maiores desigualdades no mercado de trabalho. O tipo de ocupação dos jovens dependerá do nível de desenvolvimento dos países e sua capacidade de não apenas inovar e difundir inovações, como também preparar os jovens trabalhadores para lidarem com estas tecnologias. O último salto tecnológico tem impactado de forma substantiva a estrutura produtiva dos países e tende a reestabelecer o tipo de inserção dos países na Divisão Internacional do Trabalho, aprofundando, em muitos aspectos, a distância entre países periféricos e centrais. O mercado de trabalho é um dos setores mais impactados por tais mudanças e os trabalhadores mais jovens são os que recebem os primeiros e mais intensos efeitos das transformações econômicas, tecnológicas e institucionais. Os jovens

convivem com grande incerteza e, segundo relatório da OIT (2017), preferem empregos estáveis e formais aos com jornadas e remunerações flexíveis.

As transformações das tecnologias e do mundo do trabalho apontam para a redução de postos de trabalho tradicionais, estáveis ou permanentes, seja em países desenvolvidos ou periféricos. Segundo o relatório da OIT (2017, p. 163), a maioria dos jovens trabalhadores são assalariados. Em 2005, essa proporção era de 58%, passando para 69% em 2015, o que aponta para um rápido crescimento em 10 anos. Grande parte dessa expansão deve ser atribuída a dinâmica do mercado de trabalho chinês e aos países com menores rendas per capita. Quando observado o crescimento dos assalariados em países de baixa e média renda (excluindo a China do cálculo), verifica-se crescimento de 42% para 50% de participação. Entre os países de alta renda, o crescimento no mesmo período foi de apenas 4 p.p, partindo de 73% para 77%. A diferença do nível de participação dos assalariados entre os países com baixa e elevada renda é muito acentuada e aponta para a grande distância ainda existente entre o mercado de trabalho dos países com diferentes níveis de desenvolvimento.

Quanto à flexibilização laboral e o crescimento do trabalho por conta própria, observa-se dois movimentos opostos em países periféricos e centrais: a redução do trabalho agrícola nos países periféricos reduz a proporção do trabalho por conta própria; e, nos países avançados, constata-se flexibilização nos contratos de trabalho, em virtude de avanços tecnológicos que criam ocupações por conta própria e outras modalidades de contratos atípicos nas áreas de tecnologia da comunicação e informação. Esse movimento ajuda a explicar o maior crescimento do assalariamento em países periféricos que em países centrais, ainda que a proporção dos empregos assalariados continue representando algo em torno de 90% nos países desenvolvidos e menos de 50% nos países subdesenvolvidos, como pode ser observado no Gráfico 1 e no Gráfico 2. Os países periféricos, além de terem uma proporção maior de trabalhadores no setor agrícola, também implementam as novas tecnologias em uma velocidade menor que os países centrais.

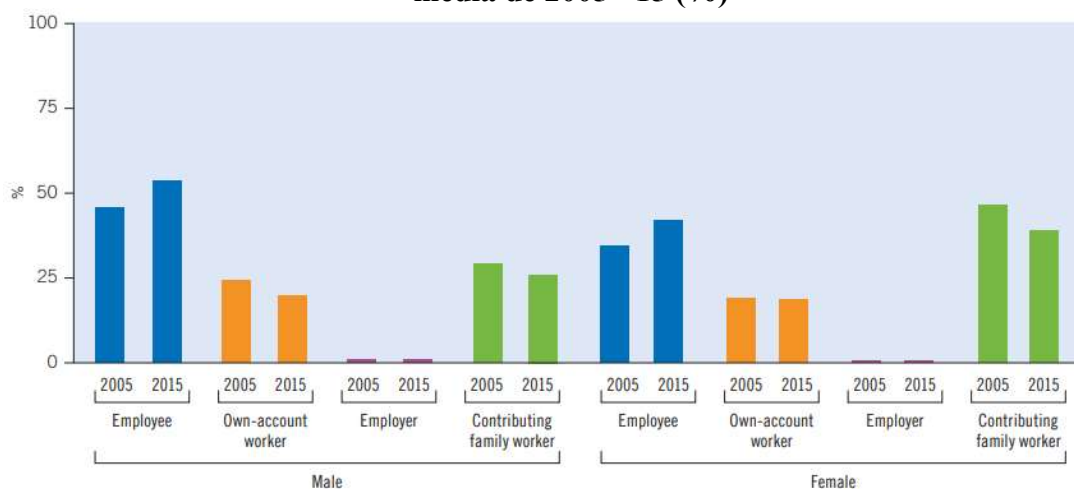
Gráfico 1 - Situação profissional dos jovens por sexo em países de elevada renda média de 2005 - 15 (%)



Nota: A classificação dos países obedeceu os critérios do Banco Mundial, que divide a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita dos países em quatro, calculada pelo método Atlas. Em 2008 os países de baixa renda possuíam renda média até US\$ 975; os países de renda média baixa entre US\$ 976 e US\$ 3.855; os países de renda média alta entre US\$ 3.856 e US\$ 11.905; e os países de alta renda com renda média superior a US \$ 11.906 (OIT, 2017, P. 99).

Fonte: OIT, 2017

Gráfico 2 - Situação profissional dos jovens por sexo em países de baixa renda média de 2005 - 15 (%)



Fonte: OIT, 2017

O que pode ser observado como um movimento positivo na inserção dos jovens no mercado de trabalho foram as mudanças ocupacionais das jovens mulheres. De 2005 a 2015 o nível de assalariamento das mulheres jovens foi maior que dos homens jovens, uma vez que estes estão mais propensos a adquirirem uma ocupação por conta própria. No período em questão, verifica-se também uma redução 12 p.p., na proporção

de jovens mulheres no trabalho familiar¹⁷, partindo de 31% para 19% entre 2005 e 2015. Ainda assim, as jovens mulheres estão mais sujeitas ao trabalho familiar que os jovens rapazes.

A distribuição do tipo de ocupação dos jovens no mercado de trabalho - observando os assalariados, conta própria e trabalho familiar - é uma das mais contundentes evidências de como o tipo de ocupação da juventude se distingue estruturalmente entre países periféricos e países centrais. Entre os países desenvolvidos a taxa de assalariamento é a mais expressiva forma de ocupação dos jovens, todas as outras - seja conta própria, trabalho familiar ou empregadores - são absolutamente residuais.

Nos países de renda média o trabalho assalariado entre os jovens perde participação, crescendo o trabalho familiar em primeiro lugar e, em segundo, o trabalho por conta própria. Porém, o assalariamento ainda é proporcionalmente muito mais expressivo, expandindo-se entre 2005 e 2015, enquanto o trabalho por conta própria perdeu importância. Nos países de renda baixa é marcante uma distribuição muito mais difusa entre o assalariamento, trabalho por conta própria e trabalho familiar. Mesmo com o crescimento do assalariamento entre 2005 e 2015, o trabalho familiar entre as jovens mulheres ainda é maior que o trabalho assalariado, e o trabalho por conta própria se manteve em um nível elevado. Entre os jovens rapazes o trabalho por conta própria reduziu, mas continua em nível muito elevado, estando, ainda, em um nível mais baixo que o trabalho familiar. Com isso, constata-se que é latente a diferenciação da estrutura ocupacional entre países com diferentes níveis de desenvolvimento.

Nos países de renda elevada e renda média, um a cada três jovens trabalhadores possuem um contrato permanente, enquanto nos países de baixa renda média é um em cada sete. A desigualdade entre os países de diferentes níveis de renda é maior entre os jovens trabalhadores do que entre os adultos (30 a 64 anos). Nos países de elevada renda média um a cada dois trabalhadores possuem contrato permanente e nos países de baixa renda média um a cada quatro.

Segundo OIT (2017), mesmo com a ampliação do assalariamento, os jovens estão mais propensos aos trabalhos não tradicionais, como empregos temporários e

¹⁷ Segundo o Banco Mundial, trabalhadores familiares são aqueles que possuem vínculo por “conta própria” em um estabelecimento orientado para o mercado e operado por uma pessoa que vive na mesma residência. Esta modalidade de ocupação é mais frequente em países subdesenvolvidos e os trabalhadores com este tipo de inserção ocupacional possuem maior probabilidade de não desfrutarem de direitos assegurados na legislação trabalhista e a não possuírem salários ou possuírem salários muito baixo.

emprego informal. Na União Europeia um a cada dois jovens está em um emprego temporário, quadro bastante distinto dos adultos, com apenas um a cada 10.

Ainda que a maioria dos países tenham experimentado uma redução do emprego vulnerável¹⁸ na última década - em especial pela redução pronunciada em países como China, Vietnã e Índia - países como França, Reino Unido, Colômbia, Egito e Itália registraram elevação de ocupações vulneráveis. A distinção entre a estrutura ocupacional dos países com diferentes níveis de desenvolvimento também se expressa na proporção de contratos permanentes.

Ao analisar as mudanças nas formas de contratação dos jovens entre 2005 e 2015 em países subdesenvolvidos, verifica-se em países muito populosos uma substancial redução dos jovens ocupados em trabalho familiar e um crescimento do trabalho permanente, especialmente em países como China e Índia. O trabalho temporário também cresceu entre os países periféricos, porém de forma mais pronunciada na África do Sul, China, Zâmbia e Vietnã. Mesmo com as mudanças observadas, o trabalho permanente é pouco expressivo entre os trabalhadores jovens da maioria dos países analisados e o trabalho familiar ainda é muito significativo. Vale destacar que na maioria dos países de renda baixa os jovens estão mais ocupados em trabalhos domésticos que os adultos. Mesmo com o crescimento do trabalho temporário, o trabalho sem contrato é a forma de vínculo mais comum entre os jovens, representando mais da metade das ocupações de jovens em países de baixa renda.

Entre os países com desenvolvidos pode ser observado movimento semelhante, mas com características estruturais distintas. A contratação de jovens para trabalhos temporários se eleva entre 2005 e 2015, porém, esta forma de relação de trabalho é mais expressiva nos países com elevada renda. Ainda que os países de baixa renda tenham ampliado a proporção de jovens em ocupações permanentes, nos países com elevada renda esta modalidade de contratação é proporcionalmente muito maior, configurando-se como a forma mais comum de contratação, seja entre jovens ou entre adultos.

Quando comparado as diferenças entre tipos de relações de trabalho de jovens e adultos, constata-se que os jovens possuem menor possibilidade de ocupar uma vaga com contratos permanentes, possuem quase o dobro de possibilidade de arrumar um

¹⁸ Trabalho vulnerável é definido estatisticamente pela soma dos trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares que contribuem para a previdência social.

contrato temporário, possuem uma participação menor entre as ocupações por conta própria, contribuem 50% mais com o trabalho familiar.

Na comparação entre as jovens mulheres e os jovens rapazes, constata-se que as jovens mulheres possuem uma participação maior nos trabalhos domésticos e temporários, por outro lado, também possuem uma maior participação nos trabalhos permanentes, o que pode apontar para uma redução das desigualdades de gênero.

Quando analisados os trabalhadores jovens rurais e urbanos, constata-se a mais larga desigualdade, uma vez que os trabalhadores rurais possuem menor possibilidade de ocupar empregos temporários e permanentes, e possuem uma participação quatro vezes maior no trabalho familiar.

Os dados apontam para uma tendência de elevação da desigualdade no mercado de trabalho entre jovens e adultos. As mudanças no conteúdo do trabalho - que passa de tarefas cotidianas, permanentes e rotineiras para modalidade de ocupações flexíveis, organizadas por meio da entrega de determinados serviços e tarefas, ampliam os contratos temporários, as ocupações sem contratos, seguridade e flexibiliza a jornada e a renda dos jovens trabalhadores. Por vezes, estes jovens precisam compor sua renda ofertando seu trabalho à diferentes empregadores. O desemprego que acomete especialmente os mais pobres, compele os jovens para a nova economia compartilhada, caracterizada por não demandar grande qualificação, não necessitar de processos seletivos e apresentar-se, por vezes, como a única alternativa de renda em um momento de crise. Se em países desenvolvidos os jovens que aderem a economia de plataforma o fazem como uma renda complementar ou prescindível, nos países subdesenvolvidos os jovens que têm ingressado nessas ocupações têm o feito como única alternativa de trabalho, gerando uma renda inestimável na composição da renda familiar, especialmente pelo desemprego que acomete outros membros da família.

As novas transformações tecnológicas apontam para profundas mudanças na quantidade e natureza do trabalho, é necessário ter claro que as transformações ocorrerão de forma muito desigual nos diferentes países, regiões do globo, setores da economia e faixas etárias. O nível de desenvolvimento e a estrutura produtiva dos países serão determinantes para estabelecer como será impactado o conteúdo do trabalho nas tarefas complexas e não rotineiras em cada país. As tecnologias de automação da fabricação e dos serviços ainda estão concentradas majoritariamente em países desenvolvidos, enquanto nos países subdesenvolvidos surge gradativamente um trabalho qualificado de

baixa renda. Na última década tem crescido o número de trabalhadores com baixa qualificação e, provavelmente, continuará crescendo a demanda por este tipo de trabalho em países subdesenvolvidos, especialmente em países da África e Ásia.

Os dados apontam que os jovens estão migrando para formas de trabalho menos seguras, ainda que assalariadas. O trabalho para toda a vida é uma realidade cada vez menos provável e cresce a proporção de jovens com trabalhos de curta duração e na *Gig economy*. O crescimento do emprego assalariado nos países de baixa renda se caracteriza pela expansão do trabalho assalariado casual (*casual wage employment*), enquanto nos países de elevada renda verifica-se, além do trabalho casual, o crescimento do trabalho temporário e de colaboração (*temporary, casual and gig work*).

Segundo o estudo da OIT de 2016 a juventude (15 a 29 anos) está mais propensa a trabalhar em *Crowd work* (trabalhos de multidão) e *Gig economy* que os adultos (30 anos ou mais). A pesquisa pontou que 52% dos jovens entrevistados estavam em ocupações *Crowd work*, contra 28% dos adultos. Ainda que estas ocupações paguem em média menos que os salários mínimos dos respectivos países, os jovens possuem salários 18% maiores que os adultos e possuem maior capacidade de ampliar seus ganhos com o passar do tempo. A disparidade na curva de aumento de salário não deve ser atribuída a mudanças da escolarização, mas sim a familiaridade e desenvoltura que os jovens possuem para lidar com as novas tecnologias de comunicação e informação. Entre os jovens dos países de menor renda, 40% afirmam ter algum envolvimento com ocupações *Crowd work*, participação que pode crescer uma vez que estas ocupações oferecem salários melhores que outros setores da economia, dada a histórica desestruturação do mercado de trabalho dos países subdesenvolvidos.

A OIT realizou a pesquisa “*Youth and Future of Work Survey*” em 2017 a fim de identificar a percepção dos jovens sobre o efeito das tecnologias no mercado de trabalho. Jovens de todo o mundo apontaram a existência da influência das tecnologias sobre o nível de empregos, mas a percepção foi distinta entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. Mais da metade dos jovens de todos os continentes acreditam que as tecnologias criam e destroem empregos de modo equivalente. Nos continentes Africano e Americano existe uma proporção semelhantes de jovens que acreditam que a tecnologia só cria ou só destrói empregos, estando em torno de 1/5 para as duas respostas. O que chama atenção é que os jovens dos Países Árabes e da Ásia acreditam que a

tecnologia mais cria que destrói empregos, enquanto a maioria dos jovens da Europa e Ásia Central creem na maior destruição de empregos.

A diferença de percepção sobre o impacto das tecnologias parece guardar relação com os tipos de mercado de trabalho em cada grupo de países. Os jovens das economias europeias, onde existe a prevalência de empregos formais e permanentes entre a juventude tendem a receber um impacto relativamente mais deletério que os jovens dos países de baixa renda, onde as opções de trabalho decente são mais restritas. Nas economias subdesenvolvidas, os empregos flexíveis com remuneração variável não são ocupações desejadas, mas, muitas vezes, são as melhores opções disponíveis.

Em países de menor renda, onde as oportunidades de empregos para os jovens são menores, a economia baseada na internet e *Crowd work* tendem a absorver grande parte da força de trabalho juvenil. Se por um lado este tipo de relação de trabalho possibilita novas oportunidades de emprego flexível, por outro, gera grande incerteza e insegurança quanto ao futuro. Jovens de ambos os sexos afirmaram desejar bons empregos e salários em grandes empresas, que demandem responsabilidades, novas habilidades e que ofereça proteção social - 60% dos jovens esperavam conseguir um emprego regular e remunerado. As três prioridades para os jovens são: Emprego seguro, altos salários e equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

O *Education for All Global Monitoring Report* (2012) da OIT aponta que 1/5 da juventude nos países subdesenvolvidos não possuem habilidades adequadas ao trabalho e não completaram o ensino primário, porém, o relatório afirma que o crescimento do desemprego nos países desenvolvidos também impacta de forma mais contundente os jovens, o que aponta que a educação não é o elemento determinante do crescimento do desemprego e do subemprego. Ainda que o relatório afirme que as novas tecnologias podem melhorar o acesso à educação, não parece que o problema educacional nos países subdesenvolvidos foi causado pela ausência de tecnologias de comunicação e informação.

As novas tecnologias possibilitaram uma relevante abertura do mercado de trabalho global, permitindo que jovens ofereçam sua força de trabalho aos mais diferentes lugares do mundo. A OIT afirma que países como a Índia estão tendo como estratégia o desenvolvimento de plataforma on-line de oferta de emprego individual aos jovens.

A constante afirmação de que os jovens podem ter melhor desenvoltura nos *Crowd work* não parece muito alentador por dois motivos: o primeiro é que os jovens

também envelhecerão e verão seus rendimentos reduzirem com o tempo dado: os desgastes físicos, mentais e emocionais deste tipo de trabalho; o segundo, a disputa entre trabalhadores em um universo de trabalho cada vez maior, pressiona as remunerações para baixo e, sem as devidas organizações de trabalhadores, converte as elevações de produtividade em reduções de postos de trabalho. Se por um lado, tecnologias como a inteligência artificial e o gerenciamento compartilhado possibilita uma maior simplificação e automação na geração de bens e serviços, facilitando a busca de força de trabalho com baixa qualificação em diferentes partes do globo; por outro lado, gera-se ainda a demanda por um certo contingente de trabalhadores com alta qualificação e elevados salários. Este processo tende a ampliar a polarização em escala global no mercado de trabalho, sobretudo entre os jovens trabalhadores que serão afetados por mais tempo pelas mudanças na estrutura produtiva.

“Até agora, portanto, a tecnologia tem e continuará aumentando a vantagem comparativa dos trabalhadores que podem realizar tais tarefas, muitas vezes em ambas as extremidades do espectro de habilidades. Isso é chamado de polarização do mercado de trabalho” (OIT, 2017, p. 39 – tradução nossa).

Uma análise global dos dados parece evidenciar que de fato, a divisão entre países centrais e periféricos é fundamental para compreender a problemática da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nos países periféricos as questões mais relevantes, quanto a inserção dos jovens no mercado de trabalho, está relacionada: a incapacidade de a estrutura produtiva dos países gerarem ocupações de qualidade na mesma proporção que os jovens ingressam no mercado de trabalho; e a inexistência ou ineficiência, de políticas de proteção social e do trabalho que resguardem os jovens de um ingresso precário na vida laboral. A grande desigualdade social nos países periféricos se expressa de forma mais pronunciada no mundo do trabalho, impondo aos jovens mais vulneráveis o ingresso precoce na vida laboral; o que impacta sua trajetória escolar e transplanta a desigualdade social de uma geração para outra. Ainda que o quadro tenda a se modificar, nos países ricos a forma ainda prevalente de posição na ocupação é “empregado”, enquanto nos países de baixa renda constatou-se uma elevada proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares.

Independente das desigualdades entre jovens de países periféricos e centrais, constata-se importantes transformações no mundo do trabalho que atingirão sobretudo a juventude. As mudanças tecnológicas e a nova dinâmica do capitalismo financeirizado

têm gerado ocupações desprotegidas e com salários abaixo do nível de reprodução da força de trabalho, mesmo em países centrais. A difusão de extensas cadeias globais de valor, articuladas por sofisticados dispositivos tecnológicos e sociais de organizar a produção em diferentes territórios, possibilita a busca por trabalhadores com menos direitos e menores salários. Nesse ambiente, os Estados nacionais possuem cada vez menor capacidade de estabelecerem um nexos entre crescimento econômico e direitos fundamentais não mercantilizados. Ao impor aos novos trabalhadores um horizonte de completa desproteção do trabalho, transferem a esses a responsabilidade pela desorganização do mundo do trabalho, lhes oferecendo o empreendedorismo como alternativa. A seguir, será analisada a inserção de jovens no mercado de trabalho na América Latina.

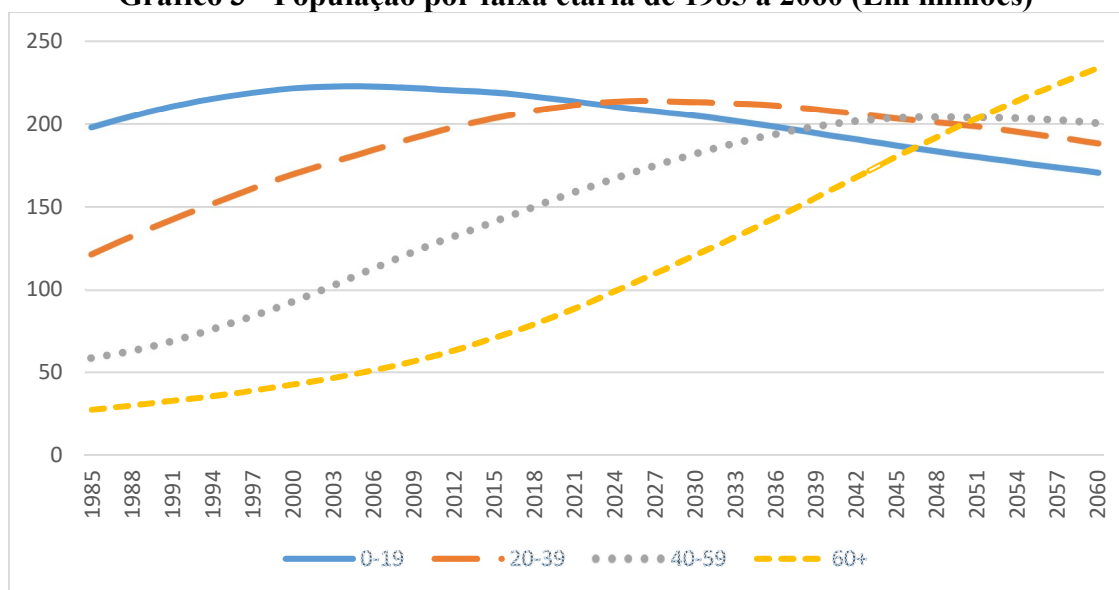
1.2 Juventude e trabalho na América Latina na atualidade

Nesta seção será apresentada a inserção da juventude no mercado de trabalho latino-americano, a fim de expor as diferenças e similaridades em países com níveis de desenvolvimento semelhantes. A observação permitirá examinar como o amálgama que aproxima a América Latina, a partir da história comum destes países, reproduz, não apenas um tipo de desenvolvimento e inserção na economia Global, como também as características principais de seu mercado de trabalho e da inserção dos jovens na vida laboral. As diferenças na inserção possibilitam indicar os caminhos para compreender as especificidades brasileiras na inserção da juventude no mundo do trabalho. Mesmo em uma região com tantas similaridades, as diferenças apontam que a condição subordinada na Divisão Internacional do Trabalho não é o único elemento relevante de determinação da dinâmica do mercado de trabalho e da vida laboral da juventude, posto que Países como Chile, Argentina e Uruguai possuem indicadores melhores que os do Brasil. Tal observação aponta para necessidade de identificar quais elementos históricos e estruturais levam o país a reproduzir tais características ocupacionais. Será apresentado o quadro econômico da América Latina concomitante a apresentação dos indicadores de inserção da juventude no mercado de trabalho.

A precariedade da inserção do jovem na vida laboral na América Latina se configura como uma característica estrutural do mundo do trabalho na região, uma vez que o quadro pouco se modificou nos diferentes ciclos econômicos. Entre 2004 e 2014 o

PIB da América Latina partiu de U\$2,363 trilhões e atingiu em 2014 U\$ 6,405¹⁹, o que correspondeu a um crescimento de 271% em 10 anos. Ainda assim a taxa de desemprego entre os jovens continuou sendo três vezes maior que a dos adultos. Mesmo com a índices inéditos de escolarização, maior acesso a novas tecnologias e maior familiaridade com as inovações tecnológicas, os jovens da região enfrentam maior desemprego e participação em ocupações precárias.

Gráfico 3 - População por faixa etária de 1985 a 2060 (Em milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE/CEPAL/CAF e Divisão de população das Nações Unidas (2015)

A América Latina ainda é uma região preponderantemente jovem, porém passando por uma rápida transição demográfica. Segundo OIT (2013, p. 13) e CEPAL (2017), em 1950, 79% dos 162 milhões de habitantes eram pessoas com menos de 40 anos de idade, em 2013, dos 599 milhões de habitantes, 69% possuíam menos de 40 anos, porém as projeções apontam que em 2050 o percentual de pessoas com menos de 40 anos cairá para 49%, conformando, pela primeira vez, uma sociedade majoritariamente composta por pessoas com mais de 40 anos de idade. A mudança demográfica deve ser atribuída a dois fatores: a redução da taxa de fecundidade e ampliação da expectativa de vida. Em 1950 a expectativa de vida na região era de 52 anos, em 2013 subiu para 72 anos e espera-se que em 2050 seja de 81 anos idade. Vale destacar que a heterogeneidade

¹⁹ <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZJ>

social é uma marca “intra” e “entre” os países, expressa não apenas na expectativa de vida como também na taxa de fecundidade. A transição demográfica²⁰ está em fases distintas nos diversos países da região, enquanto Bolívia, Guatemala e Haiti encontram-se em um estágio moderado da transição, países como México, Peru e Colômbia estão na etapa plena; Argentina e Costa Rica estão na etapa avançada, Cuba, Brasil, Chile e Uruguai estão na etapa muito avançada.

Entre 1950 e 2010 a juventude de 15 a 24 anos na América Latina mais que triplicou, partindo de 31 milhões em 1950, e chegando a 105 milhões de pessoas em 2010. Em 2013 caiu para 102 milhões e, em 2050, cairá para 92 milhões (CEPAL, 2017). Até 2010 a maioria dos jovens tinham entre 15 e 19 anos, nas décadas seguintes se espera um equilíbrio no número de jovens com idade entre 15 e 19 anos e 20 e 24 anos. Estas mudanças de participação das faixas etárias possuem considerável relevância para as políticas públicas de juventude, uma vez que a faixa etária mais jovem deve estar prioritariamente na escola, enquanto na faixa etária mais velha, os jovens demandarão trabalho e estudo.

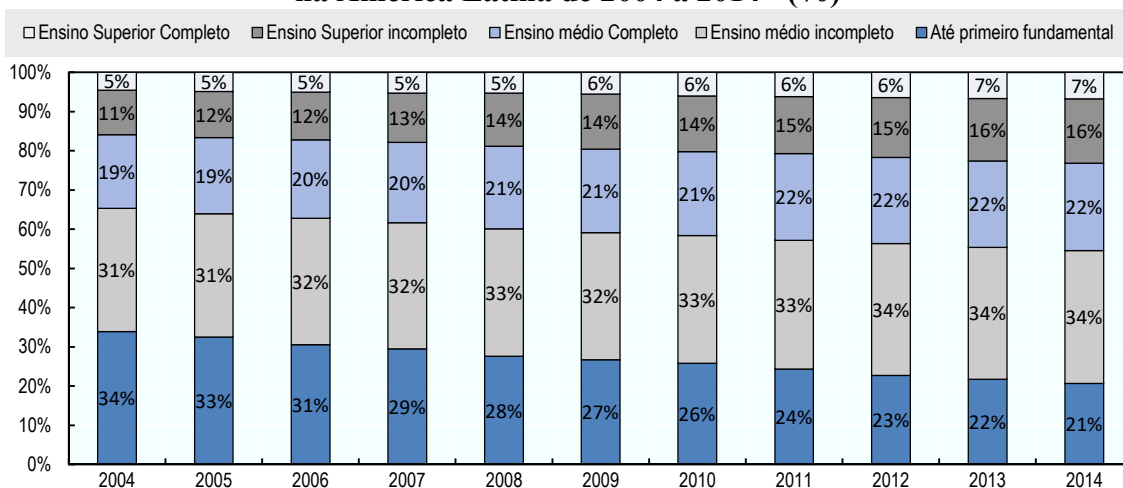
A educação isoladamente não é capaz de solucionar as deficiências estruturais do mercado de trabalho, mas certamente é um dos principais indicadores da desigualdade na região, posto que, por um lado, ela é um elemento fundamental para elevação da produtividade, acesso ao emprego decente e construção de uma trajetória de desenvolvimento e, por outro, também se apresenta como determinante na promoção da cidadania e fortalecimento da coesão social. A partir da década de 1990 a região tem registrado importantes avanços no campo educacional, tendo garantido quase acesso integral ao ensino primário, porém o mesmo não tem ocorrido quando se trata do ensino secundário. A região possui uma taxa líquida média de matrícula na educação secundária na faixa de 73%, mas com grande distorção entre países. Ainda que países como Cuba, Argentina e Chile tenham uma taxa líquida de matrícula no ensino secundário maiores que 80%, países como a Guatemala e Nicarágua possuem uma taxa menor que 50%. Deve ser considerado que entre os anos 1990 e 2000 a taxa de deserção no ciclo secundário cresceu entre os jovens, ainda que tenha caído substancialmente no Brasil, Peru, Chile e Costa Rica. A Taxa de deserção no México em 2011 era de 30% e no Uruguai era de mais

²⁰ A teoria da transição demográfica do estadunidense Frank Notestein sugere que as regiões registram ciclos de intensificação e redução demográficas, oriundos de diversos motivos. Após o ciclo de explosão populacional ocorre um período de estabilização demográfica, gerada por mudanças tanto na taxa de natalidade quanto na de mortalidade, que é sucedido pelo envelhecimento da população.

de 20%. Como ocorre em outras regiões do mundo, as mulheres possuem maiores níveis de escolaridade, o que não significa a obtenção de melhores empregos e salários.

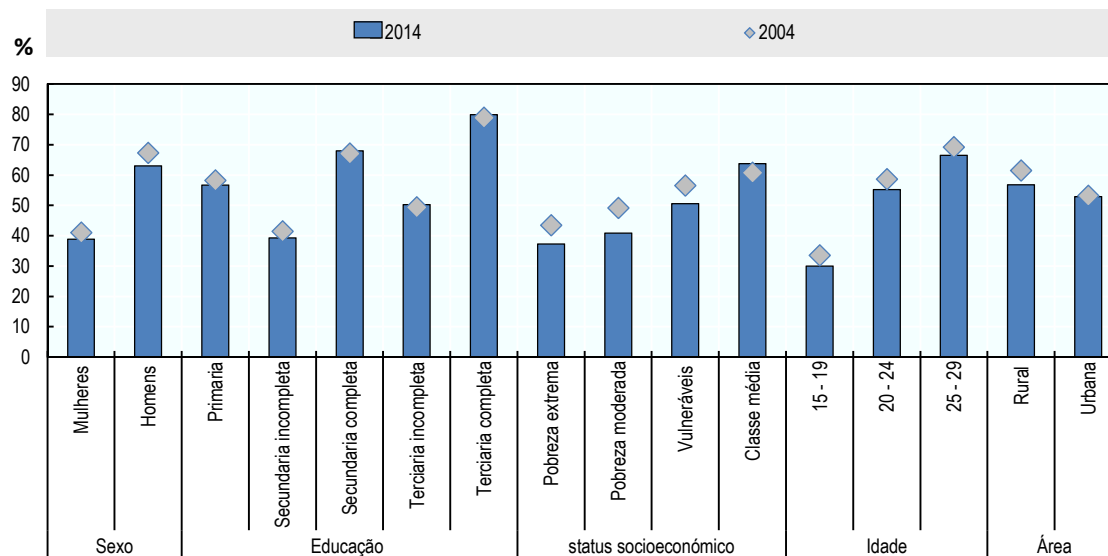
O maior acesso ao ensino superior amplia a capacidade de os países produzirem ciência, tecnologia e políticas públicas, o que torna o ensino universitário quase que um piso para o acesso à empregos decentes. A América Latina ampliou o acesso ao ensino terciário entre 2008 e 2015, porém, reproduzindo ainda uma grande dispersão das taxas de acesso ao ensino superior. Em 2008 a taxa de matrícula no ensino superior era de 38% na média dos países da região, taxa que cresceu 8 pontos percentuais até 2015, atingindo 46,8%. Países como Argentina e Chile possuem taxas de matrícula no ensino superior acima de 80%, enquanto Brasil, Uruguai e Colômbia possuem taxas menores de 56% e México e Jamaica possuem taxas de matrícula inferiores a 30%.

Gráfico 4 - Proporção da população de 15 a 54 anos e o nível de educação atingida na América Latina de 2004 a 2014 - (%)



Fonte: OCDE/Banco Mundial e CEPAL (2018)

Entre 2004 e 2014 a região ampliou de 19% para 34% a população com ensino médio completo e de 5% para 7% a proporção de pessoas com ensino superior. Ainda que a ampliação da escolarização mantenha a América Latina em uma posição modesta em comparação aos países desenvolvidos, os avanços no campo da educação contribuem na redução das grandes desigualdades existentes na região. A ampliação da escolarização deve-se a dois fatores relevantes: os investimentos públicos em educação oriundos de o período de crescimento econômico com distribuição de renda; e a imposição do mercado de trabalho contemporâneo que exige maiores qualificações em um ambiente de abundância de trabalhadores com elevada formação.

Gráfico 5 - Nível de Ocupação por categorias e segmentos. 2004 e 2014 (%)

Fonte: OCDE, BANCO MUNDIAL e CEPAL (2017)

Nota: Média ponderada da América Latina (18 países): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Uruguai. a República Bolivariana da Venezuela.

Mesmo com o avanço no acesso ao ensino secundário e superior dos anos 1990 até os dias atuais, a desigualdade entre países e segmentos juvenis se mantém. Uma das desigualdades mais expressivas reside no nível de escolarização a partir dos distintos quintis de renda. Enquanto menos de 30% dos jovens pertencentes ao quintil de famílias mais pobres concluem o ensino secundário, mais de 80% dos jovens das famílias com rendas mais elevadas concluem este nível de formação. O mesmo ocorre no ensino superior, visto que apenas 0,6% dos jovens pobres concluem esta fase da formação, enquanto 22% dos jovens do quintil de maior renda concluem o terceiro grau (CEPAL, 2017). O acesso e a permanência continua sendo um importante fator de reprodução das desigualdades, reforçando a justificativa meritocrática de que os jovens mais pobres ocupam vagas de empregos mais precárias por não possuírem maiores níveis educacionais, porém, a seletividade social do sistema educacional pode representar apenas uma justificativa para a manutenção da estrutural desigualdade latino-americana.

Ao observar a taxa de ocupação entre 2004 e 2014 a partir de diferentes especificidades da força de trabalho, constata-se que a ampliação da escolarização não guarda uma relação incontestável com a taxa de ocupação, posto que no período em questão a taxa de ocupação das mulheres não se alterou significativamente, mesmo que as jovens (mulheres) tenham ampliado sua escolarização em taxas superiores a dos jovens

(homens); e a taxa de ocupação entre os diferentes níveis de escolaridade também não se modificou, ainda que a região tenha ampliado seu nível educacional.

O nível de participação da juventude no mercado de trabalho é um indicador que sofre impacto de fatores estruturais e conjunturais, tais como mudanças demográficas, mudanças do nível da atividade econômica, nível da escolarização do país, mudanças institucionais e socioculturais que alteram as desigualdades de gênero e nível de renda das famílias. Fatores culturais e o nível da renda das famílias pode propiciar um ambiente que estimule protelamento da entrada no mercado de trabalho, a fim de elevar sua escolarização para ingressar no mercado de trabalho em ocupações de maior qualidade, o que pode trazer benefícios a trajetória laboral e contribuir para melhora nas condições sociais de toda família. Conclui-se que a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho atende a uma lógica distinta da participação dos adultos, visto que não dependem apenas de sua renda para se manterem, sendo impactados de forma distinta dos adultos por políticas públicas de seguridade, seja por estarem mais sujeitos a ocupações informais, seja por não possuírem a mesma urgência que os adultos em encontrar uma ocupação remunerada.

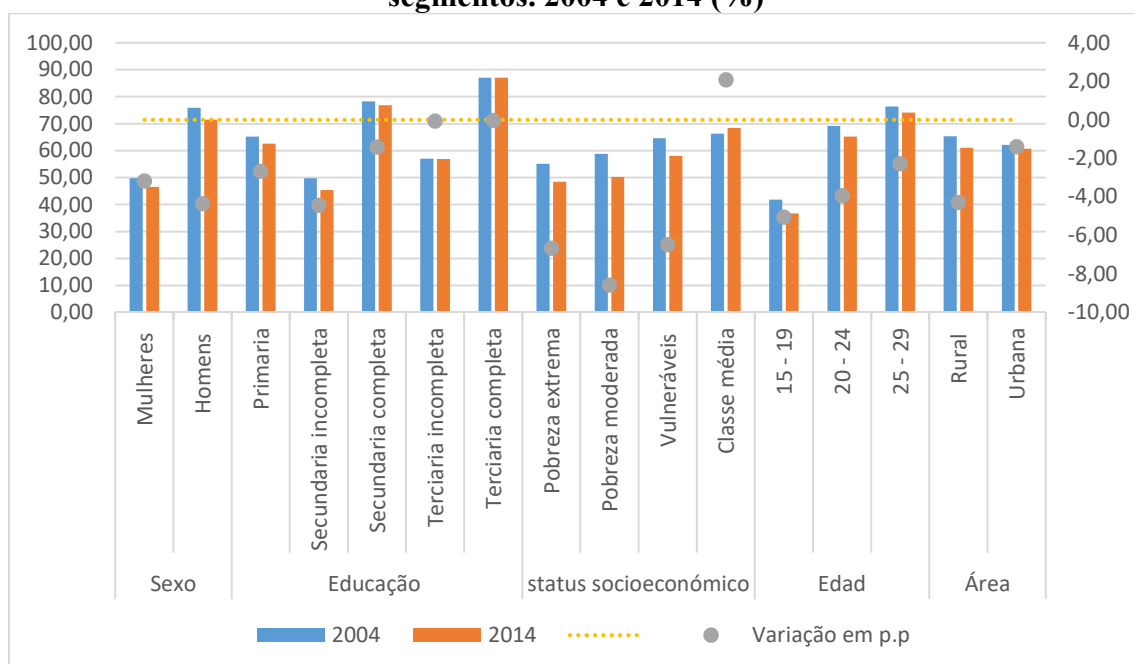
Entre os anos de 2003 a 2008 a América Latina e Caribe experimentaram substantivas taxas de crescimento econômico, que impactaram positivamente o mercado de trabalho, que registrou no período uma redução de 2,4 pontos percentuais no nível de desemprego. Após a crise econômica de 2008 a região registrou um decréscimo do PIB de 1,9%, o que afetou inicialmente o mercado de trabalho, gerando milhões de desempregados. Porém, a economia nos anos seguintes se recuperou, provocando uma redução no desemprego em 2009, que partiu de 7,5%, chegando a 6,6% em 2012. Ainda que a juventude possua uma inserção laboral de pior qualidade que os adultos, a juventude também foi impactada com as mudanças no mercado de trabalho na região. Nos anos 2000 verifica-se uma redução da participação laboral dos jovens, porém, grande parte desta redução se deve ao Brasil, dado que corresponde a cerca de 40% da população ativa da região.

De acordo com a OIT (2013), a taxa de participação da juventude na região declinou entre 2005 e 2011 de 55,2% para 47,9%. Tal processo não se verifica entre os trabalhadores adultos, que tiveram uma ampliação da participação no mesmo período. Argentina e Chile possuem os menores níveis de participação juvenil no mercado de trabalho, expressos respectivamente em 38,6% e 35,4%, países também com maiores

níveis de escolarização. No outro extremo estão Paraguai e Brasil, com uma taxa de participação de 57,2% e 59,0% respectivamente.

A redução da taxa de participação da juventude no mercado de trabalho nos anos 2000 não foi oriunda de uma crise econômica ou deterioração do mercado de trabalho. Segundo OIT (2013), este fenômeno possui uma correlação com a elevação da escolaridade, e pode ser identificado a partir da desigualdade nos níveis de escolarização. Ainda que a participação tenha reduzido entre 2005 e 2011 entre jovens com até o nível secundário, a participação dos jovens que possuem até o ensino primário é cerca de 5 pontos percentuais maior que os jovens com curso secundário e 10 pontos percentuais maior que os jovens com curso superior. Outro dado importante na região é que, além das mulheres possuírem uma participação menor que a dos jovens rapazes, existe uma correlação inversa entre a desigualdade e o nível de formação. Dito de outra forma, quanto menor o nível de formação, maior a desigualdade entre mulheres e homens jovens. Enquanto os homens de 15 a 24 anos com até o curso primário possuem uma participação de mais de 30 pontos percentuais a mais que das jovens mulheres com mesmo nível educacional, entre homens jovens com curso superior a discrepância está em torno de 5 pontos percentuais.

Gráfico 5 - Taxa de participação na força de trabalho por características e segmentos. 2004 e 2014 (%)



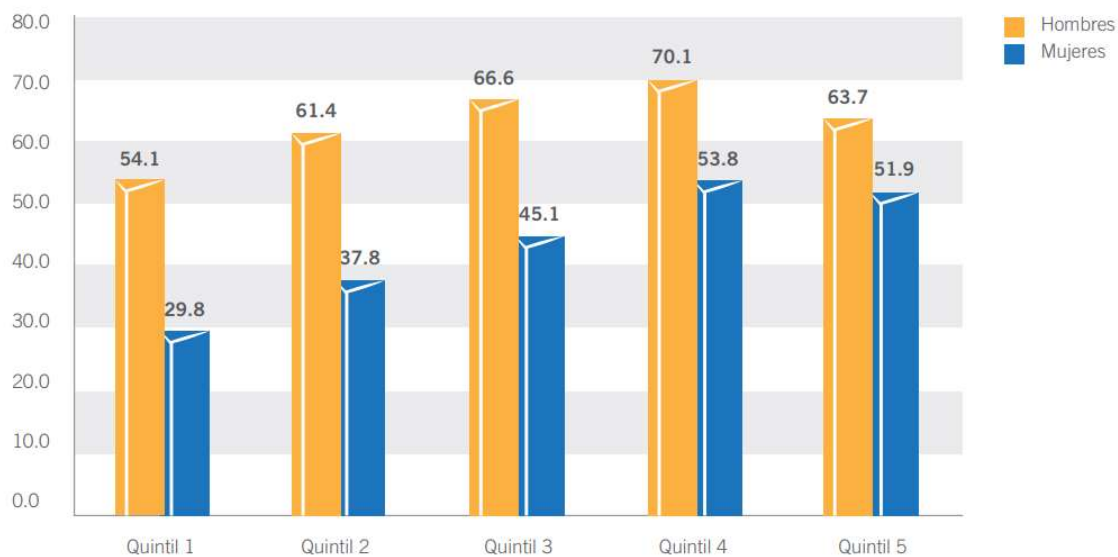
Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016), com dados da OCDE, BANCO MUNDIAL e CEPAL.

Nota: Média ponderada da América Latina (18 países): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai...

Uma análise de um período mais alargado e em uma perspectiva multidimensional evidencia uma redução da participação na força de trabalho nos mais distintos segmentos das sociedades latino-americanas. A partir do relatório OCDE/CEPAL/CAF (2016), constata-se ainda uma redução de desigualdades entre os anos de 2004 e 2014. Que pese que o estudo não tenha sido capaz de captar os impactos da crise econômica que assola a região, sobretudo o Brasil que representa grande parcela da força de trabalho, os avanços no mercado de trabalho nos anos 2000 tendem a não se reverterem completamente. Ainda que a taxa de participação dos homens e das mulheres tenham reduzido entre 2004 e 2014, e a diferença permaneça elevada, a desigualdade na taxa de participação entre homens e mulheres reduziu no período. Entre 2004 e 2014 a taxa de participação dos homens reduziu de 75,9% para 71,55%, enquanto a das mulheres estava em 49,79% para 46,62%.

Outro fato relevante foi a redução de taxa de participação da juventude de 15 a 29 anos entre 2004 e 2014, em especial entre os jovens de menor idade, o que tende a contribuir com a ampliação da escolarização. Entre 2004 e 2014 os jovens de 15 a 19 anos registraram uma redução de 5,03 pontos percentuais (p.p.) de participação, os de 20 a 24 anos uma redução de 3,93 p.p. e os de 25 a 29 anos uma redução de 2,27 p.p.. A redução da taxa de participação na força de trabalho dos mais jovens também se expressa na redução da participação da população latino-americana com menor nível de escolarização, posto que ocorreu no período uma redução da participação de 4,42 p.p. entre as pessoas com curso secundário incompleto.

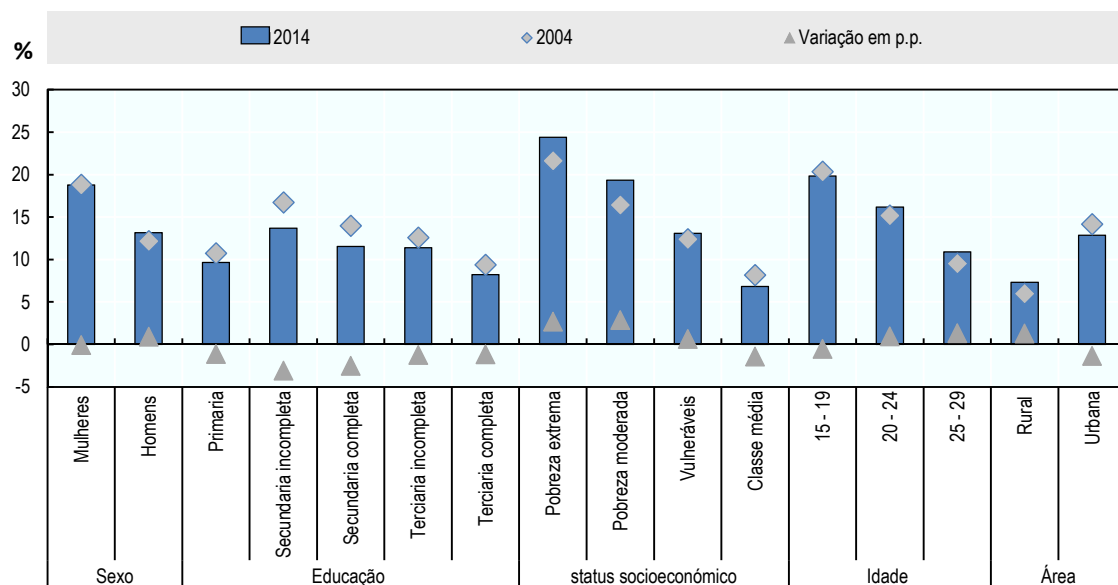
Gráfico 6 - América Latina - Taxa de participação de jovens de 15 a 24 anos segundo quintis de renda familiar per capita (2011)



Fonte: OIT, 2013

Porém, ainda se verifica na região uma clara desigualdade na taxa de participação da juventude conforme se altera o nível de renda familiar, estabelecendo em 2011 a maior diferença entre o primeiro e o quarto quintil de renda, chegando a uma diferença de 16 pontos percentuais entre 1º e 4º quintil de renda familiar per capita. Outro dado é que a desigualdade entre homens e mulheres jovens se reduz entre jovens de famílias com renda mais elevadas. Com exceção do México e Venezuela, o declínio da participação do último quintil em relação ao quarto ocorre em todos os países da região, o que pode estar relacionado a uma elevação no tempo de formação e preparação para o trabalho entre as famílias com maiores níveis de renda.

Gráfico 7- Taxa de desemprego na força de trabalho por características e segmentos. 2004 e 2014 (%)



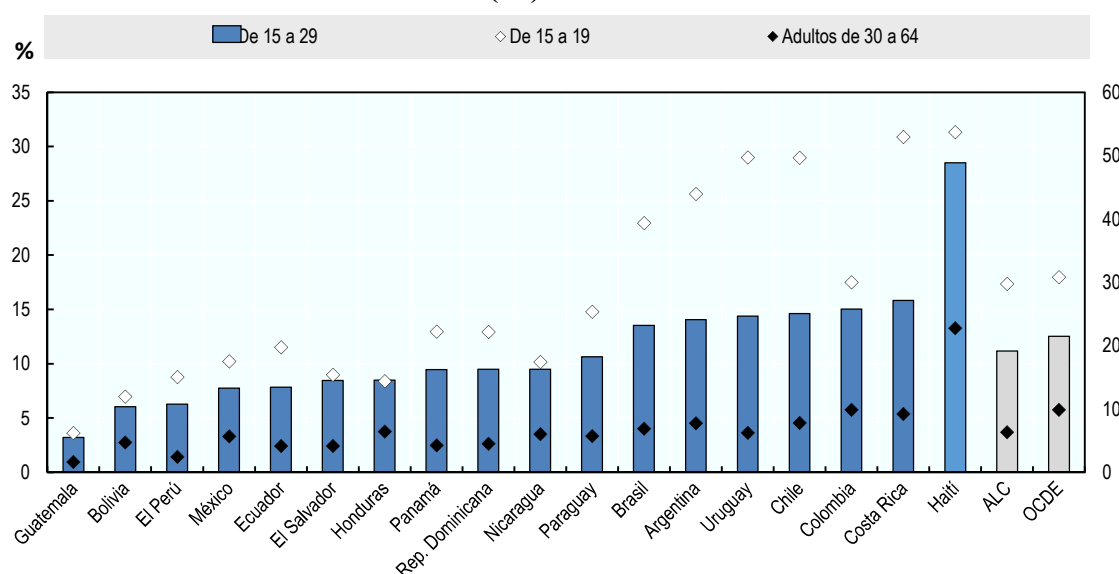
Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016), com dados da OCDE, BANCO MUNDIAL e CEPAL.

A juventude possui, na América Latina, uma taxa de desemprego que representa 2,9 vezes a taxa de desemprego dos adultos. Observando a variação da taxa de desocupados pode-se constatar que em 2008 a juventude apresentou taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos, que reduziu para 2,8 em 2009, subiu para 2,9 e voltou para 3,0 em 2011. Constata-se com isso que a Juventude não foi inicialmente tão afetada pela crise quanto os adultos, porém, quando quadro econômico melhorou o nível de ocupação dos jovens se elevou em uma velocidade menor que a dos adultos.

Entre 2004 e 2014 a taxa de desemprego na região se modificou menos que a taxa de participação, o que contribuiu para a reprodução das desigualdades já existentes neste indicador. Deve-se destacar que a taxa de desemprego guarda relação direta com o nível de participação da força de trabalho e com as condições objetivas que cada sociedade oferece para que os indivíduos busquem reingressos mais qualificados no mercado de trabalho. Na década analisada o desemprego reduziu 0,5 p.p. entre os jovens de 15 a 19 anos (19,85% de desemprego em 2014), justamente a faixa etária que contou com maior redução da participação na força de trabalho. Entre os jovens entre 20 e 24 anos e 25 e 29 anos a taxa de desemprego em 2014 era 16,16% e 19,92%, aumentando respectivamente 0,97 p.p. e 1,37 p.p., entre 2004 e 2014. Observando a redução do desemprego a partir dos diferentes níveis educacionais constata-se uma convergência com a variação da taxa de participação. Em 2014 o nível de desemprego das pessoas com até educação primária era de 9,67%, o que corresponde a uma redução de 1,09 p.p. entre 2004 e 2014. Já entre as pessoas com educação secundária incompleta o desemprego era de

13,68, porém, com uma redução na taxa de desemprego 3,03 p.p. menor que em 2004. Entre as pessoas com educação secundária completa a redução da taxa de desemprego na década em questão foi de 2,47 p.p., o que também corrobora com a tendência de variação da taxa de participação. Mesmo com o expressivo crescimento econômico da região nos anos 2000, o desemprego continua impactando de forma contundente as sociedades latino-americanas, evidenciando, inclusive as mais profundas desigualdades econômicas e sociais.

Gráfico 8 - Taxa de desemprego por faixas etárias em 18 países na América Latina (%) - 2014



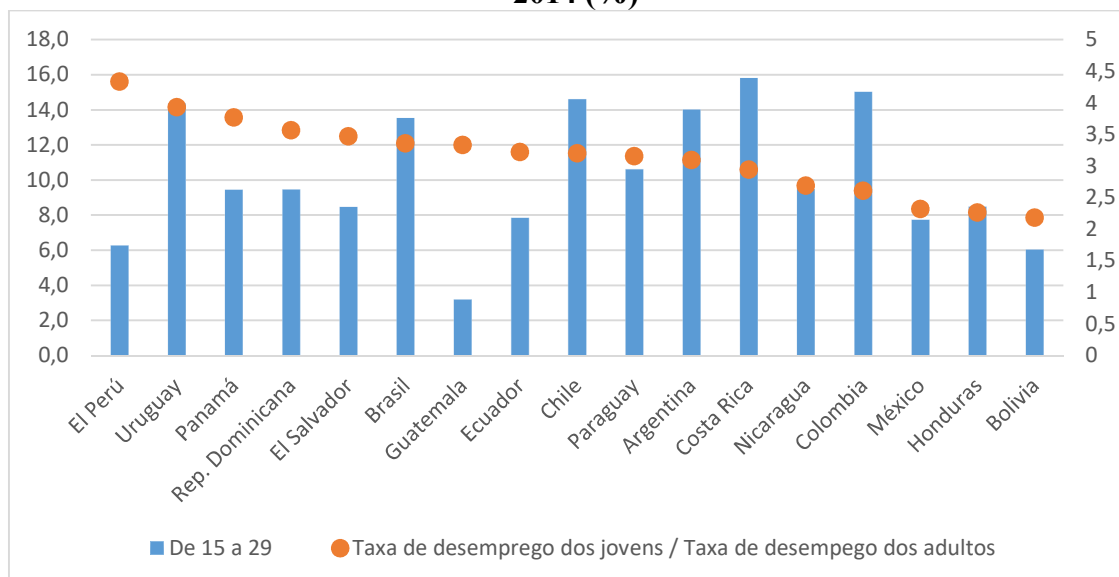
Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016), com dados da OCDE, BANCO MUNDIAL e CEPAL.

Em 2011 três países latino-americanos possuíam taxa de desemprego de jovens acima da segunda de 20%: Colômbia, Uruguai e Costa Rica, como 20,6%, 20,1% e 20,1% respectivamente. Chile, Argentina e Brasil são os países que também convivem com elevada taxa de desemprego, expressas, em 2011, em 19,2%, 18,8% e 18,3% respectivamente. Os países com menores taxas de desemprego entre os jovens são Guatemala, Bolívia e México, com respectivamente 6,9%, 8,7% e 10,6% de desemprego. Em 2014, entre os 18 países da América Latina analisados, constata-se que os países com maiores taxas de desemprego são respectivamente Costa Rica (15,8%), Colômbia (15%), Chile (14,6%), Uruguai (14,4%), Argentina (14%) e Brasil (13,5%). Porém, quando observados os países com maior distância entre a taxa de desemprego entre jovens e adultos constata-se uma relevante diferença, em primeiro lugar vem o Peru, onde a taxa

de desemprego dos jovens é 4,3 vezes maior que dos adultos, Uruguai, com uma diferença de 3,9 vezes e Panamá com uma diferença de 3,8 vezes. O Brasil vem mais uma vez em sexto lugar, visto que a taxa de desemprego dos jovens é 3,4 vezes maior que dos adultos.

Os dados acima indicam que a taxa de desemprego não é uma variável suficiente para indicar o nível de desenvolvimento dos países, já que a taxa de desemprego da OCDE em todas as faixas etárias é maior que da média da América Latina. A pobreza e as deficiências dos serviços públicos obrigam que os latino-americanos aceitem qualquer ocupação, sobretudo em períodos de crise econômica prolongada.

Gráfico 9 - Diferença de taxa de desemprego entre jovens/adultos América Latina 2014 (%)



Fonte: Com dados de OCDE/CEPAL/CAF (2016)

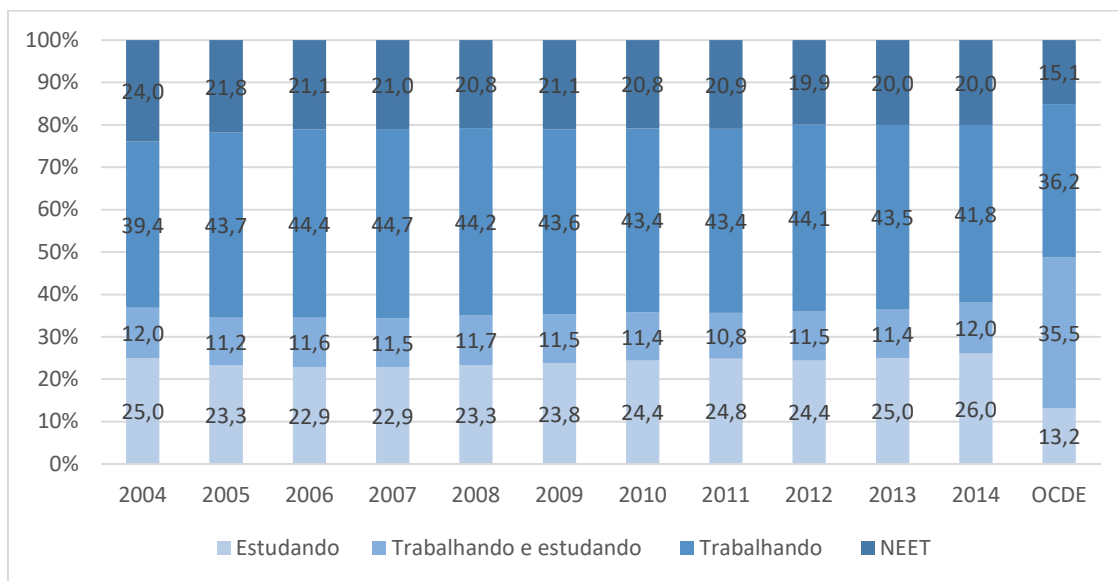
A distância da taxa de desemprego entre jovens e adultos indica, por um lado, que a juventude é compelida a ingressar no mercado de trabalho precocemente, por outro, que a estrutura produtiva da região não absorve a numerosa força de trabalho jovem, oriunda de sua elevada taxa de participação. Quando observada a variação da taxa de desemprego na América Latina com desagregação por quintis de renda constata-se que no período de crescimento econômico na região, o desemprego cresceu no quintil de renda mais baixo, enquanto reduziu nos outros, o que aponta que o crescimento não é suficiente para inserir adequadamente os jovens mais pobres na vida laboral. O mesmo pode ser verificado na desigualdade entre mulheres e homens jovens, além das mulheres

serem penalizadas com taxas de desemprego mais elevadas, a distância entre a taxa de desemprego das mulheres e homens jovens das famílias mais pobres se elevou.

Ao observar a variação das taxas de desemprego desagregando por níveis educacionais constata-se um paradoxo entre os homens jovens, que consiste em um maior nível de desemprego quanto maior o nível educacional. Este fenômeno pode ser explicado pela estrutura produtiva latino-americana que cresce gerando ocupações de pior qualidade. Entre as jovens mulheres verifica-se a redução da distância do desemprego entre homens e mulheres nos anos de crescimento econômico, porém a desigualdade continuou elevada. Ocorre uma inversão quanto ao nível de desempregados entre as pessoas com curso superior. Se o desemprego é maior entre os jovens rapazes com curso superior, entre as jovens mulheres a menor incidência de desemprego está exatamente entre as mulheres com este nível educacional, ainda assim, a proporção de mulheres com curso superior desempregada é maior que entre os homens.

A conciliação entre estudo e trabalho é uma realidade bastante difundida na América Latina, seja por elementos socioculturais que sobrevalorizam a necessidade do ingresso precoce no mercado de trabalho, seja pela necessidade imposta pela baixa renda familiar. América Latina e África Subsaariana são as regiões com maior incidência de conciliação trabalho e estudo. Durante os anos 2000 na América Latina, a proporção de jovens que não estudam nem estão trabalhando reduziu entre 2005 e 2007, crescendo no período pós crise. Porém, verifica-se uma elevação na proporção dos jovens que só estudavam e uma redução nos que só trabalhavam, o que sugere que, em momentos de elevado desemprego, parcela da juventude busca ampliar sua escolarização a fim de melhorar suas possibilidades de reinserção profissional.

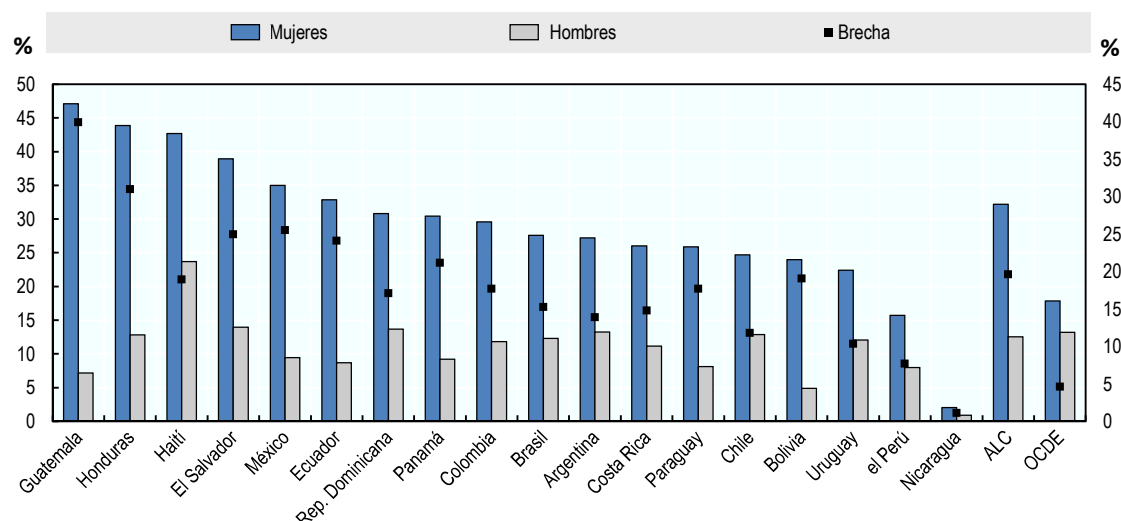
Gráfico 10 - Evolução do tipo de atividade dos jovens de 15 a 29 anos na América Latina entre 2004 e 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE/CEPAL/CAF (2016)

Em termos agregados a América Latina registrou importantes avanços entre 2004 e 2014 na redução do número de jovens que não estudam, não trabalham e nem estão em curso de preparação para o trabalho, os chamados NEET. A proporção dos jovens que só trabalha manteve-se relativamente estável entre 2004 e 2014, em torno de 12%. A proporção de jovens que trabalham e estudam partiu de 39,4% em 2004, atingiu seu teto em 2007 em um patamar de 44,7%, reduzindo para 41,8% em 2014. A proporção de NEETs partiu de 24% em 2004, reduziu para 21% no ano seguinte e manteve-se relativamente estável até 2014, chegando a uma proporção de 20%. Ainda que tenha reduzido a proporção de jovens que não trabalham, não estudam, nem estão em formação para o trabalho, a América Latina está longe de atingir o patamar de 15% da média dos países da OCDE. Como afirma Cardoso (2013), enquanto os NEETs acometem na América Latina jovens de famílias pobres, na Europa esse fenômeno é fundamentalmente um problema das famílias de classe média, o que aponta para a necessidade de melhor compreensão do NEETs nos países subdesenvolvidos.

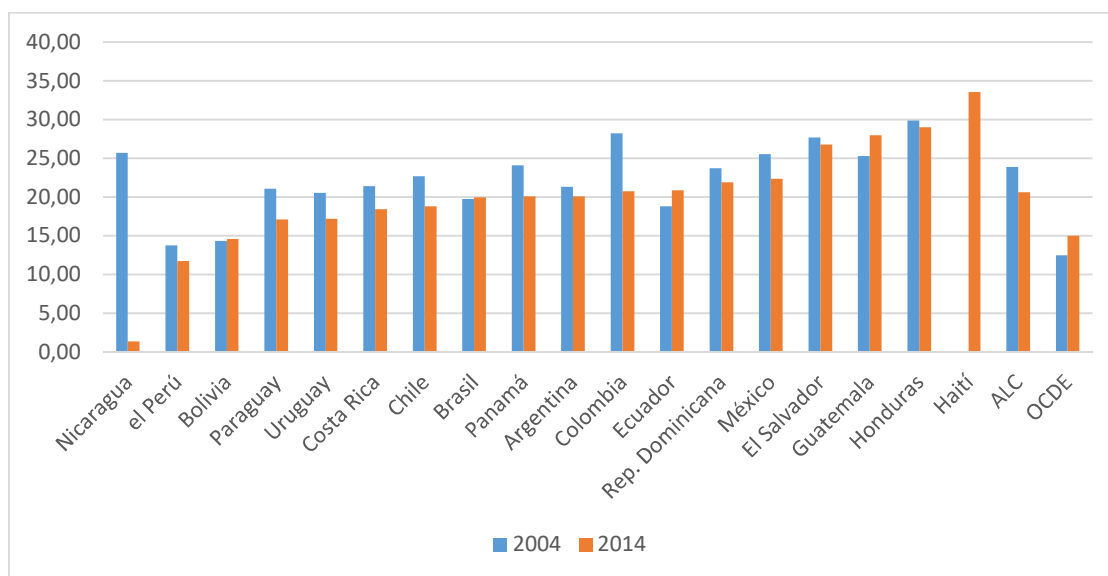
Gráfico 11 - Taxa de homens e mulheres jovens NEETs de 15 a 29 anos em 2014



Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016)

Ao realizar uma desagregação por sexo, constata-se que em 2014 que a taxa de jovens mulheres que não estudam nem estão trabalhando é 19,7 pontos percentuais maior que a dos homens jovens - ainda que as mulheres que só estudam tenham um percentual de participação por volta de 5 pontos percentuais menor que a dos homens. É possível que a jovens mulheres, cientes dos obstáculos cristalizados no mundo do trabalho, busquem uma melhor qualificação a fim de mitigar as desigualdades; outra possibilidade não excludente, é que ao ingressarem mais tarde no mercado de trabalho, as mulheres possuem melhores condições de ampliar seu nível educacional. Dos jovens que não estudam nem estão trabalhando 72% são mulheres. Dentre estas, 71,4% dedicam-se ao trabalho doméstico, contra 15% dos jovens rapazes, expressando assim uma diferença fundamental na composição dos jovens NEETs. Os países da região com maiores níveis de jovens que não estudam nem estão trabalhando ou em curso preparatório para o trabalho em 2014 eram Haiti (33,5%), Honduras (29%), Guatemala (28%), El Salvador (26,8%) e México (22,4%). Já os países com menores níveis são Nicarágua (1,4%), Peru (11,7%), Bolívia (14,6%), Paraguai (17,1%) e Uruguai (17,2%). O Brasil em 2014 estava com uma proporção de NEETs semelhante à média da América Latina, posto que entre 2004 e 2014 o país ampliou o percentual de NEETs de 19,7% para 20%, enquanto no mesmo período a média da região declinou de 23,9% para 20,6%.

Gráfico 12 - Percentual de Jovens de 15 a 29 anos que não estão estudando, não possuem emprego, nem estão em curso preparatório para o trabalho em 2014 - América Latina



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE/CEPAL/CAF (2016)

A concentração da renda nos países da América Latina influencia o número de jovens que não trabalham e não estudam, o que pode ser observado entre jovens de famílias com diferentes faixas de renda. Entre os jovens do quintil de menor renda familiar per capita, cerca de 30% não estudam nem estão trabalhando. Quando se trata das jovens mulheres, o percentual sobe para 40%. A proporção de jovens NEET se reduz *pari passu* se eleva o nível de renda familiar. Ainda que entre os quintis de renda mais elevados se reduza a distância de incidência de NEET entre mulheres e homens jovens, as mulheres possuem maior proporção de NEET em todas as faixas de renda.

A transição da escola para o trabalho é um grande desafio para os jovens em todo o mundo, sobretudo na América Latina que conta com taxas tão elevadas de informalidade e conciliação escola/trabalho. A OIT construiu um indicador de transição que não leva em consideração apenas a saída da escola e ingresso em alguma ocupação remunerada; o indicador acrescenta outros fatores como a satisfação do jovem com sua ocupação e o nível de estabilidade com o trabalho exercido. Considera-se, então, que a transição foi realizada quando o jovem se encontra em uma ocupação compatível com sua formação e aspirações, e que esta ocupação estável e duradoura, possibilita que o jovem progrida profissionalmente. Os estudos de transição na América Latina apontam que a transição é mais prolongada entre jovens com menor nível educacional e pertencentes a famílias com menores rendas familiares per capita.

A observação das mudanças de situação de atividade dos jovens com diferentes níveis de renda familiar permite algumas conclusões sobre o processo de

transição escola trabalho e da trajetória dos jovens na região. Em primeiro lugar deve ser observado que a desigualdade neste indicador é menor no começo da juventude entre os 15 e 17 anos, depois vai se alargando no transcorrer da vida laboral. Ainda que os dados sugiram a existência de uma menor desigualdade, o que ocorre de fato é que as distorções já estão presentes em diversos fatores que antecedem o início da juventude, como o acesso ao capital econômico das famílias, que se desdobra em acesso a alimentação adequada, educação de qualidade e ampliação do capital cultural e social.

Entre as pessoas em pobreza extrema na América Latina, aos 19 anos de idade a proporção de jovens estudando (23,0%) cai para um nível abaixo da proporção de Jovens NEET e trabalhando informalmente, que somam nesta idade 63,7% dos jovens. A proporção de jovens estudando ou conciliando trabalho e estudo cai drasticamente entre os 19 e 23 anos de idade e permanece baixo até os 29 anos. É entre os 23 e 25 anos a idade que as pessoas em pobreza extrema têm uma proporção estável de acesso ao emprego formal por volta dos 10%.

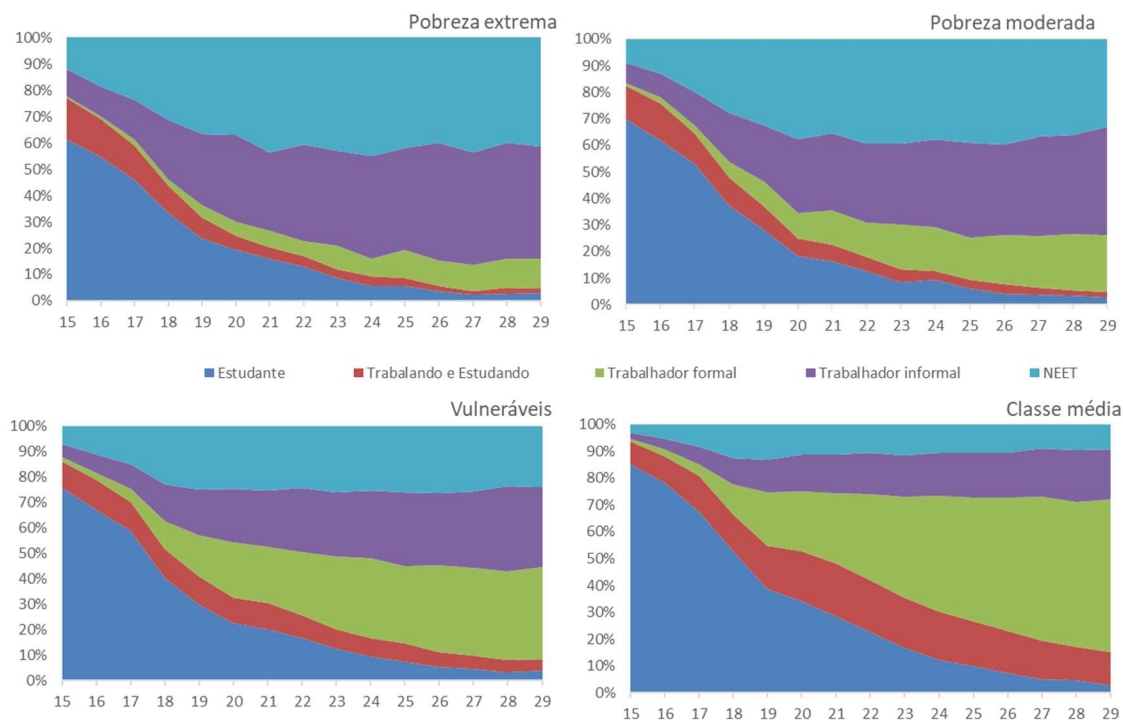
Entre os jovens que pertencem a famílias classificadas em pobreza moderada constata-se uma situação semelhante à dos jovens em extrema pobreza, quanto ao período que se dedicam exclusivamente ao estudo ou conciliam trabalho e estudo. A diferença mais significativa reside em um maior acesso ao emprego formal por parte dos jovens em pobreza moderada. Porém, ainda que tenham mais acesso ao emprego formal, é no emprego informal e os NEET a situação de mais de dois terços destes jovens entre os 20 e 24 anos e três quartos dos jovens entre 25 e 29 anos.

Os jovens que pertencem a famílias classificadas como vulneráveis registram uma distribuição etária distinta das duas categorias anteriores, inicialmente por registrar uma proporção de estudantes em todas as faixas etárias. Ainda que a proporção de jovens que trabalham e estudam tenha uma distribuição semelhante à dos jovens em situação de pobreza moderada e extrema, a diferença mais relevante se encontra na elevação da proporção de jovens em um trabalho formal, que atinge os dois dígitos entre os jovens com 18 anos, chegando em 36% entre as pessoas com 29 anos. Enquanto cresce a proporção de jovens em empregos formais, declina proporcionalmente os jovens em ocupações informais e o NEETs.

A situação de ocupação evidencia uma expressiva desigualdade no transcorrer da vida dos jovens da América Latina. Como pode ser observado no Gráfico 13, a proporção de jovens de classe média estudando é muito expressiva mesmo após os

19 anos, o que significa dizer que grande parte da classe média só inicia sua vida laboral após concluir o ensino médio e, em muitos casos, o ensino superior. Merece destaque também que a situação preponderante a partir dos 22 anos é o emprego formal. Entre os jovens deste recorte socioeconômico, a proporção de jovens em emprego formal é maior que o informal a partir dos 18 anos, quando a proporção é de 11,1% e cresce de forma estável durante toda a juventude, chegando aos 29 anos em uma proporção de 57%. O emprego informal também cresce na mesma faixa etária, partindo de 9,8% para os 18,4% aos 29 anos. Entre a classe média, a taxa de NEET atinge seu teto entre os jovens com 23 anos e a proporção cai a partir de então, chegando a 9,4% entre os jovens de 29 anos.

Gráfico 13 - Situação e dos Jovens por atividade econômica e idade na América Latina em 2014



Nota: Foram utilizadas as definições de fatores socioeconômicos do Banco Mundial, que consiste em: em pobreza extrema são as pessoas com rendimento familiar per capita de US\$ 2,50 por dia; em pobreza moderada são as pessoas com rendimento familiar per capita entre US\$ 2,50 e US\$ 4,00 por dia; vulneráveis são as pessoas com rendimento familiar per capita de US\$ 4,00 e US\$ 10,00 por dia; classe média são as pessoas com rendimento familiar per capita acima de US\$ 10,00 por dia. A comparação entre os países foi realizada a partir da média ponderada por meio da Paridade Poder de Compra. Os países analisados foram: Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia (doravante "Bolívia"), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai e Uruguai.

Fonte: Com dados de OCDE/CEPAL/CAF (2016) e OIT (2015)

Segundo a pesquisa de transição ETET – 2012 em três países da América Latina - Brasil, Peru e El Salvador -, constatou-se uma importante distinção entre países da região. Considerando os jovens de 15 a 29 anos, observou-se que, em 2012, 51,1% dos jovens brasileiros, 39,3% dos salvadorenhos e 49,6% dos peruanos realizaram a transição a um trabalho satisfatório e/ou estável. Porém a transição se consolida por motivos distintos entre os três países, dadas as diferenças na estrutura produtiva de cada país. No Brasil 37,7% dos jovens que realizaram a transição o fizeram por encontrarem um emprego estável, enquanto apenas 18,3% dos salvadorenhos e 12,9% dos peruanos apresentaram este motivo. Têm-se que a maioria dos jovens que realizaram a transição, o fizeram por meio de empregos temporários ou por conta própria, ainda que estes jovens tenham considerado estas ocupações satisfatórias. Outro dado que salta aos olhos é o menor nível de transição das jovens mulheres: A proporção de mulheres que realiza a transição é de apenas 39,5% no Brasil, 25,6% em El Salvador e 42,9% no Peru, enquanto entre os homens que realizam a transição no Brasil é de 62,7%, em El Salvador foi de 54,2% e no Peru foi de 56,4%. Isto significa que a diferença na transição entre homens e mulheres jovens no Brasil é de 20 pontos percentuais e em El Salvador é de 30 pontos percentuais.

Para identificar a qualidade dos empregos ofertados aos jovens na América Latina é necessária uma análise dos ramos de atividades e categorias profissionais, que permitirá identificar características do mercado de trabalho e da estrutura produtiva na região. Um dado relevante para compreender a estrutura ocupacional da juventude é o declínio da participação dos jovens na agricultura e, de forma menos acentuada, na indústria de manufatura. Este dado assume maior relevância devido à elevada participação relativa dos jovens neste setor. As inovações também são fatores relevantes na explicação da redução de oferta de trabalho nesses setores. Em contrapartida existe um crescimento da participação juvenil no setor terciário. Este setor é marcado por grande heterogeneidade, ofertando postos de trabalho que demandam elevada qualificação com elevados salários, como o setor financeiro, e ocupações com baixa qualificação e baixos e médios salários como o setor comercial e de serviços à pessoa.

Ainda que as pessoas de 15 a 24 anos possuam uma maior participação na indústria de manufatura, o setor secundário tem reduzido sua demanda por força de trabalho em escala Global. No setor terciário, os jovens possuem maior participação relativa no comércio e menor no serviço à pessoa. Enquanto 29,1% dos jovens ocupam-

se no comércio, apenas 23,2% dos trabalhadores com mais de 24 anos estão neste setor, quadro que se inverte na análise de serviço à pessoa, com 20,9% entre os jovens e 29% entre os adultos. Merece destaque o fato de que as mulheres são maioria no setor de serviços a pessoa em qualquer das faixas etárias. A juventude possui maior participação no setor primário em países andinos como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, enquanto os países do Cone Sul (Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e da América Central (México e República Dominicana) possuem maior participação no setor secundário da economia. A participação no setor terciário possui uma maior homogeneidade da participação da juventude, o que aponta para uma diferença nos tipos de ocupações ofertadas a partir das distintas estruturas produtivas.

Ao analisar a proporção de jovens por categorias profissionais, a primeira característica que chama atenção é a baixa proporção de jovens no setor público. Enquanto a proporção de adultos no setor público é superior a 12,0%, entre os jovens de 15 a 24 anos é de apenas 5,3%. Esta disparidade se relaciona tanto a uma característica do setor público, que demanda investimento educacional para ingressar em uma carreira via concurso público; quanto ao movimento de longo prazo de redução do papel do Estado e privatizações de empresas públicas na América Latina.

Outro dado relevante é a diferença de participação dos jovens no setor privado em empresas com diferentes dimensões. A relevância deste dado reside no fato de trabalhadores de microempresas estarem mais suscetíveis a ocupações inseguras, com menores salários e maior informalidade. Assistiu-se nos anos 2000 a um movimento de queda do emprego de jovens em microempresas, e, paralelamente, o aumento progressivo da participação de jovens em empresas pequenas, médias e grandes. A despeito desse movimento, mais da metade dos jovens ainda se encontra empregada em microempresas. Destaca-se um dado curioso que merece maior atenção: o fato de as mulheres possuírem maior participação em empresas de pequeno, médio e grande porte que os homens jovens. Contudo, nos anos 2000, o crescimento econômico da região fez com que os homens jovens ampliassem sua participação em empresas maiores, enquanto as jovens mulheres mantiveram uma participação pulverizada. Assim sendo, enquanto os jovens rapazes passaram a ocupar vagas mais estáveis em empresas de maior porte, durante o período de crescimento dos anos 2000, as jovens mulheres mantiveram uma participação estável em empresas pequenas e médias. A despeito da redução das desigualdades nos anos 2000, as

jovens mulheres possuíam uma participação no trabalho doméstico 20 vezes maior que a dos jovens rapazes.

A estrutura ocupacional da Juventude na América Latina é bastante heterogênea. Em países como Brasil, Chile, Argentina, Costa Rica, Panamá, Uruguai e México o trabalho assalariado é preponderante entre os jovens, superando uma proporção de 70%, mesmo no início da vida laboral. Já em países como Colômbia, Venezuela e República Dominicana, o trabalho por conta própria supera os 30%, podendo, até mesmo, ultrapassar a proporção de trabalho assalariado em alguns países. Em países como Bolívia, El Salvador, Honduras, Peru e Nicarágua o trabalho não remunerado assume maior importância, ultrapassando 20% dos jovens ocupados. Então, pode ser detectada como uma característica comum na região o fato de que a juventude experimenta diferentes modalidades de ocupações a depender da faixa etária, nível de renda, escolaridade e nível de desenvolvimento de cada país. De modo geral, há maior participação no trabalho não remunerado entre os jovens de 15 a 19 anos, auxiliando parentes em trabalhos por conta própria ou sem vínculo formal. À medida que os jovens ampliam a idade, possuem maior probabilidade de encontrar uma ocupação assalariada. Já o trabalho por conta própria tende a crescer após os 29 anos.

O acesso à previdência social e ao contrato de trabalho formal são importantes indicadores de qualidade do trabalho. Além de atuarem na redução de instabilidade do mercado de trabalho, indicam as características dos empregos nele prevalentes. Os dados indicam que na América Latina, mesmo com a elevação no percentual de jovens com acesso à previdência e contratos de trabalho formais nos anos 2000, os jovens ainda possuem uma proporção ao menos 10 pontos percentuais menor que os adultos no acesso à previdência e menos 7 pontos percentuais de acesso a contratos de trabalho formais. A desigualdade também é expressa pelo cruzamento dos dados de acesso à previdência e contratos de trabalho, tendo em vista diferentes quintis de renda familiar per capita. O acesso de jovens mais pobres à previdência é 45 pontos percentuais inferior do que jovens dos quintis de renda mais elevados; quando se trata do acesso à contrato formal, a diferença é de 42 pontos percentuais. Este fenômeno pode ser explicado pela baixa qualidade dos empregos dos jovens de famílias pobres, sujeitos a maior participação em ocupações por conta própria ou bicos.

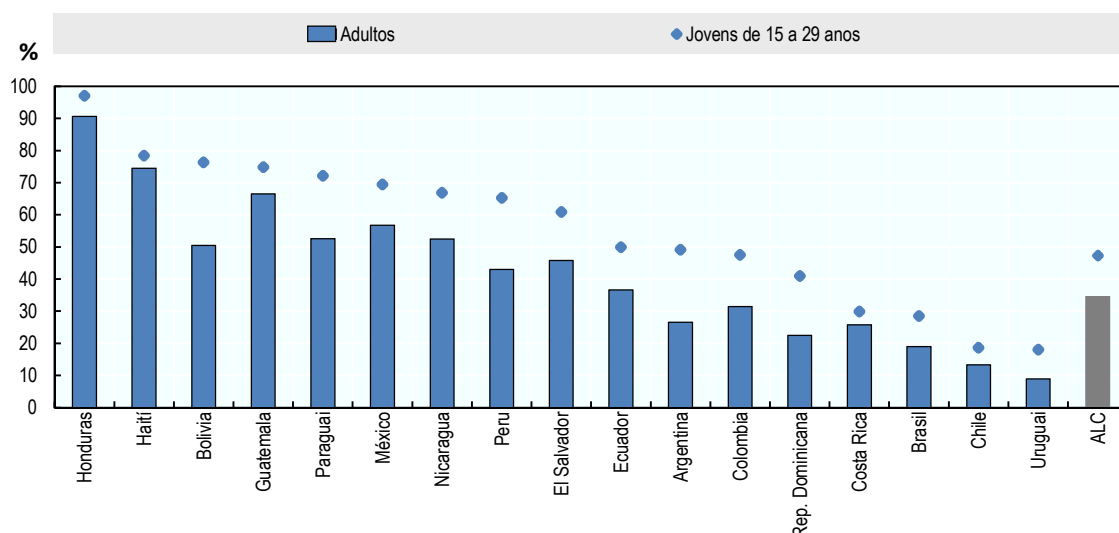
O indicador de informalidade laboral é fundamental ao se analisar a qualidade dos empregos dos jovens. O acesso ao emprego formal tende a significar acesso a

proteção social, salários não inferiores ao mínimo, férias e algum tipo de reparação por demissão injustificada. A América Latina é marcada por elevado nível de informalidade: mais da metade dos jovens ocupados (55,6%) estão em alguma ocupação informal, nível maior que a informalidade dos adultos (47,4%), já elevada. Durante os anos 2000, a informalidade reduziu tanto entre os jovens quanto entre os adultos, mantendo a desigualdade quanto ao nível de informalidade nas diferentes faixas etárias. Os jovens representam 1 em cada 5 trabalhadores do setor informal na região; destes, 51,9% trabalham no setor informal, 39,4% são trabalhadores informais que trabalham no setor formal e 8,8% prestam serviços domésticos. Os trabalhadores informais com mais de 25 anos de idade possuem uma distribuição distinta, com 64,7% dos informais trabalhando no setor informal e apenas 21,6% no setor formal. Este fenômeno se dá pela precária inserção laboral dos jovens no setor formal, o que faz com que as empresas desrespeitem ainda mais os direitos trabalhistas dos jovens. O excedente de força de trabalho também fornece explicações a existência da elevada proporção de jovens ocupados informalmente, mesmo em setores formais. A ausência de um número adequado de empregos dignos aos jovens e a necessidade material e moral de ingressarem o quanto antes no mercado de trabalho, os leva a ingressarem na força de trabalho, mesmo em condições demasiadamente precárias.

Ao desagregar os dados de informalidade entre faixas etárias se constata que durante os anos 2000 a correlação negativa entre nível de renda familiar e a proporção de jovens na informalidade reduziu, diminuindo levemente a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Um dado curioso é que entre a juventude todos os quintis de renda familiar per capita reduziram sua informalidade nos anos 2000, porém, entre os adultos a informalidade subiu no segundo quintil mais rico entre os anos de 2009 e 2011, provavelmente fruto da crise financeira e possíveis mudanças institucionais em alguns países latino-americanos. Segundo OCDE/CEPAL/CAF (2016), na região os países com maior taxa de informalidade entre jovens de 15 a 29 anos são Honduras (97,2%), Haiti (78,5) e Bolívia (76,3). Já os países com menores taxas de informalidade Juvenil são respectivamente Uruguai (18,1%), Chile (18,6%) e Brasil (28,5%). Curiosamente o Uruguai também aparece entre os países com maior diferença entre a taxa de informalidade dos jovens e dos adultos. A taxa de informalidade dos jovens no Uruguai é 102% maior que dos adultos, na Argentina a diferença é de 84% e a dos jovens da República Dominicana é 82% maior que dos adultos. A taxa de informalidade dos jovens

na América Latina em 2014 era de 47%, o que significa que a desigualdade entre jovens e adultos era de 36,9%.

Gráfico 14 - Taxa de informalidade entre jovens e adultos na América Latina em 2014



Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016) e OIT (2015)

Constata-se que a desigualdade de renda é maior nos países com maior nível de informalidade em todas as faixas etárias, apontando assim que esta variável é chave para identificar o nível de qualidade dos empregos na região. A América Latina reduziu a informalidade nos anos 2000 de forma relativamente uniforme. Os países que mais tiveram êxito nesta empreitada foram os que atuaram na construção de políticas macroeconômicas que incentivaram a geração de empregos de qualidade, casadas com políticas sociais que possibilitaram o protelamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho.

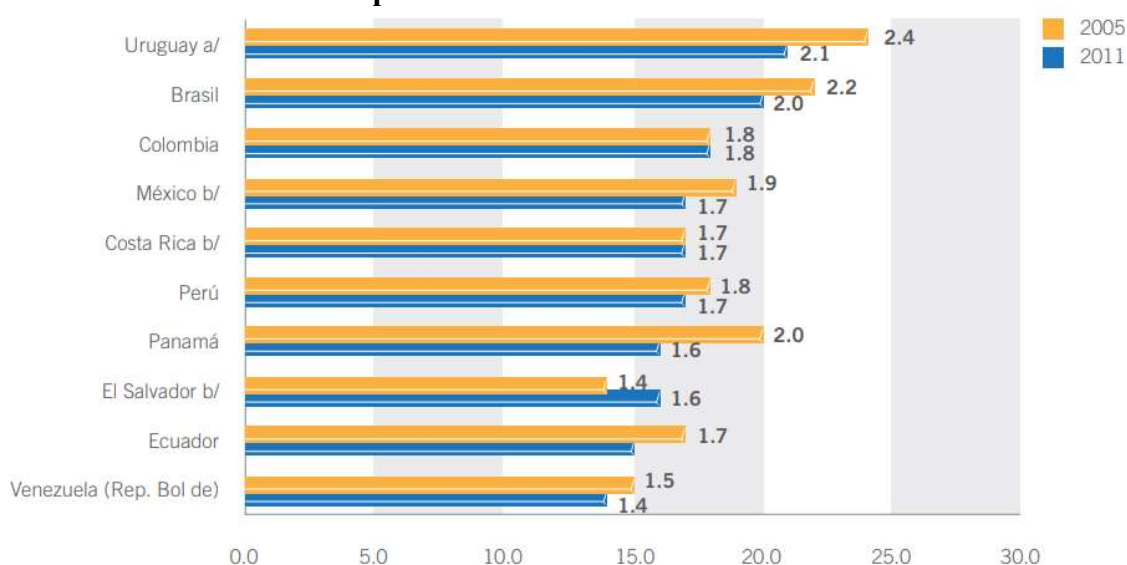
Nos anos 2000 o salário real médio cresceu na região, processo também verificado entre os jovens. De 2007 para 2008 o salário reduziu em alguns países, como El Salvador, Uruguai e Equador, mas o salário real se recuperou em 2009 graças ao desaquecimento da economia global, o que reduziu preços internacionais e ampliou o poder de compra dos salários. Os países que tiveram as mais elevadas taxas de crescimento salarial dos jovens entre 2005 e 2011 foram Uruguai (crescimento de 38,5%), Peru (crescimento de 46%) e Brasil (crescimento de 31,2%).

O crescimento dos salários dos jovens permitiu uma redução da desigualdade salarial entre jovens e adultos, desigualdade naturalizada, de modo geral, como um "prêmio pela experiência" paga aos adultos. A desigualdade atribuída ao "prêmio pela experiência" afeta não apenas os níveis de salários como os níveis de emprego, uma vez que os jovens por vezes não conseguem uma colocação profissional por não possuírem o que o empregador considera ser uma experiência necessária para exercer determinadas tarefas.

A desigualdade salarial entre jovens e adultos pode possuir um efeito deletério em todo o mercado de trabalho, especialmente em países com baixa regulação trabalhista, nos quais por vezes pratica-se a rotatividade como estratégia de redução de custos do trabalho, por meio da demissão de trabalhadores com mais experiência e maiores salários e contratação de jovens, dispostos a se submeterem a piores condições de trabalho e menores salários. Esta estratégia pode ser reforçada pelas transformações tecnológicas que possibilitam maior automação de processos - o que reduz a importância de experiência do trabalhador na produção de bens e serviços.

A distância salarial entre jovens e adultos reduziu nos anos 2000 em quase todos os países da região, exceto El Salvador, onde em 2005 os jovens ganharam 40% menos que os adultos; em 2011 passaram a ganhar 60% menos. No Uruguai no mesmo período ocorreu uma redução da desigualdade, porém, a desigualdade prosseguiu muito elevada, com os adultos ganhando 110% mais que os jovens em 2011.

Gráfico 15 - América Latina: Diferença de renda entre Jovens de 15 a 24 Anos e pessoas com 25 anos ou mais



Fonte: OIT 2013

Uma das expressões da desigualdade salarial entre homens e mulheres na América Latina é o fato de as mulheres receberem menos que os homens em praticamente todos os países, ainda que durante os anos 2000 a desigualdade tenha reduzido. Outro dado relevante é que ao se analisar a desigualdade de gênero observando subfaixas etárias, constata-se que no início da juventude a desigualdade salarial entre homens e mulheres é menor; conforme se avança na idade, a desigualdade salarial se amplia.

Como já foi observado, existem diferentes motivos para os jovens receberem remunerações menores que os adultos, os baixos salários dos jovens latino-americanos, por vezes, são atribuídos à falta de experiência, baixa qualificação, menor escolaridade. Porém, é necessário constatar que o baixo nível de salários é uma característica do mercado de trabalho como um todo na região. Considerando como baixos salários as remunerações inferiores a dois terços dos salários médios de cada país, verifica-se um grande número de países com mais de 30% dos trabalhadores recebendo baixos salários, a exemplo do México com 34,4%, Equador com 38,0%, Colômbia com 38,7% e Panamá com 32,8%. Ainda assim, em vários países a juventude recebe baixos salários em proporções muito maiores que os adultos, com uma proporção de jovens recebendo baixos salários por vezes superando os 13 pontos percentuais quando comparado aos adultos, como ocorre no México, Argentina, Colômbia e Uruguai. Os baixos salários incidem sobretudo entre as mulheres que na América Latina recebem menos que os homens em todos os países da região, sejam jovens ou adultas.

A grande dificuldade para os jovens ingressarem em um emprego formal, por vezes, é atribuída a falta de experiência profissional e menor nível de escolarização, o que leva diversos países latinos a desenvolverem políticas de incentivo a contratação de pessoas com menos de 25 anos. Na Colômbia, na Costa Rica e no Paraguai, para um dado número de funcionários a empresa precisa contratar um aprendiz, ou pagar uma contribuição para um centro de qualificação profissional. No Chile e no Peru as empresas também usufruem de benefícios como subvenções para incentivar a contratação de jovens aprendizes. Incentivos semelhantes são desenvolvidos no México, porém com a criação de dispositivos que tendem a mantê-los nos postos por períodos mais alargados, a fim de reduzir a rotatividade já tão presente entre a juventude. Os dados de rotatividade na

América Latina apontam que os jovens conseguem empregos de forma mais rápida que os adultos, mas também perdem o emprego em prazos menores.

Um instrumento bastante questionável de elevação da taxa de ocupação na América Latina é o estabelecimento de salários mínimos menores para estimular a contratação de jovens. Na Costa Rica estes podem receber salários de 50% do salário mínimo convencional. No Paraguai, as pessoas menores de 18 anos podem receber 60% do salário mínimo dos adultos. O que se constatou foi que em países como o Chile, mesmo com os salários mínimos menores para jovens, a relação de desemprego entre jovens e adultos se demonstrou a mesma antes ou depois da flexibilização. Sem contar que as vagas que demandam pouca qualificação continuaram sendo ocupadas por jovens, tanto em países com redução de salários mínimos, quanto em países sem redução. Outro problema que transcende a inserção no mercado de trabalho é o impacto de políticas precarizantes nas ocupações dos jovens sobre todo o mercado de trabalho. A possibilidade de contratar jovens por menores salários pode levar apenas a um deslocamento etário das contratações, elevando a rotatividade no mercado de trabalho, o que pode pressionar a média salarial para baixo.

O relatório da OIT “Trabalho decente e Juventude – América Latina” aponta que, para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, são necessárias políticas que atinjam o mercado de trabalho como um todo, sugerindo não apenas políticas para o mercado de trabalho, como também políticas macroeconômicas.

Segundo o relatório, os jovens Latino Americanos ocupam 20% do mercado de trabalho, possui 31% do total de anos de estudo, 40% dos que possuem acesso a tecnologias de comunicação e informação, porém, possuem apenas 10% da renda do trabalho. Esta distorção guarda relação com uma subutilização da força de trabalho juvenil na região e com a antiga percepção de que estes devem aceitar as piores ocupações em troca de alguma experiência. O problema é que a experiência adquirida em ocupações precárias por vezes, além de não lhes fornecer capacidades que melhorem sua colocação na vida laboral, também podem influenciar negativamente em sua trajetória profissional no médio prazo. Não é à toa que, além do desafio de gerar mais e melhores empregos para os jovens na América Latina, existe a meta de reduzir a taxa dos jovens que não estudam e não trabalham e os que estão em ocupações informais de baixíssima produtividade. A OIT (2013) chega a apontar que se a taxa de desemprego fosse a metade

da atual, a região poderia crescer entre 4,9 e 7,8 pontos percentuais adicionais²². Ainda que tal suposição possa expressar alguma arbitrariedade metodológica ou incompreensão de relação causal, é nítido que o desemprego dos jovens na América Latina expressa uma considerável subutilização da força de trabalho no presente, que refletirá também nas características futuras do mercado de trabalho.

Os jovens de hoje enfrentam problemas distintos de seus pais na vida laboral. Além de mudanças setoriais das ocupações em todo o mundo, a transformação tecnológica do último período impõe ao jovem Latino Americano maior insegurança. Setores intensivos em empregos juvenis - que no padrão tecnológico anterior não podiam ser automatizados, como comércio e serviços - têm passado por rápidos processos de automação. Se por um lado os jovens possuem maior desenvoltura para lidar com as novas tecnologias, por outro, quando se trata de trabalhos que podem ser executados via plataforma digital, ele precisa disputar espaço com jovens de outras regiões do mundo, que, dados os diferentes níveis de desenvolvimento de seus países, possuem melhores infraestruturas de comunicação e informação e sistemas educacionais mais estruturados.

Como problemas fundamentais da inserção juvenil no mercado de trabalho na América Latina, destacam-se a elevada informalidade, o amplo leque de salários entre jovens e adultos e os baixos salários que atingem grande parcela dos trabalhadores da região. A participação dos jovens no mercado de trabalho latino-americano é distinta da participação dos jovens em países desenvolvidos da Europa, posto que a pobreza na região obriga o ingresso precoce dos jovens que precisam contribuir na composição da renda familiar, o que impacta sua escolarização e sua trajetória profissional. Enquanto os NEETs são um fenômeno eminentemente da classe média europeia, a maior incidência de jovens que “não estudam, não trabalham, nem estão em curso de qualificação profissional” na América Latina são famílias enquadradas segundo critérios do Banco Mundial como moderadamente pobres ou em extrema pobreza. Um fenômeno relevante na para a estruturação do mercado de trabalho latino-americano é que a redução da participação no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 19 anos é uma tendência em toda a região. Este processo, além de reduzir a vulnerabilidade ocupacional dos jovens, também reduz a pressão do excesso de oferta de trabalho latente nos países da América Latina, possibilitando a redução das ocupações não decentes.

²² Ver mais em: ILO Global employment trends for youth. Genebra: ILO, 2004.

Na presente seção constatou-se que o período de crescimento econômico nos anos 2000 contribuiu para melhorar a vida dos trabalhadores, por meio da redução do desemprego, redução da informalidade e ampliação dos salários. Porém, a melhora nos indicadores ocorreu em muitos casos reproduzindo, ou mesmo ampliando, as desigualdades laborais intra mercado de trabalho já existentes, características do subdesenvolvimento da região e que debateremos no próximo capítulo. A América Latina lida com uma considerável heterogeneidade interna entre os países, porém, ao observar a dinâmica da região frente a outras regiões do mundo, reforça-se a percepção de que a América Latina possui um amalgama que lhe faz ser impactada, ainda que em graus distintos, pelos mesmos fatores, o que sugere que existe grande similaridade dos problemas enfrentados por jovens em busca de uma inserção ocupacional em toda a região.

1.3 Juventude e trabalho no Brasil

Esta seção buscará realizar uma primeira aproximação com a dinâmica da participação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil no período recente. Assim como feitos nas duas seções anteriores, as análises serão realizadas utilizando relatórios da CEPAL, OIT. Aqui, adicionalmente, serão utilizados como fontes, os dados do IBGE.

Na primeira década do século XXI o Brasil experimentou um considerável crescimento econômico e, diferentemente do que ocorreu durante a ditadura militar, nos anos 2000 o país cresceu com elevação da renda dos trabalhadores, redução das desigualdades, ampliação de direitos sociais e do salário mínimo. Na segunda década dos anos 2000 a economia se modificou, gerando um quadro propício para o surgimento da crise política, atingindo não apenas os avanços dos anos 2000, como também diversos outros direitos já consolidados no século XX, como os direitos trabalhistas.

Mesmo depois de deflagrada a crise na economia Global de 2007/2008, o Brasil conseguiu retardar seus impactos por meio de políticas de expansão da demanda agregada, via expansão do crédito e do consumo. A partir de 2015, após eleições nacionais altamente polarizadas e com evidências da ineficácia da política de isenção fiscal, a economia dava sinais de desaquecimento, promovendo uma relação simbiótica entre crise política e econômica. Em 2015 e 2016 a crise econômica e política se aprofundam, promovendo a redução dos investimentos, ampliação das incertezas, impactando negativamente o produto e o consumo. Nos dois anos citados, o PIB per capita decresceu

8,4% e o consumo das famílias 7,4%. Verifica-se esgotamento da política econômica e piora no mercado de trabalho.

A identidade econômica e social do Brasil com o restante da América Latina possui explicações históricas, estruturais e culturais. Ainda que o Brasil tenha negligenciado esta conexão com a região - e o presidente eleito no Brasil em 2018 anuncie um distanciamento de estratégias de integração regional como UNASUL e MERCOSUL -, entender o lugar econômico e social do país na região contribui para uma inserção menos subalterna na economia global e a solucionar, ou ao menos mitigar, as distorções sociais presentes em distintos graus em todos os países da América Latina.

A América Latina teve um importante crescimento econômico e melhora dos indicadores sociais, entre outros motivos, porque o Brasil foi capaz de utilizar o próspero cenário econômico mundial para elevar a renda do trabalho e reduzir algumas desigualdades. A crise que acomete a América Latina guarda importantes relações com a crise política e econômica que assola o Brasil desde 2014, o que sugere que a retomada do crescimento na região passa pela superação da crise brasileira.

Entre os anos de 2003 e 2014 o Brasil registrou declínio de 51% no número de pessoas em situação de pobreza, partindo de 41,8 milhões em 2003 e chegando a 2014 em 21,6 milhões. A extrema pobreza no Brasil reduziu 35%, reduzindo de 14,5 milhões para 5,1 milhões. Segundo o relatório da CEPAL, *“Panorama Social da América Latina 2017”*, em 2014 a pobreza na América Latina era de 168 milhões e a extrema pobreza era de 48 milhões, o que aponta que Brasil contribuiu significativamente nos anos 2000 para a redução da pobreza e miséria na região.

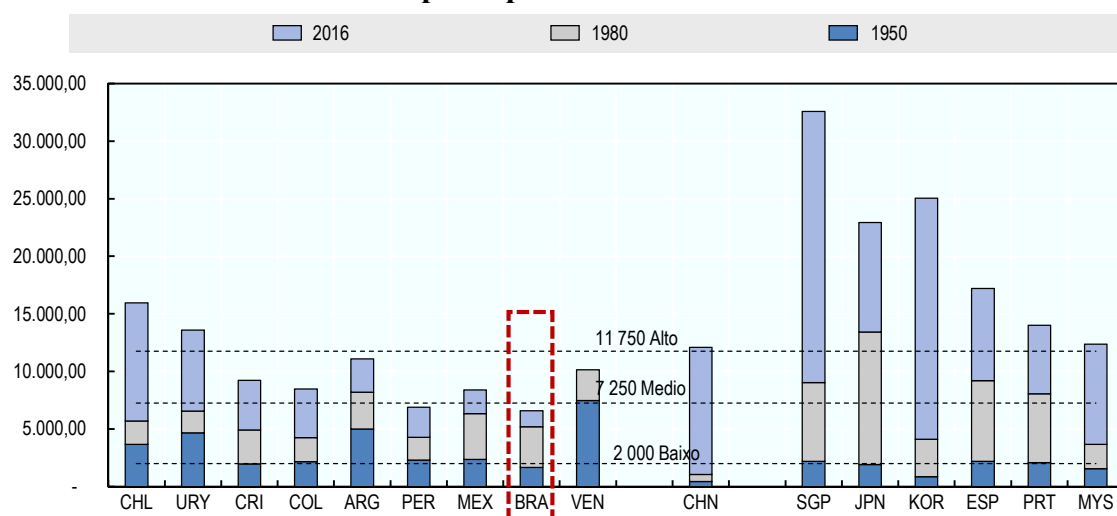
A relevância do Brasil para a América Latina é incontestável em âmbito multidimensional. O Brasil sozinho representa 42% do território da América Latina e Caribe. Os territórios do Brasil, Argentina e México somados representam dois terços de toda a América Latina e Caribe, o que também é refletido no tamanho populacional e econômico destas nações. O Brasil representa 33% da população total da América Latina e os mesmos 33% da juventude de 15 a 29 anos. Somadas, as populações do Brasil e México, representam mais da metade da população da região.

A despeito do decréscimo de 820 bilhões de dólares entre 2011 e 2016, o Brasil ainda é o maior PIB da região e representa 32% do Produto Interno Bruto da América Latina. Mesmo sendo tido como um país fechado ao comércio internacional, o Brasil representou em 2016, 20% das importações e 23% das exportações da América

Latina. O Brasil e o México somados representaram em torno de 60% tanto das importações, quanto das exportações da região. Quanto à indústria de manufatura, o Brasil representou 37% em 2016. A produção de Brasil, México e Argentina neste setor econômico totalizam três terços da produção latino-americana. A distribuição é semelhante na Formação Bruta de Capital Fixo, mesmo com a recessão vivida pelo Brasil a partir de 2014, com forte redução dos investimentos e decréscimo do PIB, o país representou 36% da formação Bruta de Capital Fixo da América Latina, seguido pelo México com 26%, Colômbia 9% e Argentina 7%.

Ainda que o PIB per capita tenha caído entre os anos 2009 e 2014, o patamar de despesas das famílias manteve, o que contribuiu para a manutenção da demanda efetiva e o crescimento econômico. É provável que o consumo das famílias tenha se mantido elevado devido à elevação dos salários - puxado pela política de valorização do salário mínimo²³ -, ampliação do crédito e políticas sociais de transferência de renda.

Gráfico 16 - PIB per capita em economias selecionadas



Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016) e OIT (2015)

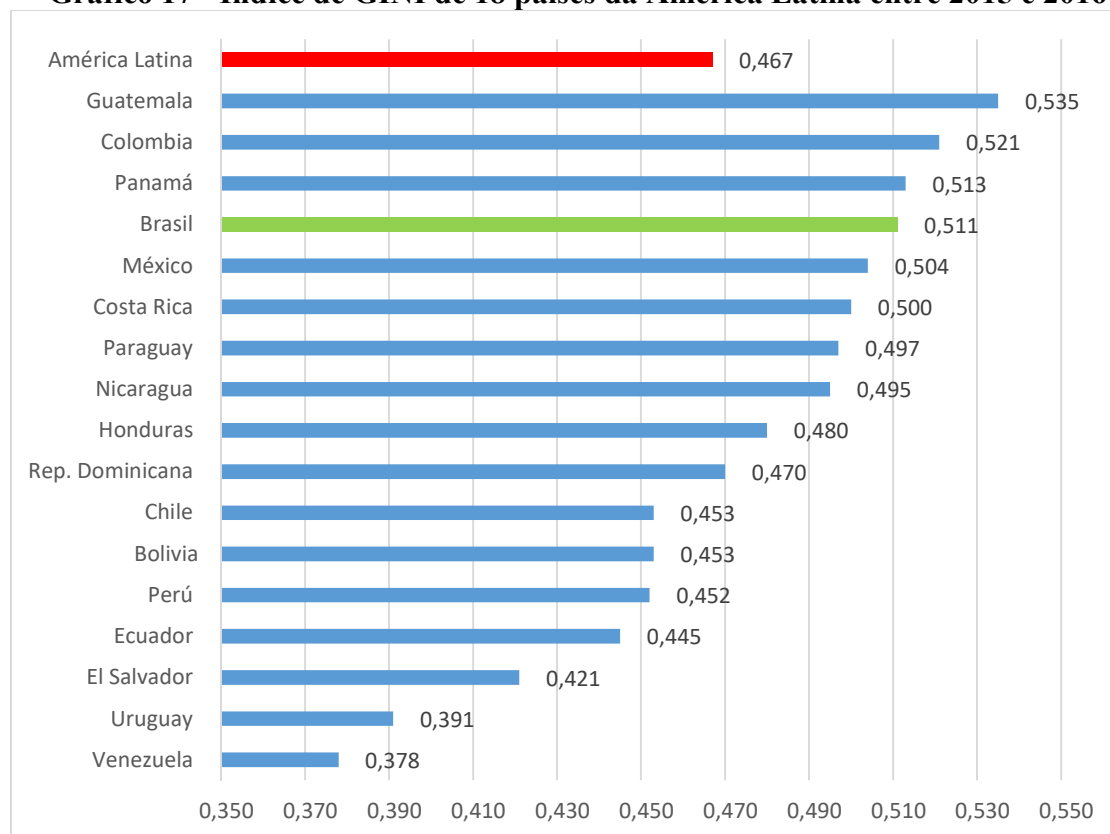
O Brasil possui o maior PIB da América Latina, porém, como pode ser observado no Gráfico 16, o país registra o menor PIB per capita em um ranking com 9 países latino-americanos. Na década de 1980, o Brasil registrava o segundo maior PIB

²³ Em 2007, as Centrais Sindicais brasileiras enviaram proposta de reajuste do valor do salário mínimo, que resultou no estabelecimento de uma política de valorização do salário mínimo, a ser aplicada em janeiro de cada ano, que garantia reajuste de acordo com a inflação do ano anterior e aumento real correspondente à variação do PIB de dois anos antes. Ver mais em: <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.pdf>

per capita da região, que era 152% maior do que em 2016. A disparidade deste indicador entre países periféricos latino-americanos e os países desenvolvidos da Europa e da Ásia é bastante pronunciada, evidenciando mais uma vez que mesmo com especificidades entre os países, a América Latina possui características próprias.

O Brasil reduziu a desigualdade nos anos 2000, porém, continua convivendo com um dos maiores níveis de desigualdade da América Latina, o que tende a piorar com o aprofundamento da crise e com o avanço da ultradireita nas eleições de 2018. Ao analisar a desigualdade, constata-se que o país é o quarto com maior nível de concentração de renda na região. O Brasil registrou em 2016 um GINI superior à média da América Latina, superando os níveis de concentração de países como Paraguai e Costa Rica.

Gráfico 17 - Índice de GINI de 18 países da América Latina entre 2015 e 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL (2017) Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2017

Entendendo a pobreza como um fenômeno multidimensional, o Banco Mundial (2015) apresenta metas na agenda 2030 que buscam mitigar deficiências de acesso à Educação, proteção social, moradia, saneamento básico e à

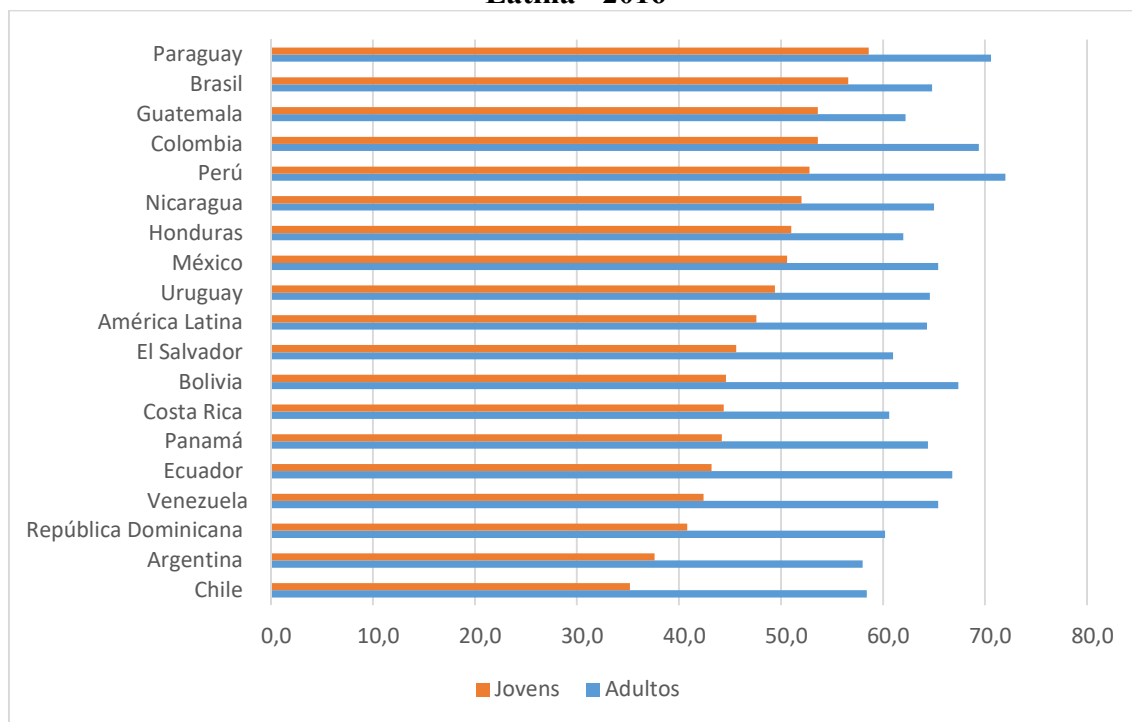
comunicação/internet. Ao não acessar tais direitos, os jovens são impactados em diversas outras dimensões de sua vida, especialmente na vida laboral. O relatório do IBGE *“Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida – 2017”* indica que no Brasil em 2016 15,5% dos jovens de 15 a 29 anos ainda não possuíam acesso à educação. Quanto ao nível de renda dos jovens, o relatório aponta que 17,2% dos jovens não possuíam acesso a proteção social, o que significa pertencer a uma família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo e não existir membros da família com idade superior a 15 anos com uma ocupação formal ou que receba benefícios previdenciários. O relatório aponta que 13,9% dos jovens não tem acesso a uma moradia adequada, o que corresponde a uma moradia sem banheiro e/ou paredes externas construídas com material não durável. 29,3% dos jovens não possuem acesso ao saneamento básico, que são moradias com coleta de lixo e rede de água e esgoto. Por fim, o relatório aponta ainda que um em cada quatro jovens de 15 a 29 anos no Brasil não possuem acesso a comunicação / Internet, o que cria obstáculos para seu processo formativo, inserção no mundo do trabalho e estabelecimento de práticas sociais concernentes a fase juvenil.

Durante os anos de 2014 e 2016 verifica-se uma estabilidade da taxa de participação no mercado de trabalho, o que significa que as pessoas que entraram na força de trabalho e as que saíram variaram de forma equivalente; porém o nível da ocupação caiu, fazendo aumentar a taxa de desocupação, que foi de 6,5% no trimestre encerrado em dezembro de 2014, atingindo 11,6% no trimestre encerrado em dezembro de 2018, segundo a PNADC-IBGE. Esta análise permite constatar que a elevação do desemprego não foi fruto das oscilações no nível de pessoas que estavam fora do mercado de trabalho e passam a compor a força de trabalho ou mesmo algum fenômeno demográfico. Constata-se, olhando para o mercado de trabalho, que o decrescimento econômico gerou fechamento de postos de trabalho, ampliando o desemprego aberto. Nos períodos de crise econômica algumas de nossas características estruturais voltam a ter proeminência, assim como os baixos salários, elevada participação da juventude e elevada desigualdade no mercado de trabalho.

Durante os anos 2000 verificou-se uma tendência de redução da taxa de participação entre a juventude, sobretudo entre os jovens entre 15 e 17 anos. A redução ocorreu também entre jovens de 18 a 24 anos, mas de forma menos expressiva. Quando a crise econômica acomete o Brasil, a renda das famílias cai e a juventude é novamente

compelida a compor a força de trabalho e contribuir na composição da renda familiar. O gráfico abaixo traz duas informações relevantes para a compreensão da inserção laboral dos jovens: a primeira é que o mercado de trabalho no Brasil ainda mantém um elevado contingente de trabalhadores jovens, mesmo quando comparado com uma região que possui uma elevada participação juvenil, o que reforça as desigualdades laborais e educacionais. A segunda informação é que neste ranking de 18 países o Brasil possui a menor diferença na taxa de participação entre jovens e adultos, o que contribui para manter sempre elevado o nível de oferta de força de trabalho.

Gráfico 18 - Taxa de participação na força de trabalho em 18 países da América Latina - 2016

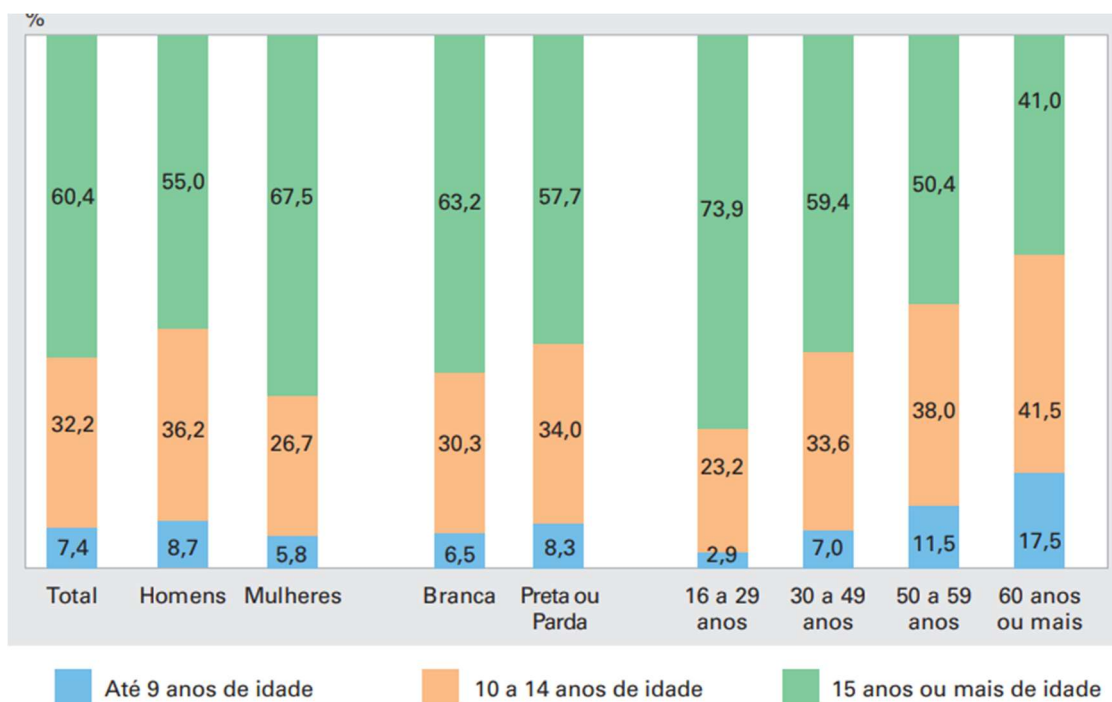


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL (2017)

Os dados mostram uma redução consistente na taxa de participação de jovens entre 15 e 19 anos na América Latina, e o mesmo tem ocorrido no Brasil. O gráfico abaixo contribui na percepção da desigualdade no mercado de trabalho oriunda do início precoce da vida laboral. O gráfico permite duas importantes observações: 1) os segmentos mais vulneráveis iniciam sua vida laboral mais cedo - com exceção das mulheres, que possuem um nível de escolarização maior que os homens. Esse dado aponta para a existência de desigualdades que antecedem a entrada no mercado de trabalho, mas que irão se aprofundar no transcorrer da vida laboral; 2) quanto mais elevada a faixa etária dos grupos

analisados, mais baixa a idade de ingresso na vida laboral, o que aponta para uma possível mudança estrutural na idade de inserção no mundo do trabalho, qual seja, a entrada no mercado de trabalho cada vez mais tardia.

Gráfico 19 - Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupo de idade em que começou a trabalhar, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade - Brasil – 2016



Fonte: IBGE, 2017

A entrada precoce no mundo do trabalho obstaculiza a ampliação da escolarização dos jovens, especialmente dos que pertencem a famílias pobres. No entanto, as desigualdades educacionais representam mais uma consequência das históricas e estruturais distorções das economias subdesenvolvidas, que um fato gerador de tais desigualdades. Segundo o IBGE (2017, P. 38)

“a relação positiva, entre o aumento da escolaridade e do rendimento, aponta para a necessidade da ampliação da participação dos trabalhadores com escolaridade mais elevada na estrutura do mercado de trabalho”.

Esta observação incorre em uma inversão causal bastante comum nas análises do mercado de trabalho. O número de ocupações que demandam curso superior é resultado de nossa estrutura produtiva, não guardando relação direta com o nível de formação destes trabalhadores. Se a estrutura produtiva fosse a mesma e os trabalhadores

tivessem curso superior, provavelmente seriam trabalhadores com curso superior recebendo salários equivalentes ao que recebem os trabalhadores com níveis inferiores de instrução. A Coreia do Sul, que possui a população com melhor formação educacional, convive com uma das mais elevadas taxas de desemprego em 10 anos. Dentre os desempregados, um terço possui ensino superior²⁴.

Ao analisar as mudanças demográficas no Brasil na última década, verifica-se um processo de envelhecimento da população, o que gerou uma redução da proporção de pessoas entre 16 a 29 anos de 30,7% para 28,2% entre 2012 e 2016. Os indicadores de nível de ocupação e taxas de desocupação são determinantes para compreender as dinâmicas do mercado de trabalho no Brasil e como se reproduzem as desigualdades. Entre os anos de 2012 e 2016 a juventude foi o grupo etário mais impactado pela elevação do desemprego, partindo de um nível de desocupação de 13%, atingindo, em 2016, 21,1%. Em 2016, 54,8% dos desempregados eram jovens.

O nível de desocupação também evidenciou o nível de desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Se o desemprego é grande entre os jovens rapazes, dado que um em cada cinco jovens trabalhadores estavam desempregados, entre as jovens mulheres o desemprego atinge uma a cada quatro jovens trabalhadoras.

O nível de ocupação sofreu uma queda apenas entre os jovens, decrescendo 6,5 pontos percentuais entre 2012 e 2016, partindo de um patamar de 59,1% para 52,2% de ocupação. Outro dado relevante é a diferença do nível de ocupação entre homens e mulheres jovens, estando as mulheres jovens com um nível de ocupação de 44,8% e os homens jovens 60,5% em 2016.

Os jovens foram os que apresentaram maior taxa de subutilização da força de trabalho²⁵ e maior distância entre a referida taxa e o desemprego aberto. Entre 2012 e 2016 a taxa de subutilização da força de trabalho parte de 25,5% para os 32,8%, enquanto a taxa de desocupação passou de 13,1% para 21,5% no mesmo período, apontando não apenas para a elevação do desemprego aberto, como para outras formas de subutilizar a força de trabalho da juventude via elevação dos contratos de jornada parcial, contratos

²⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46221616>

²⁵ A taxa composta de subutilização da força de trabalho é obtida pela divisão da soma dos desocupados, da força de trabalho potencial e dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (numerador) pela força de trabalho ampliada (denominador). Ver mais em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores.pdf

intermitentes, ou, ainda, a elevação da informalidade. Merece destaque o fato de que entre 2012 e 2016, mesmo com a leve elevação da formalização do emprego entre os não jovens, a juventude reduziu sua participação entre os trabalhadores formais.

O nível de ocupação dos jovens por estado também expressa as desigualdades regionais, o tipo de desenvolvimento e como as economias regionais foram impactadas pela crise política e econômica no país. Ao analisar a "Proporção de pessoas de 16 a 29 anos de idade ocupadas segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais e 2016" disponível na PNAD C, verifica-se, em primeiro lugar, que todos os estados do Norte e Nordeste possuem uma proporção de ocupados menor que a média nacional, ao passo que nenhum estado do Sul, Sudeste e Centro-Oeste possui uma proporção abaixo da média. Em segundo lugar, verifica-se o distanciamento da proporção de ocupados entre as capitais e o restante do estado. Como exemplo pode ser observado que enquanto todos os estados do Nordeste possuem uma proporção de ocupados menor que a média nacional, com exceção das capitais da Bahia (Salvador) e Piauí (Teresina), todas as capitais possuem uma proporção de ocupados acima da média. Esse dado corrobora com a constatação de que jovens de cidades menores possuem maior propensão a estarem fora da escola e sem trabalhar (CARDOSO, 2013).

A elevação do desemprego entre a juventude é afetada por dois movimentos durante a crise: Pelo ingresso ou reingresso de jovens que não compunham a força de trabalho e passam a buscar uma ocupação para complementar a renda domiciliar, impactada pelo desemprego e reduções salariais de outros membros da família; e pelas demissões de jovens que já estavam na força de trabalho. Os jovens estão mais suscetíveis ao desemprego em razão de serem mais facilmente substituídos e representarem menores custos de rescisão de contrato de trabalho.

Em 2016, 71,6% da juventude trabalhadora no Brasil era assalariada, porém, 22,1% não possuía carteira de trabalho assinada. Dos jovens ocupados, 62,0% contribuíam com a previdência social, nível 3,4 pontos percentuais menor que a população como um todo. Dos jovens que contribuem para a previdência, 8,1% não possuíam carteira assinada em 2016. Em 2016, dos ocupados no Brasil com idade entre 16 e 29 anos, a maior parte (33,9%) estava ocupada em atividades de comércio e reparação e 28,7%, na indústria. Esta distribuição aponta para importantes diferenças quando se realiza a desagregação por sexo. Entre os jovens rapazes, que correspondem a 26,4% dos homens ocupados, 33,1% estava em atividades de comércio e reparação e

30,2% estava na indústria. As jovens mulheres de 16 a 29 anos correspondem a 25,7% das mulheres ocupadas; 35% destas estão em atividades de comércio e reparação e 31,6%, em demais serviços.

Estes dados apontam não apenas para o fato de que a maior parte dos jovens estão em atividades de comércio e reparação, setor com ocupações mais instáveis, com menores níveis de salários e formalidade, mas evidencia também que as jovens mulheres, ainda que tenham níveis mais elevados de escolarização, possuem uma participação ainda menor que os homens jovens no setor mais dinâmico, a indústria.

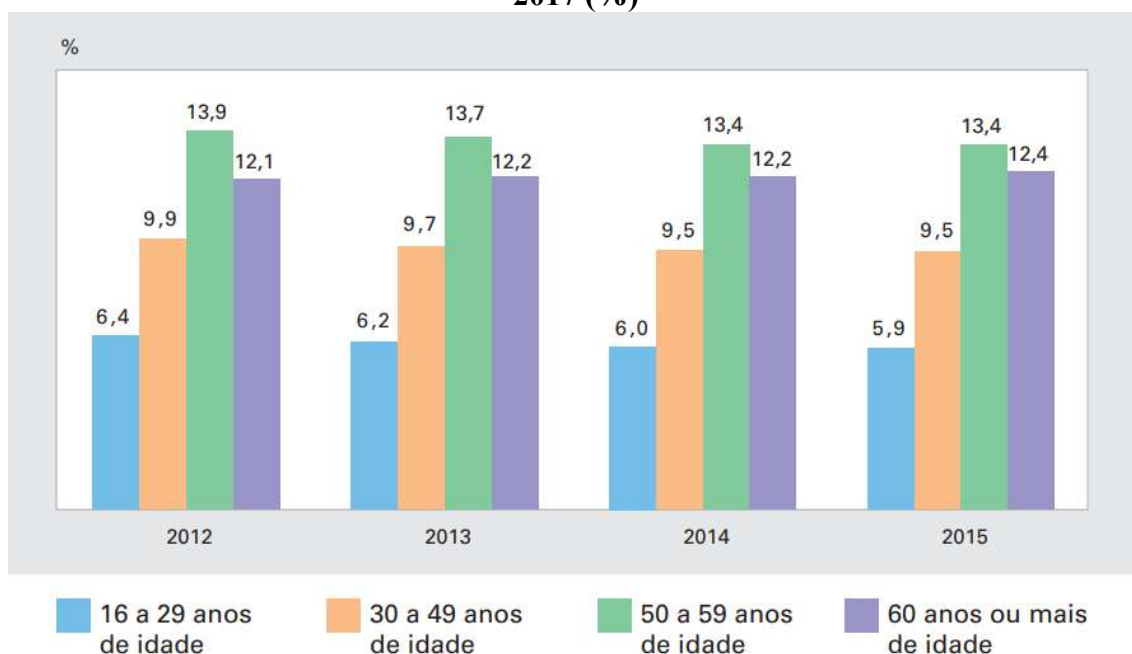
Um importante indicador de qualidade dos empregos dos jovens é a quantidade de horas semanais trabalhadas, posto que a juventude necessita conciliar trabalho, educação, vida familiar e um tipo de sociabilidade inerente a esta fase da vida. Em 2016, 62% dos trabalhadores jovens cumpriam jornadas de trabalho entre 40 e 44 horas semanais; 8,2% dos jovens cumpriam jornadas de trabalho superiores a 48h semanais, o que pode significar jornadas de trabalho que superam as 10 horas diárias. Ainda que tenha reduzido a proporção de jovens cumprindo jornadas superiores a 48h semanais entre 2012 e 2016, deve ser observado que estudar torna-se quase impossível para um jovem que cumpra de 8 a 12 horas de trabalho diário e gaste de 2 a 4 horas com deslocamento.

Mesmo com a crise econômica, entre 2012 e 2016 o rendimento médio dos ocupados cresceu 3,9%, porém o crescimento dos rendimentos dos jovens foi de apenas 1,5%, o que reafirma a condição de menores remunerações dos jovens e a distância entre seus rendimentos em relação àquelas auferidas pelos adultos. Em 2016 os jovens de 16 a 29 anos recebiam apenas 65,4% do rendimento médio do mercado de trabalho. A disparidade se exacerba nos estados onde os jovens recebem os maiores rendimentos médios, Distrito Federal e São Paulo, os rendimentos dos jovens eram de respectivamente 52,2% e 58,7% dos salários médios destes estados.

O nível de sindicalização é um importante indicador da agenda de trabalho decente. Os dados da PNAD C apontam para uma considerável diferença de nível de sindicalização por faixa etária e para uma redução paulatina da sindicalização. A faixa etária com maior nível de sindicalização é a dos trabalhadores entre 50 e 59 anos, enquanto a faixa etária dos trabalhadores jovens de 16 a 29 anos, é a que apresenta menor nível de sindicalização. Entre 2012 e 2015 a taxa de sindicalização decresceu em todas as

faixas etárias, porém entre os jovens, a queda foi mais intensa, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 20 - Taxa de sindicalização das pessoas de 16 anos ou mais de idade em 2017 (%)



Fonte: IBGE, 2017

A condição de jovem que não trabalha e nem está estudando é cada vez mais frequente entre os jovens no mundo. Os NEET precisam ser analisados, dadas as pesadas consequências no médio e longo prazo aos jovens que permanecem muito tempo nesta condição. Outra característica relevante deste indicador é sua persistência em diferentes ciclos da conjuntura econômica, apontando um fenômeno estrutural. Segundo IBGE (2017).

"A construção de indicadores para esse grupo de jovens permite endereçar questões como evasão escolar precoce, o desalento com o mercado de trabalho, jovens que estão fora da força de trabalho por motivo de saúde, jovens mulheres que estão fora da força de trabalho por se dedicarem a afazeres domésticos e cuidados, entre outras" (IBGE, 2017, P. 48)

Ao analisar a evolução da distribuição percentual de jovens de 16 a 29 anos de idade segundo tipo de atividade (estudo ou trabalho), verifica-se fundamentalmente que o maior impacto da crise entre 2012 e 2016 foi no mundo do trabalho. A proporção de jovens que só estudam cresceu no período analisado, passando de 18,1% para 21,5%.

Por outro lado, caiu a proporção dos jovens que estudavam e trabalhavam de 13,3% para 11,9% e a proporção de jovens que só trabalhavam, de 45,7% para 40,7%. O efeito destas mudanças foi a elevação da proporção de jovens que não estudam e não trabalham de 22,8% em 2012 para 25,8% em 2016 (IBGE, 2017).

A proporção de jovens que não estudam e não estão trabalhando também varia de forma muito significativa a depender da região do país. De 2014 a 2016 todas as regiões ampliaram a proporção de jovens que não estudam e não estão trabalhando, com destaque para o Nordeste, que partiu do elevado nível de 27,7% em 2014, para 32,2% em 2016. Esta foi a única região que ampliou o percentual de NEET acima da média nacional. O único estado da federação que reduziu o percentual de NEET no país foi o Amapá, que partiu de um dos níveis mais elevados, passando de 30,8% em 2014, para 28,4% em 2016.

Os segmentos da juventude mais suscetíveis a compor o quadro dos que não estão estudando nem trabalhando são os com menor nível de escolaridade, os pretos e pardos e as mulheres. Dos que possuem fundamental incompleto, 45,8% dos jovens entre 18 e 24 anos e 39,2% dos jovens entre 25 e 29 anos não estavam estudando nem trabalhando em 2016.

Ao analisar a tabela de distribuição percentual dos jovens pelo tipo de ocupação, constata-se grande disparidade entre a proporção de homens (21,2%) e mulheres (29,1) que não estudam nem trabalham. A diferença se eleva muito quando observadas as diferenças entre homens jovens brancos (16,4%) e jovens mulheres negras (37,6%), que corresponde a uma diferença de 21,2 pontos percentuais. Outra forma de apresentar este dado é dizer que uma jovem negra tem 2,3 vezes mais chances que um jovem branco de estar sem estudar e sem trabalhar.

Merece destaque o fato de os jovens entre 18 e 24 anos serem os que possuem maior participação entre os NEET em todos os segmentos analisados. Este fenômeno se dá devido a esta faixa etária coincidir com a conclusão do ensino médio, com a dificuldade de ingresso em um curso superior e pelas dificuldades de se manter no mercado de trabalho enquanto possuem pouca experiência profissional. Ao identificar que as mulheres jovens brancas (25,9%) estão mais suscetíveis a serem NEET que os homens negros (20,8%), pode apontar que neste indicador a variável de gênero é mais relevante que a variável raça/cor.

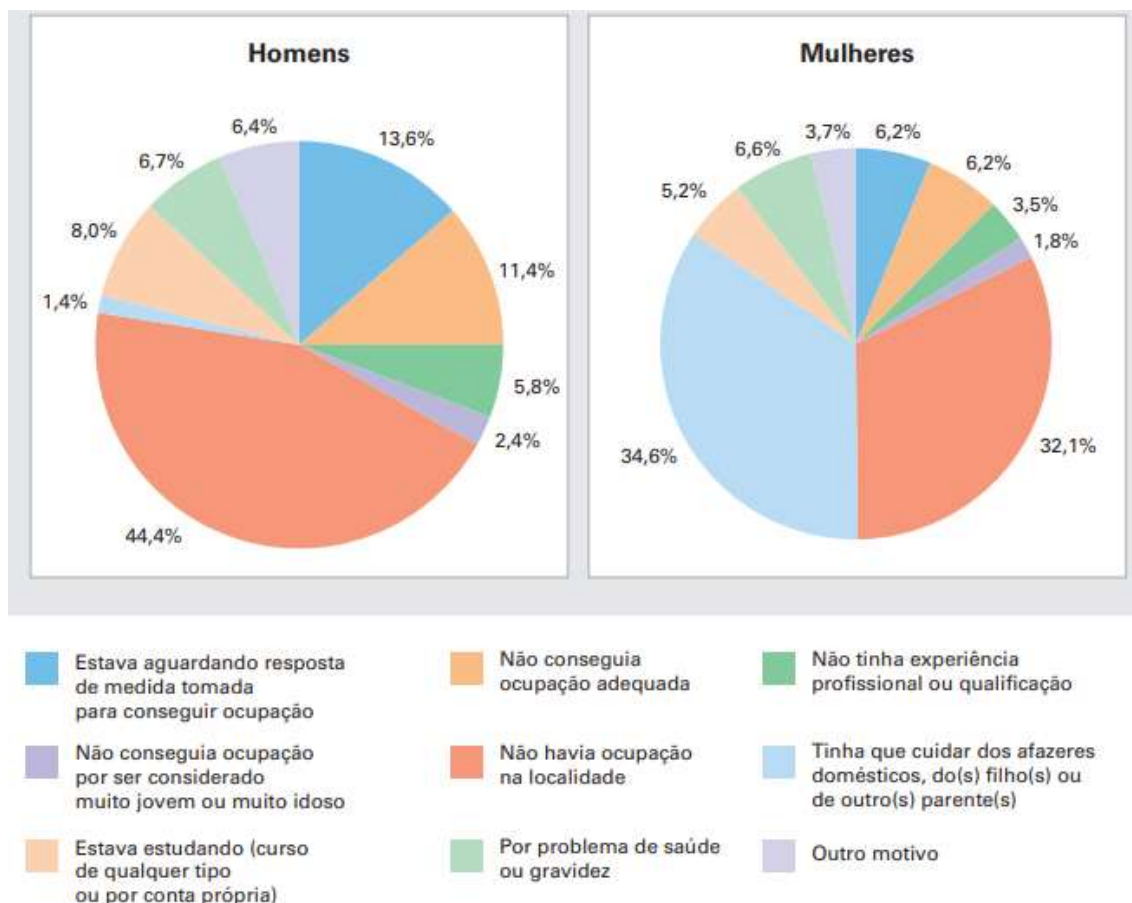
A desigualdade de gênero entre os jovens que não trabalham e não estudam se reproduz ao longo do tempo em todas as faixas etárias, expressando a maior

disparidade na faixa etária de 25 a 29 anos: uma diferença entre homens e mulheres de 18 p.p.. Uma vez que as mulheres possuem maior nível educacional e melhor desempenho acadêmico, sugere-se que o problema se concentra prioritariamente no mercado de trabalho que cria substanciais barreiras para as mulheres construírem, de modo qualificado, sua transição da escola para o trabalho. Como será visto adiante, os motivos para as mulheres e os homens estarem na força de trabalho são substancialmente distintos.

Ao analisar a distribuição percentual dos jovens que não trabalhavam e não estudavam entre os anos de 2012 e 2016, constata-se que com o aprofundamento da crise, os jovens que não faziam parte da força de trabalho passam a fazer, o que não necessariamente os tira da condição de NEET, mas amplia os que são classificados como desocupados. As diferenças de gênero entre os que estão dentro ou fora da força de trabalho não se modificou. A participação dos homens jovens na força de trabalho era de 41,9% em 2012, ampliando para 52,3% em 2016. Entre as jovens mulheres que não trabalhavam nem estudavam possuíam taxa de participação menor que os homens jovens.

A análise dos motivos principais que levaram os NEET a não procurarem uma ocupação em 2016 talvez seja o dado mais emblemático das disparidades de gênero entre a juventude. Enquanto a maior parte dos jovens rapazes (44,4%) não tinha procurado uma ocupação por não existir oportunidades de emprego em sua localidade, o motivo que mais apareceu entre as jovens mulheres como obstáculo à busca por trabalho foi porque "Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)", motivo apresentado por 34,6% das mulheres - apenas 1,4% dos homens jovens atribuíram a este motivo não terem buscado emprego. Outro dado na mesma direção é que 92,1% das jovens mulheres "responderam realizar tarefas de cuidados a moradores do domicílio ou parentes que não moravam no domicílio e afazeres domésticos no domicílio" (IPEA, 2017, P. 55), contra 61,3% dos jovens rapazes.

Gráfico 21 - Distribuição percentual de jovens de 16 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados no mês de referência, por principal motivo de não ter tomado providência para conseguir ocupação, segundo o sexo - Brasil - 2016



Fonte: IBGE, 2017

Se somados, os motivos de "Não conseguia ocupação adequada" e "Não havia ocupação na localidade" representam 58,0% entre os jovens homens e 38,7% entre as jovens mulheres. Esse dado revela como os jovens são impactados pela insuficiência de demanda por trabalho, oriunda da crise econômica, mas também das deficiências na estrutura ocupacional brasileira.

Em suma, os indicadores de inserção dos jovens no mercado de trabalho demonstram modificações acentuadas na presente década, resultantes dos impactos da atual crise econômica e política no Brasil e das mudanças na estrutura produtiva global, que tem transformado o mundo do trabalho, especialmente entre a juventude que inicia sua vida laboral em um ambiente de desconstrução do aparato institucional de proteção do trabalho. À estas alterações, somam-se as características de nosso subdesenvolvimento, tais como elevada participação de jovens na força de trabalho, baixos salários e um estrutural excedente de força de trabalho.

Considerações ao Capítulo 1

A análise global dos dados parece, então, confirmar a premissa de que a divisão entre países centrais e periféricos é relevante para a compreensão da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Com algum prejuízo da análise das especificidades locais, pode-se afirmar que os dados amparam uma ideia geral de que a inserção de jovens no mercado em países periféricos possui como características distintivas os baixos salários, alta rotatividade e prevalência de ocupações informais e subemprego.

Há que se ressaltar a aparição de um elemento relevante na análise de países periféricos. É comum a crença de que os jovens destas regiões têm por especificidade o convívio com altas taxas de desemprego. A análise dos dados, contudo, revelou que este fato, embora seja realidade não pode ser tratada como traço particular dos países periféricos. Como demonstrou o relatório da OIT, as taxas de desemprego nos países centrais são igualmente elevadas e de mais longa duração. Estes dados podem estar relacionados à possibilidade de permanência em situação de desemprego nos países europeus, sobretudo, devido ao aparato de bem-estar social e a prescindibilidade da renda do jovem na composição da renda familiar. Países como o Brasil, em que a pobreza e o desamparo estatal são latentes não permitem a permanência no desemprego; neste quadro, os jovens são impelidos a aceitarem qualquer ocupação, reduzindo, assim, as estatísticas de desemprego. A taxa de desemprego é insuficiente para caracterizar o mercado de trabalho no Brasil, posto que a elevada rotatividade, baixos salários e a insuficiência de serviços públicos, comuns na Europa, compele as pessoas a ocupações precárias, informais e sem as garantias mínimas da legislação trabalhista. A dinâmica econômica nos países subdesenvolvidos é marcada pelo excedente estrutural de força de trabalho, que se acredita ser melhor detectável por meio da taxa de subutilização da força de trabalho. No próximo capítulo serão apresentadas algumas considerações teóricas sobre como o subdesenvolvimento determina a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e a inserção dos jovens na vida laboral.

CAPÍTULO 2 – O SUBDESENVOLVIMENTO E A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

O debate teórico sobre o desenvolvimento econômico permeou não só a academia, como os governos dos principais países do mundo no século XX. O processo de reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial evidenciou que o desenvolvimento não era apenas uma trajetória inexorável, dado que países dilacerados pela Guerra, como Alemanha e Inglaterra, retomaram seu vigor econômico enquanto países latino-americanos permaneciam subdesenvolvidos.

O acirramento da Guerra Fria impunha que os países do ocidente encontrassem alternativas às insuficiências materiais em países subdesenvolvidos, a fim de oferecer opções dentro do capitalismo ao desemprego e a crescente pobreza. Teóricos latino-americanos identificaram que o subdesenvolvimento não era uma fase transitória em direção ao desenvolvimento, mas sim uma condição necessária ao sistema global de acumulação. Autores que se utilizaram de diferentes arcabouços teóricos identificaram que a heterogeneidade estrutural e social são elementos centrais na caracterização do subdesenvolvimento. A utilização e reprodução da força de trabalho nas economias periféricas também assumem, entre os autores abordados, relevância na apreensão da dinâmica econômica da região.

Neste capítulo serão apresentadas contribuições de autores voltados a decifrar o subdesenvolvimento na América Latina, objetivando contextualizar o debate sobre estrutura ocupacional no Brasil, com ênfase à inserção ocupacional da juventude, não sendo o objetivo apresentar de forma rigorosa a contribuição de cada corrente de pensamento abordada.

2.1 Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência

O prefixo “sub” da categoria subdesenvolvimento diz respeito à dimensão econômica, onde se localizam os países subordinados na Divisão Internacional do Trabalho, compondo assim o sistema de acumulação global. Alicerçada no sistema de centro-periferia, o estruturalismo cepalino demonstra que a periferia é compelida a permanecer subdesenvolvida, dado o processo de deterioração dos termos de troca e de existência de uma economia pouco diversificada e heterogênea em sua conformação social (RODRIGUEZ, 1981, p.232).

"O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento" (FURTADO, 1961, p. 253)

A heterogeneidade da economia acontece pela coexistência de setores com elevada produtividade do trabalho - voltados para exportação -, e setores com baixa produtividade, devido ao atraso tecnológico, que objetiva atender à demanda interna. O caráter especializado das economias periféricas reside no restrito número de bens primários que os países exportam, em contraposição à larga gama de bens manufaturados que a periferia necessita importar dos países centrais. Enquanto o centro exporta para a periferia um diversificado leque de manufaturas, a especialização e a heterogeneidade da periferia a impedem de incorporar progresso técnico e promover diversificação produtiva ou aumentos na produtividade do trabalho.

Na periferia, os salários são pressionados para baixo em decorrência da incapacidade de a economia heterogênea gerar empregos e da abundância de oferta de trabalho, possibilitando um processo de superexploração do trabalho, sem que parte dos ganhos de produtividade sejam transferidos aos trabalhadores. Prebisch (1949, p. 164) chega a afirmar que "é preciso retroceder várias décadas, se não séculos, para encontrarmos renda per capita análogas às que hoje são observadas, em geral, nos países latino-americanos". Tal fenômeno, associado à deterioração dos termos de troca, gera mais uma diferenciação estrutural entre o centro e a periferia; além da acentuada diferenciação do nível da renda real média entre as economias. Com isso, a CEPAL²⁶ buscou articular três tendências da industrialização periférica, quais sejam, o desemprego estrutural, a deterioração dos termos de troca e o desequilíbrio externo.

Enquanto o progresso técnico se difunde de modo relativamente equilibrado nas economias centrais, na periferia ele tende a se difundir apenas no setor exportador de produtos primários, atingindo uma pequena parcela da população destes países, gerando o chamado desenvolvimento para fora. Uma vez que a produtividade média na indústria cresça a taxas mais elevadas que o setor primário; a renda média da periferia, dada a sua especialização no setor primário exportador, tende a ter a elevação de sua renda em taxas menores se comparada a dos países centrais. Além da distinta taxa de elevação da produtividade, a renda média também se diferencia, em favor do centro, porque a

²⁶ A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada pelo conselho econômico e social da ONU em 1948 e foi um dos lócus de formulação desenvolvimentista na América Latina, contando com elaboradores de seu pensamento Celso Furtado e Raul Prebisch.

elevação da produtividade na periferia não é incorporada aos salários, levando à conclusão estruturalista de que os países centrais se apropriam do fruto do progresso técnico da periferia (FURTADO, 1961; PINTO, 1970).

A Deterioração dos termos de troca foi apresentada por Prebisch como uma das causas da reprodução do subdesenvolvimento, dado que os países periféricos, exportadores de matérias primas e bens primários, seriam permanente e progressivamente prejudicados pelas trocas internacionais com os países centrais, exportadores de bens industrializados. Segundo o autor, os bens de exportação da periferia, além de serem produzidos a partir de remunerações salariais menores, também possuem menor elasticidade-renda, o que significa que a demanda por estes bens cresce em proporção menor do que a renda, quando comparado aos bens produzidos pelos países centrais.

Tal processo demanda que a periferia exporte cada vez mais para manter o mesmo nível de importações de bens industrializados, dada a desvalorização relativa dos bens de exportação dos países periféricos. A deterioração dos termos de troca também se explica pela elasticidade da renda dos bens primários em comparação com os bens industriais. À medida que a produtividade se eleva, promovendo o crescimento da renda, os bens primários possuem uma barreira a expansão mais pronunciada e dificilmente transposta.

O caráter dos bens produzidos pelos países centrais, além de possuírem maior elasticidade-renda, também são geradores de dinamismo econômico por não estarem no início da cadeia produtiva, o que lhes confere uma margem autônoma para ampliação da oferta. Estes países demandam da periferia apenas as matérias primas necessárias e compatíveis com seus ciclos de expansão econômica, por possuírem maior poder de barganha nas negociações internacionais. Soma-se a isso a incapacidade de a periferia promover elevação da sua renda média, devido à sua elevada oferta de trabalho, enquanto o centro possui uma oferta de mão-de-obra relativamente menor e um mercado de trabalho mais estruturado, com trabalhadores com elevado poder de negociação.

Nos processos de expansão econômica constroem-se desajustes entre renda disponível e preços de oferta, que seriam resolvidos no período de declínio do ciclo econômico com redução de lucros e salários. Uma vez que o centro possui maior poder de negociação e que os produtores de bens primários e seus trabalhadores têm maior poder de barganha, recaindo sobre a periferia a redução de preços de forma mais acentuada (PREBISCH, 1949; PINTO, 1970).

Para Prebisch (1949), a inexistência da mobilidade absoluta dos fatores impede que os ganhos de produtividade sejam distribuídos entre os países em diferentes condições na Divisão Internacional do Trabalho. À medida que a periferia eleva sua produtividade, mais suscetível ela está em transferir os frutos de seu progresso ao centro, em decorrência da pressão por redução de salários exercida pelo excedente de oferta de trabalho. Para o autor, é necessário o desenvolvimento da indústria de atividades ligadas a cadeias produtivas dinâmicas para absorver o excedente de força de trabalho. Com a elevação da produtividade, eleva-se a renda disponível, a demanda e a poupança. O desemprego gerado pela elevação de produtividade poderia ser compensado com ampliação da demanda em bens de capital. Porém, como a periferia não possui tal setor estruturado, gera emprego e demanda nos países centrais.

O autor demonstra que a escolha por uma inversão de capital em um país periférico é distinta de um país central. A taxa de juros e o custo de mão de obra são determinantes para os dois grupos de países, porém, os países periféricos além de se defrontarem com baixa capacidade de poupar, que, segundo o autor, tende a gerar elevação da taxa de juros, também possui um custo relativamente menor de salários em relação ao centro. Desta forma, a periferia possui um desestímulo para realizar inversões e ampliar a produtividade por necessitar importar bens de capital produzidos com elevados salários dos países centrais, somado ao fato de que, na periferia, a baixa produtividade já é compensada pela baixa remuneração do trabalho.

Para Furtado (1961), o subdesenvolvimento expressa a inserção de empresas capitalistas modernas, em países com estruturas econômicas arcaicas. Cita o exemplo brasileiro, que expressa uma realidade ainda mais complexa, ao permitir a coexistência de um setor de subsistência, um exportador e um com núcleo industrial voltado ao mercado interno. Como o setor industrial interno busca reproduzir os padrões de custos e preços das indústrias dos países centrais, torna-se incapaz de absorver o atrasado setor de subsistência²⁷.

Os autores da Cepal analisam, ainda, as diferenças entre os *estágios de desenvolvimento* dos países centrais e periféricos. Constataram que as diferenças entre a

²⁷ O modelo cepalino tem por objetivo impulsionar a industrialização dos países periféricos para elevar o nível do emprego, da produtividade e da renda, com vistas em resolver os problemas externos. O pensamento cepalino também busca uma mudança na divisão internacional do trabalho e do comércio mundial, de modo a romper com as desvantagens relativas da periferia nas trocas internacionais (RODRIGUES, 1981, p249)

Inglaterra e os países que se industrializaram no final do século XIX e início do século XX, eram muito menores que as que existem na segunda metade de século passado entre países periféricos e centrais. Os obstáculos que se materializam nas diferenças de renda, produtividade e nível de concentração de capital, longe de se atenuarem com o passar do tempo, possuem elementos históricos que retroalimentam as desigualdades.

Prebisch (1949) e Furtado (1961) afirmaram a necessidade de ações de caráter discricionário e reafirmam que a simples força do mercado é incapaz de promover a superação do subdesenvolvimento. Desta forma, o Estado assume, assim, um papel determinante na construção na industrialização, como meio para superar seu passado colonial e promover a construção da nação.

Autores como Cardoso de Mello (1975) e Tavares (1972) analisam o subdesenvolvimento, a partir do método teórico histórico-estrutural, porém utilizando-se de distintas periodizações e relações entre variáveis. Os autores da Escola de Campinas atribuem um caráter também político ao subdesenvolvimento, em contraposição à perspectiva eminentemente econômica da Cepal. Ao analisar o padrão de desenvolvimento das economias periféricas, Tavares e Serra (1970) constataam que o desenvolvimento de grupos capitalistas dominantes, não pode ser confundido com o desenvolvimento da nação, pois um processo de acumulação altamente dinâmico pode se realizar sem romper com a subordinação internacional, dependência tecnológica, subdesenvolvimento e dependência externa²⁸.

Objetivando identificar as raízes da existência de um *capitalismo tardio* no Brasil, Cardoso de Mello (1975) sugere que a economia cafeeira criou condições para o surgimento do capital industrial no país, ao gerar massa de capital monetário, mercantilização da força de trabalho e suscitar um mercado interno relevante.

Outro problema latente no Brasil diz respeito ao mercado de trabalho e ao crescimento da desigualdade, frutos de características históricas e estruturais do subdesenvolvimento regional. Oliveira e Henrique (1990, p. 25-26) destacam a incapacidade do argumento cepalino em explicar a pobreza na América Latina. A Cepal apontava que a pobreza estava vinculada à incapacidade de o setor agrário exportador crescer o suficiente para absorver a força de trabalho dos setores atrasados, e que apenas

²⁸ Esta compreensão do padrão de acumulação no Brasil expressa uma divergência a teoria da estagnação de Furtado, que sugeria que a inconsistência tecnológica provocaria baixo consumo e dinamismo tecnológico.

a industrialização poderia criar uma dinâmica suficiente para fazer frente ao excedente de força de trabalho e elevar a produtividade, reduzindo a especialização e heterogeneidade das economias latino-americanas. A partir da segunda metade da década de 1950, algumas economias da América Latina já tinham se industrializado, porém, a pobreza não reduzira, e, em alguns casos até cresceu, o que leva a Cepal a tecer críticas ao modelo de industrialização centrada na indústria de bens duráveis.

A comissão apontava que a indústria produzia bens de elevado valor unitário e não gerava grande número de empregos, o que contribuía com a desigualdade. De acordo com Oliveira e Henrique (1990), a relação direta entre o quadro de exclusão social e a indústria de bens duráveis é inadequada, pois o problema não se encontra apenas na dimensão econômica, deve existir uma correlação entre "padrão de acumulação, estrutura produtiva e padrão salarial" (OLIVEIRA e HENRIQUE, 1990, p. 26). A inserção do capitalismo no campo gera exclusão, como também ocorreu na Europa do século XIX, que, segundo os autores, foi solucionado com o movimento migratório. A solução não estava apenas em elementos econômicos, residiam na elevação do número de sindicatos, na atuação do Estado e na elevação dos empregos públicos, apontando, em suma, que a superação da exclusão social na região não estava restrita a elementos técnicos e econômicos.

Para Furtado (1974), a Divisão Internacional do Trabalho permitiu uma especialização que gerou excedente não só nos países cênicos, como também nos países periféricos. A integração desigual das economias possibilitou que uma pequena parcela de pessoas de países não industrializados desfrutasse de padrões de consumo semelhantes aos verificados nos países definidores da dinâmica internacional. Enquanto os países centrais guiavam seu processo de acumulação pela elevação da produtividade e elevação da atividade econômica, com expansão do mercado consumidor, os países da periferia ampliavam a taxa de exploração do trabalho, mesmo sem reduzir salários reais, ou elevar produtividade.

Com a indisponibilidade de oferta de manufaturas no mercado internacional e com o processo de substituição de importações, as economias periféricas passam a acumular capital em uma escala superior, promovendo maior exploração do trabalho e acumulação de renda. Em busca de reproduzir padrões de consumo dos países centrais, os países periféricos foram levados a acelerar a incorporação de progressos técnicos, a

custos cada vez mais elevados, estimulando a penetração de empresas internacionais e acentuando sua condição de dependência.

Furtado (1974) constata que as condições históricas e sociais do subdesenvolvimento possuem uma relação complementar de exploração interna e dependência externa. Dessa forma, quanto mais se eleva a condição de dependência, maior tende a ser a taxa interna de exploração. Observa que o subdesenvolvimento é um processo relativamente bem articulado de subsistemas assimétricos. É possível, segundo o autor, que o capitalismo só consiga se reproduzir, havendo assimetrias entre países, e com o elevado nível de exploração social verificado nos países subdesenvolvidos.

Marini (1973), utilizando a exploração do trabalho como uma chave explicativa para o subdesenvolvimento, apropria-se de categorias marxistas para analisar o padrão de desenvolvimento dos países latino-americanos, e constata que as condições históricas e sociais constroem relações de produção *sui generis* que, devido ao seu caráter global, a definição de pré-capitalista é imprecisa. O autor afirma que a especialização da América Latina na produção de bens agropecuários foi determinante para que os países industrializados se especializassem em bens industriais²⁹. Porém, à América Latina coube uma trajetória de crescimento ligada à elevação da exploração do trabalho, ao invés de elevação da produtividade. A deterioração dos termos de troca ocorre em função da capacidade de as economias industrializadas burlarem as trocas de valores equivalentes no mercado internacional. Para o autor, a superexploração³⁰ do trabalho na América

²⁹ O autor considera dois elementos que caracterizam a desigualdade nas trocas entre as nações industrializadas e não industrializadas. Apresenta como primeiro elemento da distinção a diferença de produtividade, que permite aos países industrializados apropriar-se da diferença de valores das trocas, oriunda da capacidade de produção com tempo menor do que o socialmente necessário. A segunda forma dos países industrializados se apropriarem de uma parcela relativamente maior do valor é transgredindo a lei da troca, vendendo bens por preços acima de seu valor, uma vez que os países não industrializados não produzem, ou produzem de modo ineficiente, bens industriais. Os capitalistas dos países não industrializados compensam a perda na troca com elevação da taxa de exploração do trabalho. A exploração da força de trabalho assume três dimensões segundo Marini (1973) “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”

³⁰ Marini (1973) explica a relação de dependência na economia mundial com base na superexploração da força de trabalho. A superexploração baseia-se no processo de acumulação com elevada exploração intensiva e extensiva do trabalho, além de baixos salários. Enquanto as economias centrais elevam sua produtividade com elevação da composição orgânica do capital, o que gera ganhos aos trabalhadores dada a redução de preços, na América Latina a baixa composição orgânica, garante elevadas taxas de mais-valia e lucros, sem elevar a produtividade. O autor constata que a superexploração não é uma característica de economias pré-capitalistas, uma vez que a superexploração do trabalho nos países não industrializados está integrada ao processo mundial de acumulação de capital. Supor que as economias que desfrutaram de um capitalismo plenamente estabelecido não exploram, significa, equivocadamente, que o progresso do capitalismo tende a reduzir a exploração.

Latina também se estabelece pela pressão para que a força de trabalho se reproduza em condições cada vez mais precárias. Diferentemente dos países industrializados, em que os bens de consumo dos trabalhadores geram acumulação de capital interna, na América Latina a especialização em bens de exportação não é aquecida pela elevação da demanda interna dos trabalhadores. O baixo custo de reprodução da força de trabalho na periferia expressa o sacrifício dos trabalhadores para realização do comércio internacional.

A fim de ilustrar como o subdesenvolvimento não pode ser explicado a partir de pressupostos do evolucionismo Darwiniano, Oliveira (2003) se utiliza da alegoria do ornitorrinco para estabelecer o elo entre o passado e o presente, expresso em uma figura com trajetória evolutiva indefinida. Assim como o Ornitorrinco de Oliveira, o subdesenvolvimento não pode ser encarado como um estágio primitivo do desenvolvimento outrora experimentado por países hoje desenvolvidos. Oriundo de uma singularidade histórica, o subdesenvolvimento é o resultado do desenvolvimento capitalista das ex-colônias que organizavam sua produção por meio da escravização de mulheres, homens e crianças. O abandono do estatuto colonial não significou superação de sua independência externa; pelo contrário, a aprofundou, impondo que os países subdesenvolvidos continuassem neste lugar da Divisão Internacional do Trabalho, articulando os interesses internos e externos da acumulação. O autor sintetiza as especificidades das economias subdesenvolvidas identificando que a condição de ex-colônia lhe imputou características políticas e seu histórico escravista lhe imputa características sociais³¹.

Enquanto autores alinhados ao pensamento da CEPAL identificavam que o chamado "exército industrial de reserva" correspondia a uma massa de trabalhadores informais que não cumpriam papel no processo de acumulação, enquadrando-se apenas como um consumidor de excedentes, Oliveira (2003) via neste vasto contingente de pessoas os responsáveis pelo rebaixamento do custo de reprodução do trabalho urbano, seja pela autoconstrução ou pelas agriculturas de subsistência.

³¹ O debate foi expresso inicialmente na interpretação da função da agricultura de subsistência para acumulação de capital. Enquanto os cepalinos Furtado e Prebisch viam na agricultura de subsistência um obstáculo ao desenvolvimento, impedindo o processo "natural" de acumulação, Oliveira (2003) acreditava que agricultura de subsistência era não só necessária como fundamental para o financiamento a cultura do café; chega a firmar que Furtado, ao pesquisar a cultura de subsistência do Nordeste e Minas Gerais, já identificara a inter-relação entre a agricultura atrasada e a agricultura moderna e industrialização, gerando o que Oliveira (2003) identificou como uma acumulação primitiva. O autor apontou que as culturas de subsistência contribuíam na acumulação no campo e na indústria, ao reduzir o custo da cesta de consumo dos trabalhadores e da reprodução da força de trabalho.

Assim como Fernandes (2006) apontara no livro "A revolução Burguesa no Brasil", o subdesenvolvimento seria marcado pela revolução produtiva sem revolução burguesa, configurando-se como a forma do capitalismo de realizar sua acumulação na periferia do mundo. Oliveira (2003) sintetiza esta percepção ao afirmar que:

“O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais” (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Oliveira (2003) aponta que a ampliação da organização dos trabalhadores poderia acabar com a superexploração do trabalho; a reforma agrária poderia reduzir o exército industrial de reserva nas cidades. Porém, como ponderado por Fernandes (2006), os ciclos de crescimento econômico promoveram progresso técnico e econômico sem os correspondentes avanços políticos que poderia incluir as massas de trabalhadores excluídos e subempregados. Os avanços industriais, longe de construir a autonomia da nação, internacionalizou a propriedade industrial e amplia o caráter reflexo que o país possui frente às economias dinâmicas do capitalismo global. A ampliação da dependência interna não só nos afasta da superação de nossa heterogeneidade social, como reforça nossa condição de subdesenvolvido, tendo que ampliar a valorização do valor e ampliar a taxa de exploração, a fim de recompensar as inversões do capital interno e, especialmente, do externo.

À medida que as contradições se acumulam e se vislumbra qualquer sinal de alteração da desigualdade estrutural, promove-se tanto o terrorismo econômico, com a implementação de políticas econômicas ortodoxas - que ampliam o desemprego e o subemprego, impondo ao povo que se volte apenas para garantir sua subsistência -, como terrorismo de estado, como ocorreu durante a ditadura de 1964-1985.

A marca da estrutura social nas economias subdesenvolvidas é sua heterogeneidade que, mesmo com o avanço dos setores modernos da economia capitalista, mantém atrasados diferentes setores, ou parcela de setores tipicamente capitalistas. Sunkel (2000) identifica que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são as duas faces da mesma moeda, partilhando o mesmo processo histórico e estabelecendo relações mútuas, mas desiguais. Na face desenvolvida, verifica-se industrialização com desenvolvimento social; a face periférica é marcada pela dependência econômica e pela coexistência de grupos de atividades econômicas modernas e atrasadas, que preservam

setores marginalizados e arcaicos³². O autor aponta que a teoria marxista do imperialismo, diferentemente da teoria neoclássica de relações internacionais, identifica que o sistema econômico internacional penetra e ultrapassa o sistema econômico nacional, de modo que os monopólios internacionais se introduzem nas economias nacionais em busca de matérias-primas, novos mercados para realizar a valorização e ampliação a produção de excedentes em escala global. As contribuições, a partir deste enfoque, permitem compreender como o subdesenvolvimento dependente se insere no sistema capitalista mundial.

A mera industrialização não resolve a condição de dependência das economias subdesenvolvidas, e o processo de industrialização por substituição de importações demonstrou que ao se industrializar por condições externamente impostas, importando tecnologias e processos produtivos, não se superou a dependência. A pressão imposta pelo processo de substituição de importação a partir de uma base estrutural precária impeliu a indústria nascente assimilar conhecimentos técnicos, máquinas e equipamentos, recursos humanos e financiamento estrangeiro, processo que, segundo Sunkel (2000), contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional na América Latina.

Um importante elemento que determinou mudanças no padrão de industrialização foram as novas formas de captação e de recursos externos, restabelecendo determinados fluxos financeiros, tipo de endividamento, nível de empregos, crescimento econômico e de renda e orientações institucionais³³. Desta forma, para o autor, a industrialização na região não superou a heterogeneidade e elevou a subordinação das economias periféricas.

A industrialização por substituição de importações cumpriu um importante papel na ampliação da indústria na região, contribuindo na expansão de setores industriais

³² Para Sunkel (2000), as economias centrais se beneficiam da relação com os países periféricos sobretudo por: a) Produção de bens primários de exportação, estando sob controle das empresas estrangeiras e "maioria das atividades de abastecimento, financiamento, armazenagem, elaboração, pesquisa, comercialização e reinvestimento"; b) A economia local não consegue aproveitar todas as oportunidades oriundas desta ilha de dinamismo por não possuir instrumentos institucionais, mão de obra qualificada, infraestrutura ou liderança empresarial; c) Os bens primários de exportação possuem uma desvantagem de preço no intercâmbio e convive com maior instabilidade de preços e demanda, visto que a dinâmica do processo produtivo é externamente estabelecida; d) A grande penetração das empresas estrangeiras incorre em uma enorme saída de lucros, reduzindo a capacidade de acumulação de capital interna.

³³ Com o fim da II Guerra Mundial e com a expansão dos conglomerados transnacionais na década de 1950, a região passa a realizar uma nova fase da substituição de importações, com a desnacionalização e "sucursalização" da indústria da América Latina.

mais complexos. Porém, ainda que tenha ocorrido via políticas de Estado, o processo de industrialização por substituição de importações deriva, sobretudo, da crise no sistema econômico internacional. Tal processo de industrialização não foi capaz de romper efetivamente com a inserção subordinada no sistema econômico mundial, promovendo uma nova fase de inserção das economias subdesenvolvidas na economia global, ampliando vínculos com outros polos dinâmicos, em especial os Estados Unidos.

As contribuições dos autores acima citados expressam parte da profícua produção teórica que buscou interpretar a lógica do capitalismo mundial, a partir da inserção da América Latina na dinâmica de acumulação. Merece destaque o fato de que estas contribuições não ficaram restritas ao campo teórico, tendo surgido especificamente para auxiliar na formulação de políticas e planejamento dos Estados nacionais. As contribuições que buscaram interpretar as características do capitalismo dependente na região rejeitaram os modelos neoclássicos que ignoram os fatores históricos e estruturais de cada país e, ao menos parte dos autores citados, identificaram a imprescindibilidade da inclusão do conflito de classe para transcender os limites da análise economicista.

As características do trabalho e da desigualdade são, ao lado da dependência, fatores basilares para a reprodução do subdesenvolvimento. O entendimento sistêmico da participação dos países dependentes na dinâmica de acumulação pressupõe a inclusão da variável histórica e a identificação dos dispositivos que mantêm os países Latino Americanos subordinados aos países centrais. Para tanto, nas próximas sessões apresentaremos os conceitos de exército industrial de reserva, reprodução da força de trabalho, heterogeneidade estrutural e segregação social no Brasil.

2.2 Exército industrial de Reserva, superpopulação relativa e heterogeneidade estrutural de força de trabalho.

Ao interpretar o processo dialético de criação e expansão da sociedade capitalista guiada pela necessidade de acumulação de capital e movida pela luta de classes, Marx (1998) cria duas categorias que decifram uma das contradições do sistema: a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva. Ao identificar que o duplo caráter do trabalho permite transferir ao trabalhador o atributo exclusivo de criar valor - a partir do valor de uso e o valor de troca da força de trabalho - o autor identifica que a dinâmica de acumulação de capital tende a ampliar a quantidade de capital constante em relação ao capital variável, o que é classificado pelo autor como elevação da composição

orgânica do capital. Uma vez que os capitalistas buscam a elevação da riqueza abstrata, tenderão a elevar a composição orgânica do capital e, com isso, ampliarão em termos relativos a riqueza concreta, o que os levarão a buscar ainda mais trabalho abstrato a fim de prover a valorização do valor (MARX, 1998).

A busca da acumulação ampliará a necessidade de elevar a produtividade, posto que a concorrência intercapitalista atribui um ganho extra aos capitalistas mais inovadores, tido por Marx como mais-valia extraordinária. Porém, os constantes ganhos de produtividade também são expressos em um volume cada vez menor de capital variável em relação ao capital constante, o que equivale a um número cada vez menor de postos de trabalho e, tomando a dinâmica geral do sistema, uma tendência à ampliação estrutural do contingente de desempregados e subempregados – a depender da taxa de expansão do capital. A superpopulação relativa é um elemento determinante na teoria de Marx por criar uma massa de trabalhadores disponíveis à expansão do capital e por gerar pressões contra a organização dos trabalhadores e elevação dos salários.

As categorias exército industrial de reserva e superpopulação relativa foram largamente utilizadas por autores marxistas e não marxistas para descrever a dinâmica do mercado de trabalho, ganhando diversas interpretações e aplicações para a América Latina e o subdesenvolvimento. Ao analisar o processo de desenvolvimento das forças produtivas, Marx não deu atenção adequada à relação subordinada funcional das economias desenvolvidas em relação às economias periféricas, cabendo a Lênin (1979) e Rosa Luxemburgo (1984) desenvolverem uma teoria que assimilasse a pertinência das economias dependentes na dinâmica global de acumulação. Desta forma, foi necessária uma atualização das categorias acima citadas para explicar o precário mercado de trabalho nos países dependentes que, por sua vez, possuem níveis de produtividade menores que o centro dinâmico do sistema, mas que conviviam com maiores níveis de desemprego e subemprego. Autores como Paulo Renato de Souza (1980), Anibal Quijano (1966), José Nun (1969) e Arthur Lewis (1969) produziram relevantes contribuições nesse sentido, ainda que com arcabouços teóricos distintos.

Os teóricos alinhados à teoria da marginalidade buscaram identificar como a superpopulação relativa se forma em países de capitalismo dependente, tendo em vista que estes países ampliavam sua produtividade em setores específicos, com tecnologias atrasadas ou obsoletas e com o centro dinâmico do processo de acumulação localizado em países desenvolvidos.

Essas economias são marcadas por heterogeneidade estrutural, dada à difusão de progresso técnico em setores específicos, geralmente de exportação, que absorve uma proporção pequena do contingente da força de trabalho, enquanto grande parte da economia permanece atrasada, com baixa produtividade e com grande número de trabalhadores precários e pauperizados. Para Nun (1969) e Quijano (1966), a força de trabalho não absorvida nos setores desenvolvidos das economias, ocuparão vagas em setores ou camadas com baixa produtividade, baixos salários e grande instabilidade. A especificidade da superpopulação relativa na periferia reside no fato de que o mercado de trabalho já se constitui em condições precárias, repleto de trabalho por conta própria, subemprego, desemprego oculto e aberto, o que gera grande desigualdade social, pobreza e marginalização política e econômica. Ou seja, diferentemente do que se verifica em países centrais, nas economias dependentes o progresso atinge camadas e/ou setores específicos da economia, não necessitando de uma grande expansão da produtividade para gerar um excedente de força de trabalho. Ainda que Marx (1998) atribua à elevação da composição orgânica do capital uma condição suficiente para gerar um excedente de força de trabalho, tal processo não está restrito à expansão da indústria.

A produção de uma superpopulação relativa faz parte da dinâmica de funcionamento do capitalismo, dado o processo de destruição de setores econômicos pré-capitalistas, atração e repulsão de trabalhadores, inclusão ou exclusão de regiões econômicas na dinâmica de acumulação. A teoria da marginalidade introduz na análise o contingente de trabalhadores que não serão assimilados no processo de expansão de capital ou de atividades hegemônicas. Estes fazem parte da dinâmica econômica dos países dependentes e surgem como produto do descolamento entre a estrutura produtiva e a estrutura social.

Já para Souza (1980), que se utiliza da categoria exército industrial de forma distinta dos autores da marginalidade, a dinâmica de acumulação promove constantes criações, destruições e recriações de unidades econômicas não tipicamente capitalistas, dadas as diferenças de eficiência produtiva, ao passo que a produção capitalista se expande e ocupa o espaço econômico. A forma não capitalista é compelida a ocupar outros espaços econômicos em que a densidade de renda circulando não justifica (ainda) a criação de formas plenamente capitalistas. Com isso, o autor demonstra que a dinâmica dos setores não tipicamente capitalistas são determinados pela dinâmica dos setores capitalistas. A falta de autonomia das formas não capitalistas evidencia como as duas

formas de produção fazem parte de um mesmo sistema, sobretudo nas economias periféricas.

À medida que as formas de produção tipicamente capitalistas destroem ou deslocam as formas não capitalistas do espaço econômico, as pessoas que se ocupavam da pequena produção ou produção de subsistência precisam ofertar sua força de trabalho para os capitalistas para garantirem sua sobrevivência. Uma vez que não precisa haver uma correspondência entre o número de trabalhadores deslocados dos setores com diferentes níveis de dinamismo, caso ocorra um desequilíbrio, os trabalhadores não absorvidos tentarão recriar formas não capitalistas de reprodução da vida, ainda que com rendas menores do que as praticadas nos setores mais dinâmicos. As novas formas não tipicamente capitalistas surgiram, então, pela reconfiguração dos espaços econômicos oriundos da dinâmica estabelecida pelo núcleo capitalista.

Ao ampliar sua esfera de atuação econômica, as formas capitalistas de produção absorvem parte da população em seu processo de rotação de capital. A parcela que não é absorvida é chamada de *superpopulação relativa*, que corresponde à população que buscará subsistir a partir de ocupações em setores primitivos. Segundo Souza (1980), os valores, a formação e as habilidades permitirão que a população se mantenha ocupada em setores com baixo dinamismo econômico, até que ocorram pressões para disputarem um espaço na produção capitalista. Afirma ainda, que na franja dos trabalhadores ativos está o *exército industrial de reserva*, que são os que estão ocupados em formas capitalistas de produção. Uma vez que o exército industrial de reserva é mais instável, um contingente pequeno deste exército pode promover a elevação de salários em momentos de crescimento econômico. À medida que as formas capitalistas demandam mais trabalhadores, estas utilizam-se da oferta de trabalho apta a assumir postos nas economias tipicamente capitalistas. Quando a reserva acaba, a concorrência intercapitalista faz com que os trabalhadores sejam disputados por maiores salários, o que tende a elevar o salário médio na economia. Ainda que o exército industrial de reserva seja o primeiro grupo de trabalhadores utilizados em momentos de elevação de demanda por trabalho, à medida que os capitalistas ampliam o capital variável, estes podem acelerar o processo de proletarianização dos trabalhadores ocupados e ampliar o ritmo de destruição das formas não capitalistas de produção.

Desse modo, não é apenas o tamanho do exército industrial de reserva que interfere no nível da renda dos trabalhadores, mas também os ocupados na economia não

tipicamente capitalista³⁴. Porém, para Souza (1980), deve ser ressaltado que um grande contingente de população relativa não significa que as taxas de salários não possam aumentar, uma vez que as organizações dos trabalhadores podem conquistar elevações salariais a partir de seu poder reivindicatório.

Souza (1980) destaca a validade do argumento central de Oliveira (2003) com relação às economias atrasadas, que consiste na constatação de que as economias periféricas não são duais, na realidade as partes estão adequadamente articuladas para garantir a maior expansão do capital possível. A sintonia entre os setores tipicamente capitalistas e setores não-tipicamente capitalistas permitem a acumulação do núcleo do sistema. Direta ou indiretamente, o atraso e o moderno fazem parte de uma mesma dinâmica que possibilita a acumulação de capital³⁵.

Oliveira (2003) identifica uma interação orgânica entre os setores de baixa e alta produtividade, constatando que, sobretudo na periferia, é a interação entre eles que permite o tipo de acumulação, conjugando ocupações bem remuneradas e dignas, com subemprego, sem que existam pressões econômicas pela superação das camadas atrasadas. Que pese que Oliveira e Souza partilhem da constatação de que o exército industrial de reserva é um elemento chave para a acumulação do capitalismo na periferia Latino-americana, permitindo uma interação simbiótica entre setores atrasados e modernos, existe uma relevante diferença de percepção entre os autores: Enquanto para Oliveira a dinâmica do desenvolvimento capitalista na periferia está fundada em uma superexploração, permitida pelo excedente da força de trabalho e da heterogeneidade estrutural; para Souza a exploração é consequência da dinâmica do capital empregado especificamente nos setores tipicamente capitalistas.

³⁴ As variações do custo de reprodução da força de trabalho, segundo Souza (1980), ocorrem por dois motivos: O primeiro em razão das variações dos custos dos bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores; o segundo diz respeito as mudanças históricas nos bens que compõem a cesta.

³⁵ O questionamento que Souza (1980) apresenta a Oliveira (2003) referentes ao tipo de interação entre setores atrasados e modernos diz respeito à divergência teórica quanto ao peso atribuído à pequena produção agrícola na definição de preço da cesta de consumo dos trabalhadores. Se as terras mais férteis e mais próximas dos mercados são reservadas à produção agrícola capitalista, não é possível que a produção das pequenas propriedades defina o custo de reprodução da força de trabalho. No mesmo sentido, não é possível formas pré-capitalistas terem maior produtividade que formas plenamente capitalistas, impondo a reprodução do custo da cesta de reprodução dos trabalhadores. Para Souza (1980), "são os baixos salários que explicam a autoconstrução, não é autoconstrução que explica os baixos salários". A elevação dos salários acima do mínimo para a subsistência depende do conflito em capital e trabalho, não apenas da dinâmica de acumulação. Vale destacar que o autor, ainda que afirma necessitar de maior alicerce empírico, sugere que a produção das pequenas propriedades rurais só possui uma participação relevante na produção nacional até a década de 1950.

2.2.1 Heterogeneidade estrutural

O estudo da interação das camadas, ou setores econômicos, modernas e atrasadas, além de possibilitar o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho e origem da desigualdade na América Latina, também permite a exposição de uma salutar distinção do pensamento de autores que pesquisaram o subdesenvolvimento. Tal constatação é fundamental, tanto para entender os obstáculos ao desenvolvimento; quanto para compreender a lógica de funcionamento do mercado de trabalho na região.

Ao identificar a falta de homogeneidade nas economias periféricas, Aníbal Pinto cunha a expressão “heterogeneidade estrutural”, que viria a ser largamente utilizada pela CEPAL, especialmente por seu maior expoente no Brasil, Celso Furtado. Os estruturalistas cepalinos utilizam esta expressão para identificar a existência de uma elevada desigualdade de produtividade entre setores ou camadas modernas e arcaicas nas economias subdesenvolvidas. Segundo Pinto, a dualidade estaria fundada na distância abismal entre o complexo exportador e o restante da economia. Uma vez que o complexo exportador representava uma extensão do centro dinâmico da economia global dentro da periferia, sua expansão não gerava estímulos adequados ao desenvolvimento dos setores com baixa produtividade. Um ponto importante da contribuição de Pinto, que converge com a leitura de Oliveira, é que a heterogeneidade estrutural ocorrera por uma dinâmica do próprio capitalismo nos países periféricos, divergindo assim de autores, como Inácio Rangel, que sugeriu a coexistência de diferentes modos de produção em um mesmo período histórico.

Ao buscar identificar as diferenças entre as economias subdesenvolvidas da América Latina, Pinto (2000) sugere que as economias se distinguem pela proximidade ou distância do arquétipo do enclave, que estabelece o máximo antagonismo entre setores atrasados e modernos. O autor aponta três fatores como fundamentais: o nível de especialização do bem de exportação; características institucionais, como a capacidade de criar de forma mais ou menos independente de um Estado Nacional; e a permeabilidade das sociedades e economias tradicionais, como os casos dos Incas e ou das comunidades indígenas. Segundo o autor, a abordagem dualista centrava-se na disparidade de produtividade entre o setor exportador e o restante da economia, não atribuindo ao subdesenvolvimento causas relacionadas às relações capitalistas ou feudais, ou de características do sistema político.

O processo de industrialização é capaz, segundo Pinto (2000), de modificar o quadro de heterogeneidade estrutural, promovendo a chamada diversificação para dentro, que amplia o setor moderno capitalista não exportador, ampliando a produtividade média da economia. Para fins didáticos e com vistas ao observado nas economias centrais, o autor sugere uma separação em três camadas, divididas pelo nível de produtividade: A camada primitiva, que tende a refletir uma produtividade semelhante ou menor que a constatada no período colonial; a camada caracterizada como “polo moderno”, que tende a expressar uma produtividade semelhante à média dos países desenvolvidos; e a camada intermediária, que tende a expressar uma produtividade que equivale à média nacional. Ao observar países centrais e periféricos, constata-se que nos países desenvolvidos as pessoas ocupadas em atividades atrasadas representam uma pequena parcela da economia como um todo, e o oposto ocorre nas economias subdesenvolvidas, com grande participação do polo atrasado³⁶.

Entre os níveis de salários e progresso técnico, Robinson (1960) sugere que uma elevada taxa de acumulação tende a intensificar a utilização da força de trabalho, conduzindo ao seu esgotamento e à elevação média dos salários no respectivo mercado. Ao passo em que eleva a remuneração do trabalho, os capitalistas ampliam seus investimentos em capital constante, a fim de demandar menos trabalhadores em seu processo produtivo.

Com vistas nos primeiros países que se desenvolveram, esperava-se que o processo de industrialização na periferia se comportasse de forma semelhante ao que se verificou nos países centrais, no tocante a superação da heterogeneidade, a partir de setores modernos que irradiaram dinamismo nos setores atrasados, impulsionados por uma indústria voltada para dentro. Porém, ainda que o processo substitutivo tenha gerado grandes expectativas de homogeneização nos setores e camadas da economia, a observação histórica demonstrou o contrário.

Tendo visto o comportamento da heterogeneidade nas economias centrais, merece destaque o fato de a América Latina expressar uma dinâmica que aponta para a

³⁶ Em termos de produtividade per capita, a camada com maior produtividade possui uma produtividade 20 vezes maior que a camada com menor produtividade. Se for realizada uma comparação setorial, a produtividade média da agricultura é 10% da produtividade média do setor de mineração e 20% da indústria fabril. Observando intrasetorialmente constata-se que a diferença de produtividade entre setor moderno e atrasado é de quatorze vezes. Pinto (2000) estimou que entre 35 e 40% da população encontram-se na camada atrasada, que, por sua vez, somam apenas 8% do PIB, já em economias desenvolvidas as pessoas ocupadas nesta camada são algo em torno de 13%.

mesma direção, porém com características extremas. Ainda que a região tenha crescido muito no período desenvolvimentista, ela permanece com metade de sua população à margem dos efeitos positivos do desenvolvimento e com renda média semelhante às da África e regiões pobres da Ásia. Os setores mais dinâmicos passam, a partir da segunda metade do século XX, a incluir menos pessoas em sua dinâmica de acumulação, e a expansão dos setores desenvolvidos ocorreram ampliando os segmentos marginalizados no campo e nas cidades, gerando uma periferia dentro dos setores dinâmicos da economia.

Pinto (2000) elenca quatro fatores para justificar o fracasso da superação da heterogeneidade e do subdesenvolvimento na América Latina: a) O ritmo de desenvolvimento não foi autossustentado; b) A condição de dependência externa, longe de ser superada, foi aprofundada com elevação do endividamento externo, subordinação tecnológica, externalização das decisões políticas e das atividades básicas; c) O progresso tecnológico ampliou o fosso entre as populações e regiões marginalizadas; d) Não se verifica tendência de retorno aos momentos de maior dinamismo na região³⁷.

As diferentes estruturas nas economias capitalistas não atuam de forma estanque, o que sugere que a heterogeneidade estrutural é um tipo de interação interna entre o atraso e o moderno. Pinto (2000) aponta como uma das causas o que ele chama de “colonialismo interno”, expresso por uma exploração da periferia interna. Este fenômeno se realiza das seguintes formas: O centro interno não compartilha com a periferia o lucro e os benefícios da elevação da produtividade; a periferia transfere o excedente financeiro para o centro; e amplia-se a desigualdade de investimentos públicos em benefício dos setores modernos. O autor aponta ainda como uma possibilidade para a ampliação do distanciamento entre o centro e a periferia interna uma suposta construção de autonomia interna (relativa e condicionada) por parte dos setores modernos, estabelecendo circuitos fechados de receita-despesa, poupança-investimento, o que

³⁷ Ao observar a disparidade da renda per capita entre regiões atrasadas e modernas na Europa, constata-se que em regiões mais atrasadas dos países ricos possuem poucos habitantes, como pode ser observado na Suíça, Grã-Bretanha e Áustria, enquanto as regiões mais pobres dos países pobres como a Turquia, Itália e Espanha são muito mais populosas. Tal fenômeno deve-se ao fato de que nos países mais pobres da Europa se verifica ilhas de progresso que não conseguem irradiar seus efeitos de elevação da produtividade para os outros setores da economia. Mesmo a economia que constituiu o epicentro da segunda revolução industrial, os Estados Unidos, registrou uma elevação da polarização econômica, dado o baixo dinamismo econômico dos estados do Sul em comparação com o restante do país. Segundo Pinto (2000), este fato pode ser constatado a partir do dado de que em 1954 os estados do Sul correspondiam a 31% da população do país, mas só representavam 20% dos empregos industriais.

possibilita que o centro absorva todo o excedente e dinamismo antes de chegar na camada atrasada.

O autor identifica a tentativa de reprodução de um padrão de consumo semelhante ao de países com renda três vezes maior, o que sugere uma contradição que amplia a heterogeneidade e estabelece grandes obstáculos ao modelo de crescimento. No período de crescimento voltado para fora, a região detinha uma estrutura produtiva simples voltada para o setor primário exportador, mas reproduzia estrutura de demanda sofisticada, que era atendida via importação. O estrangulamento externo obrigou os países da região a readaptar suas estruturas produtivas internas, a fim de atender a demanda nacional. A produção interna voltou-se para a produção de bens sofisticados, ignorando a produção de bens voltados à população de baixa renda³⁸. O processo de industrialização fácil perdeu dinamismo rapidamente, logo que as demandas de alta renda foram atendidas, o que limitava a capacidade desta industrialização gerar efeitos de longo prazo, ampliando a concentração de renda e drenou os recursos financeiros para financiar o consumo ao invés do investimento com maior efeito multiplicador.

O acúmulo de contradições oriundos do crescimento por diversificação, que consiste no direcionamento da produção interna para atender às demandas da parcela da população com maior renda, residiria primeiramente na busca da homogeneização via ampliação do mercado interno e disseminação do progresso técnico para a economia como um todo, impulsionando também as camadas atrasadas, promovendo um crescimento sustentado e a construção de certa autonomia quanto ao setor externo. Para Pinto (2000), não se trata de abrir mão dos setores modernos, os quais são responsáveis pelo dinamismo interno, gerando oportunidades de investimentos ligados a produtos intermediários, bens de capital e etc. Porém, os setores dinâmicos devem ser direcionados para promover o progresso da economia nacional como um todo, ao invés de ser subutilizado na produção de bens de consumo de luxo, em uma busca frustrada de

³⁸ Para Pinto (2000) a definição produtos conspícuos não reside na natureza do bem, mas da identificação de como este bem se insere entre os bens de consumo dos países, dado a renda média. Para tal definição se deve observar se este bem é consumido por pequenas parcelas da população, tendo em vista as restrições materiais, ou pela maioria da população. Outro aspecto que merece ser destacado é que o consumo dos bens suntuários contemporâneos drena mais recursos que os consumos de luxo das sociedades tradicionais. A demanda por carros de luxo, eletroeletrônicos e etc. dos dias atuais demandam um grande aparato institucional e expressiva monta de recursos que são voltados ao consumo ao invés dos investimentos.

reproduzir padrões de consumo de outros países para pequenas parcelas da população³⁹. Ou seja, os recursos devem ser utilizados para promover a superação da heterogeneidade utilizando os setores mais modernos e produtivos da economia como forma de superar a pobreza das camadas atrasadas. O objetivo apresentado pelo autor não reside na política redistributiva, mas sim na superação dos obstáculos que rebaixam a produtividade das camadas marginalizadas.

Pinto (2000) identifica que superado a etapa fácil da "industrialização substitutiva", a heterogeneidade estrutural configura um obstáculo ao desenvolvimento. A profunda desigualdade das economias periféricas promoveria uma "saturação" do mercado para produtos tradicionais, posto que a industrialização leve aprofundou as desigualdades de renda, ao invés de mitigá-la, sem que as políticas redistributivas tivessem impacto suficiente para incluir os marginalizados. A industrialização difícil gerou um novo setor dinâmico que remetia ainda mais importância ao setor externo, ampliando o endividamento. O motor da industrialização deixa de ser a indústria tradicional e passa a ser o setor de bens pesados, gerando uma segregação ainda maior, dado que os novos bens só poderiam ser adquiridos pela parcela com maior renda da população.

O modelo de desenvolvimento para dentro não foi capaz de criar uma sociedade de consumo de massas, tendo possibilitado a criação de uma pequena parcela da população com elevada renda, gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos, nas contas do Estado e desviando a produção industrial para a produção de bens de luxo para atender uma pequena parte das pessoas. Pinto (2000) faz uma constatação que estará presente no pensamento cepalino, especialmente em Furtado: A heterogeneidade estrutural não foi superada pela industrialização e é geradora das desigualdades sociais, obstaculizando o desenvolvimento econômico, por limitar o consumo interno e ampliar a dependência externa.

Francisco de Oliveira (1973) realiza uma crítica a teoria dualista da Cepal e a percepção da heterogeneidade estrutural como um obstáculo ao crescimento econômico. As críticas de Oliveira são explicitamente direcionadas a visão estagnacionista de

³⁹ "São abundantes as ilustrações simples mas eloquentes desse assunto: o aço pode servir para construir arranha-céus de escritórios ou para fabricar ferramentas ou maquinaria agrícola; a indústria automotiva pode produzir automóveis caros ou caminhões; o cimento pode ser empregado em grandes mansões ou em obras de irrigação ou em estradas etc. Não se trata, insistimos, de um "isto ou aquilo", mas de uma modificação substancial das proporções destinadas aos diferentes objetivos" (PINTO, 2000, p. 585).

Furtado, que prognosticou a impossibilidade do crescimento econômico com concentração de renda. Oliveira (1973) utiliza-se de um método dialético marxista para interpretar o desenvolvimento capitalista e a permanente existência da heterogeneidade não só em países periféricos, como também nos centrais. O autor não credita apenas a fatores técnicos a existência da desigualdade, posto que a desigualdade interna era resultado de opção política histórica das elites nacionais que, por sua vez, convergia para a dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho. A evidência de que a desigualdade repousava também em elementos políticos residia na configuração dos baixos salários, em um nível abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho, o que demandava um tipo estremado de exploração dos trabalhadores, auferindo elevados lucros aos capitalistas.

Assim, para Oliveira (1973), a heterogeneidade estrutural não é uma interação entre formas pré-capitalistas e formas capitalistas, nem tão pouco um obstáculo para o desenvolvimento do sistema. A desigualdade entre setores e camadas nas economias periféricas são produto da expansão capitalista e a interação entre o atrasado e o moderno é absolutamente funcional à dinâmica das economias dependentes. O polo arcaico não será absorvido pelo moderno, visto que estes dois extremos agem em simbiose. A compressão dos salários requer a capacidade de os trabalhadores proverem sua reprodução mantendo o maior número de membros da família compondo a força de trabalho e realizando o maior número de ocupações que puderem, o que garantirá a existência de um largo exército industrial de reserva.

Em suma, a heterogeneidade estrutural é um elemento fundante das economias subdesenvolvidas, que apontam para a impossibilidade destas economias reproduzirem a mesma trajetória dos países do centro dinâmico do sistema. O polo atrasado da economia periférica não está centrado em setores específicos, distribuindo-se em camadas com alta e baixa produtividade em um mesmo setor econômico, reproduzindo a profunda desigualdade social nos países dependentes. A divergência entre os autores que estudaram a dependência da América Latina reside nas consequências para a crescente heterogeneidade. Enquanto os autores estruturalistas da Cepal identificavam que a assimetria na estrutura social e produtiva representavam um obstáculo ao crescimento econômico; autores que se utilizaram de categorias marxistas para compreender a dinâmica do capital na região constataram que a heterogeneidade faz parte

do processo de acumulação. Na próxima sessão será apresentada, à luz das contribuições de Oliveira (2003), a relação simbiótica entre o moderno e o arcaico no Brasil.

2.3 Subdesenvolvimento, heterogeneidade e as novas tecnologias e trabalho

O subdesenvolvimento brasileiro à la Ornitórrinco é caracterizado por um tipo perverso de simbiose entre o passado e o futuro (OLIVEIRA, 2003). Muito urbanizado, com uma proporção pequena de trabalhadores no campo, mas com um forte e poderoso agronegócio. O setor de serviços também expressa uma profunda polarização, com um consumo de serviços sofisticado que beira à excentricidade, e na outra extremidade, com um consumo de serviços elementares para garantir o mínimo. O subdesenvolvimento, então, promove uma relação simbiótica entre o arcaico e o moderno garantindo a reprodução da dependência. Se no pensamento econômico contemporâneo não existe um consenso sobre os caminhos para o desenvolvimento – para não falar nas divergências sobre a definição do próprio termo desenvolvimento - fica evidente que a mera industrialização não foi suficiente para romper com a heterogeneidade estrutural, com a desigualdade social e com a precária condição laboral dos trabalhadores dos países periféricos. As novas tecnologias não são a causa de nosso subdesenvolvimento, mas foram utilizadas de forma eficiente e criativa na exploração do trabalho, garantindo a reprodução da funcional desigualdade social.

O Brasil ingressa na segunda revolução industrial após ter completado todos os departamentos deste padrão de acumulação na década de 1970, quando os países desenvolvidos se preparavam para ingressarem no padrão de acumulação subsequente. Quando ingressou na terceira Revolução industrial, o Brasil o fez de forma ainda mais subordinada, dada sua condição de mero consumidor das novas tecnologias de comunicação e informação.

A abertura comercial e financeira da década de 1990 promoveu a reprimarização de nossa estrutura produtiva e rompeu com os elos da cadeia produtiva construídos no período de industrialização intensa. O sistema financeiro permanece atrofiado no tocante a sua capacidade, ou disposição, de elevar o crédito bancário de longo prazo, ou mesmo o crédito ao consumo. Ainda assim, registra elevadas taxas de lucros oriundas de elevadíssimos *spreads* bancários e beneficiando-se de uma das mais elevadas taxas de juros do mundo, criando um enorme duto de transferência dos recursos do Estado

aos grupos financeiros nacionais e internacionais, grupos que determinam a dinâmica econômica e política no país⁴⁰.

Oliveira (2003) atribuía um caráter transitório à informalidade gerada até a década de 1970; acreditava que o inchaço do setor terciário era fruto da baixa acumulação e “privilegiamento” da produção industrial. O processo de acumulação utilizou o grande contingente de força de trabalho que migrava para as cidades, ao invés de absorver os trabalhadores subempregados nas regiões já urbanizadas. Em fins do século XX e início do século XXI, assiste-se a um cenário em que a terceira e a quarta revolução industrial agem em sintonia com a mundialização do capital. Ao mesmo tempo em que a fluidez da financeirização destroça fronteiras nacionais, a produtividade do trabalho se eleva para patamares nunca experimentados, maximizando a capacidade do sistema de transformar todo trabalho em trabalho abstrato (OLIVEIRA, 2003).

A integração do capital transnacional assume uma escala inédita graças: ao novo padrão de acumulação oriundo do processo da financeirização, que gera grande interdependência do sistema financeiro global; à mobilidade de capitais que reduz a capacidade de defesa dos Estados Nacionais a ataques especulativos; à enorme dimensão, difusão e capilaridade das corporações transnacionais; e às novas tecnologias, agora chamadas de revolução industrial 4.0.

O mercado de trabalho é arrebatado pelas transformações nas forças produtivas por meio de tecnologias que transformam não só a execução das tarefas laborais, como também as formas de gerenciamento dos processos produtivos, permitindo a integração da produção distribuída por dezenas de países, com diferentes legislações trabalhistas, estruturas sociais, níveis de salários e capacidade de organização de trabalhadores. Porém, tal fenômeno não suplanta as diferentes contribuições no processo de acumulação global estabelecidos pelos diferentes níveis de desenvolvimento de cada país.

Enquanto as organizações de trabalhadores do centro do capitalismo voltam suas tentativas de conter o processo de precarização do trabalho, os países periféricos nem chegaram a generalizar a proteção ao trabalho e a consolidar um Estado de bem-estar

⁴⁰ Segundo o Banco Central, mesmo com o Brasil imerso na mais profunda crise econômica de sua história, a soma do lucro líquido dos maiores bancos do Brasil corresponde a 57,6 bilhões de reais em 2017. Subdividido entre: Itaú com um lucro líquido de R\$ 23,96 bilhões, o Bradesco com R\$ 14,65 bilhões, o Banco do Brasil com R\$ 11,01 bilhões e Santander com R\$ 7,99 bilhões em 2017.

social e já vê se esvaír os parques direitos civilizacionais que amenizavam a penúria dos trabalhadores que conseguiam acessá-los.

O crescimento exponencial da capacidade de processamento de dados oriundo da inteligência artificial, a ampliação da disponibilidade de uma grande massa de dados, provenientes da aplicação da "internet das coisas" na indústria, e a possibilidade, ainda insuficientemente explorada, da impressão 3D promoverão profundas mudanças no mundo do trabalho, reduzindo o tempo de rotação do capital, a porosidade da jornada de trabalho e os obstáculos à valorização do valor.

A imaterialidade dos bens produzidos pela nova indústria esfumaça as separações entre os bens e os serviços, possibilitando que o processo produtivo prescindia de força de trabalho onde antes era indispensável. A capacidade de processamento de dados no campo da Inteligência Artificial, a partir de técnicas como o *machine learning*, já permite a utilização de força de trabalho de modo transitório, por aperfeiçoar algoritmos que evoluem a partir de inputs amostrais via trabalho humano. Após a aplicação adequada da técnica, os novos algoritmos permitem a automação de processos menos rotineiros, dispensando o trabalho vivo anteriormente necessário ao "treinamento das máquinas".

Trabalho informal, subemprego, terceirização e jornadas de trabalho intermitentes tornam-se cada vez mais frequentes nas economias subdesenvolvidas, mas crescem nas economias centrais também, transferindo aos trabalhadores o risco inerente ao salto mortal da mercadoria, uma vez que os trabalhadores passam (ou voltam) a serem remunerados pela produção em um modelo *Just in time*. Neste modelo, os trabalhadores se transformam em uma soma fluida do exército industrial da ativa e da reserva, buscando subsistir em ocupações que vão se organizando mais em torno de tarefas específicas do processo de produção e não mais por jornadas de horas trabalhadas. Os trabalhadores só receberão sua cesta de subsistência se o lucro dos empresários estiver garantido. Os direitos trabalhistas e o piso civilizacional oferecido por um estado de bem-estar, ainda que seja com as debilidades das economias subdesenvolvidas, são tidos como obstáculos a "livre" acumulação. Para que todo trabalho se transforme em trabalho abstrato é necessário que o mercado seja o único mediador das relações sociais e fornecedor das necessidades materiais.

Segundo Oliveira (2003), a partir da terceira revolução industrial, a eliminação das fronteiras entre ciência e tecnologia e a rapidez do processo de inovações

geram dois efeitos relevantes na acumulação nos países subdesenvolvidos: A ampliação da dificuldade da periferia chegar a fronteira tecnológica junto aos países do centro dinâmico; e a necessidade de manter elevados níveis de inversão para se manter inserido no novo padrão de acumulação, tendo que buscar recursos externos que mantém ou aprofundam sua dependência ao sistema financeiro internacional. Torna-se necessário cada vez mais capital para manter o nível de produtos em um sistema intensivo em capital e com uma predatória concorrência internacional.

A capacidade que o atual padrão de acumulação possui de integrar o processo de valorização do capital conecta países de diferentes níveis de desenvolvimento e dimensões econômicas tidas anteriormente como arcaicas e modernas, como vendedores ambulantes de softwares nas ruas dos centros das grandes cidades, motoristas de transportes individuais via plataformas e ofertantes de cursos online. A profissão de motorista foi uma ocupação comum durante o século XX, porém, a partir das tecnologias de comunicação e informação, a “Economia de Plataforma” criou serviços de mobilidade urbana como Uber e 99Táxi, constituindo uma ponte entre a terceira e a chamada quarta revolução tecnológica, a partir de novas formas de gerar valor, ofertar e regular trabalho.

As mudanças tecnológicas e institucionais que permitiram esta nova relação de trabalho autorizam que grandes empresas realizem a valorização de seu capital, flexibilizando a oferta de serviços e as relações de trabalho, transferindo aos motoristas a maior parte dos riscos do negócio. Uma vez que os trabalhadores não possuem certeza de seus rendimentos mensais, estes tendem a trabalhar jornadas maiores do que a jornada legal e, sempre que as crises cíclicas solaparem a economia ampliando a massa de desempregados, o número de trabalhadores neste tipo de ocupação tende a aumentar, reduzindo os seus rendimentos individuais. Nesta nova relação de emprego os “funcionários autônomos” concorrem entre si, posto que o algoritmo que gerencia a plataforma reduz a remuneração dos trabalhadores quando existe um excesso de oferta de corridas. Esta moderna relação de trabalho se traveste de contratados entre iguais agentes econômicos, reduzindo a capacidade de organização trabalhista e conquistas salariais. A automação de outros processos produtivos, mesmo os de serviços, que tradicionalmente requeriam trabalho vivo, amplia a oferta de força de trabalho, reduzindo o salário hora nas ocupações que ainda não prescindem de trabalho humano.

Convergindo para este modelo que acumula e aprofunda desigualdades, quando as camadas populares acessam serviços ligados aos setores mais modernos da

economia, como por exemplo o setor de telefonia e internet, não só acessam serviços de pior qualidade, como também pagam mais por eles⁴¹.

Os obstáculos à organização dos trabalhadores e a redução do salário/hora obriga os trabalhadores ampliarem suas jornadas de trabalho para conseguirem compor sua cesta de consumo, configurando em uma elevação da mais-valia absoluta, mesmo em uma quadra histórica com notáveis ampliações da produtividade. Merece destaque o fato de que a cesta de consumo dos trabalhadores contemporâneos é composta também por bens e serviços inerentes à última revolução tecnológica e, diferentemente do que ocorria em meados do século XX, quase todos os bens e serviços são mercantilizados, característica presente nos países centrais, porém aprofundada nas economias subdesenvolvidas que não garantem a implementação de direitos fundamentais como saúde, educação e moradia.

Ainda que o novo padrão tecnológico possua características mais flexíveis e passíveis de personalização, o que representa um rompimento com um rígido padrão produtivo do fordismo, a terceira e quarta revolução industrial requerem um funcionamento em rede em escala global, absorvendo todo e qualquer setor da vida social e econômica em sua dinâmica de acumulação. O nível de concentração e centralização do capital assume dimensões globais, impondo padrões culturais, sociais e econômicos. Mesmo em regiões bastante pobres da América Latina e da África existem comércio de bens e serviços tecnológicos, promovendo em algumas localidades uma substituição do padrão monetário do país, por transações comerciais cotidianas via créditos de minutos de ligações por celular.

Os impactos do crescimento da produtividade promovidos pela terceira revolução tecnológica nas economias subdesenvolvidas foi especialmente devastador. As mudanças institucionais de caráter neoliberal, a exposição desprotegida à concorrência internacional e o caráter "flexível" de nosso mercado de trabalho, permeado por enorme contingente de trabalhadores informais e subempregados caíram como uma luva ao novo padrão de acumulação, servindo de certa forma como um modelo que deveria ser seguido

⁴¹ Um exemplo emblemático é o fato da população com menor renda acessarem internet exclusivamente via telefones móveis, com planos de dados que ferem a neutralidade da rede, permitindo que estes usuários só possam acessar sites de consumo e redes sociais. A impossibilidade de acessar conteúdos livres na internet expõe os usuários mais pobres a um número maior de notícias falsas (*fake news*) por não poderem averiguar a veracidade das notícias que recebem em suas redes sociais, sendo prejudicada de múltiplas formas pelos piores serviços ofertados. Pesquisa do CGI-Br sobre as *fake news* demonstra que "Enquanto na classe A a penetração é de 98%, nas classes D e E ela fica em 23%".

em países com elevada proteção social. O Brasil atingiu o ápice da formalização do trabalho na década de 1980, nível que não foi atingido nem no período de crescimento econômico dos anos 2000, o que aponta para um aprofundamento das relações de trabalho fundadas na *pejotização*, terceirização e flexibilidade (Dedecca, 2005). É possível que mesmo a situação de "desempregado" nos moldes do utilizado atualmente passe a não ter mais sentido explicativo, visto que o emprego tradicional se tornará a exceção e as pessoas passem a se ocupar de tarefas semanais inconstantes e com elevada dispersão de remunerações.

Os dois extremos de um mercado de trabalho profundamente polarizado podem vir a partilhar uma peculiaridade deste tempo: a *pejotização* e a flexibilidade de jornadas e rendimentos. O elevado nível de informalidade se reproduz em uma tendência de ampliação, conjugando o moderno e arcaico em uma relação simbiótica. Como já fora apresentado, a Rua Santa Efigênia, em São Paulo⁴², jovens se cotovelam para oferecer programas de computador não licenciados. Softwares sofisticados produzidos em diversas partes do globo são vendidos por jovens, na maioria negros e com ascendência nordestina, que veem neste comércio de densas redes de trabalhos informais, a melhor alternativa para garantir sua própria subsistência.

As grandes cidades brasileiras estão repletas de exemplos de setores dinâmicos na economia global que utilizam o subemprego para realizar seus lucros nas economias subdesenvolvidas. Ainda que se constate uma elevação da formalização do trabalho em período de crescimento econômico, a existência de trabalho informal e subemprego foi um elemento determinante na estrutura social das economias periféricas, convergindo para o tipo de acumulação que aqui se plasmou. Grandes corporações de cerveja, refrigerante e outros produtos industrializados utilizam vendedores ambulantes para distribuir seus produtos a custos demasiadamente baixos, seja por driblarem algumas formas de tributação, mas especialmente, por conferirem uma remuneração muito baixa a estes trabalhadores.

A mercantilização extrema da cesta de consumo dos trabalhadores, retirando direitos sociais e outras formas de atendimento das necessidades materiais, gera um efeito centrípeto que acorrenta a todos em uma dinâmica de realização da vida por meio do consumo de bens e serviços efêmeros. Se no século XX utilizava-se da obsolescência

⁴² A região ao redor da Rua Santa Efigênia em São Paulo é conhecida pela grande concentração de lojas de produtos tecnológicos, jogos, aparelhos eletrônicos, artefatos de iluminação, etc.

programada para impor o consumo constante de bens programados para não mais funcionar, nos dias atuais softwares como o Pacote Office da Windows não são mais comprados, mais sim alugados por uma janela de tempo. Mais uma vez, as empresas de telefonia que ofertam internet, sem a garantia de neutralidade na rede, preferem ofertar, aos consumidores de menor renda, pacotes que só permitem navegação em sites de venda de produtos e navegação em redes sociais. Como o acesso à internet para outros fins, que não o consumo é mais caro, como por exemplo cultural, educativo e para participação social, constitui-se um novo tipo de segregação social localizado no mundo digital.

A dinâmica construída pelo capitalismo contemporâneo torna cada vez mais difícil escapar à lógica ultra mercantilizada da vida, seja via consumo de bens industrializados de curta duração, seja ofertando trabalho via contratos flexíveis que autorizam remunerações que podem nem cobrir os custos básicos de subsistência. Os permanentes ataques ao Estado e à desconstrução dos direitos fundamentais, correspondem às transformações institucionais que validam e alicerçam a nova sociedade mediada de modo inescapável pelo mercado. A negação dos direitos básicos provenientes do não consumo assume uma perversidade distinta da experimentada na sociedade mediada pela política, por negar a existência de diferença entre os agentes, imputando ao indivíduo toda responsabilidade por seu fracasso.

Não causa espanto o surgimento ou proliferação de ideologias, como a teologia da prosperidade e as diferentes vertentes da autoajuda e o empreendedorismo desconectado da realidade concreta. Ainda que não seja possível estabelecer uma relação causal unidirecional, é possível afirmar que estas ferramentas de simplificação ideológicas são fruto da sociedade que vai se consolidando em bases cada vez mais precárias. O individualismo e a competitividade foram a forma encontrada para subsistir em uma sociedade que oferece dignidade para proporções cada vez menores da população. Curiosamente a precariedade material surge no momento de maior capacidade produtiva da sociedade. Grande parte dos jovens contemporâneos buscam ingresso em uma sociedade que desconfigura a definição do “ser jovem”, por bloquear a possibilidade de um ingresso no mercado de trabalho com possibilidade de construção de uma carreira com progressão profissional, sem a qual não poderão construir autonomia e vivenciar experimentações. Na próxima sessão será apresentado como o largo exército industrial de reserva influencia a reprodução da força de trabalho, gerando a necessidade de compelir os jovens ao ingresso precoce na vida laboral.

2.3.1 Juventude, reprodução da força de trabalho e o excedente estrutural.

O Brasil manteve um excedente de força de trabalho através dos distintos ciclos de crescimento econômico e processos de industrialização, uma vez que, somado a heterogeneidade estrutural, estes são fatores inerentes ao subdesenvolvimento e se cristalizam nestas economias já no surgimento da sociedade capitalista. No Brasil, a profunda desigualdade laboral foi gestada pelo processo de abolição da escravatura sem absorção dos escravizados no mercado de trabalho tipicamente capitalista e das importações de força de trabalho europeia, que ocupou as vagas no mercado de trabalho capitalista, já que não sofriam o preconceito racial entranhado nas relações sociais e econômicas da sociedade nascente.

A criação e manutenção de um largo excedente de oferta de trabalho, expresso em uma grande população relativa e, quando possível um amplo exército industrial de reserva, foi um elemento determinante para a criação da sociedade que aqui se erigiu. Seja para exercer pressão pela redução dos salários, seja garantir uma elevada oferta de trabalho apto a executar tarefas serviçais que reduzem o custo de vida de parte da classe trabalhadora e da classe média, a economia brasileira gerou dispositivos econômicos e sociais para garantir sempre elevado nível de participação da força de trabalho.

O processo de reprodução da força de trabalho é um elemento fundamental ao processo de expansão capitalista e está submetido aos diferentes padrões na dinâmica de acumulação. A reprodução das atuais relações de produção só pode ocorrer se houver condições de prover os meios de produção e a manutenção da força de trabalho, a partir de bens que compõem sua cesta de consumo, como alimento, habitação, saúde e a educação, bens necessários para execução ou preparação ao trabalho. Porém, a reprodução consiste não apenas da garantia das bases materiais para manutenção e reprodução dos trabalhadores, como também as condições sociais e ideológicas que permitam que estes e seus filhos ingressem no mundo do consumo de bens mercantilizados, o que lhes obrigará a mercantilizar sua força de trabalho.

Em decorrência desse argumento, a constituição de uma ética do trabalho foi determinante para o desenvolvimento capitalista, ao criar uma subjetivação e legitimação

social do trabalho. Foi necessário que importantes instituições, como o Estado, religião, escola e família, desenvolvessem esquemas coercitivos que impuseram o trabalho aos pobres, lhes imputando valores que o associam a virtudes como dignidade e honestidade. A interação entre educação e trabalho foi de grande importância para o trabalho fabril, visto que a escola foi responsável por educar os jovens para o trabalho, o preparando para assimilar a hierarquia necessária na grande empresa e “docilizando” seus corpos para o trabalho intenso e rotinizado.

Analisar a reprodução da força de trabalho corresponde a avaliar como se reproduz a divisão social do trabalho e como se reproduz a própria distinção e antagonismo de classes na sociedade capitalista. Após destruir formas não capitalistas de produção, o sistema tem a imprescindível tarefa de garantir a sobrevivência do trabalhador compelido a fazer parte da sociedade do consumo, ora de forma qualificada, ora de forma não qualificada, mas sempre disposto e com condições de consumir mercadorias e contribuir na geração de valor.

O Estado cumpre um papel decisivo na reprodução da força de trabalho por criar as condições sociais adequadas à subsistência e qualificação do trabalhador. Segundo Silva (1984), o Estado interfere em duas contratendências de reprodução da força de trabalho: a elevação da taxa de mais-valia via ampliação da produtividade e a ampliação da superpopulação relativa. A ampliação da produtividade é consequência do progresso técnico, que tende a ocorrer por meio da busca de mais-valia extraordinária e investimentos estatais em ciência, tecnologia e educação. Conforme ocorre a inovação e difusão tecnológica, elevam-se as tensões de classe e cresce a responsabilidade do Estado na administração da superpopulação relativa. As ações do Estado poderão lidar com as tensões de diferentes formas, a depender do tipo de desenvolvimento de cada país e estágio da luta de classes.

O Estado também assume atribuições na reprodução da força de trabalho no tocante à qualificação dos trabalhadores, transporte público, assistência social e infraestrutura. Ao atender as necessidades básicas da reprodução da força de trabalho, o Estado, por um lado, contribui para a elevação da taxa de mais-valia, por reduzir a quantidade de tempo necessário para o trabalhador produzir o equivalente ao valor de sua força de trabalho. Por outro, o Estado reduz desigualdades e a voracidade do conflito de classes, por garantir as necessidades básicas de subsistência do trabalhador.

A constituição do estado de bem-estar social em países centrais, além de contribuírem para a elevação da produtividade e dos lucros no pós-guerra, também garantiram a reprodução de uma massa trabalhadora com qualificação mais elevada e poder de consumo em um período de capitalismo pujante. Nos países periféricos a baixa produtividade foi compensada com elevação de mais-valia absoluta, via baixos salários e ocupações precárias e instáveis. A não constituição de um estado de bem-estar nos países periféricos possui um sentido funcional, ao elevar a insegurança dos trabalhadores, os obrigando a estarem completamente disponíveis ao processo de valorização, seja este jovem, mulher, adulto e, em muitos casos, crianças.

Como já foi apresentado, a tendência à elevação da composição orgânica não ocorre penas nos países centrais, posto que os países subordinados ao capital internacional assimilam de forma dependente a expansão tecnológica dos países desenvolvidos. A diferença latente é que na periferia do sistema, o progresso técnico ocorre de forma acentuada nos setores mais dinâmicos, expandindo, assim, o tamanho relativo do número de trabalhadores nas camadas atrasadas e com menor produtividade. Se nos países centrais, o Estado assume maior responsabilidade com as necessidades básicas da força de trabalho, sobretudo em momentos de aprofundamento das crises cíclicas do sistema; nos países dependentes, o Estado é constantemente compelido a abdicar de realizar políticas que mitiguem a penúria dos trabalhadores. O Estado não expressa, necessariamente, uma unidade monolítica na reprodução das demandas da classe dominante, ainda que de modo geral seja o sentido da acumulação que guia a superestrutura, a luta de classes pode estabelecer agendas que contrariam circunstancialmente o desejo dos capitalistas.

No Brasil, mesmo com toda a resiliência das organizações sindicais e sociais, o Estado se mostra insensível as pressões por melhores condições de vida e trabalho. O mercado de trabalho brasileiro sempre foi bastante flexível e com extenso exército industrial de reserva, pronto para pressionar para baixo os salários e assumir os postos de trabalho em momentos de crescimento econômico ou acirramento do conflito de classes.

O excedente de força de trabalho no Brasil é mantido sobretudo pela ampliação da mais-valia absoluta, com a ampliação extensiva e intensiva do trabalho. O aparato institucional que regulava o trabalho sempre tolerou o ingresso precoce no mundo do trabalho, o que possibilitou o trabalho infantil e incentivou que pessoas, cada vez mais jovens, iniciassem sua vida laboral. É necessário ter claro que se a reprodução da força

de trabalho está submetida às contradições de classes, determinando inclusive o quão prematuro os novos trabalhadores precisarão iniciar sua vida laboral, como o mercado de trabalho brasileiro foi formado em profunda simbiose com o trabalho escravo, dada a uma implementação de um capitalismo que promove o descolamento entre desenvolvimento econômico e social, diversos dispositivos econômicos e culturais foram desenvolvidos e implementados a fim de permitir que os filhos dos trabalhadores contribuam na recomposição da extensa oferta de força de trabalho.

Como veremos adiante, para manter a profunda desigualdade torna-se necessária uma responsabilização individual pelos fracassos e uma legitimação meritocrática da vitória. Mais que em países centrais, no Brasil o capital econômico das famílias é um elemento quase intransponível para os jovens transcenderem sua condição de marginalidade, ainda que a legitimação para as diferenças surja amparada nos diferentes níveis de capital cultural e social dos jovens. Enquanto entre a classe média é desenvolvido o apreço pelos estudos, pela leitura, por viagens e conhecimentos de línguas estrangeiras; entre os trabalhadores, a imposição do trabalho é reafirmada de forma material e simbólica desde a infância. Segundo Souza (2017), a constituição de uma sociedade desigual também se expressa oferecendo às crianças de uma classe social brinquedos que devem prepará-las para o conteúdo do trabalho que lhe será imputado na vida adulta.

A forma como se desenrolou a abolição da escravidão no Brasil aponta para outro elemento não econômico que justifica a elevada participação de jovens no mercado de trabalho. Segundo Fernandes (1974), os negros escravizados não foram absorvidos pelo mercado de trabalho na sociedade competitiva que surgia, e apenas as mulheres negras conseguiram vender sua força de trabalho⁴³. Os homens negros não tiveram espaço no mercado de trabalho ocupado por estrangeiros, e foram tratados como inaptos a vida laboral da sociedade competitiva. Enquanto os idosos eram tidos como preguiçosos, os jovens negros eram tidos como indolentes, marginais e perigosos. De modo geral, era estarrecedor para a sociedade do início do século XX ter de oferecer a um negro a mesma tarefa e salário de um branco. Consideravam inaceitável ter de pagar salário a um negro que poucos anos antes lhe servia como escravo. Segundo Fernandes

⁴³ No entanto, estas mulheres foram convocadas a executar tarefas bastante similares as realizadas por mulheres e homens escravizados na casa grande. Este tipo de trabalho servil perdura até os dias atuais e ainda existe resistência em estender os direitos básicos do trabalho a estas trabalhadoras.

(1974), na busca por romper com os estigmas imputados aos negros mais marginalizados, referidos pelo autor como *negros do eito*, algumas famílias buscavam se distanciar de seus familiares, de suas heranças culturais e religiosas, a fim de demonstrar estarem aptos ao trabalho na nova sociedade.

Tendo em vista que os negros correspondiam uma grande proporção da população no Rio de Janeiro e São Paulo, no começo do século XX, a marginalização dos negros além de provocar grande sofrimento as famílias e esgarçar o tecido social da época, também oferecia grandes riscos a chamada ordem pública (FERNANDES, 1974). A criminalização da cultura dos negros era, em última instância, a criminalização dos pobres e dos trabalhadores que não foram assimilados pelo novo mercado de trabalho. A difusão de uma ética do trabalho que impusesse aos jovens o ingresso na vida laboral, além de ser imprescindível para a manutenção material das famílias, supostamente, também reduzia os riscos destes jovens contribuírem para a violência urbana. A interpretação dos jovens como um problema social no Brasil permeou todas as políticas públicas de juventude desde então. Seja qualificando jovens pobres para o mundo do trabalho ou oferecendo incentivos para contratação de jovens via flexibilização de direitos trabalhistas ou subvenção fiscal.

O excedente estrutural de força de trabalho no Brasil assume características peculiares, dado o acréscimo de mão de obra oriunda do elevado contingente de jovens no mercado de trabalho, contingente que deriva de elementos da estrutura econômica, social e institucional brasileira. A condição dependente e a elevada população relativa criam um ambiente econômico adequado ao alto nível de participação dos jovens, que são marcados pela baixa renda das famílias, fruto do desemprego, da rotatividade, de baixos salários e elevado nível de trabalho informal e subemprego. Tais características se reforçam gerando uma dinâmica que se retroalimenta, tornando muito difícil a superação definitiva destas deficiências. Mesmo que o país melhore transitoriamente seus indicadores de mercado de trabalho durante períodos de crescimento econômico, o quadro retoma suas características fundamentais tão logo o ciclo seja revertido.

O elevado nível de desemprego exerce diversos efeitos sobre a reprodução da força de trabalho. Consiste em responsabilizar o maior número possível de membros da família por sua manutenção material, a fim de reduzir os riscos de estarem todos os membros desempregados. A elevada incerteza faz com que os jovens da classe trabalhadora iniciem precocemente sua vida laboral, independentemente da idade ou de

outras tarefas relacionadas ao trabalho doméstico ou sua escolarização. Em períodos em que os chefes de família estejam empregados e com rendas adequadas, os rendimentos dos jovens são utilizados em seu consumo pessoal, o que significa dizer que mesmo que arquem com alguma despesa familiar, possuem autonomia sobre seus rendimentos. Porém, quando a família perde parte da renda em decorrência do instável mercado de trabalho, os rendimentos dos jovens são imprescindíveis à manutenção da família. Este fenômeno também traz à tona mais um motivo pelo qual se reproduz a desigualdade entre os filhos dos trabalhadores e os filhos da classe média. Enquanto a classe média consegue comprar o tempo livre dos filhos para que permaneçam estudando; as famílias dos trabalhadores precisam do rendimento de seus filhos para garantir a aquisição de bens básicos. De modo geral, a renda dos jovens não é imprescindível em todo o período em que o jovem pertencer ao núcleo familiar dos pais, mas será indispensável em muitos momentos, sobretudo, em ocasiões de instabilidade econômica e elevado desemprego.

Fernandes (1974) também já apresentava a elevada proporção de famílias tidas como não tradicionais, formadas por mães e filhos, avós e netos, irmãos que criam os mais jovens e famílias monoparentais. Estas características sugerem que as famílias precisam constituir diferentes arranjos de organização da rotina familiar, a fim de garantir a execução das tarefas domésticas e manutenção material. A convivência de três gerações, às vezes quatro, em um mesmo lar impõe que todos os membros exerçam alguma função na reprodução da família. Uma vez que inexistem, ou pouco existem, serviços públicos e gratuitos que auxiliam a reprodução da vida, restam aos membros da família - principalmente jovens mulheres - o trabalho não remunerado de cuidados com crianças, idosos e outros trabalhos domésticos.

Mesmo com os indicadores do mercado de trabalho apontando que o ingresso precoce dos jovens resulta em menores possibilidades de progressão na carreira e menores salários, os jovens são incentivados pela família e pelo Estado a iniciarem sua vida laboral o mais breve possível, logo que surja uma oportunidade de trabalho - independentemente do nível do salário e condições de trabalho oferecidos. O excedente de força de trabalho permite que os empregadores exijam experiência profissional e qualificações, a despeito de que estes atributos não sejam necessários à vaga ofertada, o que leva os jovens a buscarem qualquer experiência profissional por receio de não conseguirem completarem adequadamente a transição para o trabalho e para vida adulta. Como foi apresentado no capítulo 1, a transição consiste na passagem da escola para um emprego com todos os

direitos assegurados, ou para uma ocupação a qual o jovem se sinta satisfeito. No Brasil a transição ocorre de forma bastante precária, permeada por empregos informais, baixos salários e ocupações que dificultam a continuidade da escolarização.

Partindo do pressuposto de que os jovens possuem dificuldades para ingressarem no mundo do trabalho, supostamente, por não possuírem as qualificações ou experiências necessárias, o Estado promove um conjunto de políticas públicas que buscam incentivar o ingresso de adolescentes na vida laboral, via programas como “Jovem Aprendiz”, que está fundado em incentivos fiscais a empresários que contratarem jovens. Tais políticas ignoram, ou secundarizam, o fato de o nível do desemprego não estar subordinado apenas ao mercado de trabalho, repousando em elementos da estrutura e da conjuntura econômica. Programas como este, além de autorizar a contratação de jovens trabalhadores com direitos trabalhistas reduzidos, incentivando a substituição de trabalhadores com direitos trabalhistas por jovens sem direitos, em grande parte das vezes não promove nenhum tipo de preparação qualificada ao trabalho, restando apenas o atributo de ser uma força de trabalho barata. Ações do Estado como estas, além de promover estímulos ao ingresso de jovens do ensino fundamental na vida laboral, também contribui com a manutenção dos baixos salários.

Os baixos salários também representam um importante fator da reprodução da força de trabalho e precoce inserção dos jovens na vida laboral, configurando, desta forma, um movimento de precarização que se retroalimenta, posto que a queda na renda das famílias compele os jovens para o mercado de trabalho, o que contribui para a manutenção dos salários em baixos níveis. Apontando para o mesmo sentido quanto ao desemprego, os baixos salários interferem objetivamente na capacidade de as famílias garantirem as condições de manter sua subsistência, obrigando, agora por conta da renda, que o maior número possível⁴⁴ de membros das famílias ajudem a prover as necessidades básicas de reprodução.

⁴⁴ O número de membros da família trabalhando e contribuindo a prover a reprodução da força de trabalho é histórica e socialmente determinado. Quando Marx em *O Capital* trata da maquinaria, ele aponta que os avanços na máquina força motriz cumpriu o papel de possibilitar que mulheres e crianças pudessem executar as mesmas tarefas de homens, a despeito de sua menor força física. Com isso, se constata que a necessidade econômica dos empresários em elevar o nível da superpopulação relativa, ampliando disponibilidade de força de trabalho e reduzindo os níveis de salários, empregou esforços no direcionamento de saltos tecnológicos que contribuíram com a elevação da mais-valia absoluta. No século XIX crianças que trabalhavam até 16h por dia recebiam metade do salário de um Adulto. Os avanços dos movimentos de trabalhadores contribuíram para aprovar leis que protegiam as crianças. A primeira lei de proteção das crianças foi aprovada em 1802 – a lei Peel - que reduziu o trabalho de menores de 14 anos a até 12h por dia. A França proibiu o trabalho de crianças em minas em 1813 e em 1919 a Inglaterra proibiu

Se em países desenvolvidos, o Estado garante elementos básicos de reprodução da força de trabalho, por tê-los como direitos sociais; no Brasil, assim como em outros países periféricos, a vida é mercantilizada em todas as suas dimensões, o que obriga as famílias a possuírem rendas que suprem até os elementos mais basilares da reprodução da força de trabalho como saúde, educação, habitação, transporte público, etc. A inserção das mulheres no mercado de trabalho expressa uma conquista dos movimentos de mulheres e de trabalhadores, mas que também retrata as mudanças estruturais no mercado de trabalho e do padrão de consumo das famílias brasileiras.

A migração de 39 milhões de pessoas do campo para as cidades, entre as décadas de 1950 e 1970, provocou profundas mudanças no consumo e na sociabilidade dos trabalhadores, gerando a necessidade de elevar a renda das famílias, a fim de possibilitar o ingresso em uma sociedade de consumo de massas que se consolida na década de 1980 (CARDOSO DE MELLO E NOVAES, 2009). Esse movimento provocou mudanças também nas necessidades de consumo dos jovens, gerando não apenas transformações no modo como construiriam sua autonomia, como também criou demandas de inserção no mundo do trabalho e novos anseios de trajetórias profissionais. Assim como ocorrera com a inserção das mulheres na vida laboral, em um ambiente de maior mercantilização da vida, os filhos dos trabalhadores adquirem maior responsabilidade com a reprodução material da casa, sobretudo após a ampliação do grande número de mercadorias tidas como necessárias ao ser jovem na sociedade de consumo.

Assim, os baixos salários impõem que jovens e mulheres contribuam na composição da renda das famílias, permitindo que o mercado de trabalho mantenha os baixos salários, ou mesmo os reduzam, posto que a reprodução da força de trabalho é financiada pela soma da renda de vários membros da família. A correlação entre o nível de renda das famílias e o nível de participação dos jovens no mercado de trabalho será apresentada nos capítulos posteriores.

2.4 A Escravidão, desigualdade social e a Juventude

No livro a “Revolução Burguesa no Brasil”, Fernandes (2006) identifica que a dependência externa é um elemento determinante no ingresso ao sistema de capitalismo

o trabalho de crianças menores de nove anos. Só foi aprovada uma resolução internacional de proteção laboral de menores na Conferência Internacional do Trabalho, realizadas pela OIT em 1919.

competitivo. O autor identifica que a concorrência entre mercados impôs a conversão dos países periféricos, de meros fornecedores de matérias-primas, para um relevante mercado consumidor, o que estabeleceu a necessidade de um rompimento com o sistema escravista. O Brasil precisou transformar-se de uma sociedade colonial em um país que promovesse não apenas a mercantilização dos bens de consumo dos trabalhadores, como também criasse um mercado de trabalho apto a comercializar trabalho livre. O desenvolvimento capitalista demandaria ainda a constituição de uma indústria capaz de gerar divisas para promover a importação dos bens manufaturados dos países centrais.

Segundo Fernandes (2006), a burguesia brasileira produziu uma cisão entre aspectos políticos e econômicos, fenômeno não verificado nas revoluções burguesas nos países centrais. Para o autor, há dois elementos que contribuíram para conformar esta desagregação: o primeiro está na profunda heterogeneidade da sociedade brasileira, expressa também nas profundas desigualdades regionais, impossibilitando a implementação homogênea da produção industrial; e a segunda reside na baixa capacidade organizativa e reivindicatória dos trabalhadores mais pauperizados, seja proletário ou camponês, estando praticamente excluídos das disputas políticas internas. A proporção de trabalhadores pauperizados é tão grande que se tivessem maior poder organizativo poderiam oferecer consideráveis riscos à ordem estabelecida, ao pressionarem por direitos sociais e político e mudanças estruturais no capitalismo brasileiro.

A substituição dos trabalhadores negros por trabalhadores estrangeiros expressa uma característica do capitalismo periférico e dependente, estabelecendo indissociabilidade entre questões de raça e classe no Brasil, uma vez que ao marginalizar parte da classe trabalhadora, gera-se maiores obstáculos para a constituição de uma identidade de classe e desfocando a percepção sobre o conflito capital e trabalho. O autor não estava tratando da mobilidade social dos negros, mas da identificação de uma particular articulação entre classe e raça que bloqueava não apenas a constituição de uma sociedade democrática, mas também do desenvolvimento socioeconômico do país (SILVA E CARVALHO, 2010).

A conformação da nova sociedade, que vislumbrava o futuro sempre flertando com o passado, possibilitou apenas que as mulheres negras fossem absorvidas pela sociedade pós-abolição, não para ocupar-se em tarefas tidas por Fernandes como inerentes ao capitalismo competitivo, mas reproduzindo tarefas antes executadas pelas

escravas e escravos da casa grande. A precariedade material dos lares dificultava o cuidado entre os membros da família, obrigando que crianças e jovens buscassem formas de subsistir materialmente desde muito cedo. O estudo não era uma alternativa aos negros deste grupo social, posto que mesmo com acesso a algum nível de educação formal estariam, inevitavelmente, compelidos a ocupações de "servidão disfarçada" ou atividades marginalizadas.

De qualquer forma, os negros escravizados tiveram marcadas em sua pele as correntes que lhes impediam de ingressarem na sociedade urbana industrial com as vicissitudes da venda uniforme de seu trabalho abstrato. A herança da escravidão os excluía do trabalho capitalista urbano, empurrando-os para atividades de baixa produtividade ou mesmo de subsistência, mas que, como veremos, são determinantes para a conformação do capitalismo dependente no Brasil, o que explica a elevada participação dos negros no trabalho agropecuário, mesmo após o período de intensa expansão industrial. Aos filhos dos trabalhadores pauperizados é negada a possibilidade de reduzir a distância educacional, pois esta desigualdade não é causadora das profundas assimetrias sociais, mas contribuem na legitimação da exclusão que se transveste de meritocracia.

A percepção do negro marginalizado é questionada por autores que recorrem a uma contextualização histórica para constatar que os negros foram integrados em uma dinâmica de acumulação capitalista na base de uma estrutura hierárquica que utiliza o racismo para implementar a exploração do trabalho em condições mais degradantes. Não é possível uma separação entre as questões de raça e classe, posto que o racismo, como aqui se plasmou, é uma das dimensões da construção deformada do capitalismo brasileiro. A discriminação racial possuía uma função estrutural ao contribuir para a consolidação de uma sociedade estruturalmente estratificada, vinculando o tipo de integração econômica e social a uma dada correspondência na estrutura racial, gerando o que Fernandes (1972) chama de paralelismo entre "cor" e "posição social".

O autor identifica que a discriminação cumpria um papel na ordem social de consolidar institucionalmente a relação entre senhor e escravo, estabelecendo um conjunto de normas e rituais em seu convívio. A fim de ter claro o lugar social para cada estoque racial, foi estabelecido um tipo de roupa, gestos, alimentação, ocupações, opções de lazer, direitos, deveres e aspirações. Assim, foram mantidas as devidas separações social, cultural e econômica do Brasil, o que pode explicar a ausência de qualquer sociabilidade entre jovens de diferentes classes sociais. Os filhos dos trabalhadores não

encontram os filhos da burguesia em nenhuma fase da vida ou espaço social, seja na escola, transporte público, ou ambientes de entretenimento, o que gera, além do distanciamento econômico, um maior estranhamento entre as classes.

O assalariamento no Brasil ainda é apresentado como uma solidária salvação dos pobres e negros, por terem o "privilégio" de venderem sua força de trabalho, contemplando, ao menos parte de suas necessidades materiais, e estarem menos suscetíveis a serem tratados como preguiçosos ou delinquentes. Os que não estão predispostos a ocupações de qualquer tipo serão expostos à violência econômica - podendo estar mais ou menos excluídos da cidadania via consumo - e a violência institucional. A identificação do negro como um risco à ordem pública, à estrutura social e à propriedade privada deriva dos riscos inerentes à sua condição de marginalidade, à sua elevada participação demográfica e à memória parcamente registrada de suas rebeliões. Identificados como desordeiros e delinquentes, viram ser proibido tudo que se associa aos seus valores sociais e culturais como o samba e a capoeira, declarando desde logo o jovem negro como inimigo público, sofrendo com violência moral e física, privada e estatal (FERNANDES, 1974).

A não integração do negro à sociedade competitiva pós-abolição possuía uma funcionalidade material para a dinâmica de acumulação do capitalismo dependente brasileiro. A manutenção de um grande contingente de negros fora dos setores tipicamente capitalistas – garantida pela importação de força de trabalho europeia – possibilitou, por um lado, a consolidação de um excedente de força de trabalho que garantia a manutenção de baixos salários, mesmo em setores mais dinâmicos da economia; e, por outro, a preservação de um volume de força de trabalho, de maioria negra, para executar o “novo” trabalho servil análogo ao da casa grande. Segundo Biavaschi (2005) a primeira medida voltada a mitigar os desequilíbrios no mercado de trabalho foi a lei dos dois terços do Governo Getúlio Vargas, que instituía a obrigatoriedade de manter 2/3 de brasileiros nos estabelecimentos.

O caráter do subdesenvolvimento brasileiro obstaculiza o ingresso dos negros em ocupações com maior remuneração e competitividade, dada a dinâmica consolidada no mercado de trabalho, de absorver primeiramente a força de trabalho branca, depois a negra, reproduzindo o processo verificado no imediato pós escravidão. Uma vez que o país sempre possuiu um enorme excedente de força de trabalho e um modelo de desenvolvimento que buscava reproduzir a desigualdade, mesmo em período de

crescimento econômico os trabalhadores pauperizados não eram diretamente absorvidos por camadas econômicas com maior produtividade.

A luta de classes nos países subdesenvolvidos assumiu características mais atroz que na Europa do século XX, graças à naturalização da brutalidade oriunda da relação senhor-escravo e pelo tipo de modernização seletiva que não absorveu grande parcela da classe trabalhadora. As diferenciações de classes no capitalismo se expressam de forma menos óbvias que em modos de produção anteriores, estabelecendo como determinação do pertencimento de classe a quantidade de capital econômico que possuem os indivíduos, ainda que isto não expresse precisamente seu lugar no processo produtivo.

A forma como ocorre a reprodução da força de trabalho assume feições distintas entre países, dependendo do nível de desenvolvimento de cada nação e o papel do Estado no estabelecimento de um arcabouço institucional que mitiga os efeitos deletérios sobre a estrutura social. Os países em que o Estado não garante um nível mínimo de seguridade social atribui maior responsabilidade às famílias e outros entes da vida comunitária na reprodução da força de trabalho. A inexistência de direitos sociais que auxiliam na reprodução da força de trabalho, como educação e saúde pública, exige que as famílias compartilhem responsabilidades com os cuidados dos familiares e sua manutenção material. A consolidação de laços impostos pela precariedade material gera desigualdades, visto que as mulheres, sobretudo jovens, tendem a assumir maiores responsabilidades com os trabalhos não remunerados, contribuindo para aumentar a dificuldade de os jovens de ambos os sexos adquirirem autonomia. Em suma, nos países periféricos a incapacidade de constituir um Estado de bem-estar contribui com a pressão pelo ingresso precoce dos jovens no mercado de trabalho.

A dinâmica de funcionamento do sistema busca se reproduzir, garantindo a maior oferta possível de trabalhadores, seja via elevação de produtividade, que faz com que o processo de rotação de capital demande cada vez menos trabalhadores; seja ampliando a oferta de força de trabalho, garantindo que os filhos dos trabalhadores estejam prontos para compor a força de trabalho ou mesmo proletarizando frações da pequena burguesia. A oferta de trabalho abundante é a condição desejável na valorização do capital, o que explica a necessidade de acabar com formas primitivas de produção fundadas em dinâmicas econômicas tidas como não mercantilizadas⁴⁵.

⁴⁵ A mobilidade de trabalhadores de diferentes regiões do país, ou mesmo entre países, exerce a função de atender as necessidades de força de trabalho onde o capitalismo passa por expansão, ou mesmo onde se

Um exemplo de relação simbiótica entre ocupações arcaicas e modernas é a larga gama de ocupações de serviço à pessoa, possível graças ao elevado nível de excedente de força de trabalho, baixos salários e grande desigualdade social. O trabalho doméstico mal pago, como se conformou no Brasil pós-abolição, não possui a característica fundamental do trabalho na sociedade capitalista, qual seja, a coexistência do trabalho constante e do abstrato⁴⁶.

O duplo caráter do trabalho é condição necessária à geração de excedente nos moldes capitalistas, transformando trabalho concreto em uma massa homogênea, passível de ser comparada com a massa de trabalho abstrata em quaisquer outros setores de economias capitalistas. O novo trabalho servil - pesado, sujo, repetitivo e desvalorizado - guarda características muito semelhantes ao trabalho doméstico da sociedade escravista, mas assume agora uma funcionalidade econômica e social em economias subdesenvolvidas. Ao assumir as responsabilidades com o cuidado com os filhos, com a casa e com a vida privada de seus "patrões", a fração mais rebaixada da classe trabalhadora se responsabiliza com a reprodução social de outra classe ou fração de classe, permitindo um tipo de perpetuação da desigualdade mais perversa que a verificada no capitalismo dos países centrais. Ao manter os trabalhadores livres prestando serviços exclusivamente a uma família e em um ambiente privado, estes sujeitos são afastados da possibilidade de escolher a quem ofertar sua força de trabalho e de terem acesso aos direitos e valores de uma sociedade mediada pela ordem pública.

busca reduzir os níveis de salários. Ainda que existam sentimentos contraditórios quanto ao processo de larga emigração pelo mundo, tais deslocamentos populacionais é convergente com a histórica dinâmica de acumulação, empurrando um grande contingente de trabalhadores a países do centro dinâmico do capitalismo que registram baixos níveis de natalidade, mantendo a existência uma força de trabalho disponível para realizar tarefas rejeitadas pelos trabalhadores da localidade. Um processo semelhante foi observado no Brasil durante o período desenvolvimentista, em que o Brasil registrava elevado crescimento econômico. Mesmo com uma grande parcela de trabalhadores subempregados nas grandes cidades, a dinâmica de acumulação promoveu um enorme êxodo rural a fim de manter o mercado de trabalho com seu estrutural excedente de força de trabalho, mantendo uma salutar característica de nosso capitalismo dependente.

⁴⁶ A Lei Complementar nº 150, DE 1º de junho de 2015, que ficou conhecida como Lei das empregadas domésticas, buscou uma mínimo equiparação dos direitos laborais das trabalhadoras e trabalhadores ao que já é oferecido aos trabalhadores como um todo. A Lei só estendia parte de direitos como regulamentação da jornada de trabalho, horas extras e 13º salário, foi visto como um enorme abuso por parte do Estado. Os patrões acostumados a terem uma trabalhadora doméstica disponível 100% do tempo para si e para criar seus filhos se viram compelidos a reconhecer a humanidade de suas mucamas. A escravidão nos deixou marcas tão profundas que ainda hoje é expresso no ódio de classe que arrebatou os trabalhadores mais pobres. Não existem dúvidas quanto ao racismo transcender as desigualdades no mercado de trabalho, mas como afirmara Fernandes (1972) as questões de classe e raça no Brasil são praticamente indissociáveis.

A marginalização econômica, social e cultural acomete um determinado tipo étnico e social e promove um distanciamento de indivíduos de uma mesma classe, a fim de tentar um distanciamento dos estereótipos que os excluía. A diferenciação que Fernandes (1974) aponta entre o negro da casa grande e o da senzala perdura até os dias atuais, obstaculizando a constituição de uma solidariedade de classe entre os trabalhadores mais pauperizados da estrutura social, diferentemente do que pode ser observado entre os trabalhadores inseridos em setores tipicamente capitalistas.

A não integração do negro na sociedade de classes, ao menos como os liberais do século XIX tinham como ideal, gerou não apenas um desajustamento em relação às novas relações de produção, como também uma noção de não pertencimento familiar, comunitário e laboral. Constata-se uma funcionalidade para a manutenção do racismo no mercado de trabalho brasileiro: ao reduzir a identidade de classe dos trabalhadores, por segmentar os mais ou menos pauperizados, reduz-se a capacidade organizativa e o poder reivindicatório por melhores salários.

A fim de tentar legitimar as desigualdades, a posse dos meios de produção ou a participação em um extrato de classe privilegiado, o atual modo de produção gera desigualdade ao acesso de outros tipos de capital, como o cultural e social, que em última instância são desdobramentos do acesso ao capital econômico. Se a real mobilidade de classes é improvável em países que constituíram um capitalismo com feições menos predatórias, em países subdesenvolvidos é praticamente impossível. Além dos obstáculos materiais inerentes ao próprio momento histórico, também foram constituídas outras barreiras provenientes de traços pré-capitalistas, transportando de forma automática e imutável os lugares de classes geração pós-geração.

Os mecanismos de reprodução da heterogeneidade ganham uma falsa legitimidade, ao transformar desigualdade em meritocracia e sugerir que as trajetórias laborais dos jovens tenham início de patamares semelhantes, mas com resultados distintos, graças ao contraste na afeição ao estudo e ao trabalho. Vende-se a ideia de que o dinheiro é um resultado inevitável da inteligência, da visão empreendedora, do bom gosto e de uma grande força de vontade. Possuindo tais características é possível ingressar em boas universidades, aprender a falar línguas estrangeiras, trabalhar em grandes empresas - em cargos de destaque recebendo bons salários - e fundar startups adaptadas às modernas tecnologias e estratégias de gestão. Segundo tal ideologia, as novas tecnologias de comunicação e informação não colocam mais barreiras ao ingresso nas

classes dirigentes, sugerindo que na sociedade pós-industrial todos estão aptos a empreenderem e se tornarem parte dela. As novas tecnologias disponibilizam cursos online e ocupações para quem for um bom empreendedor e esteja sintonizado com os grandes ensinamentos da autoajuda. Mas se o "sucesso material" é fruto da vontade individual, por que a real ascensão de classe se mostra tão rara?

O tempo roubado das classes subalternas é utilizado pela classe dominante ou média na ampliação de seus capitais econômico e social, consolidando - ou até ampliando - o fosso existente entre estas classes. Como veremos adiante, é na juventude a fase da vida produtiva, na qual se percebe o maior alargamento das desigualdades no mercado de trabalho, e o tempo livre tomado dos trabalhadores subempregados é um elemento importante na reprodução da desigualdade. A classe média e a burguesia adquirem o tempo livre de seus filhos para que estes consigam ampliar seu capital cultural e inserção de forma mais qualificada no mercado de trabalho, garantindo a perpetuação da desigualdade, como se as diferenças entre os filhos da classe trabalhadora e os filhos da burguesia ou pequena burguesia fossem fruto dos diferentes níveis de esforços individuais.

Salta aos olhos como a escolarização impacta de forma distinta a trajetória de vida dos filhos dos trabalhadores e os filhos da classe média. Não se trata aqui de ignorar os esforços heroicos dos que utilizam a educação para transpor a condição de marginalização social, mas a observação de um período histórico mais alargado demonstra que a educação nas condições oferecidas aos filhos dos trabalhadores não permite uma inserção profissional muito melhor do que a obtida por seus pais. Enquanto os filhos da classe média e da burguesia brasileira têm em seus pais uma referência de acesso a bens culturais e de preocupação com a escolarização; os filhos da parcela mais pauperizada dos trabalhadores por vezes são desestimulados ao estudo por ser entendido como uma barreira ao ingresso no mercado de trabalho, em especial em jornadas de trabalho que obstaculizam a conciliação com o estudo. Este fenômeno pode ser observado em ocupações tidas como estágio ou de jovem aprendiz, que sugere a óbvia conciliação entre trabalho e estudo, no entanto os jovens afirmam conviver com obstáculos para cumprir suas jornadas escolares, ainda que o respeito aos horários de estudo esteja assegurado por lei.

A fim de burlar o tempo que os jovens dedicam à escolarização, se difunde no Brasil o Ensino a Distância (EAD) de qualidade duvidosa. A expansão deste tipo de

ensino ocorre mesmo entre estudantes que residem em localidades com abundância de equipamentos educacionais, e sugere que à medida que o sistema produtivo se flexibiliza, também deve ser flexibilizado o processo formativo. Esta mudança, mais uma vez, não é cobrada da juventude como um todo, mas sim dos que terão que se adaptar com as ocupações mais degradantes e com menores salários. A necessidade de fragmentar o processo educativo, buscando transmitir conhecimento na exata medida e direção das necessidades do novo mercado de trabalho ajuda a justificar a reforma do ensino médio de 2016, que impactará especialmente os filhos dos trabalhadores, tentando eliminar da escola pública qualquer capacidade de transmissão de um conhecimento libertador.

Aos jovens de famílias pobres é negada a oferta de conhecimentos que ampliem sua capacidade de desenvolver a abstração e, por sua vez, pensamentos mais complexos e prospectivos, capazes de projetar suas vidas no longo prazo. A estes jovens é oferecido o *aqui e agora*, o conhecimento prático das tarefas manuais e a necessidade imediata de atender às suas necessidades materiais e, por vezes, de sua família (Souza, 2017). A capacidade de construir planos de curto ou longo prazo expressa uma importante diferença entre os jovens das diferentes classes sociais no Brasil, e sempre que esta diferença começa a ser subvertida, junto com diversos outros indicadores, a estrutura social sofre modificações e os conflitos de classe se acirram. A necessidade de manter o atual arranjo da estrutura social brasileira passa por determinar quais são os devidos lugares dos pretos e pobres no mundo do trabalho e na educação formal, e isso passa, por sua vez, por manter a baixo autoestima e autoconfiança destes sempre que estiverem alçando espaços tidos como inadequados a sua classe e etnia.

A distribuição assimétrica do capital cultural, derivada da desigualdade fundamental do capital econômico, ajudam a naturalizar a sólida diferença entre as classes e legitimar os privilégios. Entendendo o *capital cultural* como a incorporação de um conhecimento útil e reconhecido socialmente, a classe média e a burguesia possuem condições materiais de comprar o tempo livre de seus filhos para que estudem, viagem, interajam socialmente, objetivando uma transição adequada para a vida adulta. Os filhos dos trabalhadores, sobretudo das famílias mais pobres, precisam conciliar trabalho e estudo, ingressando no mercado de trabalho no início da adolescência.

Desta forma, os privilégios que desfrutam as classes possuidoras de capital econômico não são inatos, mas sim construídos socialmente e transferidos dos pais para os filhos via má distribuição dos excedentes gerados pela sociedade. No Brasil, a não

criação e consolidação de um Estado de bem-estar social colocou maior responsabilidade nas famílias em legitimar o lugar de classe de seus filhos, frente a uma distribuição material de recursos já pré-estabelecida. Souza (2017) identifica em seu estudo empírico consideráveis diferenças de estímulos familiares de ampliação do capital cultural entre pessoas de classe média e trabalhadores de baixa renda. Mesmo sem acesso a todos os bens culturais disponíveis a burguesia nacional, a classe média propicia aos seus filhos um conjunto de estímulos que o prepara objetivamente e subjetivamente para um tipo de entrada no mercado de trabalho. Esta transfere aos seus filhos o hábito da leitura, os jogos pedagógicos, o compartilhar histórias e interação familiar. O tempo comprado para seus filhos amplia seu capital cultural e econômico, colocando-os em um nível considerável de vantagens frente ao filho do trabalhador, mesmo antes de chegar ao curso superior.

As famílias dos trabalhadores subempregados partem de estruturas familiares bem distintas, formadas em grande proporção por famílias monoparentais. Esses pais possuem menos tempo para interagir com seus filhos, seja por que estão trabalhando, seja por que os filhos estão trabalhando ou prestes a ingressar no mercado de trabalho desde muito cedo. Os jovens destas famílias precisam dividir seu tempo entre uma ocupação pouco estimulante e a escola pública sucateada e incapaz de suprir as deficiências formativas trazidas desde o início de sua formação escolar. Sem estímulo à leitura, os jovens pobres que priorizaram o trabalho, concluem o ensino médio sem a qualificação adequada para disputar uma vaga no ensino público superior, ou ocupar uma vaga de emprego que demande uma melhor educação formal. As crianças dessa classe desenvolverão sua capacidade imaginativa e cognitiva se relacionando com brinquedos que remetem a ocupação de seus pais.

Capacidade de concentração e desenvoltura para o estudo e a leitura não são atributos inatos, são constituídos no decorrer da interação como o mundo por meio das relações familiares, vida escolar e interação comunitária. Enquanto a classe média compra o tempo livre de seus filhos para plantar tais tributos, os filhos dos trabalhadores pauperizados desenvolvem outras capacidades que lhes permitem executar um conjunto de tarefas ligadas a ocupações mal remuneradas. Tais tarefas demandam um conjunto de conhecimentos e capacidades, porém são desvalorizadas por não desfrutarem de reconhecimento social.

O jovem que trabalha fazendo entrega com motocicleta, os chamados motoboys, precisa de grande destreza para pilotar seus veículos no caótico trânsito das

grandes cidades, deve possuir um notável conhecimento geográfico da região que atua e precisa ser significativamente destemido para continuar exercendo suas tarefas em uma ocupação perigosa, que registra enormes índices de acidentes fatais nas metrópoles brasileiras. É possível identificar atributos formidáveis que os filhos dos trabalhadores precisam desenvolver para se inserirem no mundo do trabalho, ainda que de forma precária. Ocupações como operador de telemarketing, comerciário, vendedor ambulante, cabeleireiro, pedreiro, entre outras, por vezes requerem anos de qualificação e prática profissional, não obstante tais conhecimentos não são socialmente reconhecidos, o que não permite que se convertam em equiparação salarial ou de status social com os detentores de educação formal e conhecimento acadêmico. Muito pelo contrário, foi herdado do período escravista um tipo de ojeriza aos trabalhos manuais, pois estes deveriam ser executados por indivíduos desprovidos de humanidade, o que ajuda a explicar o desprezo de parte da classe média e da burguesia brasileira pelos direitos humanos e pela classe trabalhadora pauperizada, temendo ter de partilhar com estes espaços públicos e privados.

Considerações ao Capítulo 2

Conclui-se assim, que o Brasil estabeleceu um tipo de distinção de classes fundada nas profundas raízes de nosso subdesenvolvimento dependente e na escravidão, reproduzindo a heterogeneidade estrutural e social e conformando um mercado de trabalho marcado pela segregação de negros e trabalhadores pauperizados. A segregação social não é apenas um traço de nosso subdesenvolvimento, mas também um elemento funcional para reproduzir a dinâmica de exploração do capitalismo brasileiro, tornando indissociável as categorias raça e classe.

A elevada desigualdade, baixos salários e o excedente de força de trabalho são determinantes no processo de reprodução da força de trabalho e no tipo de inserção laboral da juventude. As famílias dos trabalhadores demandam que seus filhos ingressem o mais cedo possível no mundo do trabalho, seja para contribuírem com a manutenção da casa ou para suprirem suas necessidades imediatas. O ingresso precoce em ocupações com baixa remuneração está estabelecido desde o começo da escolarização destes jovens, mesmo com a suposta igualdade de oportunidades entre os filhos da classe média e os filhos dos trabalhadores. A manutenção desta desigualdade é fundamental, inclusive para manter a grande oferta de trabalho serviçal e subemprego a custos muito baixos, o que

permite que a classe média compre o tempo livre de seus filhos, a fim de ampliarem sua escolarização.

CAPÍTULO 3 – DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO

O padrão de acumulação da segunda revolução industrial e o arranjo institucional do pós-guerra possibilitaram grande elevação da produtividade, elevação de lucros e salários e inclusão de milhões de pessoas no mercado consumidor. Segundo Bell (1977) e Aron (1981), a busca pela crescente implementação da ciência na produção, elevada racionalização dos processos e rígida quantificação do tempo, administrada por uma extensa burocracia, deu conta de ampliar a produtividade e a produção, mas transportou a lógica racionalizada para a vida dos cidadãos metropolitanos.

A conformação da economia capitalista no pós-guerra foi fortemente influenciada pela conversibilidade do dólar e do acordo de Bretton Woods. Para Belluzzo (2013) três processos devem ser ressaltados: O déficit na conta de capitais, fruto do esforço de guerra e de construção da Europa arrasada; a reconstrução industrial do Japão e da Europa; e a industrialização da periferia derivada de investimento direto e de políticas de desenvolvimento nacional.

A crise do sistema, para a escola de Frankfurt nos anos 1970, residiria na política, na democracia, no trabalho; não na economia, no capital, ou na interação sistêmica. Para as teorias de crise do capitalismo citadas, a questão material foi resolvida pelo padrão assumido no pós-guerra, o sistema não se depararia com crises de super (ou sub) produção, teria que resolver os dilemas políticos e sociais criados pelo padrão de desenvolvimento do século XX. Era difícil realizar críticas a uma sociedade em que suas necessidades materiais estavam atendidas. Não se acreditava no retrocesso econômico, e autores como Bell (1977) e Aron (1981) apostavam que com o cálculo correto resolveria os problemas existentes nas outras dimensões da vida. Vislumbrando as contradições da sociedade industrial, que promove, em parte dos países, atendimento das necessidades materiais, mas que promove o esvaziamento cultural, social e espiritual do homem, a “Teoria Crítica Da Sociedade” questionou, por meio da cultura, a sociedade baseada em preceitos cartesianos. Para Marcuse (1973), diferentemente de Bell (1977), as outras dimensões do homem não deixam de existir na sociedade industrial, apenas são sufocadas em uma sociedade de massas e em um peculiar padrão de consumo. O progresso das forças produtivas abre possibilidades para libertação do trabalho alienado, porém, quanto maior o progresso das forças produtivas, maiores são os constrangimentos e contradições

nos campos da política e da cultura. O homem unidimensional é o homem reduzido a miséria da racionalidade econômica (MARCUSE, 1973).

Ao tratar de uma sociedade subordinada à ordem econômica, Gorz (1995) reconheceu as realizações do Estado providência do pós-guerra, mas realiza críticas aos limites do Estado democrático. A impessoalidade do Estado providência transformou o agente político em beneficiário e contribuinte, promoveu um divórcio entre a política e as massas. A crítica fundamental presente em Gorz (1995) e Marcuse (1973), até mesmo em Bell (ANO), está ligado ao homem criado pelo capitalismo na cultura do EU, o “EU” que é uma recusa ao fortalecimento de laços coletivos e, em muitos casos, de sua humanidade.

As mudanças no padrão de acumulação capitalista nos anos 1970, associada as crises do petróleo e à profunda transformação tecnológica e financeira, provocam mudanças no padrão ocupacional no mundo, gerando elevação da polarização no mercado de trabalho, com redução relativa das ocupações médias e elevação do emprego precário. O capitalismo supera o socialismo real com o discurso liberalizante de Margaret Thatcher⁴⁸ e Ronald Reagan⁴⁹ (BELLUZZO, 2014). A vitória na guerra-fria sugere um capitalismo mais eficiente e livre que o socialismo do Leste. Hobsbawm (1995) afirma que a sociedade do pós-guerra criou cidadãos conservadores e consumistas, constatando uma mercantilização da vida e da arte. Os EUA reduziram a tributação na renda e os gastos sociais, destruindo a estrutura tributária de caráter progressivo e distributivo do pós-guerra, o mundo assiste o contrato social do pós-guerra se dissolver (BELLUZZO, 2013).

Enquanto diversos autores, assim como os da teoria crítica, acreditavam que os questionamentos a sociedade capitalista deveriam vir pela dimensão social ou cultural, uma vez que os problemas materiais da sociedade estavam resolvidos ou equacionados, as décadas que sucederam os anos de ouro foram marcadas por retrocessos nos campos econômico e social. O declínio do fordismo foi acompanhado pela redução dos investimentos e da rentabilidade, redução do crescimento econômico, ampliação da

⁴⁸ Margaret Hilda Thatcher - também era conhecida pela alcunha "Dama de Ferro" - foi Primeira-Ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Thatcher implementou políticas econômicas profundamente liberalizantes, marcadas pela desregulamentação do mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho, privatização de empresas estatais e ataque aos sindicatos.

⁴⁹ Ronald Wilson Reagan presidente dos Estados Unidos entre os anos de 1981 e 1989. O presidente republicano teve seu mandato marcado por políticas econômicas voltadas à desregulamentação do mercado financeiro, redução de gastos do governo e do tamanho do Estado e redução do poder de negociação dos sindicatos.

inflação, desmonte do aparato de proteção social e, nos países centrais, abandono do pleno emprego como uma política de Estado⁵⁰. Tais transformações deflagraram limites econômicos e de legitimação da “democracia” construída no século XX (BELLUZZO, 2013).

A elevação da taxa de Juros dos EUA provocou grande déficit em sua conta corrente e uma valorização do dólar. No período, verifica-se uma acentuada migração do capital produtivo dos Estados Unidos para a Ásia. A conta de capitais, que era deficitária nos anos 1960, passa a ser fortemente superavitária por consequência da desregulamentação financeira. A elevação dos investimentos diretos dos estadunidenses no exterior evidenciara a saída do setor produtivo do país, em busca de menores custos e salários na Ásia.

Para o pensamento econômico do período era necessário libertar o capitalismo das intervenções do Estado e libertar o capitalista da pressão do sindicato, reduzindo os benefícios do Estado de bem-estar, assim como os salários. A ortodoxia afirmava que a desoneração dos rendimentos mais altos liberaria renda para elevar os investimentos, beneficiando empregos e salários. A estrutura social foi fortemente atingida pelo declínio do Fordismo, impactando os trabalhadores no mundo do trabalho, em seu poder de consumo e em sua forma de se organizar. O Estado que realizava algumas intervenções para reduzir os impactos da assimetria de poder na relação capital/trabalho e das variações cíclicas do capitalismo, foi compelido a se retirar de setores estratégicos da economia, da mediação do trabalho e da seguridade social.

A grande empresa fordista, com trabalhos especializados, com tecnocracia e fornecedores, dá espaço para produção pós-fordista, com subcontratações dos serviços ligados a produção, flexibilização das relações de trabalho e com automação de diversos setores de controle e gestão da produção. O trabalho no chão de fábrica continua existindo, porém, se desloca para países com menores graus de regulação do trabalho e menores salários. As novas tecnologias automatizam parte dos trabalhos ligados à burocracia e fiscalização do processo produtivo, com uma produção de caráter global e com extensas cadeias produtivas, que se distribuem em centenas de territórios por todo o mundo.

⁵⁰ Nos países subdesenvolvidos o Estado de bem-estar social não chegou a ser plenamente construído e as ocupações precárias constituem estruturalmente a dinâmica do mercado de trabalho destes países.

Para Streeck (2013) as transformações identificadas no capitalismo dos anos 1970 expressam a retomada, por parte do capital, das rédeas do capitalismo revoltando-se com o que ele vai chamar de economia mista. No pós-1945 os detentores do capital foram obrigados a aceitar um modelo de democracia e de intervenção estatal que contrariavam seus desejos de classe, mas fizeram concessões em troca de elevadas taxas de lucro e produtividade. Com o fim do fordismo, a crise capitalista atinge três importantes dimensões do padrão de acumulação do pós-guerra: Os bancos, o orçamento público e o crescimento econômico. O capital impõe o divórcio do arranjo constituído no pós-guerra que estabelecia uma política econômica vinculada a uma democracia redistributiva, ao menos nos países centrais. O mercado exige maior liberalização da economia, com o abandono de uma política econômica keynesiana, para um regime neo-hayekiano (STREECK, 2013, P. 28 - 29)

O consenso keynesiano é questionado e a era em que a política se sobrepunha aos ditames do mercado, com Estados fortes conduzindo as economias chega ao final. A visão liberal-conservadora elege a eficiência dos mercados como a mais apropriada forma de retomada do crescimento econômico. A incerteza keynesiana abre espaço para o risco passível de cálculo por consumidores e produtores do pensamento econômico neoclássico. Os economistas ortodoxos sugerem que os agentes racionais não poderiam mais ser enganados pelas políticas ineficientes e geradoras de privilégios do Estado. O emprego, que para o pensamento keynesiano e kaleckiano é fruto do nível da demanda efetiva, passa a ser um apenas um dos fatores de produção como todos os outros, e deve ser regulado pela lógica de mercado, sem travas ou interferências do Estado.

Streeck (2008) chamou de tempo comprado as tentativas artificiais de protelar o áureo período de crescimento capitalista proveniente do contrato social do pós-guerra. Na década de 1970 a estratégia adotada pelos países era praticar uma política inflacionária, que manteria o padrão de consumo do período anterior por meio de expansão monetária. A utilização da “magia” da moeda fiduciária buscou substituir o crescimento real pelo crescimento nominal. Dada a elevada inflação, os limites para o protelamento da crise impuseram outra inflexão, substituindo a elevada inflação pelo endividamento público.

Segundo o autor, combate à inflação na década de 1980 foi marcado pela implementação de políticas neoliberais, que contiveram a inflação, com políticas que toleravam taxas mais elevadas de desemprego, que, por sua vez, contribuíram para o

enfraquecimento das organizações sindicais e desmonte de direitos conquistados no capitalismo do século XX. A intolerância do pensamento ortodoxo promoveu a terceira e última tentativa de lidar com os conflitos distributivos do novo padrão de acumulação, em meados dos anos 1990, substituindo a dívida pública pela dívida privada. A busca pela consolidação das finanças públicas - com substituição do endividamento público pelo endividamento privado - veio acompanhada de redução de direitos e privatizações dos serviços públicos. Verificou-se uma transferência da condução estratégica das economias dos países das mãos dos partidos e governos, para as grandes corporações e seguradoras privadas.

A necessidade de mudar as relações de produção impôs também a necessidade de atacar as organizações de representação dos trabalhadores, que sofreram consideráveis refluxos com a dissolução do contrato social do pós-guerra. Os ataques não se restringiram ao movimento sindical, estendendo-se aos mais diversos movimentos sociais. Para que o projeto neoliberal pudesse ser implementado nas décadas de 1980 e 1990, os movimentos e organizações sociais sofreram ataques diretos, expressos na descrédibilização da política de ações coletivas, e ataques indiretos, derivados de movimentos que propunham o ultra fracionamento dos movimentos sociais.

A terceira e quarta revolução tecnológica e industrial, a partir das TICs, tornou o trabalho portátil, obscurecendo a diferenciação entre trabalho e descanso, expressando, de forma relativamente homogênea, obstáculos para que o movimento sindical atualizasse suas pautas e reivindicação para as novas relações de trabalho⁵¹. O sindicalismo do final do século XX demonstra grande dificuldade em se atualizar para o novo mundo do trabalho. A redução do poder de pressão dos trabalhadores a partir de suas organizações tradicionais está vinculada a elementos econômicos, políticos e institucionais que caracterizam a mudança no padrão de acumulação do capitalismo em escala global. Não é possível estabelecer causalidade entre os fenômenos, mas as transformações econômicas e políticas, promoveram a dissolução de um padrão de

⁵¹ Biavaschi (2014) afirma que o direito, elemento chave na construção de um determinado padrão de regulação laboral, é um produto cultural e econômico, e não apenas um resultado das vontades das classes dominantes, ou um mero instrumento de dominação, o direito é resultado de processos históricos de conflitos sociais e lutas de classe. Os direitos trabalhistas foram criados para mediar uma relação de poder assimétrico entre capital e trabalho, entre patrão e empregado. Os direitos dos trabalhadores não foram cedidos, mas conquistados com pressão dos trabalhadores e suas organizações e pelo amadurecimento da sociedade. Com a terceirização, conquistas acumuladas por décadas estão em risco, dado o desejo de dissolver categorias profissionais articuladas e com direitos consolidados.

regulação que reduzia a insegurança dos trabalhadores, sem que os sindicatos tivessem força para impedir.

Hyman (2005), ao analisar a relevância da regulação construída no pós-guerra, identifica que a sociedade de mercado não foi naturalmente construída, não era uma trajetória inevitável, mas fruto de muito esforço de Estado, o que sugere que mesmo o livre mercado expressa um formato específico de regulação e não sua ausência. O contrato social do pós-guerra é fruto tanto de elementos econômicos, como políticos e sociais, o que aponta que a busca da construção de outra regulação salário/trabalho com o declínio da sociedade fordista faz parte de um contexto social e econômico. Os economistas neoclássicos buscam, por divergência ideológica ou interesses escusos, negligenciar que as relações de trabalho estão sujeitas a forças de oferta e procura, políticas de intervenção dos Estados e normas sociais que influenciam os agentes. O autor busca identificar quais os elementos econômicos e institucionais que pressionam pela mercantilização das relações no mundo do trabalho. Identifica três: a concorrência capitalista transnacional, as decisões estratégicas das grandes empresas transnacionais e as ações desreguladoras do Estado.

A regulação sofre pressões pela mercantilização das relações laborais, os compradores da força de trabalho sabem que a proteção legal do trabalhador expressa o entendimento da sociedade de que não são apenas os interesses do mercado e de seus acionistas que são relevantes para o processo de criação de valor. Hyman (2005) aponta que a mercantilização das relações laborais tende a reproduzir um mercado de trabalho crescentemente desigual, e os maiores prejudicados são os segmentos já vulneráveis por sua condição de classe, gênero ou raça/etnia.

As novas tecnologias e inovações organizacionais buscam redução de custos em países com regulamentação que dê liberdade ao mercado para contratar, demitir e modular a utilização da força de trabalho, a depender do fluxo instável das economias capitalistas. A busca por flexibilidade e desregulamentação é uma ideologia que se propaga pelas mais distintas dimensões das economias nacionais, seja no mercado de trabalho, políticas monetária e fiscal e dimensões do Estado. A viabilidade econômica e institucional das empresas buscarem de menores salários e piores condições de trabalho, possibilita que empresas transnacionais utilizem sua mobilidade como chantagem para

pressionar por desregulações, flexibilidades e terceirizações⁵². O fim do padrão econômico e social do pós-guerra ocorreu impulsionada por múltiplos fatores políticos, tecnológicos, sociais e econômicos.

Ao ser questionado o papel dos Estados nacionais como reguladores e indutores do crescimento econômico, rejeitava-se também a articulação fordista protagonizada pelo capital produtivo, que promovia ampliação da produtividade articulada com elevação de produção, lucros e salários, ao menos nos países centrais. O novo padrão de acumulação pós década de 1970 demandava mais flexibilidade de capitais, que pressupunha normas mais flexíveis e tecnologias menos rígidas e capazes de permitir a construção de extensas cadeias produtivas em escala global. Os investimentos conduzidos pela lógica da financeirização impôs a mercantilização das mais distintas dimensões da vida, especialmente do trabalho, posto que a busca de ampliação da rentabilidade em uma economia financeirizada e desregulamentada se sobrepõe aos valores sociais pactuados no pós-guerra. Com isso, ficou evidente que a nova economia transformaria profundamente o trabalho.

3.1 Brasil e a transição para Sociedade Urbana industrial

Em meados do século XX o Brasil viveu transformações em sua estrutura produtiva e social, similares àquelas experimentadas pelos países do centro do capitalismo durante os séculos XIX e início do século XX. Enquanto o Brasil se industrializava o vigor da era de ouro do capitalismo nos países desenvolvidos já dava sinais de esgotamento. A expansão da indústria de bens de consumo duráveis e, posteriormente, de bens de capital ocorreram de forma distinta da verificada nos países centrais, confirmando o caráter dependente e reflexo da economia latino-americana e que a modernização da economia brasileira ocorreria, como afirmado por Fernandes (2005), de modo descolado da modernização política e social. Como veremos nas próximas seções, as transformações na estrutura produtiva e social, oriundas sobretudo da transição de um país majoritariamente rural para um país urbano em três décadas, redefiniu o nível

⁵² A difícil conceituação da terceirização exige uma definição suficientemente ampla. Biavaschi (2014) alerta que juridicamente a terceirização desafia o conceito de empregador intermediário. Terceirização no sentido amplo é a tendência empresarial de realizar parte de suas atividades por meio de outras unidades (VAZQUEZ, 2018); no sentido estrito é o mecanismo descentralizador, envolvendo relação trilateral; no sentido interno (Viana, 2006) é a situação em que alguém se coloca entre empregado e o tomador dos serviços; e, por fim, no sentido externo é a situação em que alguém se coloca entre o empresário e o consumidor.

de mercantilização aos quais as famílias eram submetidas para garantir a reprodução da força de trabalho. Surgiram novos problemas relacionados a desigualdade e a pobreza urbana e ocorreram mudanças na inserção das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho. Confirmou-se a percepção de que o capitalismo na periferia se moderniza a partir de bases distintas das verificadas em países centrais, promovendo um tipo de sinergia que se utiliza do excedente estrutural de força de trabalho na cidade para gerar ocupações precárias mesmo em com elevada produtividade (OLIVEIRA, 2003).

A estrutura social brasileira foi fortemente impactada pelo êxodo rural de 40 milhões de pessoas entre os anos 1940 e 1970. Durante os anos 1950 migraram do campo para a cidade 8 milhões de pessoas. Na década seguinte o volume de migrantes subiu para 14 milhões, o que correspondia a 36% da população no campo em 1960. Na década de 1970 saíram do campo mais 17 milhões de pessoas, que totalizavam 40% da população no campo da época (CARDOSO DE MELLO E NOVAIS, 2009). O expressivo crescimento da indústria e as oportunidades de emprego em regiões metropolitanas como as do Rio de Janeiro e São Paulo, atraíram uma grande massa de pessoas subempregadas que passavam fome no campo, esperançosos de conquistar um emprego e ver atendido seus direitos básicos. Tal processo promoveu transformações econômicas e sociais, que foram estancadas apenas com golpe civil e militar de 1964.

A ditadura militar foi a última cartada para conter as transformações na estrutura social imposta pelo acirramento dos conflitos de classes. Como afirmam Cardoso de Mello e Novais (2009), a disputa sobre o padrão de desenvolvimento no país estava em constituir um capitalismo selvagem, ou um capitalismo mediado pelo Estado, com a missão de reduzir a brutal desigualdade social, ampliar a participação democrática e consolidar valores mais civilizados. A escolha pelo golpe militar e pela violência política possibilitou o que Celso Furtado duvidava poder ocorrer: um elevado crescimento econômico com ampliação das desigualdades. A opção pelo autoritarismo que sufocou os movimentos sociais, sobre tudo o movimento operário, gerou uma política social com forte "regressividade dos mecanismos de financiamento", reduzido caráter distributivo, porém, com substancial ampliação da oferta de bens e serviços públicos (GIMENEZ, 2007, p. 44).

A ditadura de 1964 rompeu com a possibilidade de um combate à desigualdade, gerando uma sociedade regida pelo poder exclusivamente da riqueza, distante do tipo de desenvolvimento capitalista das sociedades europeias. Amplia-se

fortemente a dispersão da renda, com um achatamento salarial dos trabalhadores com menores remunerações e a ampliação dos profissionais de gestão e controle do capital.

A ditadura militar, ao invés de realizar a reforma agrária, amplia o monopólio da terra promovendo uma industrialização da agricultura, a fim de produzir bens de exportação. O latifúndio capitalista introduz um conjunto de inovações técnicas no campo, formando uma mão de obra qualificada e especializada, assim como o tratorista, o operador de colheitadeira, o técnico de inseminação, o biólogo e ressignificação do engenheiro agrônomo, que adquire também um papel comercial em uma produção agrícola mais mercantilizada. Porém, na década de 1980 ainda viviam 40 milhões de pessoas em situação de grande pobreza no Campo. Abandonados pelo poder público, sem acesso a saneamento básico, energia elétrica, educação formal e alimentação adequada, continuava ocorrendo o grande fluxo de trabalhadores do campo para a cidades, contribuindo para consolidação dos baixos salários e uma urbanização com forte caráter excludente. A baixa remuneração era também gerada tanto pela política salarial do Estado, quanto pelo baixo poder de negociação dos trabalhadores, dada as restrições a livre organização sindical⁵³.

Entre os anos de 1967 e 1979 o Brasil registrou um crescimento colossal, tornando-se a oitava economia do mundo. No entanto se modernizou promovendo uma grande concentração de renda, combinando a interação do que Furtado chamou de sociedade deformada por expressar uma fratura em três mundos: O mundo dos magnatas, que corresponde a burguesia que ocupa o topo da estrutura social. Estes ricos viviam de fato no primeiro mundo, podendo desfrutar de um padrão de consumo mais sofisticado que os ricos dos países desenvolvidos, dada a larga gama de trabalhadores serviços prontos para atender suas necessidades; O segundo mundo correspondia a classe média: que partilhava dos valores dos magnatas sem condições materiais de reproduzir o mesmo padrão de consumo. Ainda que também pudessem usufruir do trabalho serviço, o faziam pagando baixos salários. Na base da estrutura social estava o terceiro mundo, trabalhadores pobres ou miseráveis, que executavam todo tipo de trabalho mal remunerado e, por vezes, semelhantes as ocupações pré-capitalistas. Os trabalhadores do terceiro mundo eram mantidos distantes não só do primeiro mundo, como também dos benefícios do desenvolvimento capitalista. Como foi observado anteriormente, os

⁵³ Segundo Cardoso de Mello e Novais (2009), no período o termo *Brazilianization* se tornou sinônimo de capitalismo selvagem, dada a *sui generis* precariedade das condições de trabalho.

trabalhadores da base da estrutura social são relevantes em todo o processo de reprodução de nosso subdesenvolvimento, exercendo um papel funcional na manutenção dos excedentes de força de trabalho e rebaixamento de salários de reprodução da vida, inclusive de setores médios.

Entre 1960 e 1980 a nova classe média é formada por filhas e filhos de trabalhadores especializados em um período de industrialização acelerada⁵⁴. O acesso ao curso superior subiu de 95 mil para 1,4 milhões. A desigualdade crescente na nova estrutura social era justificada pela "livre concorrência" entre os grupos sociais no mercado de trabalho. Durante o período de largo crescimento econômico o Estado buscou incessantemente o crescimento via incentivos fiscais, crédito subsidiado, desenvolvimento em infraestrutura, obras públicas que possibilitaram a expansão da energia elétrica, telecomunicações, petróleo e petroquímica⁵⁵. O discurso oficial sugeria que o crescimento econômico seria a melhor ajuda que pode ser oferecida aos pobres e miseráveis. Ainda que fossem expulsos do campo, a política do Estado era manter baixos salários e baixa liberdade sindical. Os serviços públicos seriam financiados via impostos indiretos, de caráter eminentemente regressivos, dado que os empresários poderiam repassar os custos tributários ao preço, enquanto os trabalhadores pauperizados eram penalizados duas vezes pela elevação da carga tributária; por um lado teriam que pagar os impostos sobre os produtos e, por outro, teriam que pagar por mercadorias mais caras para compensar os impostos que os empresários repassavam aos preços.

Durante a década de 1970 a incapacidade de financiamento do desenvolvimento levou o governo do General Ernesto Geisel executar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) por meio de um grande endividamento externo. Com a crise da década de 1980 o governo produziu uma política de restrição externa que buscava

⁵⁴ Para Tavares (1973) a industrialização no Brasil conseguiu reproduzir quase todos os elementos determinantes dos países centrais, a autora cita a capacidade autônoma de financiamento e de inovação. O Sistema bancário nacional nunca foi capaz de financiar o desenvolvimento nacional, voltando-se para atividades tradicionais de curto prazo como crédito ao consumidor. Segundo a autora, o modelo adotado pode lograr êxito no curto prazo, mas é incapaz de ser bem-sucedido em um ambiente de condições externas desfavoráveis.

⁵⁵ Foi realizada uma política ativa de desenvolvimento econômico gerido pelo Estado em 1930, mas para conseguir se industrializar assimilando os benefícios verificados nos países centrais, seria necessária uma transformação econômica e social de grande monta, como ocorrera no Japão, Coreia do Sul, Rússia ou China. Estes países foram capazes de romperem com suas aristocracias por meio de rupturas que possibilitaram a construção de uma trajetória autônoma. O Brasil optou por trilhar um caminho de menor resistência, buscando conciliar setores que por vezes eram inconciliáveis. A partir da década de 1950 o país passa a receber "generosos" investimentos estrangeiros com a entrada de empresas Estadunidenses e Europeias multinacionais (Cardoso de Mello e Novaes, 2009).

preservar as empresas e bancos, transferindo todo o ônus da crise ao Estado, gerando uma grande transferência de recursos do Estado ao setor privado.

O crescimento econômico do período da ditadura militar foi capaz de acomodar por um tempo as tensões sociais, mas o crescimento da desigualdade, o caráter regressivo do financiamento das políticas sociais, a falta de democracia e a elevação da polarização da renda dos trabalhadores foi ampliando a instabilidade política e social. Mesmo com ampliação da desigualdade os governos militares eram avessos a qualquer política ativa de distribuição de renda. O Presidente Geisel, que incluiu no II PND metas para "aceleração do desenvolvimento social", afirmou que o "distributivismo fácil" da renda para reduzir a desigualdade social está fadado ao fracasso e, afirma ainda, que tais ações geram inflação, desemprego e reduz o potencial de crescimento econômico (GIMENEZ, 2007, p. 30).

O economista Carlos Geraldo Langoni, que fora presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) no governo militar do presidente Figueiredo, lança em 1974 um trabalho com base na teoria do capital humano que buscava analisar as origens da dispersão salarial, da concentração de renda e da pobreza no Brasil no período desenvolvimentista. Após realizar testes empíricos com regressões cross-section e log-lineares, o autor verificou uma relação positiva entre concentração de renda e taxa de crescimento. Já ao analisar a concentração por setores o autor constata que é necessário analisar a função de produção, visto que setores com baixo conteúdo tecnológico elevam a concentração em grupos com níveis de renda mais elevados e setores mais modernos a relação se inverte.

O autor aplica variáveis como nível educacional, sexo, idade e região do país para verificar como interferem na distribuição de renda. A Tese central do trabalho de Langoni (1973) sugere que a elevação da desigualdade está relacionada as profundas mudanças provenientes do desenvolvimento das décadas de 1960 e 70, o que promoveu modificações qualitativas no emprego relacionados a nível educacional, idade, sexo e locativas (setorial e regional). O autor afirma na conclusão do capítulo 8 que os baixos níveis de salários estão associados a baixa produtividade, o que deveria ser combatido com investimentos em capital humano.

Na busca por legitimar as políticas que contribuíram na concentração de renda dos governos militares, Langoni (1973, p. 214) afirma que a construção de política fiscal progressiva era incapaz de reduzir as desigualdades, remetendo já na década de 1970, a

responsabilidade pela pobreza e desigualdade aos indivíduos. O autor realizou uma respeitável análise da desigualdade a partir de recortes etários, de gênero e setores da economia para entender a relação entre desenvolvimento e concentração de renda, mas seu instrumental teórico o conduziu a constatações tautológicas e equívocos na relação causal, ao ignorar que as distorções educacionais são consequências das distorções econômicas e não causa. Utiliza-se da teoria do capital humano para responsabilizar a educação e os indivíduos pela política econômica excludente.

Segundo Malan (1979), a teoria do capital humano dá pouca contribuição ao debate social, criando teorias dogmáticas que tentam imputar ao sexo, à idade e aos anos de escolaridade as razões para as desigualdades. O Autor afirma que a análise de Langoni requer uma contextualização histórica, e que os países desenvolvidos têm níveis de desigualdade inferiores às do Brasil, não porque a desigualdade é um fenômeno natural, que tende a acabar naturalmente pelas forças de mercado, mas por que os países centrais implementaram políticas de Estado e mobilizaram forças sociais que pressionaram pelo arrefecimento das desigualdades e combate à miséria.

Ao final de cinco décadas de um vigoroso processo de industrialização, com a superação de obstáculos estruturais para o desenvolvimento econômico, o país fez crescer sua economia e, também, a desigualdade social. De acordo com o Banco mundial, ao final da ditadura militar o país atingiu uma das mais elevadas concentrações de renda no mundo, com o GINI no patamar de 0,5899 em 1983⁵⁶. O Brasil conviveu com uma das maiores taxas de crescimento do mundo sem romper com os determinantes da pobreza e da exclusão social apontados por Barbosa de Oliveira e Henrique (2010).

As próximas seções apresentarão como as mudanças na estrutura produtiva foram operadas no mercado de trabalho marcado pela polarização, rebaixamento dos salários dos trabalhadores mais pobres e restrições a organização de trabalhadores. A industrialização e urbanização conduziram a constituição de vidas mais mercantilizadas,

⁵⁶ Pós década de 1970, mesmo com as crises externas e internas, o Brasil seguiu uma trajetória de redução da pobreza, que sai de um patamar de 68,4% em 1970, para 20,7% em 2002. A redução da desigualdade segue uma trajetória distinta, com ampliação da concentração de renda até 1991; medida pelo GINI, a desigualdade sobe de 1960 até 1991 (0,62), decrescendo 8,1% em 2010 (0,57). O êxodo rural promoveu uma extraordinária ampliação da população nas áreas metropolitanas e urbanas, processo que, somado a implementação de direitos sociais da constituição de 1988, fez a pobreza nas áreas rurais reduzirem a patamares menores que o das cidades (POCHMANN, 2015). Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu um processo de redução da pobreza, mesmo com a rápida desestruturação do mercado de trabalho, promovida por políticas neoliberais e por mudanças na estrutura ocupacional brasileira. A desigualdade no Brasil passa reduzir de forma acentuada apenas nos anos 2000, período em que foi conciliado a redução da concentração e um crescimento econômico significativo.

que possibilitaram (ou impuseram) a elevação da participação das mulheres, em especial as jovens, no mercado de trabalho.

3.2 Mercado de trabalho no Brasil desenvolvimentista

A estrutura do mercado de trabalho urbano no Brasil é fruto de articulação entre a rápida urbanização, o modelo de industrialização, as desigualdades regionais, a atuação do Estado e do padrão excludente de desenvolvimento assumido no Brasil e em outros países da periferia. Ao elencar as características estruturais do mercado de trabalho no Brasil, Oliveira (2015) destaca em primeiro lugar o desemprego estrutural e a informalidade persistente. Aponta o autor que a temática teve seu debate negligenciado pela expectativa de resolução automática via implementação do projeto desenvolvimentista.

O período desenvolvimentista brasileiro foi incapaz de resolver a condição estrutural de elevado e persistente desemprego e subemprego no país. O que configura o caráter estrutural do desemprego foi a incapacidade de o crescimento econômico absorver os trabalhadores com produtividade normal e homogênea entre setores, impactando outras dimensões do mercado de trabalho, como a renda do trabalho e a rotatividade. Nos países periféricos o desemprego apresenta-se não necessariamente como desemprego aberto, mas como subemprego e informalidade de vínculos. Para Baltar (2003) o modelo e a rapidez que se processou a industrialização não permitiu a qualificação estruturada dos postos e da força de trabalho, promovendo grande difusão de ocupações não qualificadas.

A segunda característica estrutural do mercado de trabalho apresentado por Oliveira (2015) são os baixos salários e elevada desigualdade de renda, características umbilicalmente associadas ao excedente estrutural de força de trabalho. Fruto dos mesmos elementos que causaram o excedente estrutural de força de trabalho, é também derivado do próprio desequilíbrio entre oferta e demanda por trabalho, e possui suas raízes enrustada em nosso passado colonial. A abundância de força de trabalho na produção cafeeira impedia elevação da remuneração do trabalho no período de grande dinamismo do setor, ainda que os períodos de retração da atividade impactassem negativamente os salários.

Furtado (1972) e Tavares (1983) apresentam que o padrão de industrialização dos países latino-americanos, dado por sua condição periférica na Divisão Internacional

do Trabalho, não possibilitou que os ganhos de produtividade das décadas de 1960 e 1970 fossem incorporados aos salários. Furtado (1972) aponta ainda que o progresso técnico assimilado dos países centrais impunha não apenas padrões de consumo, como um padrão tecnológico que impedia uma absorção de força de trabalho adequada aos países periféricos, isso associado a baixa capacidade de pressão social por elevação de salários, forneceu sustentação para os deprimidos salários, mesmo em período de larga expansão econômica.

O processo de industrialização brasileira até o regime militar garantiu aos trabalhadores consideráveis ganhos salariais, ainda que sem alterar o elevado nível de desigualdade das rendas. A institucionalização do salário mínimo em 1940 foi tratada de forma controversa pelos diversos autores que analisam o mercado de trabalho no Brasil. Para Oliveira (2003) o salário mínimo cumpria o papel de evitar elevações salariais em categorias que se encontravam em condição de escassez específica de oferta de trabalho, com isso, os salários eram estabelecidos tendo o mínimo como referência e não a produtividade de cada ramo industrial. Quando o salário mínimo foi instituído, este encontrava-se abaixo da média dos baixos salários industriais em São Paulo e no Rio de Janeiro, ainda que acima nas demais localidades. Pochmann (1994) destaca que o salário mínimo atendia menos da metade das necessidades de uma família.

Ainda assim, o papel do Estado e a atuação sindical garantiram substanciais elevações salariais até o Golpe de 1964. Com uma atuação que transcendia as demandas corporativistas, o movimento sindical contribuiu para importantes ganhos no salário mínimo. Oliveira (2015) menciona que entre 1944 e 1951, o salário ampliou 1,3 vezes sua renda per capita e entre 1952 e 1964, os ganhos foram mais expressivos, elevando-se 2,4 vezes.

Com o fim da estabilidade no emprego em 1964, os trabalhadores jovens no início de carreira foram os mais atingidos com a elevada rotatividade e com a redução da possibilidade de seguirem trajetórias profissionais que lhes possibilitassem atingir maior nível hierárquico e salarial. Macedo e Garcia (1980) destacam que o nível de informalidade e os salários abaixo do mínimo enfraquecem a importância do salário mínimo como referência para os salários da base da pirâmide. Souza e Baltar (1980) identificam que o salário mínimo é determinante tanto no nível de salários, quanto no grau de dispersão. Acreditam que no capitalismo os salários estão ligados ao caráter da acumulação e a luta de classes pela apropriação do excedente, o salário mínimo revela a

capacidade de o Estado mediar tal disputa. Os autores afirmam ainda que a grande elevação da desigualdade salarial se deve a substancial queda do salário mínimo entre os anos de 1950 e 1970. Vale lembrar que em 10 anos (entre 1960 e 1970) o GINI saiu de 0,50 para 0,57, expandindo-se para 0,59 nos 10 anos seguintes.

A repressão contra os sindicatos teve um papel deletério no mercado de trabalho. As agressivas ações para conter a inflação foram mantidas mesmo após maior estabilidade monetária no final da década de 1960, com a inflação caindo de um patamar de 100%, para 20% ao ano (BALTAR E PRONI. 1996, p. 116). Sem liberdade para organização dos trabalhadores e com elevada autonomia para as empresas definirem as formas de contratação, remuneração, seleção e dispensa da força de trabalho, o período foi marcado pela elevação da flexibilidade, rotatividade e pela elevação da desigualdade da renda do trabalho.

Durante a Ditadura Militar, o salário mínimo reduziu expressivamente seu poder de compra. A repressão contra o movimento sindical e a desarticulação da justiça do trabalho contribuiu para uma política salarial que fez com que o salário mínimo perdesse 33,5% do poder de compra entre 1965 e 1974, em relação aos anos entre 1952 e 1964. Oliveira (2015) denota que de 1959 a 1970 os rendimentos assalariados na renda nacional decresceram mais de 5%. Cardoso de Mello e Belluzzo (1998) apontam que os ganhos reais de salários da década que precede o golpe não elevaram a desigualdade das rendas, enquanto na ditadura, o crescimento econômico foi a justificativa de alguns autores para o crescimento das desigualdades de renda e piora do Gini.

Mesmo tendo elevado às desigualdades de renda, o regime militar possibilitou substancial mobilidade, fenômeno consonante com períodos de elevadas taxas de crescimento. Segundo Cardoso de Mello e Novais (1998) verificou-se no período as mais distintas formas de mobilidade, citam a mobilidade geográfica- configurada pelo grande contingente de pessoas saindo de uma região para outra do país -, a mobilidade do campo para cidade, a mobilidade de uma classe para outra, ou mesmo, entre frações de classe. Tal fenômeno contribuiu na sustentação do regime militar, uma vez que os ganhos do elevado crescimento econômico não foram partilhados com a maior parte da população.

Baltar e Proni (1996) sintetizam a influência dos militares no regime de trabalho pela: repressão contra o movimento sindical; por sua política de salário, abandonando a tendência do período anterior de elevação do salário mínimo; pela política de contenção dos salários públicos e privados, a fim de conter a inflação; e, por fim, a

extinção da estabilidade no emprego pela institucionalização do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966.

A elevada rotatividade da força de trabalho impôs neste período a necessidade de muita supervisão e horas extras para a realização da produção, configuração que promoveu grandes discrepâncias salariais. Segundo Baltar (2006) a retomada do crescimento econômico em 1968 foi marcada pela acentuada diferença salarial entre pessoal técnico e de comando de empresa - que obtiveram elevados ganhos salariais -, e os demais trabalhadores - que além de não receberem os ganhos de produtividade incorporados aos seus salários, sofriam o impacto da inflação. A assimetria da distribuição de renda no período é tão acentuada que, segundo o autor, 10% dos trabalhadores mais ricos possuíam rendas muito distantes dos outros trabalhadores e 75% da força de trabalho ganhava menos que a média salarial.

O trabalho permeado por instabilidade e elevada rotatividade é outra marca estrutural do mercado de trabalho brasileiro. O funcionamento do mercado de trabalho dependerá dos arranjos institucionais, da composição de oferta de trabalho e da estrutura das empresas. Segundo Baltar (2003) a estrutura industrial no país criou diferentes segmentos de ocupações que se distinguem pelo nível de estruturação. Um primeiro grupo de ocupações requer trabalhadores com algum nível de qualificação profissional, que ocupará postos mais estruturados e que demandarão qualificação e possibilitam trajetórias profissionais mais sólidas (BALTAR e PRONI, 1996). O outro grupo não requer formação ou qualificação relevante, tendo um amplo leque de funções de baixa qualificação, sua baixa especialização tende a ser prescindível, ocupando postos com elevada tendência à rotatividade. A rotatividade cria um ciclo vicioso de desestruturação do mercado de trabalho, uma vez que, a rotatividade no trabalho, acompanhada do desemprego estrutural reduz a capacidade organizativa dos trabalhadores, com isso, reduz a capacidade de os sindicatos lutarem contra a instabilidade no emprego e os baixos salários.

A contradição entre a moderna estrutura produtiva, com similaridades a de países centrais, associada a baixos salários e elevada rotatividade, apontam para a necessidade de identificar como se relacionam os elementos técnico-produtivos e político-institucionais na estrutura produtiva brasileira. Ao observar a dimensão tecnologia-produtiva Baltar (2003) aponta que o processo de rápida industrialização, com a constituição de um grande número de indústrias em um curto espaço de tempo, tende a

constituir um mercado de trabalho com uma base muito ampla e com uma força de trabalho com baixa capacidade organizativa. Tal fenômeno contribuiu para elevar a rotatividade e conter a elevação dos salários – mesmo com elevação da produtividade.

Carvalho (1987) apontou ainda que a ditadura militar foi determinante na desestruturação do mercado de trabalho por juntar os mecanismos de repressão, para suplantar o movimento sindical, elevar a rotatividade, elevar o ritmo de ampliação da jornada de trabalho e manter os salários abaixo da produtividade. A elevada rotatividade, os baixos salários e a baixa especialização da força de trabalho são elementos que se reforçam, tornando mais difícil romper com tais características estruturais.

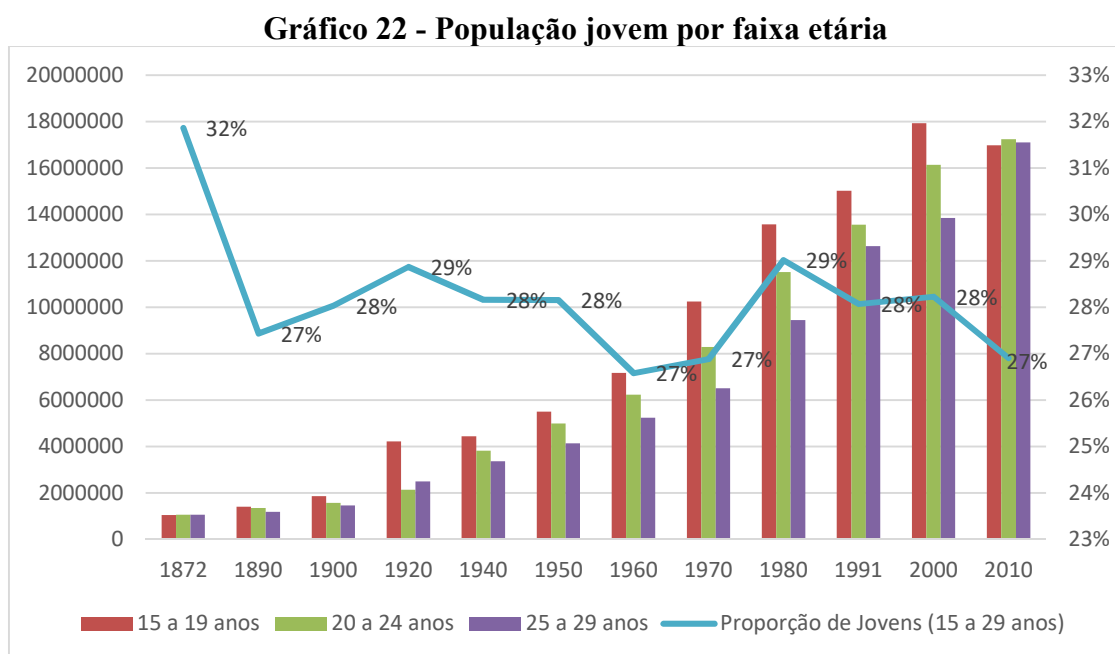
Na próxima seção serão apresentados dados sobre a inserção da juventude no mercado de trabalho no período acima descrito. Serão analisados dados de frequência escolar, estrutura ocupacional, participação no mercado de trabalho, posição na ocupação, situação de atividade entre outros indicadores que contribuam para uma caracterização da inserção dos jovens na vida laboral. A fim de buscar identificar especificidades dos segmentos juvenis, serão apresentados, sempre que for possível e relevante, recortes por faixa etária, gênero e de raça/cor.

3.3 Juventude e Mercado de trabalho no Brasil - 1960 e 1970 (Análise de dados dos CENSOS 1970 e 1980)

3.3.1 Demografia

Mesmo com limites inerentes a uma comparação de um período tão longo, os levantamentos censitários entre 1872 e 2010 apontam que a população entre 15 e 29 anos nunca foi inferior a 27% da população Brasileira. Sem abandonar o entendimento de que a juventude é uma categoria histórica e socialmente definida, o Gráfico 22 evidencia a relevância numérica desta parcela da população. Ainda que seja definido como jovem as pessoas entre 15 e 24 anos, verifica-se um grupo ainda expressivo que se manteve estável em uma proporção de 1/5 da população brasileira durante as quatorze décadas. Verifica-se uma mudança demográfica marcada entre o Censo de 2000 e o de 2010 pela primeira redução absoluta do número de jovens entre 15 e 19 anos e pela menor diferença no número de pessoas entre as três faixas etárias apresentadas no Gráfico 22, em torno de 17 milhões de jovens em cada faixa etária.

Ainda que exista uma tendência demográfica para redução do percentual de jovens não só no Brasil como em toda a América Latina, este grupo etário se mantém pouco abaixo de 1/3 da população brasileira. Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreu uma ampliação de 37% no número de jovens entre 15 e 29 anos, o que configura a maior ampliação da série. O número de jovens em 1970 era de 25 milhões e chegou em 1980 a 34,5 milhões. Como já fora apresentado, neste período o Brasil passa por uma enorme ampliação da população urbana, o que promove também mudanças de hábitos culturais, padrões de consumo, acesso à educação e surgem novas ocupações. Sobre a vivência juvenil, surgem novas formas de interação social que possibilitou novos tipos de experimentações e uma nova trajetória para construção de autonomia.



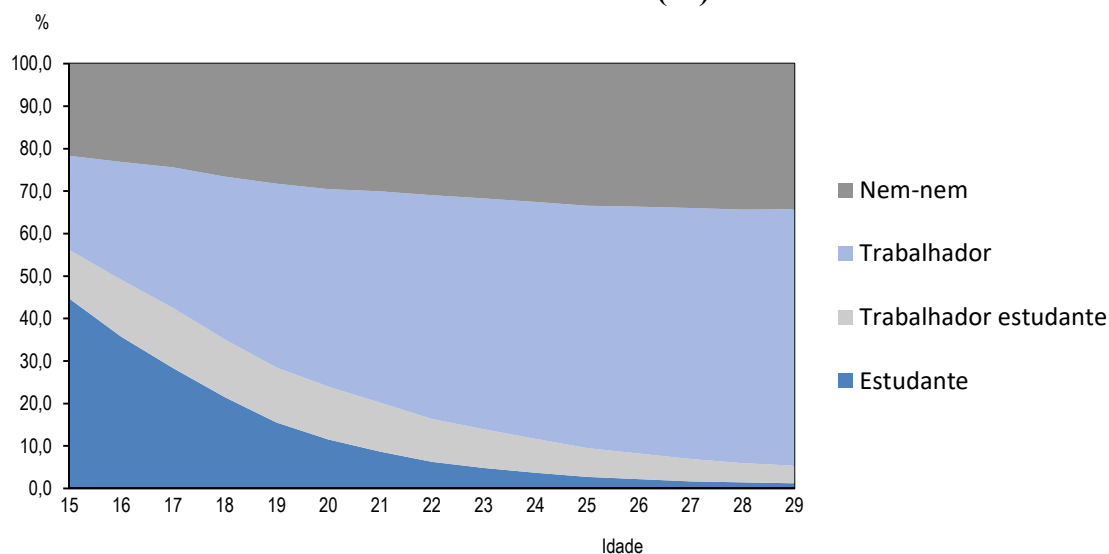
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

3.3.2 Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade

Analisar a distribuição dos jovens por atividade segundo a evolução da idade ano a ano permite identificar como interage a conciliação trabalho/estudo com as mudanças na estrutura produtiva, na demografia e nos ciclos econômicos (Gráfico 23). Um importante dado sobre os jovens na década de 1980 é que no início da juventude menos da metade estavam estudando. Ainda assim a taxa de frequência reduzia

rapidamente antes dos 20 anos de idade. Aos 15 anos apenas 44,7% dos jovens estudavam, aos 18 anos, idade em que os jovens deveriam ter concluído o ensino médio (antigo ginásio), cai para 21,5%; aos 20 anos, idade em que os jovens poderiam estar cursando o ensino superior, apenas 8,7% estavam estudando e aos 23 anos de idade eram menos de 5%. A redução da proporção de estudantes ocorre em simultâneo com a elevação de jovens que só trabalham e jovens que não trabalham e não estudam, em sua maioria mulheres. A proporção de jovens que conciliam trabalho e estudo também reduz, o que aponta para um rápido ingresso no mercado de trabalho ainda durante a juventude. Aos 15 anos mais de 1/5 dos jovens já estão trabalhando, aos 17 anos 1/3, aos 21 anos a metade dos jovens estavam ocupados, chegando a 60% aos 29 anos de idade. Entre os jovens homens de 15 a 17 anos 54,3% estavam trabalhando ou buscando uma ocupação. Em média, os homens começavam a trabalhar muito mais cedo em 1980, sobretudo os jovens de famílias mais pobres, que, ao abandonarem a escola para ingressar no mercado de trabalho, aceleram sua transição para a vida adulta. A proporção de jovens que não trabalham e não estudam parte de 21,7% aos 15 anos e progride de forma constante até chegar a 34,2% aos 29 anos de idade. O comportamento médio na distribuição por idade é impreciso, dada as grandes distorções na trajetória escolar e laboral entre diferentes gêneros e quintis de renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade em 1980 (%)



Nota: Nos gráficos de “distribuição dos jovens por atividade” dos Censos Demográficos posteriores foi separada a proporção de jovens em trabalho formal e informal, procedimento que não foi possível ser feito no Censo de 1980.

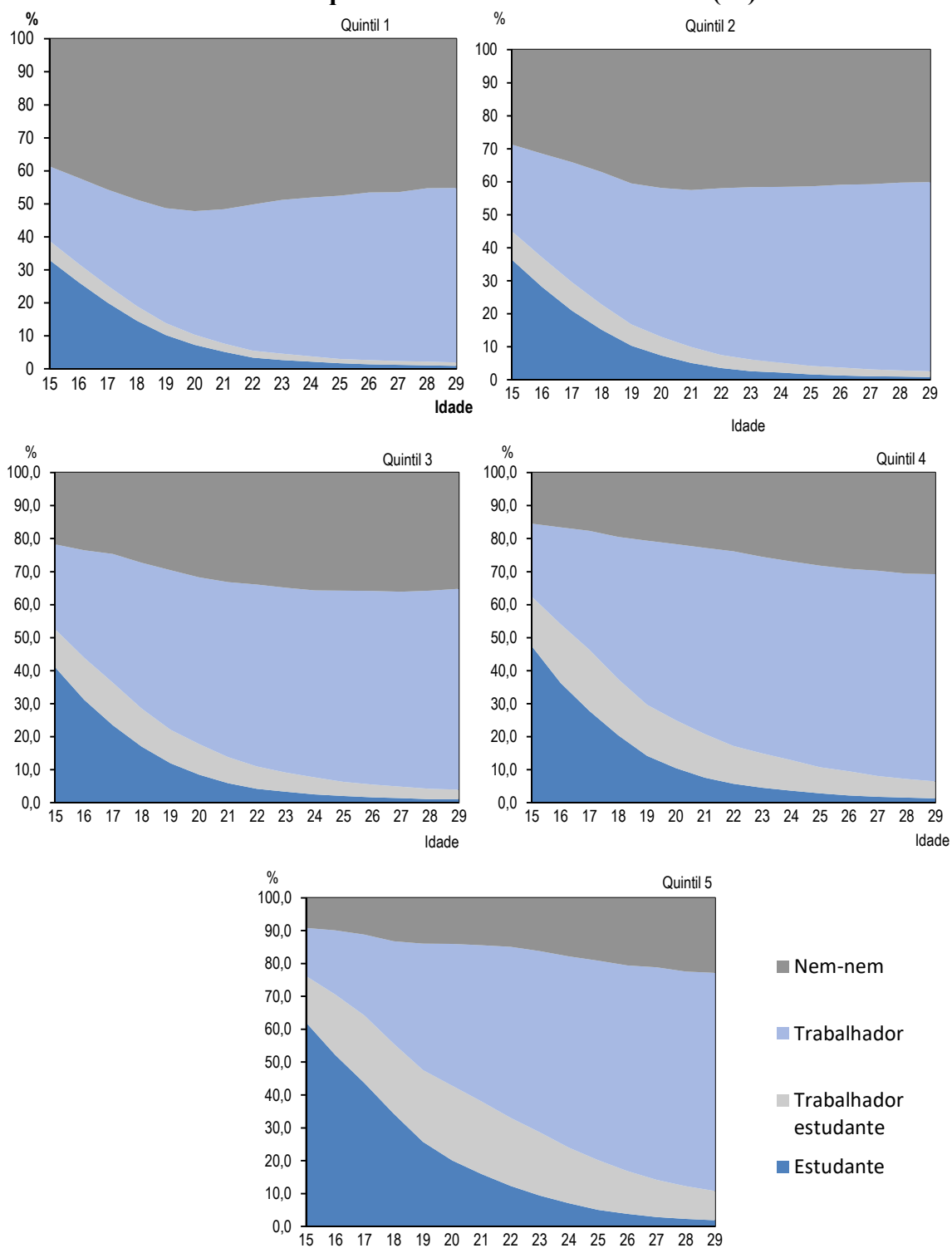
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Ao analisar a distribuição dos jovens por atividade em 1980 a partir de quintis de renda, é possível observar primeiramente uma grande diferença na distribuição aos 15 anos de idade, ou seja, os jovens de famílias com diferentes níveis de renda já partiam de patamares muito distintos no início da juventude, tanto em relação a vida laboral, quanto a educação. Os dois extremos da distribuição facilitam a observação, ainda que em todos os quintis existem desigualdades bastante pronunciadas. Comparando a distribuição entre os jovens de famílias 20% mais pobres e 20% mais ricas, é possível identificar que apenas um em cada 3 jovens está estudando aos 15 anos de idade entre as famílias mais pobres, já entre as famílias mais ricas é quase 2 em cada 3 jovens. O que significa que existe uma proporção 88% maior de jovens 5º quintil na escola em comparação aos jovens de 1º quintil. A desigualdade cresce até seu ponto máximo aos 22 anos, quando a proporção de jovens das famílias mais pobres estudando é de apenas 3,7%, enquanto das famílias com maior renda era de 12,3%. O indicador de proporção de jovens que conciliam trabalho e estudo evidencia grandes desigualdades entre os quintis de renda, sobretudo pelo caráter excludente da educação na década de 1970, o que refletia em uma baixa escolarização, com apenas 2% de jovens de 15 a 29 anos com curso superior e 3% entre pessoas com 30 anos ou mais. Enquanto a maior proporção de jovens das famílias do 1º quintil que conciliam trabalho e estudo ocorre aos 15 anos de idade, em um nível já baixo de 5,8%, declina ano a ano chegando aos 29 anos em uma proporção de apenas 1%. Entre os jovens do 5º quintil 14,2% conciliam trabalho e estudo aos 15 anos, aos 20 anos verifica-se a maior proporção de conciliação - posto que grande parte dos jovens da classe média cursavam o ensino superior, o que lhes permite ingressar aos 20 anos em uma carreira relacionada com sua escolha formativa. A conciliação entre trabalho e estudo entre os jovens mais ricos permanecia proporcionalmente elevada até os 29 anos de idade, com 8,9% trabalhando e estudando (Gráfico 24).

A idade de ingresso no mercado de trabalho é o mais contundente indicador de classe que pode ser observado na distribuição por atividade, a começar pela diferença de proporção de jovens trabalhando que se inverte entre o 1º e o 5º quintil. A proporção de jovens de 15 anos no 5º quintil de renda trabalhando é 35% menor que a dos jovens do 1º quintil, já entre os jovens de 29 anos a proporção é 25,6% menor, o que significa que os jovens mais pobres precisam ingressar antes no mercado de trabalho, ainda assim estarão mais expostos a subempregos com piores salários (Gráfico 24). O que pode ser

observado é que o nível da ocupação dos jovens do 5º quintil cresce em velocidade muito maior que dos jovens do 1º quintil, tendo em vista que entre os primeiros a proporção de ocupação cresce de 14,6% a 66,4% entre os 15 e 29 anos, já entre os jovens do 1º quintil a ocupação parte de 22,5% aos 15 anos e chega a 52% aos 29 anos, o que pode ser explicado pela grande expansão dos jovens que não estudam e não trabalham. A proporção de NEET é de 38,7% entre os jovens de 15 anos do 1º quintil, atingindo seu teto aos 20 anos, com uma proporção de 52,2%, mas mantendo-se sempre acima de 45%. Já entre os jovens do 5º quintil a proporção de NEET parte de 9,2%, chegando no pico aos 29 anos com menos de 23%. A proporção de Jovens que não trabalham e não estudam guarda grande relação com os diferentes quintis de renda, mas a diferença de gênero expressa de forma mais pronunciada a dinâmica deste indicador.

Gráfico 24 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis de renda familiar em 1980 (%)

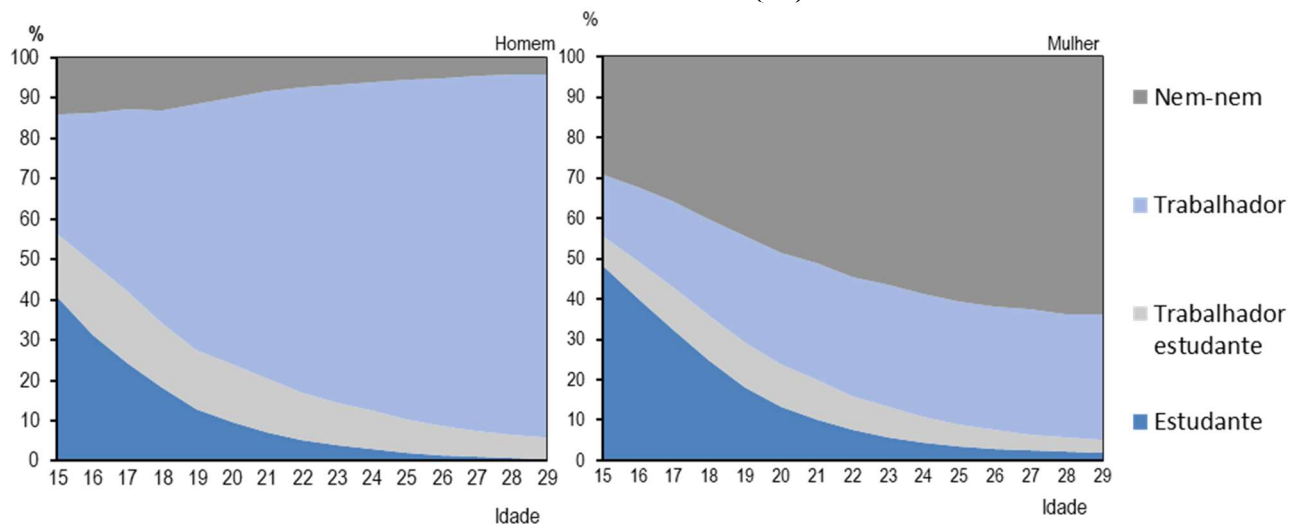


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

O Gráfico 25 apresenta a mais pronunciada desigualdade na distribuição de jovens por atividade. Assim como hoje, nos anos 1970 as mulheres já possuíam taxa de

frequência escolar mais elevada que a dos homens jovens. Aos 15 anos as jovens mulheres possuíam uma proporção de estudantes 15,5% maior que a dos homens jovens, desigualdade que se amplia entre os mais velhos. Se forem somadas as proporções de jovens que só estudam com os jovens que estudam e trabalham, percebe-se uma redução da distorção, posto que a maior desigualdade de gênero residia no mercado de trabalho, dado que as mulheres possuíam menores taxas de participação e menores salários. O Gráfico 25 evidencia que entre os homens jovens ocorria uma constante elevação do nível de ocupação, ao passo que reduzia a proporção de jovens que não trabalhavam e não estudavam. Já entre as jovens mulheres, o nível de ocupação se eleva entre os 15 e 29 anos *pari passo* a ampliação da proporção de jovens que não estudam e não trabalham - inclusive o nível de ocupação cresce em taxas menores que a proporção de jovens NEET. Entre os homens com 29 anos de idade 4,2% eram NEET e 90,1% estavam trabalhando, entre as mulheres, 63,8% eram NEET e apenas 31,1% trabalhavam. Em suma, as mulheres conseguem ingressar no mercado de trabalho a pesar da ampliação da taxa de NEET, enquanto a ampliação do nível de ocupação dos homens ocorria em decorrência da redução da proporção dos jovens que não trabalhavam nem estavam estudando.

Gráfico 25 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo em 1980 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

3.3.3 Escolarização

Com o avanço da urbanização no Brasil, modifica-se o acesso ao ensino, inclusive entre a população de baixa renda. Uma mudança relevante na esfera educacional entre as décadas de 1960 e 1970 foi a inversão de gênero entre os que mais frequentam a escola, o que é expresso em um número de mulheres no sistema educacional. Da década de 1970 em diante as jovens mulheres passam a possuir uma maior taxa de frequência escolar e, por conseguinte, maior número de anos de estudos até os dias atuais, sem que isso lhes proporcione maiores salários ou ocupações de melhor qualidade.

Tabela 1 - Estimativa do Número de Pessoas por faixa etária em 1970 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Homem	%	Mulher	%	Total	%
Até 15 anos	21.772	50,3%	21.474	49,7%	43.246	42,5%
15 a 17 anos	3.456	48,7%	3.643	51,3%	7.099	7,0%
18 a 24 anos	6.713	49,3%	6.906	50,7%	13.618	13,4%
25 a 29 anos	3.448	49,5%	3.524	50,5%	6.973	6,9%
15 a 29 anos	13.618	49,2%	14.073	50,8%	27.690	27,2%
30 anos ou +	15.495	50,2%	15.349	49,8%	30.844	30,3%
Total	50.885	50,0%	50.896	50,0%	101.781	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Tabela 2 Estimativa das pessoas que frequentam escola, segundo sexo e cor (em 1.000 pessoas)

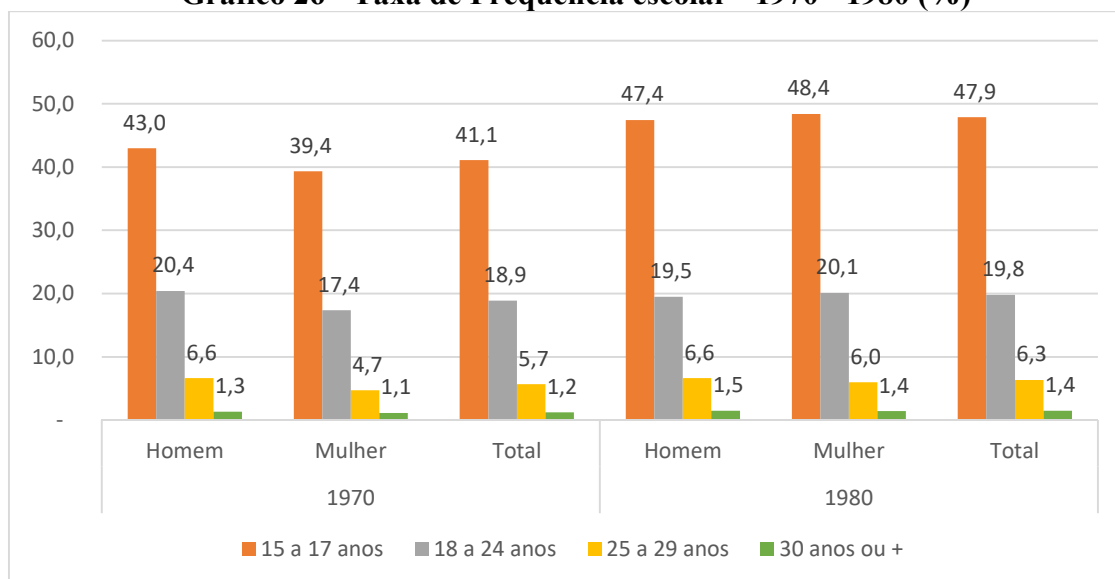
Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	3.359	4.545	7.904	3.418	4.522	7.940	6.777	9.067	15.844
15 a 17 anos	810	1.168	1.978	875	1.196	2.071	1.684	2.365	4.049
18 a 24 anos	560	1.031	1.591	638	1.043	1.681	1.198	2.074	3.271
25 a 29 anos	98	210	307	107	180	287	205	389	594
15 a 29 anos	1.467	2.409	3.876	1.620	2.419	4.038	3.087	4.827	7.914
30 anos ou +	103	175	278	106	177	284	210	352	562
Total	4.929	7.129	12.058	5.144	7.118	12.262	10.073	14.247	24.320

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Entre o Censo de 1970 e 1980 constata-se que ocorreu uma elevação de 8% na taxa de frequência escolar entre os jovens de 15 a 29 anos, mas a elevação ocorreu de fato entre as jovens mulheres que ampliaram sua taxa em 17%, enquanto entre os homens jovens a ampliação foi de apenas 1%. Vale dizer que a maior ampliação da taxa de frequência ocorreu entre as mulheres com mais de 29 anos, que ampliaram sua frequência escolar em 29%. Entre a juventude, a faixa etária que mais ampliou a taxa de frequência

foram as pessoas entre 15 e 17 anos, que ampliaram em 17%, com as mulheres desta faixa etária ampliando em 23% na década em questão. A ampliação nesta faixa etária é muito relevante por dois motivos, primeiro por que é a faixa etária com maior número de jovens que frequentam a escola. Estima-se que no Censo de 1970 existia mais de 2,9 milhões de jovens de 15 a 17 anos na escola, ampliando para 4,5 milhões no Censo de 1980; segundo, porque será esta faixa etária a mais atingida por mudanças na vida laboral nas décadas seguintes, ao registrarem constantes reduções na taxa de participação.

Gráfico 26 - Taxa de Frequência escolar - 1970 - 1980 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

A taxa de frequência escolar também expressa a profunda desigualdade racial, o que pode ser verificado no Censo de 1980, com uma desigualdade racial ainda mais contundente que a desigualdade de gênero. Entre os jovens de 15 a 29 anos os não negros possuíam uma taxa de frequência escolar 23% mais elevada que os negros. A faixa etária com maior distância são os jovens de 25 a 29 anos, em que os não negros possuíam uma taxa de frequência 37% maior que os negros desta faixa etária. Mesmo com uma taxa de frequência escolar semelhante entre homens e mulheres jovens de 15 a 17 anos, a desigualdade racial se comporta de forma distinta no transcorrer da vida. Enquanto as jovens não negras possuem uma taxa de frequência em torno de 20% superior que das jovens negras nas três faixas etárias da juventude, entre os homens a desigualdade se amplia de modo bastante acentuado conforme ficam mais velhos, partindo de uma diferença de 30% entre os jovens de 15 a 17 anos em favor dos não negros, chegando a

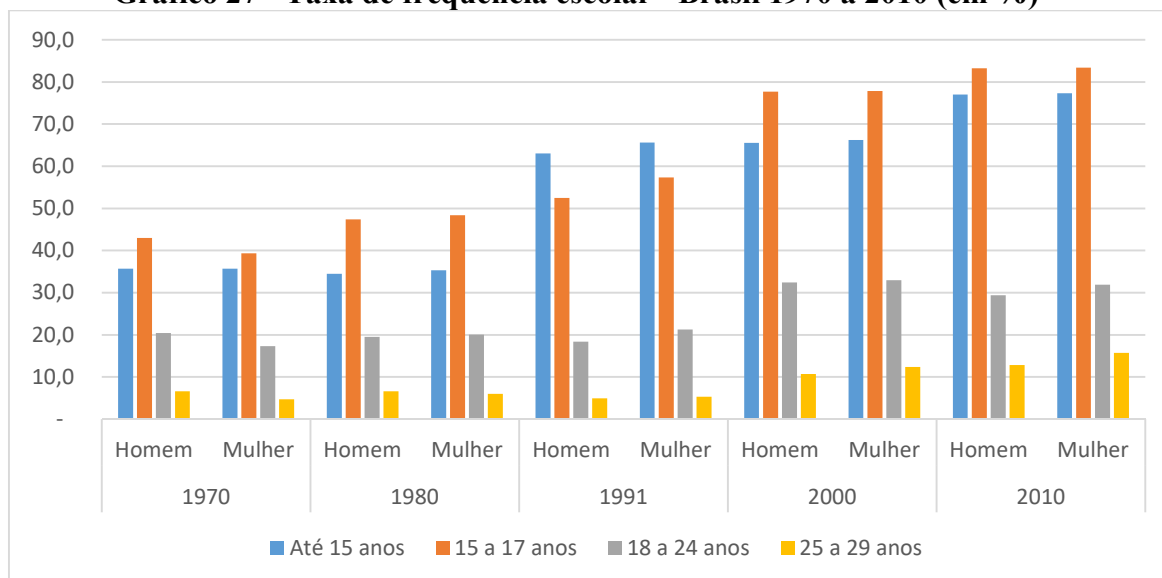
uma diferença de 60% entre os jovens de 25 a 29 anos. Isso equivale a dizer que no Brasil da década de 1970 os negros além de frequentarem menos a escola, também precisavam abandonar mais cedo, seja por não possuírem condições materiais de continuar estudando, seja pela incompatibilidade com suas jornadas de trabalho.

O movimento da ampliação da taxa de frequência escolar também exerceu um importante papel na construção de nexos comunitários nas periferias brasileiras. A pobreza e desigualdade associadas a uma rápida urbanização e a um modelo de desenvolvimento excludente gerou profundas tensões sociais; que foram equacionadas em grande medida pela democratização do acesso à educação, tendo a escola como um *locus* de interação social nas periferias. (CITAR) Entre as décadas de 1970 e 1980 verifica-se salto na taxa de frequência escolar na infância, com uma ampliação de 84% entre as pessoas com até 15 anos. A referida taxa no período partiu de um patamar de 34,9% no Censo de 1980 e atingiu no Censo de 1991, 64,3% entre as pessoas até 15 anos, revelando grandes avanços na universalização do ensino básico da época. Como veremos na próxima seção, na década de 1990 ocorreu a elevação da taxa de escolarização da juventude de todas as faixas etárias. Ainda que em termos relativos a faixa etária que mais ampliou a taxa de frequência escolar foi a de pessoas de 25 a 29 anos, tendo ampliado, entre os Censo de 1991 e 2000, 125%, a ampliação mais relevante foi entre as pessoas de 15 a 17 anos, que partiu de uma taxa no patamar de 54,9% em 1991, para 77,8% em 2000, tendo ampliado 42%. Com isso, constata-se que entre os anos de 1991 e 2000 a taxa de frequência da juventude de 15 a 29 anos ampliou em 58%, enquanto a das crianças até 15 anos ampliou apenas 2%⁵⁷. Em suma, na década de 1980 ocorreu uma expressiva elevação

⁵⁷ A ampliação da escolarização foi relevante na constituição de laços comunitários porque a escola pública é um *locus* de construção de sociabilidade na periferia, contribuindo para: o surgimento de elementos socioculturais que, ainda que não sejam valorizados pelos grandes meios de comunicação ou pelas esferas mais mercantilizadas da vida, permite reconhecimento e valorização de pessoas das comunidades; cria um efeito simbiótico entre o conhecimento formal oferecido pela escola e o saber não formal oferecido por estas comunidades; e permite arranjos comunitários que mitigam os efeitos deletérios da precariedade material e insuficiências de equipamentos públicos, como a inexistência de creches e hospitais. É necessário ressaltar que reconhecer a importância do conhecimento não científico ou formal, não torna o conhecimento científico e formal supérfluo ou substituível. O combate real das desigualdades passa por ofertar, inclusive aos pobres, os conhecimentos socialmente reconhecidos, fornecendo ferramentas para observarem o mundo concreto e disputarem sua interpretação. Segundo Demerval Saviani, no livro *Escola e Democracia*, "O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação". A extrema desigualdade não é produzida pelo sistema de ensino, mas é reproduzida por ele. Constatar que não é a baixa qualidade do ensino público a responsável pela desigualdade e pobreza no país ajuda a desarmar parte dos argumentos privatizantes de setores conservadores, sem retirar da escola sua parcela de responsabilidade na construção de consciências que anseiam por liberdade. Ainda que a escola cumpra seu papel de aparelho ideológico do Estado, a educação pode evidenciar as contradições da sociedade, criar um feixe de luz sobre a alienação imposta pelo trabalho no capitalismo e ajudar a criar os rascunhos de uma sociedade livre da exploração.

da frequência encolar entre as crianças com até 14 anos, mas a elevação substancial da taxa de frequência escolar entre os jovens ocorreu nos anos 2000, como pode ser observado no Gráfico 27.

Gráfico 27 - Taxa de frequência escolar - Brasil 1970 a 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

3.3.4 PEA, Ocupação e Desocupação

A taxa de participação entre os jovens de 15 a 29 anos no Censo de 1970 é muito semelhante à das pessoas com 30 anos ou mais, porém quando observada a taxa de participação a partir de distintas faixas etárias juvenis, constata-se que os jovens de 18 a 24 anos (54,8%) e 25 a 29 anos (58%) possuíam taxas mais elevadas que os adultos com 30 anos ou mais (52,4%), apontando que grande parcela da juventude ingressava no mercado de trabalho durante a adolescência e já estava relativamente bem estabelecida no mercado de trabalho por volta dos 20 anos.

A educação pública não é sistematicamente atacada por obra do acaso, existe, por um lado, um objetivo claro de dizer que as pessoas são pobres por que não têm educação e, por outro, responsabilizar estes jovens por seu fracasso escolar e profissional. Como se não bastasse um mercado de trabalho que impõe a ilusão da meritocracia, os preceitos meritocráticos também são impostos via escolas e igrejas. Caso os jovens filhos de trabalhadores não sejam “bem-sucedidos” em sua trajetória escolar, toda a responsabilidade pelo seu “fracasso” é apenas seu, e não de um sistema educacional que existe para justificar as desigualdades. Como já foi pontuado no Capítulo 2 e em seções anteriores, a prorrogação da escolarização está vinculado ao quão precoce é o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, o que está subordinado ao nível de renda das famílias, ciclos econômicos, tipo de regulação do Estado e capacidade de fiscalização e elementos culturais ligados a ideologia do trabalho, que se alteram entre diferentes classes sociais e momentos históricos. Vejamos o padrão de inserção ocupacional dos jovens no período de vigoroso crescimento econômico e expansão industrial.

É necessário observar o comportamento da PEA, para entender como o período de elevado crescimento econômico influenciou o ingresso de jovens na vida laboral. Nas décadas de 1960 e 1970 a juventude correspondia a quase metade da PEA brasileira, sendo $\frac{1}{4}$ da PEA formada apenas por jovens de 18 a 24 anos, tanto no Censo de 1970 quanto no de 1980.

Tabela 3 - Estimativa do Número de Pessoas na PEA por faixa etária em 1970

Faixa etária	Homem	%	Mulher	%	Total	%
15 a 17 anos	1.930	71,2%	779	28,8%	2.708	8,9%
18 a 24 anos	5.580	74,8%	1.881	25,2%	7.461	24,5%
25 a 29 anos	3.278	80,7%	785	19,3%	4.063	13,4%
15 a 29 anos	10.788	75,8%	3.444	24,2%	14.232	46,8%
30 anos ou +	13.612	84,2%	2.551	15,8%	16.163	53,2%
Total	24.400	80,3%	5.995	19,7%	30.395	100,0%

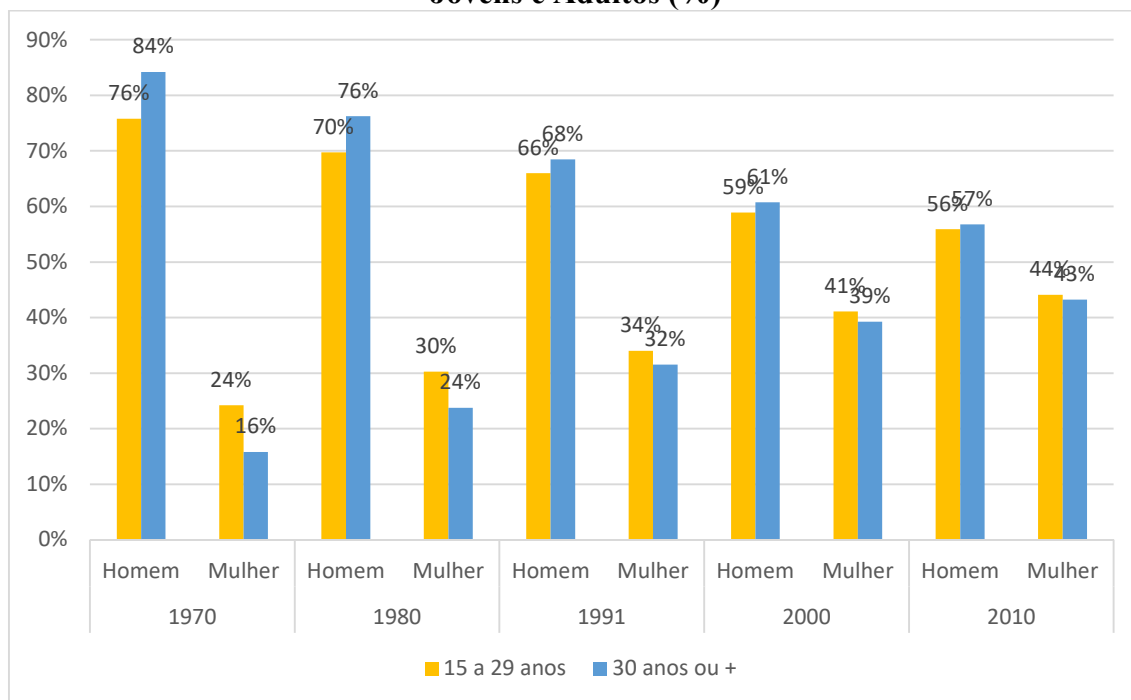
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Ainda que o número de homens e mulheres jovens seja praticamente o mesmo em todas as faixas etárias, nas décadas de 1960 e 1970 as mulheres jovens correspondiam a menos de $\frac{1}{4}$ da quantidade de homens na PEA, o que era expresso por uma taxa de participação muito distante entre homens e mulheres. A taxa de participação da juventude de 15 a 29 anos era de 51,4% no Censo de 1970, mas os homens jovens possuíam uma taxa de 79,2% e as mulheres uma taxa de 24,5%. Dez anos depois os homens jovens mantiveram a mesma taxa de participação (79,1%), mas a taxa de participação das mulheres subiu 10 pontos percentuais, atingindo 33,4% no Censo de 1980.

O que chama atenção é que as trabalhadoras jovens possuíam uma participação 8 pontos percentuais maior que das trabalhadoras com mais de 29 anos, o que antecipou um movimento de redução da desigualdade de gênero nas décadas seguintes. Ocorreu uma considerável redução na distância entre o nível de mulheres e homens que compõe a PEA entre as décadas de 1960 e 2010, puxada sobretudo pela elevação da participação das jovens mulheres. Para evidenciar como as jovens mulheres protagonizaram as mudanças de gênero no mercado de trabalho, pode ser observado que no Censo de 1970 o número de homens jovens era de 3,1 vezes maior que das jovens mulheres, enquanto entre os homens e mulheres com 30 anos ou mais, a diferença era de 5,3 vezes. No Censo seguinte de 1980 o número de homens jovens na PEA já eram apenas 2,3 vezes maior que as jovens mulheres. A desigualdade na taxa de participação de homens e mulheres cai ano a ano até o último Censo analisado, expressando uma redução

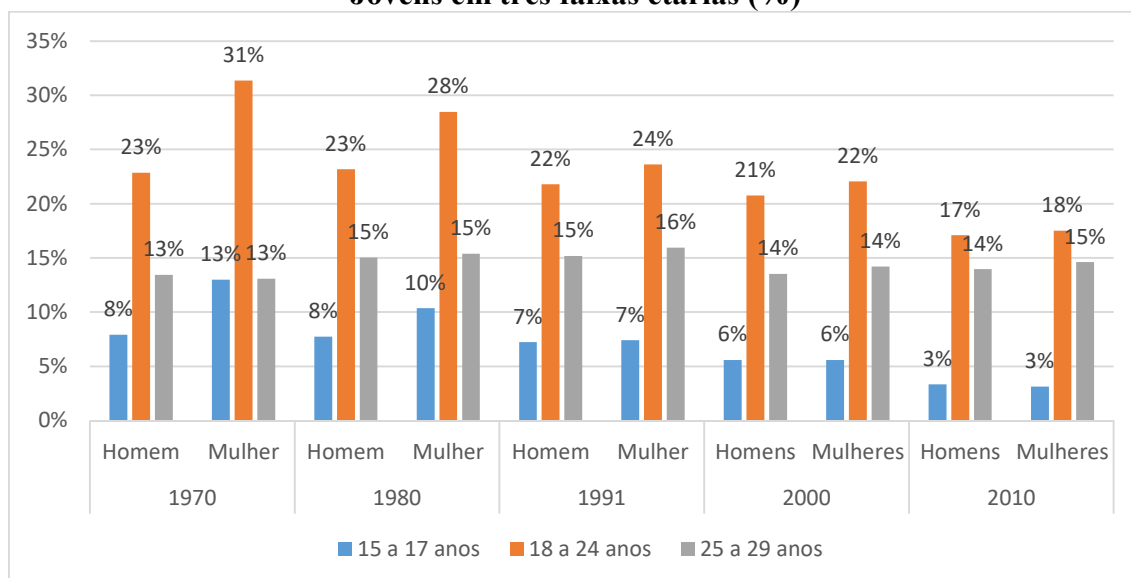
da desigualdade puxado por jovens mulheres. Merece registro também que a proporção de jovens homens e mulheres na PEA é desigual em todas as faixas etárias, mas é menor entre os jovens de 15 a 17 anos e vai crescendo nas faixas etárias subsequentes.

Gráfico 28 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e sexo de 1970 a 2010 – Jovens e Adultos (%)



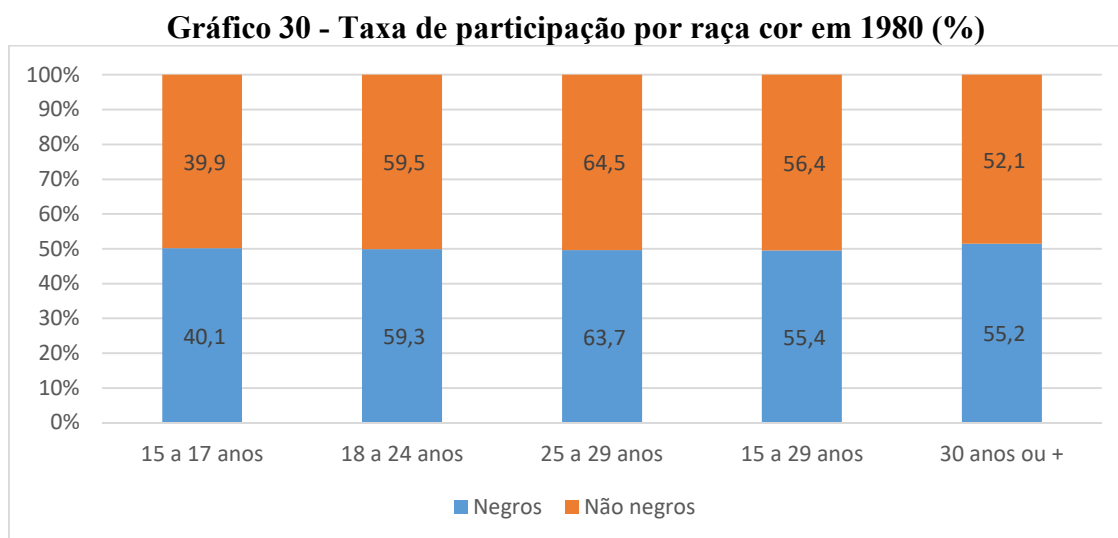
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 29 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e sexo de 1970 a 2010 – Jovens em três faixas etárias (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Ao analisar o tamanho da PEA e o nível da taxa de participação a partir de recortes de faixa etária e raça/cor entre as décadas de 1960 e 1970 no Gráfico 31, constata-se uma menor proporção de negros compondo a PEA em todos os períodos. Diferentemente do que foi verificado na análise por sexo, a desigualdade racial no nível da PEA se comporta de forma mais errática nas décadas analisadas, com a diferença entre jovens negros e não negros atingindo 30% em 1980, cai para 6% em 1991, voltando a subir para 14% em 2000 e em 2010 os negros passam a ser a maioria da PEA entre a juventude. A diferença de raça/cor no nível da PEA é maior entre os adultos que entre os jovens, tornando-se mais pronunciada entre os anos de 1991 e 2000, especialmente porque amplia o número de jovens negros na PEA, o que passa a ocorrer entre os adultos negros em 2010. Porém, como pode ser observado no Gráfico 30, deve ser ressaltado que parte das diferenças entre o tamanho da PEA de negros e não negros se deve a mudanças no volume de pessoas que se declaram negras, o que é expresso por diferenças na taxa de participação menos significativas. Em outras palavras, a menor proporção de jovens negros na PEA ocorre por existir um número menor de pessoas classificadas como negras, e não por existir um número maior de pessoas fora da PEA.

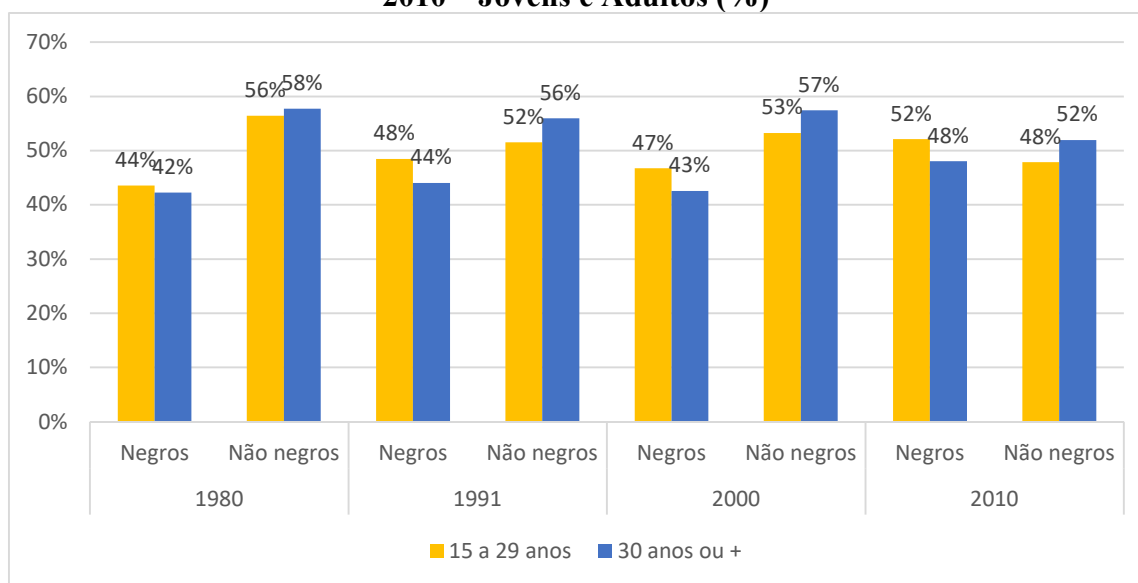


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

No Censo de 1980 a diferença na taxa de participação de jovens Negros e não negros não supera 3 pontos percentuais em nenhuma faixa etária, porém, verifica-se uma

ampliação da taxa de participação dos não negros em relação aos negros entre os anos de 1991 e 2010. Em 1991 os jovens não negros de 15 a 29 anos possuíam uma taxa de participação 1% maior que a dos negros, diferença que cresceu ano a ano, chegando em 2010 em uma diferença de 9%. A mais relevante mudança foi a redução da taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos, que ampliou entre todos os jovens, mas declinou a partir de 1991 de forma mais pronunciada entre os negros.

Gráfico 31 - Proporção de pessoas na PEA por faixa etária e raça/cor de 1970 a 2010 – Jovens e Adultos (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Em 1970 existiam 14,2 milhões de jovens de 15 a 29 anos na PEA, mais da metade, 7,5 milhões possuíam entre os 18 e 24 anos, 7,5 milhões de jovens entre 25 e 29 anos e 2,7 milhões possuíam de 15 a 17 anos. Do total de ocupados no país, 44% possuíam entre 15 e 29 anos e 6% tinham menos de 15 anos, o que significa que o nível da ocupação não era elevado apenas entre os homens jovens, como também entre as crianças. A grande diferença na taxa de participação entre homens e mulheres se expressava de forma contundente no nível de ocupação em 1970, por existir 213% mais homens que mulheres de 15 a 29 anos trabalhando. A discrepância se amplia entre pessoas com 30 anos ou mais, chegando a uma diferença de 434% em favor dos homens.

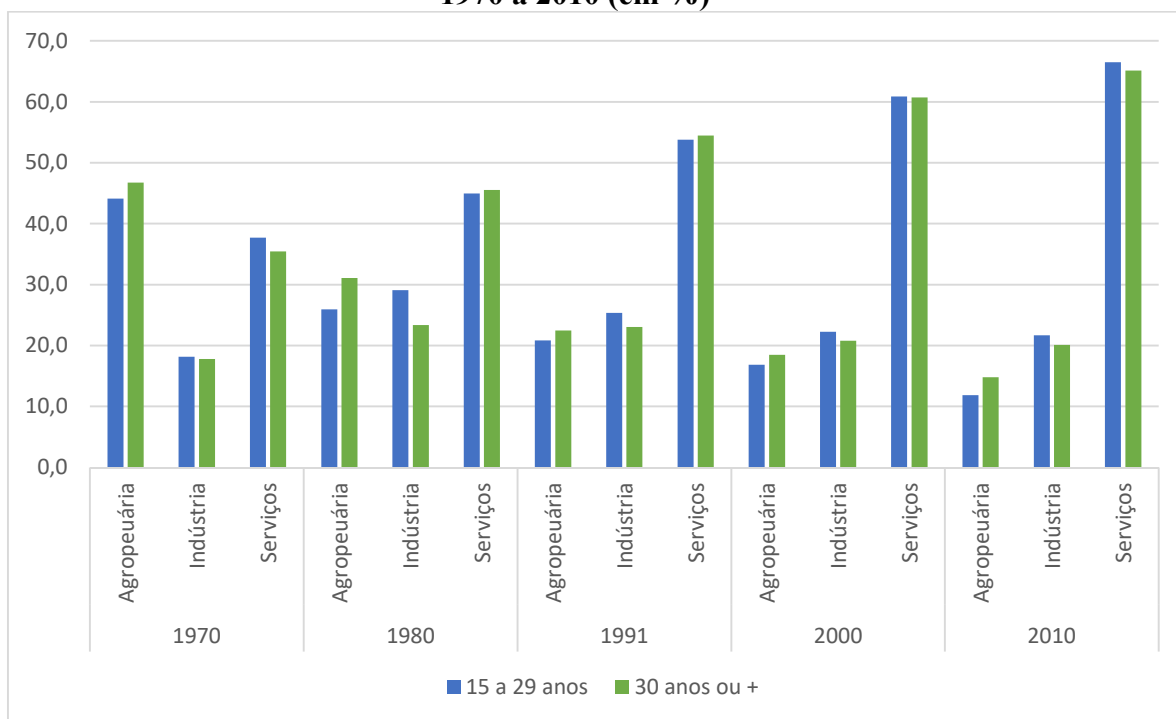
O elevado crescimento econômico, além de gerar mudanças na estrutura produtiva e ocupacional no Brasil, possibilitou baixas taxas de desemprego. Entre os jovens de 15 a 29 anos a taxa média de desemprego era de 3,1%, o que correspondia a

334 mil desempregados. O mais baixo nível de desemprego juvenil estava na faixa etária das pessoas entre 25 e 29 anos em 1,7% e o nível mais elevado era de 4,7% entre os jovens de 15 a 17 anos. A baixa taxa de participação das mulheres nos anos 1960 contribuía para manter a taxa de desocupação das mulheres em níveis ainda mais baixos que a dos homens em todas as faixas etárias. Ainda que a taxa de desemprego dos jovens estivesse em baixos níveis, os jovens ainda tinham um desemprego 3 vezes maior que a dos adultos, posto que a taxa de desemprego das pessoas com 30 anos ou mais era de 1%.

3.3.5 Análise Setorial – 1970 – 2010

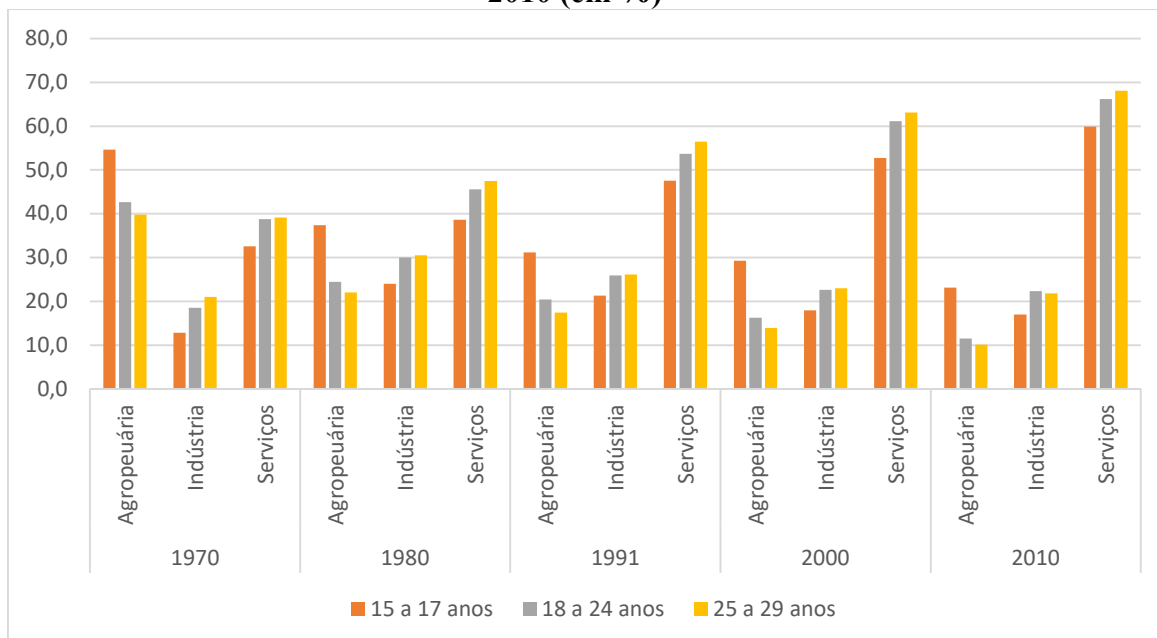
Ao analisar a distribuição da PEA segundo setor de atividade econômica entre 1970 e 2010, é latente o processo de mudança setorial da economia Brasileira. Em 1970 o setor agropecuário era o que empregava a maior parcela da população economicamente ativa, representando 47% da PEA, sendo 44,1% dos jovens de 15 a 29 anos. Dez anos depois o número de pessoas com mais de 29 anos ocupados no setor agropecuário reduziu 33%, já entre os jovens de 15 a 29 anos a redução foi de 41%. Os jovens não só possuíam uma menor participação no setor agropecuário nos anos 1970 e 1980, como também reduziram sua atuação neste setor em taxa mais elevadas que os adultos com 30 anos ou mais. O setor industrial que estava em franca expansão, como já fora apresentado, empregava 18,1% dos jovens e 17,8% das pessoas com mais de 30 anos em 1970. Em uma década de intensa industrialização e urbanização da sociedade brasileira a proporção de jovens no setor industrial amplia 60% e entre os adultos 31% entre os Censos de 1970 e 1980. O dado mais curioso da mudança setorial entre as décadas de 1960 e 1970 é que as mudanças na estrutura produtiva oriundas da intensa industrialização, urbanização e crescimento da economia brasileira foi a ampliação mais pronunciada da parcela da PEA ocupada no setor de serviços, que ocupava, em 1970, 35,7% dos trabalhadores, chegando em 1980 em 44,5% da PEA. Enquanto o setor industrial ampliou em 8,2 pontos percentuais sua importância na PEA, o setor de serviços ampliou em 8,8 pontos percentuais. Assim, constata-se que grande parcela de pessoas ocupadas no setor agropecuário foi transferida de forma proporcional entre o setor de serviços e indústria, mesmo em meio a um processo de intensa industrialização. O que pode explicar a ampliação do setor de serviços foi o já citado crescimento da urbanização brasileira no período.

Gráfico 32 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 33 - Estimativa Jovens ocupados segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

O Censo de 1980 identifica a maior proporção da PEA ocupada no setor industrial, absorvendo um em cada quatro trabalhadores no Brasil. Nos Censos

posteriores a proporção de ocupados no setor industrial cai ano a ano, assim como no setor agropecuário. O objetivo de completar a industrialização e eliminar os gargalos na economia nacional, a fim de buscar superar o subdesenvolvimento, além de criar condições autônomas de promover uma grande oferta de bens industriais, passava por gerar elevados níveis de emprego em setores de alta produtividade, gerando assim um mercado consumidor apto a acessar as mercadorias produzidas internamente. Porém, o Brasil se industrializa sem ser capaz de usufruir dos benefícios que a indústria gerou nos países desenvolvidos, em especial no mercado de trabalho. Isso porque, por um lado, a industrialização em um período ditatorial ampliou a desigualdade de renda, coibiu organização sindical que poderia ter resultado em elevações salariais e, por outro, o Brasil não conseguiu ingressar de forma qualificada na terceira revolução tecnológica.

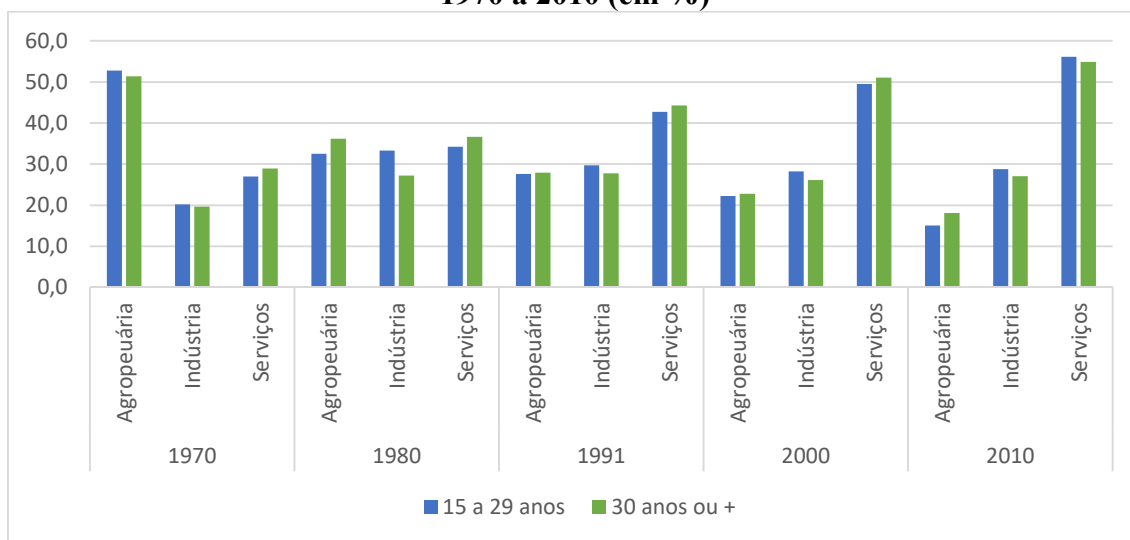
O setor industrial emprega uma proporção cada vez menor da força de trabalho chegando em 2010 no nível mais baixo entre os Censos de 1980 e 2010. Em todo o período analisado os jovens representavam uma proporção maior que os adultos com 30 anos ou mais no setor industrial, o que aponta que a mudança na estrutura produtiva no Brasil impactou sobretudo os jovens. O setor de serviços que já era o que absorvia a maior parcela da população em 1980, era em 1991 o setor onde se encontrava mais da metade da força de trabalho no Brasil, chegando em 2010 com dois terços dos trabalhadores brasileiros. Com isso, constata-se que o declínio do setor industrial e ampliação do setor de serviços atingiu sobretudo os jovens, por serem a maioria em ambos os setores⁵⁸.

⁵⁸ A fim de identificar como a industrialização impactou de forma distinta países com trajetórias semelhantes no final da década de 1970, Coutinho (1999, p.) destaca que a Coreia se industrializou a partir de ações do Estado e de investimentos de empresas nacionais, promovendo em conjunto a industrialização com a redução da desigualdade social, elevando a qualidade educacional do país, criando infraestruturas sociais e promoção da reforma agrária.

Já o Brasil se industrializou com base no Capital externo, mantendo a elevada concentração de renda e fundiária e sem eliminar o analfabetismo. O sistema empresarial constituído no Brasil contou com: empresas estrangeiras protagonizando a indústria complexa; as empresas nacionais suprindo a oferta de peças, matérias-primas e commodities semi-processadas; e as empresas estatais gerindo as indústrias intensivas em capital e com altos ganhos de escala. O modelo industrial implementado no Brasil, além de ter sido implementado tardiamente em um período de mudança de padrão de acumulação capitalista, também foi implementado a partir de arranjos econômicos e institucionais que impossibilitaram o país a se estabelecer na terceira revolução tecnológica e industrial. O Brasil e a América Latina foram negativamente impactados pela dinâmica econômica dos anos 1980, os principais motivos segundo Coutinho (1999) foram: A crise da dívida deflagrada pela elevação dos Juros no EUA; a desorganização das finanças pública; dificuldade em exportar, que impediu o Brasil de continuar progredindo do ponto de vista tecnológico; e a disputa desigual com os EUA.

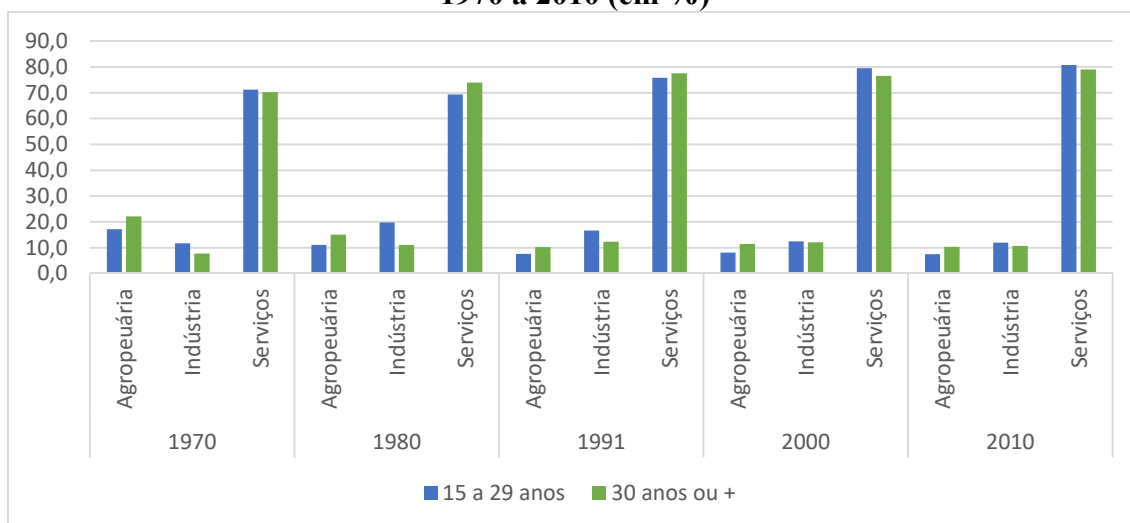
Na Década de 1980, a Coreia reforça sua posição enquanto nação industrializada, consolidando seus grupos econômicos, o que possibilitou o salto da Segunda para a Terceira revolução tecnológico/Industrial. Constrói um complexo eletrônico absorvendo o acúmulo de P&D do Japão, o que permitiu aos grupos

Gráfico 34 - Estimativa de homens ocupados, segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 35 - Estimativa de mulheres ocupadas segundo setor de atividade Brasil 1970 a 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Um dado bastante relevante da distribuição da PEA nos setores econômicos é a desigualdade setorial entre homens e mulheres. O Gráfico 34 e Gráfico 35 evidenciam

coreanos uma inserção qualificada nas cadeias globais de valor, a partir de tecnologias desenvolvidas no próprio país. O Brasil, ao enfrentar as crises do Petróleo e a redução de liquidez internacional, assume uma postura defensiva que o impediu de promover as inovações necessárias à entrada no novo paradigma tecnológico, o que contribuiu para o aprofundamento do problema fiscal e de balança de pagamentos. A instabilidade política, a hiperinflação e a caminhada em direção ao consenso de Washington levaram aos retrocessos econômicos e sociais da década de 1990.

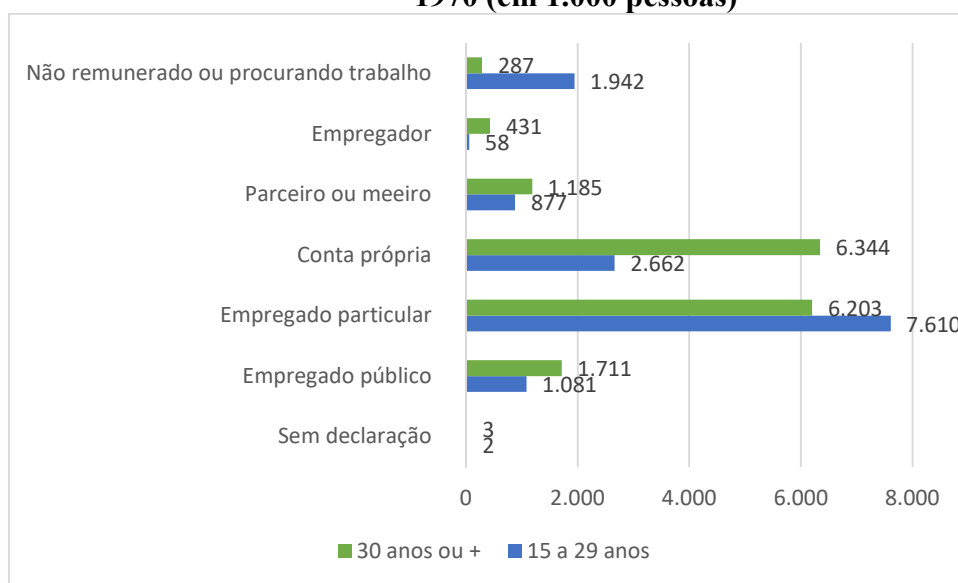
como inserção ocupacional das jovens mulheres foi pouco influenciada pela industrialização, posto que desde 1970 mais de 71% das jovens mulheres estiveram em ocupações no setor de serviços, nível que cresceu década a década, chegando em 2010 a 80,7% das mulheres entre 15 e 29 anos neste setor. No mesmo período a taxa de participação no mercado de trabalho das jovens mulheres ampliou de 24,5% em 1970, para 55,9 em 2010, o que corresponde a uma elevação de 128% na taxa de participação das pessoas ente 15 e 29 anos entre 1970 e 2010. Ainda assim, do ponto de vista da distribuição entre os setores da economia, as mulheres se mantiveram majoritariamente ocupadas no setor de serviços durante todo o período. Vale destacar que entre as mulheres, as que possuíam entre 15 e 29 anos eram maioria no setor industrial em todos os Censos analisados, setor este que oferta postos de trabalho com maior probabilidade de progressão profissional e maiores salários, porém, dado que entre 1970 e 2010 a proporção de mulheres no setor industrial nunca chegou a 20% - estando a maior parte do tempo abaixo de 13%. Ser maioria no setor industrial gerou poucos efeitos sobre a inserção das jovens mulheres no mercado de trabalho. Conclui-se assim que o período de elevado crescimento foi relevante para a escolarização e ingresso das Jovens mulheres no mercado de trabalho, mas, do ponto de vista material, o que gerou alterações substanciais na inserção destas na vida laboral, foi o processo de intensa urbanização que ocorreu na segunda metade do século XX, gerando a demanda por serviços nas cidades.

3.3.6 Posição na ocupação

Como pode ser observado no Gráfico 36, ao analisar as estimativas de ocupação segundo posição da ocupação no Brasil no Censo de 1970, constata-se que 7,6 milhões de jovens de 15 a 29 anos eram empregados do setor privado, o que corresponde a 53% dos jovens na PEA. Este volume de jovens no setor privado supera em 23% o número de adultos, já que estes eram 6,2 milhões. Em 1970 os adultos eram mais numerosos entre os trabalhadores por conta própria, com 6,3 milhões de pessoas, superando em 38% o número de jovens. No Censo analisado 19% dos jovens na PEA eram conta própria, 14% eram não remunerados ou procurando trabalho e 8% empregados do setor público. O volume de jovens e adultos nas posições de ocupação “conta própria” e “empregado particular” expressam uma peculiar característica do mercado de trabalho na década de 1960, dado que existiam 65% menos jovens na posição “conta própria” que “empregado particular”, enquanto entre as pessoas com mais de 29 anos o número de

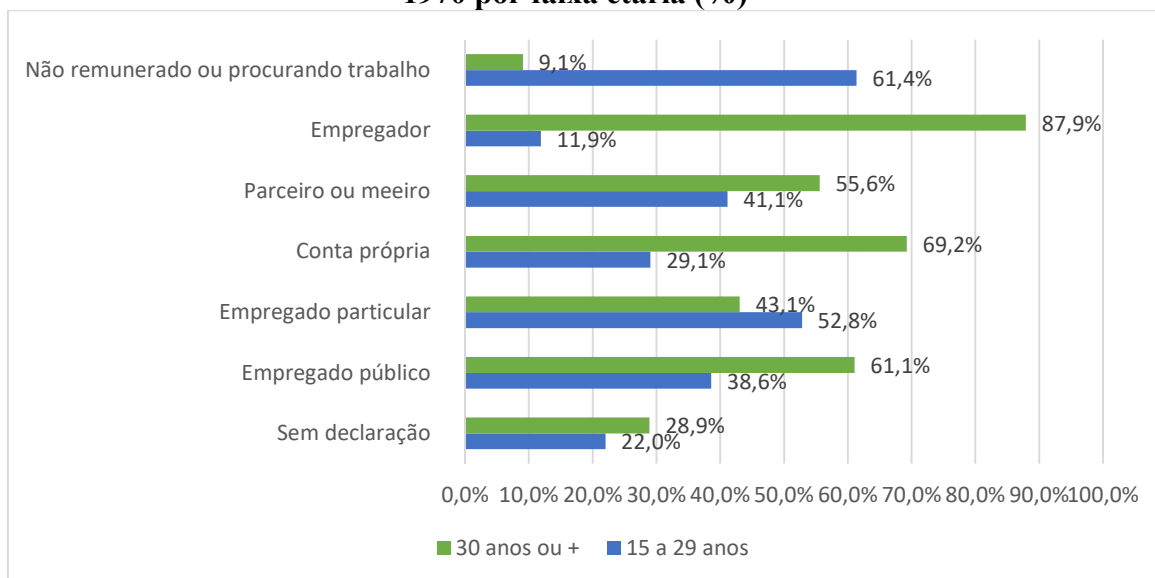
trabalhadores nestas duas posições de ocupação eram praticamente o mesmo. O período de crescimento econômico permitiu que os jovens acessassem ocupações mais protegidas, com melhores salários e com maior probabilidade de mobilidade social e regional. Os adultos também foram impactados com a industrialização e com o crescimento econômico, mas grande parte destes ainda estavam vinculados a atividades não asseguradas pela legislação trabalhista, o que gera um grande volume de trabalhadores recebendo abaixo do mínimo, a exemplo do setor agrícola.

Gráfico 36 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1970 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 37 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1970 por faixa etária (%)



Nota: A Soma de todas as faixas etárias corresponde a 100%, como o presente gráfico não traz a posição na ocupação das pessoas com menos de 15 anos, a soma dos jovens a adultos não corresponde a todos os indivíduos na força de trabalho no ano analisado.

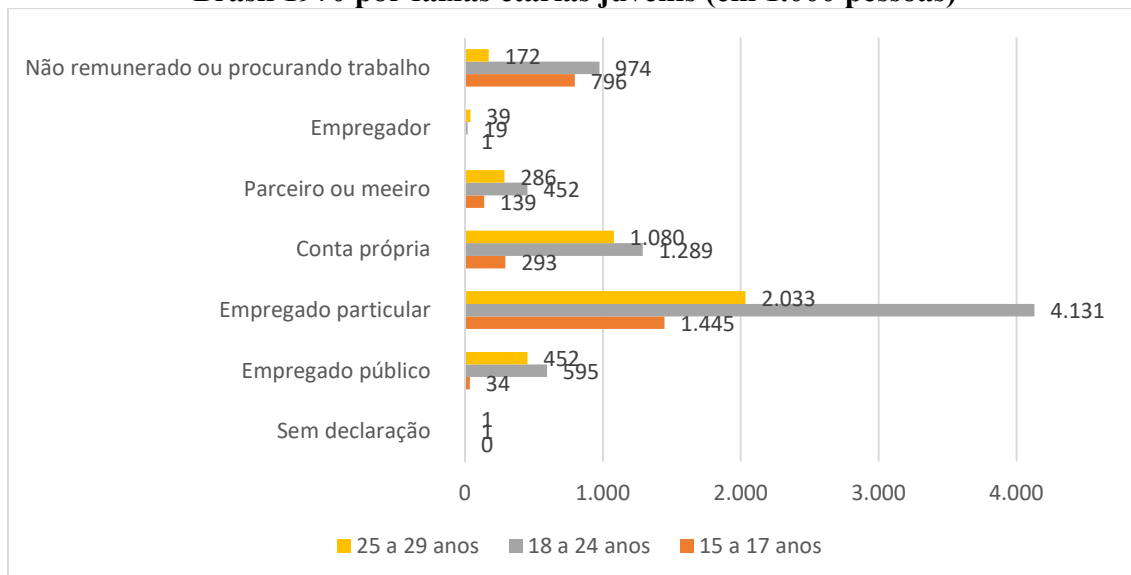
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Constata-se que mais da metade dos jovens nas três faixas etárias eram empregados do setor privado, mas como os jovens de 18 a 24 anos são mais numerosos, estes sozinhos correspondiam a 54% dos jovens nesta posição. Chama atenção o elevado volume de pessoas não remuneradas ou procurando ocupação entre os 15 e 17 anos. Em 1970 existia 1,4 milhões de homens jovens de 15 a 24 anos na posição de ocupação “Não remunerado ou procurando trabalho”, o que correspondia a 59% dos homens nesta posição de ocupação. Já entre as mulheres na mesma faixa etária nesta posição eram 325 mil, ou seja, menos de $\frac{1}{4}$ da quantidade de homens. Ainda que este dado some duas posições que deveriam ser analisadas em separado, desempregados e sem remuneração, o grande volume desta posição em um período com baixo desemprego⁵⁹, aponta para o elevado volume de trabalho não remunerado exercido pelos jovens, seja exercendo atividades domésticas de reprodução, seja trabalhando sem remuneração para outros membros da família. Esta conclusão pode também estar amparada na elevada proporção de trabalhadores classificados como conta própria (28,1%), ou seja, o grande volume de trabalhadores por conta própria estava relacionado com o grande volume de jovens e crianças trabalhando sem remuneração, para contribuir nos empreendimentos familiares.

⁵⁹ Segundo o Censo de 1970 o desemprego entre os jovens de 15 a 17 anos era de 4,7%.

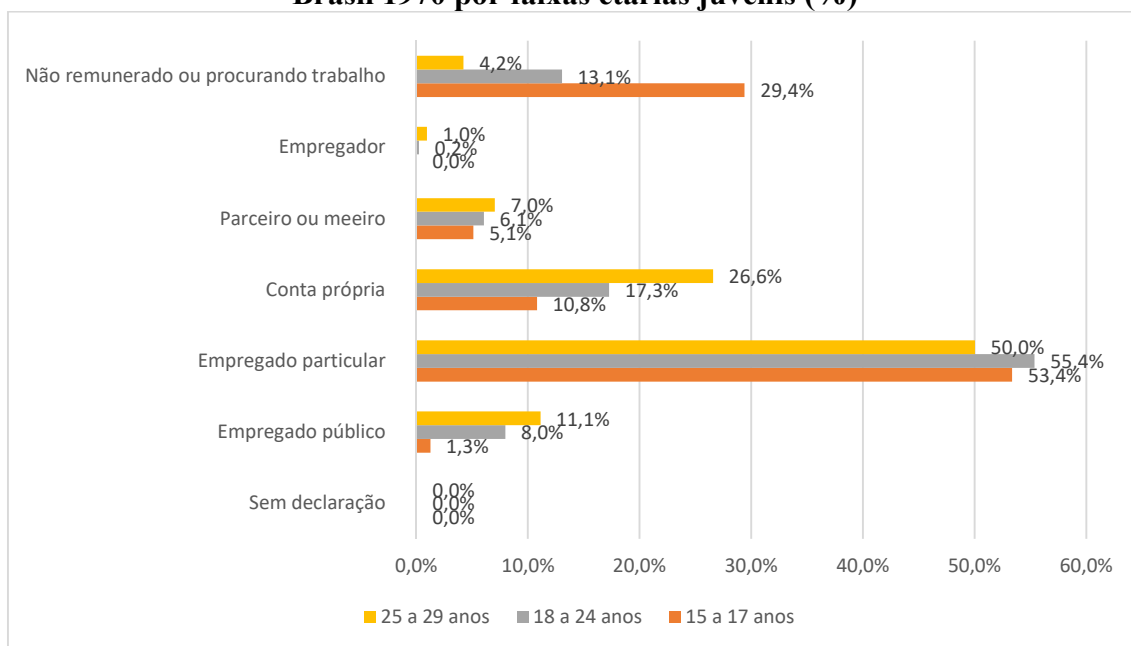
Complementarmente pode ser observado que as faixas etárias mais baixas possuem mais trabalhadores não remunerados, enquanto as faixas etárias mais elevadas possuem mais trabalhadores por conta própria.

Gráfico 38 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 39 - - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis (%)

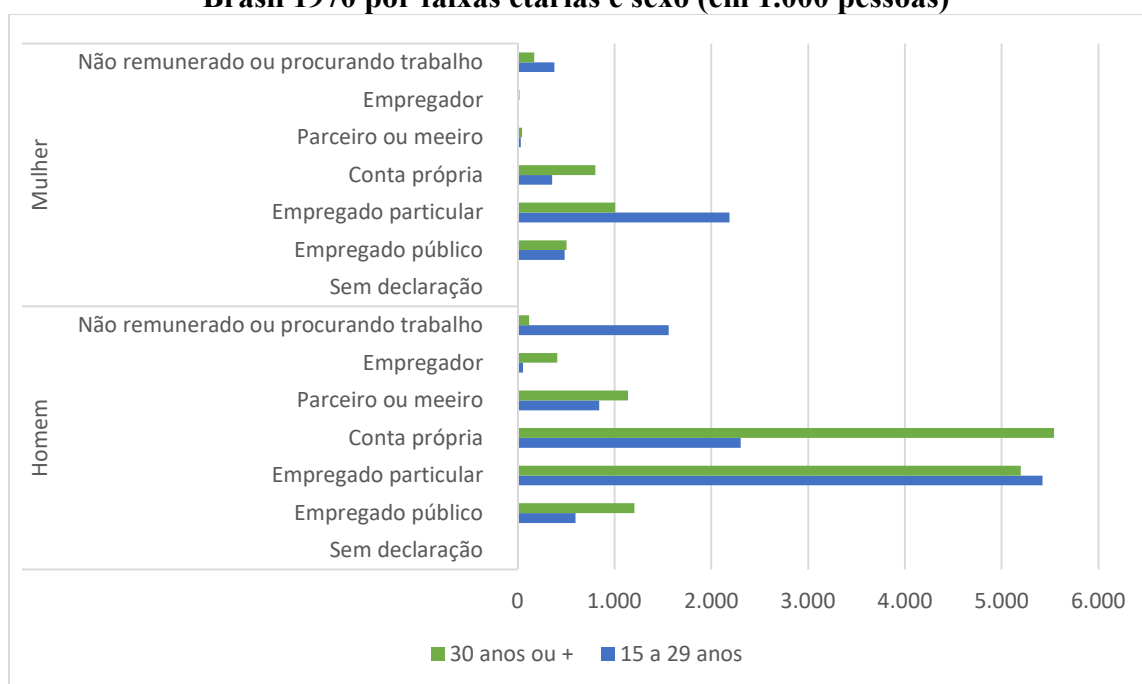


Nota: Neste gráfico a soma de todas as posições na ocupação corresponde a 100% por faixa etária. Optou-se por esta exposição para identificar o peso de cada posição entre os jovens trabalhadores.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

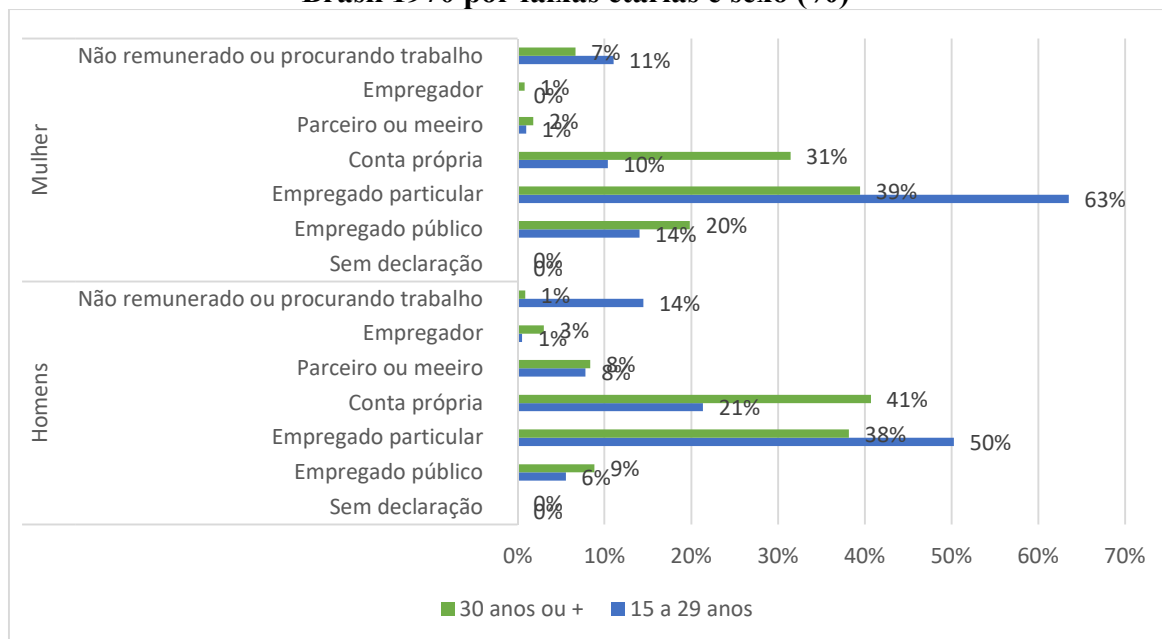
Como pode ser observado nos Gráfico 40, além de existirem grandes desigualdades no nível entre homens e mulheres na PEA, também existia diferenças de gênero na posição da ocupação. Entre as jovens mulheres, 63% era empregada no setor privado, 14% no setor público e 10,4% eram conta própria. Já entre os homens jovens 50,3% trabalhavam no setor privado, 21,4% eram conta própria e apenas 5,5% estavam ocupados no setor público.

Gráfico 40 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias e sexo (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 41 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias e sexo (%)



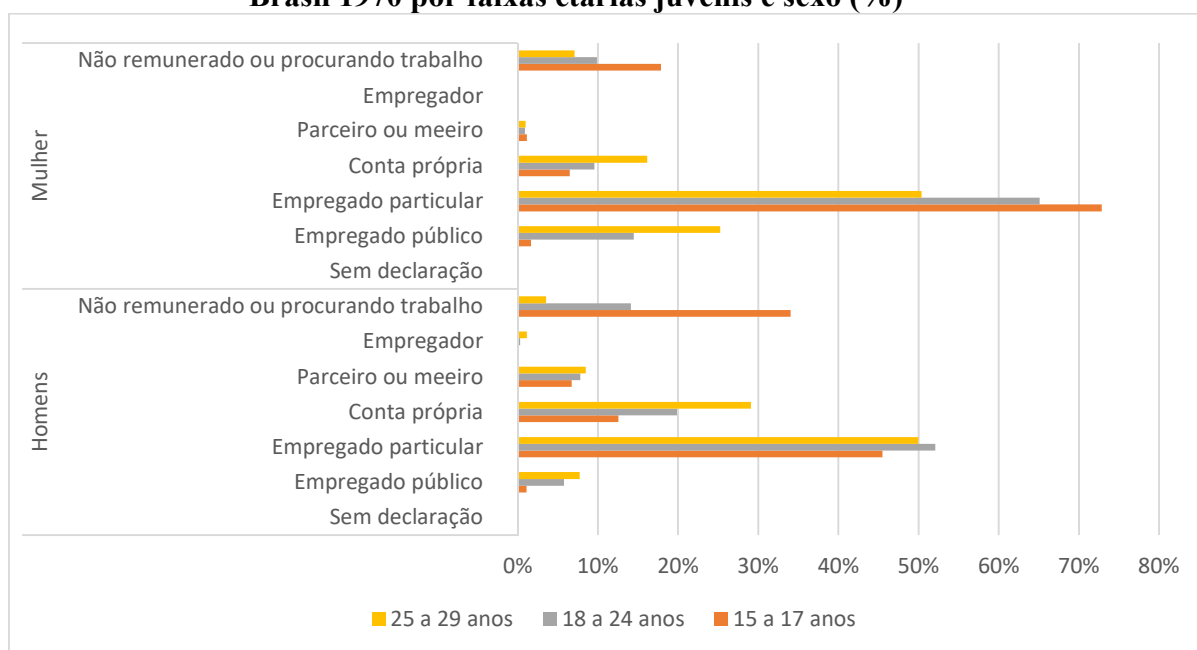
Nota: A soma de todas as posições nas ocupações por sexo totaliza 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Ainda que em números absolutos os homens jovens superassem em 114 mil o número de mulheres em empregos públicos, em termos relativos apenas 6% dos homens jovens estavam nesta posição na ocupação, enquanto as mulheres representavam 14%. Outro dado que aponta para a distorção por gênero é a proporção de 21% dos homens jovens em ocupações por conta própria, enquanto o nível de mulheres jovens era de apenas 10%; o que reflete em um nível menor de homens jovens ocupados no setor privado, já que são 50%, enquanto as mulheres são 39%. Um outro dado contundente é que 73% das mulheres de 15 a 17 anos eram empregadas no setor privado, enquanto entre os homens esta faixa etária a proporção era de 45%. Já entre os não remunerados ou procurando emprego, as mulheres nesta faixa etária eram 18% e os homens eram 34%, dados que expõem os efeitos do precoce ingresso no mercado de trabalho. Os Censos posteriores registraram uma redução no nível de participação dos jovens de 15 a 17 anos, o que impactará a elevação da escolarização no Brasil. A pressão para que os homens jovens ingressem mais cedo no mercado de trabalho, além de manter elevados níveis de participação, também os obriga a aceitarem ocupações mais precárias e com baixa remuneração. As mulheres eram incentivadas a permanecer apenas no trabalho de reprodução, o que não é contabilizado adequadamente nas estatísticas oficiais. Por este

motivo, as mulheres que são contabilizadas na PEA⁶⁰, constam nos dados de posição na ocupação em ocupações menos precárias que os homens jovens, sobretudo, por serem menos compelidas ao ingresso urgente no mercado de trabalho, o que não significa que as jovens mulheres que não estavam no mercado de trabalho não estavam efetivamente trabalhando.

Gráfico 42 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 1970 por faixas etárias juvenis e sexo (%)



Nota: A soma de todas as posições nas ocupações por sexo totaliza 100%

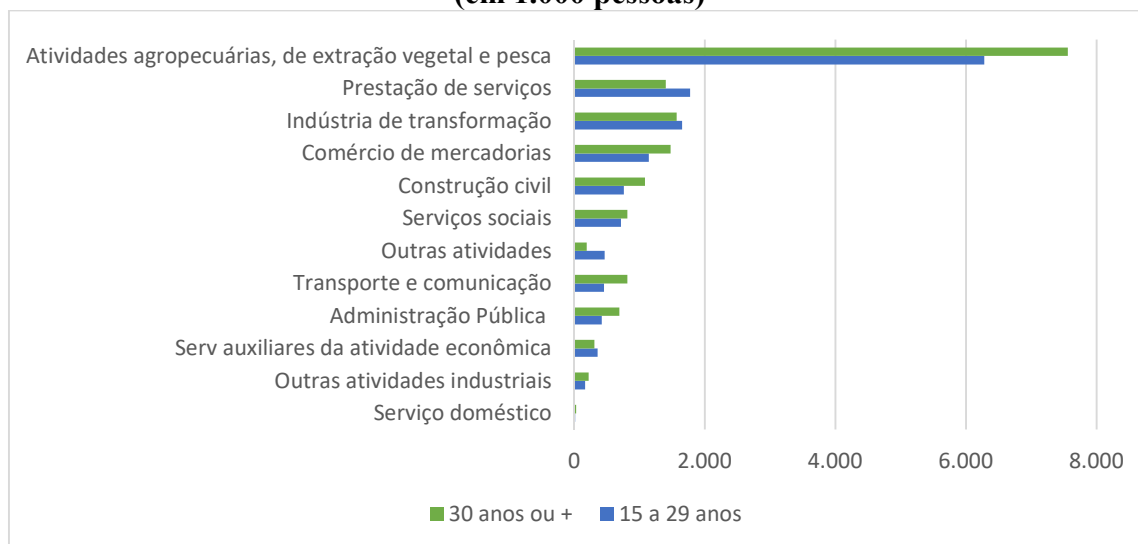
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

3.3.7 Ocupação por setor de atividade Censo de 1970

Ao analisar a distribuição dos ocupados por setor de atividade nos Gráfico 43, constata-se que 6,2 milhões de jovens, o que corresponde a 44% das pessoas de 15 a 29 anos em 1970 estavam ocupadas no setor de atividades “agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, proporção menor que a dos 47% de adultos, que correspondiam a 7,6 milhões de pessoas com mais de 29 anos. Os outros setores de atividade com maior número de ocupados eram indústria de transformação e comércio de mercadorias. Em ambos setores a juventude era maioria, o que era expresso pela proporção de 12% dos jovens em cada um destes setores. Nos setores de “Comércio de Mercadoria”,

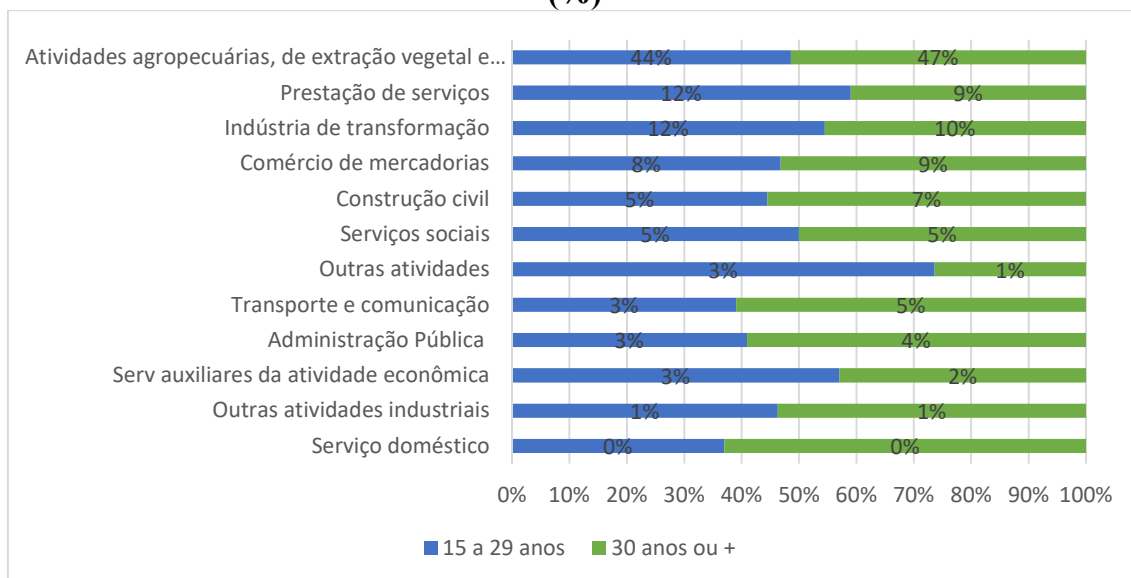
“Construção Civil” e “Serviços sociais”, existia uma proporção maior de adultos, porém, estes também contavam com uma expressiva participação de jovens, posto que a soma nestes três setores de atividade empregava $\frac{1}{4}$ dos jovens trabalhadores em 1970. Ou seja, dos cinco setores de atividade econômica com maior número de jovens, o primeiro e mais expressivo estava no setor agrícola, o segundo e quarto estavam no setor de serviços e o terceiro e quinto eram do setor industrial. Como veremos, na década seguinte as atividades do setor industrial e de serviços cresceram de forma proporcional, enquanto reduziram expressivamente os trabalhadores jovens em atividades no setor agrícola.

**Gráfico 43 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade em 1970
(em 1.000 pessoas)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 44 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade em 1970 (%)



Nota: A soma de todos os setores de atividade por faixa etária totaliza 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Para compreender a profundidade das mudanças no mercado de trabalho brasileiro é necessário observar não apenas a distribuição dos setores de atividade, como também o nível médio de rendimentos destes setores, a fim de verificar como a industrialização ampliou a renda média das famílias, mas também as obrigou a demandar um maior número de mercadorias para prover a subsistência na cidade. O setor de atividades “agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, responsável por ocupar a maior parte da população brasileira - 44% dos jovens e 47% dos adultos (Gráfico 44) – era o setor com menores remunerações, pagando aos jovens 44% do salário médio de 1970 e 62% aos adultos, como pode ser observado no Gráfico 45⁶¹. Além deste setor possuir uma baixa média salarial, o salário dos jovens era 36% menor que dos adultos. A desigualdade de gênero é ainda mais expressiva, uma vez que enquanto os homens jovens recebiam 40% do salário médio, as mulheres jovens recebiam 26%. A elevada proporção de trabalhadores em um setor de atividade com salários tão baixos era determinante na manutenção da pobreza das famílias, o que, associado com a instabilidade de rendimentos dos setores agrícolas e com a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho,

⁶¹ O salário mínimo em 1970 correspondia segundo IBGE (<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/rendimentos-e-precos/tabelas-de-rendimentos>) a Cr\$ 187,20, que fora estabelecido pelo Decreto nº 66523, de 1970. Se os salários forem analisados em proporção do salário mínimo de 1970, o setor de atividades “agropecuárias, de extração vegetal e pesca” pagava aos jovens 54% dos salários mínimo e 85% aos adultos.

obrigava que os homens ingressassem muito cedo na vida laboral, a fim de contribuir na composição da renda familiar. Não à toa a taxa de participação dos jovens entre 15 e 29 anos em 1970 era de 79,2% entre os homens, enquanto a das mulheres na mesma faixa etária era de 24,5%. Vale destacar que a baixa renda das famílias era responsável pela elevada participação não apenas entre os jovens, como também entre as crianças.

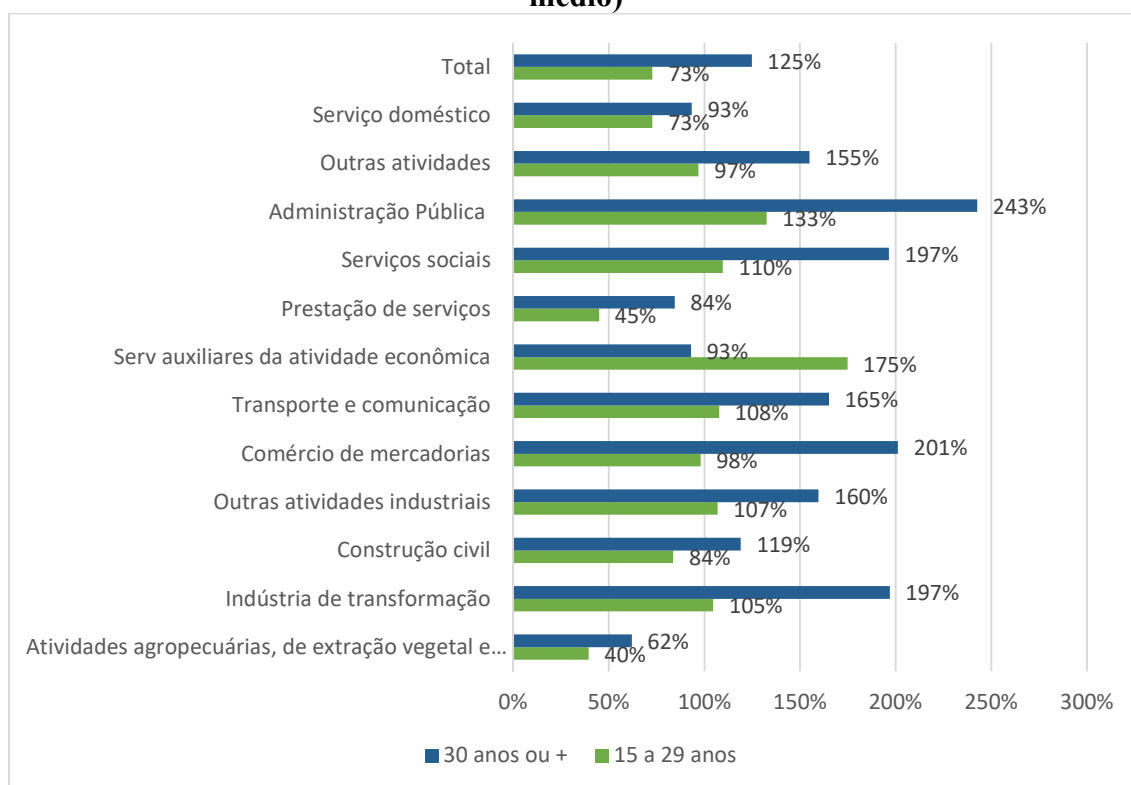
Dos setores de atividades de serviços, os que ocupavam o maior número de jovens eram “Prestação de serviços” e “comércio de mercadorias”; estes pagavam aos jovens respectivamente 45% e 98% do salário médio de 1970⁶². Estes setores de atividade correspondiam também aos setores com maiores desigualdades de remuneração entre jovens e adultos, com os jovens recebendo 47% menos no setor de “prestação de serviços” e 51% menos que os adultos no setor de “Comércio de mercadorias”. A terceira atividade do setor de serviços que mais empregava trabalhadores jovens era “serviços sociais” que correspondiam a ocupações que demandavam escassas qualificações em 1970, como serviços médicos, odontológicos e educacionais. O setor de “serviços da atividade econômica” era o único setor em que os jovens recebiam mais que os adultos, e correspondiam a atividades que contribuíram para a polarização do mercado de trabalho durante a ditadura. Este setor abrangia “técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas”, e congregam atividades que foram mais demandadas a partir da industrialização, o que contribuiu para a expressiva elevação salarial neste setor durante a expansão industrial.

O setor de serviços já congregava uma diversidade muito grande das ocupações, estando contido neste setor atividades com elevada e baixa produtividade, diversidade também expressa no amplo leque salarial. Como já fora apresentado, existem ocupações neste setor que cresceram como reflexo da intensa industrialização, existem atividades que se modificaram em função da urbanização, mas este setor também congrega atividades que mantem sua participação, ou até ampliam, em período de baixo dinamismo econômico, como “serviços domésticos” e “prestação de serviços”. O setor “prestação de serviços” figura como a segunda atividade que mais empregava jovens em 1970, sendo também a segunda atividade com piores salários médios, perdendo apenas para o declinante setor agrícola.

⁶² Se for considerado os salários como proporção do salário mínimo de 1970, o setor “Prestação de serviços” pagava aos jovens 62% e “comércio de mercadorias” pagava 135% do salário mínimo da época.

O setor industrial ocupava 18,2% dos jovens de 15 a 29 anos em 1970 e dentre as cinco atividades que mais empregava jovens dois eram da indústria, quais sejam: “indústria de transformação” e “construção civil”. Estes setores de atividade possuíam níveis salariais e características de ocupação bastante distintos entre si. A indústria de transformação estava entre os setores com maior nível de remuneração entre os adultos, mas não entre os jovens, pagava aos jovens 105% do salário médio em 1970 e 197% aos trabalhadores com mais de 29 anos de idade, o que significava que os jovens recebiam 47% menos que os adultos. Já o setor da “construção civil” pagava aos jovens 84% do salário médio e aos adultos 119%. Este setor fora bastante impactado pelo processo de urbanização e industrialização, absorvendo grande parcela dos trabalhadores que migraram do campo para as cidades. A grande polarização salarial e de conteúdo do trabalho na construção civil congregava ocupações de elevada e baixa qualificação, o que restringe a possibilidade de progressão profissional, mas expressava menores diferenças salariais entre jovens e adultos.

Gráfico 45 - Rendimento médio segundo setor de atividade (Proporção do salário médio)



Nota: O gráfico acima traz a proporção dos salários por setor de atividade e faixa etária em relação ao salário médio de 1970, a fim de permitir comparabilidade entre os períodos e mudanças na estrutura salarial de cada período. Para estes cálculos foi assumido como salário médio em 1970 o valor de Cr\$ 258. A comparação com o salário médio servirá apenas como referência para comparação entre os setores (análise ordinal), não tendo como objetivo identificar o poder de compra dos trabalhadores de cada setor.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

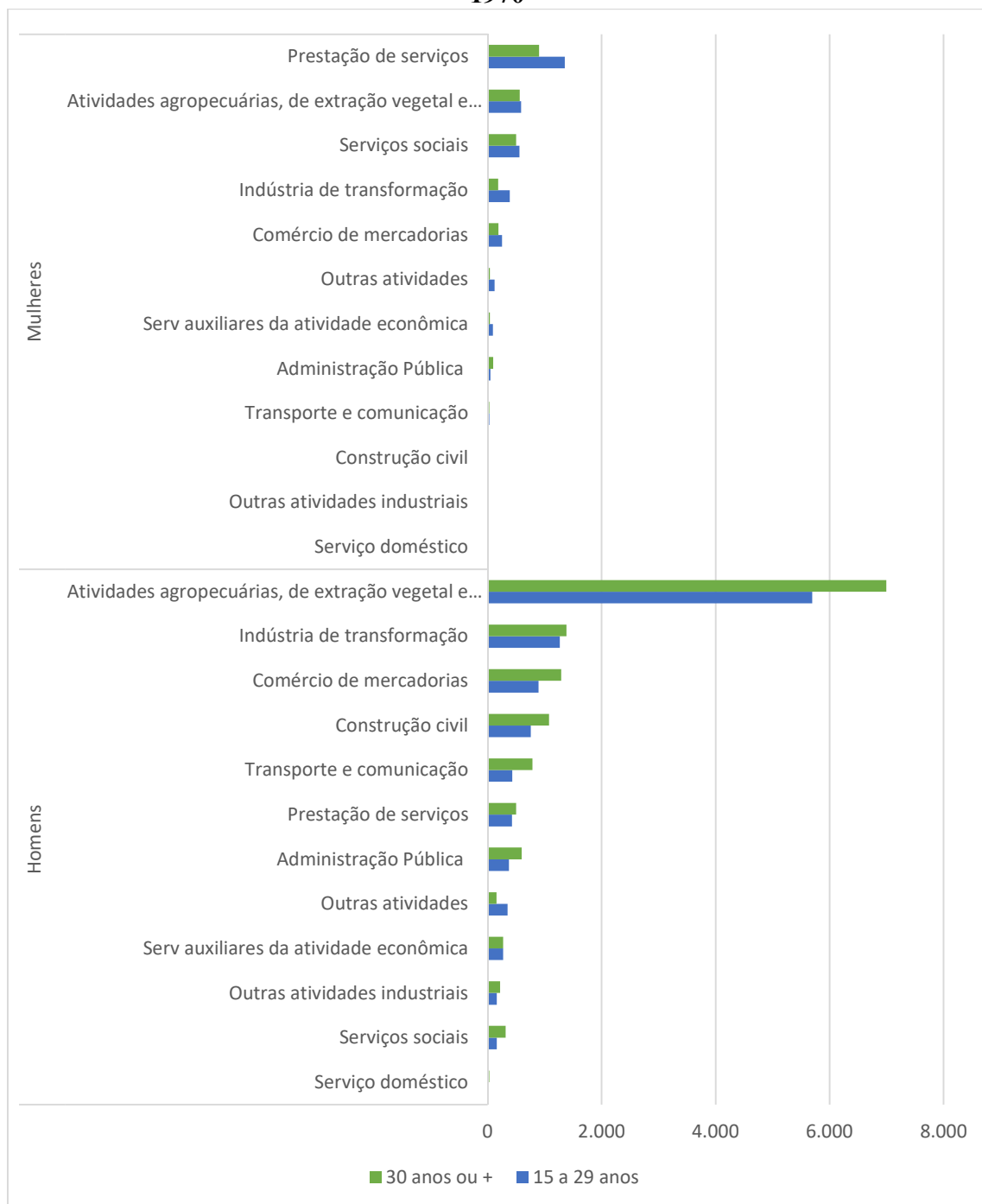
A análise do setor de atividade segundo sexo e faixa etária aponta para um mercado de trabalho que, além de expressar uma baixa participação de mulheres, estabelece ocupações típicas para cada sexo, tendo em vista as distribuições distintas entre homens e mulheres entre os setores de atividade. O setor de ocupação que mais absorvia mulheres em 1970 era o de “Prestação de serviços”, que agregava 1,3 milhões de mulheres de 15 a 29 anos, o que correspondia a 39% das mulheres jovens na PEA. Este setor tão expressivo entre as mulheres, ocupava apenas a sexta colocação entre os setores mais relevantes entre os homens jovens. Este setor, que absorvia uma parcela tão expressiva da juventude, remunerava as mulheres com uma média salarial 69% inferior aos salários dos homens, o que provocava um desestímulo ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho e evidenciava a heterogeneidade nos vínculos existentes em um único setor de atividade.

Entre as mulheres os outros principais setores de atividades eram: “agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, “serviços sociais” e “indústria de transformação”, atividades responsáveis por ocupar respectivamente 17%, 16% e 11% das mulheres de 15 a 29 anos. Estes setores de atividade pagavam respectivamente as jovens mulheres 26%, 97% e 74% do salário médio de 1970, enquanto aos homens jovens eram pagos salários significativamente maiores. Seguindo a mesma ordem, eram pagos aos homens jovens 40%, 154% e 114% do salário médio do ano em questão.

Já entre os homens o setor disparadamente mais expressivo é o de Atividades “agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, responsável por absorver 53% dos jovens em 1970. Apenas este setor de atividade representava em número de trabalhadores jovens 1,6 vezes o total de mulheres jovens na PEA, o que correspondia 5,6 milhões de pessoas. Em seguida vinham os setores de “Indústria de transformação”, “comércio de mercadoria” e “construção Civil”, setores que somados representavam 27% dos homens jovens na população ativa. Os setores de atividade “comércio de mercadoria” e “construção Civil” pagavam salários médios aos homens entre 15 e 29 anos 105% e 83% do salário médio em 1970, respectivamente. Já para as jovens mulheres destes setores eram pagos 73% e 121% do salário médio, na mesma ordem. O que chama atenção é que no setor de “Comércio de Mercadoria”, as jovens mulheres tendem a ocupar os mesmos empregos que os homens jovens, recebendo 31% menos. Porém, as peculiaridades do setor de construção civil em uma sociedade com grande divisão sexual do trabalho, só

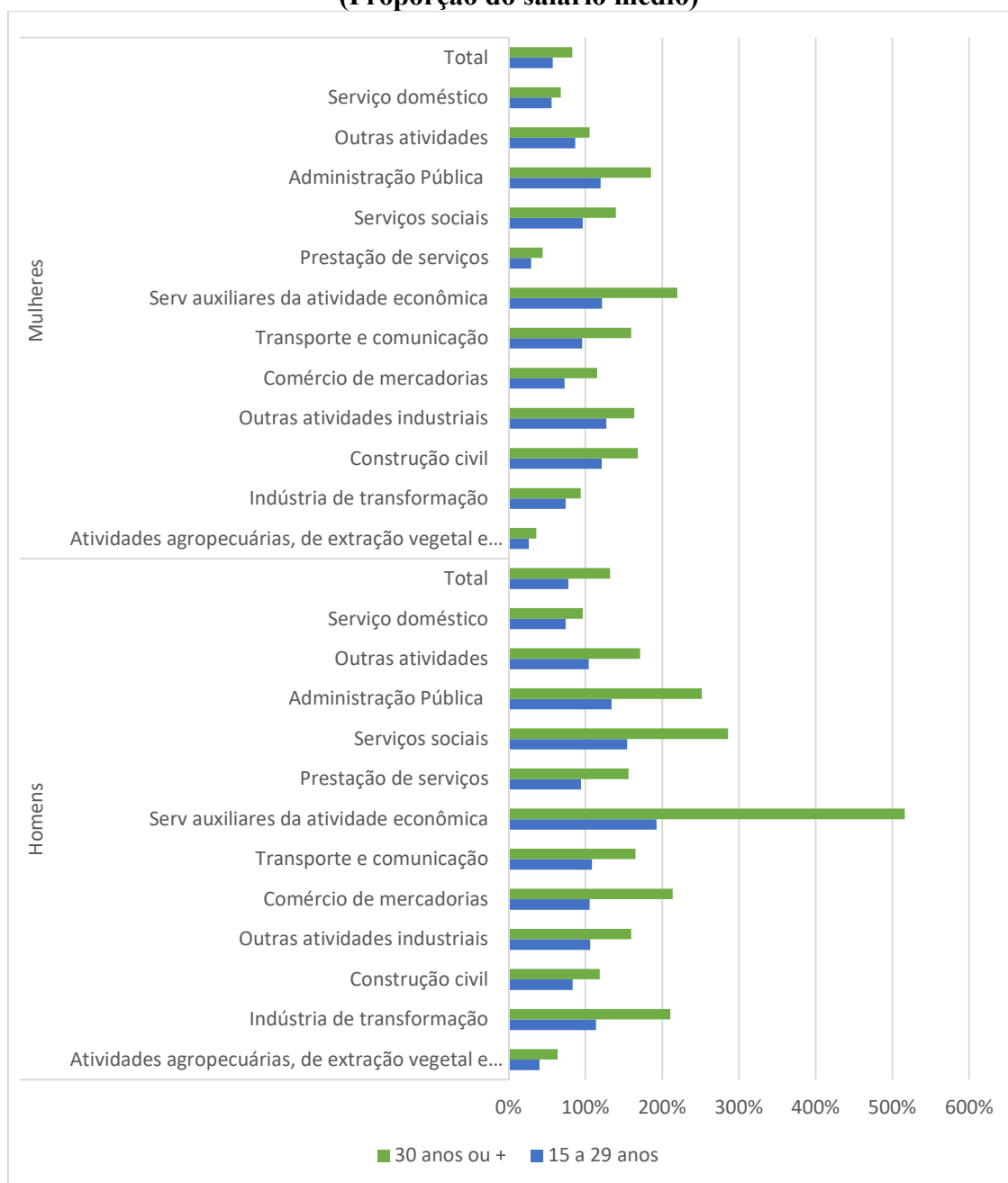
permite mulheres neste setor em cargos de maior qualificação, o que resulta em um dos únicos dois setores de atividade em que as jovens mulheres recebem mais que os homens. Porém, nos dois casos em questão, construção civil e outras atividades industriais, as jovens mulheres representavam respectivamente apenas 1% e 4,2% dos trabalhadores de 15 a 29 anos. A elevada desigualdade salarial no setor de construção civil expressa a elevada polarização neste setor de atividade.

Gráfico 46 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1970



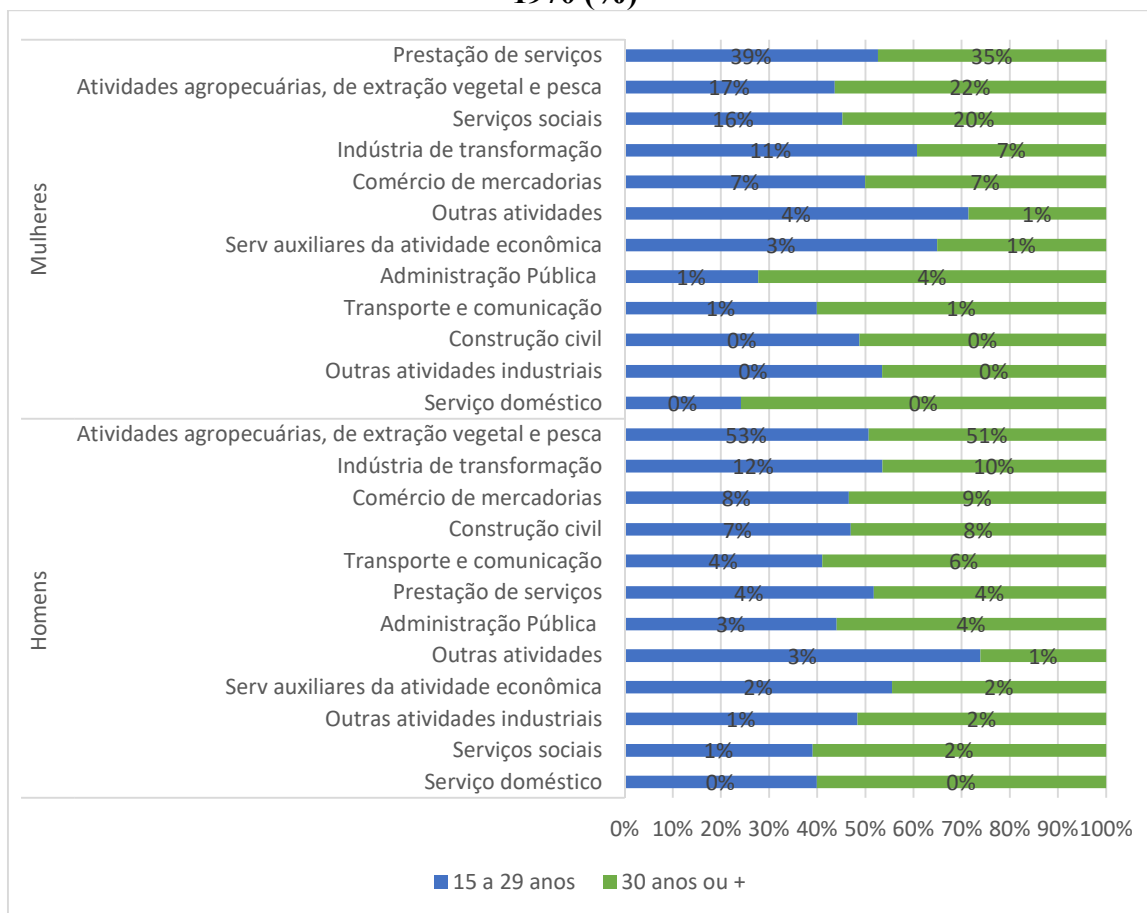
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

**Gráfico 47 - Rendimento médio segundo setor de atividade, sexo e faixa etária
(Proporção do salário médio)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 48 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1970 (%)



Nota: A soma de todos os setores de atividade por faixa etária totaliza 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

3.3.8 Ocupação por setor de atividade Censo 1980

Entre os anos 1960 e os anos 1970 o Brasil acelerou seu processo de industrialização, resultando no período de maior crescimento econômico de sua história ao registrar uma média de 11% de crescimento ao ano entre 1968 e 1974 durante o “Milagre econômico” e uma média de 6,6% ao ano entre 1975 e 1980 durante o II Plano Nacional de desenvolvimento (IIPND) (COUTINHO, 1999). Os dados de 1980 evidenciam expressivas mudanças no mercado de trabalho, oriundas da transformação da estrutura produtiva.

Os dados de 1980 evidenciam mudanças setoriais na economia brasileira, provenientes da expansão da indústria e do crescimento médio anual de 8,7% na década de 1970. A força de trabalho entre os anos de 1970 e 1980 registra uma elevação de 31%,

o que corresponde a uma PEA, em 1980, de 42,1 milhões de trabalhadores, formada 49% por pessoas com 30 anos ou mais e 46% por jovens entre 15 e 29 anos. Em apenas 10 anos o número de mulheres no mercado de trabalho cresce 79%, sendo uma ampliação de 72% entre as mulheres de 15 a 29 anos. O crescimento dos homens também foi expressivo, 25% entre os jovens e 16% entre os adultos, mas ainda muito inferior ao das mulheres em termos relativos.

Em 1980 o setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” continuou sendo o mais representativo, apesar de ter reduzido sua participação proporcional. Entre 1970 e 1980 ocorreu uma redução de 20% entre os jovens e 14% entre os adultos neste setor de atividade, mas continuava empregando 30% da força de trabalho no Brasil. Em 1980 um a cada quatro jovens entre 15 e 29 anos estava ocupado no setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, enquanto entre os adultos eram quase um em cada três trabalhadores. A mudança na estrutura ocupacional em 1980 evidencia a saída dos jovens do campo em busca de melhores oportunidades de emprego nas cidades. Os dados sugerem que a medida que os jovens trabalhadores adquiriam mais autonomia, deixavam a casa dos pais em busca de emprego nas cidades. No Censo analisado, verifica-se uma participação no setor agrícola maior entre jovens de até 17 anos, e vai reduzindo entre as faixas etárias posteriores. Entre as pessoas com menos de 15 anos a participação neste setor é de 59%, reduzindo para 37% entre os jovens de 15 a 17 anos, 24% entre os de 18 a 24 anos, chegando no piso de 22% entre os com idade entre 25 e 29 anos. O setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” refluíu em números de ocupados, mas continuou pagando os piores salários, que correspondiam a 40% do salário de 1980⁶³, sendo 42% aos homens entre 15 e 29 anos e 25% às mulheres desta faixa etária.

O segundo setor que mais empregava jovens em 1980 era a “indústria de transformação”, que empregava 3,8 milhões de jovens, o que correspondia a 20% das pessoas entre 15 e 29 anos na PEA. O setor de atividade “indústria de transformação” passou a empregar 133% a mais de trabalhadores jovens entre 1970 e 1980, já os trabalhadores adultos ampliaram apenas 84%, o que tornou este setor de atividade proporcionalmente mais jovem, levando os trabalhadores jovens a representarem 56% dos ocupados neste setor de atividade. Entre as mulheres jovens a ampliação foi ainda

⁶³ A análise do Censo de 1980 foi identificado como como salário médio o valor de Cr\$ 11.506,00. Já o salário mínimo estabelecido pelo Decreto nº 85310, de 1980 era de Cr\$ 5.788,81.

mais significativa, chegando a 183%. Uma vez que a “indústria de transformação” passou a empregar mais trabalhadores, *pari passu* à perda de importância em números de empregos do setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, a inserção laboral dos jovens foi afetada por dois fatores em especial: Primeiro porque o setor industrial ofertava ocupações com maior possibilidade de progressão profissional; segundo, porque a indústria de transformação possuía uma média salarial 104% maior que o setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”. Deve ser destacado que entre os jovens com 25 a 29 anos, a diferença do salário médio entre os dois setores chegava a 129%.

O terceiro setor que mais empregava jovens em 1980 era o de “comércio de mercadorias”, empregando 4 milhões de pessoas, sendo 49% jovens entre 15 e 29 anos e 47% pessoas com 30 anos ou mais. Que pese que este setor expandiu o número de contratações apenas 50%, crescimento 60 pontos percentuais inferior a “indústria de transformação”, entre os jovens este setor cresceu 74%, o que contribuiu para que subisse do quarto para o terceiro lugar no ranking de setores que mais emprega jovens entre 1970 e 1980. O setor de atividade “comércio de mercadorias”, que também cresceu a partir da redução da participação do setor agropecuário na PEA, representa um ganho salarial por pagar aos jovens 75% do salário médio de 1980, nível 86% superior que o setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”.

O setor “prestação de serviços” cai entre 1970 e 1980 do segundo setor de atividade com maior número de jovens para o quarto, tendo mantido em números absolutos uma quantidade de jovens relativamente estável. No período em questão verifica-se um crescimento de 9% no número de pessoas entre 15 e 29 anos, ainda que entre os adultos tenha crescido 76%. A redução entre os jovens se dá especialmente pela redução da participação de pessoas até 17 anos neste setor de atividade, reduzindo 37% entre as pessoas entre 15 e 17 anos e 47% entre pessoas com menos de 15 anos.

A manutenção do número médio de jovens empregados neste setor camufla o comportamento antagônico entre os gêneros entre 1970 e 1980. Enquanto entre os homens jovens verifica-se uma elevação de 211% no setor de “prestação de serviços”, entre as mulheres da mesma idade verifica-se uma redução de 55% - isso sem falar que entre as mulheres jovens de 15 a 17 anos a redução chegou a 82%. Este setor de atividade pagava aos jovens de 15 a 29 anos, 78% do salário médio de 1980, sendo 88% aos homens jovens e 57% às mulheres jovens. Este setor que ampliou apenas 9% o número de

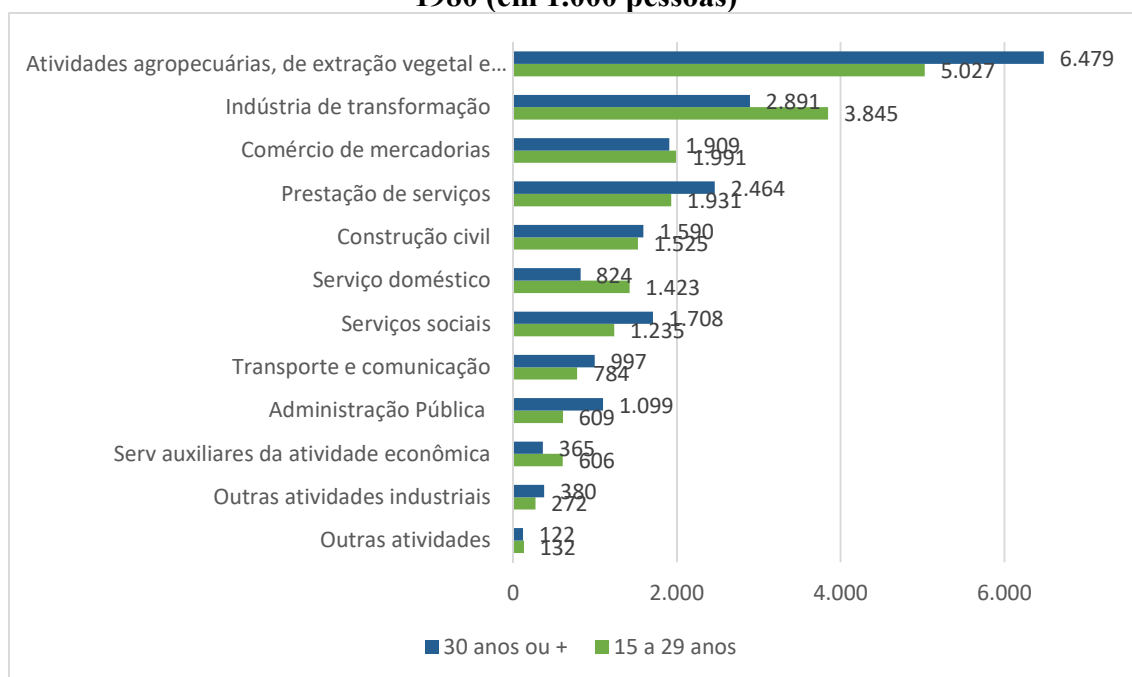
trabalhadores jovens entre 1970 e 1980, no mesmo período ampliou 74% dos salários dos jovens em proporção do salário médio. Vale destacar que ampliaram sua participação no setor tiveram uma redução salarial em termos do salário médio em 7%, enquanto as jovens mulheres ampliaram em 94% seu nível salarial.

O setor da “construção civil” se mantém como quinto setor com maior número de jovens em 1980, empregando 3,1 milhões de pessoas, sendo 48% jovens e 50% adultos. Ainda que os adultos continuem com maioria, verifica-se um crescimento proporcional de jovens neste setor, tendo em vista que em 1970 existiam 29% menos jovens que adultos, diferença que cai para 4% em 1980. Neste período o número de jovens na construção civil ampliou 100%, sendo 97% entre os homens entre 15 e 29 anos e 395% entre as mulheres da mesma idade. Ainda assim as mulheres continuaram com uma participação inexpressiva, por representar apenas 1,2% dos trabalhadores neste setor de atividades. Um elemento a ser destacado é que a faixa etária que mais ampliou sua participação no setor de “construção civil entre 1970 e 1980 foi a dos jovens entre 15 e 17 anos, que ampliou em 173%, efeito do processo de urbanização e baixa necessidades de qualificação na base da pirâmide salarial. Em 1980 o setor em questão pagava aos jovens 67% do salário médio e aos adultos 101%. Pelos motivos já citados, neste setor as mulheres continuam recebendo mais que os homens, com as jovens mulheres recebendo 89% do salário médio e os homens jovens 67%.

Aqui merece destaque o sexto setor com maior número de jovens, setor de serviços domésticos”. Este setor salta do último lugar em 1970, empregando menos de 16 mil pessoas de 15 a 29 anos, e chega em 1980 empregando 1,4 milhões de jovens, o que representou uma ampliação em 86 vezes no número de ocupados jovens, sendo que destes, as jovens mulheres representavam 96% e os homens jovens apenas 4%. O que pode ser constatado é que grande parte da elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho na década de 1970 se deve a ampliação do trabalho no setor de “serviços domésticos”, que empregava 23% das mulheres jovens entre 15 e 29 anos. Ainda que possa existir alguma incongruência na classificação do trabalho doméstico entre a década analisada, o dado converge com o processo de urbanização e êxodo rural. A vida nas cidades demandava acesso a um maior volume de bens mercantilizados a fim de garantir sua reprodução, o que compeliu um número maior de mulheres e jovens para o mercado de trabalho. Em um momento de pujante crescimento econômico os homens jovens com baixa qualificação conseguiam ocupação na construção civil e as mulheres

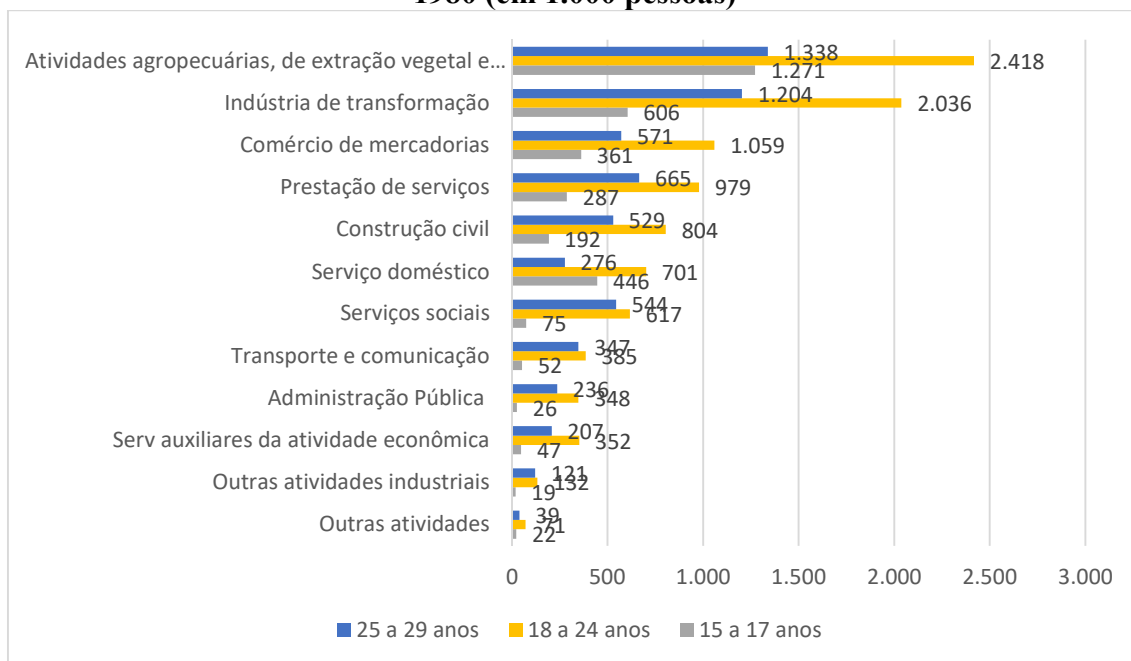
no trabalho doméstico. Este dado expressa como a expansão do capitalismo subdesenvolvido ocorre de forma não contraditória ocupações com elevada e baixa produtividade. O setor de “serviços domésticos” que pagava em 1970 salários 84% superiores que o setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, chega em 1980 pagando 43% menos, registrando um salário 77% inferior que o salário médio de 1980 e 54% inferior ao salário mínimo do mesmo ano.

Gráfico 49 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 1980 (em 1.000 pessoas)



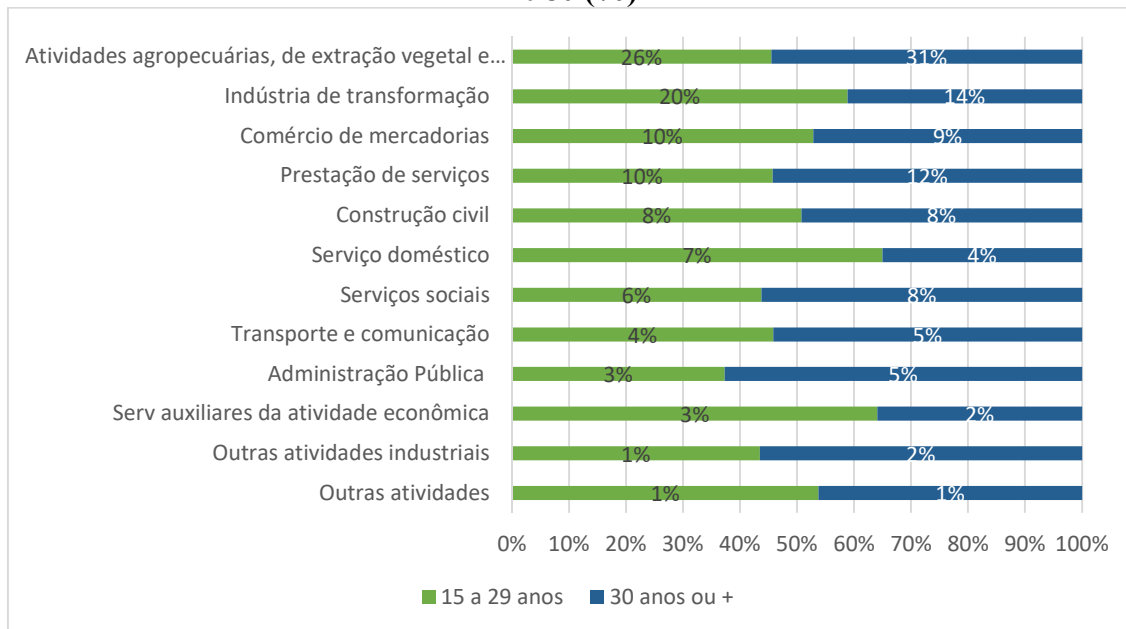
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 50 - Estimativa das jovens ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 1980 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

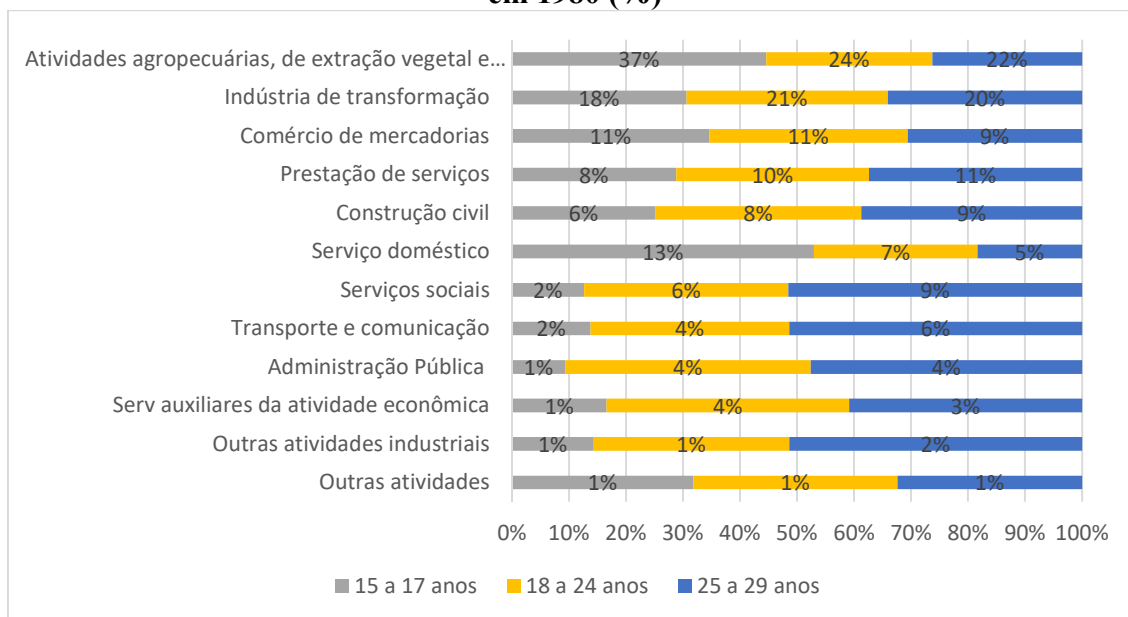
Gráfico 51 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade e sexo em 1980 (%)



Nota: A soma de todas os setores de atividade por faixa etária totaliza 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 52 - - Estimativa das Jovens ocupados segundo setor de atividade e sexo em 1980 (%)



Nota: A soma de todas os setores de atividade por faixa etária totaliza 100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Conclusões capítulo 3

Em meados do século XX foi ensaiada no Brasil uma ruptura com a trajetória de desigualdade e pobreza, tentativa que fora frustrada pelo Golpe Militar sustentado pela ampliação da heterogeneidade estrutural e a subordinada inserção do país no comércio internacional. O dilema enfrentado pelo Brasil nos anos 1960 foi: construir um processo de desenvolvimento capitalista assentado em bases mais civilizadas, com o Estado atenuando as tensões sociais e reduzindo a desigualdade e a pobreza; ou escolher um desenvolvimento conservador, que promoveria o crescimento econômico preservando a estrutura social excludente. O Golpe Militar impôs pela força a segunda opção.

Durante os anos de 1960 e 1970 o Brasil experimentou taxas de crescimento econômico semelhante ao dos países do capitalismo desenvolvido durante os “trinta gloriosos”, mas continuou distante da construção de um estado de bem-estar social que suplantasse a heterogeneidade social. O crescimento econômico durante a ditadura militar não foi capaz de romper com as heranças deixadas pela escravidão e pelo período colonial, aproveitando as distorções sociais para produzir um tipo de modernização econômica que agia em simbiose com a pobreza criada pelo próprio sistema, reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho e elevando o poder de compra de camadas

médias. Os cinquenta anos de industrialização ampliou a produtividade e as margens de lucros, mas utilizou a violência de Estado para que as organizações dos trabalhadores não reivindicassem parcelas maiores dos ganhos de produtividade.

Mesmo com limites, no período desenvolvimentista ocorreram transformações no mercado de trabalho e na estrutura produtiva e social, dadas as elevadas taxas de crescimento econômico. O modelo de industrialização aqui implementado e a rápida urbanização transformou um país majoritariamente rural em urbano em apenas três décadas, ainda assim, sem superar o subdesenvolvimento ou suplantar as profundas desigualdades sociais e regionais.

As mudanças do período desenvolvimentista impactaram fortemente o mercado de trabalho brasileiro, gerando uma grande perda de importância do setor agrícola e expansão do setor industrial e de serviços. Os setores com maioria de jovens foram mais afetados, dada a expansão de ocupações urbana e/ou que demandavam maior nível educacional. Dos 5 setores de atividade que mais empregava pessoas entre 15 e 29 anos nas décadas de 1960 e 1970, o primeiro em ambas as décadas era do setor primário, os outros eram dois do setor secundário e dois do setor terciário, com o setor industrial ganhando maior importância nos anos 1970.

Na década de 1970 verifica-se um grande aumento na taxa de frequência escolar entre as pessoas entre 15 e 17 anos, com uma ampliação proporcionalmente maior entre as jovens mulheres. Porém, a elevada taxa de participação dos jovens pobres os compelia a abandonar os estudos antes de concluir o ensino médio. Enquanto os jovens das famílias mais pobres ingressavam no mercado de trabalho e largavam a escola antes dos 18 anos, os jovens da classe média podiam permanecer estudando e ingressar na vida laboral em ocupações mais qualificadas. Com isso os jovens das famílias mais pobres tinham maior probabilidade de passar maior parcela da juventude sem estar estudando ou trabalhando.

Durante esta década existia uma elevada taxa de participação na PEA dos homens jovens, o que refletia inclusive em um grande volume de jovens entre 15 e 17 anos trabalhando sem remuneração, porém, existia uma baixa taxa de participação das jovens mulheres. A discrepância no número de homens e mulheres entre 15 e 29 na força de trabalho reduziu na década de 1970, com as mulheres ampliando em 40% sua taxa de participação graças a rápida urbanização, expressa na expansão do setor de serviços,

especialmente na atividade “Serviço doméstico” e, entre os homens jovens, na expansão do setor de construção civil.

A maior escolarização e a baixa taxa de participação refletiam em uma estrutura ocupacional distinta da observada entre os homens jovens. Durante a década de 1970 ocorreu uma mudança setorial entre os homens jovens, que passaram a ser maioria no setor industrial e no setor agrícola, já entre as jovens mulheres, ocorreu uma alteração na mesma direção, mas as mulheres mantiveram sua proporção de 70% no setor terciário.

Em suma, o período desenvolvimentista gerou mudanças estruturais na economia brasileira que impactaram o mercado de trabalho, em especial na inserção dos jovens na vida laboral. A intensa industrialização e urbanização do país gerou novas necessidades mercantis para garantir a subsistência demandou o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, posto que a taxa de participação dos homens jovens já era demasiadamente elevada, se mantendo estável durante a década de 1970. Como pode ser observado, a estrutura ocupacional dos jovens antecipou as tendências que se generalizaram no mercado de trabalho no período posterior.

CAPÍTULO 4 – ANOS 1980 E 1990: MUDANÇA DE PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E O PERÍODO NEOLIBERAL

4.1 Mercado de trabalho e o Declínio do desenvolvimentismo no Brasil e América Latina

A mudança do padrão de acumulação do capitalismo central, promovida pelo colapso do acordo de Breton Woods, crise do petróleo e redução da liquidez internacional impactou fortemente a economia brasileira na década de 1980. Do ponto de vista da produção, assistiu-se à profunda modificação tecnológica, com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essas mudanças possibilitaram o surgimento de sofisticados instrumentos financeiros, conferindo liberdade às finanças em relação à regulação das autoridades monetárias e abrindo caminho para o capitalismo de dominância financeira (BRAGA, 1997). Este conjunto de mudanças macroeconômicas, tecnológicas e regulatórias, estão por trás do desmonte do arranjo econômico e institucional fordista. Os países centrais viram ruir o Estado de bem-estar social e o pleno emprego. Os países periféricos, que nem chegaram a construir um Estado de bem-estar, além de terem seus mercados de trabalho impactados pela nova base tecnológica e ordem econômica, sofreram com a redução da liquidez internacional e crises em suas balanças de pagamentos (BELLUZZO, 2013).

Associado as transformações no padrão de acumulação capitalista no mundo, o Brasil vivia na década de 1980 a luta pelo processo de redemocratização, o ressurgimento de várias instituições democráticas e a gestação de uma constituição que poderia consolidar a democracia e um modelo brasileiro de bem-estar social. Porém, o país também convivia com o abandono da política desenvolvimentista que garantiu ao Brasil crescimento médio de 7% a.a. de 1950 a 1980 (POCHMANN (2005)⁶⁴. Segundo Kupfer (2005), a década de 1980 foi marcada pela estagnação econômica, pelo baixo crescimento do nível da produção e pela incapacidade brasileira de modernização industrial. O autor afirma ainda que a modernização foi restrita a apenas algumas empresas de poucos setores de atividade. Para Coutinho (1999), a crise da dívida, a desorganização das finanças

⁶⁴A partir de 1980, o Brasil passou a registrar taxas de crescimento na casa de 2,1%, pouco acima do crescimento demográfico, mas abaixo da média mundial. O autor ressalta que o Brasil saiu da participação de 0,7% da renda mundial em 1950 para 3,5% em 1980. Em 1999 o Brasil poderia representar 5,1% da renda mundial, segundo projeções, mas retroagiu para 2,8 no final da década de 90. (POCHMANN, 2005).

públicas e as dificuldades em exportar geraram obstáculos que incapacitaram o Brasil a avançar na terceira revolução tecnológica e industrial, distanciando-o de países com trajetórias semelhantes à do Brasil, como a Coreia do Sul.

A crise da dívida brasileira na década de 1980 provocou redução do crédito e das importações, que impactaram na dinâmica de crescimento econômico, tornando o mercado de trabalho brasileiro ainda mais precário (SANTOS, 2011). A redução do crédito foi acompanhada pela forte redução dos investimentos e do poder de compra da população através da elevação da inflação e o superávit comercial foi insuficiente para o pagamento de uma parcela substancial da dívida externa (BALTAR, 2003).

As dívidas contraídas com o IIPND, as mudanças no comércio internacional e a nova lógica do mercado financeiro internacional provocaram na década de 1980 no Brasil, estagnação econômica e inflação – razão pela qual foi chamada de “Década Perdida”. Mesmo com baixo crescimento econômico, segundo Baltar (2006), foi verificada uma expansão da ocupação na década de 1980. A ampliação dos postos de trabalho foi acompanhada por uma elevação da População Economicamente Ativa (PEA) com a entrada mais pronunciada da mulher no mercado de trabalho. O autor destaca que mesmo ocorrendo uma elevação das ocupações, verificou-se no período um decréscimo no Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa ocupada. A explicação para uma ampliação da ocupação, frente ao não crescimento do PIB por habitante, foi a elevação da formalização em

bancos, comércio, serviços de apoio às empresas, administração pública, saúde e educação e, de outro, pelo aumento de empregos sem carteira em pequenas empresas e do trabalho por conta própria em todos os setores de atividade, mas principalmente em construção, comércio, serviços de apoio às empresas, serviços pessoais e de reparação e manutenção (BALTAR, 2006, p. 22),

Segundo Baltar (1994) a perda de participação do setor industrial na economia refletiu fortemente no mercado de trabalho, interferindo na estrutura ocupacional e na distribuição da renda do trabalho. Isso foi expresso em uma redução de renda mais acentuada entre os trabalhadores mais pobres. Ainda que o número de empregos com carteira tenha se mantido estável em números absolutos, em termos relativos o trabalho formal perdeu importância na década de 1980. O autor chama atenção para a elevação da ocupação por conta própria e o assalariamento informal em pequenos empreendimentos, o que associado à redução dos empregos industriais, contribuiu para a redução de

capacidade de organização do trabalho. Mesquita (2011) apresenta que a crise econômica reduziu a possibilidade de entrada do jovem no mercado de trabalho e promoveu maior informalidade e precarização entre os jovens – em comparação aos adultos. Lourenço (2002) por sua vez, aponta que ocorreu elevação do emprego formal juvenil nas décadas de 1970 e 1980 e que as taxas de desemprego juvenil foram maiores que as dos adultos.

Durante a década de 1990 o novo padrão de acumulação capitalista promovia baixa atividade econômica nos países centrais, rebatendo de modo ainda mais agressivo nos países periféricos, onde se assistia à forte restrição do crédito e à estagnação com inflação. No Brasil a insuficiência da heterodoxia em combater a inflação compeliu o país a assumir perspectivas mais conservadoras, implementando o Consenso de Washington. O receituário neoliberal imposto aos países periféricos promoveu no Brasil um intenso processo de privatizações de empresas estatais, a abertura comercial e financeira simultaneamente e obrigou o país a implementar políticas fiscal e monetária contracionista em um período de baixo dinamismo econômico. (CARNEIRO, 2002)

A década de 1990 se inicia em novas bases institucionais, com um presidente eleito pelo voto direto e a Constituição Federal de 1988 promulgada. Esperava-se que o país criasse alicerces para consolidação democrática – com equilíbrio entre poderes – para promover ampliação de direitos e combater as desigualdades que se ampliaram nos anos da ditadura (KERECKI e SANTOS, 2009, p. 187). Ramalho (2008) destaca que a Constituição de 1988 representava a institucionalização de bandeiras históricas dos trabalhadores e dos movimentos sociais; cita a redução da jornada de trabalho, o direito à greve, a liberdade sindical, a Previdência Social Rural e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Porém, as tendências liberalizantes de meados da década de 1980 já sinalizavam um conjunto de retrocessos na condução da política econômica. Sob influência política e econômica do “Consenso de Washington” – imposto aos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina - foi implementado o receituário neoliberal que depositava no controle da moeda a única forma de garantir o reequilíbrio e o desenvolvimento econômico (BALTAR, 2003, p. 105). Segundo Carneiro (2002) o “plano real” promove um conjunto de medidas recessivas que permitiram paliativamente reduzir o gargalo de incapacidade de importações. Tais medidas promoveram o discurso liberalizante que tinha como meta acabar com subsídio à agricultura e à indústria nacional, desregulamentar o trabalho, equilibrar artificialmente o câmbio e privatizar as empresas

estatais e a seguridade social.

Os reflexos das políticas de estabilização liberais foram: baixo crescimento econômico; inibição das exportações; elevação do desemprego a taxas insustentáveis, associada à incapacidade de gerar novos postos de trabalho; encolhimento da cadeia produtiva; substancial elevação da participação do capital estrangeiro, que passou a controlar o capital nacional; e elevação das dívidas externa e interna (CARNEIRO, 2002). Krein (2007) afirma ainda que as políticas neoliberais, associadas ao contexto da globalização financeira promoveram, na década de 1990, a fragilização dos sindicatos, a desestruturação do trabalho e um conjunto de reformas liberais.

Sarti e Hiratuka (2011) identificam que durante a década de 1980 a instabilidade macroeconômica e os ajustes estabeleceram barreiras ao progresso industrial, induzindo as empresas a conterem os investimentos de expansão da capacidade produtiva e da modernização da indústria. Os anos 1990 foram marcados não só por retrocessos no setor industrial, como também pela implementação de um projeto de maior cunho liberal, que reduziu a integração e verticalização das cadeias produtivas, elevando a importação de insumos.

Mesmo com elevação da eficiência, o caráter defensivo dos investimentos não ampliou a capacidade produtiva, ou a inovação de processos e produtos. Ressaltam os autores que os desajustes fiscais e financeiros da década de 1980 e a política neoliberal dos anos 1990 atingiram frontalmente a capacidade do Estado em induzir e coordenar investimentos em elevação de capacidade produtiva e inovação.

Os autores apontam que nas décadas de 1980 e 1990 é visível a perda de importância do crescimento industrial frente ao crescimento total da economia. Demonstram que o padrão assumido pelo Brasil não foi uma imposição inexorável da conjuntura internacional, vide o crescimento das economias e das indústrias da Coreia do Sul, Índia e China. Os países citados apresentaram substanciais taxas de crescimento industrial, ainda que guardem similaridades com o Brasil no período entre 1950 e 1980.

Biancarelli (2010) relaciona as principais justificativas teóricas para a abertura financeira citando: a possibilidade de compartilhamento e diversificação internacional do risco; o acesso a poupança internacional para financiar desequilíbrios passageiros no balanço de pagamentos em países com insuficiência de capital; e o disciplinamento da política econômica doméstica. Mesmo entre economistas neoclássicos a defesa de tais medidas foi relativizada. Registra-se, inclusive, a mudança de orientação

do Fundo Monetário Internacional (FMI), que passa a não mais apoiar incondicionalmente a abertura financeira.

Ainda que existissem divergências quanto aos resultados da abertura comercial, não foi possível aos defensores da abertura financeira comprovar seus benefícios ao desenvolvimento da economia brasileira. Ao invés de elevar os investimentos externos nas economias emergentes, a abertura causou sérias crises financeiras e cambiais entre 1994 e 2002, tais como as assistidas no México, na Rússia, no Brasil, na Turquia, na Argentina e nas economias asiáticas.

Biancarelli (2010) identifica que não há fluxos de capitais de países que possui capital em abundância, para os países onde ele é escasso, sobretudo em períodos de crise. A não comprovação de tais fluxos fragiliza o argumento central dos defensores da abertura financeira, de que os países subdesenvolvidos seriam beneficiados com tais políticas. Segundo o autor, as crises financeiras impactam os países emergentes com maior frequência e intensidade, dadas três assimetrias que caracterizam suas economias. Primeira: os grandes aplicadores globais não têm grande segurança em aplicar em países periféricos, deixando uma pequena parcela de suas carteiras em tais países, e em momentos de instabilidade esta parcela é a primeira a ser liquidada; Segunda: Os países em desenvolvimento possuem menor liberdade para política econômica; terceira: A inconversibilidade das moedas periféricas impede que esta cumpra seu papel de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor no mercado internacional, estando impossibilitada de acalmar o desejo do investidor por liquidez em um ambiente de elevada incerteza.

A crença da ortodoxia econômica na eficiência dos mercados, apontava que a abertura financeira traria aos países periféricos o excedente de capital dos países centrais, dada a disponibilidade abundante da periferia em força de trabalho. Longe de trazer benefícios, abertura financeira fragilizou as economias periféricas e suas moedas inconversíveis. Se em momentos de crise a elevação das incertezas levam os donos do capital a buscarem segurança e liquidez, os mercados instáveis da periferia estariam longe de lhes fornecer a tranquilidade esperada.

4.2 O mercado de trabalho no período neoliberal

A abertura financeira elevou a vulnerabilidade externa dos países subdesenvolvidos e a abertura comercial gerou desastrosos efeitos ao setor produtivo

nacional e ao mercado de trabalho, ao promover desencadeamento das cadeias produtivas, reprimarização da economia e redução da densidade da indústria nacional.

Segundo Baltar (2006), os efeitos da globalização no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990 foram a elevação do desemprego, do trabalho informal e redução dos empregados sob proteção da Consolidação das leis de trabalho (CLT) ou Estatuto dos servidores públicos. O autor aponta que a PEA cresceu com a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, ainda que tenha ocorrido uma redução da participação dos jovens. Verifica-se no período uma significativa redução na taxa de participação dos jovens de 15 a 20 anos do sexo masculino, que deixam de procurar emprego.

Para Welters (2009) as transformações no mercado de trabalho na década de 1990 e a desestruturação econômica foram responsáveis pela redução de participação dos jovens na População Economicamente Ativa. Ainda que se constate a elevação da escolaridade no período, Mesquita (2011) apresenta que a década de 1990 produziu efeitos negativos na inserção ocupacional da juventude, elevando sua condição de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Baltar e Proni (1996) observam que durante a década de 1980 e início de 1990 ocorreu uma considerável expansão dos empregos sem vínculos formais, ainda que os empregos formais da base da pirâmide não se distinguíssem tanto dos empregos informais no tocante a rotatividade e níveis de salários. Para os autores a abertura comercial na década de 1990 foi responsável pela redução dos empregos formais na indústria de transformação e na construção civil, o que teve grande impacto na redução da qualidade do emprego, uma vez que estes setores são responsáveis pela criação de empregos formais e regulares. É possível que mudanças na estrutura produtiva tenham contribuído para reduzir a ocupação nestes segmentos, mas a redução da atividade econômica, promovida por ações macroeconômicas contracionistas e a abertura comercial foram determinantes na piora da estrutura ocupacional brasileira, com redução dos empregos mais estruturados do mercado de trabalho e elevação dos empregos não assegurados pela legislação trabalhista.

Segundo Baltar (2003), verificou-se na década de 1990 a destruição de postos de trabalho em quantidades semelhantes aos postos criados, que significa um saldo nulo na criação líquida de empregos, representando um estreitamento do mercado de trabalho e a não absorção dos que adentraram na PEA – que correspondia a 2% ao ano. Na década de

1990 o trabalho assalariado em estabelecimento cresceu 20%, e 66% deste crescimento se deve à elevação dos empregos domésticos e por conta própria (BALTAR, 2003).

Diferentemente do que ocorreu nas crises da década de 1980, após a retomada da atividade econômica parte das ocupações que refluíram na crise não voltaram a existir. Os alarmantes números de desempregados na crise estavam em 8,7% em 1989, 15% em 1992 e 14,3% em 1994 (BALTAR E PRONI, 1996, p. 133). Outro elemento identificado pelos autores foi a redução das ocupações na indústria em proporções maiores que a queda da produção, o que aponta para uma reorganização produtiva em um segmento que gera ocupações de melhor qualidade. O que se verificou não foi apenas racionalização da produção, mas também terceirização na indústria e importação de bens intermediários. A racionalização, sem recuperação sólida da atividade econômica, provocou a redução do emprego formal e ampliação do emprego informal.

O Brasil convivia com um regime de trabalho com instabilidade de vínculos que, ao invés de elevar a produtividade, intensificou as características estruturais do mercado de trabalho, com baixos salários, elevada rotatividade e elevada diferenciação salarial. A elevação da rotatividade impacta prioritariamente a inserção ocupacional da juventude, por reduzir a possibilidade de maior especialização e treinamentos, imprescindíveis para trajetórias profissionais com maior possibilidade de progressão. Os anos 1980 demonstram que um reaquecimento do mercado de trabalho se torna praticamente impossível em um momento de estagnação econômica com elevada taxa de inflação.

Baltar (2006) identificou substancial modificação na composição das ocupações no país, com redução dos empregos ligados à produção de bens, frente aos empregos ligados a prestação de serviços. Ampliou-se no período a ocupação por conta própria e serviço doméstico, em detrimento a ocupações em estabelecimentos. Também há uma expansão da informalidade e ocupações em pequenas empresas e uma redução das ocupações em órgãos públicos e grandes empresas - que tendem a ter melhores remunerações e a oferecer empregos mais seguros no que tange aos direitos do trabalho. Os autores identificam indícios de mutações não conjunturais na estrutura do emprego urbano, com ampliação no número de pessoas em idade de trabalhar (PIA), porém, a ampliação das ocupações não acompanha o mesmo ritmo de crescimento da PEA.

Mesmo com o conjunto de conquistas sociais que estavam represadas desde o início da ditadura e que foram estabelecidas na constituição de 1988, a desastrosa

inserção do Brasil na globalização elevou a desigualdade social no país e promoveu grande crescimento relativo do trabalho informal. Porém, Baltar (2006) aponta que a ampliação relativa das ocupações formais na administração pública e em setores sociais como saúde e educação, estão ligadas a ampliações de direitos preconizados na constituição de 1988. Com isso o Brasil convivia com dois processos contraditórios, por um lado, a globalização e as políticas liberalizantes desmontavam o setor produtivo nacional, gerador de ocupações melhor remuneradas e capaz de implementar a legislação trabalhista, por outro, a nova constituição buscava construir tardiamente um estado de bem-estar social que buscava suplantar a pobreza e garantir a universalização dos direitos fundamentais. A implementação da constituição de 1988, além de poder trazer benefícios à população pauperizada a partir da oferta de serviços públicos, também poderia vir a impactar positivamente as economias de regiões com baixo dinamismo econômico, dado poder de consumo dos servidores e os investimentos estatais em equipamentos públicos, como escolas e hospitais.

A desigualdade da renda do trabalho medido pelo Gini reduziu por uma peculiaridade negativa, ainda que tenha elevado o número de trabalhadores com salários menores que a média, levando a média a diminuir mais que mediana, a queda geral dos salários provocou uma redução das diferenças salariais. Para Baltar (2006) os trabalhadores não foram adequadamente beneficiados pela queda do ritmo da inflação, por conta da não evolução da renda do trabalho. Mesmo com todas as mudanças institucionais da constituição de 1988, as características estruturais do mercado de trabalho que desfavorecem o trabalhador foram mantidas. A elevação do desemprego, a grande precariedade do trabalho, a informalidade dos vínculos e a exclusão de segmentos da PEA foram aprofundadas durante as décadas de 1980 e 1990.

4.3 Juventude e centralidade do trabalho na transição para a sociedade de serviços

Wichert (2006) identifica que a valorização do trabalho foi um elemento determinante no processo de desenvolvimento do capitalismo, consolidando uma ética do trabalho relevante na subjetivação e legitimação social do trabalhador. Tal valorização possibilitou a constituição de esquemas coercitivos que impunham aos pobres um tipo de trabalho passível de ser mercantilizado. O fordismo e taylorismo aprimoram dispositivos disciplinares científicos que ampliaram a significância do trabalho, vinculando-o a

valores como honestidade e dignidade. Uma vez que os capitalistas necessitam de uma mercadoria (força de trabalho) que está intrinsecamente sob o controle do trabalhador, é necessário o desenvolvimento de dispositivos que obrigue o trabalhador a empregar de forma plena suas capacidades físicas e intelectuais no processo de geração de valor.

A autora identifica a família e a escola como duas instituições fundamentais na constituição da citada ética do trabalho. A família é responsável pelo processo de sociabilização que desenvolve a padronização de culturas e personalidade adequadas ao trabalho, reafirmando valores de exaltação do trabalho. Na família se afirma o indivíduo sem negar a coletividade indispensável ao processo produtivo. A interação simbiótica entre a educação e o trabalho deu grande amplitude ao discurso da instituição escola no padrão de acumulação fordista. As escolas foram um elemento chave na aplicação dos métodos científicos desenvolvidos para o trabalho, docilizando os corpos e preparando as mentes para a rotinização e para burocracia da produção fabril.

Com o declínio do modelo fordista a partir da década de 1970 a rigidez inerente a estrutura produtiva dá espaço para o surgimento de máquinas, fábricas, jornadas e remunerações mais flexíveis. A burocracia fabril, responsável pela organização de processos produtivos e monitoramento do trabalho, é em grande medida substituída por tecnologias de comunicação e informação (TICs). Assim, foram eliminadas tarefas intermediárias no processo produtivo, além de empregos na burocracia, desestruturando o que Mills (1969) chamou *nova classe média*.

Processos produtivos mais flexíveis e automatizados colocaram em xeque a relação estabelecida entre a escola e a fábrica, constituindo novas demandas de qualificação e experiência profissional⁶⁵. Se a escola possuía um substantivo caráter dual, ao estabelecer distintos conteúdos ofertados aos filhos dos trabalhadores e filhos da elite, um mercado de trabalho polarizado demanda competências específicas. Cresce o caráter dual do sistema de ensino e a pressão pela desconstrução da educação formal.

A flexibilização também traz consigo o rompimento com o processo de vida linear, que promove transições que passam da infância amparada pela família, preparação

⁶⁵ Dubar (2001) toca no elemento que possibilitou o surgimento da categoria sociológica "Juventude". Ao debater a historicidade do termo transição da escola (ou universidade) para o trabalho o autor identifica que a diferenciação entre preparação para o trabalho e trabalho propriamente dito só surge na França no final do século XIX ao ser instituída a legislação que obriga a escolarização em todo o país, antes disso os filhos dos trabalhadores, sejam camponeses ou artesãos, já possuíam atribuições laborais desde de a infância. A separação entre trabalho e formação é datada historicamente e guarda relação com um dado padrão da acumulação capitalista e com o surgimento da categoria sociológica "Juventude".

para o trabalho, transição escola/trabalho e estabelecimento pleno no mundo do trabalho (POCHMANN, 2004). A nova estrutura produtiva gera, mesmo em países desenvolvidos, um grande volume de ocupações precárias, desemprego e subemprego, em oposição ao pujante período dos “30 gloriosos” com elevados salários e níveis de emprego.

O novo mundo constituído não coloca em risco apenas a possibilidade de os jovens garantirem subsistência material, como também gera obstáculos ao processo de constituição de autonomia, nega-lhes uma inserção social por meio da centralidade subjetiva do trabalho sem oferecer-lhes caminhos alternativos, impossibilitando uma transição à vida adulta, nos moldes daquela experimentada pela geração anterior. Pochmann (2000) afirma que a impossibilidade de construir sua autonomia via inserção no mundo do trabalho leva os jovens a buscarem outras formas de inserção social, o que pode estar relacionado com a elevação do nível de gravidez na adolescência, uso de drogas e a violência urbana. As diversas mudanças no sistema produtivo geram grandes incertezas entre os jovens provenientes: do elevado nível de desemprego; das mudanças no mundo do trabalho, sobretudo para quem ainda está no início da vida laboral; e incertezas sobre a convergência entre o conteúdo de sua formação e as qualificações exigidas na vida profissional.

Segundo Pochmann (2004) a ampliação da expectativa de vida determina também uma ressignificação do ciclo de vida na sociedade contemporânea, rompendo com ideias estáticas que firmam fronteiras entre o período da vida dedicada ao estudo e ao trabalho. Em uma sociedade que gera valor de forma ainda mais coletiva e interdependente, são necessários períodos de estudo mais alargados em um sistema educativo que articule a vida profissional dos indivíduos com outras dimensões do desenvolvimento. Assim, a ampliação da longevidade e a mudança da ideia de ciclo de vida e a nova forma de inserção no mercado de trabalho força uma redefinição da categoria “juventude”.

Em um mundo excessivamente instável a juventude não realiza seu processo de construção de autonomia e experimentações de forma plena. A incerteza de ter suas necessidades materiais atendidas, seja por não conseguir ocupações adequadas ou porque sua família não consegue lhe garantir estabilidade material, sobretudo entre os mais pobres, leva os jovens a assumirem uma postura demasiadamente conservadora na vida e no mercado de trabalho, ocupando vagas de emprego que lhes garantem renda aceitáveis no curto prazo, mas que não lhes oferece possibilidade de uma trajetória profissional com

progressão de salário e responsabilidades (GUIMARÃES, 2005). A instabilidade no mercado de trabalho é profundamente funcional para gerar o quadro de insegurança nos trabalhadores, tornando-os suscetíveis a aceitar qualquer oferta de emprego, mesmo com baixos salários e precárias condições de trabalho. Como afirmar Wichert (2007, p. 263), mantêm-se um arranjo social que prepara os novos trabalhadores para uma realidade que deixa de existir até mesmo em países centrais, o pleno emprego. Sem poder experimentar, experienciar e construir autonomia, o que caracterizará o jovem e sua passagem para a vida adulta?

Para Guimarães (2003), as transformações na estrutura produtiva têm promovido mudanças dentro e fora do mercado de trabalho, gerando precariedade, exclusão e uma suposta perda de importância do trabalho na construção da sociabilidade. Na sociologia do trabalho surgiu questionamentos sobre a capacidade de o mundo do trabalho prover as necessidades materiais, significações subjetivas e construção de identidade, sobretudo para as novas gerações.

Claus Offe (1989) se questiona se as transformações na sociedade não modificaram a centralidade do trabalho e a relação dos indivíduos com a vida. Segundo Offe (1989) a crise do trabalho se torna mais evidente com a dissolução da ética do trabalho e o fim dos 30 anos gloriosos, após, nos países centrais, ser instituída a inclusão social, a universalização de direitos e a consolidação de um padrão de acumulação capaz de consolidar o crescimento da produtividade e ampliação de lucros e salários. Para o autor no novo mundo o trabalho tornava-se subjetivamente periférico e objetivamente disforme. Segundo Claus Offe (1989), é possível que o trabalho nunca tenha sido central para os jovens, visto que o trabalho compõe uma constelação de importantes motivos de organizar a vida cotidiana, buscando reconhecimento social e respeito do mundo adulto.

Quando a juventude não necessita de trabalho para garantir sua subsistência material, pode optar por transitar dentro e fora da força de trabalho e em diferentes tipos de ocupações, reestabelecendo distintas formas de inserção social. Ao não possuir uma mediação da vida exclusivamente pelo trabalho de subsistência, os jovens conseguem realizar o que lhe constitui como tal, interagindo com um mundo multidimensional em que o trabalho faz parte da constelação que propicia o reconhecimento social. Resta saber se todos os segmentos da juventude possuem as condições objetivas de prescindirem do trabalho. Ao que tudo indica, o trabalho heterônomo é uma imposição aos filhos dos trabalhadores, sobretudo dos pauperizados, seja pela necessidade de contribuir nos

proventos de seu núcleo familiar, seja por ser impactado diretamente pelas desventuras da inserção ocupacional dos provedores de seu lar.

Contrariando os que sugerem que o trabalho não é uma categoria relevante na constituição de nexos imateriais da juventude, Guimarães (2003) por um lado reafirma a heterogeneidade da juventude, o que sugere que não possuem demandas definidas exclusivamente por sua condição etária e, por outro lado, que os trabalhadores, inclusive os jovens, constroem sua relação com mundo a partir do sistema produtivo. Na produção de bens e serviços o trabalhador também constrói ideias e simbologias e constitui raízes na vida social. A autora utiliza-se dos avanços do movimento feminista, expresso na inclusão das mulheres no mundo do trabalho, para reafirmar a centralidade do trabalho na construção de identidade e questionamento do lugar reservado às mulheres, do ponto de vista material ou simbólico.

Para Bourdieu (1978), a juventude não é um grupo homogêneo interconectado por elementos biológicos. Segundo o autor, tal afirmação é ideológica. As definições do "ser jovem" e o "ser adulto" são construções sociais determinadas por um parâmetro etário e por um conjunto de outros determinantes sociais, como o mercado de trabalho. Durante o século XIX era tolerável que crianças trabalhassem em fábricas em tarefas supostamente melhores executadas por pequenas mãos, ainda que trabalhos iguais ou piores ainda hoje sejam executados por crianças, é socialmente reprovável e institucionalmente proibido. Para Guimarães (2003) os recortes etários e geracionais são resultados da constelação de fatores que determinam o ser jovem, não a causa. A percepção do ser jovem também varia de um país para o outro, de uma ocupação para outra, além de variar em diferentes momentos históricos. O envelhecimento é dado por um conjunto de elementos que determinam o estágio da vida, e o trabalho é um dos mais importantes elementos.

Dubar (2001), identifica que a busca por uma "inserção" no mercado de trabalho é um fenômeno que surge no último quarto do século XX, com o ingresso do jovem no mercado de trabalho convertendo-se em um "problema social". Para o autor, durante os "trinta Gloriosos", período de extraordinário crescimento econômico e consolidação do estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, o ingresso imediato dos jovens que saíam da escola e da universidade no mundo do trabalho não se dava apenas graças ao vigor da atividade econômica, mas também por existir uma correspondência adequada entre o tipo e nível de escolarização e qualificação necessário

ao trabalho. Para autores como Maurice, Sellier e Silvestre (1982), existia uma articulação entre: a formação dos trabalhadores por meio do sistema educacional; modo de utilização da força de trabalho por meio do sistema produtivo; e um modo de regulação do trabalho via sistema de relações industriais.

Para Dubar (2001), as transformações geradas pelo declínio do padrão social e econômico do pós-guerra gerou três modificações no mundo do trabalho: uma cisão na identidade entre trabalho e emprego remunerado; mudança do emprego padrão que contava com trabalhador permanente e contratos por tempo indeterminado; e acabam os contratados de longa duração em que o trabalhador desenvolve um ofício por grande parte de sua vida produtiva, por vezes associado a um mesmo empregador. Com o fim do padrão estabelecido no pós-guerra as relações de trabalho se modificam, proliferando mesmo em países centrais, contratos por tempo parcial, trabalho no domicílio, autoemprego, terceirização (inclusive em atividades fim) e trabalho intermitente. A desregulamentação do trabalho consagrada no pós-guerra, associado a uma maior mercantilização do que eram direitos sociais, levaram os trabalhadores a comporem suas rendas em mais de uma ocupação, o que estimulou o surgimento de "trabalhos complementares" como motorista de UBER, entregadores de comida, vendedores de cosméticos e etc. Nos momentos de piora da atividade econômica os trabalhadores buscam compor sua renda apenas com estes subempregos que os obrigam a trabalhar um número muito maior de horas, por salários/hora muito menores.

O novo trabalho despadronizado da sociedade pós-industrial é fruto de um sistema produtivo com menor previsibilidade, com transformações em períodos menores e com uma inconstância caótica, alterando-se ao gosto do mercado, sem regulamentações que contribuam para reduzir o impacto dos ciclos econômicos sobre ofertantes de força de trabalho. A extinção, ou regulamentação ultra liberalizada, dos mecanismos de amparo ao trabalho amplia a rotatividade do trabalho e uma intensiva transição entre ocupações de diferentes características, minando a possibilidade do trabalhador construir uma trajetória profissional próspera.

O descompasso entre o destino socialmente esperado e as chances de realização das expectativas geradas pelo novo arranjo produtivo e refletido no mercado de trabalho gera uma cisão na passagem para a vida adulta. A ideia de trajetória de vida, que demandava um tipo de acordo tácito entre as famílias e o sistema educativo, se desfaz à medida que a entrada do jovem na vida laboral é interditada. A possibilidade de ficar

em um limbo entre a saída da escola/universidade sem ter garantido o ingresso no mercado de trabalho, somado a difusão de ocupações que prescindem da maior parte das qualificações oferecidas pelo sistema de educação formal, gera um obstáculo à educação universal como foi pensada no século XX, não pela perda de importância dos aparelhos de desenvolvimento e difusão do conhecimento produzido pela humanidade, mas pela proposta ideologicamente difundida de uma educação que sirva exclusivamente ao processo estrito e imediato da acumulação. Na impossibilidade de criar um sistema educacional que preveja as demandas por qualificações adequadas ao sistema produtivo, que possibilite a formação e o ingresso no mercado de trabalho, tende-se a gerar um sistema de qualificação com um maior fosso entre as classes. Ao fortalecer a característica dual o sistema educativo tende a oferecer aos filhos dos trabalhadores qualificações ultra segmentadas, voltadas a um conjunto bastante específico de tarefas ainda não automatizadas, mas que tendem a ser superadas em um curto espaço de tempo pelas novas tecnologias; aos filhos das elites continuará sendo oferecido uma educação que aborde as múltiplas dimensões do conhecimento humano a partir de seu lugar de classe (SAVIANI, 1999)

As transformações do trabalho, segundo Bauman (1999), assumem também um conteúdo subjetivo no tocante a ética do trabalho, que humaniza todo tipo de inserção na atividade econômica. Para o autor o trabalho deixa de possuir um tipo de satisfação do "dever cumprido", para ser valorizado por um tipo de recompensa estética gerado por atividades interessantes e refinadas. À medida que se aprimora um sentido individualista e competitivo entre os trabalhadores, promovendo uma satisfação identificada com a meritocracia, ainda que mantendo a característica social da produção de valor, intensifica-se a sensação do isolamento e solidão do trabalhador.

Mesmo durante padrão conformado no pós-guerra, a participação dos jovens no mercado de trabalho era marcada por maior rotatividade e por oscilações na entrada e saída da força de trabalho. Sem a responsabilidade exclusiva, ou prioritária, de garantir o provento material a si e a sua família, os jovens tinham a oportunidade experimentar diferentes ocupações, a fim de encontrar a que lhe desse maior satisfação. À medida que atingisse a fase adulta tenderia a adquirir maior estabilidade profissional.

O desemprego juvenil é uma das idiossincrasias do sistema produtivo contemporâneo. Os jovens passam a ser os primeiros a experimentarem o novo arranjo do mercado de trabalho marcado pelo desemprego em massa, flexibilidade e insegurança

laboral. As ocupações que servem ao atendimento imediato das necessidades materiais fazem com que os trabalhadores jovens estabeleçam suas estratégias laborais pautadas no curto prazo. Estes trabalhadores não criarão vínculos mais sólidos e duradouros com a maioria das diversas ocupações que exercem, buscando sua realização no consumo ou em alguma atividade não laboral. O tipo de relação social e material dos jovens com o trabalho, além de ser substancialmente distinta dos jovens de outro momento histórico, são também um prenúncio da transformação simbólica do trabalho.

Ao analisar a pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" de 2003, uma importante referência de opiniões, atitudes, expectativas e relatos de 3.501 jovens, com idades entre 15 e 24 anos, provenientes de 198 municípios, Guimarães (2006) confirma sua hipótese de que o trabalho para a juventude da década de 1990 e início dos anos 2000 é dotado de múltiplos significados. A "dedicação ao trabalho" é o segundo entre 17 temas menos apontado como um dos principais valores, juntos com "liberdade individual" com 5%. A dedicação ao trabalho assume maior importância especialmente para os que tem ou tiveram trabalho regular, especialmente com maior nível educacional.

Se o trabalho não aparece com um valor relevante para a juventude, quando inquerido sobre temas que lhes causa preocupações, interesses e reflexões o trabalho é citado em nível semelhante à educação. Os jovens apresentam o trabalho como um problema a ser resolvido tanto quanto a violência e a miséria, e foi apresentado como um dos maiores problemas que aflige o Brasil. A juventude não identifica o trabalho como central na dimensão da ética, mas sim da necessidade material, da urgência de um problema latente que aflige o seu futuro, seus pares e o futuro do país. A centralidade do trabalho se afirma no não-trabalho, ou seja, no desemprego, na incerteza do atendimento das necessidades materiais. A pesquisa identifica que o trabalho assume maior centralidade para os jovens quanto mais expostos estejam a incertezas quanto ao acesso à renda e à segurança material. Entre os segmentos de jovens com maior estabilidade material, contudo, cria-se a possibilidade de construção de outras relações éticas com o trabalho.

Para Guimarães (2006), a centralidade do trabalho para os jovens se comprova também ao ser apontado como tema de interesse, à frente de outros temas apresentados como temas "essencialmente jovens" como a cultura, esporte, violência, sexualidade, drogas, e etc. Porém, o referido interesse pelo trabalho não é homogêneo entre os segmentos da juventude, mostrando-se um tema de maior relevância

especialmente para os que possuem maior acesso ao trabalho. Quando observada a relevância do tema trabalho entre jovens de diferentes faixas de renda, verifica-se que jovens de todas as faixas de renda atribuem importância ao trabalho, ainda que os jovens com rendas mais elevadas deem menos importância a este tema. Os jovens negros atribuíram mais importância ao trabalho que os brancos e orientais, e os mais velhos atribuem mais importância que os mais novos.

O tema do trabalho aparece com maior relevância entre os jovens que estão sendo compelidos a disputar seu espaço no mercado de trabalho, ou já sabem dos obstáculos que enfrentam em uma estrutura ocupacional tão heterogênea quanto a brasileira. Quando comparada a centralidade do trabalho com a educação, constata-se que os dois temas aparecem como temas relevantes, mas apenas o trabalho como um problema, junto da violência e miséria. O trabalho é mais citado pelos que convivem com a insegurança oriunda do não trabalho, mesmo jovens não pertencentes a Força de Trabalho apresenta o desemprego com um relevante problema nacional.

Entre as jovens mulheres a educação aparece como um tema com maior relevância que o trabalho, provavelmente por terem menos liberdade para disputar espaço no mercado de trabalho graças as atribuições domésticas e por perceberem que a desigualdade no mercado de trabalho demanda que elas tenham níveis mais altos de qualificação para tentarem disputar espaços de destaque. Chama atenção que os que veem maior centralidade do trabalho são especialmente o que têm maior acesso a este. Mulheres e negros voltam-se mais à educação que ao trabalho.

A centralidade do trabalho expressa na importância atribuída ao desemprego preocupa jovens dos mais distintos segmentos da juventude, mesmo entre jovens que iniciaram a vida laboral, estejam ou não procurando emprego, o desemprego é citado como um problema a ser resolvido. Os jovens que mais temem o desemprego segundo Guimarães (2006) são rapazes de 18 a 20 anos e de baixa escolaridade; jovens com as piores capacidades para competir no mercado de trabalho em um cenário de baixo dinamismo econômico. Por conseguinte, quando são indagados sobre problema sociais resolveriam se tivessem poder, apontam a violência, miséria e emprego.

Na pesquisa apenas 4% dos jovens afirma estar tranquilos ou um pouco tranquilos com o desemprego, 20% afirmaram estar um pouco preocupados e 75% afirmam estar muito preocupados com o desemprego, indicando o desemprego como um problema que preocupa os jovens de forma generalizada.

O trabalho passa ser menos tratado como central para os jovens com empregos formais, que ambicionavam maior equidade e redução das desigualdades. Este apontamento indica que, jovens que convivem com maior insegurança quanto ao futuro e mais suscetíveis ao desemprego, possuem menos condições de vislumbrarem outras demandas, enquanto os jovens que possuem condições materiais mais estáveis tendem a questionarem outros problemas sociais. O desemprego foi visto pelos jovens como o principal problema a ser enfrentado no Brasil.

Guimarães (2006) buscou identificar qual seria o legado objetivo do trabalho na vida dos jovens, a partir da associação do trabalho com uma das cinco palavras: Necessidade, independência, crescimento, autorrealização e exploração. A palavra associada ao trabalho mais citada foi “necessidade”, que apareceu em 39% das respostas, mas que foi mais significativa em jovens mais vulneráveis, chegando a 59% entre os jovens com menor escolaridade. Cerca de 26% dos jovens associaram o trabalho à “independência”, percentual que pouco se modifica quando observado os diferentes segmentos da juventude. Em terceiro aparece a associação com o “crescimento”, com 22%. O grupo de jovens que apontou a palavra crescimento são os menos vulneráveis, marcadamente trabalhadores formais, com elevada escolaridade e elevada renda. Os jovens que associaram o trabalho a “autorrealização” (11%) são em geral jovens com idade mais avançada, que estavam buscando emprego e que possuíam curso superior e renda superior a dez salários mínimos.

A expressão de Bourdieu (1983) de que Juventude é só uma palavra expõe de forma provocativa que a definição de juventude não está aprisionada em uma caracterização biológica. Se o ciclo de vida pelo qual passa a juventude deve corresponder a transições do ambiente familiar para o escolar e depois para o ambiente profissional, a juventude no Brasil constrói este trajeto de forma peculiar, dado a precocidade de seu ingresso no mercado de trabalho. A grande maioria dos jovens faz parte da força de trabalho e uma parcela considerável começou sua vida laboral ainda na infância.

Como afirma Guimarães (2005, p. 20), no Brasil a juventude é eminentemente trabalhadora. A juventude, que possui salários menores, precisa repassar o total ou ao menos parte de seus rendimentos aos adultos. A pesquisa Abramo e Branco (2004) constatou que 14% dos jovens entregam o valor integral de seus ganhos aos adultos e 58% entregam parte. A necessidade de ter que ajudar a manter seus lares, sobretudo onde

a renda familiar é menor, reduz a liberdade para procurar melhores empregos e de protelar a entrada no mercado de trabalho para ampliar sua escolarização.

Em uma pesquisa com jovens e 16 a 24 anos do programa de Primeiro Emprego, Wichert (2006) identifica que para os jovens atingirem a fase adulta é necessário constituir autonomia financeira, o que torna o desemprego juvenil um importante obstáculo para o amadurecimento dos trabalhadores. Expostos a elevados níveis de desemprego, pressionados pela família e pela necessidade de reconhecimento social, os jovens se dizem dispostos a aceitar qualquer ocupação:

“Agora, para mim, qualquer coisa. Qualquer coisa que dê para melhorar as coisas. Hoje em dia não dá para ti escolher emprego” (Tábata, 21 anos)
(WICHERT, 2006, p. 265).

Uma jovem de 22 anos tratada na pesquisa pelo pseudônimo de Nair, afirma que a falta de experiência não lhe permite escolher uma ocupação, mas que almeja trabalhar de secretária em um escritório. Tal projeto profissional demonstra como os jovens foram impactados pelas mudanças na estrutura produtiva no Brasil. As ocupações de ingresso no mercado de trabalho foram eliminadas, tais como office-boy, auxiliar de escritório e etc, ao passo que os jovens continuam nutrindo expectativas de ocupar postos de trabalho mais próximos do que era visto em meados do século XX como funções de classe média na burocracia fabril. Quanto maiores são os obstáculos para ingressarem no mercado de trabalho de forma minimamente qualificada, maior é a propensão dos jovens a renunciarem a qualquer tipo de realização na vida laboral, se bastando com a possibilidade de adquirirem algum poder de consumo.

A individualização da responsabilidade pelo desemprego cresce em períodos marcados pelo discurso do empreendedorismo e da autoajuda. Jovens frustrados por não serem absorvidos pelo mercado de trabalho se consideram responsáveis por seu desemprego, atribuindo tal fato a possuírem uma qualificação insuficiente frente a exigências do mercado. Atribuem, ademais, suas desventuras o mercado de trabalho terem estudado em más escolas e possuírem baixa qualificação. Porém, segundo Wichert (2006), é comum a frustração estar acompanhada de ressentimento com o sistema, possivelmente por identificar, ainda que de forma pouco elaborada, não ser ele o responsável por sua não inserção qualificada no mercado de trabalho.

A família, primeira instituição responsável pela construção de uma ética do trabalho entre os jovens, não age de modo similar nas diferentes classes sociais. Se entre os jovens de famílias com renda elevada o trabalho pode e deve ser protelado, permitindo que este indivíduo amplie sua escolarização; nas camadas populares os jovens são incentivados a ingressar o quanto antes na vida laboral, uma vez que a ética do trabalho assimilado por suas famílias sugere que os jovens "têm que ganhar seu próprio dinheiro" e "quem não trabalha é vagabundo" (WICHERT, 2006, p. 268). Tal tratamento é ofertado a estes jovens para que adquiram alguma autonomia, até que consigam transitar para a vida laboral, posto que até que isso ocorra, são suas famílias as responsáveis pela manutenção material e construção subjetiva destes jovens. A sustentação material adquire maior relevância quando o jovem não está estudando - seja porque concluiu o nível de escolarização que está a seu alcance, seja por não ter conseguido acompanhar os estudos - pois a escola lhe oferece um lugar com reconhecimento social. Fora da escola, o jovem buscará na vida laboral um novo lugar de reconhecimento social.

Conforme cresce a pressão para que os jovens ingressem no mercado de trabalho, maior é a propensão destes jovens aceitarem ocupações mais precárias. Wichert (2006) identifica que jovens com famílias dispostas a dar maior suporte material e subjetivo possuem menos insegurança e estão menos dispostos a aceitarem os empregos piores. Evidentemente, as famílias não optam em permitir que os jovens protelem ou antecipem seu ingresso no mercado de trabalho por questões meramente culturais ou afetivas. Os elementos materiais possuem grande importância, por vezes sendo o principal responsável pela decisão de manter ou não o jovem exclusivamente estudando – tendo em vista a relação direta entre a variação da taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho e a variação da renda das famílias (DURYEA; LAM; LEVISON, 2007).

O esvaziamento do sentido do trabalho ofertado aos jovens mais pobres lhes tira a satisfação pela execução do trabalho e o sonho de construir determinada trajetória profissional. Segundo a pesquisa de Wichert (2006), mais importante que ser um trabalhador, os jovens almejam ser consumidores. Elemento que parece corroborar com o desprendimento dos jovens com ocupações específicas, dada a possível ultra flexibilização que levará os jovens trabalhadores a exercerem um leque de ocupações precárias para garantir sua mínima subsistência material, não lhe possibilitando maior apressamento por nenhuma de suas efêmeras e diversificadas ocupações.

Guimarães (2005) propõe uma síntese que permite refletir sobre a relação entre juventude e trabalho em ao menos quatro dimensões: 1) A dinâmica demográfica que estabelece um tipo de oferta de trabalho de forma relativamente independente dos ciclos econômicos, posto a retração do mercado de trabalho e mudanças na estrutura produtiva na década de 1990.; 2) O sistema educacional que estabelece um elemento de reprodução da desigualdades no mercado de trabalho, em especial com a reestruturação produtiva da década de 1990, impôs níveis educacionais mais elevados, estabelecendo uma barreira ao trabalho formal intransponível aos jovens adultos sem a qualificação média; 3) As trajetórias ocupacionais dos jovens, que são marcadas por transições, mas que no Brasil são muito mais intensas e por períodos maiores; 4) A centralidade do trabalho na vida dos jovens continua repleta de significados objetivos e subjetivos, ainda que tenham características especiais em um país com condições laborais tão precárias. A centralidade do trabalho se firma, seja por conta da necessidade material ou na busca por autonomia, em uma realidade marcada pelo emprego precário e pelo desemprego, oriundos das transformações produtivas do neoliberalismo das décadas de 1980 e 1990. A relação entre juventude e trabalho é determinante para compreender não apenas o jovem contemporâneo, como também no trabalho dos dias atuais.

4.3.1 Informações gerais sobre a juventude PIA, PEA, Demografia

Na década de 1980 o Brasil passou por um importante processo de mudança demográfica, com a população com 30 anos ou mais superando o número de pessoas com menos de 15 anos. Entre 1980 e 1991 a quantidade de pessoas com menos de 15 anos cresceu 12%, entre os jovens de 15 a 29 anos, 19% e entre as pessoas com 30 anos ou mais, a ampliação foi de 38%, o que evidencia o envelhecimento da população brasileira, marcado pela acentuada queda na taxa de fecundidade. No Brasil a taxa de fecundidade em 1940 era de 6,16, em 1950, 6,21, em 1960 6,28, em 1970 5,76; em 1980 4,35 e em 2000, foi para 2,3. (LA FERRARA, CHONG E DURYEA, 2012 e PEDRO, 2013).

Em busca de identificar os motivos para a radical queda na taxa de fecundidade, La Ferrara, Chong e Duryea (2012) investigam elementos do comportamento familiar provenientes da modernização e urbanização da sociedade brasileira. Com base em outros trabalhos sociológicos que identificam correlação entre o comportamento da população e a difusão de padrões sociais difundidos na cultura de

massa, os autores identificam uma correlação entre a expansão da área de cobertura da rede Globo com a redução do número de filhos por família entre os anos de 1970 e 1991. Ao analisarem 115 novelas foi identificado que 62,2% das personagens femininas não possuíam filhos, 20,7% possuíam apenas um filho e 9% possuíam dois filhos. Os autores afirmam que existe um importante elo entre as novelas e o comportamento feminino, posto que as novelas contribuem na constituição de um ideal sobre modernidade que tende a ser reproduzido.

Segundo os autores, a constituição de um modelo ideal de famílias se plasmava também por fatores subjetivos, uma vez que nas novelas da Globo as famílias de classe média eram compostas por poucos membros e demonstravam êxito material, enquanto os pobres pertenciam a grandes famílias com um estilo de vida não desejável. Outra correlação identificada na pesquisa foi que as famílias residentes em áreas cobertas pela transmissão da rede Globo possuíam quatro vezes maior probabilidade de colocar em seus filhos o nome de personagens de novelas, o que reforça a influência das novelas no comportamento das pessoas.

Mesmo que as novelas tenham contribuído para a redução do tamanho das famílias, outros fenômenos de grande envergadura ocorreram neste período, como o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, a já citada rápida urbanização brasileira e a disseminação de métodos contraceptivos.

A pesquisa sugere que a queda de fecundidade ocorreu por disseminação de métodos contraceptivos e não por redução da atividade sexual dos casais. No Brasil, e em outros países subdesenvolvidos ocorreu a divulgação, comercialização e distribuição de métodos contraceptivos, como pílulas anticoncepcionais e DIU, antes de países europeus atingidos pela II Guerra. Enquanto se buscava conter a natalidade nos países periféricos propagando os perigos da superpopulação, preocupações advindas de teorias neomalthusianas, em países europeus se difundiam políticas “natalistas”, a fim de promover reposição populacional pós II Guerra, o que explica o Brasil ter liberado o consumo de pílula e DIU no início de 1960, enquanto a França apenas no final da mesma década. O Brasil fazia parte dos países classificados como potencial ameaça à superpopulação, contribuindo para o país receber um conjunto de investimentos internacionais que estavam subordinados a adoção de métodos de controle populacional, vinculados à chamada “Aliança para o Progresso” criada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo Pedro (2003) a revolução cubana ampliou a preocupação

das organizações internacionais com o crescimento populacional, posto que as tensões políticas e sociais na região poderiam gerar uma "bomba demográfica" e outras revoltas populares na região.

Ainda que a ditadura Militar de 1964 tivesse condições de conter revoltas oriundas da degradação das condições sociais do povo, não existia um consenso no governo militar sobre a política de natalidade, visto que parte do governo defendia políticas "antinatalistas" por acreditarem que o crescimento exacerbado da população poderia representar um obstáculo ao desenvolvimento, em oposição a estes, existiam os "anticontrolistas", que apostavam que o crescimento econômico passaria por uma ocupação das regiões com baixa densidade populacional. Mesmo sem o Brasil contar com ações estatais diretas de controle de natalidade, o país passa receber na década de 1960 organizações internacionais, como a *Internacional Planning Parenthood Federation* (IPPF), que tinham como objetivo a distribuição de métodos de controle de natalidade entre as populações mais pobres.

"Em 1970, 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais foram vendidas e, em 1980, este número subiu para 40,9 milhões. Muito deste consumo foi certamente de mulheres das camadas médias, já que as das camadas populares poderiam obtê-las, de forma gratuita, através de organismos como a BEMFAM — Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil." (PEDRO, 2003, P. 242)

Com isso, se constata que a queda da fecundidade no Brasil a partir de 1960 foi influenciada pela difusão de métodos contraceptivos empregados especialmente em países subdesenvolvidos, não estando assim vinculado exclusivamente a um processo interno.

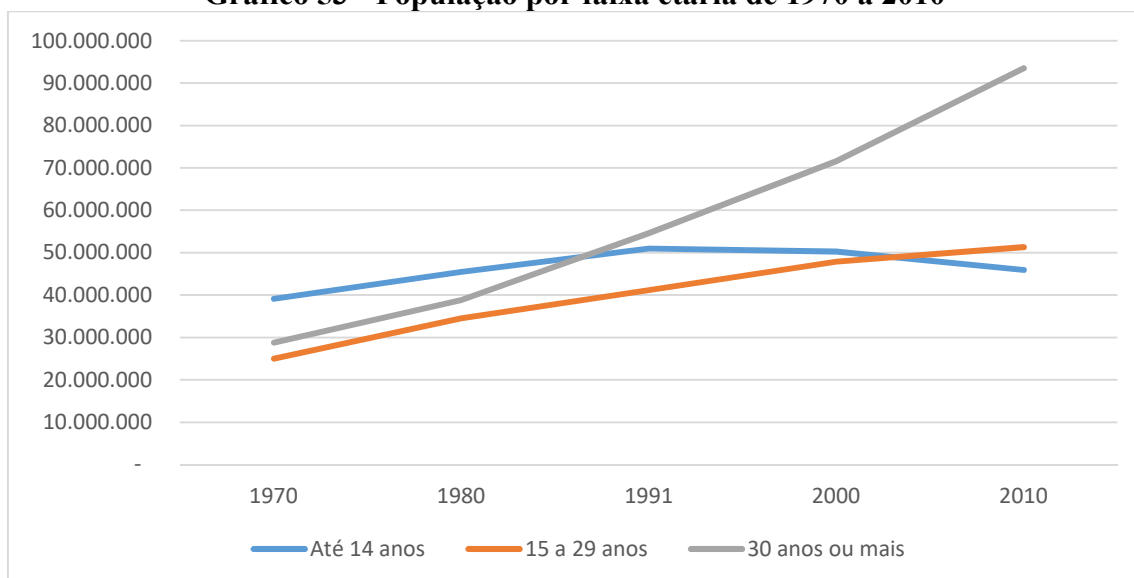
Quanto a influência da urbanização e modernização da sociedade brasileira na redução do tamanho médio das famílias, pode ser observado que entre famílias pobres das áreas rurais é desejável famílias maiores, a fim de compartilhar tarefas cotidianas executadas por todos os membros da família, conciliando o trabalho direcionado as plantações de subsistência com a produção mercantil. A pobreza rural no Brasil estabelecia uma percepção de que a vida rural e seu estilo de vida significava atraso e miséria e precisava ser suplantada. A vida nas cidades demandava a aquisição de um conjunto de bens que eram prescindíveis no campo ou eram adquiridos de forma não mercantil, o que ampliava de forma muito mais significativa não apenas a capacidade que cada membro da família tinha de contribuir na composição da renda familiar, mas,

sobretudo, no quão oneroso é manter muitos filhos em idade não produtiva consumindo um volume maior de bens agora mercantilizados (CARDOSO DE MELLO E NOVAIS, 2009). Tudo isso sem contar com um Estado de bem-estar social que contribuisse suficientemente com a manutenção da reprodução da força de trabalho, garantindo o mínimo da subsistência.

No Brasil se estabelece nas cidades um senso de urgência que torna os filhos - que permanecerão muito tempo sem trabalhar - um custo elevado demais no curto prazo, desestimulando famílias grandes. Na mesma direção, torna-se insustentável às mulheres manterem-se fora do mercado de trabalho, o que gera um efeito que retroalimenta a redução da fecundidade.

As mudanças sociais que determinaram a redução do tamanho médio das famílias influenciaram de duas formas a participação dos jovens no mercado de trabalho, por um lado reduziu a capacidade que as famílias tinham de sustentar muitos filhos, graças a uma maior mercantilização da vida, por outro, recaiu sobre um número menor de pessoas a manutenção e reprodução das famílias. Sobre os jovens foram direcionados os investimentos educacionais que antes não eram necessários e as expectativas de manutenção futura do núcleo familiar - especialmente em famílias mais pobres sem acesso a dispositivos adequados de previdência social. A elevação da precariedade material das famílias nas grandes cidades nas décadas de 1980 e 1990, associada a maiores obstáculos para o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, agiu coercitivamente para uma redução no tamanho das famílias em todas as classes sociais.

Gráfico 53 - População por faixa etária de 1970 a 2010



Fonte: IBGE/CENSO

4.3.2 Escolarização e frequência escolar

Como já fora apresentado, na década de 1980 se verifica um importante processo, qual seja a ampliação do acesso à educação formal. Nessa década, ocorre um salto de 84% na taxa de frequência escolar entre as pessoas com até 15 anos. Já entre os jovens de 15 a 29 anos a ampliação foi de apenas 1%, mas com relevante diferença entre homens e mulheres, tendo em vista que o aumento da taxa de frequência das jovens mulheres foi de 5%, enquanto os homens jovens reduziram sua taxa em 4%. Neste indicador a desigualdade entre homens e mulheres se ampliou, porquanto as mulheres já possuíam uma taxa de frequência mais elevada que a dos homens que no ano de 1980. No entanto, a diferença na taxa de frequência entre homens e mulheres jovens foi mitigada na década de 1990, uma vez que neste período a frequência escolar dos homens de 15 a 29 anos cresceu 66%, enquanto das mulheres na mesma faixa etária 52%.

Se na década de 1980 ocorreu uma peculiar expansão do acesso à educação entre as pessoas com menos de 15 anos, na década de 1990 a ampliação do acesso ocorreu entre a população com mais idade. Quanto maior a faixa etária, maior foi a ampliação do acesso em termos relativos, porém, como a taxa de frequência escolar era muito baixa entre as pessoas com 25 anos ou mais, a mudança mais significativa foi entre os jovens de 15 a 24 anos. Entre as pessoas entre 15 e 29 anos a taxa de frequência escolar cresceu 58%, sendo 42% entre pessoas com 15 a 17 anos, 65% entre as com 18 a 24 anos e 125% entre pessoas com idade entre 25 e 29 anos.

Tabela 4 – Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor no Brasil 1991(em %)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	57,2	69,8	63,1	60,7	70,9	65,6	58,9	70,3	64,3
15 a 17 anos	47,4	58,4	52,5	53,8	61,0	57,3	50,6	59,7	54,9
18 a 24 anos	15,7	21,1	18,4	20,1	22,4	21,3	17,8	21,8	19,9
25 a 29 anos	3,9	5,9	4,9	5,1	5,5	5,3	4,5	5,7	5,1
15 a 29 anos	20,0	24,0	22,0	23,8	24,8	24,3	21,9	24,4	23,2
30 anos ou +	0,9	1,1	1,0	1,2	1,3	1,2	1,1	1,2	1,1
Total	23,9	25,1	24,5	25,7	24,4	25,0	24,8	24,8	24,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Tabela 5 - Taxa de frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor no Brasil 2000 (em %)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	65,3	65,8	65,5	66,4	66,1	66,2	65,8	66,0	65,9
15 a 17 anos	74,7	80,7	77,7	75,0	80,6	77,8	74,8	80,6	77,8
18 a 24 anos	30,4	34,5	32,4	31,2	34,5	33,0	30,8	34,5	32,7
25 a 29 anos	9,6	11,7	10,7	12,1	12,6	12,4	10,8	12,2	11,5
15 a 29 anos	34,9	37,9	36,4	36,0	37,7	36,9	35,4	37,8	36,7
30 anos ou +	3,1	3,0	3,1	4,9	4,2	4,5	4,0	3,6	3,8
Total	32,6	30,8	31,6	33,0	29,9	31,2	32,8	30,3	31,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Assim, pode ser observado que a escolarização entre os jovens ocorreu na década de 1990, influenciada pela ampliação de políticas públicas preconizadas na Constituição de 1988, mas também por mudanças no mercado de trabalho. Nas décadas de 1980 e 1990 o desemprego juvenil torna-se um problema central para os jovens. A ampliação da escolarização se apresentava como uma imposição da vida laboral, dadas não somente mudanças no conteúdo do trabalho ditadas pelas mudanças tecnológicas do pós-fordismo, mas, sobretudo, por elevadas taxas de desemprego que ampliam o excedente estrutural de força de trabalho. A pressão das jovens mulheres buscando um espaço no mercado de trabalho também contribuía na ampliação da escolarização, posto que estas enfrentariam obstáculos maiores para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Como será visto a frente, a elevação mais significativa das mulheres no mercado de trabalho ocorreu no Setor de “serviço doméstico”, o que aponta que mesmo com escolarização superior, era reservada à maior parte das jovens mulheres a parcela mais precária do mercado de trabalho, salve poucas exceções como no setor de “Construção Civil”.

Pode ser constatado que a maior inserção das jovens mulheres no mercado de trabalho não guardava uma relação exclusiva com a ampliação da escolarização, posto que a ampliação da taxa de frequência escolar ocorreu entre as jovens mulheres de famílias com maior renda per capita, enquanto a ocupação mais representativa na estrutura ocupacional destas ocorreu no setor de “serviço doméstico”, setor ocupado por jovens de baixa renda. A ampliação da participação das jovens mulheres possui maior relação com a necessidade de contribuir na composição da renda familiar, que por ampliação da escolarização – como seria sugerido pela teoria do Capital Humano.

A diferença na taxa de frequência escolar entre jovens negros e não negros indicam uma diferença fundamental: enquanto as mulheres brancas possuem uma taxa de participação 13% maior que as mulheres negras entre os 15 e 17 anos e vai reduzindo nas faixas etárias subsequentes, entre os homens jovens os brancos começam com uma taxa de frequência escolar 22% maior que dos jovens negros de 15 a 17 anos e vai ampliando nas faixas etárias subsequentes da juventude. Esta diferença de gênero e raça estava associada a trajetória destes no mercado de trabalho, uma vez que as mulheres buscam reduzir as desigualdades educacionais possuindo uma menor taxa de participação no mercado de trabalho, enquanto os homens jovens possuem taxas de participação mais elevadas, com os homens negros ocupando vagas mais precárias e com difícil conciliação trabalho e estudo. Em 2000 se constata uma tendência semelhante, com um crescimento da desigualdade entre homens e redução da desigualdade entre mulheres no transcorrer das faixas etárias juvenis, porém, as desigualdades são menores, graças a ampliação da escolarização na década de 1990 e uma redução dos jovens negros no trabalho agrário, como será analisado à frente. A distância de taxa de frequência entre homens e mulheres também reduz entre os anos de 1991 e 2000 em todas as faixas etárias juvenis.

Analisando a ampliação da escolarização da população de baixa renda durante a década de 1990, Pochmann (2004) identifica que a teoria do Capital Humano é incapaz de explicar a elevação do desemprego e a inserção precária no mundo do trabalho em que estão sujeitos os jovens pobres. O excedente estrutural de força de trabalho e a profunda crise econômica de 1990 que desestruturou o mercado de trabalho não foi solucionado com a mera ampliação da escolarização ou da taxa de frequência escolar. O que se verificou foi a redução das desigualdades educacionais, sem que a educação alterasse a desigualdade na vida laboral, seja de raça ou classe.

4.3.3 Renda familiar e a inserção da juventude no mercado de trabalho

O nível de participação e características dos jovens na PEA no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 estão intimamente associadas a mudanças de ciclo econômico a que o país estava submetido. Enquanto no período desenvolvimentista o ingresso dos jovens na vida laboral não era obstaculizado pelo fenômeno do desemprego, a reorganização produtiva e as políticas contracionistas no período neoliberal geraram um desemprego tão elevado e prolongado que contribuiu não apenas com a desocupação, como também com a saída de uma grande parcela dos jovens mais pobres do mercado de

trabalho. Na esfera do trabalho, a década de 1990 foi marcada pela descrença dos jovens na vida laboral, posto que mesmo com maior escolarização continuou excluído de ocupações dignas. Vale destacar que não era apenas o desemprego dos jovens que interferia em sua trajetória escolar e profissional, como também o desemprego de outros membros da família.

Com o objetivo de verificar possíveis correlações entre o desemprego do chefe de família, o ingresso de crianças e jovens no mercado de trabalho e piora nos resultados escolares, Duryea, Lam e Levison (2007) produzem um estudo com robusta significação estatística, que analisou dados de mais de 100 mil pessoas entre 10 e 16 anos. Os autores utilizaram dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) entre os anos de 1982 e 1999 para construir um modelo econométrico longitudinal para identificar como jovens e crianças são impactadas pelo desemprego do chefe de família. O estudo permitiu concluir que o desemprego do chefe de família eleva consideravelmente a probabilidade de seus dependentes ingressarem no mercado de trabalho, obterem piores resultados escolares e, até mesmo, abandonarem a escola.

Os autores identificam que em países subdesenvolvidos os jovens e crianças são afetados no longo prazo pela volatilidade econômica que influi diretamente no nível de salários e empregos na economia. A insuficiência de um estado de bem-estar que protege a população mais pobre dos efeitos deletérios da instabilidade econômica, reduz a capacidade das famílias de protegerem seus jovens e crianças das crises, o que as compele a um ingresso precário no mercado de trabalho em detrimento de seu bom desempenho escolar.

Como já fora observado, depois do Brasil passar as décadas de 1960 e 1970 por período de elevado crescimento econômico, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por profundas crises e instabilidades econômicas, com o PIB per capita de 1990 mantendo-se no patamar da década anterior. Ainda assim, as mudanças na demografia, na estrutura produtiva e em fatores culturais do país produziram uma redução nas taxas de participação no mercado de trabalho de crianças e jovens/adolescentes.

Segundo Duryea, Lam e Levison (2007), o desemprego do chefe de família no Brasil eleva a probabilidade de pessoas entre 10 e 16 anos ingressarem no mercado de

trabalho entre 30 e 50% e eleva entre 14 e 34% a de não progredirem na vida escolar⁶⁶. Os dados analisados confirmaram que o ingresso precoce na vida laboral reduz a oportunidade de prolongamento da vida escolar e eleva a desigualdade social, posto que são as famílias mais pobres as que convivem com maior insegurança laboral e que mais demandam a contribuição dos filhos na composição da renda familiar.

Segundo os autores, o desemprego dos pais empurra os filhos para o mercado de trabalho, o que os leva a obterem piores resultados escolar, ou largarem, definitivamente ou não, a escola. Mesmo que os jovens e crianças não ingressem no mercado de trabalho, estes podem ser retirados da escola para reduzir custos ligados a vida escolar, ou para contribuírem mais nas tarefas domésticas. Nos casos em que o chefe de família perde o emprego e outro membro adulto precisa elevar sua jornada de trabalho para compensar a redução da renda familiar, recai sobre os jovens e crianças a responsabilidade com trabalhos domésticos e cuidados com crianças menores, idosos e doentes.

O modelo econométrico produzido por Duryea, Lam e Levison (2007) aponta que os meninos estavam mais propensos a de ter sua vida laboral e escolar impactados pelo desemprego do chefe de família. Segundo os autores, enquanto os meninos possuem 57% de probabilidade de ingressar no mercado de trabalho dado o desemprego do chefe de família, as meninas possuem 21%. O ingresso do jovem de 16 anos no mercado de trabalho dobra a probabilidade de abandonar a escola, aumentando de 2,2% para 4,7%, e a probabilidade para não avançar nos estudos sobe de 38% para 43% (DURYEA; LAM; LEVISON, 2007)

Quando os autores modificaram a variável de escolaridade dos pais, constataram que em famílias em que os pais possuem 8 anos de escolaridade, a probabilidade do jovem ou das crianças entrarem no mercado de trabalho cai de 24% para 11%, dado o choque de desemprego do chefe da família. A mesma tendência vale para o abandono e progressão escolar; os dados apontam que pais com maior escolarização tendem a manter os filhos estudando e progredindo na vida escolar, ainda que chefe da família seja acometido pelo desemprego. Uma vez que as famílias com maior renda também são as que possuem maior escolarização, constata-se que os jovens mais pobres

⁶⁶ Com objetivo de reduzir a possibilidade de correlações espúrias quanto a influência do ingresso no mundo do trabalho e o não progresso escolar, os autores descartaram dos dados os casos em que o chefe de família é afetado pelo desemprego durante as férias escolares.

são compelidos mais cedo ao mercado de trabalho, a fim de contribuir no sustento familiar. Se os jovens de classe média podem escolher quando ingressar no mercado de trabalho, os jovens das famílias mais pobres são obrigados a ingressar cedo e precariamente na vida laboral, ainda que não encontrem ocupações que considerem aceitáveis.

A ampliação do desemprego na década de 1990 elevou a probabilidade de pessoas de 10 a 16 anos abandonarem a escola, não progredirem na vida escolar e ingressarem no mercado de trabalho, porém se verificou o oposto, dado a ampliação da escolarização dos pais, a redução do número de irmãos nas famílias e a redução da população em idade escolar. Cardoso e Souza (2004) rejeitam a hipótese de terem sido as políticas públicas voltadas a elevação da escolarização e redução do trabalho infantil na década de 1990, as responsáveis pela ampliação da frequência escolar dos jovens e crianças e redução da participação destes no mercado de trabalho, por tais políticas terem sido executadas após a verificação de tais fenômenos.

Os estudos de Duryea, Lam e Levison (2007) apontam que os jovens brasileiros ajustam seus comportamentos escolares e suas trajetórias profissionais aos ciclos econômicos e variação de renda das famílias. Embora os ciclos econômicos possam variar no curto prazo, os resultados da instabilidade econômica tendem a gerar efeitos de longo prazo tanto na reprodução de desigualdades de gênero, quanto de renda familiar. O acúmulo de choques de curto prazo na renda das famílias gera impactos negativos irreparáveis na escolarização e vida laboral dos jovens. Os autores informam ainda que seus resultados podem ser utilizados como uma proxy da variação de renda negativas mais gerais, ou seja, a redução de renda das famílias compele os jovens ao mercado de trabalho, reduz a progressão escolar e eleva a evasão, sobretudo entre as famílias mais pobres.

4.3.4 PEA e Participação

Na década de 1980 o volume de pessoas na PEA cresceu 44% no Brasil, derivada sobretudo de uma ampliação do número de mulheres na força de trabalho. Nesta década se verifica uma expansão da PEA em todas as faixas etárias, mas de forma menos pronunciada entre as pessoas mais novas, o que refletiu em uma ampliação em 35% entre os jovens de 15 a 29 anos, chegando a 26 milhões de pessoas, e uma ampliação de 52% entre as pessoas com mais de 29 anos. O acréscimo no número de pessoas na força de

trabalho se deve majoritariamente à ampliação da taxa de participação das jovens mulheres, mas não em todas as faixas etárias. Enquanto entre os jovens adolescentes a ampliação do número de pessoas na PEA foi em torno de 25%, tanto para homens quanto para mulheres, entre jovens de 25 a 29 anos as mulheres tiveram uma ampliação na PEA 47% maior que os homens da mesma faixa etária.

Mesmo com o ingresso das mulheres na PEA em taxas maiores que a dos homens, em 1991 a taxa de participação feminina se mantinha consideravelmente menor em todas as faixas etárias. Neste ano a taxa de participação das pessoas entre 15 e 29 anos era de 64,5%, sendo que entre os homens era de 85,9% e entre as mulheres era de 43,4%. A taxa de participação das mulheres correspondia à metade da taxa dos homens em todas as faixas etárias juvenis. Já durante a década de 1990, mesmo com uma elevação de 22% no nível da PEA entre os jovens de 15 a 29 anos, partindo de 26 milhões para 34 milhões em 2000 e verifica-se mudanças substanciais que precisam ser ressaltadas.

Primeiramente, constata-se uma redução na taxa de participação dos jovens em todas as faixas etárias, reduzindo em média 10% entre os jovens de 15 a 29 anos. Na década de 1990 continuou aumentando a taxa de participação das mulheres em níveis semelhantes a década anterior, o que configurou uma elevação na taxa de participação das mulheres jovens de 15 a 29 anos em 24%. Em 2000 a taxa de participação da população entre 15 e 29 anos era de 65,7%, sendo 77,7% entre os homens jovens e 53,8% entre as mulheres da mesma faixa etária. Ainda que a desigualdade seja elevada, a diferença entre homens e mulheres jovens em 1991 era de 42 pontos percentuais, já em 2000 a diferença caiu para 24 pontos percentuais.

Possivelmente a mais relevante mudança na década de 1990 foi a queda de 23% na taxa de participação dos homens jovens de 15 a 17 anos, configurando uma taxa de participação em 40,3% - sendo 32,4 entre as jovens mulheres e 48,2 entre os homens jovens. Esta mudança correspondeu ao início de um processo de redução dos jovens adolescentes no mercado de trabalho, que se aprofundará na década seguinte. Esta redução é fruto de um conjunto de processos na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, da ampliação da escolarização e de mudanças na estrutura produtiva durante os anos 2000.

Guimarães (2005) aponta que a reconfiguração da estrutura produtiva no Brasil, após a abertura comercial e automação de tarefas operacionais comumente executadas por jovens no começo da vida profissional, reduziu o acesso de pessoas de 15

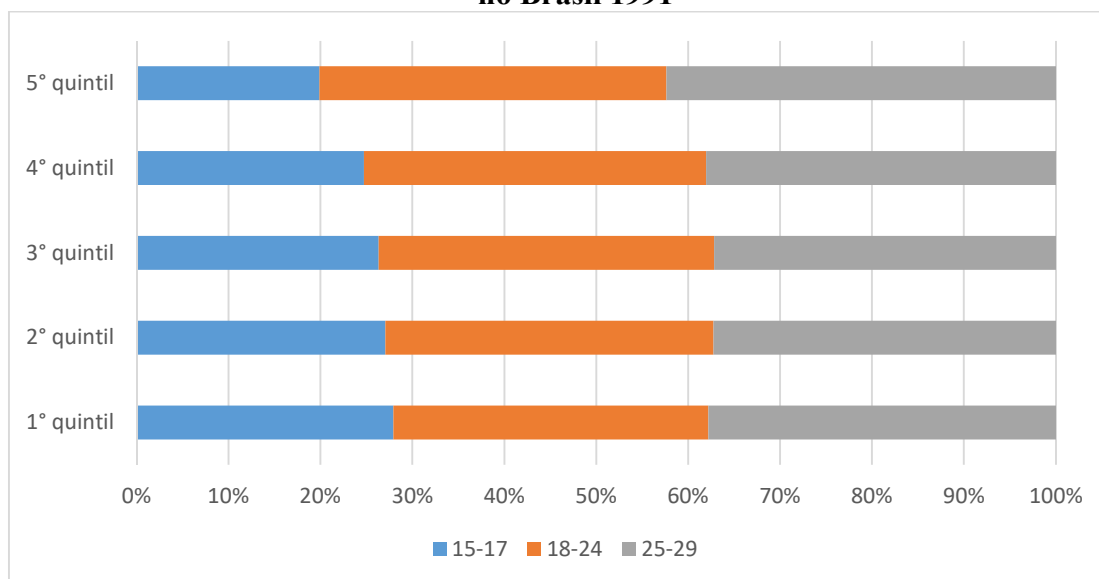
a 20 anos ao mercado de trabalho. Madeira (1998) chamou atenção para uma explosão no número de jovens em busca de emprego, que cominou com o encolhimento do número de postos de trabalho voltados a este público, dada a reestruturação produtiva no Brasil durante a década de 1990 que eliminou ocupações majoritariamente de jovens como "auxiliares do comércio e serviços, office boys, aprendizes e meio-oficiais da indústria, entre outros". Baltar sugere que o elevado nível de desemprego da década de 1990 fez com que os jovens deixassem de procurar emprego, dada a ineficácia da busca, firmando um tipo de acordo tácito familiar que amparava a ampliação da escolarização - protelando o ingresso no mercado de trabalho -, a fim de ampliar a probabilidade de um ingresso qualificado na vida laboral em período posterior. Outro argumento complementar aos já citados está relacionado a mudanças no conteúdo do trabalho em escala global, demandando níveis mais elevados de escolarização, a fim de executarem adequadamente tais tarefas. A baixa escolarização não seria um obstáculo intransponível em uma economia aquecida, com uma abundante oferta de trabalho, mas com o excedente estrutural de força de trabalho que caracteriza a economia brasileira, potencializado pelas políticas de caráter recessivo da década de 1990, os empregadores podiam exigir uma sobrequalificação, mesmo que tais atribuições não fossem necessárias para executar as tarefas demandadas.

Em suma, a redução da participação no mercado de trabalho dos jovens adolescentes a partir da década de 1990, se configura como uma mudança estrutural do mercado de trabalho brasileiro, derivada da inserção das mulheres no mercado de trabalho, de alterações da estrutura produtiva, da elevação da escolarização, mudanças culturais relacionadas a um tipo de ética do trabalho, mudanças tecnológicas de caráter global e implementação de políticas públicas previstas na constituição de 1988. Mas deve ser ressaltado que a redução na mudança na taxa de participação não foi uniforme entre pessoas de diferentes classes sociais e, muito menos, entre homens e mulheres jovens.

Como pode ser observado no Gráfico 57, a diferença mais significativa entre os jovens dos diferentes quintis familiar de renda está na proporção de jovens NEET, posto que a desestruturação do mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990 ampliou o fosso de acesso a ocupações estáveis, ampliando o número de trabalhadores no desemprego por desalento. O resultado deste processo é primeiramente uma baixa taxa de participação em todas as faixas etárias das pessoas pertencentes as famílias 20% mais pobres, o que não quer dizer que estas não busquem emprego ou que tenham optado pela

inatividade, mas sim que existem obstáculos materiais, sociais e culturais elevados demais, quando não intransponíveis, para que continuem buscando uma ocupação estável. Porém, quando observada a taxa de participação entre os 2º, 3º, e 4º quintis de renda, registra-se uma taxa de participação de 8 a 10 p.p. superior ao 5º quintil entre jovens de 15 a 17 anos. De qualquer forma, ao observar o Gráfico 54, fica latente que quanto mais pobre são as famílias, maior é a proporção da taxa de participação dos jovens de 15 a 17 anos em relação as outras faixas etárias da juventude. No período neoliberal, o desemprego, seja aberto ou oculto, foi a característica mais marcante da desigualdade de classe no mercado de trabalho.

Gráfico 54 - Taxa de participação dos jovens segundo quintil da renda domiciliar no Brasil 1991



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

4.3.5 Situação de atividade

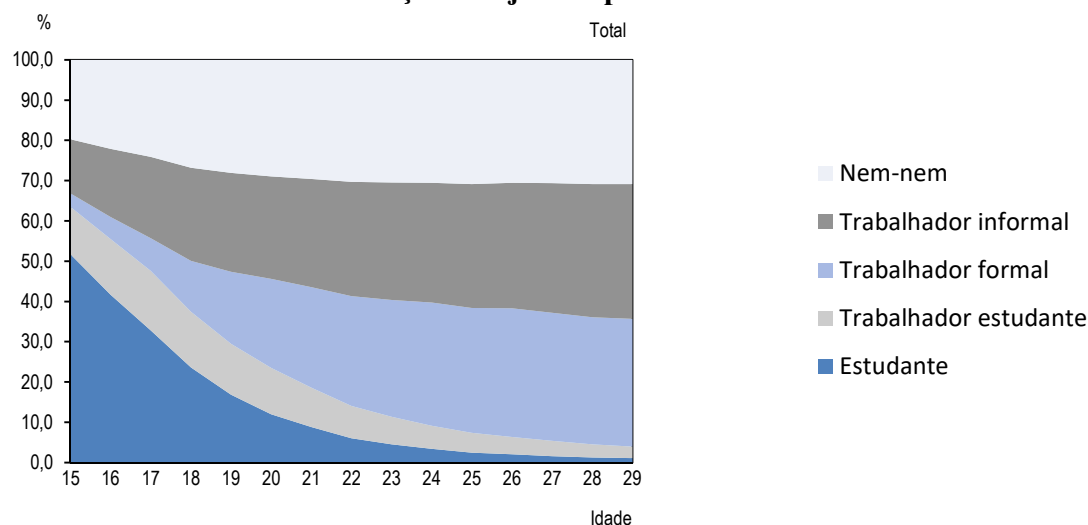
Ao analisar a situação dos jovens por atividade em 1991, é possível identificar mudanças na trajetória escolar e laboral dos jovens durante a década de 1980. Inicialmente verifica-se uma ampliação da proporção de jovens que só estudam entre os 15 e 21 anos. Entre os jovens de 15 anos constata-se uma elevação em 7 pontos percentuais na proporção de jovens estudantes, diferença que declina ano a ano até os 22 anos. Entre os 23 e 29 anos a proporção de estudantes em 1991 era ligeiramente menor que em 1980. Com isso verifica-se que em 1991, 51% dos jovens eram estudantes aos 15

anos, 23% aos 18 anos e, aos 21 anos, eram 8,8%. Mesmo com uma proporção muito menor, um processo semelhante ocorreu entre os jovens que conciliavam trabalho e estudo, com uma proporção maior em 1991 entre os jovens com 15 a 18 anos, mas dos 19 aos 29 anos existia uma proporção maior de jovens que conciliavam trabalho e estudo em 1980. Em ambas as décadas a idade em que existia mais jovens conciliando trabalho e estudo era aos 17 anos, idade em que o jovem ainda não concluiu o ensino médio.

A mudança na proporção de jovens trabalhando em 1991 segue uma tendência complementar ao processo de elevação da escolarização. Entre pessoas com idade entre 15 e 19 anos existe uma proporção menor de trabalhadores, quando comparado com 1980, mas entre os 20 e 29 anos a proporção de jovens trabalhadores em 1991 supera a de 1980. Em 1991, aos 15 anos 16,8% dos jovens trabalhavam e aos 21 anos mais da metade da juventude estava em uma ocupação – 25% estavam no trabalho formal e 26% no trabalho informal. A questão será tratada de forma mais detida na comparação entre quintis de renda familiar, dado que as ocupações informais acometem mais os jovens de famílias com baixa renda e a informalidade é especialmente elevada entre pessoas no início da vida laboral.

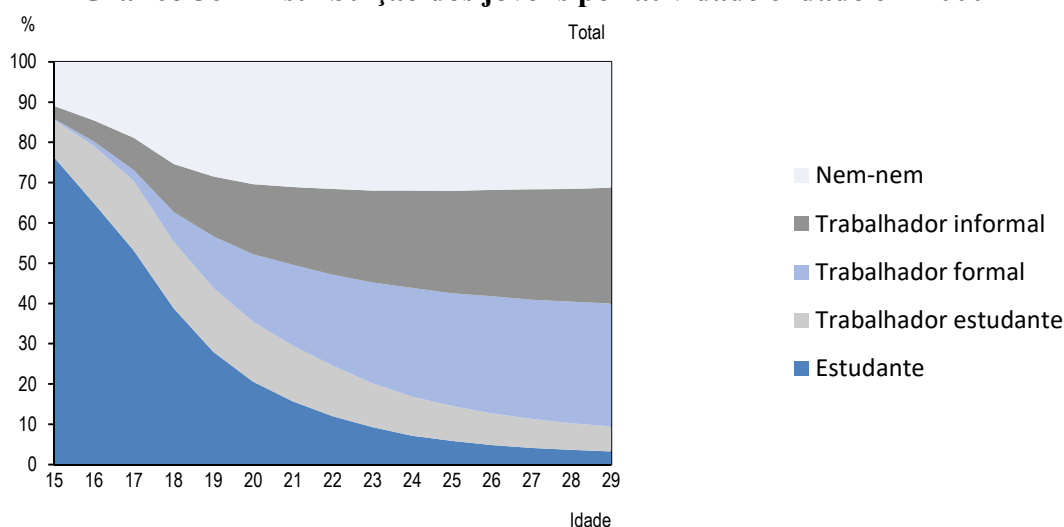
A proporção de jovens no trabalho informal aos 15 anos é três vezes maior que os trabalhadores formais. Aos 18 anos a informalidade cai, mas se mantém elevada representando 83% a mais que o trabalho formal. O trabalho informal é maior entre pessoas no início da vida laboral, mas está presente em proporções elevadas em todas as faixas etárias no Brasil. A proporção de trabalhadores informais é superior à de trabalhadores formais entre jovens em quase todas as faixas de idade. Em 1991 ocorreu uma redução na proporção de Jovens que não trabalham nem estudam, mas a taxa de NEET continua elevada, acometendo 30% das pessoas entre 19 e 29 anos. Entre jovens de 23 a 29 anos a proporção de trabalhadores formais, trabalhadores informais e NEET divide-se em partes iguais por volta de 30%.

Em suma, entre 1980 e 1991 as principais mudanças foram: A ampliação da proporção de estudantes entre 15 e 20 anos; a redução da proporção de trabalhadores no começo da juventude e ampliação da proporção entre trabalhadores de 20 a 29 anos; e uma sutil redução dos NEET em todas as idades.

Gráfico 55 - Distribuição dos jovens por atividade e idade em 1991

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Durante a década de 1990 ocorreram mudanças mais profundas na distribuição dos jovens por atividade. Como já fora identificado ao apresentar a elevação na taxa de frequência escolar, verifica-se uma ampliação na proporção de estudantes em todas as faixas etárias, sendo que entre os 15 e 17 anos a ampliação foi de mais de 20 pontos percentuais. A proporção de pessoas conciliando trabalho e estudo também cresceu em todas as idades entre 16 e 29 anos, resultado também da ampliação da escolarização na década de 1990. Mas as mudanças mais relevantes na distribuição por idade no ano de 2000 foi a redução da proporção de jovens trabalhando em todas as faixas etárias, sendo que, entre os 15 e 23 anos, a redução foi de mais de 10 pontos percentuais. Ainda que a redução tenha ocorrido em taxas mais elevadas entre pessoas com até 23 anos, o estreitamento do mercado de trabalho na década de 1990 atingiu jovens de todas as idades, inclusive elevando a taxa de NEET entre os 19 e 29 anos, já que grande parcela da juventude que concluía o ensino médio não conseguia ingressar no mercado de trabalho ou no ensino superior. Outro efeito da precarização do mercado de trabalho e da elevação do desemprego na década de 1990, foi a redução do trabalho formal entre os jovens de todas as faixas etárias. Na década de 1990 foram verificadas consistentes ampliações no acesso a escolarização, porém a juventude foi a mais afetada pela precarização do trabalho, pelo desemprego e pela inatividade - oriunda da profunda crise econômica e desestruturação do setor produtivo nacional.

Gráfico 56 - Distribuição dos jovens por atividade e idade em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

4.3.6 Situação de atividade por quintil de renda e sexo 1991

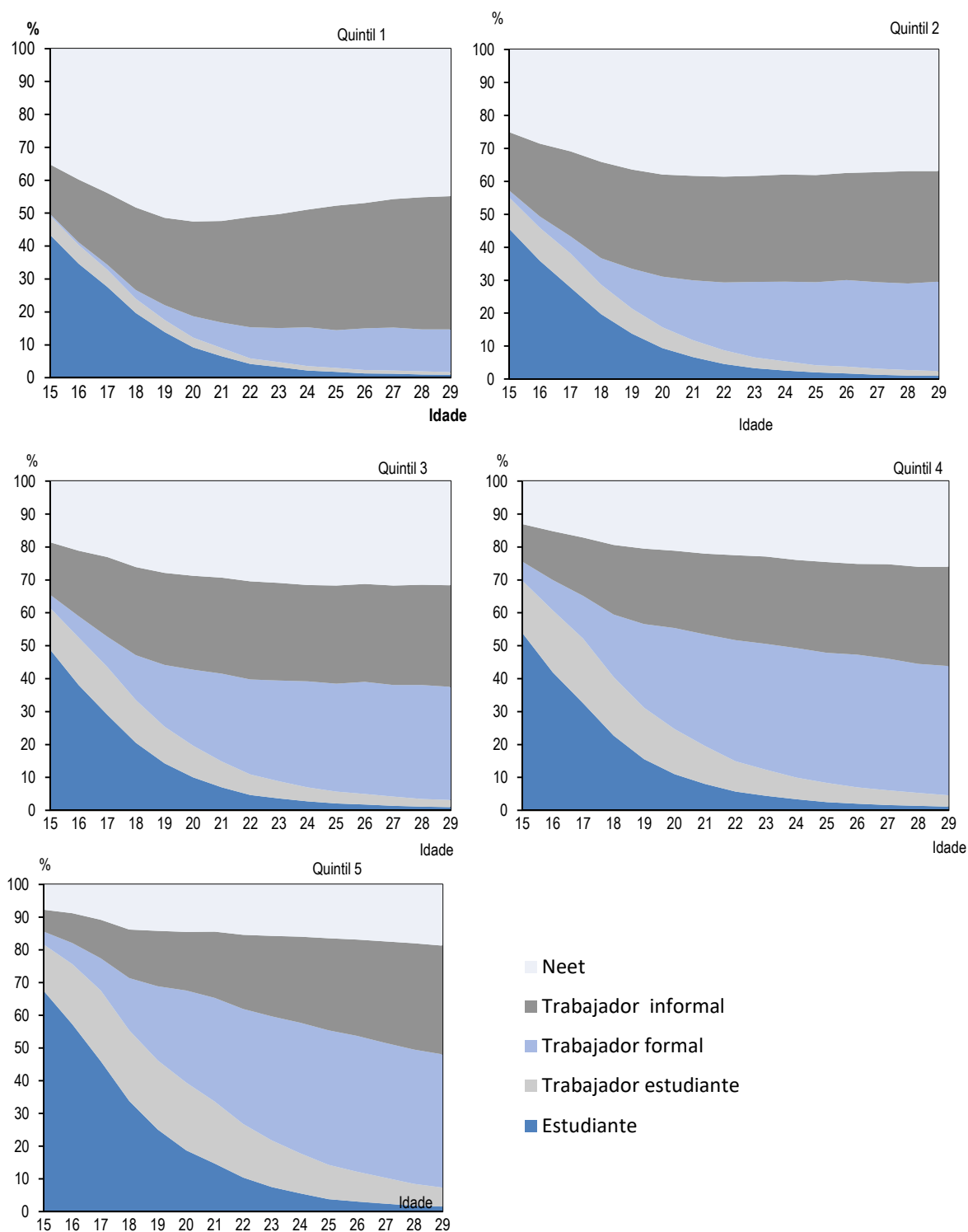
A distribuição de atividade por quintil de renda em 1991 exposta no Gráfico 57, evidencia que a principal mudança que ocorreu durante a década de 1980 entre os jovens das famílias mais pobres foi a elevação da escolarização, manifesta na ampliação da proporção de estudantes com idade entre 15 a 19 anos, que variou entre 43% e 14%. Esta elevação na proporção de estudantes entre os mais pobres também refletiu na redução dos NEET entre 15 e 18 anos. Outro fator relevante sobre os jovens das famílias 20% mais pobres é a redução da proporção de jovens trabalhando entre os 15 e 25 anos, porém a redução mais significativa ocorre entre jovens de 15 a 19 anos. Na década de 1980 a proporção de jovens trabalhando caiu 7 pontos percentuais aos 15 anos e 3,8 p.p. entre os jovens de 19 anos.

Já entre os jovens das famílias 20% mais ricas também ocorreu uma ampliação na proporção de jovens estudando entre os 15 e 17 anos, mas a grande mudança das pessoas neste quintil de renda na década de 1980 foi no mundo do trabalho. Constatase uma ampliação da proporção de jovens trabalhando entre os 19 e 29 anos, sendo que entre pessoas de 23 a 29 anos a ampliação esteve entre 7,4 e 8,5 p.p., o que refletiu também na redução dos NEET na mesma faixa etária. Na década de 1980 também se verifica uma redução da proporção do que conciliavam trabalho e estudo, em especial entre os jovens entre 20 e 29 anos, o que guardava relação com a ampliação dos jovens que só trabalham.

A comparação entre o 1º e 5º quintil de renda permite constatar que as mais relevantes desigualdades estão no mundo do trabalho, em especial em quem tem acesso ao mercado de trabalho formal e quem encontra-se em ocupações mais instáveis e com maior rotatividade. Os jovens das famílias 20% mais pobres possuíam uma maior proporção de trabalhadores apenas entre os 15 e 17 anos, período em que a classe média optava em manter seus filhos exclusivamente estudando, porém quando foi desagregado entre trabalhadores formais e informais, constata-se que os jovens do 1º quintil possuíam uma menor proporção de trabalhadores formais em todas as idades entre 15 e 29 anos, diferença que chega a 29,6 pontos percentuais aos 24 anos. Já entre os trabalhadores informais, em 1991 os jovens deste quintil possuem uma proporção em todas as idades, o que sugere que o trabalho formal atingia uma proporção pequena dos jovens mais pobres. Em 1991 a proporção de trabalhadores formais entre jovens do 1º quintil de renda não superou 13,1%, já a proporção de trabalhadores informais varia de 30 a 40% entre os 21 e 29 anos, e, na mesma faixa etária, a proporção de NEET varia de 45 a 52%, o que significa que entre jovens de 21 a 29 anos do 1º quintil de renda, 85% estava em um emprego informal ou classificado como NEET.

A elevada proporção de NEET entre os jovens mais pobres, por volta de 32 pontos percentuais maior que a dos jovens do 5º quintil em todas as idades, não expressa uma situação estável de inatividade, mas sim a fragilidade dos vínculos de emprego, marcados por ocupações com elevada rotatividade e informalidade. Como afirma o estudo *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* (NOVELLA et al., 2018), os jovens mais pobres transitam de uma situação de atividade para outra de forma muito mais fluida que os jovens das famílias com maior renda. Em suma, em 1991 verifica-se uma redução da proporção de trabalhadores entre jovens das famílias mais pobres, seja entre os que só trabalhavam ou entre os que conciliavam trabalho e estudo, e uma ampliação da proporção de jovens estudando. Entre as famílias com maior renda se constatou uma ampliação da proporção de trabalhadores entre 19 e 29 anos e uma redução da proporção de jovens NEET.

Gráfico 57 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo quintil de renda familiar em 1991



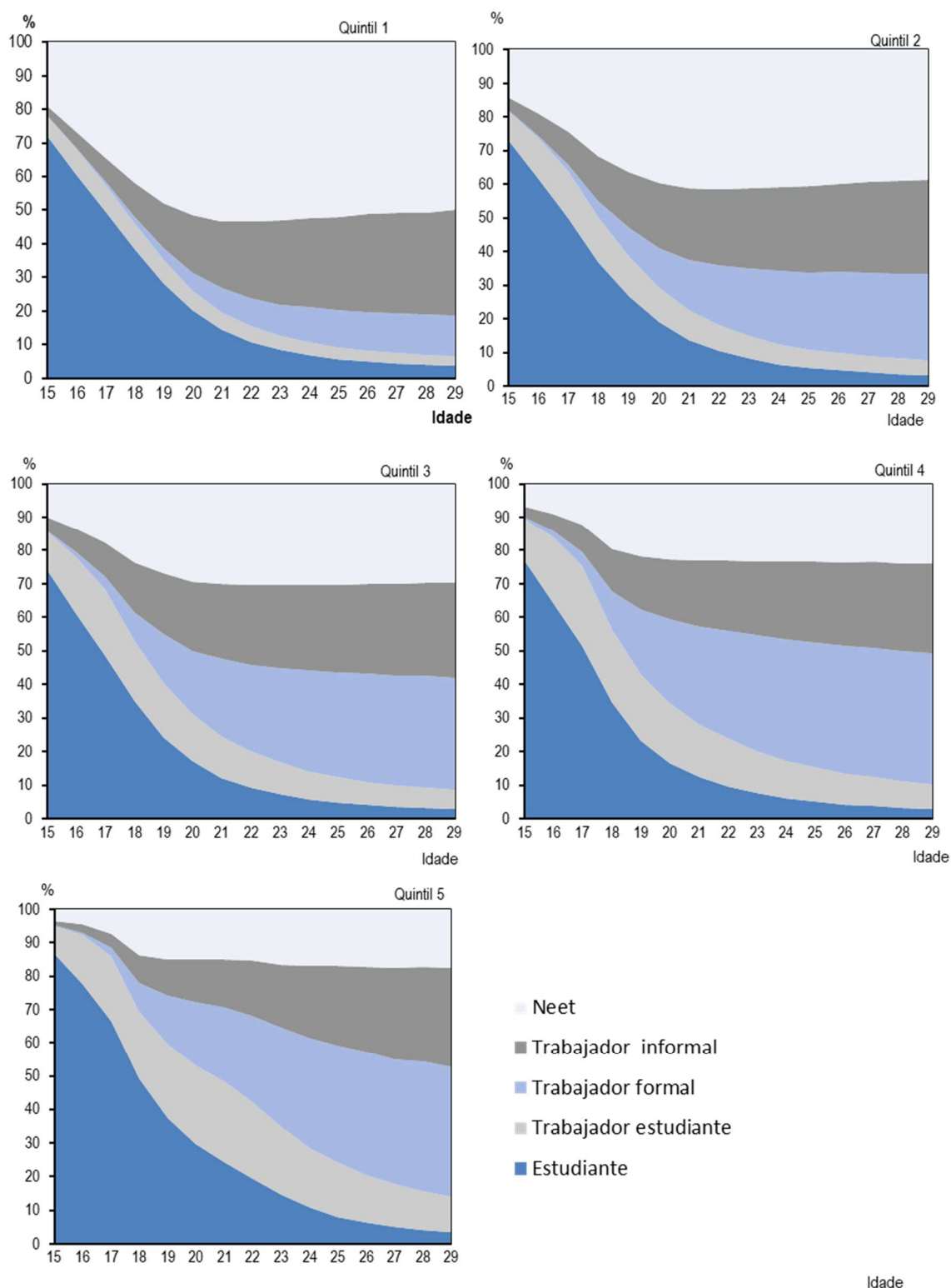
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Durante a década de 1990 a desigualdade entre jovens de famílias com diferentes níveis de renda se aprofundou no mercado de trabalho, ainda que tenha

reduzido no acesso a escolarização. Entre os anos de 1991 e 2000 se verifica entre jovens de 15 a 17 anos uma ampliação na proporção de estudantes superior a 20 p.p., ampliação ligeiramente superior à verificada entre jovens do 5º quintil na mesma faixa etária. A ampliação na escolarização na década de 1990 foi maior entre jovens do 1º quintil, em relação ao 5º, em todas as idades. Os efeitos da deterioração do mercado de trabalho sobre a juventude na década de 1990 foi mais expressivo entre jovens pobres, posto que entre os jovens do 1º quintil de renda se verifica uma redução na proporção de trabalhadores em todas as faixas etárias, em torno de 11 pontos percentuais.

Mesmo com a elevação da escolarização em mais de 10 p.p. entre jovens de 15 a 20 anos, na década de 1990 ocorreu uma ampliação na proporção de jovens NEET do 1º quintil de renda em todas as faixas etárias, sobretudo entre pessoas com 15 a 20 anos. Em 2000, enquanto a proporção de NEET entre jovens de 20 a 29 anos do 5º quintil não chegava a 18%, entre jovens do 1º quintil, mais da metade não trabalhavam e não estudavam. Na década de 1990 ampliou também a desigualdade de acesso ao trabalho formal, uma vez que a proporção de jovens do 1º quintil de renda no emprego formal não chegava a 14%, entre jovens do 5º quintil chegava a 39%. Em resumo, na década de 1990 ocorreu uma redução da desigualdade educacional, com elevação da proporção de estudantes entre jovens pobres, mas se constata também uma ampliação da desigualdade na inserção ocupacional da juventude, dada as dificuldades de os jovens de famílias mais pobres acessarem o mercado de trabalho e o emprego formal.

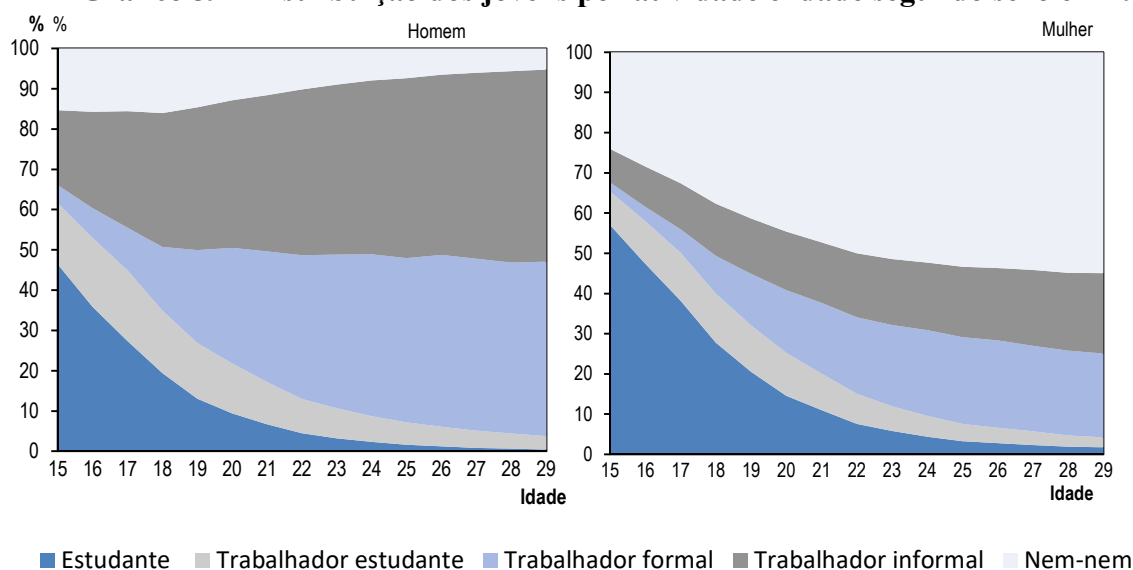
Gráfico 58 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo quintil de renda familiar em 2000



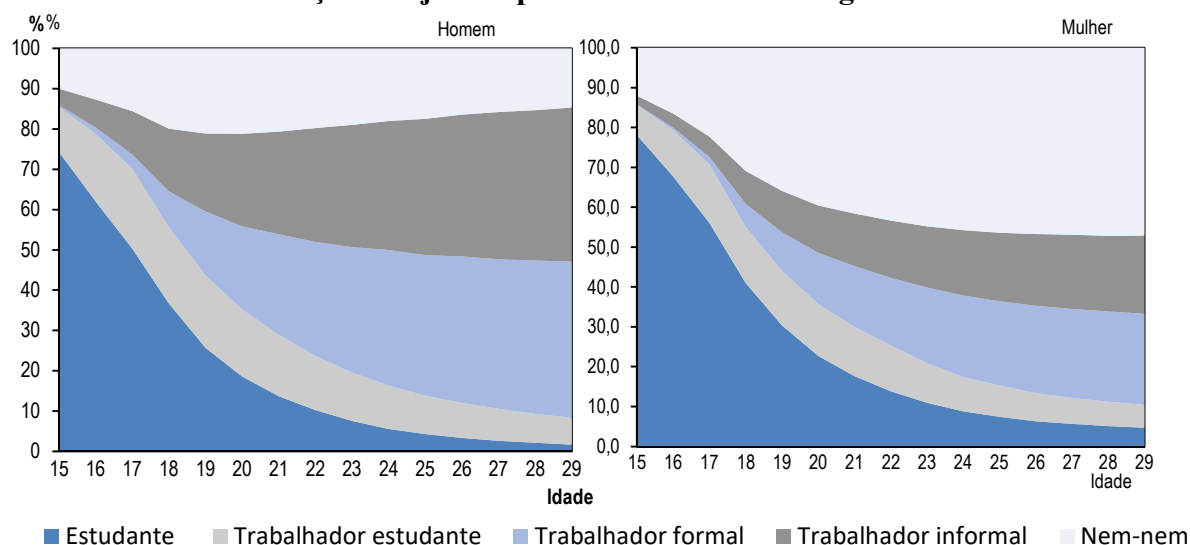
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Quando se compara a distribuição dos jovens por atividade entre os anos de 1980 e 1991, pode ser constatado que, na década de 1980, ocorreu uma redução da desigualdade de gênero entre jovens na vida laboral, ainda que a desigualdade tenha continuado muito elevada. Verificou-se uma elevação na proporção de mulheres trabalhando e uma ampliação da distância educacional entre homens e mulheres jovens, já que foi ampliada a proporção de mulheres entre 15 e 22 anos estudando, enquanto entre os homens a ampliação da proporção de estudantes foi menor e apenas entre pessoas de 15 a 19 anos. Outra mudança durante a década de 1980 foi a redução da proporção de trabalhadores em ambos os sexos entre os adolescentes, mas, além de a redução das mulheres ter sido menor entre jovens deste período da vida, ocorreu uma ampliação da proporção de mulheres trabalhando maior que a de homens entre pessoas de 20 a 29 anos. Uma última consideração quanto à comparação dos períodos: como resultado da elevação na proporção de mulheres trabalhando e estudando, a proporção de mulheres NEET caiu entre jovens de todas as idades, enquanto ampliou entre homens jovens também em todas as idades.

Em 1991 as mulheres ainda possuíam dificuldades para acessar o mercado de trabalho, posto que a taxa de participação dos homens entre 15 e 29 anos era 42,5 pontos percentuais maior que a taxa das mulheres na mesma faixa etária. Entre os homens entre os 19 e 29 anos, mais de 70% estavam trabalhando, enquanto entre as mulheres a proporção não chegava a 44%. As mulheres possuíam uma proporção maior que os homens entre os jovens estudantes e os NEET de 15 a 29 anos, já os homens nesta faixa etária possuíam uma proporção maior entre os que conciliam trabalho estudo, entre trabalhadores formais e entre os trabalhadores informais. Ainda que as mulheres possuísem uma elevada proporção de NEET, chegando a superar em 50 pontos percentuais a proporção dos homens jovens, em 1991, a proporção de trabalhadores informais do sexo masculino era maior que os trabalhadores formais em todas as idades, enquanto entre as mulheres de 20 a 29 anos a proporção de trabalhadoras formais era superior a de informais, expressando que a menor taxa de participação e maior escolarização das mulheres possibilitava, em alguns casos, que estas acessassem ocupações menos desprotegidas.

Gráfico 59 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo sexo em 1991

O aprofundamento da crise no mercado de trabalho nos anos 1990 gerou entre os 15 e os 29 anos uma redução na proporção de trabalhadores tanto em ocupações formais quanto informais. Porém, existem diferenças relevantes na atividade dada a divisão sexual: entre os homens nesta faixa etária se verifica uma redução mais acentuada na proporção de trabalhadores, com uma ampliação dos NEET entre os 18 e 29 anos; já entre as mulheres, se constata uma redução menor na proporção de trabalhadoras, mas com redução também das NEET. Mesmo com a redução da distorção de gênero na inserção laboral dos jovens, ainda existia uma prevalência de mulheres NEET entre os 18 e 29 anos e uma prevalência de homens jovens trabalhando - seja em ocupações formais ou informais - entre os 20 e 29 anos.

Gráfico 60 - Distribuição dos jovens por atividade e idade segundo sexo em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

A seguir será analisada a inserção de jovens entre os 15 e 29 anos no mercado de trabalho, segundo a posição na ocupação.

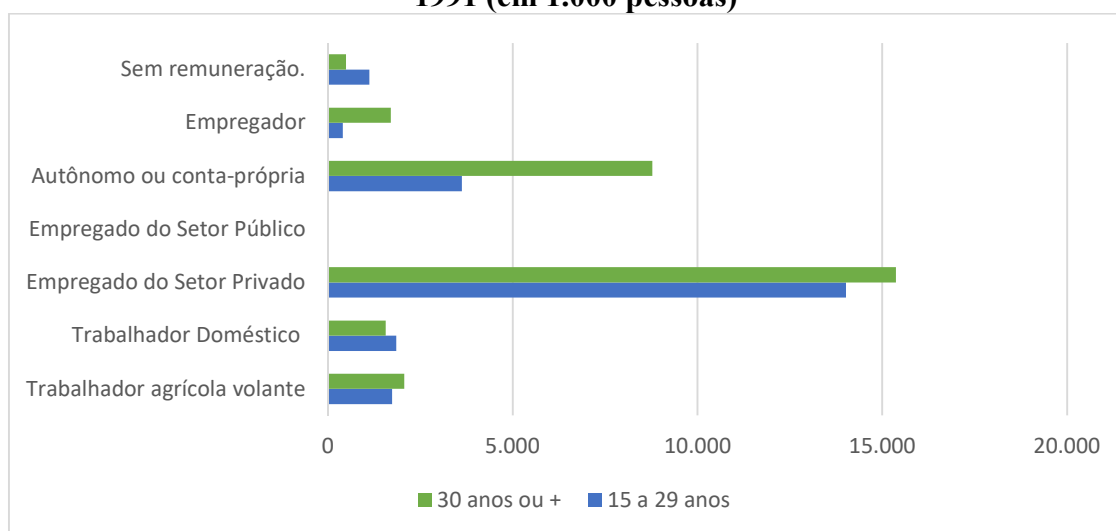
4.3.7 Posição na Ocupação 1991

Ao analisar a posição na ocupação no Censo de 1991 (Gráfico 61 e Gráfico 62), é possível identificar mudanças na posição da ocupação dos jovens que será aprofundada na década de 1990. Como já foi apresentado, entre 1980 e 1991 ocorreu uma ampliação da participação das mulheres em todas as faixas etárias, o que contribuiu para uma elevação na participação média dos jovens de 15 a 29 anos em 15% e das pessoas com 30 anos ou mais em 11%. Porém a elevação do número de pessoas na PEA no mesmo período entre os jovens foi de apenas 35%, enquanto entre os adultos foi de 52%, o que ampliou a diferença entre jovens e adultos na população ativa. Enquanto em 1980 existiam 7% menos jovens que adultos, em 1991 a diferença subiu para 18%.

Quando é feita a comparação entre os dois períodos, constata-se uma estabilidade na proporção entre jovens e adultos nas diferentes posições de ocupação, por exemplo, tanto em 1980 quanto em 1991, a quantidade de jovens ocupados como conta própria era 60% menor que de adultos, a quantidade de jovens trabalhando no trabalho agrícola era por volta de 15% menor que a de adultos e a quantidades de jovens ocupados com empregador era 80% menor que dos adultos nos dois períodos. Porém, duas posições na ocupação sofreram mudanças relevantes: a de trabalhadores não remunerados, na qual

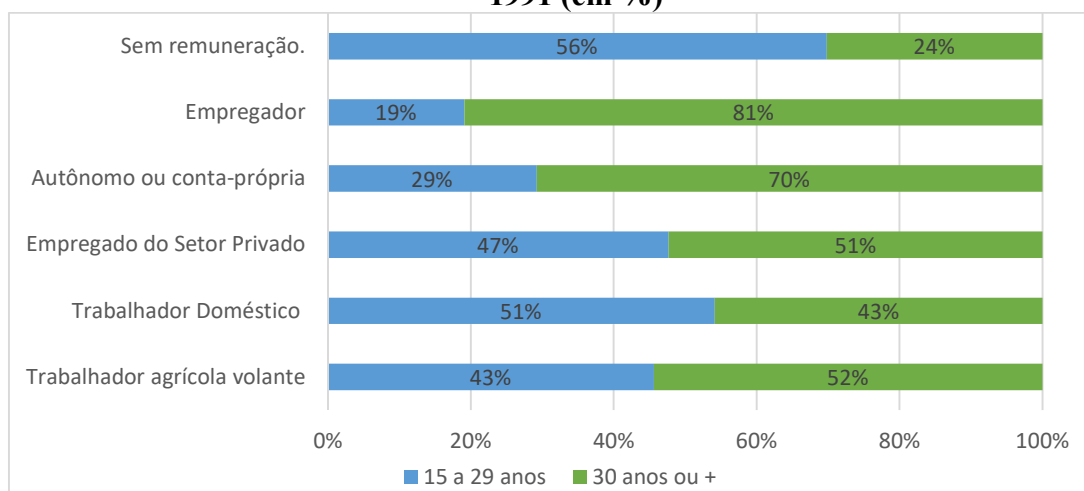
em 1980 existiam 131% mais jovens que adultos, e a diferença cresceu para 287% em 1991; e na posição de ocupação “empregado”, a mais representativa numericamente, em que a participação de jovens em 1980 era 22% maior que a de adultos e passam a ser 9% menor em 1991.

Gráfico 61 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)



Fonte: IBGE/CENSO

Gráfico 62 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação Brasil 1991 (em %)



Nota: A soma de todas as faixas etárias totaliza 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Como pode ser observado no Gráfico 61, em 1991 as pessoas entre 15 e 29 anos eram maioria entre os empregados no setor privado (52%), empregados domésticos

(51%) e trabalhadores sem remuneração (56%). Um dado relevante é que na faixa etária entre 18 e 24 anos é onde se concentra o maior número de trabalhadores sem remuneração, sendo que entre os trabalhadores homens desta faixa etária, um em cada três trabalhadores não recebia salário. Como já fora apresentado, os jovens continuaram sendo minoria entre os trabalhadores no setor público, “conta própria”, trabalhador agrícola e empregador.

Quanto a diferenças de gênero na posição de ocupação em 1991, o que pode ser observado é que existiam oito vezes mais trabalhadores agrícolas jovens do sexo masculino, já entre trabalhadores domésticos de 15 a 29 anos, 94% eram mulheres, o que sugere uma divisão de gênero nas posições de ocupação precária e mal remuneradas: os homens no trabalho agrícola e as mulheres no trabalho doméstico. Outro dado relevante é que existiam 122% mais homens jovens empregados no setor privado, mas no setor público a quantidade de homens e mulheres jovens era praticamente a mesma, este dado associado ao fato de existirem 370% mais homens ocupados por conta própria e 184% mais homens que mulheres trabalhando sem remuneração, corrobora com a hipótese de os homens jovens estarem mais expostos a ocupações precárias, ainda que as mulheres tenham uma grande participação do trabalho doméstico e recebessem salários menores em praticamente todos os setores de atividade econômica.

Ao observar a posição na ocupação em 1991 a partir de recortes de raça/cor, constata-se uma clara segmentação racial no mercado de trabalho no Brasil, que pode ser evidenciada em todas as faixas etárias. Entre a juventude é possível identificar que existiam 42% menos brancos⁶⁷ que negros no trabalho agrícola, 34% menos brancos no trabalho doméstico e 11% menos brancos no trabalho por conta própria. Já as posições de ocupação que possuíam mais brancos que negros eram: empregador, empregado no setor público e no setor privado. Como já foi tratado em capítulos anteriores, no Brasil existe uma correlação indissociável entre cor e raça que pode ser nitidamente percebida no mercado de trabalho. Em 1991 os jovens negros eram maioria em todas as posições de ocupações mais precárias e, em alguns casos como no setor agrícola, a desigualdade salarial entre trabalhadores negros e não negros era maior entre a juventude que após os 29 anos, demonstrando uma tendência à manutenção ou aprofundamento da desigualdade racial no mundo do trabalho.

⁶⁷ Neste trabalho são tratados como brancos as pessoas que se autodeclararam com pele branca ou amarela. São classificados como negros, as pessoas que se autodeclararam negras, pretas, indígenas e pardos.

4.3.8 Posição na Ocupação 2000

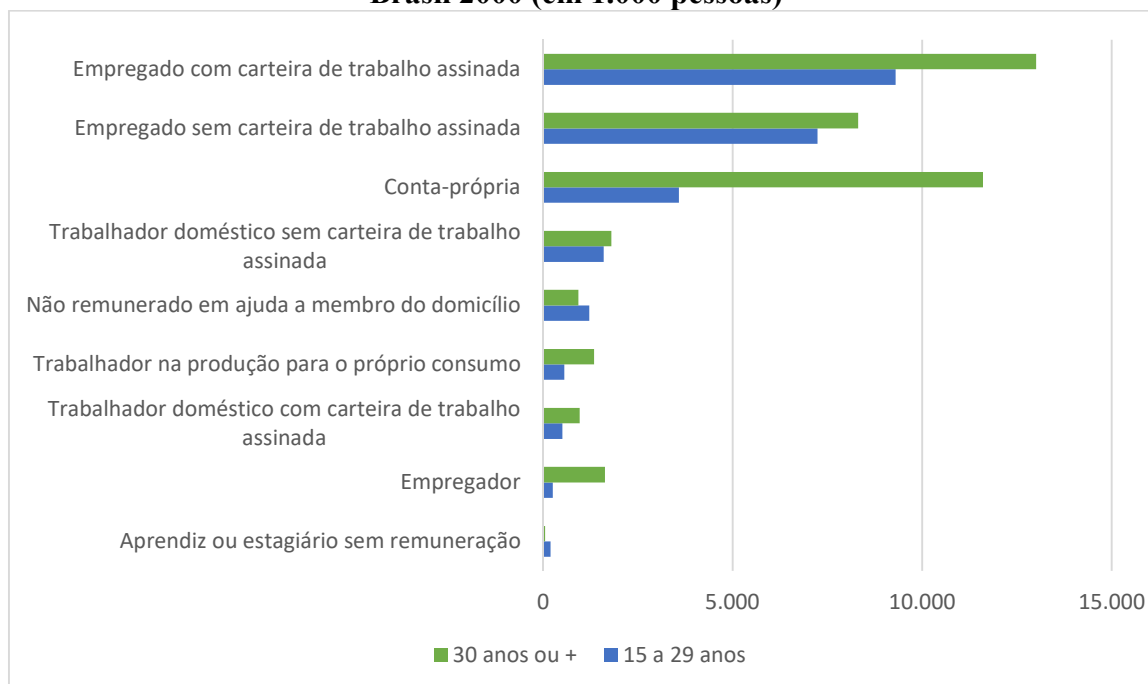
Em 2000 a proporção de jovens na PEA cai em relação aos adultos, tornando a quantidade de jovens na população ativa 29% menor, o que representa uma ampliação em relação a 1991, quando esta diferença era de 18%. A posição na ocupação em 2000 aponta que 82% dos jovens eram empregados ou conta própria. Em 2000 existiam 9,2 milhões empregados com carteira entre 15 e 29 anos, mais de 7,2 milhões de empregados sem carteira e 3,6 milhões de trabalhadores “conta própria”.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, 41% eram empregados sem carteira, já entre os jovens de 18 a 29 anos, por volta de 40% eram empregados com carteira. O emprego doméstico sem carteira é a quarta posição na ocupação que mais congregava jovens, sendo que 7% dos jovens entre 15 e 29 anos estavam nesta posição, enquanto apenas 2% dos trabalhadores domésticos possuíam carteira de trabalho. A posição “trabalhador doméstico”, em 2000, era quase que exclusivamente composto por mulheres, tendo em vista que 21% das mulheres de 15 a 29 anos estavam nesta posição, sendo 16% sem carteira de trabalho e 5% com carteira. Se tratando de homens na mesma faixa etária existia apenas 1% trabalhando sem carteira. Em 2000 existia 76% mais homens jovens “empregados com carteira” que mulheres, mas também existia 119% mais homens jovens empregados sem carteira. Se for considerada a proporção por pessoas na PEA, constata-se que entre os homens jovens um em cada três era empregado sem carteira, enquanto entre as mulheres jovens eram uma em cada quatro. Ainda que existisse uma proporção menor de mulheres jovens na posição “empregado sem carteira”, se for somado a este as pessoas na posição “conta própria” e “trabalhador doméstico sem carteira” constata-se que a proporção de homens e mulheres jovens expostas ao trabalho desprotegido pela legislação trabalhista era a mesma, 51% entre os homens e entre as mulheres.

Do ponto de vista racial, a distribuição por posição na ocupação evidencia que três posições são majoritariamente ocupadas por negros e negras em todas as faixas etárias: O trabalho doméstico com carteira; o trabalho doméstico sem carteira e o trabalho na produção para o próprio consumo. Quanto mais precária a posição na ocupação, maior é a proporção de negros. Entre pessoas com 15 a 29 anos no trabalho doméstico com carteira, existiam 18% mais negros que brancos, enquanto entre os sem carteira existiam 56% mais negros. O trabalho na produção para o próprio consumo, que se refere a uma

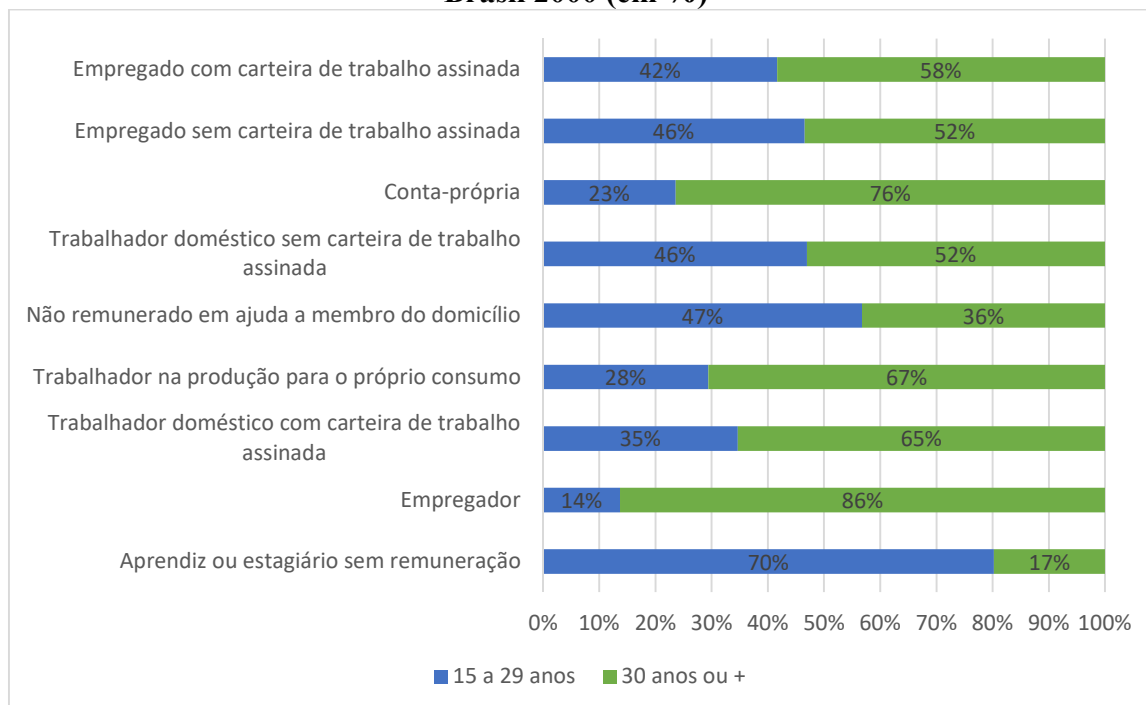
produção agrícola de subsistência, possuía em 2000, 129,5% mais jovens negros que brancos. Quando observada posições na ocupação que não possuem remuneração - “Aprendiz ou estagiário sem remuneração” e “Não remunerado em ajuda a membro do domicílio” - chama atenção que entre as pessoas com 15 e 29 anos existiam 113% mais brancos na primeira e 8% mais negros na segunda. Ainda que as duas posições não sejam remuneradas, existem diferenças fundamentais entre estas duas posições na ocupação, os estagiários e aprendizes tendem a constituir trajetórias profissionais que possibilitarão ocupações mais estáveis, melhor remuneradas e asseguradas por direitos trabalhistas, enquanto os trabalhos não remunerados voltados a ajudar membros da família dificilmente gera uma qualificação profissional que contribua para uma inserção não precária no mercado de trabalho. Essa desigualdade na posição de ocupação reflete outros tipos de desigualdades como a desigualdade educacional e de renda. A maior participação na posição de ocupação “Aprendiz ou estagiário sem remuneração” está vinculada ao maior acesso ao ensino superior e cursos de qualificação profissional, enquanto a posição de “Não remunerado em ajuda a membro do domicílio” está vinculada menores rendas familiares que compelem os jovens a ajudarem em pequenos empreendimentos familiares de baixa rentabilidade.

Gráfico 63 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 64 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação no Brasil 2000 (em %)



Nota: A soma de todas as faixas etárias totaliza 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

4.3.9 Setor Econômico agregado

Ao analisar a distribuição de pessoas ocupadas por setor econômico, é possível identificar que a década de 1970 foi marcada pela drástica redução do setor agrário, com crescimento das pessoas ocupadas no setor industrial e de serviços, mas como já foi apresentado, os jovens de 15 a 29 anos ampliaram em 11 p. p. sua participação no setor industrial, enquanto os adultos ampliaram em apenas 5,6 p.p.. O contrário ocorreu entre as pessoas no setor terciário: Na década de 1970 ocorreu uma ampliação mais pronunciada entre as pessoas com mais de 29 anos, em 10,1 p.p., enquanto os jovens ampliaram apenas 7,2 p.p..

No período posterior, marcado pela crise da dívida, implementação do Consenso de Washington, pela abertura comercial e financeira e por profundas mudanças na estrutura produtiva brasileira, o setor agropecuário continuou registrando redução no

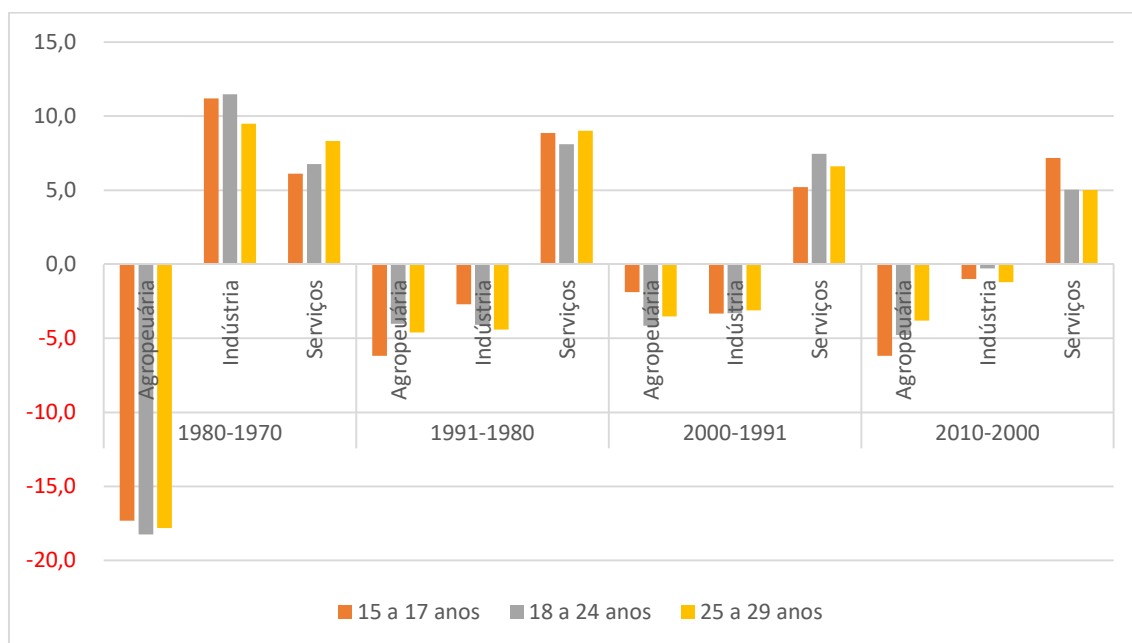
número de ocupados, mas, de forma menos pronunciada, o setor industrial perde importância na contratação de jovens, registrando uma redução na proporção de jovens em 4 p.p na década de 1980 e 3,1 p.p. na de 1990, o que significou em 1980 que 29% dos jovens na PEA estavam ocupados no setor secundário e em 2000 eram apenas 22,2%.

Já o setor de serviços, que já crescia de forma consistente na década de 1970 com a entrada mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, continua ampliando a absorção de jovens, enquanto no setor industrial passa a elevar-se a participação de pessoas com 30 anos ou mais, tornando-se um setor formado por trabalhadores mais velhos, apontando mais uma vez a tendência de redução de importância do setor industrial no mercado de trabalho brasileiro. Mais uma vez os jovens anteciparam uma tendência estrutural, posto que na década de 1980 ocorreu primeiramente a redução na proporção dos jovens na indústria e já na década de 1990 o decréscimo deste setor foi generalizado.

Gráfico 65 - Estimativa da variação das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1970 a 2010 (em pontos percentuais)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Quanto às mudanças por gênero no setor econômico nas décadas de 1980 e 1990, é possível identificar que as mulheres perderam espaço no setor industrial em velocidade maior que os homens jovens, tornando o mercado de trabalho brasileiro com uma segmentação de gênero ainda mais pronunciada. Entre os anos de 1980 e 2000 as mulheres de 15 a 29 anos passam de uma participação no setor industrial de 19,7% para 12,4%, enquanto no setor terciário partem de um nível bastante elevado de 69,3% e chegam a uma participação de 79,5%.

No mesmo período, os homens jovens passam de uma participação no setor industrial de 33,3%, para 28,3%, já no setor de serviços passam de 34,2% para uma participação de 49,5% em 2000. No setor agropecuário as mulheres passaram de 11% para 8,1% e os homens jovens de 32,5% para 22,2%, o que configura que a variação no setor agrícola foi a mais significativa entre os jovens homens e a de serviços foi a mais relevante entre a jovens mulheres. Considerando que o setor de serviços possui uma heterogeneidade maior de salários e qualidade de ocupações, constata-se que as duas décadas de implementação de políticas neoliberais afetou especialmente as jovens mulheres, seja por migrarem para ocupações mais precárias, seja por elevar a taxa de participação das jovens mulheres no período.

4.3.10 Setor de atividade 1991

Ao analisar a variação do setor de atividade econômica, é necessário inicialmente identificar que dentre os seis setores de atividades que mais cresceram na década de 1980, cinco eram do setor de serviços e um da indústria (Outras atividades industriais). Na década de 1980 os setores de atividade que mais expandiram a contratação de jovens foram respectivamente: “Outras atividades”; “Comércio de mercadorias”; “Administração Pública”; “Outras atividades industriais”; “Serviços sociais” e “Serviço doméstico”. Com exceção do setor “Outras atividades”, que ampliou em quatro vezes o número de jovens, mas que é um setor pouco representativo, os setores citados ampliaram entre o ano 1980 e 1991 algo entre 61% e 30% o número de jovens entre 15 e 29 anos. A expansão no número de jovens nos “setores de Administração Pública” e “Serviços sociais” se deve a ampliação dos serviços sociais preconizados na constituição de 1988, o que garantiu a geração de ocupações de qualidade e melhor remuneradas.

Ainda que o setor de atividade “Administração Pública” e “Serviços sociais” pagasse apenas 92% e 78% do salário médio de 1991⁶⁸ aos jovens, estes setores estão entre os que possibilitam maior nível de progressão salarial. Em todos os setores de atividade econômica a taxa de crescimento dos não jovens foi maior que a dos jovens, ocorrendo uma redução em números absolutos apenas entre os jovens nos setores de “Transporte e comunicação”, “Construção civil” e “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, mesmo com a ampliação de 35% no número de jovens na PEA no período. A queda no número de jovens no setor de “construção civil” na década de 1980 retrata a queda acentuada dos investimentos públicos e privados, derivado da crise da dívida. A perda de dinamismo do setor reduziu a contratação de jovens, sobretudo dos mais novos, contribuindo para um envelhecimento dos trabalhadores da “construção civil”.

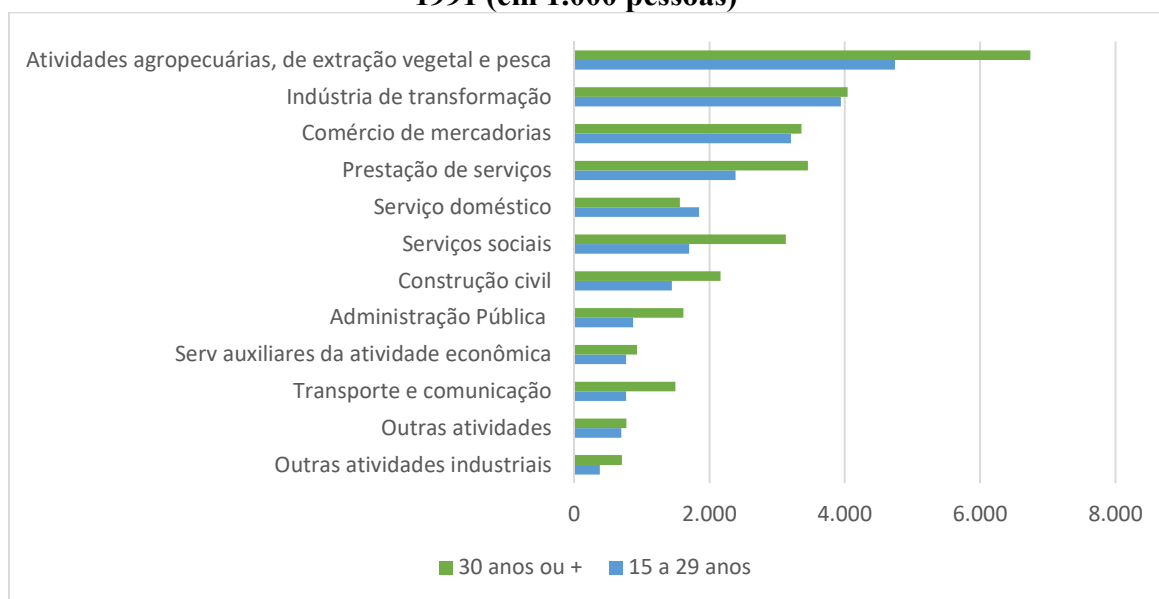
Em 1991 os setores de atividade que mais contratavam jovens eram respectivamente “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” (20,8%), “Indústria de transformação” (17,3%), “Comércio de mercadorias” (14,1%), “Prestação de serviços” (10,5%) e “Serviço doméstico” (8,1%). A soma destes cinco setores

⁶⁸ O salário médio utilizado neste cálculo é Cr\$ 110.151,00. O salário mínimo instituído em Setembro 1991 pela Lei nº 8222, de 1991 era de Cr\$ 42.000,00.

empregava 71% dos jovens em 1991, sendo que mesmo com o declínio em número absoluto de jovens no setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, ele continua sendo o setor que mais absorvia pessoas entre 15 e 29 anos.

Como pode ser observado, entre os seis setores de atividade mais representativo, o primeiro era do setor agrícola, o segundo do setor industrial e os outros quatro eram do setor de serviços. Outro dado que destoa do período anterior é que em 1991 os jovens só eram maioria no setor “Serviço doméstico”, setor com 51% de jovens entre 15 e 29 anos, sendo que 1 em cada quatro trabalhadores deste setor tinha entre 18 e 24 anos e que pagava os menores salários aos jovens, cerca de 26% do salário médio de 1991. Enquanto em 1980 no setor de construção civil existia praticamente a mesma quantidade de trabalhadores jovens e adultos, em 1991 os jovens entre 15 e 29 anos eram apenas 40% e os adultos 59%⁶⁹.

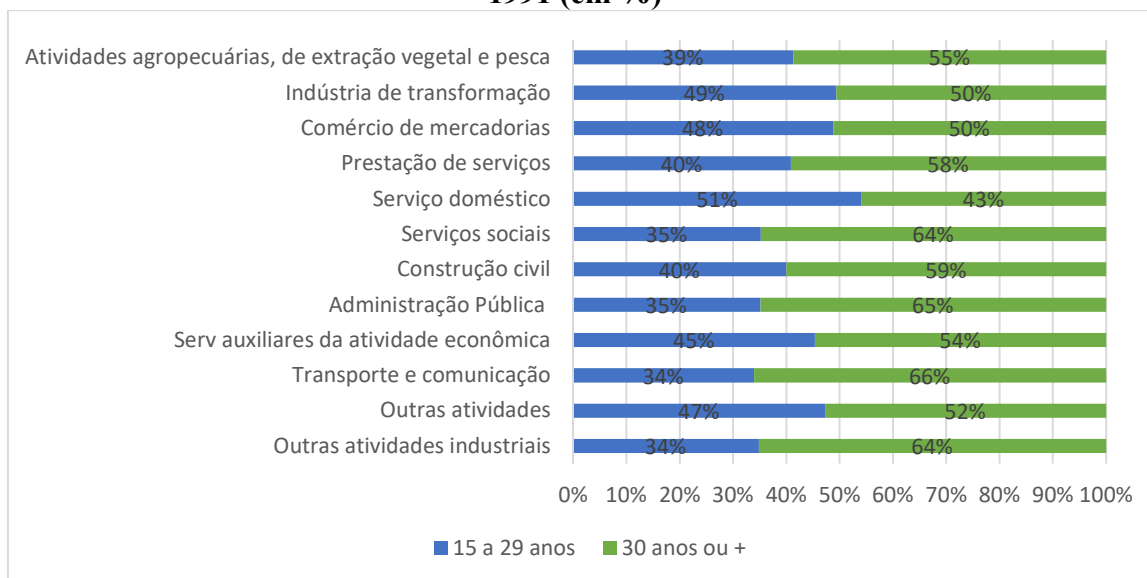
Gráfico 66 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

⁶⁹ Em 1991 existia por volta de 1% de trabalhadores na construção civil com menos de 15 anos.

Gráfico 67 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 1991 (em %)



Nota: A soma de todas as faixas etárias totaliza 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

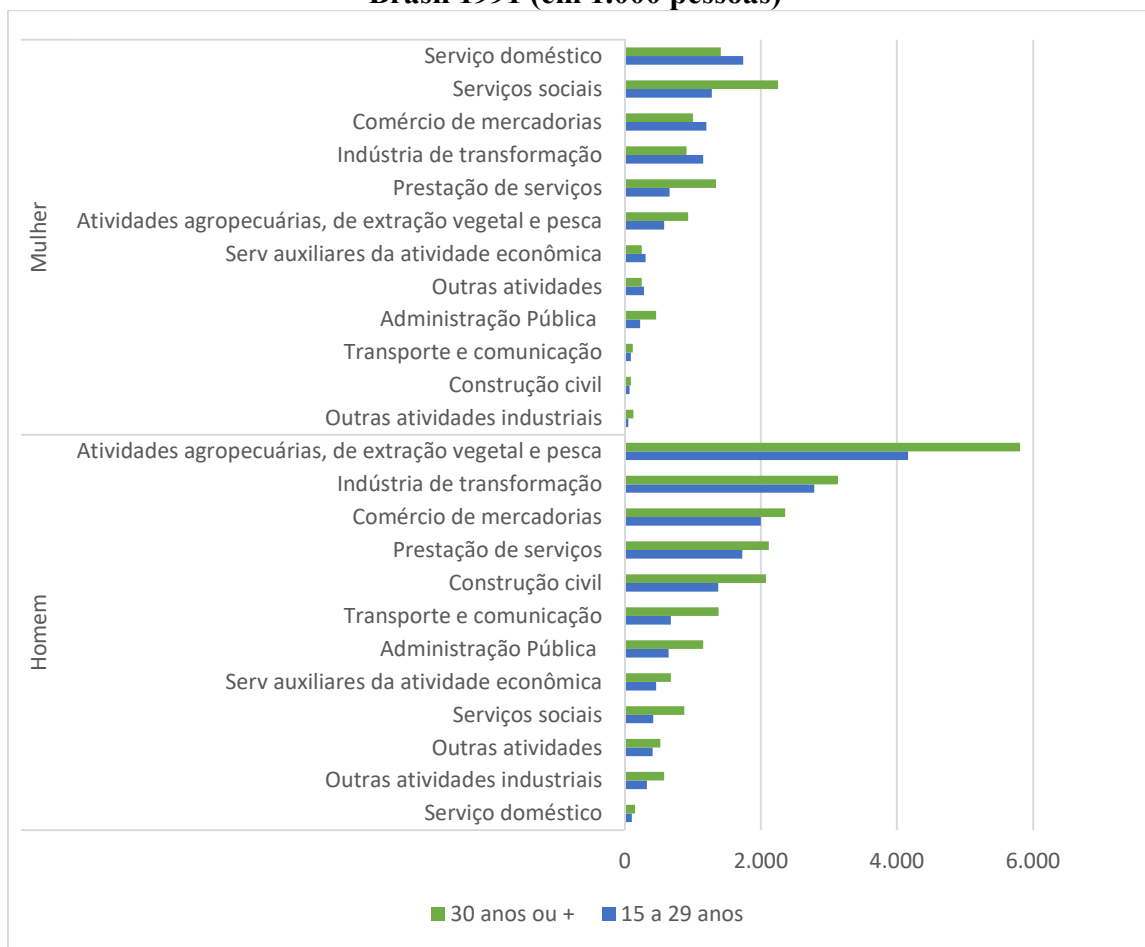
Quando se observa a distribuição das pessoas ocupadas por setor de atividade econômica segundo sexo, verifica-se que mesmo com a ampliação das mulheres na PEA, mantém-se uma grande diferença por setor de atividade em 1991. A ampliação da participação das jovens mulheres ocorreu em especial no setor com maior nível de informalidade e que pagam menores salários. O Setor de “Serviço doméstico” empregava quase uma em cada quatro mulheres, configurando de longe o setor com mais mulheres jovens empregadas (23%), enquanto este setor era, dentre os doze setores de atividade econômica, o que empregava menos homens jovens, apenas 1%. Em 1991, o setor com mais homens entre 15 e 29 anos era “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, que empregava 28% dos jovens, superando em 10 p.p. o segundo setor de atividade.

Que pese as diferenças na distribuição entre homens e mulheres jovens nos setores de atividades, existia uma similaridade marcante, o setor de “Serviço doméstico” era o que empregava o maior número de jovens mulheres e o que pagava os piores salários; o mesmo ocorria no setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, que pagava os piores salários aos homens jovens e também o que mais empregava homens jovens, ou seja, os dois setores que na soma dos homens e mulheres contratavam 29% dos jovens, eram também os com menores níveis salariais.

Os cinco setores que mais empregavam homens jovens em 1991 eram: “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” (27%); “Indústria de transformação” (18%); “Comércio de mercadorias” (13%); “Prestação de serviços” (11%); e “Construção civil” (9%). Estes cinco setores empregavam 80% dos homens entre 15 e 29 anos, sendo distribuídos da seguinte forma: um proveniente do setor primário, dois do setor secundário e dois do setor terciário.

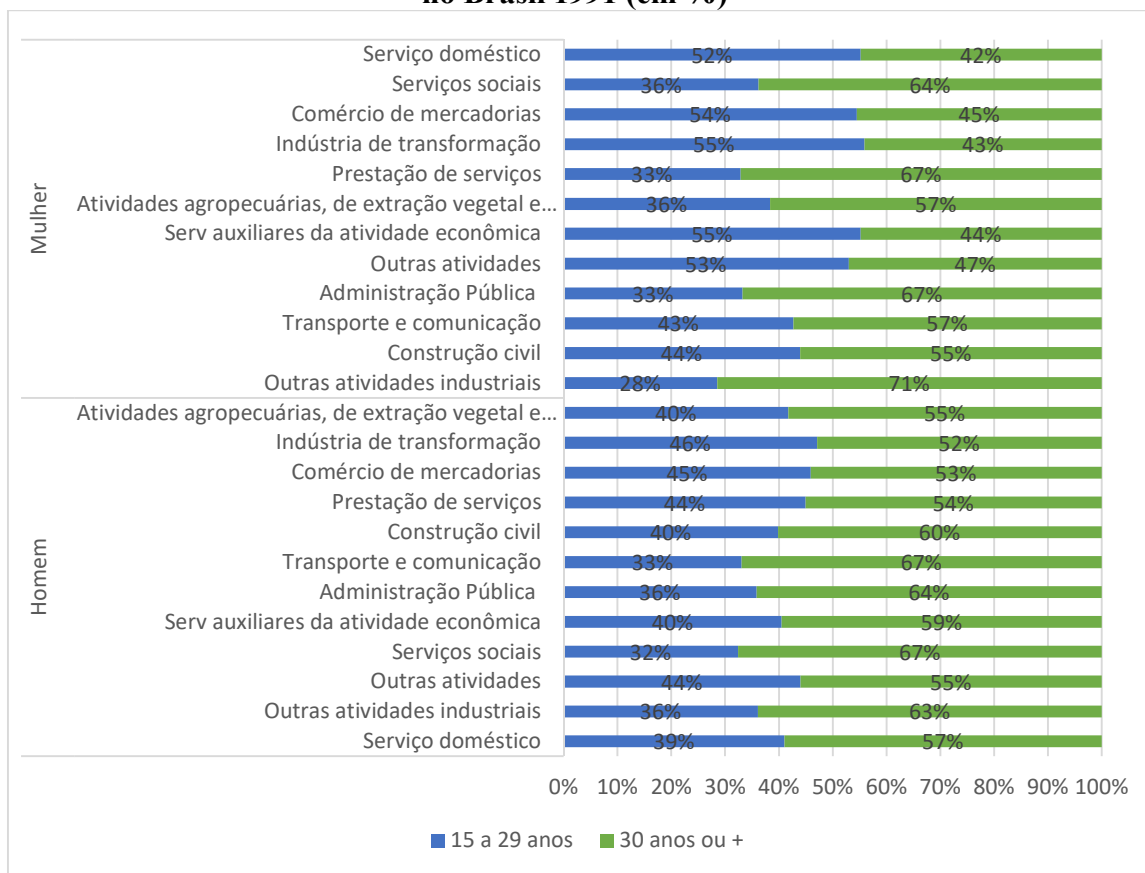
Mesmo com a retração do setor industrial na década de 1980, o setor industrial ainda empregava 28% dos homens jovens em 1991, a mesma proporção do setor agrícola. Já os cinco setores de atividade econômica que mais empregavam mulheres na mesma faixa etária eram: “Serviço doméstico” (23%); “Serviços sociais” (17%); “Comércio de mercadorias” (16%); “Indústria de transformação” (15%); e “Prestação de serviços” (9%). Como pode ser observado, os cinco setores somados empregavam 79% das mulheres jovens, sendo que só as do setor terciário correspondiam a 64%, distribuídos em quatro setores de atividades do setor terciário e apenas um do setor industrial que correspondia a 15% das jovens mulheres.

Gráfico 68 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 69 - - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 1991 (em %)



Nota: A soma de todas as faixas etárias totaliza 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Antes de analisar a distribuição por setor de atividade segundo raça/cor, vale destacar que em 1991 a taxa de participação entre jovens negros e não negros era praticamente a mesma, em torno de 64%. Porém, entre os homens os negros tinham uma taxa de participação maior e entre as mulheres as não negras tinham uma taxa mais elevada. Esta diferença provavelmente estava relacionada tanto aos obstáculos que as mulheres negras tinham para acessarem o mercado de trabalho, quanto ao volume de trabalho de reprodução a que estas mulheres eram submetidas.

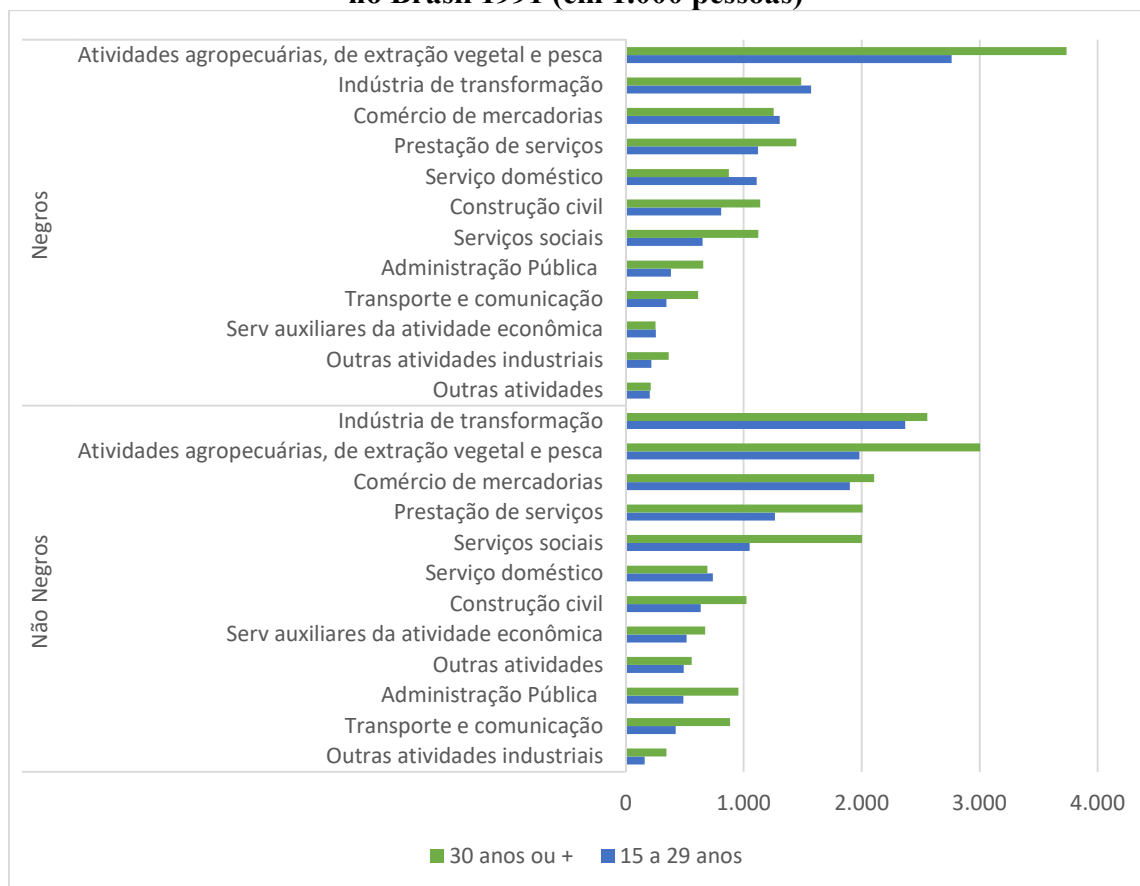
A distribuição por setor de atividade segundo raça/cor, em 1991, (Gráfico 70), aponta que a mais significativa diferença está na atividade que empregava o maior número de jovens, posto que entre os negros era “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” e entre os não negros era “Indústria de transformação”. O setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” empregava $\frac{1}{4}$ das pessoas negras entre 15 e 29 anos e, como já foi apresentado, pagava o segundo pior salário (28% do salário médio de 1991), superando apenas o salário do setor de serviço doméstico, cujo salário era 24%

do salário médio de 1991. Vale destacar que o setor de “Serviço doméstico” era o que mais empregava mulheres negras, mais de 1 milhão de jovens. Os cinco setores que mais empregavam jovens negros em 1991 eram: "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (26%); "Indústria de transformação" (15%); "Comércio de mercadorias" (12%); "Prestação de serviços" (10%); e "Serviço doméstico" (10%), setores que ocupavam 73% dos jovens. Dentre estes setores, apenas os de “Prestação de serviços” e “Comércio de mercadorias” possuíam quantidade semelhantes de jovens negros e não negros.

Já entre os jovens não negros os setores mais representativos eram: "Indústria de transformação" (20%); "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (16%); "Comércio de mercadorias" (16%); "Prestação de serviços" (11%); e "Serviços sociais" (9%), setores que empregavam em 1991 71,3% dos jovens não negros. Entre estes não aparece o setor de “Serviço doméstico”, setor com grande nível de informalidade e baixos salários, e o setor que mais absorvia jovens não negros era “Indústria de transformação”, que pagava aos jovens brancos salários 220% maior que o setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” pagava aos jovens negros.

Por fim, vale destacar que a distribuição desigual por setor de atividade entre jovens negros e não negros é que as pessoas negras com idade entre 15 e 29 anos são maioria em quatro setores de atividade ("Serv auxiliares da atividade econômica", "Serviço doméstico", "Comércio de mercadorias", "Indústria de transformação"), enquanto os jovens brancos são maioria apenas no “Serviço doméstico”, o que aponta que os jovens negros são mais submetidos ao trabalho na juventude que os jovens não negros, especialmente em ocupações mais precárias.

Gráfico 70 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo raça/cor e setor de atividade no Brasil 1991 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

4.3.11 Setor de atividade Censo 2000

Dentre as quatro décadas analisadas, as de 1980 e 1990 foram as que registraram o maior crescimento da PEA, 44% e 35% respectivamente, ainda que o crescimento populacional tenha sido menor em todas as faixas etárias acima de 14 anos. Entre as pessoas de 15 a 29 anos a população cresceu 18% em 1990, mas a PEA se expandiu 22%, sendo 9% entre homens e 47% entre mulheres desta faixa etária.

A implementação de políticas econômicas contracionistas, associadas a retração do setor produtivo nacional, impactaram especialmente o setor industrial, que registrou um decréscimo no número de trabalhadores jovens em dois dos três setores de atividades ligados a indústria: “Outras atividades industriais” e “Indústria de transformação” – sendo que o primeiro foi o setor com maior encolhimento proporcional de toda a estrutura produtiva brasileira. O setor da construção civil, que reduziu o número

de trabalhadores na década de 1980, ampliou o número de trabalhadores de 15 a 29 em 1990 apenas 10%, mesmo com o crescimento de 22% no número de jovens na PEA.

Entre o censo de 1991 e 2000 as atividades que mais ampliaram a contratação de jovens entre 15 e 29 anos foram: "Serv auxiliares da atividade econômica" (127%); "Comércio de mercadorias" (48%); "Transporte e comunicação" (41%); "Administração Pública" (18%); "Serviços sociais" (14%), e "Serviço doméstico" (14%), todas atividades do setor de serviços. A ampliação de 48% no setor "Comércio de mercadorias" foi a mais expressiva, posto que esta ampliação o transformou este no que mais empregava jovens em 2000 e que pagava aos jovens 64% do salário médio de 2000⁷⁰, nível mais elevado que o salário da "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (33% do salário médio de 2000) e "Serviço doméstico" (25% do salário médio de 2000), setores que também figuravam entre os cinco que mais empregavam Jovens. O setor "Comércio de mercadorias" era o setor que mais empregava jovens, sobretudo entre os 15 e 24 anos, posto que um em cada cinco jovens estavam ocupados nele. Ainda que 55% das pessoas que trabalhavam neste setor tivesse 30 anos ou mais, os jovens entre 18 e 24 anos representavam quase um quarto dos trabalhadores deste setor.

As mudanças na estrutura produtiva brasileira na década de 1990 aprofundaram a perda de importância do setor industrial na contratação de jovens, deslocando o setor da indústria de transformação para o terceiro setor que mais empregava jovens em 2000, sendo responsável por empregar 3,8 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos. Os cinco setores que mais empregavam jovens em 2000 eram respectivamente: "Comércio de mercadorias" (19%); "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (17%); "Indústria de transformação" (15%); "Serviço doméstico" (9%) e "Prestação de serviços" (8%). Como o setor terciário passou a empregar um número maior de trabalhadores jovens e este setor tem características mais heterogêneas, os cinco setores mais representativos ocupavam uma proporção menor de jovens, 68%, em relação ao Censo de 1991, quando a cinco ocupações mais representativas correspondiam a 71%.

Também em relação ao Censo de 1991, pode ser constatado que uma proporção maior de jovens passou a trabalhar no setor de "serviço doméstico", o que fez com que este setor deixasse de ser o quinto setor com mais jovens, transformando-se no quarto. Em 2000 foi o primeiro Censo em que o setor de "Atividades agropecuárias, de

⁷⁰ O Salário médio identificado para 2000 era R\$ 628,00. Já o salário mínimo instituído em Abril 2000 pela Lei nº 9971, de 2000, era de R\$ 151,00.

extração vegetal e pesca” deixa de ser o que mais empregava jovens, ainda que tenha continuada a ser um setor que mais absorvia trabalhadores com mais de 29 anos, ainda assim este setor, em 2000, era responsável por ocupar mais da metade das pessoas com menos de 15 anos, o que aponta para o peso deste setor na preservação do trabalho infantil. Entre os anos de 1991 a 2000 ampliou de 13 para 23 p.p. a diferença na quantidade de jovens e adultos no mercado de trabalho, configurando um envelhecimento da PEA. No setor de “Serv auxiliares da atividade econômica” a diferença era de 9 p.p. em 1991 e foi para 23 p.p. em 2000. Em 1991, a participação de jovens era inferior à de adultos em 29 p.p. no setor de “serviços sociais”; em 2000, a diferença era de 37 p.p.. Mesmo o setor de “serviço doméstico” em que os jovens eram maioria em 1991, em 2000, a participação dos jovens era 13 p.p. inferior à dos adultos. Durante a década de 1990 ocorreu uma redução da quantidade de jovens em praticamente todos os setores de atividade, em todas as faixas etárias abaixo de 30 anos.

A distribuição por setor de atividade permite identificar que o setor que mais ampliou a contratação de homens entre 15 e 29 anos foi o setor de “Serv auxiliares da atividade econômica”, que ampliou em 130% o número de jovens, em seguida veio o setor de “Comércio de mercadorias”, com uma ampliação de 51%. Já o setor que mais decresceu foi o de “Outras atividades industriais”, que reduziu em 78% o número de jovens entre 1991 e 2000 – a redução foi de 82% entre jovens de 15 a 17 anos. O setor da indústria que mais empregava jovens, “indústria de transformação”, também decresceu 3% no período. O crescimento de 10% do setor da “construção civil” entre os homens jovens fez com que o setor passasse do quinto para o quarto setor que mais empregava homens jovens entre 1991 e 2000. Neste período o setor “Serv auxiliares da atividade econômica” também foi o que mais ampliou a contratação de mulheres entre 15 e 29 anos, registrando uma elevação de 123% no período, sendo que entre as mulheres entre 25 e 29 anos a expansão foi ainda maior, chegando a 145%. Enquanto entre os homens jovens ocorreu uma redução de 19% no setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, entre as mulheres na mesma faixa etária verifica-se uma expansão de 29%. O setor com maior redução no número de jovens também foi “Outras atividades industriais”, que passou a empregar menos 88% de mulheres jovens, redução de 10 p.p. maior que a dos homens jovens. Ainda que em 2000 existisse um número de homens jovens 18% maior que de mulheres no setor de “Administração Pública”, durante a década de 1990 ocorreu uma ampliação de 53% no número de mulheres jovens na “Administração

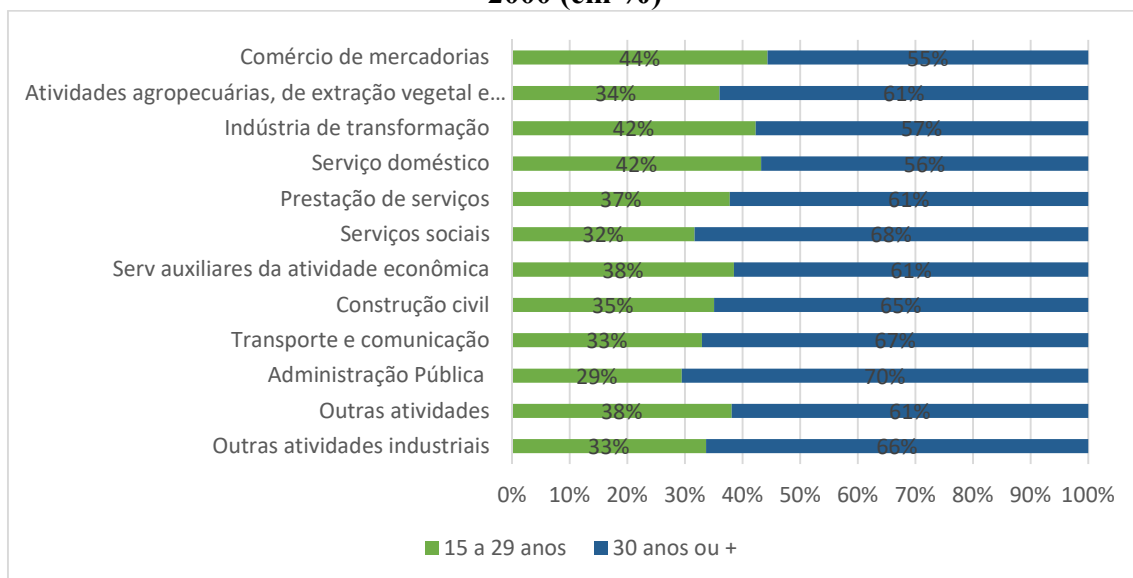
Pública”, enquanto a ampliação de homens jovens foi de apenas 5%. Esta ampliação deve refletir a maior escolarização das mulheres durante a década de 1990. Ainda assim, em 2000 os homens continuavam recebendo 23% mais que as mulheres neste setor de atividade.

Gráfico 71 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Gráfico 72 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade no Brasil 2000 (em %)



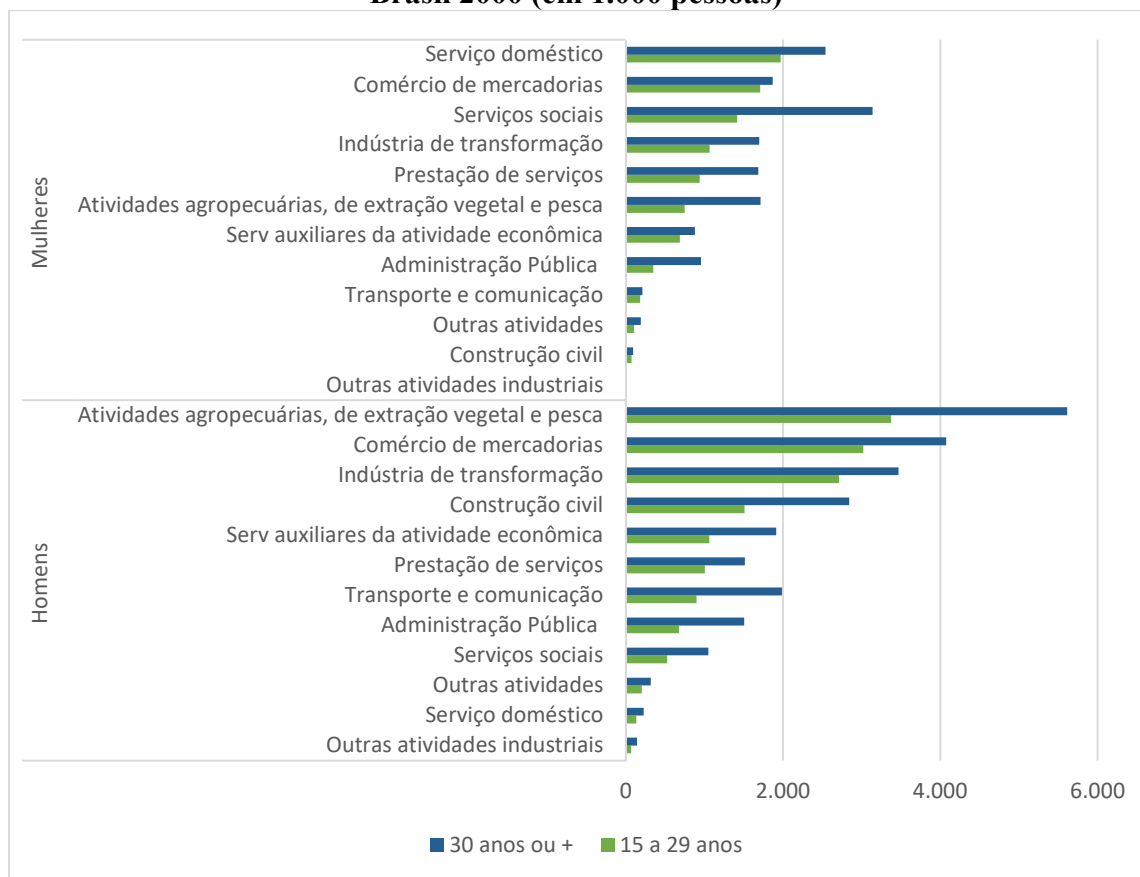
Nota: A soma de todas as faixas etárias totaliza 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Ao analisar a variação na quantidade de jovens entre os distintos setores de atividades segundo sexo na década de 1990, constata-se que os cinco setores de atividade que mais empregava homens entre 15 e 29 anos em 2000 eram: "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (22%); "Comércio de mercadorias" (20%); "Indústria de transformação" (18%); "Construção civil" (10%); e "Serv auxiliares da atividade econômica" (7%). Esses setores somados ocupavam 77% dos homens jovens. Entre estes setores, figuram dois setores com menores salários em 2000, "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" e "Construção civil", que pagavam respectivamente, 34% e 53% do salário médio de 2000. Estes dois setores só pagavam salários maiores que o "serviço doméstico", mas que era pouco representativo, ocupando apenas 1% de homens jovens naquele ano.

Já os cinco setores de atividade econômica que mais empregava mulheres com idade entre 15 e 29 anos eram: "Serviço doméstico" (21%); "Comércio de mercadorias" (18%); "Serviços sociais" (15%); "Indústria de transformação" (12%); e "Prestação de serviços" (10%). Assim como entre os homens, o setor que mais absorvia mulheres jovens era também o que pagava piores salários, posto que o setor que empregava uma em cada cinco mulheres, "serviço doméstico", pagava 24% do salário médio de 2000. Os setores "Prestação de serviços" e "Indústria de transformação" também estavam entre piores salários, pagando às jovens mulheres 53% e 56% do salário médio de 2000. O que pode ser constatado é que em 2000 os setores "Serviços sociais" e "Serviço doméstico" eram eminentemente femininos, enquanto os setores "Construção civil" tinham grande prevalência masculina. Em ambos os sexos o setor "Administração Pública" possuía mais trabalhadores adultos, entre as mulheres, este é o segundo setor com menor proporção de jovens. O setor "Serviços sociais" possuía, em 2000, 38% mais mulheres com 30 anos ou mais, que jovens entre 15 e 29 anos.

Gráfico 73 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo sexo e setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Como pode ser observado no Gráfico 74, a diferença mais perceptível na distribuição dos jovens por setor de atividade segundo raça/cor é que a desigualdade na quantidade de jovens e adultos por setor de atividade é muito menor entre os negros, o que equivale dizer que existe uma quantidade maior de jovens brancos em praticamente todos os setores de atividade. Mesmo com um número inferior de negros na PEA em 2000, os negros eram maioria em quase todos os setores de atividade econômica entre pessoas com menos de 15 anos e era maioria entre os jovens de 15 a 17 anos, o que aponta para a inserção precária e vulnerável a que os jovens negros eram expostos no mercado de trabalho.

A mudança mais significativa que ocorreu na década de 1990 foi a redução da quantidade de jovens no setor "Outras atividades", que entre 1991 e 2000 reduziu em 65% a quantidade de jovens brancos e apenas 31% dos jovens negros. Em 2000 os cinco setores que mais empregavam jovens não negros eram: "Comércio de mercadorias" (21%); "Indústria de transformação" (17%); "Atividades agropecuárias, de extração

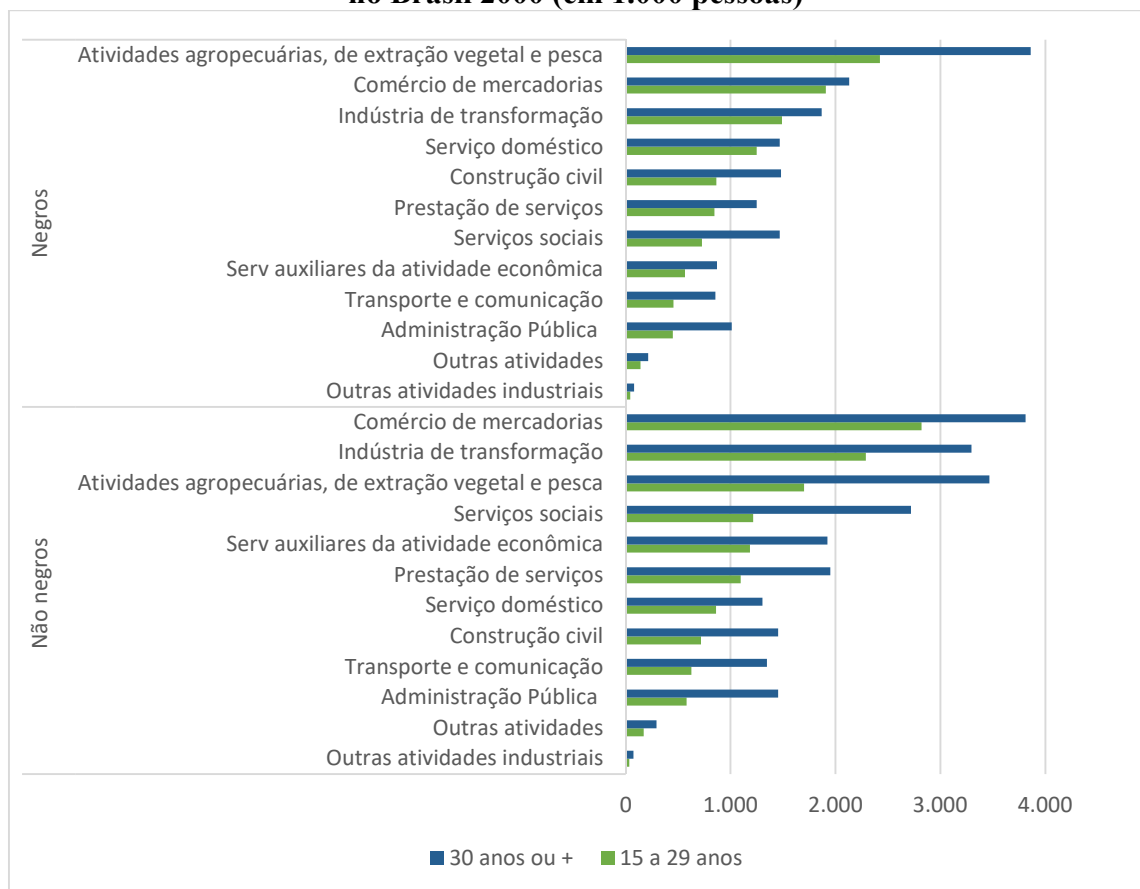
vegetal e pesca" (13%); "Serviços sociais" (9%); e "Serv auxiliares da atividade econômica" (9%), estes setores somados ocupavam 69% dos jovens.

Já os cinco setores que mais empregavam jovens negros eram respectivamente: "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (22%); "Comércio de mercadorias" (17%); "Indústria de transformação" (13%); "Serviço doméstico" (11%); e "Construção civil" (8%), que somados correspondiam a 71% dos jovens negros. A primeira observação é que o setor "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca", que pagava baixos salários e tem, década a década, perdido importância na estrutura laboral brasileira, assumiu em 2000 a terceira posição entre os setores que mais ocupava jovens não negros, mas continuou sendo o principal setor de atividades entre os jovens negros, absorvendo um em cada cinco jovens negros entre os 15 e 29 anos.

Os três setores de atividade que pagava os menores salários, figuravam entre os cinco setores que mais contratavam jovens negros – os setores "Serviço doméstico", "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" e "Construção civil" pagavam respectivamente: 24%, 27% e 46% do salário médio de 2000 aos jovens negros. O setor que mais empregava jovens brancos, em 2000, era o "Comércio de mercadorias", seguindo pela "Indústria de transformação". Entre os jovens não negros existia apenas 6% de pessoas no setor de "Serviço doméstico", o colocando como sétimo setor que mais empregava jovens, porém, entre os negros este setor subia para a quarta colocação, sendo responsável por empregar 11% dos jovens negros em 2000.

Em 2000 existiam 30% menos jovens brancos que negros tanto no setor de "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca", quanto no de "Serviço doméstico", por outro lado, os setores "Serv auxiliares da atividade econômica" (110%), "Serviços sociais" (67%), "Indústria de transformação" (54%), "Comércio de mercadorias" (48%) e "Administração Pública" (29%), possuíam respectivamente mais jovens brancos que negros. Em suma, durante a década de 1990 ocorreu uma ampliação da segmentação racial do mercado de trabalho, aprofundando desigualdades não só de salários, como também de trajetórias profissionais dos jovens.

Gráfico 74 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo raça/cor e setor de atividade no Brasil 2000 (em 1.000 pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/CENSO

Conclusão do capítulo 4

A partir da década de 1970 o padrão de acumulação do capitalismo mundial dá claros sinais de esgotamento, apresentando como sintomas o choque do petróleo, a estagflação, o fim de Breton Woods e o endividamento dos países periféricos (BELLUZZO, 2014). O período dos 30 anos de pujante crescimento econômico a partir da II Guerra possibilitou nos países centrais um arranjo econômico, político, social e tecnológico que articulava elevadas taxas de produtividade com ampliação de lucros e salários, construindo uma sociedade do consumo de massas. Para isso foi determinante uma articulação que promovia a difusão de bens industriais com elevação da produtividade advinda de ganhos de escala do rígido padrão tecnológico fordista. Como afirmara Gimenez (2007), a capacidade de o Estado induzir ao desenvolvimento econômico e controlar o grande capital se tratou de uma exceção na dinâmica histórica

do capitalismo, possibilitada pela crise de 29, pelos efeitos da segunda guerra e pela competição econômica e social com o mundo socialista durante a Guerra Fria. A modificação de paradigma econômico estava articulada com as mudanças no padrão monetário, na concorrência, nas relações de trabalho, nas instituições da economia internacional e na base tecnológica e industrial, sobretudo nas economias centrais. A partir das décadas de 1980 e 1990 ganha peso neste processo a desregulamentação da concorrência e a financeirização dos mercados.

O extraordinário poder do mercado financeiro desregulamentado na quadra histórica do neoliberalismo ampliou a instabilidade econômica, reduziu as taxas de crescimento e de produtividade e promoveu um descolamento entre a produtividade e a remuneração do trabalho. A responsabilização do Estado pela crise econômica e crescente dependência que os países adquiriram do mercado financeiro, fortaleceu reformas pró-mercado e ampliou a dívida pública. Além do descrédito do Estado, a globalização comercial e financeira reduzia a capacidade de os países constituírem políticas anticíclicas, posto que a mobilidade dos capitais permitia que se deslocassem para praticamente qualquer lugar no mundo, reduzindo o efeito multiplicador que políticas desenvolvimentistas poderiam gerar na economia nacional.

As novas tecnologias de comunicação e informação e a desregulamentação financeira autorizavam que o grande capital transpusesse fronteiras nacionais em busca de baixos salários e menor proteção do trabalho. A flexibilidade da terceira revolução industrial e a desregulamentação dos mercados, estabeleceu uma otimização dos rendimentos em escala global, redefinindo o padrão de funcionamento de empresas e governos, ao passo que ampliava as incertezas e crises sistêmicas. A mundialização das finanças rompe os limites das regulamentações estatais ao não mais estar restrita a bancos e empresas nacionais, passando a também a ser composta por investidores institucionais com grande poder econômico e político, subjugando sobretudo as economias periféricas. Um exemplo são os fundos de pensão, que passam a elevar sua rentabilidade quando conseguem desconstruir o aparato de proteção social e previdência pública.

A liberdade do setor financeiro e a indissociabilidade destes do setor produtivo, geraram um ambiente de baixo crescimento econômico e desregulamentação, dada a desvantagem que o setor produtivo passa ater frente ao setor financeiro, voltando todas as estratégias para o curto prazo. Chadler (1990) identifica uma intensificação da centralização e concentração de capitais, a fim do setor produtivo tentar manter as taxas

de rentabilidade compatíveis com a economia financeirizada. A proeminência do setor financeiro nas estratégias da economia global explica a imposição pela estabilidade monetária, ainda que isso custe a estagnação econômica e a destruição de aparatos públicos de proteção social.

Assim como o Estado, os trabalhadores foram responsabilizados pelo esgotamento da era de ouro do capitalismo e deveriam arcar com os custos da crise. O elevado o poder de negociação dos sindicatos, os elevados salários dos trabalhadores e a regulação do trabalho deveriam ser combatidos pela grande mobilidade do capital e pelo medo do desemprego. As inovações tecnológicas e financeiras reduziram os custos de transações das empresas e permitiram formas mais sofisticadas de gerenciamentos que externalizavam os riscos e eliminava diversas funções intermediárias, ampliando a polarização da produção global. Como sugerem Mattozo e Pochmann (1998), a produção pós-fordista permitia uma produção de massa mais flexível, customizada, diversificada e com capacidade adaptativa que o padrão anterior. O potencial flexível da produção global atingiu de forma mais profunda os já precários mercados de trabalho na periferia do capitalismo, mas não poupou o das nações desenvolvidas. Constatase também que processos que serão observados nos anos 2000, como a chamada Revolução 4.0 e Uberização, não são fenômenos meramente tecnológicos, mas sim os resultados de uma estratégia de transformar o trabalho em uma massa cada vez mais homogênea, desregulamentada e prescindível.

No Brasil o esgotamento do período desenvolvimentista constituída a partir de 1950 chega ao fim na década de 1980. O projeto de desenvolvimento ancorado na industrialização via financiamento externo termina sem romper a condição de dependência e subdesenvolvimento da economia brasileira, ampliando a desigualdade social, peça fundamental na realização de uma acumulação que constituía uma relação simbiótica entre esferas da produção com elevada produtividade e o subemprego. Com a mudança no padrão de acumulação do capitalismo mundial, fim da liquidez internacional e o esgotamento de período desenvolvimentista com elevada intervenção Estatal, o país se depara com uma profunda crise fiscal, sem que o Estado tivesse capacidade de reorientar os investimentos, o que fortalecia setores que defendiam políticas de caráter neoliberal e, a partir da década seguinte a implementação do Consenso de Washington. Com o enfraquecimento das políticas intervencionistas e com uma industrialização fortemente subordinada ao capital externo, o Brasil foi incapaz de realizar investimentos

que permitisse mais um salto industrial e tecnológico que o projetasse com autonomia na terceira revolução industrial, distanciando-se ainda mais da superação do subdesenvolvimento. Com a crise da dívida, a hiperinflação e o esgotamento do financiamento internacional, o governo busca elevar o saldo na balança comercial, a fim de arcar com os serviços da dívida externa.

Dois elementos relevantes para mitigar os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho foram: a promulgação da constituição de 1988, que previa a implementação de um conjunto de direitos sociais, o que gerou investimentos na construção de equipamentos públicos e na contratação de servidores; e a liberdade sindical, que ampliou o número de trabalhadores sindicalizados e de greves em busca da recomposição das perdas salariais sofridas na ditadura militar.

A partir da década de 1990 o projeto neoliberal ganha proeminência e é implementado de forma integral, suplantando de vez o tripé da sustentação do período desenvolvimentista: O investimento estatal, o investimento privado nacional e o investimento estrangeiro. Busca-se a máxima liberalização da economia, privatizando as empresas Estatais, reduzindo o tamanho do Estado - o que inviabilizaria a implementação da recente constituição - e buscar-se-ia a estabilização monetária como o principal objetivo das políticas econômicas.

A abertura comercial e financeira da década de 1990 ampliou o grau de subordinação da economia brasileira no comércio internacional, expandindo o nível das importações, enfraqueceu bancos e empresas nacionais - por serem expostas a uma concorrência internacional sem políticas industriais que elevassem a competitividade das empresas brasileira - e gerou instabilidade macroeconômica. Na prática, a abertura desastrosa da década de 1990 ampliou as importações de insumos que eram estratégicos para a indústria, rompendo com elos na cadeia produtiva, o que tornou a indústria nacional ainda mais vulnerável (Baltar & Mattoso, 1997). Este processo ajuda a entender os motivos do setor industrial reduzir o número de contratados e o setor de serviços ter ampliado na década de 1980 e 1990.

A racionalização econômica foi elemento fundamental para explicar a ampliação significativa dos bens duráveis de consumo, mesmo em um período de desaquecimento econômico. A estagnação na produção destes bens na década de 1980 e a racionalização na produção destes bens - passando a importar componentes mais

sofisticados e mais intensivos em tecnologia - possibilitou a ampliação da produção e redução de preços (MATTOZO E POCHMANN, 1998).

Ainda que tenha ocorrido uma expansão das exportações, o plano Real trouxe com a promessa de estabilidade monetária elevadas taxas de juros, câmbio valorizado e abertura comercial e financeira.

A desestruturação experimentada especialmente na década de 1990 gerou o que Mattozo e Pochmann (1998) chamaram de "movimento de desassalariamento e de regressão do mercado de trabalho", marcado pela ampliação do desemprego, da informalidade, de formas burladas de contratação e de ocupações sem remuneração. A informalidade e o desemprego só não foram maiores graças a ampliação do emprego público, advindo da necessidade de implementar parte da constituição de 1988.

A elevação da taxa de desemprego se deve não só pela perda de empregos industriais, dada a racionalização e perda de importância da indústria na década de 1990, como também pelos efeitos indiretos que o setor secundário gera em outras esferas da economia nacional. Um fator que contribuiu na mitigação do desemprego foi a redução da participação dos jovens no mercado de trabalho e cresceu as atividades informais como trabalhadores domésticos, ocupações sem remuneração e conta própria. Na década de 1990 a reestruturação conservadora agiu no sentido de enfraquecer as organizações sindicais, que já encontravam obstáculos para uma atuação mais contundente em um ambiente de elevado desemprego. Isso sem falar que em uma conjuntura com ampliação da informalidade, do desemprego e do subemprego os trabalhadores formais eram tratados como privilegiados, sustentando o discurso, comumente usados nos Governos Temer e Bolsonaro, de que é preciso desregular o mercado de trabalho para retomar o crescimento e combater o desemprego.

Quanto as mudanças na estrutura ocupacional da juventude pós período desenvolvimentista no Brasil, foi identificado dois movimentos complementares na vida laboral dos jovens, um de caráter global vinculado a transição de uma sociedade urbana industrial para uma sociedade de serviços, ou pós-industrial; e outro atribuída as especificidades do subdesenvolvimento brasileiro e da reestruturação produtiva que aqui se plasmou. Quanto ao primeiro ponto, foi constatado que com o fim do fordismo emerge um arranjo econômico, social e tecnológico que modifica a lógica de organizar a produção, modificando tanto o conceito de trajetória profissional, quanto a articulação entre trabalho e formação. A despadronização do processo produtivo realizada a partir de

diversificadas formas de contratação, amplia a polarização do mercado de trabalho, posto que uma parcela diminuta dos jovens receberá elevada qualificação para exercer tarefas laborais de elevada complexidade, enquanto uma grande proporção dos jovens ocupará vagas instáveis, que guardam pouca ou nenhuma relação com a trajetória educacional que estes jovens trilharam. A polarização do mercado de trabalho ampliará o caráter dual da educação no Brasil, estabelecendo uma educação voltada estritamente as tarefas laborais aos filhos dos trabalhadores, já os filhos da elite continuarão recebendo uma educação multidimensional que prepara para o conhecimento complexo e prospectivo.

Com o baixo dinamismo econômico a partir da década de 1970, os países centrais abandonam o compromisso com o pleno emprego, o que gera maior instabilidade na inserção dos jovens na vida laboral, suscitando maiores obstáculos para realizem de forma plena as experiências e construção de autonomia, inerentes a esta fase da trajetória profissional. Em meio a elevação do desemprego, a insegurança material assume um papel funcional no processo de acumulação, por conduzir os jovens a assumirem posturas demasiadamente conservadoras, os levando a aceitar ocupações mais precárias, com menores salários e menores possibilidades de progressão profissional. Offe (1989) identifica que ao não serem responsáveis exclusivos por sua manutenção material, o trabalho faz parte de uma constelação de motivos que organizam a vida cotidiana, não sendo a única forma de adquirirem reconhecimento social, o que possibilita aos jovens a transição por diferentes ocupações e entrarem e saírem da força de trabalho a depender de seus projetos e expectativas profissional e formativa. Esta constatação aponta para uma maior fluidez dos jovens no acesso ao mundo do trabalho, sendo afetado não só pela qualidade e níveis salariais de suas ocupações, como também as de suas famílias.

À medida em que cresce o desemprego e a desestruturação do aparato de proteção social, mesmo no capitalismo central, os jovens são compelidos a ingressar de forma precoce e precária no mercado de trabalho. Como os países periféricos construíram um padrão laboral heterogêneo, permeado por baixos salários e subemprego, os jovens, especialmente os de famílias pobres, sempre tiveram uma relação inconstante com o mundo do trabalho, que assume um caráter mais instável com a desestruturação produtiva da década de 1990.

Com a mudança do ciclo econômico e institucional os jovens são os primeiros a experimentarem o novo arranjo do mundo do trabalho, marcado pelo desemprego em massa, flexibilidade e insegurança laboral. As ocupações que servem ao atendimento

imediato das necessidades materiais, se é que existem compromissos futuros com a manutenção e reprodução da força de trabalho, faz com que os trabalhadores jovens estabeleçam suas estratégias laborais pautadas no curto prazo. Esses trabalhadores não criarão vínculos mais sólidos e duradouros com a maioria das diversas ocupações que exercem, buscando sua realização no consumo ou em alguma atividade não laboral.

Os jovens continuam almejando ocupações alinhadas com a burocracia fabril, que aferia salários superiores ao chão de fábrica e maior status social, mas foram exatamente estas ocupações as eliminadas pelo novo padrão tecnológico e organizacional da produção. Na nova ordem do trabalho é imposto não apenas aceitarem ocupações desregulamentadas com salários instáveis, estes são impelidos a defenderem tal modelo, ou serem tratados como inaptos para o mundo do trabalho moderno. O tipo de relação social e material com a vida laboral, além de ser substancialmente distinta da que foi estabelecida pelos jovens de outro momento histórico, são também um prenúncio da transformação simbólica do trabalho. No Brasil, mesmo com uma redução na taxa de participação, seja pelo desemprego ou pela inatividade, o trabalho possui para a juventude uma importância central tanto do ponto de vista material quanto simbólica.

A década de 1980 registra pela primeira vez um número de pessoas com 30 anos ou mais superior ao restante da população, devido a expressiva redução da taxa de fecundidade, tendência que continuou década pós década. O processo de rápida urbanização e modernização da sociedade brasileira, oriundo do crescimento econômico e da expansão da indústria, conduz as pessoas a redimensionarem o tamanho de suas famílias. A redução da taxa de fecundidade está relacionada, por um lado, ao dispêndio em manter um grande número de filhos em idade não produtiva em uma sociedade urbana industrial com um elevado volume de bens mercantilizados, complementarmente, verifica-se expressiva ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho, a fim também de garantirem a subsistência, estando agora responsáveis tanto pela produção quanto pela reprodução da força de trabalho. Com a redução do tamanho das famílias recai sobre um número menor de pessoas a reprodução da vida compelindo jovens e mulheres para o mercado de trabalho, porém a inserção laboral na sociedade urbana industrial requer um outro nível de qualificação e educação formal, o que se converte na elevação da escolarização nas décadas de 1980 e 1990.

No campo educacional foi verificado uma grande ampliação nas taxas de frequência escolar das pessoas até 15 anos na década de 1980, mas foi na década de 1990

que se verificou a grande ampliação da escolarização dos jovens. De 1990 a 2000 a taxa de frequência escolar cresce 13,5 p.p., fenômeno que pode ser atribuído por um lado a implementação, ainda que parcial e deficiente, dos direitos promulgados na nova constituição de 1988, quanto as mudanças na estrutura produtiva que demandavam maior qualificação. Outro fator que deve ser considerado na ampliação da escolarização foi a incapacidade de o mercado de trabalho absorver a massa de jovens em busca de uma ocupação, seja por conta das transformações produtivas e inovações tecnológicas poupadoras de trabalho, seja por conta da inatividade econômica oriundas das políticas de caráter contracionistas e pró-cíclicas.

Ainda quanto a taxa de frequência escolar, tanto na década de 1980 quanto 1990 as mulheres jovens possuíam taxas mais elevadas que a dos homens jovens em todas as faixas etárias, ainda que continuassem com taxas de participação e salários inferiores. Entre negros e não negros verifica-se considerável desigualdade em favor dos não negros, assimetria que ganha maior vulto após os 17 anos, quando os jovens concluem o ensino médio e podem ingressar no curso superior e, no caso das famílias mais pobres, ampliam a pressão pelo ingresso no mercado de trabalho. De qualquer forma, verifica-se uma redução das desigualdades de raça e classe no campo educacional, precedendo as desigualdades na estrutura ocupacional.

Como foi apresentado no capítulo 4, o desemprego e as ocupações precárias geradas pelas políticas regressivas nas décadas de 1990 foram responsáveis por piora no desempenho escolar e ingresso precoce no mercado de trabalho, posto que o desemprego do chefe de família pode ampliar de 30 a 50% a probabilidade de pessoas de 10 a 16 anos ingressarem no mercado de trabalho. O baixo crescimento econômico da década de 1990 gerou efeitos perenes, quando não permanentes, na vida dos jovens que tiveram sua vida escolar e profissional afetadas pela variação negativa de renda de suas famílias. Constatação que vai ao encontro da pesquisa de Abramo e Branco (2004), que identificou que 14% dos jovens entregam todo o salário a um adulto da família, e mais de 50% entregam ao menos uma parte do salário, a fim de contribuir com a renda familiar. Os jovens que anteciparam o ingresso na vida laboral e que abandonaram a escola tiveram trajetórias prejudicadas, de modo que o ciclo posterior de crescimento econômico não pode reverter plenamente os efeitos do período de crise.

Durante a década de 1980 o número de jovens no mercado de trabalho cresceu 35%, crescimento inferior ao verificado entre pessoas com mais de 29 anos. Essa

ampliação ocorreu de forma mais expressiva entre pessoas com mais de 18 anos e do sexo feminino, ainda que as mulheres jovens continuassem com uma taxa de participação 41,5 pontos percentuais menor que a dos homens da mesma faixa etária. Na década de 1990 verifica-se uma elevação de 22% no nível da PEA dos jovens de 15 a 29 anos, com uma redução de 10% na taxa de participação. A diferença na taxa de participação entre homens e mulheres jovens reduz 18 pontos percentuais, entre 1991 e 2000, seguindo a tendência de redução da desigualdade de gênero neste indicador, o que passou a se verificar de forma menos contundente também entre os não jovens. A mais expressiva mudança na década de 1990 foi a redução de 23% na taxa de participação dos jovens de 15 a 17 anos, processo que se aprofundou nas décadas seguintes, mas que marca mudanças no mercado de trabalho no Brasil, oriundas da inserção das mulheres no mercado de trabalho, de alterações da estrutura produtiva, da elevação da escolarização, mudanças culturais relacionadas a um tipo de ética do trabalho, mudanças tecnológicas de caráter global e implementação de políticas públicas previstas na constituição de 1988. Merece destaque que a redução da participação entre jovens com menos de 18 anos não foi homogênea, já que reduziu menos entre mulheres e jovens de famílias pobres, estes continuaram sendo imprescindíveis para prover a subsistência das famílias.

De 1970 a 2000 a taxa de participação das pessoas entre 15 e 29 anos sempre cresceu graças a ampliação da participação das jovens mulheres, já que entre os homens desta faixa etária declinaram década pós década, fenômeno verificado também entre não jovens, porém de forma menos contundente do que o corrido entre pessoas com menos de 30 anos. Enquanto ocorre uma inflexão na taxa de participação dos homens de 15 a 17 anos na década e passa a declinar, entre as mulheres da mesma idade a referida taxa permanece ampliando nas décadas seguintes. A redução média da taxa de participação dos jovens adolescentes só foi possível graças ao ingresso expressivo das mulheres, jovens e não jovens na vida laboral, contribuindo decisivamente na composição da renda das famílias mais submetidas a bens mercantilizados.

Na década de 1980 verificou-se uma ampliação da proporção de estudantes com idade entre 15 e 21 anos, redução de trabalhadores com menos de 20 anos, fenômenos que contribuíram para reduzir a taxa de jovens que não trabalhavam nem estavam estudando em 1991. Já o Censo de 2000 sugere transformações mais profundas durante a década de 1990 derivadas das transformações produtivas e desestruturação do mercado de trabalho. Entre 1991 e 2000 constata-se uma redução na proporção de jovens

em ocupações formais em todas as idades entre 15 e 29 anos, ainda que tenha crescido a proporção de jovens estudando, especialmente entre pessoas até 20 anos. O número de NEET cresceu entre jovens de 18 a 29 anos, tendo em vista que a maior parte dos que possuíam mais de 17 anos não conseguiam ingressar em um curso superior, ou no mercado de trabalho. A ampliação da escolarização não foi capaz de inserir adequadamente os jovens na vida laboral em um país imerso uma crise sem perspectiva de mudanças via mercado. Ao desagregar os dados de situação dos jovens por quintis de renda, é possível constatar que mesmo com a promulgação da constituição de 1988 ainda existia uma desigualdade na proporção de jovens estudando, mas a grande diferença encontrava-se no mercado de trabalho. Os jovens de famílias mais pobres possuíam uma maior proporção de trabalhadores apenas entre pessoas entre 15 e 17 anos, posto que as famílias com maior renda conseguem protelar o ingresso de seus filhos no mercado de trabalho a fim de ampliarem sua escolarização. Também foi constatado a prevalência dos jovens mais pobres nas ocupações informais, que cresceram durante a década de 1990.

Neste período verificou-se uma ampliação da desigualdade no mercado de trabalho entre jovens do primeiro e quinto quintil de renda. Ainda que as diferenças educacionais tenham reduzido, a distância entre jovens NEET e em ocupações informais cresceu. Em 2000 a metade dos jovens com mais de 20 anos das famílias mais pobres não trabalhavam nem estavam estudando e 39% dos jovens desta faixa de renda trabalhavam em ocupações informais.

Ao analisar a situação de atividade dos jovens por sexo entre as décadas de 1980 e 1990 fica evidente que existe uma maior proporção de mulheres estudando em todas as idades, porém, após terminar o ensino médio verifica-se uma prevalência das mulheres NEET, enquanto a maior parte dos homens jovens ingressam no mercado de trabalho, seja formal ou informal. Na década de 1990 constata-se uma ampliação da proporção de mulheres trabalhando a partir dos 21 anos e uma redução da proporção das jovens mulheres NEET em todas as faixas etárias, fenômeno oposto correu com os homens jovens tendo em vista que entre 1991 e 2000 verifica-se uma redução na proporção de homens jovens trabalhando em todas as faixas etárias e uma ampliação dos NEET entre os 17 e 29 anos. O que indica que a crise e as mudanças no mercado de trabalho expurgaram significativa parcela dos homens jovens da vida laboral, o que possibilitou (ou compeliu) o ingresso de jovens mulheres ao mundo do trabalho, ainda que em ocupações precárias.

Na década de 1980 a mudança na posição de ocupação mais expressiva foi a ampliação dos jovens em ocupações não remuneradas. Em 1980 verificou-se 131% mais jovens em ocupações não remuneradas que adultos, já em 2000, a diferença ampliou para 287%, processo que pode estar associado a expansão da urbanização e crise econômica, expandindo o número de pessoas que criaram pequenos comércios ou outras formas rudimentares de geração de renda, o que demanda o envolvimento de vários membros das famílias. Neste período também se verifica uma expressiva redução na proporção de jovens na posição de ocupação “empregado”, corroborando com a percepção de que se ampliava os obstáculos para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. As posições na ocupação que mais expressavam a divisão sexual no trabalho eram “Trabalho doméstico”, (94% feminino) e “Trabalhador agrícola volante” (90% masculino), posições que além de serem polarizadas congregavam um expressivo número de jovens.

Esta polarização é relevante por guardar relação também com a desigualdade racial no mercado de trabalho na década de 1980, uma vez que existia prevalência de jovens negros em todas as posições de ocupações que refletem vínculos mais precários e mal remunerados, o que resultavam em uma prevalência de negros no trabalho doméstico e no trabalho agrícola. Na década de 1990 a distorção racial entre posição de ocupação dos jovens se aprofunda, com os negros e negras majoritariamente nas posições de ocupação “trabalho doméstico com carteira”; “trabalho doméstico sem carteira” e “trabalho na produção para o próprio consumo”. Mesmo em posições na ocupação sem remuneração, aos jovens negros restavam as ocupações mais precárias, sendo maioria na posição “Não remunerado em ajuda a membro do domicílio”, enquanto os jovens não negros eram majoritários na posição “Aprendiz ou estagiário sem remuneração”, expressando tanto as desigualdades educacionais, quanto as diferentes trajetórias profissionais. A primeira ocupação vincula-se mais ao subemprego, enquanto a segunda a uma trajetória formativa que possibilitará o acesso a ocupações mais especializadas e com maiores remunerações.

Na década de 1990 51% dos jovens de 15 a 29 anos trabalhavam sem carteira de trabalho ou por conta-própria, nível que poderia chegar a 60% se fosse incluído os jovens na posição de ocupação sem remuneração ou trabalhando para o próprio consumo, nível que chegava a 83% entre os jovens adolescentes, corroborando com a constatação de que os anos 1990 foram especialmente difíceis para a inserção dos jovens na vida laboral.

Ao analisar as mudanças por setor econômico nas décadas de 1980 e 1990 foi possível constatar que a retração do setor industrial atingiu mais severamente os jovens nas duas décadas. O setor de serviços passa a ser o principal catalizador da juventude, absorvendo especialmente as mulheres jovens, enquanto o setor industrial passa a congrega trabalhadores com mais de 29 anos. Confirmando a possibilidade da inserção laboral dos jovens indicarem tendências no mercado de trabalho, pode ser constatado que a redução do número de pessoas no setor industrial ocorreu na década de 1980 apenas entre jovens, processo que se generalizou na década de 1990 para todas as faixas etárias.

Entre os anos de 1980 e 2000 o setor industrial deixou de contratar jovens de ambos os sexos, porém a redução foi mais substantiva entre as mulheres, que ampliaram ainda mais sua participação no setor de serviços, saindo de um patamar já elevado de 69,3%, chegando em 2000 com 79,5%. Uma vez que o setor terciário congrega ocupações mais heterogêneas, a baixa atividade econômica nos anos 1990 e as mudanças setoriais expuseram os jovens a ocupações mais precárias e inseguras. As mudanças na estrutura produtiva no Brasil impuseram a redução de número de jovens no setor primário, ainda que na década de 1980 este setor continuasse hipertrofiado após o processo de rápida industrialização do período desenvolvimentista, empregando $\frac{1}{4}$ dos jovens de 15 a 29 anos em 1991. No entanto, a incapacidade de o Brasil dar mais um passo na industrialização em direção a terceira revolução industrial e a implementação de uma desastrosa abertura comercial e financeira, fragilizaram a indústria nacional, reduzindo os investimentos, o que pode ser observado com a redução da Formação Bruta de Capital Fixo e baixa contratação do setor da construção civil. Na década de 1990 o setor de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” pela primeira vez deixa de ser o que mais emprega jovens, e o “Comércio de mercadorias” atinge a primeira posição congregando 19% dos jovens ocupados. No entanto, como sinal de deterioração do mercado de trabalho da década de 1990, o setor de serviços doméstico se expande e passa a contratar uma em cada cinco mulheres jovens na PEA. A desregulamentação do mercado de trabalho na década de 1990, longe de gerar empregos, ampliou as desigualdades no mercado de trabalho e autorizou uma multiplicidade de ocupações precárias e subempregos.

CAPÍTULO 5 – JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 2000: MUDANÇAS DE ROTA E ENTRAVES ESTRUTURAIS

5.1 Anos 2000 e a mudança de rota

Durante o período de 1997 a 2003 o país registrava baixo crescimento econômico, o que contribuiu para a ampliação do desemprego e aprofundamento da precarização do trabalho. Além da estabilização monetária produzir deletérios efeitos sobre a economia nacional, dada uma política cambial que prejudicava o setor exportador e uma política fiscal contracionista, o plano real não foi capaz de conter a expressiva desvalorização dos salários dos trabalhadores. Carneiro (2002) relata que a política cambial do período em questão predou a economia nacional, provocando déficits na conta comercial e corrente, que provocou outro ciclo de endividamento. O tripé econômico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) retirava ainda mais dinamismo da economia, elevava a vulnerabilidade externa e eliminava a capacidade de o governo realizar política monetária anticíclica. A partir de 2003, favorecido pela elevação da demanda por commodities no mercado internacional, por uma taxa de câmbio desvalorizada e por elevada capacidade ociosa, o Brasil passa a registrar consecutivos saldos na balança comercial e elevação dos investimentos externos no país, com entrada de capital estrangeiro - quadro que perdurou até a crise internacional de 2008. Mesmo com a manutenção do tripé econômico, que restringia o crescimento econômico, o Brasil cresceu 3,5% a.a. de 2003 a 2006 (SANTOS, 2011).

Segundo Baltar et al (2010) e Oliveira (2015) o Brasil retomou o crescimento com a elevação da demanda por commodities no mercado internacional em 2004. O elevado ritmo de crescimento Chinês permitiu que o Brasil ampliasse suas exportações de commodities, mas também permitiu que exportasse manufatura a países exportadores de commodities e para o EUA. Este movimento contribuiu para os saldos na balança comercial e elevação de reservas brasileiras, sobretudo no momento em que o real se valorizou e, mesmo assim, o país continuou a exportar.

A favorável situação internacional criou um ciclo virtuoso que articulava a expansão interna da renda, do poder de compra e do crescimento econômico. Verifica-se no período ampliação do emprego formal, transferências de renda, elevação do salário mínimo e elevação expressiva do crédito. Baltar et al (2010, p. 6) evidencia ampliação do crédito nos anos 2000, chegando a 41,8% do PIB em 2008, tendência oposta ao que foi

verificado entre os anos de 1995 e 2002, em que o crédito declinara 9 pontos percentuais em relação ao PIB.

Para os autores o principal empecilho ao crescimento sustentado residia na indústria de transformação. Os autores alertaram que a perda de importância da indústria no PIB (que entre 1980 e 2005 caiu de 34% para 16%) e a queda na formação Bruta de Capital Fixo deveriam ser revertidos para que país voltasse a crescer de forma sustentada. A abertura comercial dos anos 1990 elevaram o coeficiente de exportação e importação, porém tal processo promoveu a perda de densidade das cadeias produtivas.

Baltar et al (2010) identificam que mesmo sem romper com o tripé macroeconômico, o governo Lula se inicia recusando-se a implementar políticas de ajustes fiscais contracionistas, largamente implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), difundidas sobretudo pelo FMI. A pressão do sistema financeiro para o governo reduzir a relação dívida/PIB estava vinculado a visão da ortodoxia que exige uma política fiscal exclusivamente voltada para solvência da dívida pública, ainda que isso provoque perda de dinamismo econômico e gere desemprego. O governo lança o Plano de aceleração do Crescimento (PAC), promove ampliação de pessoal e salários no setor público, mantém a elevação do salário mínimo (arcando com os custos da ampliação de benefícios vinculados ao mínimo), capitaliza o BNDES com recursos do tesouro - a fim de financiar criação de grupos empresariais e financiar novos investimentos - e buscou retomar o investimento público.

O processo de valorização duradouro do câmbio que se iniciou em 2004 teve um papel deletério na produção manufatureira nacional, estimulando a importação de bens de consumo, rompendo com os elos das cadeias produtivas nacionais e impactando negativamente o mercado de trabalho. A justificativa para a escalada do preço do real foi os benefícios no controle dos preços, possibilitando maior poder de consumo dos salários, não obstante gerando desemprego em setores mais dinâmicos da economia (OLIVEIRA, 2015).

Com o intuito de aproveitar a oportunidade de uma taxa de inflação sobre controle, o governo buscou implementar políticas expansionistas como redução da taxa de juros por meio da Selic, reduziu depósitos compulsórios dos bancos, ampliou o crédito, financiou exportações com reservas internacionais, reduziu temporariamente impostos sobre produtos industrializados, lançou o projeto de construção de casas populares "Minha Casa, minha vida" e reduziu o imposto de renda da classe média baixa. As

mudanças de postura econômica e a descoberta do Pré-sal, apontaram a viabilidade de construção de um outro projeto nacional de Desenvolvimento, que recolocaria o Brasil nos trilhos do crescimento, porém, com justiça social.

A elevação da renda do trabalhador nos anos 2000 teve substantivo papel na manutenção da atividade econômica, seja na ampliação da demanda por bens de consumo, ou nos investimentos para atender a ampliação da capacidade de consumo dos trabalhadores⁷¹.

Baltar et al (2010) apontam que o período de expansão da economia brasileira trouxe melhoras em diversas dimensões do mundo do trabalho, revertendo tendências estruturais que foram aprofundadas com a implementação do projeto neoliberal dos anos 1990. Verifica-se melhora nos níveis médios de salários, na formalização do emprego e redução do emprego informal, elevação das ocupações em setores com melhores empregos (como o setor público e grandes empresas), elevação dos salários (influenciado pela elevação do salário mínimo e por melhores negociações coletivas) e substanciais redução do trabalho sem remuneração, trabalho escravo e trabalho infantil.

Ao analisar as mudanças no mercado de trabalho no Brasil, Baltar et al (2010) identificam que no Brasil a PEA ainda era uma parcela relativamente elevada quando comparada a outros países. Os autores identificaram uma redução de participação dos jovens na PEA desde os anos 1990, com uma queda acentuada nos anos 2000, porém, a participação juvenil no mercado de trabalho ainda é muito elevada, citam que em 2005 entre os jovens de 15 a 19 anos a taxa de participação era "52% no Brasil, 36% no México, 25% na Argentina Urbana e 17% no Chile" (BALTAR et al, 2010, p. 10). De qualquer forma é necessário observar que 20 anos antes a taxa de participação deste segmento etário no Brasil era de 75%.

Mesmo com a retomada do crescimento econômico, Baltar et al (2010) demonstram que em 2008 o desemprego ainda era um problema para os trabalhadores, em especial para o trabalhador jovem que sofre maior impacto do desemprego. Entre os jovens de 15 a 24 anos que querem, ou precisam, trabalhar o desemprego era de 15,5% (8,4% maior que o desemprego geral). Entre 2004 e 2008 os indicadores que impactam a

⁷¹ A relação entre a atividade econômica e a renda dos trabalhadores reside na constatação keynesiana de que os agentes econômicos com menores rendas possuem maior propensão marginal a consumir, o que sugere que quase toda a renda do trabalhador é gasta, intensificando atividade econômica. Este processo explica como a ampliação de renda do trabalho e as políticas sociais de transferência de renda contribuíram para o crescimento econômico.

juventude (de 15 a 24 anos) em proporção maior que a PEA total foi a redução do trabalho não remunerado e do emprego doméstico, que reduziram respectivamente 3,3% e 1,1%.

O elevado crescimento econômico com a desvalorização do real, o aumento da fiscalização do trabalho dado melhorias institucionais e a manutenção de elevadas taxas de ocupação possibilitaram a elevação da formalização do trabalho, com redução do número de trabalhadores ocupados em empregos precários com baixos salários (ou sem remuneração) e sem direitos trabalhistas. O ritmo de expansão dos empregos de melhor qualidade, como profissionais de nível superior, dirigentes, técnicos nível médio, serviço de apoio administrativo e pessoal das forças armadas cresceram em maior velocidade que os empregos de pior qualidade. Mesmo ocupações de pior qualidade passaram por ampliação da formalização e melhorias salariais. Este processo defronta-se com características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, que foram aprofundadas na década de 1990 com a ampliação da flexibilização, resta saber se esta tendência possui caráter duradouro ou meramente conjuntural. Quando se compara o mercado de trabalho atual com o da década de 1990, constata-se substanciais melhoras no nível e qualidade dos empregos, não obstante, o país ainda possui mais da metade de sua PEA fora de uma ocupação formal, com seguridade social e direitos trabalhistas assegurados.

A elevação generalizada dos empregos formais, com ênfase para os empregos com maiores salários, promoveu uma elevação substancial da renda média do trabalho, ampliando a massa total de renda do trabalho e sua proporção na renda nacional. Tal processo reverteu as perdas salariais vividas pelos trabalhadores desde a década de 1990, em especial pós crise de 1999. A elevação do salário mínimo, as melhores negociações salariais dos sindicatos e a melhora mais expressiva das rendas abaixo da média proporcionaram redução das desigualdades dos rendimentos.

A ampliação das rendas mais baixas reduziu as diferenças de renda entre as pessoas e as diferenças entre a renda média por tipo de ocupação formal ou geral, porém, existe ainda no mercado de trabalho brasileiro grande dispersão de salários. Baltar et al. (2010) constataram que a elevação do salário mínimo não foi capaz de reduzir as desigualdades médias setoriais, dado que as ocupações com menores salários também são as com menores níveis de formalização. O processo que promoveu ampliação dos rendimentos do trabalho promoveu também a desigualdade de renda das famílias, que

associado a ampliação do crédito promoveu a ampliação do que foi chamado por Neri de nova classe média e por Chaui (2013) e Pochmann de nova classe trabalhadora⁷².

Quadros et al (2013) realizam comparações entre o ano de 2000 e 2010, com divisão entre cinco classes, quais sejam: Alta classe média; média classe média; baixa classe média; massa trabalhadora; e miseráveis. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram de forma inequívoca que ocorreu substancial melhora na vida da população de menor renda, com ênfase para a baixa classe média, que demonstrou números melhores em todas as comparações. Os autores atribuem a melhora nas condições de vida da população ao crescimento econômico, a substancial elevação do salário mínimo e aos programas sociais, que ganham escala a partir do governo Lula.

Os autores não negam os avanços identificados de 2000 para cá, mas não consideram adequado atribuir ao Brasil o título de país de classe média. Lembram que os dados classificam 64% das empregadas domésticas e 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto, como classe média. Estão classificados como classe média também os garçons, professores primários, policiais e auxiliares de enfermagem. Ocupações expostas a baixos salários e precárias condições de trabalho, mesmo quando subordinadas ao setor público. Vale ressaltar que o país registrou substanciais melhoras relativas em seu quadro social, mas dado a precariedade enfrentada no mercado de trabalho e a elevada desigualdade social os desafios do país ainda são muito grandes.

Oliveira (2015) acredita que ocorreu uma ruptura com o caminho trilhado no mercado de trabalho das décadas de 1980 e 1990. A elevação da ocupação a taxas acima da historicamente praticadas, a elevação dos rendimentos médios, a redução da informalidade e a queda dos níveis de desigualdade e pobreza no país, sugerem tendências significativamente distintas da desestruturação do mercado de trabalho promovida pelo projeto neoliberal.

O autor observa que não se deve esperar um mercado de trabalho similar ao encontrado no Brasil desenvolvimentista do final da década de 1970.

⁷² Para Chaui (2013) o fenômeno de ampliação de renda das famílias não foi uma ampliação da Classe C ou da pequena burguesia, o que ocorreu foi uma ampliação da classe trabalhadora. A autora acredita que foi a proletarianização de setores como da produção de Tecnociência, saúde, educação, comunicação, advocacia que caracterizam as mudanças de classes. A descentralização do capital, com desconstrução do fordismo, promoveu um conjunto de terceirizações e contratações precárias que escondem uma considerável parcela da classe trabalhadora por trás da máscara de pequeno e microempresário.

A mudança do padrão de acumulação capitalista promovida pelo fim da era fordista, pela globalização financeira e comercial e pelos novos padrões tecnológicos impôs novas formas de organizar o trabalho, com desestruturação do mercado de trabalho (inclusive no capitalismo central), promovendo a flexibilização, enfraquecendo direitos trabalhistas, atacando os sindicatos e reduzindo o tamanho do Estado⁷³.

O Brasil sempre viveu níveis elevados de rotatividade, insegurança no mercado de trabalho, níveis de salários abaixo da produtividade e baixa formalidade ocupacional. Tais características não ofereceram maior competitividade, pelo contrário, reduziram a capacidade e eficiência da força de trabalho, dado sua baixa especialização e qualificação. Oliveira (2015) aponta que a flexibilização se configura como um obstáculo desestruturador historicamente presente em nosso mercado de trabalho, e que se mantém mesmo com as mudanças na estrutura ocupacional. A proposta debatida no congresso brasileiro em 2015 de regulamentar a terceirização, demonstra como a ideologia neoliberal ainda exerce influência nos rumos da economia brasileira.

Mesmo nos anos 2000, a rotatividade continuou sendo uma marcante característica do mercado de trabalho brasileiro, mesmo com elevados níveis de emprego e expansão da renda. Esta peculiaridade ocupacional é fruto da ainda elevada informalidade e flexibilidade, que além de privar muitos trabalhadores de mecanismos de proteção social e direitos trabalhistas, também afeta negativamente a estrutura produtiva – ao impedir o aumento da produtividade pela especialização e qualificação do trabalhador.

Se o Brasil negligenciou a estruturação do mercado de trabalho por acreditar que o mercado se estrutura naturalmente com o processo de desenvolvimento econômico, poucas certezas existem atualmente, dada as mudanças mundiais do trabalho com a globalização financeira e comercial.

Ao comparar a mudança no padrão de insegurança no mundo do trabalho entre os anos de 1990 e 2003, com os anos entre 2004 e 2014, Oliveira constatou que

⁷³ A defesa ideológica da flexibilização tem suas raízes no debate enfrentado por Keynes contra os neoclássicos, que creem na eficiência dos mercados e que o desemprego é um fenômeno transitório ligado aos desequilíbrios de mercado, promovidos pelo Estado ou pelos sindicatos. Para os neoclássicos a rigidez de salários promove o desemprego por não permitir que os salários baixem ao nível da produtividade marginal do trabalho. Keynes desconstruiu estes argumentos expondo que o desemprego é uma questão de demanda efetiva, que se desdobra em diversas dimensões da economia, de modo a transcender a mera compra e venda da força de trabalho. Se os argumentos ortodoxos são incongruentes para os países centrais, quando se trata de países periféricos são inaplicáveis.

ocorreu uma redução da insegurança no mercado de trabalho promovida pela expressiva queda das taxas de desemprego, inclusive em segmentos historicamente vulneráveis no mercado de trabalho como as mulheres, os negros e os menos escolarizados, no entanto, isso não eliminou as desigualdades. O autor constatou a permanência da insegurança no emprego nos anos 2000, ainda que se tenha registrado elevação do emprego formal no setor público e privado e o número de contratos de curta duração correspondam a uma parcela significativamente pequena da ocupação total. Fica evidente a redução da insegurança na renda, tendo em vista a elevação do salário mínimo, os ganhos reais nos salários conquistados por diversas categorias de trabalhadores, elevação do rendimento médio da renda, com elevação da proporção na renda nacional.

Mesmo com algumas ressalvas Oliveira (2015) aponta para uma redução na insegurança nos contratos de trabalho, visto a elevação dos assalariamentos com carteira assinada, redução do emprego sem carteira e redução das ocupações não remuneradas. Outro elemento que demonstra a redução da insegurança nos contratos em 2000, foi a melhoria no mercado de trabalho promovido por negociações coletivas, que tratavam de temas mais específicos como jornada de trabalho, saúde e condições de trabalho e promoção da igualdade. O que se configura como ampliação da insegurança nos contratos foi o avanço da terceirização, pulverizando as categorias profissionais, que promovem a redução da força das entidades de representação e tendem a inviabilizar convenções coletivas.

E por fim, o autor acredita que a elevação da insegurança na representação do trabalho, expressa pela redução da taxa de sindicalização. A redução da taxa de sindicalização pode estar ligada a reestruturação produtiva, que promove a terceirização e práticas toyotistas. Outra hipótese é a elevada taxa de trabalhadores com recente vínculo empregatício, ou no início da trajetória profissional, uma vez que, trabalhadores nestas condições normalmente possuem baixa taxa de sindicalização. Não pode ser descartado o baixo engajamento dos sindicatos no movimento de sindicalização dos novos trabalhadores e o violento embate ideológico que adquiriu força na década de 1990, que criminaliza os movimentos sociais e dissemina o individualismo - sendo a teologia da prosperidade uma das expressões desta tendência.

Na próxima será analisada as características da participação da juventude no mercado de trabalho, a partir do Censo de 2010, deixando para as últimas seções a análise do período pós 2010, utilizando os dados da PNADC.

5.1.1 PIA, PEA e Participação

O Censo de 2010 registra a maior proporção de pessoas não jovens da série histórica exposta no Gráfico 22, com as pessoas entre 15 e 29 anos representando 26,9% da população e as com 30 anos ou mais 49%. Verifica-se uma redução em números absolutos de jovens entre 15 e 19 anos, cujo a quantidade reduziu 953 mil, enquanto verificou-se uma ampliação de 3,3 milhões de jovens com idade entre 25 e 29 anos. Mesmo como a redução proporcional, nos anos 2000 se verifica uma ampliação em números absolutos de 7,8% de jovens de 15 a 29 anos, partindo de 47,6 milhões de jovens em 2000 e chegando a 51,3 milhões em 2010. A pequena queda na proporção de jovens, entre os anos de 2000 e 2010 contribuiu para conformar um envelhecimento da população, posto que a proporção de pessoas com 30 anos ou mais em 2000 era de 42% e chega em 2010 em 49%, o que constitui um novo quadro em que, pela primeira vez na história do Brasil, metade da população têm mais de 30 anos e a outra metade têm menos de 30 anos. Quadro que demanda redimensionamento das políticas públicas tanto para a infância e juventude, quanto para a políticas de previdência social.

Um dado curioso sobre a mudança demográfica entre os anos 2000 e 2010 foi a ampliação do número de pessoas que se autodeclaram negras frente a redução no número de pessoas que se declaravam não negras. Entre as pessoas de 15 a 29 anos verificou-se no período uma ampliação de 22% de negros e uma redução de 5% entre os não negros. Como já fora observado, A ampliação da população negra pode ser atribuída tanto ao fato da população de menor renda possuir uma maior taxa de fecundidade, e esta ser majoritariamente negra, quanto a uma mudança na identidade racial de parte da população. A ampliação no número de pessoas que se autodeclaram negros nos anos 2010 pode estar associado ao resultado de diversas políticas afirmativas nos anos 2000, que reduziram o receio de se declarar negro, levado pessoas a reavaliarem sua identidade étnica racial. O que reforça o último argumento é que entre os jovens a ampliação mais significativa no número de negros está na faixa etária entre 25 e 29 anos, registrando uma ampliação 37% superior a ampliação do número de negros com menos de 15 anos.

5.1.2 Frequência Escolar

Durante os anos 2000 se constata uma elevação de 5% no número de jovens de 15 a 29 anos frequentando escola ou universidade. Os Censo de 2010 verificou 18,4 milhões de jovens em algum estágio da educação formal. A ampliação mais significativa na escolarização ocorreu entre os jovens de 25 a 29 anos, grupo etário que ampliou em 54% no número de estudantes durante os anos 2000. Um dado curioso sobre este indicador é que em 2010 existiam 11% mais jovens negros de 15 a 29 anos frequentando a escola e a universidade que jovens não negros, porém entre os jovens de 25 a 29 anos os negros representavam 14% menos. O quadro se inverte quando observamos os jovens adolescentes (15 a 17 anos), cujo a participação de jovens negros era 30% maior que dos jovens não negros. O dado sugere que mesmo com os avanços na universalização do ensino superior nos anos 2000, o racismo em suas múltiplas formas e dimensões restringe o acesso dos jovens negros a universidade, ainda que sejam maioria no ensino básico. O Censo de 2010 identificou que as mulheres continuam sendo maioria entre os estudantes, prevalência que se amplia no transcorrer da vida, o que significa que as mulheres continuam estudando por mais tempo, inclusive na vida adulta. A quantidade de homens e mulheres de 15 a 17 anos estudando eram bem semelhantes, porém, entre jovens de 25 a 29 anos o número de mulheres o ensino formal era 25% maior, diferença que amplia entre pessoas com mais de 29 anos em mais de 40%.

Ainda que tenham ocorrido mudanças substanciais no número de jovens estudando nos anos 2000, se verifica que uma redução de 0,83 pontos percentuais na taxa de frequência escolar em 2000 e 2010, o que aponta que o salto demográfico foi maior que a ampliação da escolarização entre os jovens de 15 a 29 anos. Porém, a redução neste indicador ocorreu especificamente entre os jovens de 18 a 24 anos, redução de 2,05 pontos percentuais na década. Com exceção dessa expressiva faixa etária, todas as outras registram ampliação na taxa de frequência escolar, inclusive entre pessoas com 30 anos ou mais. Entre jovens com até 17 anos a taxa de frequência cresceu mais de 15 pontos percentuais durante os anos 2000.

Tabela 6 - Estimativa das pessoas que frequentam escola, segundo sexo e cor Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	10.004	8.004	18.008	9.546	7.904	17.450	19.551	15.907	35.458
15 a 17 anos	2.454	1.895	4.348	2.345	1.933	4.278	4.799	3.828	8.626
18 a 24 anos	1.755	1.757	3.511	1.822	1.983	3.804	3.576	3.739	7.315
25 a 29 anos	503	585	1.089	657	701	1.358	1.161	1.286	2.447
15 a 29 anos	4.712	4.237	8.948	4.824	4.617	9.440	9.535	8.853	18.389
30 anos ou +	1.164	1.211	2.376	1.680	1.662	3.342	2.845	2.874	5.718
Total	15.880	13.452	29.332	16.050	14.183	30.233	31.931	27.634	59.565

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

Tabela 7 - Taxa frequência escolar das pessoas de 5 anos ou mais, segundo sexo e cor Brasil 2010 (em %)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	77,5	76,4	77,0	77,9	76,5	77,3	77,7	76,5	77,2
15 a 17 anos	81,7	85,3	83,2	81,8	85,5	83,4	81,7	85,4	83,3
18 a 24 anos	26,6	32,8	29,4	28,8	35,6	31,9	27,6	34,2	30,6
25 a 29 anos	11,1	14,9	12,9	14,7	16,8	15,7	12,9	15,9	14,3
15 a 29 anos	33,3	36,8	34,9	35,3	38,4	36,8	34,3	37,6	35,8
30 anos ou +	5,3	5,4	5,4	7,3	6,4	6,8	6,3	5,9	6,1
Total	32,4	30,3	31,4	32,8	29,3	31,1	32,6	29,8	31,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

5.1.3 PEA e Participação

No Censo de 2010 a PEA com idade entre 15 e 29 anos era de 32,5 milhões de pessoas, o que correspondia de 35% da população ativa total. A quantidade de jovens na PEA também não cresceu substancialmente entre o ano 2000 e 2010, registrando uma ampliação de apenas 3,3%, enquanto entre as pessoas com 30 anos ou mais a ampliação foi de 34,6% no mesmo período. No Censo de 2010 as jovens mulheres de 15 a 29 anos representavam 44% da força de trabalho e homens jovens 56%. Como evidência de que os homens ingressam mais cedo no mercado de trabalho pode ser observado que entre os jovens de 15 a 17 anos o número de mulheres na PEA é 27,6% menor que dos homens, diferença que declina durante a juventude, voltando a crescer entre pessoas com mais de 30 anos. Já a desigualdade racial na PEA evidencia que os jovens negros ingressam no mercado de trabalho mais cedo que os jovens não negros. Entre pessoas com menos de 15 anos compondo a força de trabalho 62% são negros, nas faixas etárias subsequentes a proporção de negros reduz. Enquanto o número de jovens adolescentes negros na PEA superava o de jovens não negros em 28,1%, diferença que cai para 2,5 entre pessoas com idades de 25 a 29 anos. Em suma, em 2010 existiam 8,8% mais jovens de 15 a 29 anos negros que jovens brancos, porém, o quadro se inverte entre pessoas com mais de 29 anos,

posto que nesta faixa etária o número de pessoas negras é 7,6% menor que das pessoas não negras.

Tabela 8 - População economicamente ativa - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	462	278	740	321	205	526	783	483	1.266
15 a 17 anos	1.019	750	1.769	694	586	1.280	1.712	1.337	3.049
18 a 24 anos	4.931	4.109	9.040	3.565	3.554	7.119	8.497	7.663	16.159
25 a 29 anos	3.877	3.508	7.385	2.875	3.078	5.952	6.752	6.586	13.337
15 a 29 anos	9.827	8.367	18.194	7.134	7.218	14.352	16.961	15.585	32.546
30 anos ou +	16.679	17.213	33.892	11.990	13.810	25.801	28.669	31.023	59.692
Total	26.968	25.858	52.826	19.445	21.234	40.678	46.413	47.091	93.504

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

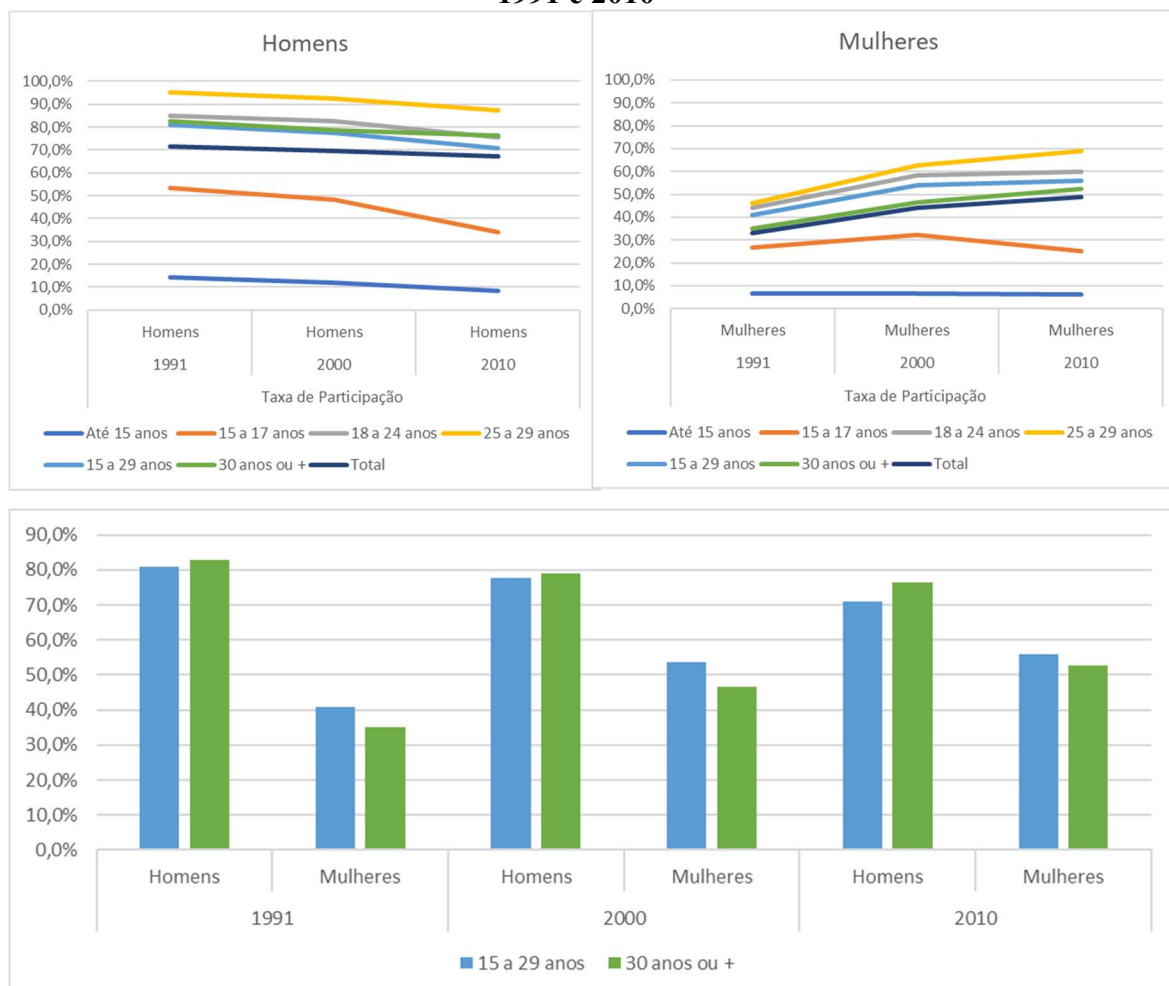
Como pode ser observado na Tabela 9, em 2010 a taxa de participação dos jovens entre 15 e 29 anos era de 63,4%, o que representou uma redução de 2,3 pontos percentuais se comparado com o Censo de 2000. Se este indicador for observado a partir de recorte de gênero constatar-se-á que a redução da participação foi muito mais brusca entre os homens jovens (-6,7 pontos percentuais), enquanto entre as mulheres desta faixa etária identifica-se uma ampliação de 2,1 p.p., reduzindo a desigualdade na taxa de participação entre homens e mulheres. O Gráfico 75 evidencia ainda que esta tendência de redução na taxa de participação dos homens e ampliação das mulheres é verificável já na Censo de 1991, apontando que a redução na elevada taxa de participação dos homens jovens ocorre amparada pela elevação da taxa de participação das jovens mulheres. Pode ser observado no gráfico ainda que nas três décadas analisadas, enquanto a taxa de participação dos homens está reduzindo, a taxa de participação dos homens jovens está abaixo da taxa dos adultos. Já entre as mulheres o movimento tende a mesma dinâmica, já que enquanto a taxa de participação das mulheres está subindo, a taxa de participação das mulheres de 15 a 29 anos é superior à taxa das com 30 anos ou mais. Por fim, constata-se que ocorreu uma redução da desigualdade na taxa de participação dos homens e mulheres jovens, mas as mulheres uma taxa de participação que variava de 70 a 80% a taxa dos homens, a depender da faixa etária. Um dado para as três décadas é que a desigualdade é menor nas faixas etárias mais avançadas, já que os homens jovens ingressam mais precocemente no mercado de trabalho que as jovens mulheres, que continuam retardando sua entrada na vida laboral para realizar trabalhos domésticos e cuidados familiares.

Tabela 9 - Taxa de participação por sexo, raça/cor e faixa etária - Brasil 2010 (em %)

Faixa etária	Homens			Mulheres			Total		
	Negros	Não negros	Total	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
Até 15 anos	3,6	2,7	3,2	2,6	2,0	2,3	3,1	2,3	2,8
15 a 17 anos	33,9	33,8	33,9	24,2	25,9	25,0	29,2	29,8	29,5
18 a 24 anos	74,7	76,7	75,6	56,3	63,7	59,8	65,7	70,1	67,7
25 a 29 anos	85,7	89,2	87,3	64,5	73,6	68,9	75,2	81,2	78,0
15 a 29 anos	69,5	72,7	71,0	52,2	60,0	55,9	61,0	66,2	63,4
30 anos ou +	75,9	76,8	76,4	51,9	53,1	52,6	63,6	64,1	63,9
Total	55,0	58,3	56,6	39,7	43,9	41,8	47,4	50,8	49,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

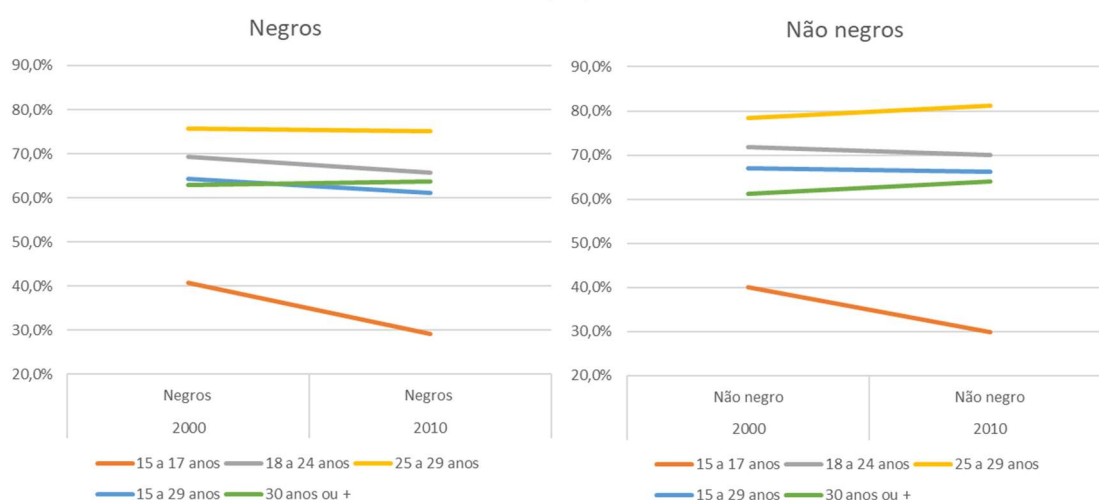
Gráfico 75 - Taxa de Participação de homens e mulheres por faixa etária entre 1991 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

Entre os anos de 2000 e 2010 a taxa de participação dos jovens de 15 a 29 anos teve uma redução moderada de 2,3 pontos percentuais, o que promoveu uma situação também inédita nos dados dos últimos quatro Censos, em que a juventude registra uma taxa de participação média inferior à taxa das pessoas com 30 anos ou mais. A queda mais expressiva se deu entre os jovens de 15 a 17 anos, que tinham uma participação no mercado de trabalho de 40,3% em 2000 e passaram para 29,4% em 2010 (redução de 10,9 pontos percentuais). Entre os jovens de 18 a 24 anos a redução na taxa de participação foi menos contundente, na casa dos 3 pontos percentuais. Nessa faixa etária já se constata uma mudança mais substancial na taxa de participação entre jovens negros e não negros, posto que a redução entre os jovens negros foi de 3,4 p.p., já entre os jovens não negros de foi de apenas 1,7 p.p. Mas a diferença mais significativa se deu entre jovens de 25 a 29 anos; enquanto entre jovens negros verificou-se entre 2000 e 2010 uma redução de 0,5 p.p., entre jovens não negros ocorre uma ampliação na taxa de participação em 2,7 p.p., dessemelhança também verificada entre pessoas com 30 anos ou mais. As mudanças constatadas durante a década de 2000 provocaram uma redução na taxa de participação na força de trabalho dos jovens negros de 15 a 29 anos, atingindo níveis inferiores a taxa das pessoas com 30 anos ou mais, porém, o mesmo não foi verificado a entre jovens não negros, que permanecem com taxa de participação superior à taxa dos adultos no Censo de 2010.

Gráfico 76 - Taxa de Participação na força de trabalho por faixa etária e raça / cor (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

Tabela 10 - Taxa de Participação na força de trabalho por faixa etária e raça / cor (%)

Ano 2000	2000			2010		
	Total	Negros	Não negro	Total	Negros	Não negro
Até 15 anos	9,4%	10,6%	8,1%	7,4%	8,0%	6,6%
15 a 17 anos	40,3%	40,7%	40,0%	29,4%	29,2%	29,8%
18 a 24 anos	70,6%	69,3%	71,8%	67,7%	65,7%	70,1%
25 a 29 anos	77,1%	75,7%	78,5%	78,0%	75,2%	81,2%
15 a 29 anos	65,7%	64,4%	66,9%	63,4%	61,0%	66,2%
30 anos ou +	61,9%	63,0%	61,2%	63,9%	63,6%	64,1%
Total	56,6%	56,1%	57,0%	57,7%	56,1%	59,4%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

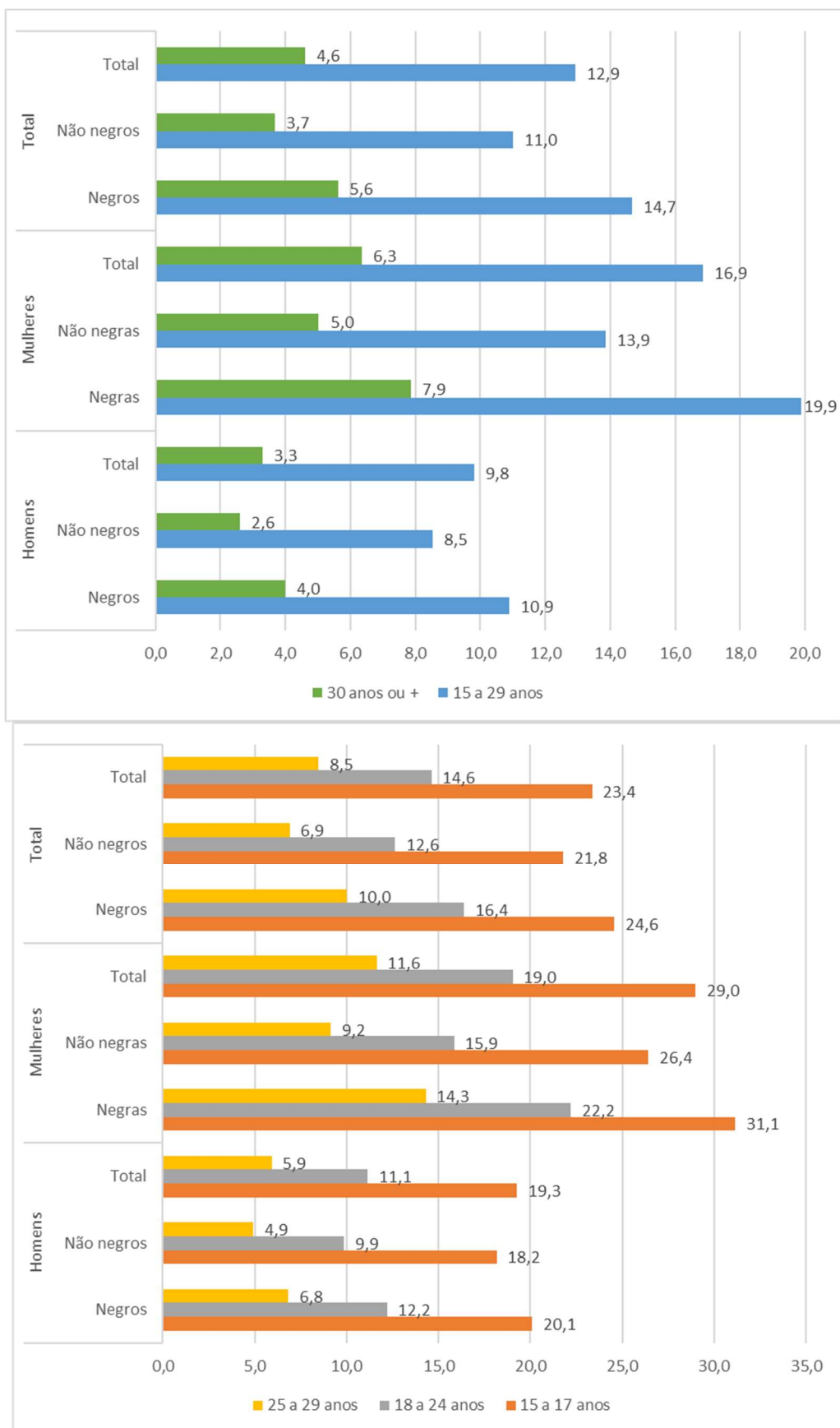
5.1.4 Desocupação

Como já fora apresentado, os anos 2000 não foi capaz de suplantando as deficiências estruturais do mercado de trabalho brasileiro, mas conseguiu trazer substantivas melhorias ao mercado de trabalho, como a drástica redução do desemprego. Em 2010 o Censo detectou uma taxa de desemprego de 7,6%, nível substancialmente inferior aos mais de 12% de 2019, porém, como pode ser observado no Gráfico 77, os jovens possuíam uma taxa de desocupação 12,9%, o que correspondia a um nível 8,3 p.p. superior que a dos não jovens. Entre os jovens de 15 a 17 anos o desemprego aplacava quase $\frac{1}{4}$ dos jovens (23,4%), já entre as mulheres desta faixa etária o desemprego era de 29%. A desigualdade no mercado de trabalho arrefeceu nos anos 2000, mas as mulheres ainda amargavam taxa de desemprego superior à dos homens em todas as faixas etárias. Enquanto entre os homens de 15 a 29 anos o desemprego era de 9,8%, entre as mulheres esta faixa etária era de 16,9%. Que pese que o nível da taxa de desemprego reduz conforme a idade avance, a desigualdade entre homens e mulheres jovens cresce no mesmo sentido, conforme se avança na faixa etária, maior é a distância no desemprego entre os sexos, ao ponto do desemprego entre mulheres de 25 a 29 anos ser o dobro da taxa dos homens na mesma faixa etária.

O desemprego é também um indicador de desigualdade racial no mercado de trabalho, já que os jovens negros possuem taxa de desemprego superiores a dos não negros em todas as faixas etárias, seja entre homens ou mulheres. Entre os jovens de 15 a 29 anos a diferença é de 3,7 p.p, já que os jovens negros possuíam taxa de desemprego de 14,7% e os não negros de 11%. Seguindo a mesma tendência do desemprego entre as

mulheres, ainda de forma menos intensa, a desigualdade racial cresce conforme se observa faixa etárias mais avançadas, o que significa que a diferença no nível do desemprego entre jovens negros e não negros é menor no começo da adolescência, mas cresce entre pessoas mais velhas. Assim, uma pessoa negra possui maior probabilidade que uma pessoa branca de ficar desempregada em todas as faixas etárias, especialmente se for mulher, já que uma jovem negra possuía 43,5% maior probabilidade de amargar o desemprego que uma jovem não negra.

Gráfico 77 - Taxa de Desocupação por faixa etária, raça/cor e sexo em 2010 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

5.1.5 Posição na Ocupação

Mesmo com as melhoras nos indicadores de mercado de trabalho dos anos 2000, em 2010 ainda se verificava uma grande proporção de trabalho sem carteira e por conta própria. Ao observar a posição na ocupação por faixa etária constata-se que 53% dos jovens de 15 a 29 anos na PEA estavam em ocupações com carteira assinada (14,9 milhões), 25% não possuíam carteira (7 milhões) e 13% trabalhavam por conta própria (3,8 milhões). Já entre os jovens de 15 a 17 anos 45% (1 milhão) trabalhavam sem carteira de trabalho e 14% eram conta própria. Aparentemente os anos 2000 permitiu uma ampliação da formalização do trabalho, especialmente entre a juventude. Entre pessoas com mais de 29 anos constata-se uma menor proporção de trabalhadores com carteira, apenas 42% (24,1 milhões de pessoas). Diferentemente do que se verifica entre os jovens, entre as pessoas com 30 anos ou mais, as pessoas em ocupação por conta própria (26%) superam a proporção de pessoas ocupação sem carteira assinada (18%). No mercado de trabalho em todo o mundo, especialmente nos com elevada informalidade e subemprego como o brasileiro, é comum que os adolescentes tenham maior taxa de emprego sem carteira, o que tende a decrescer nas faixas etárias subsequentes possibilitando que as pessoas com mais de 29 anos tenham menor probabilidade de estar em uma ocupação sem carteira assinada. Porém, a diferença de 13 pontos percentuais na proporção de jovens e adultos ocupados por conta própria sugere que os anos 2000 permitiram uma ampliação substantiva da formalização dos vínculos dos jovens que ingressaram nesta década na vida laboral, o que não foi verificado com a mesma intensidade entre os trabalhadores com trajetórias profissionais já estabelecidas. Em 2010, ainda que os jovens de 15 a 29 anos representasse apenas 1/3 da PEA, estes representavam 38% dos trabalhadores com carteira assinada, 41% dos sem carteira, 38% dos sem remuneração e apenas 21% dos trabalhadores em ocupações por conta própria.

Uma vez que as mulheres representavam 44% da PEA, elas tendem a possuir menor participação em quase todas as posições na ocupação em 2010, ainda assim são maioria no trabalho não remunerado. As mulheres de 15 a 29 anos representavam 55% das pessoas em ocupação sem remuneração, proporção que sobe para 71% entre pessoas com idade entre 25 e 29 anos. Já as mulheres possuem maior participação proporcional não só entre os “Não remunerados”, como também entre “militares e Estatutários” e “trabalhadores sem carteira”, o que significa, por um lado, que as mulheres estão mais

sujeitas a vínculos precários, mas como possuem melhores qualificações, são maioria no serviço público.

Em 2010 a proporção de pessoas que compunham a PEA e se declaram negras correspondiam a 52% entre os jovens de 15 a 29 anos e 48% entre pessoas com 30 anos ou mais. No entanto, os negros de 15 a 29 anos eram sub-representados nas posições de ocupações com vínculos mais estáveis e menos precários, representando 46% entre empregados com carteira, 48% entre os “Militares e Estatutários” e apenas 26% entre os empregadores. Já nas posições da ocupação com maior incidência de precariedade ocupacional constata-se uma prevalência de jovens autodeclarados negros, sendo estes 72% “Trabalhadores na produção para o próprio consumo”, 59% dos “trabalhadores sem carteira” e 56% dos trabalhadores “não remunerados”. Dito de outra forma, em 2010 existia 45% mais trabalhadores negros “sem carteira” que não negros, 27% mais negros que brancos em ocupações “não remuneradas” e 153% mais negros que brancos em “Trabalhadores na produção para o próprio consumo”.

Tabela 11 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)

Faixa etária	Empregados com carteira	Militares e estatutários	Empregados sem carteira	Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
<i>Homem negro</i>							
Até 15 anos	8	0	115	69	0	88	114
15 a 17 anos	142		372	141	1	63	95
18 a 24 anos	2.178	112	1.190	608	13	62	167
25 a 29 anos	1.994	115	765	596	23	18	101
15 a 29 anos	4.314	227	2.327	1.345	37	143	363
30 anos ou +	6.826	728	2.907	4.417	221	78	835
Total	11.149	955	5.350	5.831	258	309	1.312
<i>Homem não-negro</i>							
Até 15 anos	8		74	44	0	68	48
15 a 17 anos	173		252	98	1	50	40
18 a 24 anos	2.201	107	767	490	30	48	62
25 a 29 anos	2.029	122	480	583	70	13	38
15 a 29 anos	4.402	228	1.500	1.171	102	111	139
30 anos ou +	7.401	871	1.987	5.184	790	70	462
Total	11.811	1.100	3.561	6.398	892	249	649
<i>Mulher negra</i>							
Até 15 anos	5		84	33	0	73	66
15 a 17 anos	87		239	53	1	51	47
18 a 24 anos	1.304	64	939	269	7	77	114
25 a 29 anos	1.211	125	677	304	13	43	90
15 a 29 anos	2.601	189	1.855	627	21	171	251
30 anos ou +	4.225	902	2.888	2.066	93	223	652
Total	6.832	1.090	4.828	2.726	114	466	969
<i>Mulher não-negra</i>							
Até 15 anos	5	0	55	24	0	59	29
15 a 17 anos	131		190	45	1	44	21
18 a 24 anos	1.810	73	721	264	18	59	45
25 a 29 anos	1.682	156	479	369	40	34	37
15 a 29 anos	3.622	230	1.389	678	59	137	103
30 anos ou +	5.689	1.276	2.235	2.872	380	265	398
Total	9.316	1.506	3.679	3.574	440	461	529
Total							
Até 15 anos	26	0	328	170	1	289	256
15 a 17 anos	532	0	1.054	337	4	207	203
18 a 24 anos	7.493	356	3.617	1.630	67	246	388
25 a 29 anos	6.915	517	2.401	1.853	146	108	266
15 a 29 anos	14.940	874	7.072	3.820	218	561	857
30 anos ou +	24.141	3.778	10.018	14.539	1.484	636	2.346
Total	39.107	4.651	17.418	18.529	1.703	1.485	3.460

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

5.1.6 Setor de atividade 2010

A análise do mercado de trabalho brasileiro a partir de doze divisões setoriais aponta que os três setores que mais empregavam jovens em 2000 e 2010 eram os mesmos, sendo o “Comércio com uma distribuição” de 21% dos jovens de 15 a 29 anos, a “indústria de transformação” 14% e “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” com 12%. Em seguida os setores que mais empregavam jovens eram “Serviços auxiliares da atividade econômica” e “Serviços sociais”, que absorviam respectivamente

11% e 8% dos jovens de 15 a 29 anos. No setor onde se concentrava a maior proporção de jovens, “Comércio de mercadorias”, os jovens recebiam 61% do salário médio de 2010⁷⁴, enquanto as pessoas com mais de 29 anos recebiam 113% do salário médio. Constatou-se com isso que o setor que concentrava 1/5 dos jovens é o quinto setor com pior salário. Os outros setores onde se concentravam a maior proporção de jovens eram: “indústria de transformação”, “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” e “Serv. auxiliares da atividade econômica”, pagavam aos jovens respectivamente 67%, 42%, 90% do salário médio de 2010. Foi constatado que os jovens de 15 a 29 anos recebiam em 2010 salários substancialmente inferiores aos dos adultos, os jovens recebiam em média 56,7% dos salários dos adultos, diferença mais significativa em alguns setores.

Merece destaque que durante os anos 2000 o setor “serviço doméstico” era o quarto que mais empregava jovens, e foi deslocado para a nona posição em 2010, fruto de uma redução de 30% no número de mulheres de 15 a 29 anos neste setor. O número de homens também reduziu, mas são as mulheres a esmagadora maioria dos ocupados neste segmento, representando 92% das pessoas de 15 a 29 anos no setor “serviço doméstico”.

Ainda que se constata uma estabilidade na ordem dos setores que mais empregam jovens entre 2000 e 2010, foi identificada uma ampliação significativa no número de trabalhadores jovens em setores da indústria, tal como “construção civil”, que expandiu a absorção de jovens em 19% e o setor de “Outras atividades industriais”, segundo setor com maior taxa de crescimento no número de contratados - ainda que seja um setor pouco expressivo. Outro dado que expressa uma mudança na estrutura ocupacional nos anos 2000 foi a retração no número de trabalhadores jovens nos setores “Serviço doméstico” e “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, estes foram os setores com maior taxa de decréscimo no número de trabalhadores jovens, expresso na redução de respectivamente 29% e 19%.

Gráfico 78 - Estimativa das pessoas ocupadas segundo setor de atividade - Brasil 2010 (em 1.000 pessoas)

⁷⁴ Para o Censo de 2010 está sendo considerado como salário médio de referência o valor de R\$ 1.292,00. Em 2010 o salário mínimo legal no Brasil era de R\$ 510,00 e foi estabelecido pela Lei 12.255/2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

A análise setorial do Censo 2010 aponta que nos anos 2000 ocorreu uma redução na proporção de jovens nos 12 setores analisados. Em 2000 existiam 26% mais adultos que jovens de 15 a 29 anos no setor que mais empregava jovens: “Comércio de Mercadorias”, em 2010 a diferença subiu para 44%. Este processo pode ser verificado de forma ainda mais contundente no setor de “serviço doméstico” que possuía 31% mais adultos que jovens em 2000 e passou a ter 195% mais adultos em 2010. Os setores da indústria também passaram por este processo de envelhecimento, posto que a “Construção civil” e “Indústria de transformação” possuíam respectivamente 85% e 37% mais adultos que jovens de 15 a 29 anos em 2000, já em 2010 a os adultos superavam em 133% e 59%. Este processo de envelhecimento da estrutura ocupacional no Brasil está vinculado principalmente a redução na participação dos jovens de 15 a 17 anos em praticamente todos os setores econômicos, a redução nesta faixa etária nos anos 2000 foi ainda mais expressiva que entre trabalhadores com menos de 15 anos.

Entre 2000 e 2010 o número de mulheres jovens no mercado de trabalho cresceu mais que o de homens em quase todos os setores, com exceção do “Transporte e comunicação” e “serviço doméstico”. Já os setores de “Outras atividades industriais” e “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca” foram os setores em que se verifica maior crescimento proporcional no número de mulheres de 15 a 29 anos nos anos 2000. O censo de 2010 aponta que os setores econômicos em que mais emprega jovens mulheres de 15 a 29 anos são: "Comércio de mercadorias" (22,3%); "Serviços sociais" (13,4%); "Serv auxiliares da atividade econômica" (12,1%); "Serviço doméstico" (11,5%); e "Indústria de transformação" (10,5%), já entre homens da mesma faixa etária são: "Comércio de mercadorias" (20,1%); "Indústria de transformação" (16,1%); "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (15,1%); "Construção civil" (10,9%); e "Serv auxiliares da atividade econômica" (9,7%). Mesmo após os avanços das mulheres no mercado de trabalho nos anos 2000, o Setor de serviço doméstico ainda é o quarto setor que mais emprega jovens mulheres, ao passo que é o setor que menos emprega homens desta faixa etária. Entre os Cinco setores com maior proporção de jovens mulheres, quatro são do setor terciário, setores que totalizam 59%. Já entre os homens da mesma faixa etária verifica-se dois setores de serviços (30%), dois setores da indústria (27%) e o setor agropecuário (15%). Com isso constata-se que o setor de “comércio de mercadoria” é o que mais emprega jovens de ambos os sexos e em todas as faixas etárias. Porém, com exceção do citado setor que mais emprega jovens, não se constata mais nenhuma identidade setorial entre homens e mulheres jovens, posto a prevalência das mulheres no setor de serviços e dos homens jovens distribuído de forma mais equânime entre os outros setores econômicos. Quanto 81% das mulheres de 15 a 29 anos estavam em setores de serviços, entre os homens desta faixa etária era apenas 56%.

Sobre a desigualdade salarial entre pessoas de 15 a 29 anos, foi verificado em 2010 que as mulheres recebiam em média 86% dos salários dos homens, desigualdade presente nos doze setores econômicos analisados, com exceção dos setores “Transporte e comunicação” e “Construção Civil”, setores em que concentram apenas 1% das mulheres jovens cada. O setor que mais absorvem jovens, “Comércio de mercadorias”, as mulheres 15 a 29 anos recebiam 86% do salário dos homens, "Serviços sociais" e "Serv auxiliares da atividade econômica" a desigualdade salarial entre homens e mulheres jovens é menor que na média dos setores, com as mulheres jovens recebendo 81 e 82% dos salários dos homens jovens, porém o setor de “serviço doméstico”, setor com grande prevalência

feminina, as mulheres recebiam apenas 68% dos salários dos homens da mesma faixa etária.

Entre 2000 e 2010 o número de jovens de 15 a 29 anos negros ampliou em 11 de doze setores econômicos – só reduziu no setor “Outras atividades industriais” -, enquanto o número de jovens não negros reduziu na metade dos setores econômicos. Os três setores que mais ampliaram a absorção de jovens negros entre 2000 e 2010 foram: "Comércio de mercadorias" (ampliação de 982 mil); "Serv auxiliares da atividade econômica" (ampliação de 624 mil) e “Indústria de transformação” (ampliação de 331 mil). Já entre os jovens não negros os setores que mais ampliaram a contratação foram: "Serv auxiliares da atividade econômica" (655 mil); "Comércio de mercadorias" (235 mil); e “Outras atividades industriais” (121 mil). O setor de “Comércio de Mercadorias”, setor que mais ampliou a contratação de jovens, ampliação que ocorreu majoritariamente entre os negros, pagava aos jovens negros salários 24% menores que os pagos aos jovens não negros. Outro setor responsável por grande expansão na contratação de jovens foi "Serv auxiliares da atividade econômica", cuja a diferença salarial entre jovens negros e não negros era de 34% em 2010. Este setor se destaca por ser o setor que mais ampliou a contratação de jovens não negros.

Após as mudanças na economia e no mercado de trabalho nos anos 2000, os setores que mais contratavam jovens de 15 a 29 anos negros eram "Comércio de mercadorias" (20%); "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (14,9%); "Indústria de transformação" (12,6%); "Serv auxiliares da atividade econômica" (8,2%); e "Construção civil" (8,2%), totalizando 63% de jovens no terciária da economia, 22% no setor secundário e 15% no setor primário, como pode ser observado no Censo de 2010. Já entre os jovens não negros encontra-se uma outra configuração entre o setor que mais absorvem pessoas entre 15 e 29 anos, sendo: "Comércio de mercadorias" (22%); "Indústria de transformação" (15%); "Serv auxiliares da atividade econômica" (13,3%); "Serviços sociais" (9%); e "Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca" (8,7%), totalizando 70% destes jovens no setor terciário, 21% no setor secundário e 9% no setor primário. O que chama atenção é a ainda elevada proporção de jovens negros (15%) no setor “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, enquanto a proporção de jovens não negros é de apenas 9%. O mesmo se verifica no setor “Construção civil”, que absorvia 8% dos jovens negros de 8% em 2010, contra 5% de jovens não negros. O “setor Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, além

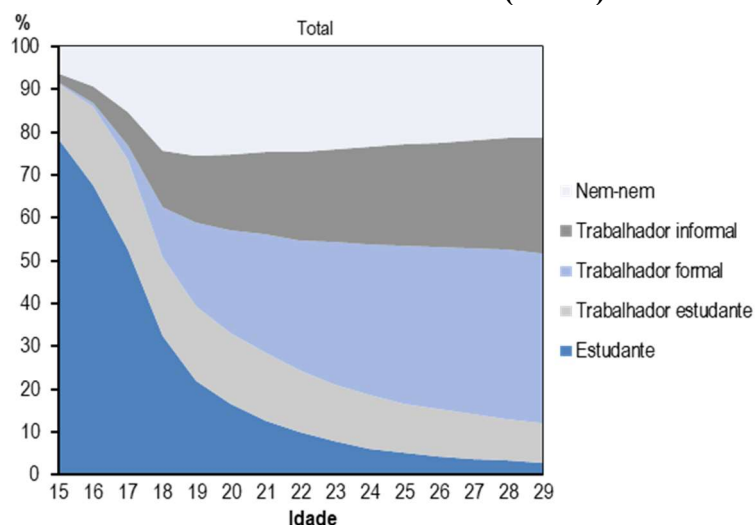
de pagar aos jovens negros apenas 20% do salário médio de 2010, também pagava aos jovens negros salários 37% menores que aos jovens não negros. O mesmo pode ser dito sobre o Setor de Construção civil, posto que jovens negros recebiam salários 27% inferiores que os jovens não negros.

5.1.7 Situação de atividade por idade

Ao observar a distribuição de jovens por situação de atividade por idade entre 2000 e 2010, constata-se uma relevante elevação na proporção de jovens no trabalho formal e uma redução na proporção dos jovens que não trabalhavam nem estavam estudando. No período o número de NEET reduziu em todas as idades, mas a redução mais expressiva foi entre jovens de 15 a 17 anos, sendo uma redução de 41% entre jovens de 15 anos, 37% entre jovens de 16 e 27% entre jovens com 17 anos. Um dado associado a ampliação do emprego nos anos 2000 foi que se verificou uma redução dos jovens que só estudavam entre os 17 e 23 anos e uma ampliação expressiva de jovens trabalhando e estudando, especialmente entre os 21 e 29 anos, sendo que a ampliação foi de 49 a 93% entre jovens com mais de 23 anos. Em termos proporcionais, entre os anos de 2000 e 2010 verifica-se uma redução entre jovens que só estudavam dos 17 aos 29 anos, redução na proporção de jovens ocupados em empregos informais e redução na proporção de jovens NEETs em todas as idades de 15 a 29 anos.

O Gráfico 79 evidencia que em 2010 a proporção de jovens no emprego formal é prevalente a partir dos 19 anos, idade em que começa a reduzir a proporção de jovens NEET de forma constante até os 29 anos. Verifica-se que até os 18 anos existe uma proporção maior de estudantes que de trabalhadores, já partir dos 19 anos a proporção de jovens só amplia partindo de 52,3% aos 19 anos, chegando 75,9% aos 29 anos. Nos Censo de 2000 o quadro a proporção de jovens estudando e trabalhando era menor, uma vez que uma parcela maior da juventude se encontrava na condição de NEET. Mesmo que a proporção de jovens estudantes fosse maior que a de jovens trabalhadores até os 19 anos, tal fenômeno ocorria graças a inexistência de trabalho e não ampliação da proporção de estudantes.

Gráfico 79 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade - Brasil 2010 (em %)



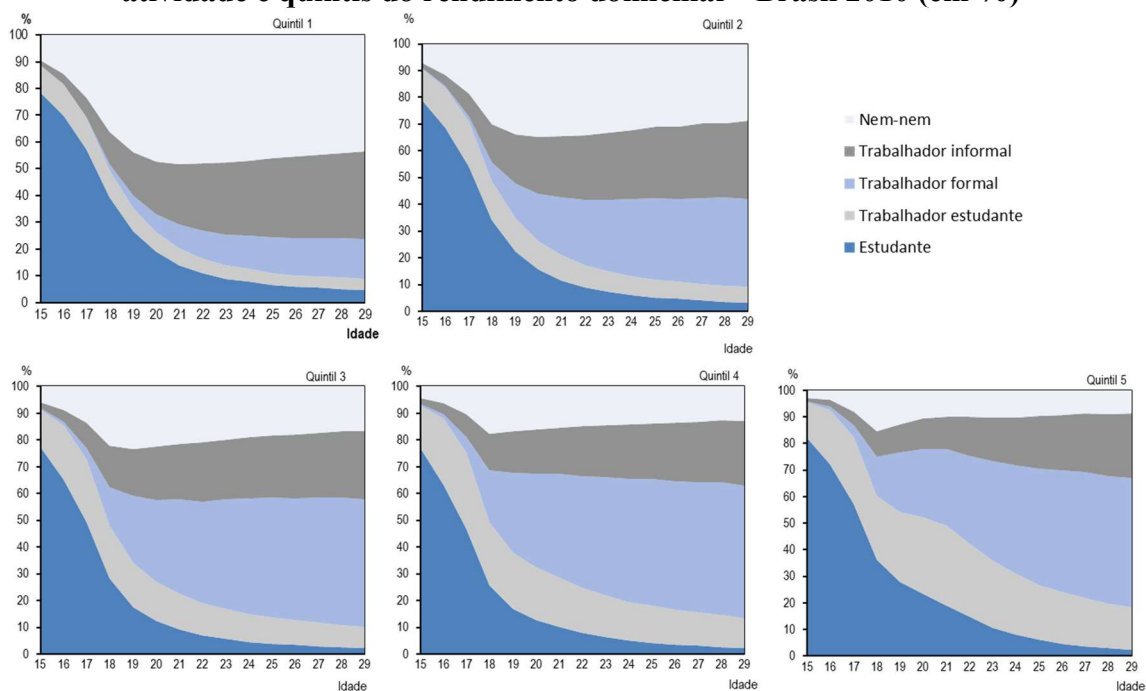
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO

Ao observar a evolução da a situação de atividade dos jovens entre 2000 e 2010 a partir da distribuição por quintis de renda domiciliar constata-se que a proporção de jovens NEET reduziu em todos os quintis de renda, mas de forma mais expressiva no terceiro e quarto quintos renda. A redução menos significativa ocorreu entre os 20% mais pobres que registrou redução na proporção de NEET apenas entre jovens de 15 a 23 anos, sendo que entre os jovens de 15 a 17 anos o número de jovens sem trabalho ou estudo reduziu entre 27,8 e 42,2%. Esta redução deve-se a ampliação da proporção de jovens que estudavam e que conciliavam trabalho e estudo. Entre jovens do segundo ao quarto quintil de renda verifica-se uma ampliação substancial de jovens que só trabalhavam especialmente entre os 19 e 29 anos, ampliando também nesta faixa etária os jovens que conciliavam trabalho e estudo. Entre jovens do terceiro quintil de renda constata-se entre 2000 e 2010 uma ampliação na proporção dos que apenas trabalhavam em mais de 10 pontos percentuais, ao passo que nesta mesma faixa de renda verificou-se uma redução na proporção dos que não trabalhavam nem estudavam em mais de 10 pontos percentuais entre jovens de 23 a 29 anos.

Mesmo com todas as mudanças na distribuição de situação dos jovens por quintis de renda é possível identificar que as desigualdades entre jovens de diferentes faixas de renda foram atenuadas, mas se mantém. A marca mais expressiva da desigualdade é a proporção de jovens NEET, posto que em todas as idades de 15 a 29 anos o quintil mais pobre possui uma proporção maior de jovens que não trabalha e não

estuda, vale frisar que isso ocorre em todas as idades entre um quintil e o subsequente, característica não verificável em nenhuma outra situação. Entre jovens que só trabalham ou conciliam trabalho e estudo a proporção também crescente entre o primeiro e o quarto quintil de renda em 2010, mas no quinto quintil de renda em relação ao quarto a proporção de pessoas que conciliam trabalho e estudo é menor até os 17 anos, visto que os jovens destas famílias permanecem exclusivamente estudando por mais tempo, e a proporção de jovens que só trabalham no quinto quintil é menor que no quarto, já que no quinto existe uma maior proporção de jovens que conciliam trabalho e estudo durante toda a juventude. Um outro dado curioso é a expressiva proporção de jovens no trabalho informal em todos os quintis de renda, evidentemente os jovens do quintil mais pobre possui uma proporção de jovens no trabalho informal maior que os jovens menos pobres, diferença que chega a 10,5 pontos percentuais entre o primeiro e o quinto quintil de renda, porém, em 2010 a diferença entre um quintil e o quintil subsequente não chega a 5 pontos percentuais em qualquer idade analisada dos 15 aos 29 anos. Dado curioso se for observado que a diferença na proporção de jovens no trabalho formal supera 18 pontos percentuais entre jovens de 29 anos entre o primeiro e o segundo quintil de renda.

Gráfico 80 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis do rendimento domiciliar - Brasil 2010 (em %)



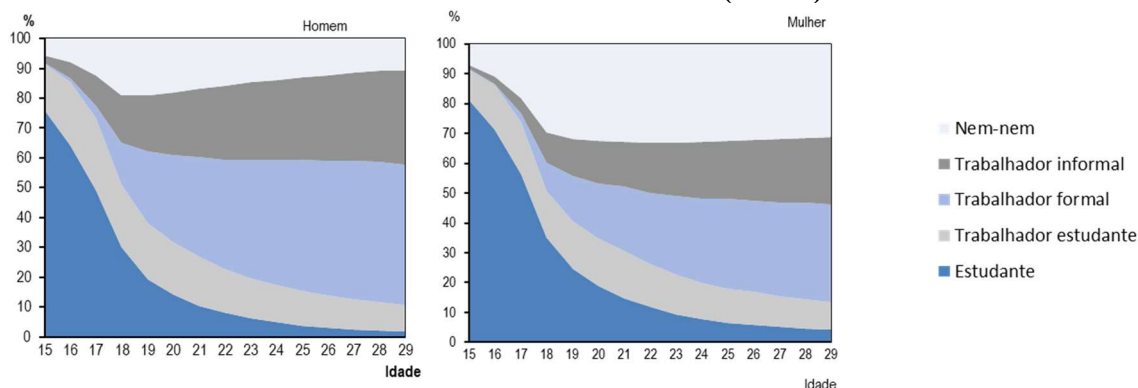
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO – Elaboração Própria

Ao observar as mudanças na situação da juventude por idade e por sexo é possível identificar que ocorreu uma redução em ambos os sexos na proporção de NEET, mas a redução foi muito mais expressiva entre as mulheres que chegaram a registrar uma redução de mais de 10 pontos percentuais entre jovens entre 22 e 29 anos, o que aponta para uma redução na desigualdade de sexo neste indicador. No período é possível identificar que o trabalho foi o principal fator alteração na atividade dos jovens, com a diferença que entre os homens jovens constatou-se uma ampliação dos que conciliavam trabalho e estudo e os que apenas trabalhavam em uma ocupação formal em praticamente todas as idades entre os 15 e 29 anos. Já entre as jovens mulheres foi verificado uma ampliação na proporção de jovens que conciliavam trabalho e estudo, as que trabalhando em uma ocupação formal e as que estavam em uma ocupação informal entre 2000 e 2010, o que aponta que em uma situação de melhora do mercado de trabalho as jovens mulheres são mais compelidas ao trabalho desprotegido que os homens, seja pelas ocupações ofertadas as jovens mulheres, seja por outras tarefas de reprodução.

Como pode ser observado no Gráfico 81, mesmo com a redução das desigualdades de sexo na situação de atividade, em 2010 existia uma proporção de mulheres NEET e que só estudavam maior que os homens em todas as idades. Já os homens jovens possuem uma maior proporção de trabalhadores, seja em uma ocupação formal ou informal, em todas as faixas etárias. Quando observada a proporção dos que conciliam trabalho e estudo, constata-se que os homens possuem uma parcela maior nesta situação entre os 15 e 25 anos, com as mulheres registrando proporção maior entre os 26 aos 29 anos.

Até os 18 anos a proporção dos que só estudam ou conciliam trabalho e estudo é semelhante entre homens e mulheres, idade a partir da qual os homens passam a transitar para o mercado de trabalho mais rápido que as mulheres, seja no trabalho formal ou informal. Os dados sugerem também que entre os 19 e 29 anos se verifica entre as mulheres uma estabilidade relativa estabilidade na proporção de NEET, já entre os homens desta faixa etária a redução dos NEET se traduz em uma ampliação do trabalho informal, como pode ser visto no Gráfico 81.

Gráfico 81 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo - Brasil 2010 (em %)



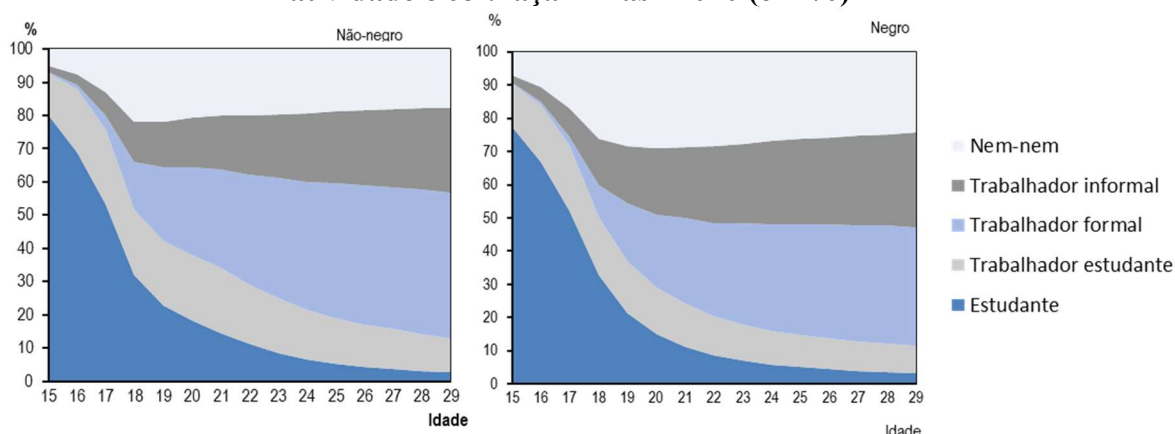
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO – Elaboração Própria

O dado de distribuição dos jovens por situação de atividade e raça/cor apresentados no Gráfico 82 aponta primeiramente para uma melhora a inserção ocupacional tanto dos jovens negros, quanto entre os não negros, porém com melhorias proporcionalmente maiores aos não negros. Entre 2000 e 2010 é possível identificar que os ocorreu uma ampliação de negros maior que os não negros em absolutamente todas as situações de atividade analisadas e em todas as idades de 15 a 29 anos, o que explica uma relativa estabilidade em números absolutos de jovens negros na condição de NEET, mesmo com uma expressiva ampliação no número de jovens e apenas trabalhando em ocupação formal. Vale dizer que ocorreu um aumento de médio de 84% no número de jovens nesta situação de atividade em 2000 e 2010. No período analisado constata-se uma ampliação relevante dos jovens negros no mundo do trabalho, que pode ser traduzida pela ampliação de jovens negros de todas as idades de 15 a 29 anos tanto trabalhando em ocupações formais, quanto conciliando trabalho e estudo, mas deve ser observado que no período também ocorreu uma ampliação no número de jovens negros no trabalho informal entre os 19 e 29 anos, ainda que em proporção menor que os que conciliavam trabalho e estudo e os que estavam apenas em uma ocupação formal. Em termos proporcionais verificou-se que a situação de atividade melhorou menos para os jovens negros que para os jovens não negros nos anos 2000, basicamente por ter reduzido a proporção de jovens NEET e em ocupações informais. O mesmo pode ser dito da proporção de jovens conciliando trabalho e estudo ou apenas trabalhando e uma ocupação formal, cuja proporção de não negros cresceu mais que a de negros em praticamente todas as idades de 15 a 29 anos. Em ambos recortes raciais se verifica uma ampliação no número de

estudantes apenas entre os adolescentes e uma redução nas idades subsequentes, o que pode ser explicado pela ampliação entre os jovens que conciliam trabalho e estudo.

Basicamente o que se constata no Gráfico 82 que se difere dos anos 2000 é que tanto entre negros, quanto entre não negros se verifica uma redução na proporção de NEET entre os 18 e 29 anos. Mesmo com a melhora do mercado de trabalho nos anos 2000 a proporção de negros NEET ou em apenas trabalhando em uma ocupação informal é mais elevada dos 15 aos 29 anos, enquanto a proporção de não negros é maior entre os que conciliam trabalho e estudo dos 16 aos 29 anos e entre os que apenas trabalham em uma ocupação formal dos 15 aos 29 anos. Em números absolutos, é possível constatar que a maior marca de desigualdade que fora atenuada nos anos 2000, mas que se manteve em 2010 é a prevalência de jovens negros na situação de NEET e a prevalência de jovens não negros conciliando trabalho e estudo. Se observada a distribuição proporcional o que mais salta aos olhos é a desigualdade em ocupações formais, posto que em 2010 os jovens não negros possuíam uma proporção média 7 pontos percentuais maior entre jovens de 23 a 29 anos em ocupação formal. Já entre os negros possuíam uma proporção média de jovens NEET 7,8 pontos percentuais maior que dos jovens não negros de 20 a 29 anos. Com isso constata-se que a melhora na inserção ocupação dos jovens nos anos reduziu os números de NEET, ampliou a proporção de jovens conciliando trabalho e estudo e em ocupações formais, reduzindo a parcela de jovens em ocupações informais. No entanto, os jovens negros foram atingidos de forma menos contundente que os não negros, o que pode ter não atenuado a desigualdade em alguns indicadores analisados.

Gráfico 82 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e cor/raça - Brasil 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / CENSO – Elaboração Própria

5.2 BRASIL E REVERSÃO DO QUADRO ECÔNOMICO (2012 – 2017)

Em 2015 e 2016 as crises econômica e política se aprofundam no Brasil, promovendo a redução dos investimentos e ampliação da incerteza, o que impactou negativamente o produto e o consumo. Nos dois anos citados, o PIB per capita decresceu 8,4% e o consumo das famílias 7,4%. Verifica-se esgotamento da política econômica e piora no mercado de trabalho. A crise degrada rapidamente os indicadores do mercado de trabalho, gerando elevado desemprego e precarização da estrutura ocupacional. Os jovens são compelidos a voltarem ao mercado de trabalho para contribuir na recomposição da renda familiar que declinou graças a escalada do desemprego.

Deve ser destacado que o PIB per capita caiu entre os anos de 2009 e 2014, porém, as famílias mantiveram o mesmo patamar de despesas, o que contribuiu para a manutenção da demanda efetiva e o aquecimento econômico. Ainda assim a despesa das famílias continuava alta, dada a elevação dos salários puxados pela elevação do salário mínimo, ampliação do crédito e pelas políticas sociais de transferência de renda.

Buscando encontrar os elementos determinantes da crise enfrentada pelo Brasil a partir de 2014/2015, Carneiro (2017) identifica, além dos conflitos de classe, a existência de elementos estruturais, cíclicos e de política econômica. O elemento estrutural possui uma dimensão financeira e uma produtiva. A dimensão financeira está relacionada a um conjunto de reformas que buscavam integrar o país à dinâmica das economias globalizadas durante a década de 1990. A liberalização financeira foi responsável por elevar a vulnerabilidade externa da economia Brasileira, deixando-a suscetível as oscilações dos ciclos de liquidez internacional. O nível de vulnerabilidade externa se elevou a partir de 2009, graças as incomuns políticas monetárias, praticadas pelos EUA, Japão e UE, a fim de lhes proporcionar alternativas a crise de 2008. O elemento produtivo está relacionado com a III e IV revolução tecnológica e com a divisão internacional do trabalho, que abriram a possibilidade de um nível de integração da produção global nunca experimentada - propiciado inicialmente pela microeletrônica e as tecnologias de comunicação e informação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, internet das coisas, *Data e Analytics* e outras tecnologias do novo paradigma tecnológico. Enquanto países como a China realizam uma transformação da sua estrutura produtiva, irradiando efeitos na economia global por meio da intensidade de seu

crescimento e dinamismo de seu mercado interno, o Brasil não foi capaz de se inserir de forma qualificada nas grandes cadeias globais de valor, o que o levou a buscar alguma vantagem competitiva precarizando o mercado de trabalho. Além do país não conseguir ingressar na nova revolução industrial, também promove uma especialização regressiva, elevando a participação de setores intensivos em recursos naturais e reduzindo setores intensivos em tecnologia.

A mundialização do capitalismo, potencializada pelas inovações da nova revolução tecnológica e pela elevada liberdade de trânsito dos capitais, aprofunda a estratégia da construção de Cadeias Globais de Valor, que constitui uma grande especialização das empresas em escala mundial, fracionando e distribuindo os processos produtivos em diferentes países pelo mundo. Com grande capacidade de gerenciamento à distância, dada as novas tecnologias de comunicação e informação, a nova grande divisão internacional do trabalho enviou para a periferia do capitalismo a fração da produção intensiva em trabalho, buscando países com menores salários e direitos trabalhistas. Países da América Latina e Ásia foram "beneficiados" com este processo, desde que garantam uma força de trabalho ao menor preço possível. O compromisso com a competitividade baseado nos baixos salários ajuda a explicar por que o setor financeiro e empresarial no Brasil pressionou tanto pela regulamentação da terceirização nas atividades fins e pela reforma trabalhista de 2017 (VAZQUEZ, 2018). Como observou Singer (2015), quando a economia apresentou os primeiros sinais de desaquecimento em 2012 a CNI lança um plano de flexibilização da CLT chamado de Brasil do diálogo, que contava com 101 propostas para a modernização trabalhista no país, transferindo a responsabilidade pela perda de dinamismo econômico à elevação salarial dos anos 2000.

O tipo de inserção do Brasil e de outros países da América do Sul nas cadeias globais de valor era caracterizado por uma composição de valor adicionado doméstico, o que expressa uma exportação de matérias primas e recursos naturais, enquanto a participação de países da Ásia como a China expressa um processo inverso. Para Sarti e Hiratuka (2017) a especialização regressiva não significa necessariamente uma desindustrialização, mas, segundo os autores, o Brasil viveu uma desindustrialização explícita a partir de 2011, imposta pela intensificação da concorrência global e queda dos preços industriais, que foram intensificadas pela redução da utilização da capacidade instalada pós crise global, especialmente da China.

Com relação aos determinantes internos é necessário constatar que o país conviveu com um considerável crescimento econômico entre os anos de 2003 e 2010, puxado inicialmente pelo elevado nível de preços das commodities e pelo crescimento das exportações líquidas. As exportações cresceram de forma consistente até 2009, quando o quadro se altera, gerando não apenas uma queda, como também mudanças em nossa pauta de exportação, com os produtos básicos superando as exportações de manufatura. No período posterior, o crescimento foi impulsionado pela expansão do consumo e do investimento; entre 2003 e 2010 o investimento em relação ao PIB cresceu 4 pontos percentuais. Se o nível de investimento foi impactado pelo déficit na balança de exportações de manufatura e de serviços, o que contribuiu para uma reprimarização da pauta exportadora brasileira e uma piora na qualidade dos empregos gerados, a elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito à pessoa física ajudou a protelar a fase mais aguda da crise econômica e política no país.

Diferentemente de outros períodos de elevado crescimento econômico no Brasil, como no milagre econômico, a elevação do consumo foi marcada por uma maior distribuição de renda e pelo salutar crescimento do crédito. De acordo com o Banco Central do Brasil, em 2002 o crédito no Brasil correspondeu a 22% do PIB, percentual que cresceu ano a ano, atingindo, em 2013, 56% do PIB. O ciclo de crescimento alicerçado na elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito dá sinais de esgotamento. Os conflitos distributivos se tornam mais intensos, estabelecendo também obstáculos políticos para manutenção da ampliação dos salários e das políticas redistributivas. A pressão pelo suposto equilíbrio fiscal, ancorado na necessidade de manutenção da solvência da dívida pública, geraram obstáculos também ao investimento público, o que promove uma redução do investimento público federal em 2011, o mantendo estacionado em torno de 1% do PIB nos anos seguintes.

Segundo Singer (2015) Dilma “*cutucou onça com vara curta*” ao tentar enfrentar o setor financeiro sem o necessário apoio das classes populares e de outros setores interessados no modelo de crescimento assumido como adequado até 2014. Para Carneiro (2017), as bases para o novo projeto de desenvolvimento estariam alicerçadas na reindustrialização e ampliação da infraestrutura do país, em contraposição ao setor financeiro, responsável pela pressão em manter níveis tão elevados de taxas de Juros. Tendo em vista a inconstância do setor produtivo nacional, o governo viu a necessidade

de atribuir papel na condução do processo de crescimento, via Bancos Públicos, sobretudo BNDES, e empresas estatais, com ênfase para Petrobras.

A desaceleração de 2013 se transformou em estagnação em 2014, aprofundada pela redução dos investimentos, expressos na redução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e na redução do consumo. A reversão na estrutura social e a atuação politizada da operação Lava Jato dificultavam alternativas de reindustrialização que passassem pela elevação dos investimentos públicos diretos ou via empresas públicas, dado que a Petrobras era um dos principais focos das investigações.

No setor público o governo federal parte de um superávit primário em 2011 de 2,5%, para um déficit de 0,6% em 2014. O déficit desse período é explicado mais pela redução das receitas, dado a baixa atividade econômica, que pela elevação dos gastos. Outro fator que ajuda explicar a elevação do déficit foi a política de desoneração fiscal sem o devido critério. Ainda que as desonerações tenham acabado gradativamente no período posterior, a tendência pró-cíclica das receitas continuou impactando as contas públicas dado o decréscimo da economia. Em 2015 e 2016 o déficit primário atinge o patamar de 2%, mas o déficit nominal chega a 10% do PIB, dado a política de elevação das taxas de Juros e swaps cambiais. Por fim, constata-se que a política contracionista de austeridade fiscal não só aprofundou a crise econômica e social do país, como deixou o Brasil com uma dívida pública no mesmo patamar do final do segundo governo FHC (CARNEIRO, 2017).

A redução dos investimentos, a mudança na composição da oferta de crédito e as mudanças no fluxo de exportações já davam sinais de um esgotamento do modelo de crescimento trilhado pelos governos Lula, porém, dadas as restrições estruturais e as mudanças no ciclo de liquidez internacional, o período de bonança que permitiu um crescimento com considerável conciliação entre as classes chegava ao fim, e seria necessário enfrentar o conflito na distribuição dos excedentes. Enfrentar o conflito demandaria mais que capacidade técnica, seria necessário o estabelecimento de um rumo claro e um arco de alianças sólido, a fim de resistir a reação de setores não acostumados a serem contrariados.

Nos parece evidente que os argumentos de CEDEC (2015) e IEDE (2016) de que a queda dos investimentos no Brasil é resultado da elevação dos salários acima da produtividade, o que teria comprimido as margens de lucro e desestimulado novas inversões, são inconsistentes e partem de pressupostos equivocados. No âmbito da

economia internacional deve ser observado que a elevação de salários em outros países do mundo não foi obstáculo aos investimentos, como observado pela OIT no "Global Wage Report 2016/17 Wage inequality in the workplace". Segundo o relatório, entre 2006 e 2015, países como Rússia, China, Turquia, Índia e África do Sul tiveram elevações salariais maiores que as do Brasil, sem que estes países tivessem submergido em uma crise semelhante a brasileira.

Em âmbito doméstico, Diegues e Rossi (2017) apontam que entre, 2000 e 2010, os gastos com pessoal nas empresas do setor industrial representaram a mesma proporção de 13,9% tanto em 2000 como em 2010. Ao analisarem a relação entre salários e Lucros, os autores constataram uma redução relativa dos salários no mesmo período, reafirmando que a queda dos investimentos não sugere relação causal com a elevação proporcional dos salários frente aos lucros. Os custos unitários não são estabelecidos apenas pela taxa de salários, são influenciados por diversos outros fatores que possibilitaram não só a manutenção dos lucros e a elevação da competitividade via redução de preços. Fatores como desvalorização do Real, redução da taxa de juros, desoneração fiscal e redução dos custos com energia foram algumas das políticas do governo Dilma que tinham como objetivo a alteração dos preços relativos em favor do lucro das empresas, promovendo também uma redução do impacto da elevação dos salários sobre os custos unitários.

Iedi (2016) trouxe também uma outra linha de argumentação que parece possuir maior aderência a observação empírica, que consiste na queda das margens líquidas de lucro não em razão dos salários, uma vez que o custo operacional das empresas cresceu apenas 4,6% entre 2011 e 2014, mas sim dos custos das dívidas, que cresceram 80% no mesmo período. Diegues e Rossi (2017) apresentam que a apreciação da taxa de câmbio também impactou o setor produtivo nacional, graças ao elevado coeficiente de insumos importados, reduzindo assim, as margens de lucro.

Além de observar o conflito distributivo entre capital e trabalho Baltar et al. (2017) identificam que a melhora na distribuição de renda entre 2003 e 2013 não estava associada a mudanças na estrutura produtiva do país, mas a um "encolhimento do leque salarial". Ou seja, mesmo nos primeiros anos do Governo Dilma a melhor distribuição não estava subordinada a mudanças substantivas na estrutura ocupacional, mantendo uma proporção similar entre os setores econômicos em todo o período de maior crescimento do PIB. Segundo os autores, o problema da distribuição de renda nestes moldes reside na

possibilidade de maiores conflitos distributivos, uma vez que a elevação da renda não está associada a elevação da produtividade, mas sim a uma elevação do salário mínimo e, por sua vez, das faixas salariais mais baixas. Os autores apresentam, ainda, que essa dinâmica de elevação salarial tende a acirrar conflitos distributivos entre capital e trabalho e entre as pessoas com diferentes níveis de remuneração. Outro elemento que pode ter contribuído para aguçar os conflitos distributivos reside no financiamento das políticas sociais e de transferência de renda. Posto que a carga tributária no Brasil assume um caráter muito regressivo, com excessivo peso na tributação sobre o consumo, os ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os trabalhadores ou as camadas intermediárias, sobrecarregando estes com o maior peso da manutenção do Estado.

Que pese os limites de uma identificação das classes a partir das rendas, Quadros (2015) fornece uma indicação de como a estrutura social no Brasil é sensível às mudanças de ciclos econômicos e quais mudanças materiais ocorreram no Brasil entre 2012 e 2013 que podem ter contribuído para início da crise econômica e para incendiar as grandes manifestações de Junho de 2013. Segundo Quadros (2015), entre 2004 e 2012 o Brasil viveu um importante processo de mobilidade social, promovendo não apenas uma brusca redução no número do que o autor classificou como “miseráveis”, como também uma transição para camadas superiores em todas as estratificações de renda. Entre 2002 e 2012, descontando o efeito demográfico, verificou-se uma redução de 33,36 milhões de “miseráveis” e 7 milhões classificados como “massa trabalhadora”, que, supostamente, acenderam para as classes superiores, o que provocou um acréscimo de 27,4 milhões de pessoas na baixa classe média, 9,2 milhões na média “classe média” e 3,7 milhões de pessoas na “alta classe média”.

Esses dados induziram pesquisadores e políticos a equívocos quanto a hipótese de o Brasil ter se tornado um país majoritariamente de classe média, o que não se confirmou na identificação do lugar de classe dos chamados “nova classe média”, que, segundo o próprio autor, não guarda relação social e econômica com a classe média tradicional, sendo composta na prática por auxiliares de enfermagem, comerciários, auxiliares de escritório e outras categorias assalariadas.

Segundo Quadros (2015), os bons resultados eleitorais da segunda eleição de Lula e da primeira eleição de Dilma foram fortemente influenciados pela percepção da mobilidade social, o que também influenciou a segunda eleição da Dilma. A mobilidade social, nos termos apresentados por Quadros (2015), ocorreu ano pós ano até 2013, ano

em que foi observado uma ampliação de 1,3 milhões de “miseráveis” e 2,4 milhões de pessoas na baixa classe média, enquanto pode ser identificado uma redução de 780 mil pessoas da alta classe média e 2,6 milhões da média classe média. Com o padrão de desenvolvimento alicerçado na ampliação do consumo e do crédito, com a taxa de câmbio voltada para combater a inflação e garantir o poder de compra e com a grande campanha publicitária pregando que o Brasil se transformara em um país de classe média, a reversão da estrutura social assume características explosivas.

Após abandonar o chamado "ensaio desenvolvimentista" no final de 2014, Dilma inicia seu novo governo em 2015 implementando uma clara política ortodoxa, dirigida por uma indicação do mercado financeiro no ministério da fazenda. Os objetivos anunciados pela nova equipe econômica era recuperar a confiança do mercado interno e externo, a fim de manter a classificação de risco das agências de rating; promover corte de gastos públicos para atingir recompor o saldo primário mantendo o equilíbrio fiscal; permitir que o mercado estabeleça as tarifas e preços públicos, sobretudo de energia e combustível, desonerando assim o Estado; elevar a taxa de juros para conter os aumentos inflacionários; e não mais interferir no mercado de câmbio. Desta forma, Dilma abdica da base social que a elegeu e busca, a partir de um possível acordo com os derrotados na eleição de 2014, uma trégua política, comprometendo-se a implementar políticas pró mercado de caráter contracionista. Não restam dúvidas que o modelo implementado até 2014 era incapaz de solucionar as contradições acumuladas pelas mudanças no fluxo de liquidez internacional e no esgotamento do ciclo de crescimento doméstico, mas é também evidente que o caminho escolhido para o segundo governo Dilma ampliaria as incertezas, abrindo espaço para o aprofundamento não só da crise econômica como também da crise política.

5.2.1 Desdobramentos da crise

Dez anos após os efeitos deletérios da crise de 2008 sobre os países centrais, os indicadores econômicos do final de 2018 e começo de 2019 apontam para um novo recrudescimento da crise, o que impactará de forma contundente os países exportadores de commodities da América Latina. Além da incapacidade das economias centrais encontrarem uma alternativa para crise oriunda do avanço da financeirização e da implementação das políticas de austeridade, Segundo a Carta de Conjuntura 42 do IPEA, a perda de dinamismo na economia mundial deverá ocorrer graças a elevação das

incertezas fruto da redução do comércio internacional e os conflitos comerciais entre China e EUA; incertezas sobre o desdobramento do Brexit; perda de dinamismo econômico dos EUA e Europa (com ênfase para Alemanha e Itália); e redução residual da taxa de crescimento da China.

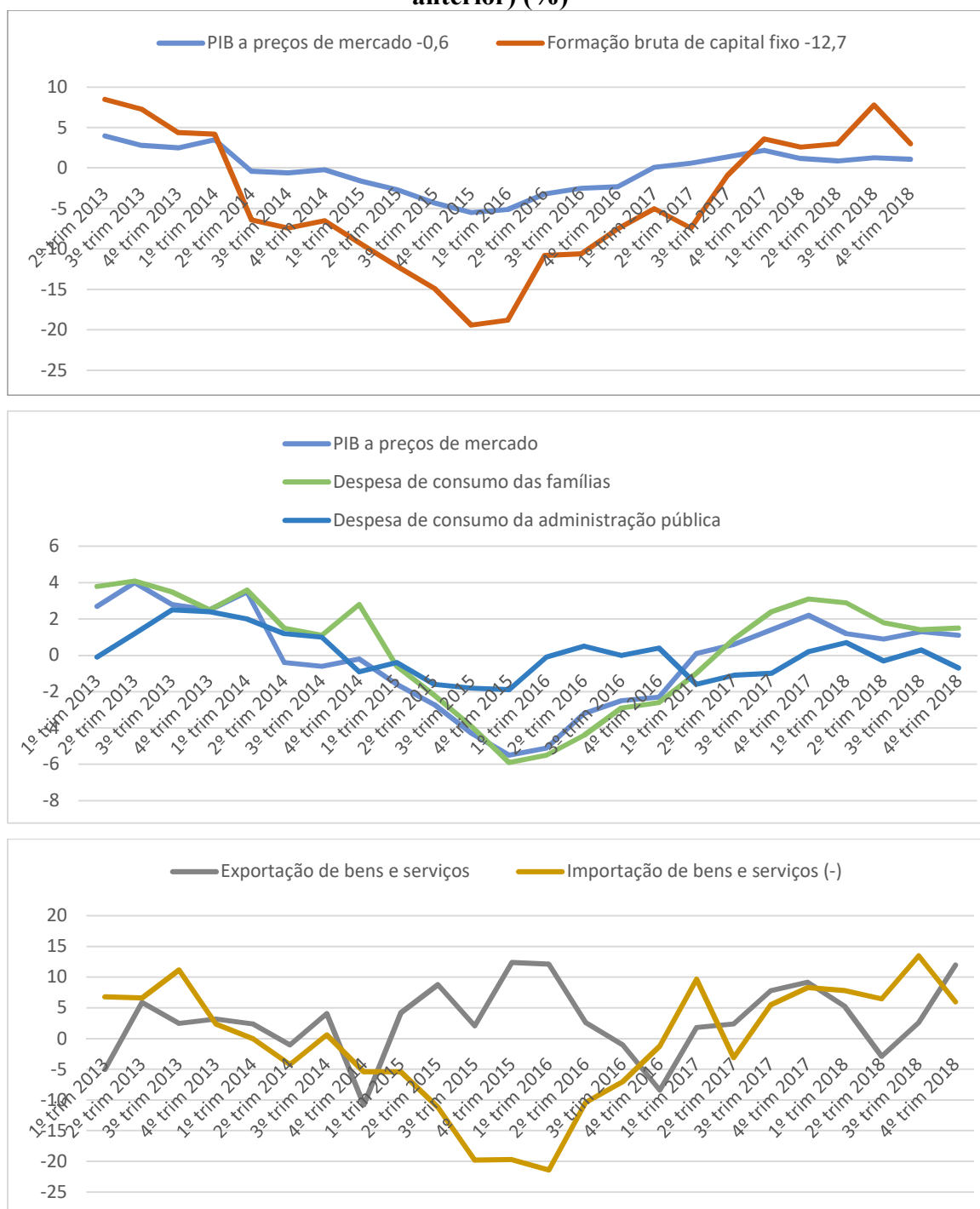
A política fiscal expansionista tem se demonstrado incapaz de impulsionar a economia estadunidense, o que, somada a desaceleração econômica da Europa, contribuiu para uma redução de 0,9% no volume do comércio internacional no último trimestre de 2018, segundo Central Planbureau (CPB) da Holanda. No mesmo período se verificou uma redução de 13,5% nos preços das Commodities, o que impacta não só o Brasil, como todas as economias exportadoras de bens com baixo valor agregado. Enquanto a crise global se agrava, o governo eleito em 2018 demonstra não possuir um projeto factível para saída da crise e opta por implementar políticas econômicas de caráter contracionista que elevam o desemprego e agravam o quadro social.

Segundo Rossi e Mello (2017), entre 2013 e 2016 a Petrobras partiu de um patamar de investimento executado de 113 para 56,5 bilhões, o que correspondeu a uma queda de 50% nos investimentos da Estatal, elementos de grande relevância posto que a Petrobras representava 85% do investimento das empresas públicas no período. Assumindo a definição de recessão econômica de Achuthan & Banerji (2008) - que consiste em uma perspectiva multidimensional que leva em consideração a queda consecutiva em dois trimestres do PIB, dos investimentos, do consumo das famílias -, a economia brasileira inicia seu ciclo recessivo no primeiro trimestre de 2015. Chama atenção o fato de que entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016 a FBCF registrou expressiva queda, o que apontava para a perenidade da crise econômica.

De acordo com os dados apresentados pelo Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP - o Brasil passa pela mais profunda crise dos últimos 100 anos, tanto por registrar a mais prolongada série de decréscimo do PIB, quanto pela rápida e persistente ampliação do desemprego. Quando se compara a ampliação do nível de desemprego da crise atual com as crises da dívida e do confisco da poupança, constata-se que a crise atual é a mais severa sobre os trabalhadores. A rápida ampliação do desemprego assume grande contraste com a peculiar redução do nível de desemprego dos anos 2000, graças as elevadas taxas de crescimento econômico e ampliação das políticas sociais, ainda que não se tenha rompido com as características

estruturais do mercado de trabalho brasileiro, marcado pelo excedente de força de trabalho, baixos salários, subemprego e elevada rotatividade.

Gráfico 83 - Variável - Taxa trimestral (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

De acordo com Rossi e Mello (2017), o choque recessivo de 2015 foi implementado nas múltiplas dimensões da política econômica. O choque fiscal se deu por meio da redução das despesas primárias do Governo Federal em 2,9%, o que reduziu especialmente os investimentos públicos, fundamentais as ações de combate à crise. Quanto aos preços administrados, o governo optou por autorizar variações de mercado em preços como energia e combustíveis, o que gerou uma ampliação de 18% do IPCA em 2015, ampliando o descontentamento com o governo e acirrando a crise política. Ao permitir uma rápida depreciação do Real frente ao dólar, o governo possibilitou uma ampliação nos custos das empresas, elevação da inflação e redução no consumo das famílias. Com a elevação da inflação, o Banco Central ampliou a taxa Selic até o patamar de 14,25%, a mantendo neste nível de setembro de 2015 a outubro de 2016, o que impactou não só os investimentos, como o próprio consumo, já que entre junho de 2013 e maio de 2015 a concessão de crédito não rotativo a pessoa física era superior ao crédito à pessoa Jurídica, o que também se verifica entre novembro 2016 e fevereiro de 2019.

Em um tempo record foi aprovado o Projeto de Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos e a reforma trabalhista, que regulamentou formas precárias de trabalho e flexibilizou salários e jornadas, legalizando remunerações menores que o salário mínimo constitucional. Longe de reverter a crise econômica, as reformas a aprofundaram, ao reduzir a capacidade de consumo e investimento, elevando a vulnerabilidade social dos mais pobres. Segundo o IBGE, apenas entre 2016 e 2017 verifica-se uma ampliação de 2 milhões de pessoas em situação de pobreza e 1,7 milhões de pessoas na extrema pobreza, o que corresponde a uma elevação de 13% dos extremamente pobres. Com a redução da renda das famílias, seja pelo desemprego ou pela redução das políticas de transferência de renda, os jovens, idosos e, por vezes, as crianças são compelidas ao mercado de trabalho para contribuir na composição da renda familiar, o que tende a elevar a pressão sobre o mercado de trabalho, elevando o desemprego e reduzindo os salários.

O primeiro ano do governo Bolsonaro aponta para uma incapacidade de dar respostas adequadas a crise que arrebata a economia Brasileira. A reforma da previdência foi apresentada como a principal medida de combate à crise, sugerindo que a previdência representa um rombo nos cofres públicos e a insolvência do Estado, gerando um obstáculo para a retomada dos investimentos. Fato é que uma reforma de caráter tão regressivo quanto a proposta por Guedes e Bolsonaro tende a gerar deletérios efeitos na estrutura

social brasileira, o que enfraquece não só o apoio popular do presidente de ultradireita, quanto entre sua própria base eleitoral. A ampliação da pobreza pari passo a desconstrução da legislação trabalhista e direitos sociais geram formas esdrúxulas de utilização da força de trabalho, o que tem motivado setores do empresariado brasileira a defenderem redefinição da tipologia de trabalho escravo⁷⁵ ou realizar mudanças normativas que dificultam a fiscalização da segurança e saúde no trabalho, a fim de legalizar formas degradantes de trabalho análogas à escravidão.

5.2.2 Efeitos da crise no mercado de trabalho

O mercado de trabalho nos anos 2000 foi positivamente afetado pela expansão econômica, que possibilitou ampliação de taxa de ocupação e níveis salariais, no entanto, este mercado foi também o mais afetado pela reversão econômica. Os sinais de desaquecimento entre os anos 2013 e 2014 se transformaram na mais profunda crise econômica do país, iniciada com as políticas contracionistas do segundo governo Dilma e, com maior impacto, nos governos Temer e Bolsonaro. A saída encontrada pelo governo de Temer estava prevista pelo documento “Ponte para o Futuro”, que consistia em uma carta de compromissos entre o então vice-presidente e o sistema financeiro nacional e internacional. O documento tinha por objetivo garantir a solvência da dívida pública, por meio da eliminação de direitos e redução drástica de investimentos sociais, e aprofundar as assimetrias entre capital e trabalho - flexibilizando o mercado de trabalho mediante aprovação da reforma trabalhista e previdenciária. Ao Assumir, Temer se depara com um congresso suscetível a políticas econômicas ortodoxas, o que contribuiu para mudanças constitucionais de cunho liberalizantes, como a reforma trabalhista de 2017, regulamentação da terceirização e o congelamento dos gastos sociais por 20 anos.

A reforma trabalhista de 2017 entra em vigor em um período de profunda crise econômica e persistente piora nos indicadores do mercado de trabalho, o que dificulta a distinção entre fenômenos associados aos reflexos da reforma e impactos da recessão na economia Brasileira. Algumas considerações podem ser feitas observando a variação do saldo de empregos nos diferentes setores e tipos de ocupações, a fim de identificar mudanças de padrões antes e depois da reforma em questão. Os principais argumentos para a implementação de uma reforma trabalhista pouco debatida com a

⁷⁵ Veja em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/deputado-diz-que-vai-rever-projeto-acusado-de-legalizar-trabalho-escravo.ghtml> - Acessado em 28/01/2020

sociedade e sabidamente impopular entre os trabalhadores, foi a necessidade de uma suposta modernização das relações de trabalho, via flexibilização de jornada, remuneração e modalidades contratuais. Para os defensores da reforma a priorização do negociado sobre o legislado e o enfraquecimento da justiça do trabalho contribuiria para dar segurança jurídica aos empresários, incentivando uma elevação dos investimentos e retomada do crescimento econômico. Desta forma, é necessário verificar não apenas os impactos da reforma no mercado de trabalho, como também sua influência sobre o nível da atividade econômica.

O saldo de empregos formais após a reforma trabalhista não aponta para recuperação dos níveis verificados antes da crise econômica que impactou o mercado de trabalho em 2015. Depois de três anos com saldos negativos de empregos formais em quase todos os meses, mesmo com as ampliações dos empregos formais em 2018 e 2019, o país ainda não atingiu nível de estoque de emprego de 2015.

Fato é que os saldos de 2019 são resultado não de uma ampliação de número de contratados, mas de uma redução dos demitidos, posto que as empresas já estão operando com o mínimo de pessoal possível, restando pouca margem para novas demissões. Mesmo o efeito sazonal da brusca queda do saldo de empregos no mês de dezembro, o número de admitidos em dezembro de 2019 foi menor que em 2018. Uma vez que o estoque de empregos formais é muito maior nos estados do sudeste e sul, e estas regiões registraram crescimento no acumulado do ano, verifica-se uma ampliação da desigualdade regional na geração de empregos formais no país. Os dados apontam para uma retomada das características estruturais do mercado de trabalho nestas regiões, marcadas por menores salários e maior informalidade.

Quando se analisa a diferença salarial entre os trabalhadores demitidos e contratados se constata uma maior diferença salarial em setores com maior produtividade e maior qualificação. As diferenças salariais são menores entre trabalhadores em ocupações com maior nível de rotatividade e menor qualificação, dada sua menor capacidade de construção de uma trajetória profissional com progressão na carreira. Analisando os dados entre dez/2017 e dez/2019 pode ser constatado uma redução dos salários dos contratados e elevação dos salários dos demitidos, o que pode significar elevação da rotatividade e ampliação proporcional das ocupações mais precárias em setores como serviços e comércio. Os setores que registraram os menores saldos de emprego em 2019 foram respectivamente “serviços”, “indústria de transformação” e

“Construção civil”, os mesmos três setores mais impactados em 2018. Ainda que o único setor que tenha registrado saldo positivo em 2018 e 2019 seja o “comércio”, dos seis setores econômicos analisados, quatro registraram saldos maiores em 2019 que no ano anterior, o que pode estar apontando para um arrefecimento da crise e seu impacto no mercado de trabalho. Quando observado o saldo de emprego por subsetor em dezembro de 2019, chama atenção que nos últimos anos o subsetor de ensino tem crescido menos que a média dos subsetores de serviços, sendo este o segundo setor que menos cresceu em 2019. Tal fenômeno aponta para um encolhimento do ensino privado e que pode gerar reversão no quadro de ampliação do ensino superior que o país registrou na última década.

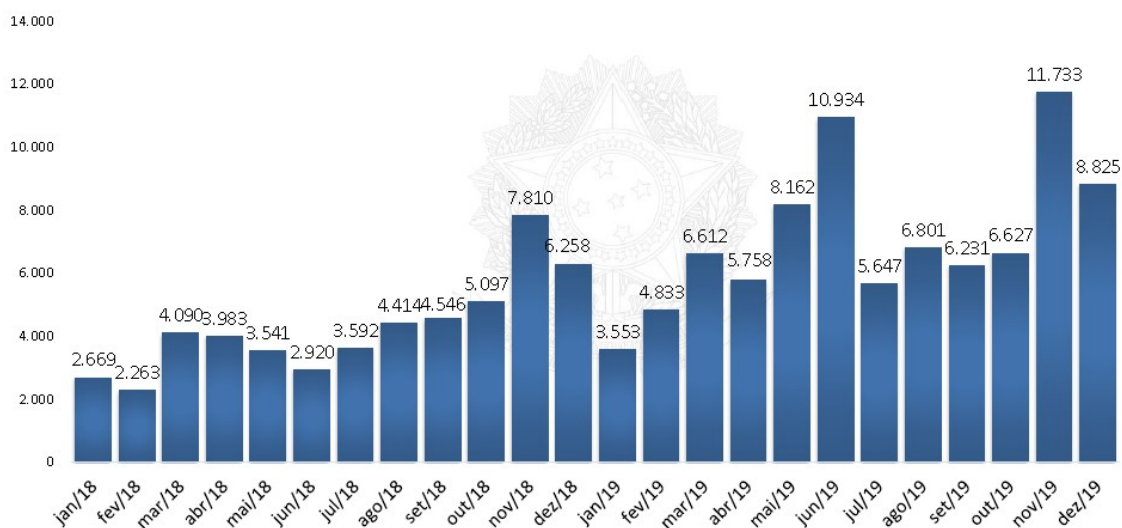
Fruto das flexibilizações da reforma trabalhista de 2017, o trabalho intermitente tem crescido no Brasil inclusive durante a crise, modalidade contratual que registrou mais de 155 mil contratações em 2019, gerando um saldo de mais de 85 mil no ano, como pode ser observado no Gráfico 84. O comércio é o setor que mais contrata e mais demite trabalhadores intermitentes, evidenciando que, mesmo com as formas flexibilizadas de contratos, o setor mantém uma elevada rotatividade. As ocupações que mais registraram esta modalidade de vínculo em 2019 foram: “Assistente de Vendas”; “Repositor de Mercadorias”; “Vigilante”; “Atendente de Lojas e Mercados”; “Faxineiro”; e “Servente de Obras”⁷⁶, evidenciando que este tipo de contrato atinge fundamentalmente ocupações que convivem com maior precariedade laboral e que atinge grande parcela da juventude, já que estas são ocupações que empregam um grande número de jovens. Outro dado que permite identificar a precarização das ocupações dos mais pobres é que 93% dos trabalhadores com contratos intermitentes possuem até o ensino médio. Contrariando o argumento dos defensores da reforma, que afirmavam que os contratos intermitentes seriam desejados pelas mulheres, 70% destes contratos são com trabalhadores do sexo masculino.

Os contratos com jornada parcial, que também foi flexibilizado pela reforma trabalhista de 2017 e, assim como o trabalho intermitente, incidem mais nos setores de “serviços” e “comércio”, respectivamente. Em 2019 foi registrado 83,9 mil contratações por esta modalidade, gerando um saldo de 20,3 mil no ano (Gráfico 85). As ocupações que aparecem com maior número de contratos parciais são: “Repositor de Mercadorias”; “Operador de Caixa”; “Faxineiro”; “Auxiliar de Escritório, em Geral”; “Vendedor de

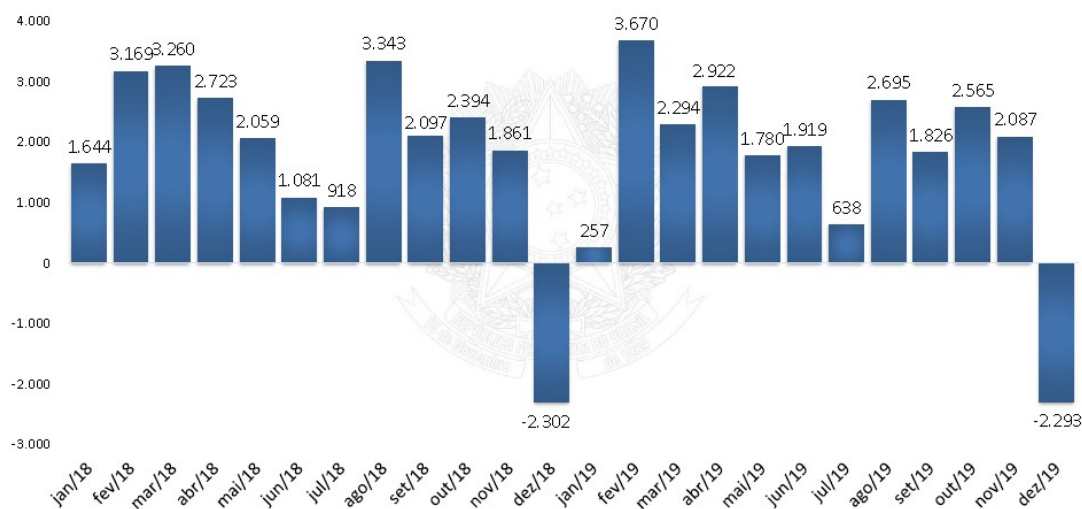
⁷⁶ <http://pdet.mte.gov.br/images/ftp/dezembro2019/nacionais/1-sumarioexecutivo.pdf> - Acessado em 28/01/2020

Comercio Varejista”; “Atendente de Lojas e Mercados; e “Atendente de Lanchonete”. Com o setor de comércio e serviços utilizando largamente esta modalidade de contrato, é inevitável que grande parte dos jovens sejam mais impactados pela reforma. Ainda que se verifique uma sazonalidade nas contratações tanto em contratos por tempo parcial, quanto de trabalho intermitente, o último parece ganhar proeminência no mercado de trabalho no Brasil, por ser este o mais flexível e desprotegido. O contrato intermitente não obriga o empregador a convocar o trabalhador para trabalhar nem uma hora se quer por mês, o que gera grande insegurança ao trabalhador quanto a seus rendimentos, já que transfere a ele grande parte das incertezas oriundas de crises e mudanças de ciclos econômicos.

Gráfico 84 - Trabalho Intermitente – Saldo Mensal de emprego Jan/2018 a dez/2019



Fonte: MTE, 2020

Gráfico 85 - Trabalho parcial – Saldo Mensal de emprego Jan/2018 a dez/2019

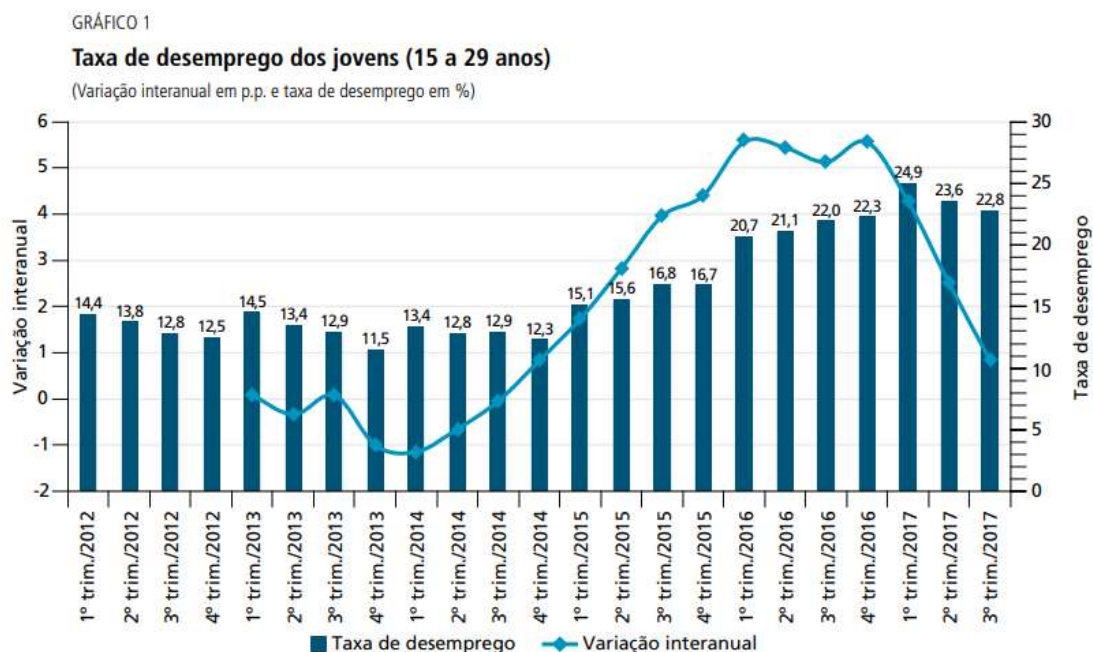
Fonte: MTE, 2020

5.2.3 Efeitos da crise na participação dos jovens no mercado de trabalho

A economia começa a dar sinais de desaquecimento em 2011, gera efeitos na estrutura social já em 2013, mas começa a impactar o mercado de trabalho em 2014. A partir de 2014 o desemprego dos jovens de 15 a 29 anos inicia uma escalada até o começo de 2017, partindo de uma taxa de desemprego de 12,3% no quarto trimestre de 2014, chegando a 24,9% no primeiro trimestre de 2017.

Entre o primeiro trimestre de 2014 e o último de 2018 é possível constatar que o quarto trimestre de 2014 foi o mais baixo na casa dos 6,5%. Ainda que entre os jovens o nível de desemprego fosse muito mais elevado, o referido trimestre também representou o piso do desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos. No primeiro trimestre de 2016, quando o desemprego médio supera os 10% da força de trabalho, o desemprego já atinge 38% dos jovens de 15 a 17 anos e $\frac{1}{4}$ dos jovens de 18 a 24 anos. Quadro que se agrava, chegando ao teto no primeiro trimestre de 2018, quando a taxa de desemprego no Brasil chega a 13,1%, o que significou 44% de desemprego entre jovens/adolescentes e 28% entre jovens/jovens. A taxa de desemprego que dobrou entre os jovens adolescentes e cresceu 78% entre os jovens de 18 a 24 anos arrefeceu em 2018, mas volta a crescer entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, o que sugere um novo mergulho na crise.

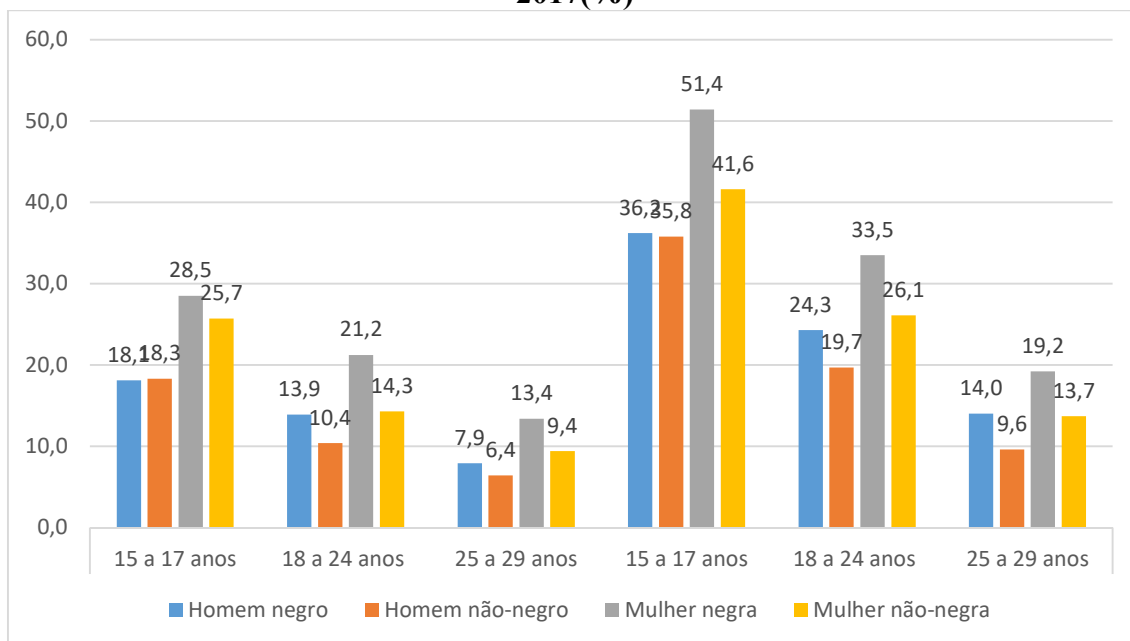
Gráfico 86 - Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (Variação interanual em p.p. e taxa de desemprego em %)



Fonte: CORSEUIL, POLOPONSKY e FRANCA, 2018

A elevação do desemprego impacta de forma mais contundente as mulheres e os negros. Em 2012, período de queda do desemprego, a desigualdade no mercado de trabalho persistia. Porém, com o aprofundamento da crise econômica, setores com maior nível de vulnerabilidade são mais afetados pelo desemprego, alargando a desigualdade conforme a crise se aprofunda. As mulheres sofrem com maior desemprego em todas as faixas etárias, quadro que se acentua quando se trata de uma jovem negra. Em 2017 mais da metade das jovens negras na força de trabalho estavam desempregadas. O Gráfico 87 também demonstra como a redução da atividade econômica amplia as desigualdades entre as faixas etárias, uma vez que os jovens adolescentes precisam buscar ocupação em detrimento da dedicação ao estudo.

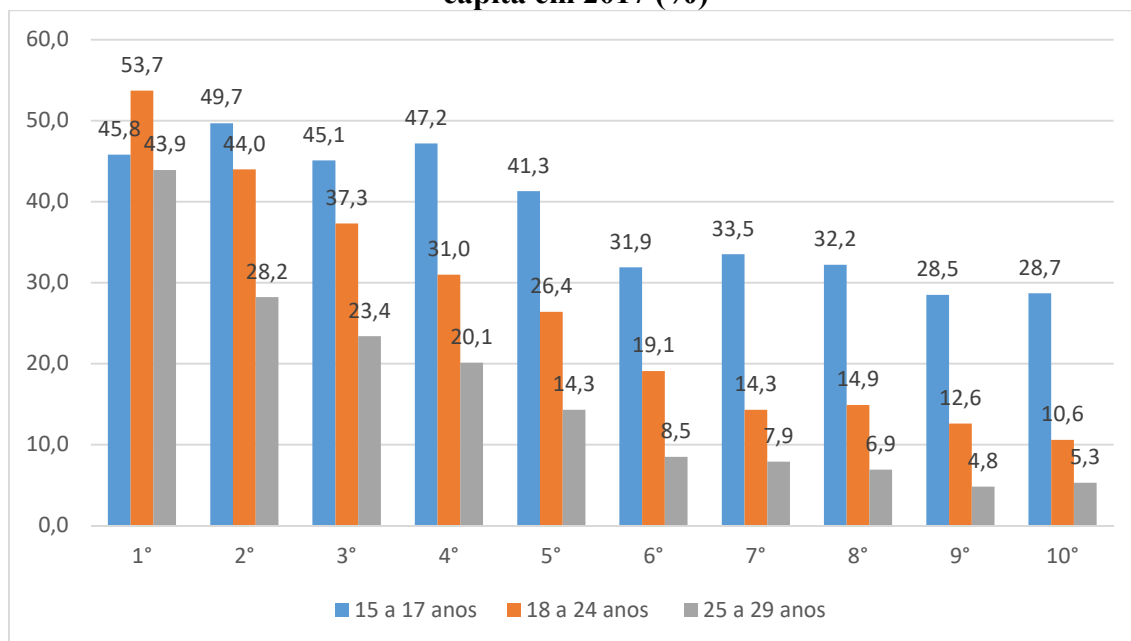
Gráfico 87- Taxa de desocupação, segundo faixa etária, sexo e cor/raça em 2017(%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

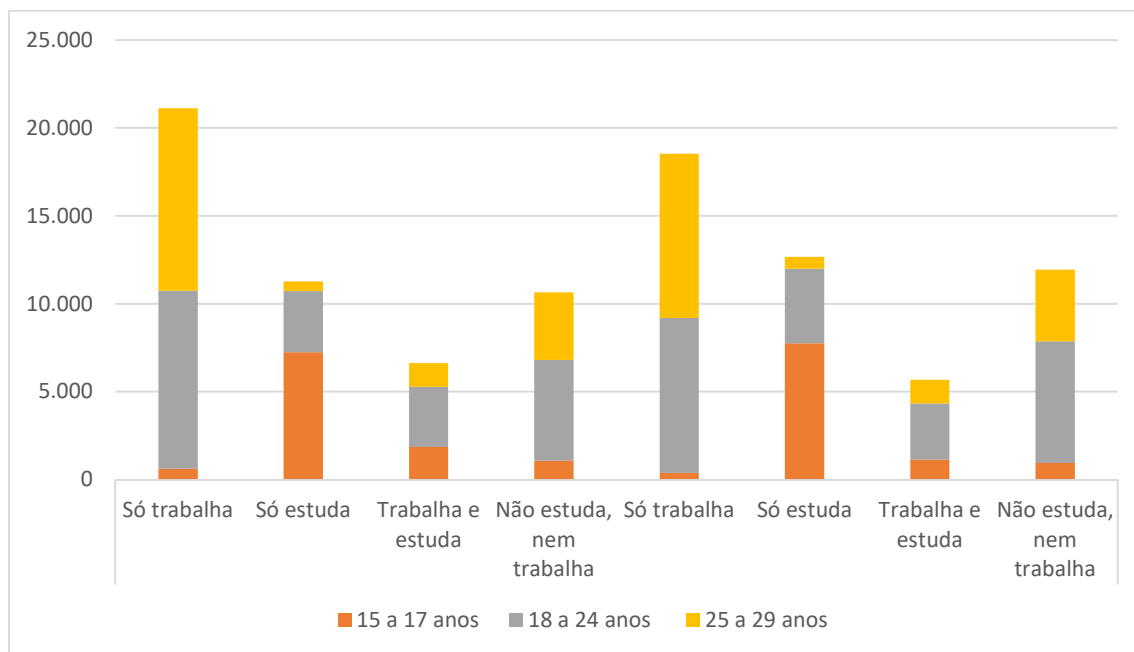
A elevação do desemprego atinge de forma desigual a juventude com diferentes faixas de renda familiar per capita e faixa etária. Entre os jovens de 15 a 17 anos o desemprego entre os 10% mais ricos é de 28,7%, entre os 10% mais pobres o desemprego é de 45,8%. A desigualdade entre jovens de 18 a 24 anos é ainda mais expressiva, com os 10% mais ricos convivendo em 2017 com um desemprego de apenas 10,6% e os 10% mais pobres amargando um desemprego de 53%, uma diferença de 43 pontos percentuais.

Gráfico 88 - Taxa de desocupação, segundo decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Como pode ser observado no gráfico abaixo a variação no nível de jovens NEET é muito sensível aos ciclos econômicos e a persistência nesta condição e gerará efeitos deletérios na trajetória de vida desta população, que dificilmente serão reparados. O gráfico indica que o maior impacto da crise entre os jovens reside na elevação do desemprego, que reduziu o número de jovens que só trabalham e que trabalham e estudam. O número de jovens que só estuda se elevou entre 2012 e 2017 em razão da ampliação do desemprego, que atingiu os que conciliavam trabalho e estudo. Merece destaque que os jovens que não trabalhavam nem estavam estudando cresceu entre 2012 e 2017 20,8% entre os jovens de 18 a 24 anos, grupo etário mais populoso entre a juventude. Analisaremos estes dados com mais profundidade à frente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

5.2.4 Análise dos indicadores de inserção juvenil no mercado de trabalho entre 2012 e 2017

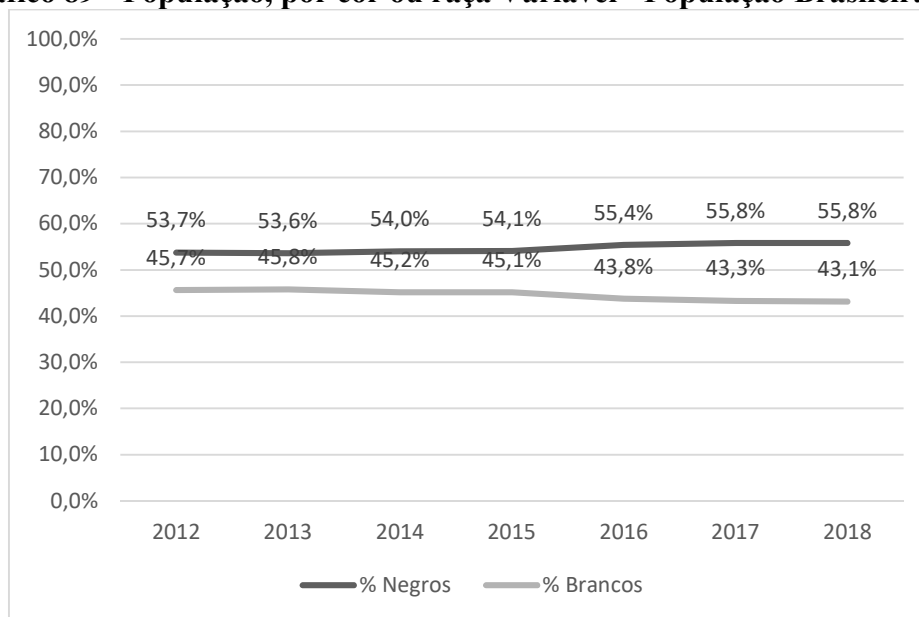
Segundo a PNAD Contínua, entre 2012 e 2017 a força de trabalho no Brasil cresceu 9%, o que corresponde a um acréscimo de 9,5 milhões de indivíduos empregados ou buscando uma ocupação. Em 2012 a força de trabalho era composta por 102,5 milhões de trabalhadores, em 2017 atingiu 112,1 milhões. Porém, faz-se necessária algumas qualificações sobre a variação do nível da força de trabalho. Quando observada variação por faixas etárias constata-se que a ampliação da força de trabalho entre 2012 e 2017 ocorreu quase que exclusivamente entre pessoas com mais de 29 anos, posto que nesta faixa etária o crescimento foi de 14%, enquanto entre a juventude de 15 a 29 anos foi de apenas 0,4%. Na faixa etária de 15 a 17 anos ocorreu uma redução de 11%, o que reforça a consistente redução de participação de jovens adolescentes no mercado de trabalho. Tendo em vista que entre os jovens de 25 a 29 anos ocorreu uma redução de 2,4% (219 mil), toda a ampliação da força de trabalho entre a juventude se concentrou entre pessoas de 18 a 24 anos, que registrou uma elevação de 5% na força de trabalho, o que corresponde a uma ampliação de 804,5 mil pessoas.

Tabela 12- Estimativa da força de trabalho, segundo idade e cor/raça em números absolutos

Cor/Raça	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
2012							
Não negros	220.467	1.655.526	7.662.056	6.325.464	15.643.046	33.177.612	49.041.125
Negros	393.364	2.409.600	9.498.477	7.159.506	19.067.583	34.088.819	53.549.766
Total	613.831	4.065.126	17.160.534	13.484.969	34.710.629	67.266.431	102.590.891
2013							
Não negros	193.760	1.441.821	7.366.736	6.213.929	15.022.486	33.636.330	48.852.577
Negros	320.920	2.274.917	9.582.202	7.179.829	19.036.948	35.250.542	54.608.409
Total	514.680	3.716.738	16.948.938	13.393.758	34.059.434	68.886.872	103.460.985
2014							
Não negros	160.132	1.303.021	7.047.668	6.146.983	14.497.672	34.364.439	49.022.243
Negros	312.269	2.150.732	9.139.216	7.027.777	18.317.725	36.219.901	54.849.895
Total	472.401	3.453.753	16.186.884	13.174.760	32.815.397	70.584.340	103.872.138
2015							
Não negros	172.257	1.311.143	7.167.619	5.915.068	14.393.830	34.677.512	49.243.599
Negros	291.939	2.244.012	9.667.206	7.224.542	19.135.760	37.951.681	57.379.380
Total	464.196	3.555.154	16.834.825	13.139.610	33.529.589	72.629.193	106.622.979
2016							
Não negros	114.248	1.239.876	6.901.087	5.825.061	13.966.024	35.323.322	49.403.594
Negros	292.792	2.265.044	10.075.435	7.372.864	19.713.343	40.057.861	60.063.996
Total	407.041	3.504.919	16.978.030	13.198.356	33.681.305	75.386.758	109.475.104
2017							
Não negros	149.728	1.254.730	7.099.866	5.625.535	13.980.131	35.492.872	49.622.730
Negros	313.706	2.368.270	10.864.199	7.639.745	20.872.214	41.298.565	62.484.485
Total	463.809	3.624.515	17.965.111	13.265.896	34.855.522	76.803.267	112.122.599

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

O tamanho da força de trabalho não é impactado apenas por variações demográficas, fatores relacionados as características estruturais do mercado de trabalho e ao ciclo de crescimento econômico também influenciam o volume de pessoas buscando uma ocupação. A taxa de participação da juventude é mais sensível aos ciclos econômicos visto que a decisão de ingressar no mercado de trabalho depende também do tipo de inserção laboral e renda de outros membros da família e mudanças na estrutura produtiva, ao compelir pessoas mais ou menos jovens ao mundo do trabalho. Para grande parte dos jovens o ingresso na vida laboral não é uma escolha, mas sim uma imposição da realidade, sobretudo entre jovens com menor renda familiar per capita e de maioria negra. O início precoce na vida laboral tende a impactar toda trajetória laboral e escolar dos jovens, reproduzindo e aprofundando desigualdades na estrutura social. A observação do nível da força de trabalho a partir de recortes étnico raciais e por decis expressa a contundente desigualdade do mercado de trabalho no Brasil.

Gráfico 89 - População, por cor ou raça Variável - População Brasileira (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

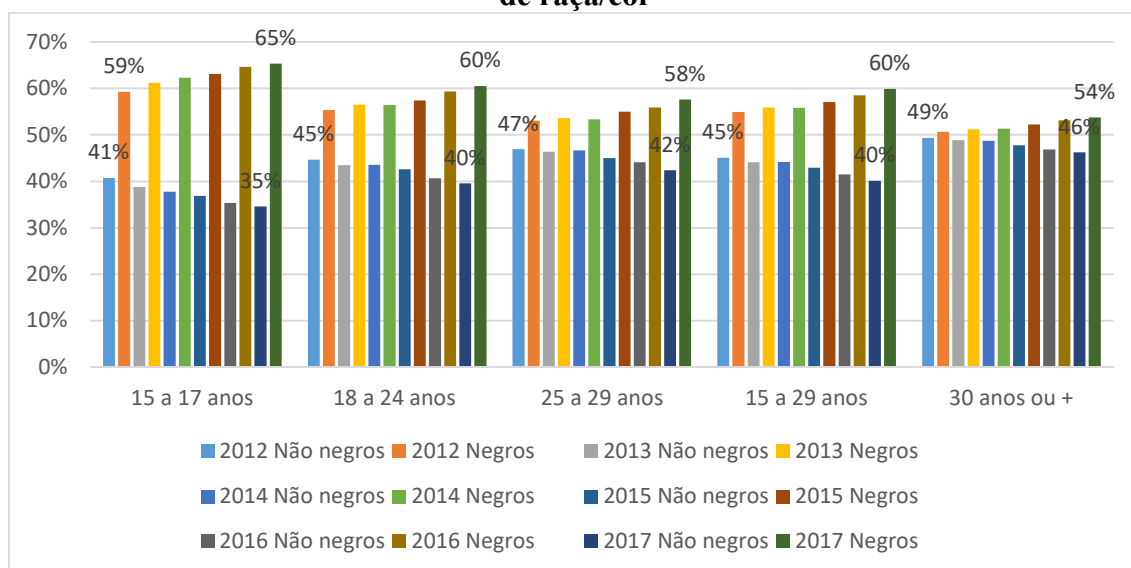
Segundo o Censo demográfico de 2010 a população brasileira é formada por 48,8% de pessoas que se declararam brancas e amarelas e 51,2% de pessoas que se declararam pretas, pardas ou indígenas. Seguindo a tendência de elevação da diferença entre brancos e negros, a PNADC aponta entre 2012 e 2017 para uma elevação de 2,1 pontos percentuais na proporção de negros e para uma redução de 2,4 pontos percentuais na proporção de brancos. A ampliação da proporção de negros se deve a ao menos por dois motivos principais: O primeiro deve-se ao fato da população negra ser proporcionalmente mais pobre que a população branca e a taxa de natalidade da população com menor renda ser maior que a taxa a das famílias com renda familiar mais elevada; o segundo deve-se a mudanças culturais, oriundas de políticas afirmativas, que reduziram a estigmatização da população preta e parda, o que a levou a se declarar não branca. Ainda assim, como veremos no decorrer deste capítulo, mesmo com todas as políticas públicas de combate ao racismo dos anos 2000, a discriminação continua latente nas diversas dimensões da vida, sobretudo no mercado de trabalho e durante a juventude.

Um elemento curioso quanto a desigualdade racial no mercado de trabalho entre 2012 e 2017 é a antagônica tendência de variação do nível da força de trabalho entre negros e não negros, especialmente entre a população jovem. Mesmo com a redução da população branca no período analisado, entre não negros constata-se uma ampliação de 7% da força de trabalho entre as pessoas com 30 anos ou mais e uma redução de 11%

entre a juventude de 15 a 29 anos. Já entre os negros verifica-se uma ampliação da força tanto entre pessoas com mais de 29 anos, quanto entre os jovens, registrando uma ampliação de 18% entre os primeiros e 9% entre os últimos.

O Gráfico 90 demonstra claramente a expressiva diferença de comportamento do nível da força de trabalho entre negros e não negros nas diferentes faixas etárias. A proporção racial se altera ano a ano entre 2012 e 2017, com uma maior diferença entre brancos e negros entre a população mais jovens. Entre os jovens de 15 a 17 anos a proporção de não negros declina da proporção de 41%, para 35% entre 2012 e 2017, o que por sua vez faz com que se eleve a proporção de negros na força de trabalho de 59% para 65% no mesmo período. A elevação da proporção de jovens negros no mercado de trabalho se eleva nas três faixas etárias da juventude, resultando entre os jovens de 15 a 29 anos uma elevação da proporção de negros de 55% para 60% em apenas seis anos analisados. Já entre a população com 30 anos ou mais a proporção racial variou apenas 3 pontos percentuais, o que evidencia uma desigualdade na proporção racial da força de trabalho menor entre os adultos.

Gráfico 90 - Estimativa da força de trabalho, segundo idade e cor/raça - Proporção de raça/cor

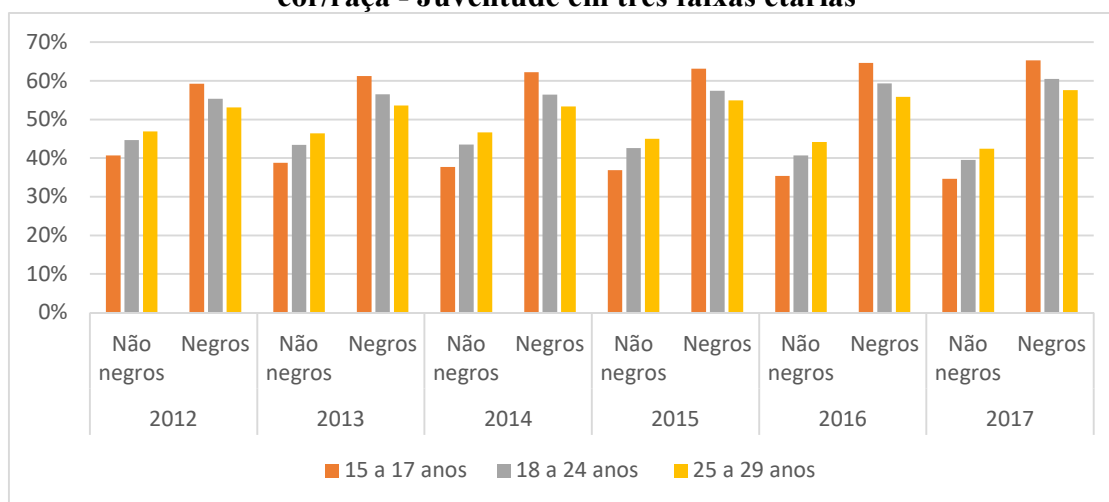


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

A análise do nível da força de trabalho por faixas etárias da juventude também aponta para outra característica da assimetria do mercado de trabalho no Brasil. Ainda que a proporção de negros na força de trabalho seja maior que a de não negros, como pode ser observado no Gráfico 91, a proporção de negros é significativamente maior entre

os jovens de 15 a 17 anos e vai reduzindo nas faixas etárias subsequentes. Com isso constata-se que os jovens negros estão mais expostos a um ingresso precário no mercado de trabalho, dada a entrada precoce destes indivíduos na vida laboral, o que também afetará a vida escolar destes jovens. Como já foi exposto no gráfico acima, durante a crise econômica que acomete o Brasil, os negros elevaram sua proporção na força de trabalho, ampliando a desigualdade sobretudo entre pessoas mais jovens.

Gráfico 91 - Estimativa da força de trabalho, segundo idade e proporção de cor/raça - Juventude em três faixas etárias

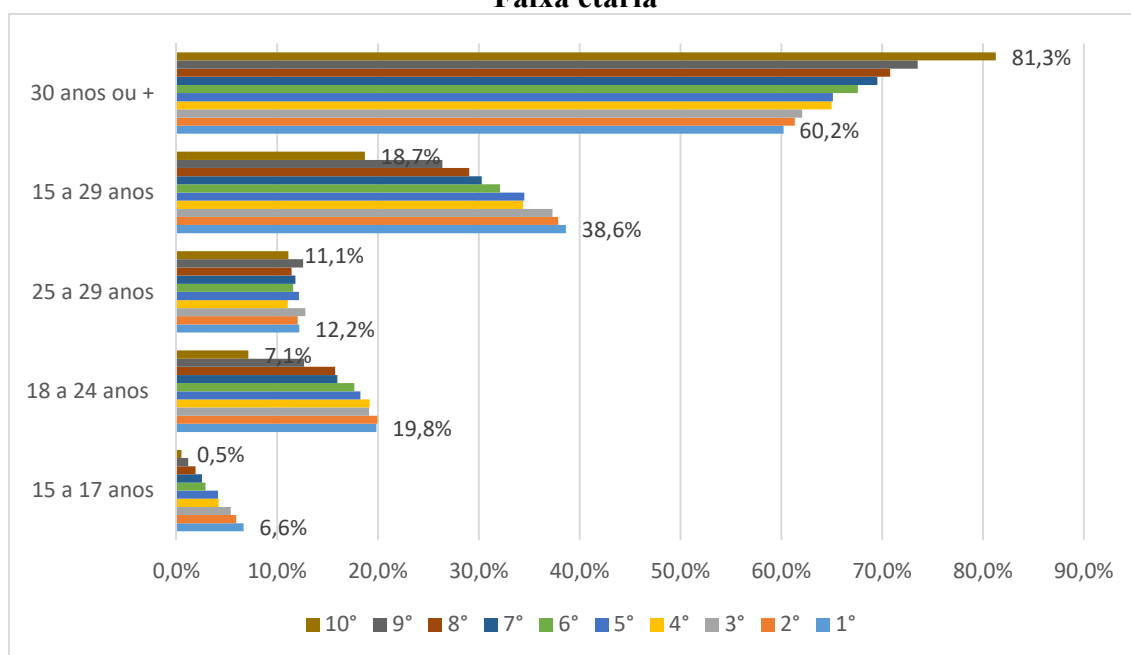


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

A desigualdade na composição da força de trabalho também fica evidente quando observado os decis de rendimento domiciliar per capita. O Gráfico 92 faz uma distribuição da força de trabalho em decis de renda familiar de modo que a soma de cada decil totaliza 100%. O primeiro dado que salta aos olhos é a tendência inversa na proporção de força de trabalho entre jovens e adultos para os diferentes níveis de renda. Entre os anos de 2012 e 2017 pode ser constatado que a proporção das pessoas com mais de 29 anos na força de trabalho é maior entre as pessoas com maior renda familiar per capita, enquanto entre a juventude são as pessoas de famílias mais pobres que possuem maior proporção na força de trabalho. Enquanto 16,5% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao menor decil de renda compõem a força de trabalho, entre os jovens na mesma faixa etária do decil com maior renda correspondem a apenas 1,8%, evidenciando que a maioria dos jovens que trabalham nesta faixa etária são de famílias pobres. Equivale dizer que a metade mais pobre dos jovens de 15 a 17 anos representa 2/3 da força de trabalho nesta faixa etária. Ainda que de forma menos expressiva, a disparidade também

se reproduz na faixa etária subsequente de 18 a 24 anos. O quadro só se estabiliza na faixa etária de 25 a 29 anos, com uma proporção de jovens na força de trabalho semelhante entre os que possuem diferentes níveis de renda familiar per capita.

Gráfico 92 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita 1º Trimestre de 2018 - Proporção por Faixa etária

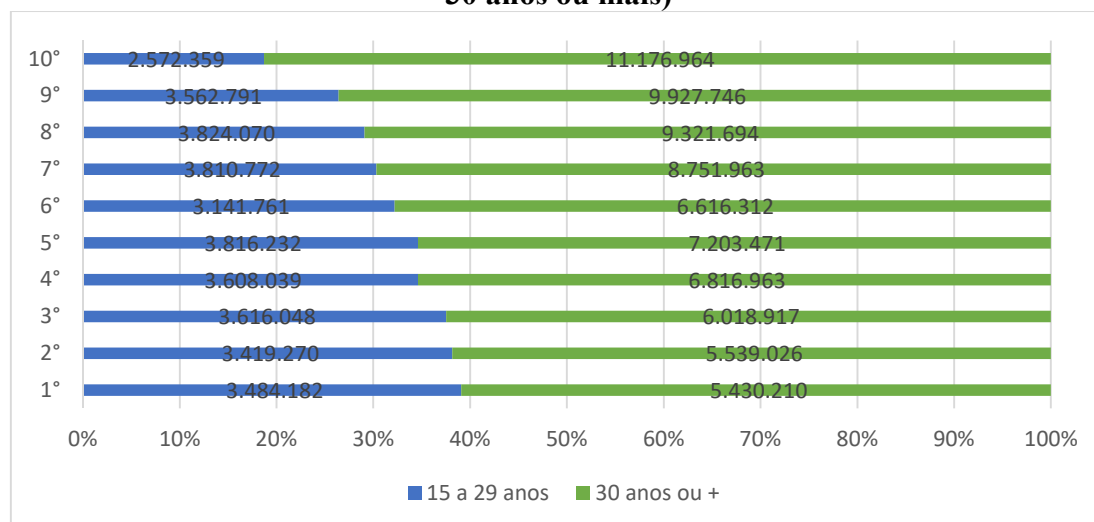


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

*

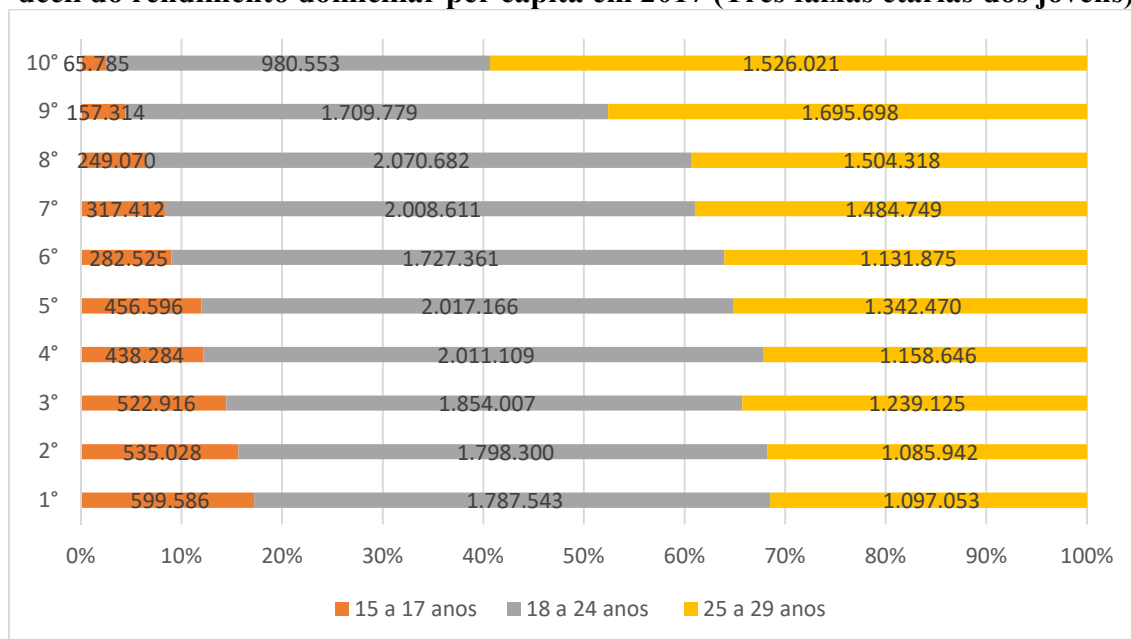
Como pode ser observado abaixo, quanto menor é a renda familiar per capita, maior é a possibilidade de os jovens comporem a força de trabalho. Conforme a renda se eleva, reduz-se a proporção de jovens na força de trabalho em relação aos adultos, o que fica evidente no Gráfico 94, que demonstra que entre os jovens de 15 a 17 anos entre os 50% com menor renda existem 2,6 milhões de jovens na força de trabalho e apenas 1 milhão entre os 50% com maior renda.

Gráfico 93 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (Faixas etárias de 15 a 29 anos e 30 anos ou mais)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Gráfico 94 - Estimativa da força de trabalho potencial ampliada, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita em 2017 (Três faixas etárias dos jovens)



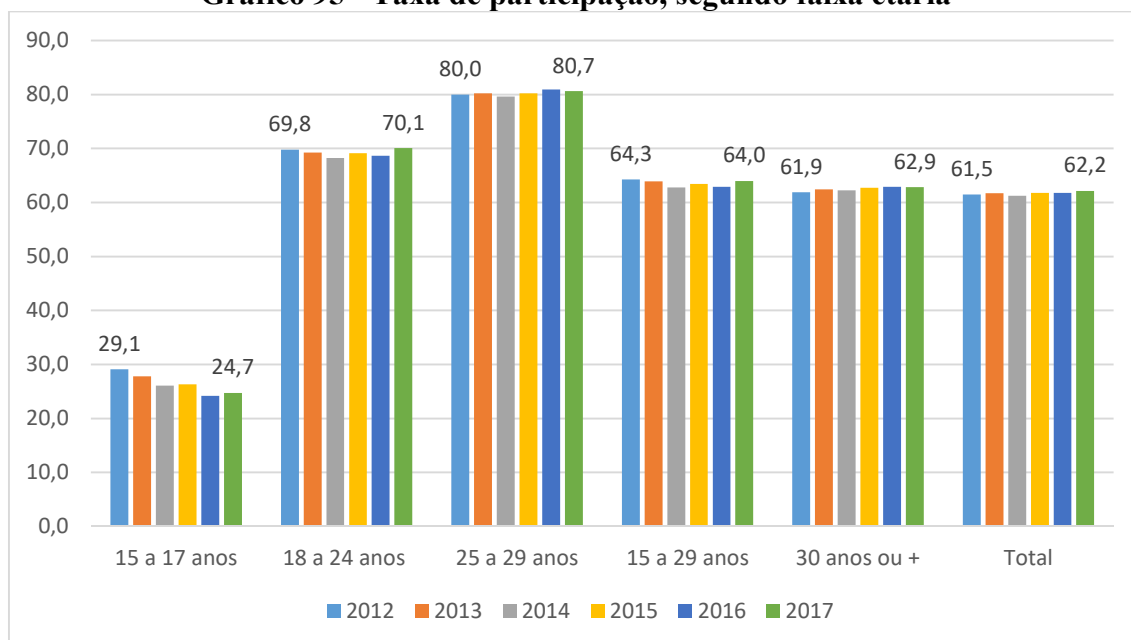
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Em suma, a distribuição da força de trabalho não é conformada apenas por especificidades demográficas, posto que sua composição reproduz grande parte das características estruturais do mercado de trabalho e dos ciclos econômicos do país, expressos em desigualdades de classe e de raça. A composição da força de trabalho entre

a juventude é emblemática por expressar desigualdades que antecedem o ingresso na vida laboral, mas que se evidenciam no distanciamento de segmentos sociais que trilham diferentes trajetórias escolares e profissionais. A elevada proporção de pessoas no começo da juventude na força de trabalho, em especial negra e pobre, pode contribuir para uma trajetória profissional com menores possibilidades de progressão de carreira, contrariando os supostos atributos da meritocracia, que professa recompensar os que mais se esforçam, quando a recompensa de fato chega aos que já possuem maior acesso à educação por meio do capital econômico e cultural de suas famílias.

Como pode ser observado no Gráfico 95, entre os anos de 2012 e 2017 a taxa de participação na força de trabalho foi relativamente estável, partindo de um patamar de 61,5% em 2012 e atingindo 62,2% em 2017, ainda que o país estivesse atravessando substantiva crise econômica. Entre as pessoas de 15 a 29 anos o comportamento da taxa de participação foi mais errática, batendo a marca de 64,3% em 2012 e 62,8% em 2014, mas voltando para a marca de 64% em 2017. Porém, deve ser observado que existe uma movimentação de queda consistente da taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos, independente do ciclo econômico.

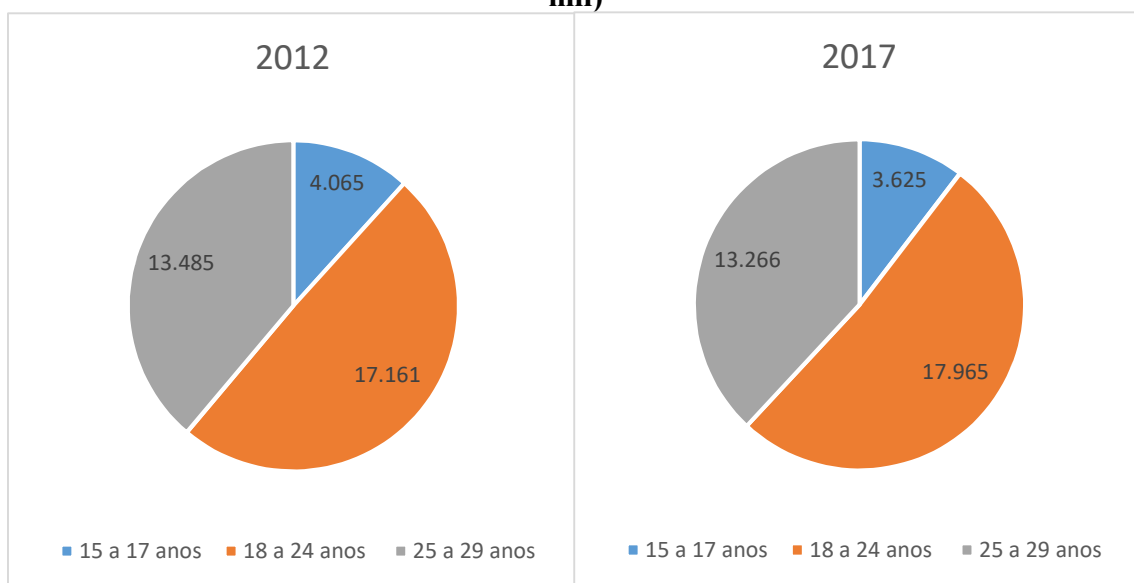
Gráfico 95 - Taxa de participação, segundo faixa etária



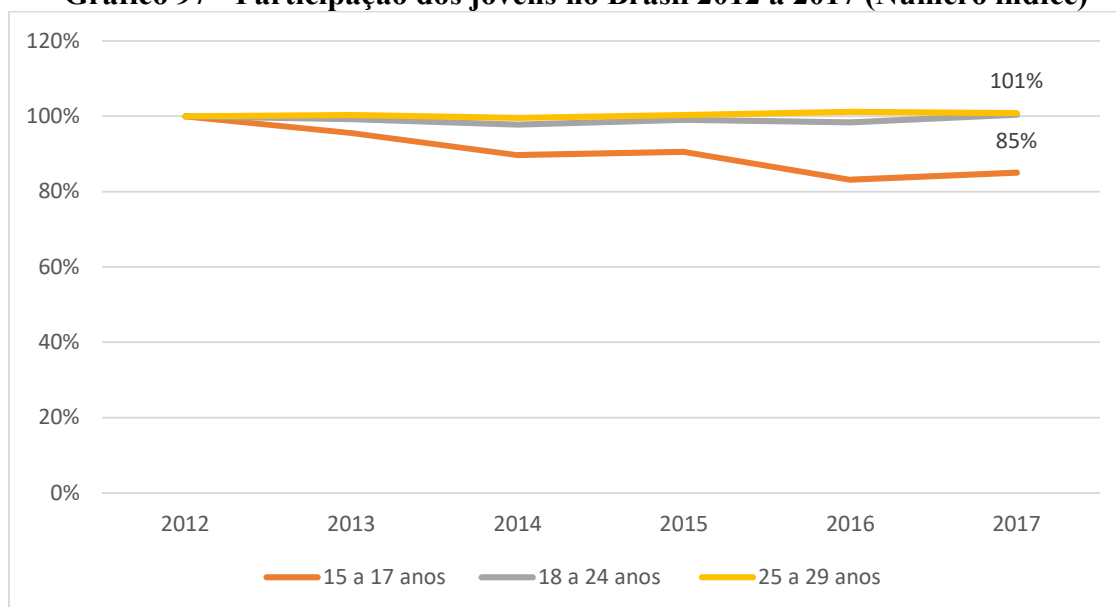
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

O Gráfico 96 aponta que entre 2012 e 2017 o nível da taxa de participação entre os jovens de 18 a 29 anos permaneceu estável, enquanto entre os jovens de 15 a 17 anos reduziu de 29,1% para 24,7% em um curto espaço de tempo. O mesmo movimento pode ser observado no gráfico de participação por número índice (Gráfico 97) que aponta um declínio apenas da faixa etária mais jovem entre as analisadas, com uma queda de 15 pontos percentuais no período.

Gráfico 96 - Participação dos jovens no mercado de trabalho em 2012 e 2017 (em mil)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Gráfico 97 - Participação dos jovens no Brasil 2012 a 2017 (Número índice)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Ainda que a taxa de participação das pessoas entre 15 e 29 anos e entre as que possuem mais de 29 anos tenha variado de modo similar, o nível da ocupação caiu mais entre os jovens que entre os adultos. Uma vez que tanto a taxa de participação quanto o nível da ocupação possuam como denominador o número de *Pessoas em Idade de Trabalhar*, fica evidente que a expansão do desemprego não ocorreu em decorrência da variação demográfica, mas sim por alterações na dinâmica da economia e do mercado de trabalho.

Quando a taxa de participação é analisada a partir de quintis de renda e faixa etária, verifica-se que entre 2010 e 2017 ocorreu uma redução na taxa de participação dos jovens de 15 a 17 anos em todos os quintis de renda, ainda que o país tenha submergido em uma grave crise econômica em 2015. No entanto, a ampliação da taxa de participação cresceu de forma expressiva entre jovens de 18 a 24 anos no primeiro (5,8 p.p.) e segundo (2,3 p.p.) quintis de renda domiciliar.

Tabela 13 - Taxa de participação dos jovens segundo quintil da renda domiciliar (%)

Idade	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total
15-17	21,0	25,4	29,3	30,1	17,3	24,7
18-24	56,1	66,2	75,4	81,2	73,3	70,1
25-29	61,9	73,1	84,0	90,5	91,1	80,7
Total (15-30 anos)	47,8	58,2	68,5	76,2	74,0	64,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Quanto a análise dos dados por quintis de renda é necessário identificar primeiramente que o Brasil é o país com a segunda maior concentração de renda no mundo segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁷⁷. O relatório estima que se considerada todas as fontes de renda das pessoas, inclusive as não declaradas na pesquisa domiciliar, constata-se que os 10% mais ricos possuem uma renda equivalente aos 55% mais pobres do país. Quando observada renda dos 1% mais ricos é possível identificar que possuem quase um terço da renda nacional, nível de concentração de renda muito similar ao verificado no país mais desigual do mundo, o Catar. A elevada desigualdade de renda no Brasil, quadro que se agravou a partir da crise de 2015, gera distorções mesmo quando são analisados os dados a partir de quintis ou decis de renda. Ainda que tenhamos optado em apresentar os dados por quintis de renda na maior parte deste trabalho, a fim de permitir melhor exposição dos dados, registramos que a disparidade entre as pessoas com os 10% maior rendimento domiciliar per capita registra uma variância de renda muito elevada, o que equivale dizer que mesmo o decil com maior renda familiar per capita representa níveis bastante diversificados de renda. Basta ser observado que em 2017 a renda dos jovens de 15 a 29 anos do primeiro decil era de até R\$ 410,00, já dos jovens do nono decil era 4,3 vezes maior. No entanto, o rendimento dos jovens das famílias 10% mais ricas era de ao menos 8,1 vezes a renda dos jovens das famílias 10% mais pobres. Atentem que os dados apresentados são sobre a disparidades na renda dos jovens de 15 a 29 anos, que possuem uma dispersão de renda inferior a renda das pessoas mais velhas. Ao constatar que a renda dos jovens do décimo decil é quase dobro da renda dos jovens do nono, fica evidente que, existe uma disparidade de renda que enfraquece o poder explicativo da divisão por quintis e, até mesmo, decis de renda. Ainda assim, a distribuição por posição de renda familiar per

⁷⁷ <https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/> e <http://hdr.undp.org/en/2019-report/download> - Acessado em 30 janeiro 2020

capita fornece valiosas indicações sobre as trajetórias profissionais de jovens de diferentes classes sociais e, por sua vez, de diferentes etnias.

Em 2017 os jovens do 8º decil (4º quintil) possuíam uma renda familiar per capita de R\$ 1387,00, valor apenas 48% superior ao salário mínimo do ano em questão⁷⁸. Com isso é possível constatar que a renda dos jovens, até mesmo do quarto quartil, era substantivamente relevante na composição da renda familiar, o que fica evidenciado pela taxa de subutilização da força de trabalho, registrando níveis elevados entre os jovens mais pobres de todas as faixas etárias. Outro dado que pode ser constatado na Tabela 15 é que a variação da renda é baixa entre os primeiros decis de renda, o que significa dizer que os jovens das famílias mais pobres ingressam de forma precoce e precária no mercado de trabalho e sua renda variará pouco nas faixas etárias subsequentes, fenômeno oposto da renda dos jovens com maior renda familiar.

Tabela 14 - Rendimento médio do trabalho principal, segundo decil do rendimento domiciliar per capita (Em Reais)

Decil	2017						
	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
1º	183	280	390	465	410	493	469
2º	160	358	627	719	648	728	705
3º	213	425	763	905	798	933	892
4º	273	544	857	992	889	1.048	1.002
5º	520	548	958	1.169	1.018	1.220	1.160
6º	443	672	1.020	1.222	1.082	1.312	1.244
7º	465	728	1.142	1.374	1.221	1.506	1.426
8º	900	793	1.256	1.603	1.387	1.853	1.729
9º	418	770	1.520	2.040	1.767	2.527	2.339
10º	645	1.016	2.212	4.028	3.342	6.419	5.885
Total	368	580	1.119	1.682	1.345	2.286	2.040

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

⁷⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8948.htm - Acessado em 30 janeiro 2020

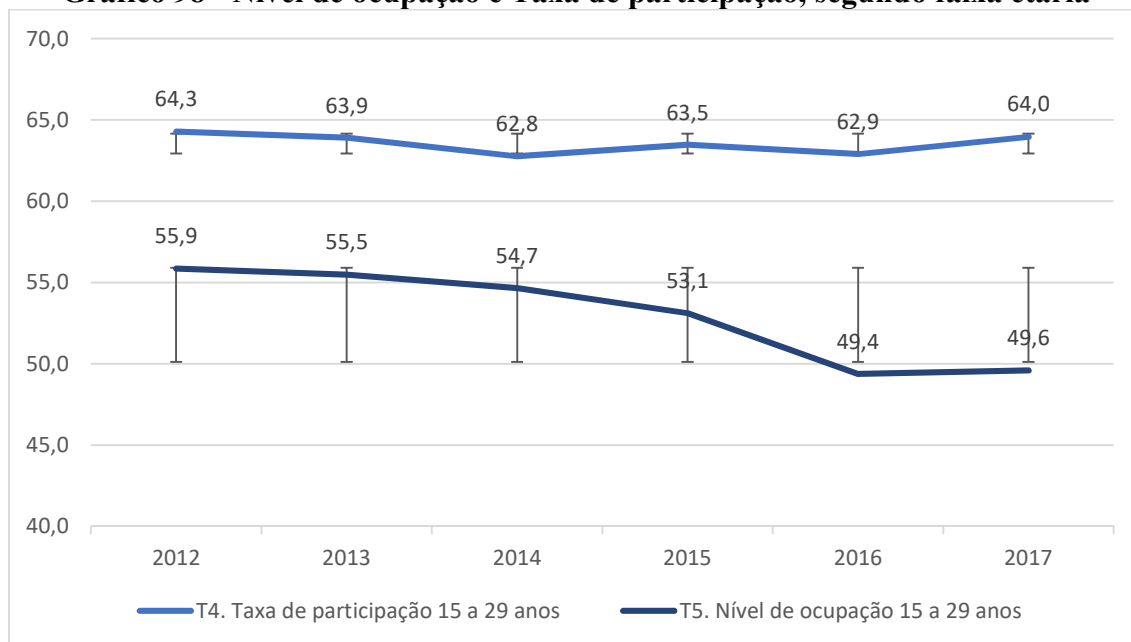
Tabela 15 - Proporção do rendimento médio do trabalho principal por faixa etária segundo decil do rendimento domiciliar per capita (%)

Decil	2017						
	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
1°	50%	48%	35%	28%	30%	22%	23%
2°	43%	62%	56%	43%	48%	32%	35%
3°	58%	73%	68%	54%	59%	41%	44%
4°	74%	94%	77%	59%	66%	46%	49%
5°	141%	94%	86%	69%	76%	53%	57%
6°	120%	116%	91%	73%	80%	57%	61%
7°	126%	126%	102%	82%	91%	66%	70%
8°	244%	137%	112%	95%	103%	81%	85%
9°	113%	133%	136%	121%	131%	111%	115%
10°	175%	175%	198%	239%	248%	281%	289%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Entre 2012 e 2016 a taxa de ocupação cai 12% entre os jovens e jovens e apenas 1% entre as pessoas com mais de 29 anos. A queda no nível de ocupação dos jovens declinou ano pós ano de 2012 a 2016, expressando uma elevação de apenas 1% em 2017, enquanto o nível de ocupação dos adultos continuou declinando no último ano da série.

Gráfico 98 - Nível de ocupação e Taxa de participação, segundo faixa etária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Tabela 16 - Nível de ocupação, segundo faixa etária - Brasil 2012 a 2017 (em %)

Faixa etária	2012	2013	2014	2015	2016	2017
15 a 17 anos	22,8	21,8	20,5	19,4	14,5	14,6
18 a 24 anos	59,5	58,8	58,1	56,0	51,4	51,9
25 a 29 anos	72,7	73,2	72,8	71,7	70,2	69,2
15 a 29 anos	55,9	55,5	54,7	53,1	49,4	49,6
30 anos ou +	59,2	59,7	59,7	59,3	58,4	57,7
Total	45,1	45,5	45,7	45,4	44,4	44,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Quando se observa a variação do nível de ocupação entre as três faixas etárias da juventude constata-se que este indicador declina de forma mais acentuada entre as faixas etárias mais jovens. Entre os jovens de 15 a 17 anos o nível de ocupação declinou 36%, entre 2012 e 2017, já entre os jovens de 18 a 24 anos a redução foi de 13% e entre os jovens de 25 a 29 anos foi de apenas 5%, apontando desta forma que quanto mais jovem mais significativa foi a redução do nível de ocupação.

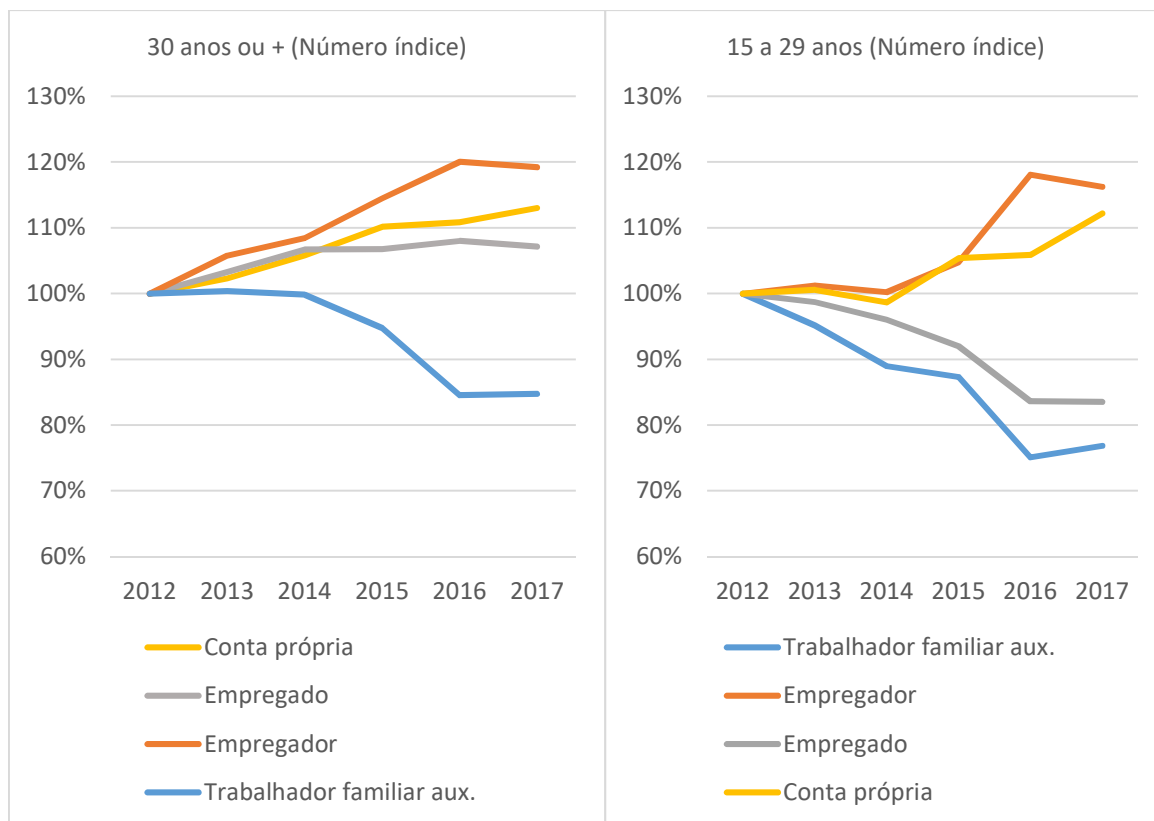
Tabela 17 - Estimativa dos ocupados segundo faixa etária e posição na ocupação - Brasil 2012 a 2017 (em nos absolutos)

Posição na ocupação	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
2012							
Empregado	187.781	1.775.257	11.440.452	9.393.323	22.609.032	40.046.424	62.843.237
Empregador	0	4.133	95.966	255.163	355.262	3.204.343	3.559.605
Conta própria	39.152	255.465	1.455.602	1.804.189	3.515.256	16.933.800	20.488.208
Trabalhador familiar aux.	94.429	420.353	566.190	267.672	1.254.215	1.427.850	2.776.494
Total	321.362	2.455.208	13.558.210	11.720.347	27.733.765	61.612.417	89.667.544
2013							
Empregado	143.629	1.682.077	11.287.291	9.352.313	22.321.681	41.363.319	63.828.630
Empregador	318	3.052	101.780	254.848	359.680	3.389.057	3.749.054
Conta própria	29.913	253.250	1.451.857	1.830.187	3.535.294	17.325.488	20.890.694
Trabalhador familiar aux.	100.649	377.632	540.706	275.333	1.193.671	1.433.299	2.727.619
Total	274.509	2.316.011	13.381.634	11.712.681	27.410.326	63.511.163	91.195.997
2014							
Empregado	117.970	1.582.389	10.805.033	9.324.479	21.711.901	42.720.499	64.550.371
Empregador	0	1.177	114.417	240.545	356.139	3.475.038	3.831.176
Conta própria	28.216	239.618	1.462.009	1.767.373	3.469.000	17.921.267	21.418.484
Trabalhador familiar aux.	100.942	353.591	521.911	240.481	1.115.983	1.425.472	2.642.396
Total	247.128	2.176.775	12.903.370	11.572.876	26.653.021	65.542.276	92.442.426
2015							
Empregado	103.536	1.494.445	10.478.194	8.832.758	20.805.397	42.748.656	63.657.589
Empregador	0	1.444	122.326	248.612	372.382	3.668.627	4.041.009
Conta própria	29.849	200.067	1.568.961	1.935.241	3.704.269	18.651.915	22.386.033
Trabalhador familiar aux.	93.486	342.344	525.004	227.837	1.095.185	1.352.883	2.541.554
Total	226.871	2.038.300	12.694.485	11.244.448	25.977.233	66.422.082	92.626.186
2016							
Empregado	59.296	1.069.473	9.382.325	8.458.193	18.909.991	43.246.621	62.215.907
Empregador	0	2.205	131.864	285.431	419.500	3.845.881	4.265.381
Conta própria	8.380	176.236	1.595.411	1.950.767	3.722.414	18.765.482	22.496.275
Trabalhador familiar aux.	64.638	284.162	474.946	182.857	941.965	1.207.304	2.213.907
Total	132.313	1.532.075	11.584.547	10.877.247	23.993.869	67.065.288	91.191.470
2017							
Empregado	65.630	1.031.107	9.727.157	8.130.368	18.888.632	42.910.149	61.864.411
Empregador	0	2.025	119.364	291.597	412.986	3.819.495	4.232.480
Conta própria	19.068	168.829	1.721.745	2.054.294	3.944.868	19.141.465	23.105.400
Trabalhador familiar aux.	72.417	285.034	476.118	203.011	964.163	1.210.358	2.246.938
Total	157.115	1.486.994	12.044.384	10.679.270	24.210.648	67.081.466	91.449.229

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

A desigualdade entre níveis de ocupação não está restrita as distintas faixas etárias, a observação por posição na ocupação também aponta para tendências relevantes no mercado de trabalho, oriunda de características da estrutura econômica. Merece destaque que entre as pessoas com mais de 29 anos verifica-se um crescimento do nível da ocupação nas posições de empregadores, empregados e conta-própria, registrando redução apenas entre trabalhadores familiares. Já entre a juventude, constata-se uma expansão das suas primeiras posições na ocupação, mas um declínio no nível de ocupação dos trabalhadores familiares e empregados.

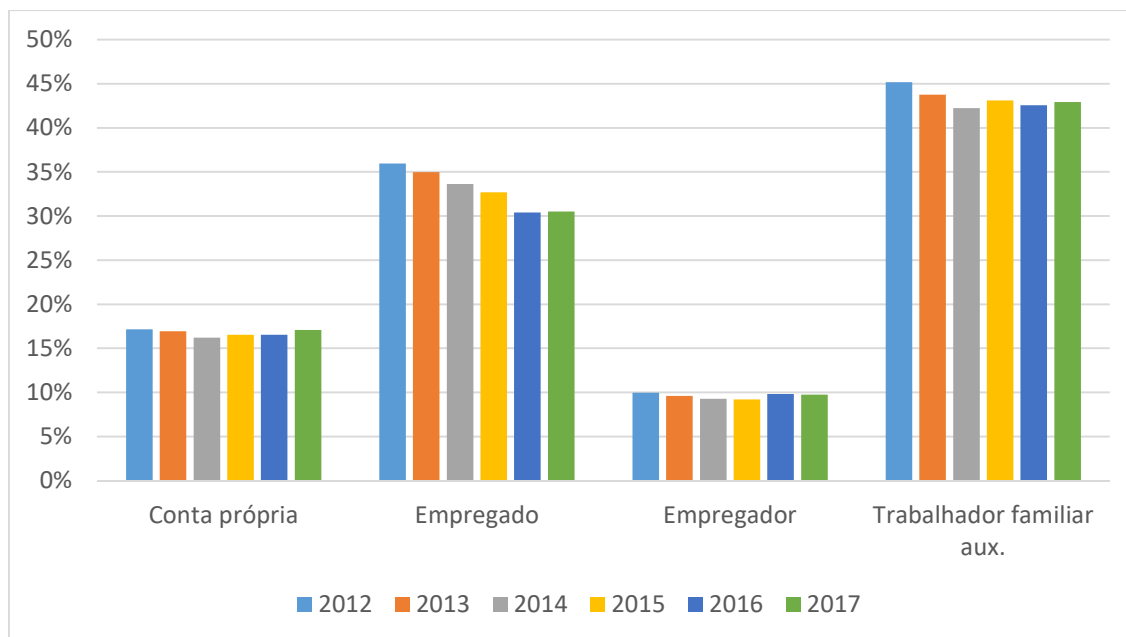
Gráfico 99 - Estimativa dos ocupados segundo faixa etária e posição na ocupação – 30 anos ou mais e 15 a 29 anos (Número índice)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Essa distinção converge para uma tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro entre a juventude, expressa em uma redução de contratos de trabalho com jornada integral e tempo indeterminado. Com o aprofundamento da crise econômica reduz-se o poder de negociação dos trabalhadores, sobretudo dos que estão ingressando no mercado de trabalho. É emblemático como entre 2015 e 2016 o aprofundamento da crise refletiu em um declínio mais acentuado dos jovens na posição de “empregados”, enquanto ocorre uma expansão do nível da ocupação entre os empregadores e conta própria. Vale observar que a expansão dos conta própria e dos empregadores só não foi mais expressiva entre a juventude, devido a característica estrutural de redução da participação dos jovens adolescentes no mercado de trabalho, com uma redução de 51% entre empregadores e 34% dos conta própria, entre os anos de 2012 e 2017.

Gráfico 100 - Proporção do nível jovens de 15 a 29 anos segundo posição na ocupação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

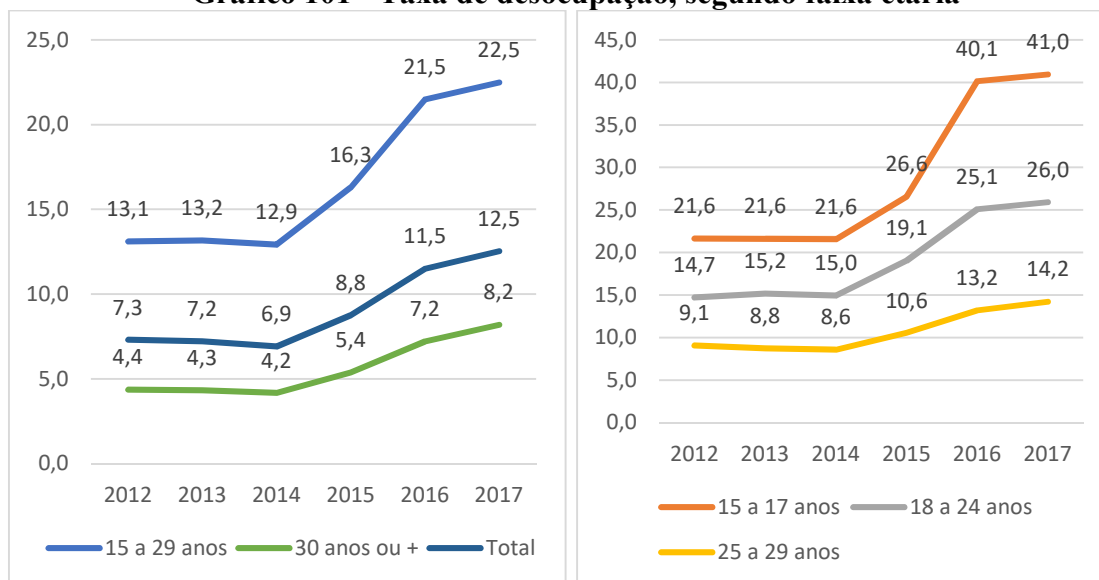
Enquanto o nível de jovens ocupados continua estável entre os conta próprias, empregadores e trabalhadores familiares, entre os empregados o nível de ocupação dos jovens tem reduzido mês a mês entre 2012 e 2017. Em 2012 os jovens representavam 36% dos ocupados na posição de empregados, em 2016 esta participação reduziu para 30%, atingindo em 2017 31%. A estabilidade do nível de ocupação entre os conta própria e redução dos empregados em um período de declínio da atividade econômica pode significar não apenas um ingresso dos jovens no mercado de trabalho em ocupações já desregulamentadas, como também uma transição de ocupações estáveis e seguras para ocupações mais precárias, marcada pela expansão da economia de plataforma que cresce especialmente entre pessoas com menos de 30 anos.

A partir de 2015 o desemprego inicia uma escalada que retroalimentará a crise econômica e política no Brasil. Em 2014 a taxa de desocupação parte de um patamar de 6,9%, chegando a 12,5% em 2017. Se forem analisados os dados trimestrais da PNAD Contínua, a distância entre o pico e o vale é ainda mais expressiva, com a taxa de desocupação batendo o mais baixo nível da série no 4º trimestre de 2013 (6,2%) e seu mais elevado nível no primeiro trimestre de 2017 (13,7%). No entanto, o desemprego foi mais contundente entre a juventude que vinha em uma trajetória de redução da

participação até 2014, mas passa a buscar ocupação no mercado de trabalho para suprir a perda de renda oriunda do desemprego de outros membros de sua família.

Como pode ser observado no Gráfico 101, o desemprego dos não jovens cresce no mesmo período que o crescimento dos jovens, porém a desocupação entre pessoas de 15 a 29 anos já era consideravelmente elevada mesmo em 2014 e explode nos anos seguintes, chegando a 22,5% em 2017. O período da vida entre os 18 e 24 anos é emblemática na definição das trajetórias dos jovens de distintas classes sociais, posto que nesta faixa etária grande parte concluiu o ensino básico e uma parcela diminuta conseguirá ingressar no ensino superior. No entanto, nesta faixa etária a maioria dos jovens buscarão ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, ainda que estejam cursando o ensino superior. A taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos parte de 15% em 2014 e chega a mais de $\frac{1}{4}$ em 2017. Entre os jovens adolescentes, que passa por um processo de redução da taxa de participação desde a década de 1990, verifica-se uma desocupação já elevada de 21,6% em 2014, atingindo em 2017 41%. Um dado que evidencia que os jovens estão mais suscetíveis ao desemprego é que entre 2014 e 2017 a diferença de taxa de desocupação entre jovens e não jovens parte de 8,7 p.p. e atinge 14,3 p.p. de diferença em 2017.

Gráfico 101 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

O excedente estrutural de força de trabalho torna-se mais evidente especialmente em períodos de crise, ampliando as desigualdades estruturais não sanadas

no mercado de trabalho. Entre 2014 e 2017 verifica-se trajetórias diferentes de ampliação da taxa de desemprego a depender do nível educacional e faixa etária. A desocupação entre as pessoas de 15 a 17 anos com ensino fundamental incompleto ampliou 21,2 pontos percentuais entre 2014 e 2017, ao passo que entre pessoas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos a maior expansão da desocupação no período foi entre pessoas com menos de 1 ano de estudo, ampliação de 14,2 p.p. e 12,8 p.p, respectivamente. Todavia, a taxa de desocupação também cresceu substancialmente entre pessoas com ensino fundamental completo e médio incompleto em todas as faixas etárias da juventude, o que aponta que a crise ampliou o desemprego mais entre os pobres, gerando ampliação da desigualdade.

Em suma, independente do quanto cresceu as taxas de desocupação entre 2014 e 2017, as mais elevadas taxas de desemprego entre jovens de 15 a 29 anos nos dois anos continuaram sendo entre pessoas com “fundamental completo” e “médio incompleto”. Constatação que sugere que este nível de qualificação por um lado está mais sujeito a ocupações precárias e oscilações dos ciclos econômicos, mas também a estrutura produtiva do país demanda outros níveis de qualificação, que são mais abundantes no país atualmente, o que pode ser constatado pela perda relativa de posição dos desocupados com curso com ensino médio completo, que em 2012 era a terceira maior taxa de desocupação e em 2017 passa a ser a quinta maior taxa, sendo superior apenas que pessoas com curso superior completo ou incompleto.

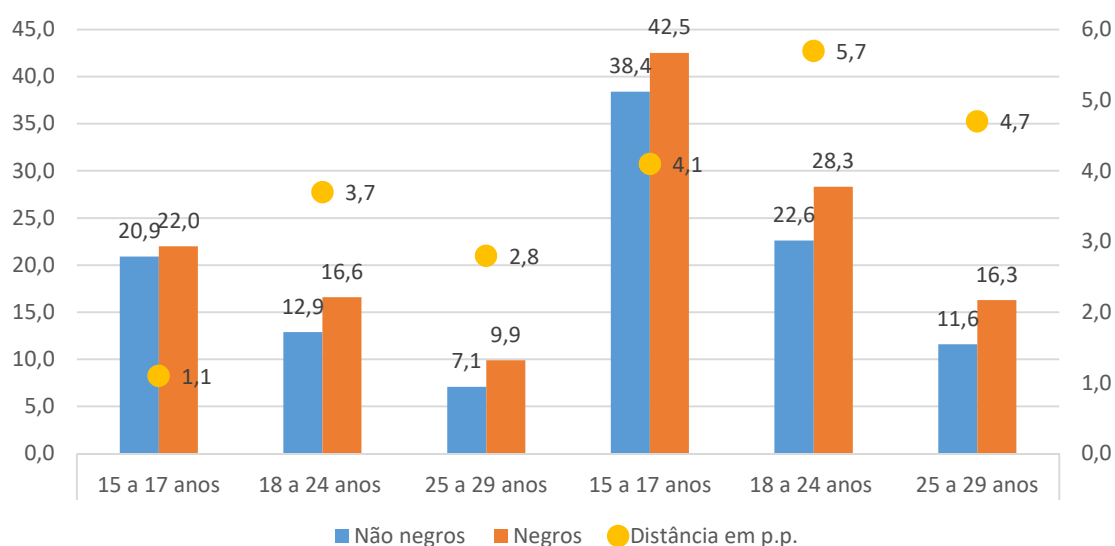
Tabela 18 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária e escolaridade (%)

Ano/Escolaridade	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
2014							
Menos de 1 ano de estudo	6,6	25,4	11,6	5,7	10,9	4,1	4,8
Fundamental incompleto	17,7	17,7	14,3	9,3	12,9	4,0	5,7
Fundamental completo	27,1	24,7	17,0	8,4	15,4	4,7	8,2
Médio incompleto	11,2	21,3	18,6	10,2	17,3	5,6	12,5
Médio completo	0,0	25,8	15,6	9,2	13,1	4,9	8,1
Superior incompleto	0,0	17,3	10,5	7,9	9,6	4,6	7,4
Superior completo	0,0	0,0	10,0	6,6	7,5	2,8	3,7
Total	19,4	21,6	15,0	8,6	12,9	4,2	6,9
2017							
Menos de 1 ano de estudo	9,6	37,3	25,8	18,5	23,8	8,6	9,6
Fundamental incompleto	35,3	38,9	27,5	15,5	24,7	9,1	11,9
Fundamental completo	50,8	43,9	26,8	18,2	27,4	9,2	15,0
Médio incompleto	18,1	40,7	30,2	17,5	29,6	9,8	21,0
Médio completo	0,0	40,9	26,6	14,8	22,2	8,6	13,6
Superior incompleto	0,0	49,2	20,2	13,5	18,0	8,9	13,9
Superior completo	0,0	0,0	18,8	9,7	12,0	5,3	6,6
Total	36,7	41,0	26,0	14,2	22,5	8,2	12,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

O desemprego possui um importante elemento racial que, como fora abordado no Capítulo 2 deste trabalho, guarda uma relevante descrição dos elementos de classe do mercado de trabalho brasileiro. Comparando 2014 e 2017 no Gráfico 102 é possível constatar que a taxa de desocupação já era superior entre os negros de todas as faixas etárias, porém, após o início da crise, a taxa de desocupação cresce mais rápido entre os negros que entre os não negros. Se em 2014 a diferença entre a taxa de desocupação entre os negros e os não negros era de 3,5 p.p. entre pessoas de 15 a 29 anos, em 2017 a diferença subiu para 5,8 p.p.. A título de ilustração, a única faixa etária em que os negros possuem uma taxa de desocupação inferior que a dos não negros é entre pessoas com até 14 anos, fruto da elevada participação das crianças negras no mercado de trabalho⁷⁹.

Gráfico 102 - Taxa de desocupação, segundo faixa etária, sexo e cor/raça



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Ao analisar a taxa de desocupação por decis de renda é possível concluir de forma inquestionável que a crise econômica gera efeitos mais deletérios entre pobres, independente da faixa etária. A taxa de desocupação se reduz praticamente em todas as faixas etárias conforme se caminha para decis de rendas superiores. Entre os jovens de 15 a 29 anos, metade dos que estão no primeiro décimo da renda familiar per capita estão desocupados. Entre os jovens de 18 a 24 anos desta faixa de renda, 52,7% das pessoas na

⁷⁹ Os dados aqui presentes não são suficientes para debater o trabalho infantil, nem é objetivo desta tese apresentar conclusões sobre a inserção laboral entre pessoas com menos de 15 anos.

força de trabalho estavam desempregadas. A única faixa etária de jovens que segue um comportamento mais errático é a dos jovens de 15 a 17 anos, posto que entre famílias com maior renda ou mais escolarizadas os jovens desta faixa etária tendem a não estarem na força de trabalho. Outra consideração que deve ser feita é que as pessoas mais pauperizadas estão mais expostas a um leque tão precário e diverso de ocupações que a classificação de ocupado ou desocupado é insuficiente para descrever sua inserção laboral. Parcela expressiva dos jovens de famílias de baixa renda não se encontram classificados dentro da força de trabalho por estarem desalentados ou por não possuírem condições materiais mínimas para buscar uma ocupação ou começar a trabalhar mesmo em uma atividade informal. As jovens mulheres das famílias mais pobres possuem uma maior responsabilidade com a fazeres domésticos, cuidado com outros membros da família e outras tarefas associadas a reprodução que as impede de acessar de modo minimamente regular o mercado de trabalho e ocupações remuneradas.

Tabela 19 - Taxa de desocupação, segundo decil do rendimento domiciliar per capita (%)

Decil	2017						Total
	Até 14	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	
1°	32,8	45,8	53,7	43,9	49,4	35,9	40,7
2°	41,5	49,7	44,0	28,2	39,2	17,2	25,1
3°	35,9	45,1	37,3	23,4	33,2	14,0	21,0
4°	34,7	47,2	31,0	20,1	29,0	10,3	16,5
5°	29,6	41,3	26,4	14,3	23,5	7,9	13,2
6°	60,5	31,9	19,1	8,5	16,2	6,3	9,6
7°	31,7	33,5	14,3	7,9	13,1	4,7	7,2
8°	36,2	32,2	14,9	6,9	12,6	3,5	6,1
9°	26,6	28,5	12,6	4,8	9,4	2,6	4,4
10°	15,6	28,7	10,6	5,3	7,7	1,8	2,9
Total	36,7	41,0	26,0	14,2	22,5	8,2	12,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

A taxa de subutilização da força de trabalho (TSFT) é mais sensível para detectar não apenas mudanças conjunturais de variação do nível de ocupação, como também deficiências estruturais do mercado de trabalho, que são invisibilizadas pela multiplicidade de vínculos em um mercado de trabalho com tamanha informalidade e que caminha para uma maior desregulamentação⁸⁰. Essa medida é mais adequada aos países

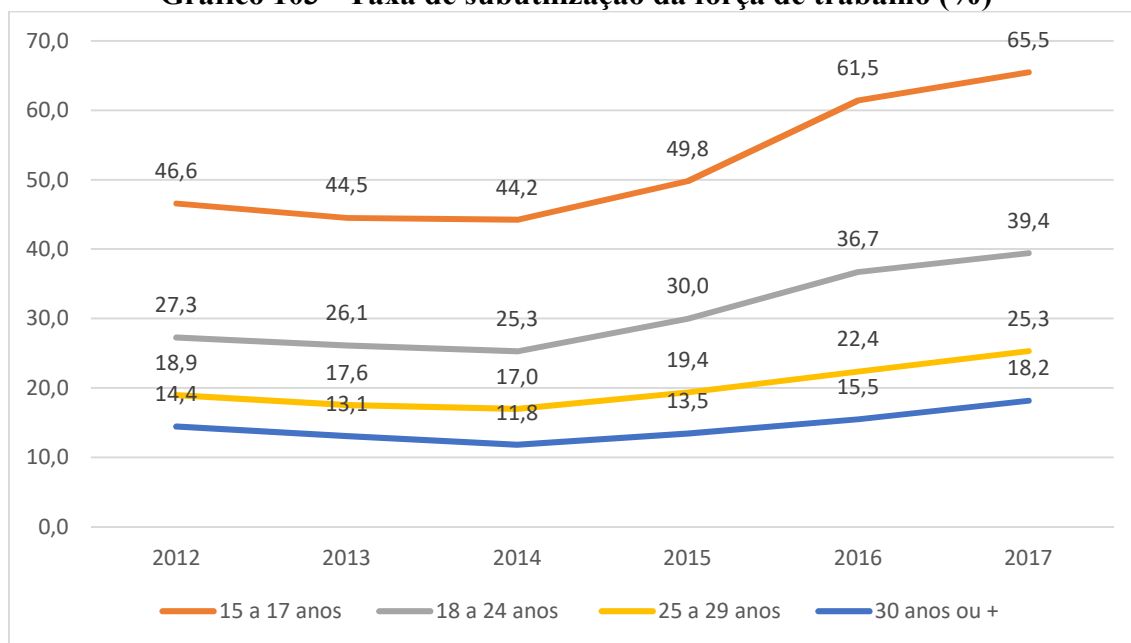
⁸⁰ As pessoas subocupados são os que trabalharam menos de 40h, gostariam de trabalhar mais horas no mês e estavam disponíveis para o trabalho. As pessoas desocupadas são as pessoas com mais de 13 anos, que procuraram emprego no período de 30 dias de referência e estavam disponíveis para trabalhar. Este indicador considera desempregado também a pessoa que está sem trabalho e que não fez nada para

subdesenvolvidos por capitar melhor o desemprego dos que constam como empregados por exercerem algum tipo de bico ou atividade eventual, descrevendo o caleidoscópio de vínculos de emprego oriundos da interação simbiótica entre o moderno e o atraso dos países periféricos (VAZQUEZ, 2018). Por outro lado, as ocupações criadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) tendem a ter jornadas de trabalho irregulares e rendimentos variados, o que credência este indicador a também descrever adequadamente o mundo do trabalho nos países desenvolvidos.

Como pode ser observado no Gráfico 103, a taxa de subutilização da força de trabalho vinha declinando em todas as faixas etárias até 2014, ainda que permanecesse elevada. Deve ser observado que existe grande assimetria entre as faixas etárias, sendo mais uma vez, os jovens de 15 a 17 anos os que enfrentam as mais elevadas TSFT, partindo de um patamar de 44,2% em 2014, atingindo em 2017 uma taxa de 65,5%. Em 2018 foi constatada uma redução da taxa de subutilização em relação a 2017, mas se mantinha mais de 50% superior ao nível de 2014. Os jovens de 18 a 24 anos também tiveram uma ampliação considerável no nível da TSFT, que cresceu 15 pontos percentuais no mesmo período. Chama atenção como os elevados níveis da subutilização de força de trabalho constroem especialmente a juventude. O nível da TSFT dos jovens de 15 a 17 anos é 57 pontos percentuais maior que a taxa dos adultos.

Enquanto pode ser constatada uma ampliação da taxa de desocupação dos jovens em relação as outras faixas etárias, quando observada a TSFT constata-se uma estabilidade relativa entre as faixas etárias. Este fenômeno pode ser atribuído a maior capacidade de a taxa de subutilização captar características da estrutura laboral e produtiva brasileira, reduzindo o impacto da flutuação dos jovens que saem e reingressam na força de trabalho, dada as mudanças de ciclos econômicos e variação da renda das famílias.

conseguir emprego, por já ter conseguido emprego para iniciar entre 30 e 90 dias pós a semana de referência. A força de trabalho potencial é formada por pessoas que não estão na força de trabalho, mas que possuem potencial para tal, sendo formada por: pessoas que buscarem emprego para não estavam disponíveis para trabalhar; e pessoas que não buscaram emprego, mas que gostariam de trabalhar.

Gráfico 103 - Taxa de subutilização da força de trabalho (%)

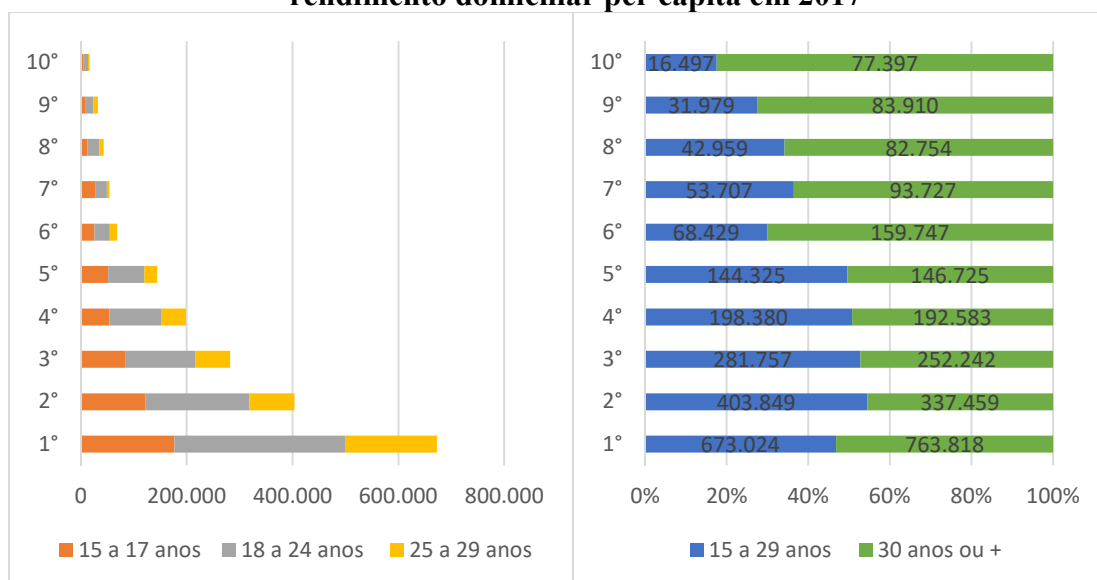
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Diferentemente do que ocorre com a taxa de desemprego, que a pessoa tem que compor a força de trabalho para ser classificada como desocupada, a taxa de subutilização capta também os jovens que não buscaram uma ocupação nos últimos 30 dias, mas que queriam trabalhar e os que buscaram uma ocupação, mas que por algum motivo não podiam começar a trabalhar. Dessa forma, o denominador da taxa da TSFT é a força de trabalho ampliada, o que corresponde a um universo mais amplo da população, mitigando as insuficiências da taxa de desocupação em retratar a real condição do mercado de trabalho.

Um dado que revela a insuficiência da taxa de desocupação descrever a dinâmica do mercado de trabalho é o nível de desemprego por desalento, que é especialmente elevado em países com elevado nível de subemprego, assumindo maior gravidade em períodos de crises prolongadas. Como pode ser observado no Gráfico 104, em 2017, dos 4,21 milhões de desalentados, 45,4% eram pessoas de 15 a 29 anos, destes desalentados que não constam na taxa de desocupação, mas constam na TSFT, 81% estão entre as famílias 40% mais pobres, nível 10 p.p. superior que o número de desalentados entre pessoas com mais de 29 anos da mesma faixa de renda. O impacto do desalento entre jovens pobres se deve ao processo que se retroalimenta com o desemprego prolongado que retira destes jovens o recurso para continuar buscando uma ocupação,

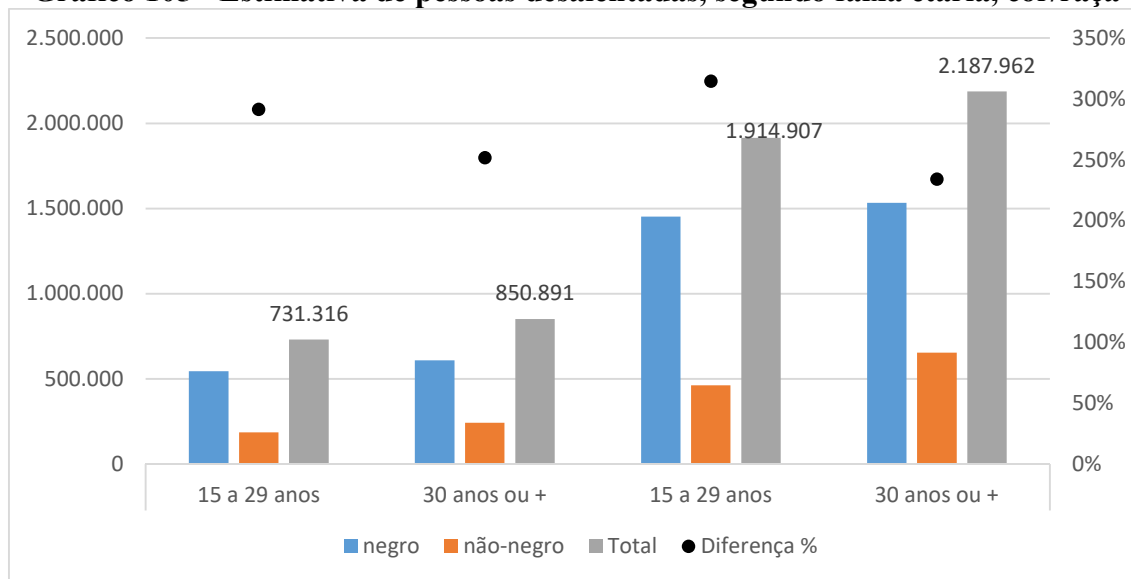
especialmente em um cenário de baixa probabilidade de encontrar uma ocupação, gerando um efeito perverso de empobrecimento dos já pobres.

Gráfico 104 - Estimativa de pessoas desalentadas, segundo faixa etária e decil de rendimento domiciliar per capita em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Entre os anos de 2014 e 2017 se verifica uma ampliação consistente das pessoas desocupadas por desalento, o número de desalentados partem de 1,6 milhões em 2014, chegando a 4,21 milhões em 2017, período em que a crise econômica atinge de forma mais dura o mercado de trabalho. Entre pessoas de 15 a 29 anos o crescimento dos desalentados foi maior que entre pessoas mais velhas, posto que o desalente entre os mais jovens cresceu 262% em apenas 4 anos. Outro dado que confirma que a crise é mais severa entre os mais vulneráveis, como pode ser observado no Gráfico 105, os jovens negros representavam em 2014 74% dos desalentados de 15 a 29 anos, proporção superior à verificada entre pessoas com 30 anos ou mais. Uma vez que o crescimento de desalentados negros de 15 a 29 anos foi maior que entre pessoas não negras, constata-se uma ampliação da desigualdade no número de negros e não negros no desalento no período. Quadro oposto se verifica entre pessoas com mais de 29 anos, posto que a diferença proporcional entre negros e não negros reduziu, ainda que ampliação de desalentados nesta faixa etária tenha subido 157% entre 2014 e 2017. Com isso conclui-se que a desigualdade no número de desalentados jovens que já era maior antes da crise cresce entre jovens e se reduz entre pessoas com mais de 29 anos.

Gráfico 105 - Estimativa de pessoas desalentadas, segundo faixa etária, cor/raça

Nota: A diferença é a razão entre o número de negros sobre os não negros.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

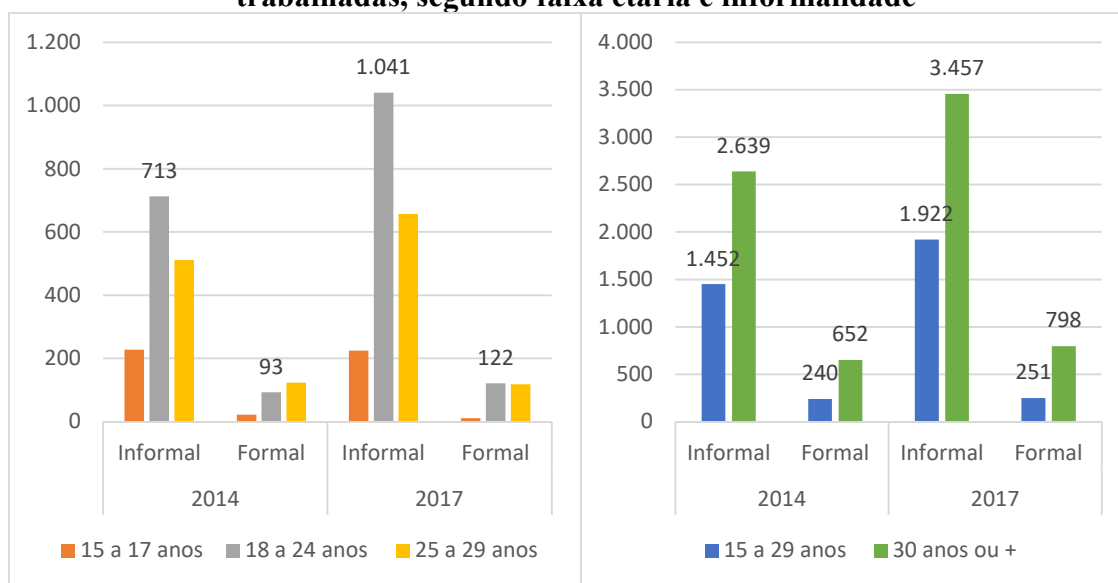
A quantidade de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas é outra variável relevante não captada pela taxa de desocupação. As pessoas que se enquadram nesta classificação aparecem como participante da força de trabalho, porém como ocupadas, ainda que tenham trabalhado uma hora na semana de referência. Este tipo de Subocupação assume maior relevância em um cenário de ampliação da diversidade de vínculos, propiciado tanto pelas novas ocupações relacionadas a “economia do compartilhamento” ou “Gig Economy”, mas também pela reforma trabalhista de 2017 que flexibiliza a legislação trabalhista e cria modalidades de vínculos que eram estranhas a legislação brasileira.

A crise econômica e flexibilização trabalhista geraram incentivos a proliferação de trabalho por demanda e outras formas heterogêneas de vínculos, que eleva a insegurança do trabalhador quanto a sua renda.

Como pode ser observado no Gráfico 106, entre 2014 e 2017 o número de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas cresceu no Brasil 29%, chegando em 2017 a 6,4 milhões de pessoas. Os jovens de 15 a 29 anos representavam em 2014 34% dos subocupados por insuficiência, e continuaram nesta proporção em 2017. O que chama atenção é que a faixa etária com maior número de jovens no mercado de trabalho (18 a 24 anos), passou pela maior expansão no número deste tipo de subocupados, ampliando

em 44% conforme a crise se aprofundou. Se verifica também uma ampliação da informalidade durante a crise, fenômeno que foi observado mesmo após a reforma trabalhista que regulamentou modalidades de vínculos muito similares a informalidade, posto que 83% das pessoas com idade entre 15 e 29 anos subocupadas por insuficiências de horas trabalhadas estavam em uma ocupação informal em 2014, proporção que cresce 4 pontos percentuais em 2017. Ainda que a reforma trabalhista de 2017 tenha autorizado um conjunto de vínculos flexíveis, com o argumento de que ampliaria o nível de empregos formais, a informalidade cresceu e atingiu em 2019 patamares recordes, comparáveis apenas ao mercado de trabalho da primeira metade do século XX. Como pode ser observado no Gráfico 106, a informalidade no mercado de trabalho expõe os trabalhadores a diferentes tipos de precariedade.

Gráfico 106 - Estimativa do número de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, segundo faixa etária e informalidade



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Nota: Formal = Empregados com carteira; Trabalhadores domésticos com carteira; Empregado do setor público com carteira; Militares e servidores estatutários; Conta própria e

Como fora apresentado acima, a taxa de subutilização da força de trabalho é composta pelos desocupados, pelos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e pela força de trabalho potencial. Em 2014 16,4 milhões de pessoas se encontravam em uma destas três condições, sendo que quase metade, 48% possuíam de 15 a 29 anos. A taxa de subutilização da força de trabalho entre jovens nesta faixa etária era de 23,9%, enquanto entre pessoas de 30 anos ou mais era de 11,8%. Em 2017 o número de jovens

subutilizados chegou a 12,8 milhões, o que correspondeu a uma ampliação de 12,8 p.p. na taxa de subutilização, chegando neste ano em 36,8%. A ampliação da taxa de subutilização foi mais acentuada entre jovens negros, chegando a 41,2% em 2017.

Tabela 20 - Estimativa de subutilização da força de trabalho, segundo idade e cor/raça Brasil 2012 a 2017 (em nos absolutos)

Cor/Raça	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	Total
2012							
Não negros	123.545	685.940	1.662.509	978.283	3.326.732	3.759.783	7.210.060
Negros	218.682	1.208.588	3.015.706	1.576.116	5.800.410	5.956.385	11.975.477
Total	342.227	1.894.528	4.678.215	2.554.400	9.127.143	9.716.168	19.185.537
2013							
Não negros	104.474	565.761	1.535.080	846.258	2.947.099	3.385.095	6.436.668
Negros	165.395	1.089.219	2.890.360	1.505.287	5.484.866	5.620.622	11.270.884
Total	269.869	1.654.980	4.425.441	2.351.546	8.431.967	9.005.717	17.707.552
2014							
Não negros	81.789	518.553	1.467.632	813.282	2.799.467	3.071.425	5.952.681
Negros	171.395	1.008.755	2.622.155	1.424.238	5.055.148	5.261.034	10.487.575
Total	253.184	1.527.307	4.089.786	2.237.520	7.854.613	8.332.459	16.440.256
2015							
Não negros	94.620	568.994	1.772.122	902.304	3.243.420	3.539.854	6.877.893
Negros	168.207	1.201.657	3.277.040	1.642.229	6.120.926	6.229.068	12.518.200
Total	262.826	1.770.650	5.049.162	2.544.533	9.364.345	9.768.921	19.396.093
2016							
Não negros	76.536	676.205	2.114.191	1.071.086	3.861.482	4.108.258	8.046.276
Negros	211.085	1.477.940	4.122.285	1.883.760	7.483.985	7.572.959	15.268.029
Total	287.621	2.154.145	6.236.476	2.954.846	11.345.467	11.681.886	23.314.974
2017							
Não negros	106.009	746.860	2.362.452	1.111.809	4.221.121	4.956.422	9.283.552
Negros	230.102	1.626.088	4.720.816	2.249.480	8.596.384	9.018.123	17.844.609
Total	336.486	2.373.442	7.083.268	3.361.289	12.817.999	13.976.945	27.131.429

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

A taxa de subutilização da força de trabalho não cresceu homogeneamente em todos os segmentos do mercado de trabalho, uma vez que os mais atingidos pelo subemprego são os mais jovens e mais pobres, como pode ser observado na Tabela 21. Entre os jovens de 15 a 17 anos a taxa de subutilização varia de 79,3 a 46% entre pessoas das famílias até o quarto décimo de renda, tal fenômeno ocorre porque são os jovens das famílias mais pobres que são compelidos ao mercado de trabalho, estando estes expostos aos diferentes formatos de Subocupação. Entre os jovens de 18 a 24 anos, até o segundo quintil a taxa de subutilização em 2017 oscilava entre 76,3 e 44,9%, nível demasiadamente elevado posto que neste ano existiam 16,9 milhões de jovens nesta faixa etária. Pode ser observado também que os jovens de 15 a 29 anos possuíam taxa de subutilização da força de trabalho mais elevada que os mais velhos em todos os decis de

renda, o que indica que a subutilização é um fenômeno que acomete os mais jovens, mais pobres e, assim sendo, os negros.

Tabela 21 - Taxa de subutilização da força de trabalho, segundo idade e decil do rendimento domiciliar per capita - Brasil 2017 (em %)

Decil	2017						Total
	14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	30 anos ou +	
1°	74,9	79,3	76,3	69,6	74,7	62,3	67,2
2°	76,0	76,3	64,1	48,3	61,0	37,0	46,4
3°	74,2	69,6	53,1	38,5	50,5	29,2	37,4
4°	74,9	68,6	44,9	33,1	44,0	21,9	29,9
5°	68,9	63,0	37,5	23,4	35,6	16,7	23,4
6°	79,4	52,0	28,5	16,5	26,3	14,8	18,7
7°	69,2	50,8	22,1	14,0	21,3	11,2	14,4
8°	59,6	47,9	21,9	12,2	19,8	8,6	12,0
9°	58,9	46,2	19,9	9,9	16,3	7,1	9,6
10°	34,2	57,5	19,7	10,1	15,0	5,6	7,3
Total	72,5	65,5	39,4	25,3	36,8	18,2	24,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

À medida que a crise se aprofundou e ampliou desproporcionalmente a taxa de subutilização da força de trabalho entre os segmentos mais vulneráveis, constata-se um aprofundamento da desigualdade. As distorções podem ser verificadas entre a juventude, mas suas raízes precedem este período etário e tendem a se aprofundar com o transcorrer da vida laboral. Se o efeito da inserção menos precária dos jovens no mundo do trabalho nos anos 2000 ainda pode ser sentido, graças ao período de ampliação da renda das famílias que possibilitou a ampliação da escolarização, os efeitos da crise entre os jovens também deixarão sequelas prolongadas em sua vida laboral. A ampliação da taxa de subutilização da força de trabalho é um indício de que estes jovens estão pressionando o mercado de trabalho por uma ocupação, ainda que de má qualidade. Com as flexibilizações da reforma trabalhistas e as baixas expectativas de ampliação do número de ocupações de melhor qualidade, produz-se uma multiplicidade de vínculos precários, potencializados pela criatividade das novas startups de tecnologia em burlar a já vulnerável legislação trabalhista.

Ao analisar a distribuição dos jovens por atividade entre 2010⁸¹ e 2017 é possível identificar que ocorreu uma redução significativa no número e na proporção de

⁸¹ Os dados de 2010, assim como das décadas anteriores, são informações do Censo demográfico. A única análise de situação de atividade oriunda da PNADC foi 2017. Ainda que possa haver incompatibilidade entre os dados, optamos por realizar esta comparação já que enquanto este trabalho é escrito ainda não estão

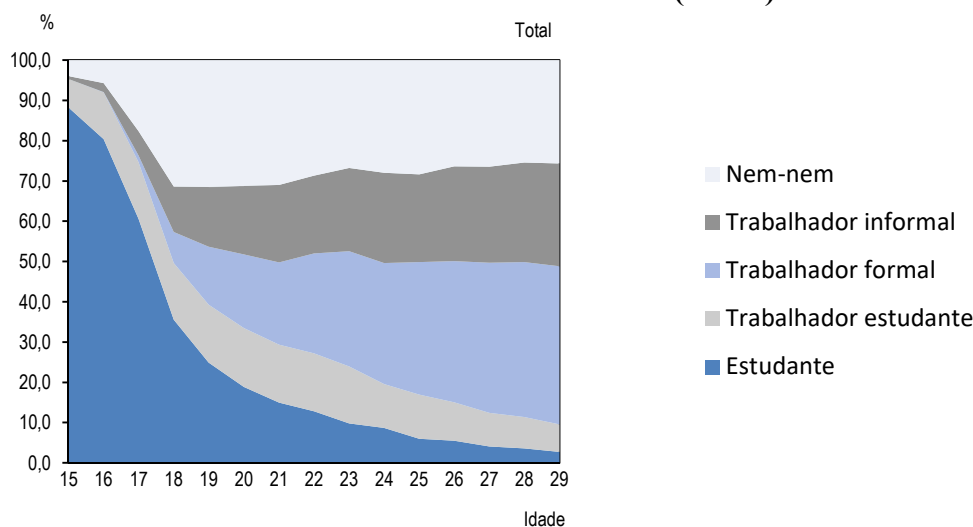
jovens trabalhando em quase todas as idades entre 15 e 29 anos, redução verificada não só de trabalhadores formais como também informais. A redução na proporção de trabalhadores mais expressiva se deu entre jovens de 18 a 25 anos, com uma queda de 4 a 7,1 pontos percentuais no período. Se for considerado a redução na proporção dos jovens no trabalho formal, informal e entre os que conciliavam trabalho e estudo, a redução na proporção dos jovens trabalhando oscila entre 10,2 e 6,4 pontos percentuais entre jovens de 18 a 25 anos. Entre jovens dessa faixa etária se verifica uma redução no de trabalhadores entre 15 e 28%, redução que foi ainda mais expressiva entre jovens de 15 a 17 anos, mas que neste caso se verifica tanto o efeito da crise econômica com redução dos níveis de emprego, quanto no movimento estrutural de redução na taxa de participação dos jovens adolescentes. O Gráfico 107 aponta que em 2017 existiam uma proporção maior de jovens no trabalho informal que no trabalho formal até os 19 anos, confirmando que os jovens que ingressam muito cedo no mercado de trabalho o fazem de forma precária. A partir dos 20 anos se verifica uma redução do trabalho informal, com a proporção dos jovens em ocupações formais crescendo nas idades subsequentes, o que também ocorre na proporção de jovens no trabalho informal, mas em taxas menores. Entre jovens de 15 a 21 anos que só trabalham, 53% estavam em uma ocupação informal em 2017.

Entre 2010 e 2017 foi identificado uma ampliação no número de jovens estudando em praticamente todas as idades, mas a situação que teve maior ampliação foi a proporção de jovens que não trabalham nem estavam estudando. Entre jovens de 18 a 25 anos se verifica uma ampliação na proporção de jovens NEET entre 7,1 e 5,6 pontos percentuais, o que equivale dizer que em 2017 29,7% dos jovens desta faixa etária não trabalhavam nem estavam estudando. Como já fora apresentado em outros capítulos, a situação de NEET no Brasil está fortemente correlacionado a pobreza e precariedade do mercado de trabalho. Parcela considerável dos jovens permanecem na condição de NEET seja por estar desempregado, o que por vezes o impossibilita de continuar sua escolarização, seja por não terem recursos para continuar estudando ou por ver ampliada sua responsabilidade com o trabalho de reprodução que acomete majoritariamente as mulheres. A ampliação mais expressiva na proporção dos NEETs ocorre entre os 17 e 18 anos, idade em que o jovem termina o ensino médio, mas depende de uma ocupação, ou

disponíveis os dados do Censo 2020 e os dados da mudança na situação de atividade é imprescindível para analisar mudanças a partir da crise.

da renda de outros membros da família, para ingressar no ensino superior ou realizar outros cursos de qualificação. Ainda que esses jovens decidam ingressar precocemente no mundo do trabalho para buscar uma progressão educacional, em meio à crise, ou ele não conseguirá uma ocupação, ou conseguirá uma ocupação com baixa remuneração e longa jornada, que também inviabiliza a conciliação trabalho e estudo.

Gráfico 107 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade - Brasil 2017 (em %)



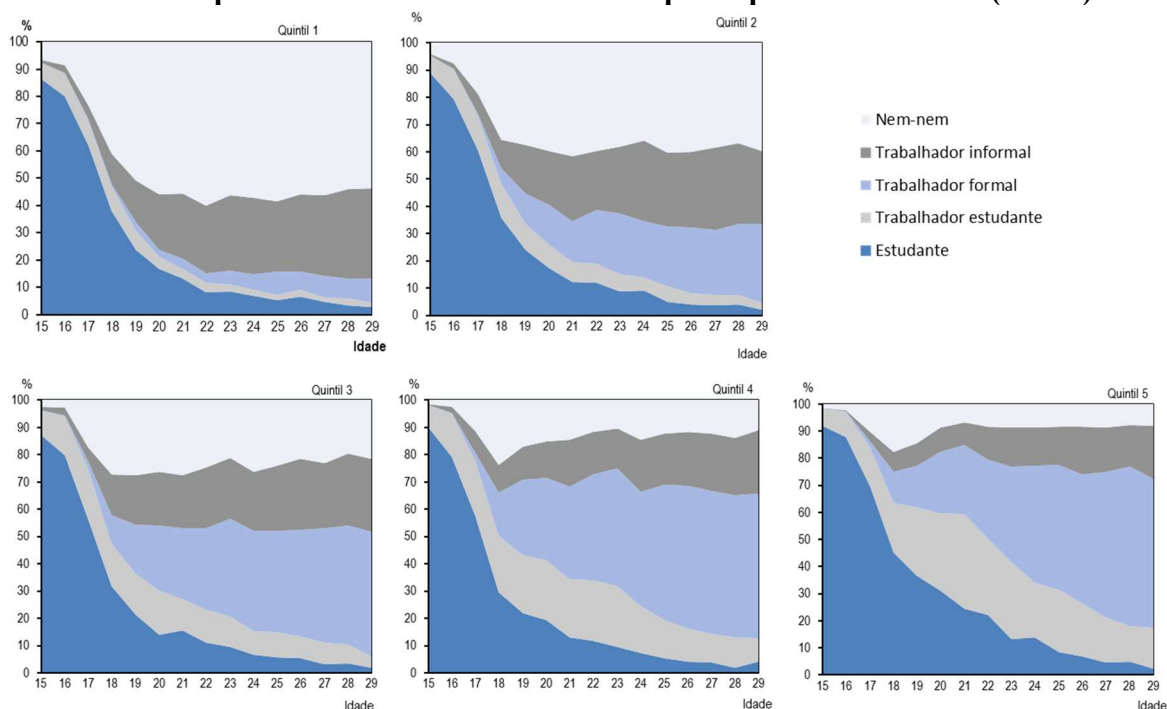
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Quando observamos a distribuição por situação de atividade e quintis de renda per capita, fica evidente a forma distinta como a crise afeta os jovens mais pobres. Quando observados os jovens do primeiro quinto de renda entre os anos de 2010 e 2017 se verifica uma redução dos que conciliavam trabalho e estudo e dos jovens no trabalho formal e informal de todas as idades. Verifica-se ainda uma redução dos jovens estudantes entre os 18 e os 29 anos, o que corresponde uma grande ampliação dos jovens NEET desta faixa etária. No período a ampliação entre jovens desta faixa de renda chegou a 12,5 pontos percentuais, configurando um quadro em que 54% dos jovens de 18 a 29 anos do primeiro quinto de renda não estavam trabalhando ou estudando. A taxa de NEET chega a 60% em algumas faixas etárias. A redução dos jovens em trabalho formal em proporções superiores a redução do trabalho informal aprofunda o fosso existente no mercado de trabalho, posto que a proporção de jovens desta faixa de renda em ocupações formais era de menos de 14%, enquanto entre os jovens do quarto quintil de renda era de 52,1%.

Assim se constata que conforme os jovens deste quintil de renda vão concluindo o ensino médio, estes tendem a ingressar em uma ocupação informal ou adentrar na situação de NEET.

Por outro lado, mesmo com o aprofundamento da crise se constata entre os jovens das famílias do quinto quintil de renda uma redução na proporção dos jovens NEET, uma ampliação dos jovens em ocupações formais entre os 24 e 29 anos, uma redução dos jovens em ocupações informais em todas as faixas etárias e uma ampliação dos jovens estudantes em todas as idades de 15 a 28 anos. Com isso pode se constatar em primeiro lugar que a crise impacta de forma distinta os jovens das famílias pobres e das famílias mais ricas, já que mesmo com ampliação do desemprego e da informalidade, os jovens das famílias com maior renda ingressam de forma mais adequada na vida laboral. Com a crise, enquanto amplia o número de jovens NEET das famílias mais pobres, nas famílias com maior renda os jovens se refugiam da crise ampliando sua escolarização e capital cultural, o que reduzirá os efeitos deletérios dos ciclos econômicos em suas trajetórias profissionais. Em suma, enquanto a situação de atividade dos jovens mais pobres é marcada pelo trabalho informal ou ausência de trabalho, entre os jovens das famílias com maior renda é marcado pelo trabalho formal e, especialmente na crise, pela ampliação da escolarização.

Gráfico 108 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e quintis do rendimento domiciliar per capita - Brasil 2017 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

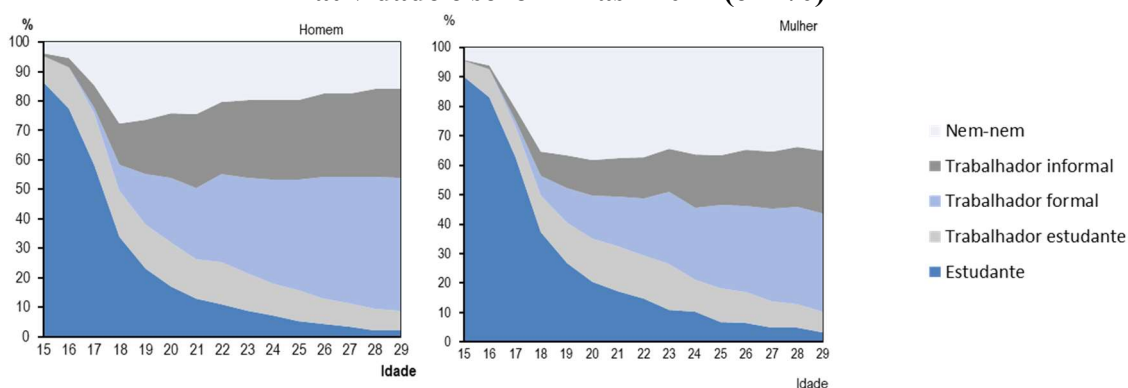
Quando se observa a distribuição dos jovens por atividade segundo sexo em 2017 se constata uma trajetória bem distinta, marcada pela maior inserção dos homens no mercado de trabalho, ainda que precário, e pela elevada taxa de NEET das mulheres. Estas características também expõem de modo distinto homens e mulheres jovens à crise econômica, uma vez que ambos os sexos tiveram redução na proporção de trabalhadores, mas entre os homens se verificou uma redução menor entre os que estavam em uma ocupação informal.

Entre 2010 e 2017 se constata entre as mulheres jovens uma ampliação acima da média de pessoas só estudando entre os 16 e 24 anos, enquanto entre os homens jovens a ampliação se deu em quase todas as idades, chegando a mais de 30% entre jovens de 18 a 24 anos. Mas a mais substancial ampliação foi entre NEET, que cresceu tanto entre homens e mulheres jovens, mas entre os primeiros o crescimento foi de 36,4% entre 2010 e 2017, chegando a 44,6% entre jovens de 18 a 24%, enquanto entre as jovens mulheres a expansão foi de 8% entre os jovens como um todo e de apenas 14% entre jovens de 18 a 24 anos. No entanto merece destaque que a quantidade de mulheres sem estar estudando ou trabalhando continua 67% maior que dos homens jovens, distorção que em 2010 era

de 110,8%, o que significa que a disparidade reduziu, mas continua elevada. Como pode ser verificado no Gráfico 109, a proporção de mulheres NEET é maior que qualquer outra “situação de atividade” em todas as idades entre 19 e 29 anos.

O quadro que se apresenta em 2017 é que entre as jovens mulheres se verifica uma proporção de 30,7% de NEET, já entre os homens era de apenas 18,3%. Já a proporção de jovens trabalhando em ocupações formais, informais e em concomitância com os estudos é de 57,1% entre os homens e 42,1% entre as mulheres. Se a exposição a ocupações informais e precárias prejudicam a inserção laboral dos homens jovens, a condição de NEET também gera efeitos prolongados sobre a vida das jovens mulheres. Como já fora apresentado, as mulheres possuem maior escolarização que os homens em todas as faixas etárias, o que permite as jovens de famílias com maior renda a se abrigarem da crise ampliando sua formação, porém entre as jovens de menor renda, resta-lhes ficar sem um trabalho remunerado e sem estudar, a fim de exercer diferentes tipos de trabalho não remunerado de reprodução.

Gráfico 109 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e sexo – Brasil 2017 (em %)



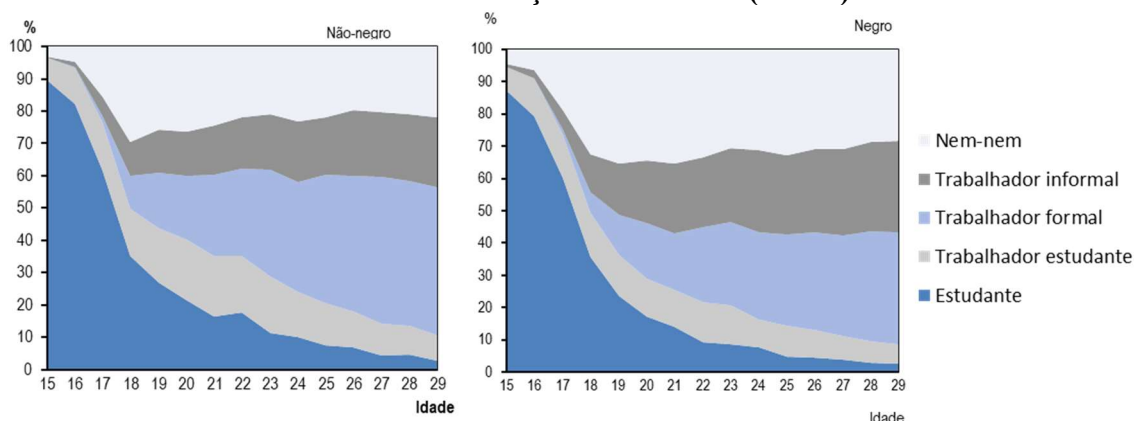
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

Ao observar os efeitos da crise na distribuição dos jovens segundo raça/cor, ficou exposto que em 2017 existia uma expressiva desigualdade de trajetórias dos jovens de diferentes etnias, o que no Brasil funciona também como uma expressão da estrutura de classes. As discrepâncias no campo educacional foram mitigadas, especialmente no ensino fundamental, porém a desigualdade associada a inserção na vida laboral segue muito elevada, com ampliações após a crise econômica. Em 2017 existia uma prevalência de jovens negros na situação de NEET e em ocupações informais, enquanto entre os jovens não negros a situação com maior proporção era como trabalhador em uma

ocupação formal, conciliando trabalho e estudo, ou apenas estudando. A desigualdade se agravou a partir da crise, posto que a proporção de jovens negros em NEET cresceu mais que entre jovens não negros entre 2010 e 2017, enquanto se verificou uma redução maior na proporção de jovens negros conciliando trabalho e estudo ou em uma ocupação formal no mesmo período.

A desigualdade racial na situação de atividade é menos evidente até os 17 anos, quando o ensino básico praticamente universal e a proibição de qualquer tipo de trabalho até os 14 anos geram um efeito mitigador das distorções sociais. O quadro se altera a partir dos 18 anos, quando a desigualdade se aprofunda de modo crescente, sendo mais bem evidenciada no trabalho formal e na proporção de NEET. Se verificou entre os jovens em ocupações formais a prevalência de jovens não negros, enquanto entre os NEET a maior proporção era de jovens negros. A desigualdade ganha maior gravidade, posto que foi exatamente nestas duas situações de atividades o alargamento da distância racial entre 2010 e 2017. Enquanto em 2010 a maior distância na proporção de jovens negros e não negros em ocupação formal era de 8 pontos percentuais, em 2017 era de 14,2 p.p.. O mesmo ocorreu com os NEET, em que em 2010 a maior distorção encontrada entre jovens de 15 a 29 anos era que os negros possuíam uma proporção de 8,8 p.p. superior, enquanto em 2017 esta diferença sobe para 11,6 p.p.. Fenômeno semelhante foi verificado também na proporção de jovens em ocupações informais, que era maior entre jovens negros em 2010, crescendo após a crise. A desigualdade racial presente no mercado de trabalho brasileiro está intrinsicamente relacionada as distorções de classe, dada a trajetória de criação do mercado de trabalho no Brasil e o papel da escravidão na formação da economia, como foi apresentado no segundo Capítulo desta tese, e não foi solucionada com o período de crescimento econômico, voltando a expressar sua histórica feição a partir da crise. Mas o que chama atenção é que os esforços realizados nos anos 2000 para promover mudanças no mercado de trabalho não só foram insuficientes, como acabaram cumprindo apenas um papel conjuntural, que foi revertido instantaneamente a partir da crise política e econômica de 2015.

Gráfico 110 - Distribuição dos jovens por atividade e idade, segundo situação de atividade e cor/raça - Brasil 2017 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE / PNAD Contínua

5.2.5 Juventude e os entregadores por aplicativo de bicicleta

Como fora apresentado nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, as transformações econômicas, tecnológicas e políticas têm promovido substantivas mudanças no mundo do trabalho em todas as faixas etárias e segmentos sociais, porém a juventude tende a ser a mais atingida por tais mudanças, já que está no início da sua vida profissional, ansiosa por uma oportunidade de ter uma renda e experiência profissional. Do ponto de vista conjuntural, o principal obstáculo à inserção profissional dos jovens em um ambiente de normalidade econômica é a ausência de experiência no mercado laboral, o que lhes reduz a capacidade de negociação de melhores salários e cumprimento dos direitos trabalhistas, obstáculo que se agrava em períodos de crise econômica, especialmente em países como o Brasil, com um excedente crônico de força de trabalho. As transformações da inserção da juventude no mundo do trabalho são bons parâmetros dos novos tipos de ocupações criadas no presente, diferentemente do observado entre pessoas mais velhas, com modalidades de vínculos concernentes a outros momentos históricos e padrões tecnológicos.

Que pese a insuficiência de dados sobre a economia de plataforma no Brasil, é perceptível que esta modalidade de vínculo se torna cada vez mais comum, especialmente quando o país está imerso em uma crise profunda, o que transforma trabalho uberizado na principal alternativa para milhões de pessoas. Vale destacar que a

princípio este tipo de ocupação era apresentada como um complemento de renda, já que as empresas contratantes não se comprometem a respeitar a legislação trabalhista e cumprir o salário mínimo constitucional. Para a juventude, como veremos à frente, estas ocupações apresentam-se como a única alternativa para o ingresso no mundo do trabalho, principalmente se for pobre, negra e residente nas periferias das grandes cidades. A crise tem um papel fundamental nisso, porque as ocupações mais precárias não lhes proporcionam uma experiência valorizada no mercado de trabalho, mas a renda permite mitigar os efeitos da crise e do desemprego em seu núcleo familiar. Fato é que o prolongamento destes jovens em ocupações como entregadores de comida por aplicativo os impede de conciliar trabalho e estudo, gerando obstáculos para melhores salários futuros. Outro elemento que caracteriza fortemente este tipo de ocupação é a inexistência de uma trajetória profissional com possibilidade de progressão de carreira, posto que os trabalhadores da economia de plataforma estão tão distantes de outras esferas das empresas que a única progressão possível é trocar de plataforma ou de categoria de serviço ofertado, por exemplo, deixando de ser um entregador de bicicleta, passando a ser um entregador de motocicleta ou mesmo um motorista por aplicativo.

Diferentemente do que ocorre em grande parte dos setores econômicos, a crise produz uma forma perversa de ampliar suas margens de lucro, já que a elevação do desemprego compele mais trabalhadores para estas ocupações “sem barreira a entrada” – utilizando uma categoria comumente utilizada pela economia neoclássica. A elevação a oferta de empregos na economia de plataforma gera um rebaixamento das remunerações, seja por uma demanda insuficiente, o que reduz o número de entregas realizadas, seja por um rebaixamento imposto pelo algoritmo dado o excesso de oferta. Independente da causa, a redução dos rendimentos das famílias obriga os jovens a ingressarem cada vez mais precocemente na vida laboral. Se o impacto do desemprego é duro entre outros membros das famílias, entre os jovens seu efeito é de longo prazo, os compelindo às ocupações “sem barreira a entrada”, mas também se remuneração garantida.

Ao que tudo indica estas ocupações não refluirão com o arrefecimento da crise brasileira, já que a crise apenas acelerou uma tendência de mudanças nas ocupações dos jovens em todo o mundo, tornando o mercado de trabalho cada vez mais polarizado. Como observamos nos capítulos 3, 4 e 5, conforme o Brasil se urbanizava e crescia, o setor de serviços se hipertrofiava e a juventude migrava para estas ocupações em maior proporção, sendo o setor do comércio o que mais absorvia jovens. O que pode ser

observado é que o setor de serviços continua absorvendo grande parte dos jovens com baixo custo, utilizando as novas tecnologias para sacar os jovens de dentro dos estabelecimentos e os enviando, por exemplo, para os serviços de entrega ou transporte. Porém, com a peculiaridade de não precisarem arcar com os custos de treinamento e garantia mínimas de renda e direitos trabalhistas, já que podem agora lidar com estes trabalhadores como meros prestadores de serviços.

O crescimento dos anos de 2000 foi uma tentativa, infelizmente frustrada, de reverter as já citadas tendências estruturais do mercado de trabalho, marcada pela ampliação dos níveis salariais e ampliação da escolarização, especialmente das camadas mais pauperizadas da população. Porém as mudanças econômicas e políticas no país cuidaram de reverter rapidamente as tentativas de mudanças na estrutura produtiva, colocando o país na dianteira da flexibilização do trabalho, ressaltando sua característica histórica de articular o moderno e o atraso.

Segundo Abílio (2019), os dados divulgados publicamente sobre a uberização ou economia de plataforma são escassos e pouco confiáveis, sejam eles relacionados a entregadores por aplicativo, seja de bicicleta ou moto, serviço de transporte individual ou outros serviços prestados via plataforma digital. No entanto nunca se gerou mais dados sobre atividades laborais que na atualidade, dada a capacidade de grandes empresas transnacionais atuarem via tecnologias de comunicação e informação ofertando serviços nos mais distintos pontos da terra, com modelos de negócios que ignoram legislações nacionais e assimetrias econômicas e culturais. As empresas utilizam os dados sobre oferta e demanda de serviços estabelecendo informações georreferenciadas, a fim de modular remunerações que permitem um deslocamento instantâneo da força de trabalho por seus próprios meios, por vezes sem nem ao menos possuir consciência de que está à serviço de uma empresa. De fato, a geração desta grande massa de dados se distingue de outros momentos históricos pelo caráter eminentemente privado dos dados. Se no passado a regulamentação do trabalho, que abarcava ao menos os trabalhadores formais impunha que as empresas reportassem características das ocupações, rendimentos, setor de atividades, possibilitando uma caracterização socioeconômica destes trabalhadores, na economia de plataforma as empresas nem ao menos reconhecem seu papel de empregadoras, assumindo a estratégia de se apresentarem legalmente como meros dispositivos de mediação entre ofertantes e demandantes de serviços, o que as levam a omitir dados sobre o tipo, volume, rendimentos e condições de trabalho vinculados aos

serviços prestados. A divulgação dos dados poderia expor um conjunto de desrespeitos aos mais elementares direitos trabalhistas, como a garantia de remunerações não inferiores ao salário mínimo e jornadas de trabalho não superiores ao máximo legal. O caráter eminentemente privado dos dados gerados, guiados apenas para finalidade específica da racionalização do trabalho, estabelece um tipo de coleta organização e processamento que os torna menos adequados a produção de políticas públicas e de regulamentação, ainda que continuem imprescindíveis à compreensão das características contemporâneas do trabalho.

A atuação das empresas da Gig Economy interfere profundamente no funcionamento dos mercados, destruindo fronteiras existentes entre mercados de diferentes setores, expondo empresas locais a concorrência assimétrica com empresas transnacionais que não se enquadram a regras trabalhistas e tributação dos países onde atuam. Não se trata aqui de ignorar que as empresas de plataforma geram formas substancialmente novas de gestão e organização da oferta de bens e serviços, porém parte da elevada competitividade está mais associada a desobediência tributária e ao rebaixamento das condições de trabalho, especialmente em um ambiente de crise econômica e elevado desemprego, que necessariamente pela implementação de inovações tecnológicas que ampliam a eficiência produtiva.

Para Abílio (2019) as empresas que ofertam serviços por aplicativo possuem maior capacidade de elevar remuneração dos trabalhadores e reduzir custos dos serviços prestados por um certo período, tornando insustentável a permanência de outros ofertantes locais, o que gera uma oligopolização no respectivo mercado. A estratégia conhecida como dumping, que consiste na oferta de bens e serviços insustentavelmente baixos a fim de liquidar com a concorrência, é mais difícil de ser identificada em mercados de bens imateriais e com informações de negócios tão pouco confiáveis. Ao passo que o mercado se oligopoliza a partir da prática de dumping, utiliza-se de outras estratégias antieconômica como a constituição de carteis que não só impedem a permanência de competidores locais, como compelem os preços dos serviços para cima, mesmo com o achatamento das remunerações.

O processo de financeirização possibilita e, de certa forma, impõe tal funcionamento das empresas de tecnologia, especialmente quando são criadas como startups que recebem volumes substanciais de investimentos iniciais, sem necessariamente serem autossustentáveis, ou mesmo viáveis. Conforme surgem os

questionamentos sobre a viabilidade das empresas, amplia-se a racionalização dos negócios, utilizando-se de práticas antieconômicas e pressões políticas para garantir o retorno dos acionistas. Em alguns casos observa-se uma profecia autorrealizável, posto que injeção de grandes volumes de capital gera a expansão do mercado via oligopolização e lucros extraordinários, expressos em valorização de ativos ancorados apenas em expectativas de valorizações futuras, o que já é suficiente para novos investimentos que mantém o funcionamento em empresas não necessariamente rentáveis.

O trabalho por plataforma é especialmente relevante na caracterização das ocupações dos jovens por estes estarem mais suscetíveis a trabalhos que prescindam de experiência profissional, ainda que sejam penalizados com baixos salários e a desproteção trabalhista. Mesmo com dados insuficientes e imprecisos sobre os entregadores por bicicletas, estima-se que existam 30 mil entregadores de bicicleta na cidade de São Paulo (Estadão, 2019). Os entregadores são em maioria jovens de 18 a 22 anos, negros, com ensino médio completo e trabalham cerca de 9 a 10 horas, todos os dias da semana. A remuneração média, segundo a pesquisa do Aliança Bike (2019), é de R\$ 936 por mês, o que significa que se fosse respeitada a jornada de trabalho legal de 44h semanais estes trabalhadores receberiam em média entre R\$ 563 e R\$ 645 por mês, o que corresponde a 60% do salário mínimo de 2019, que correspondia a R\$ 998.

A metade dos ciclistas de aplicativos possuem até 22 anos e 75% até 27 anos, apontando para a prevalência de jovens nestas ocupações (ALIANÇA BIKE, 2019). Esta ocupação apresenta-se como uma alternativa para iniciar a vida laboral, por existirem poucas barreiras ao ingresso, já que não é necessária experiência profissional, ou submeter-se a uma entrevista. Ainda assim os trabalhadores precisam dispor de algum recurso, seja para adquirir uma bicicleta, arrumar a que já possuem, ou trocar o celular e o pacote de dados. O investimento a ser realizado é menor que o dos entregadores por motocicleta ou os motoristas por aplicativo – via UBER ou 99 Táxi - no entanto é necessário que o entregador de bicicleta esteja em plenas condições físicas para pedalar dezenas de quilômetros por dia, sete dias por semana. Em suma, as entregas por bicicleta apresentam-se como uma alternativa para jovens pobres por necessitar boa saúde física, baixo investimento e nenhuma experiência profissional, o que torna bastante atrativo para jovens pobres da periferia.

Um dado curioso sobre a ocupação de ciclista de aplicativo é que os trabalhadores precisam possuir parte considerável dos meios de produção para conseguir

ofertar seu trabalho, uma vez que 31% dos entregadores tiveram que comprar uma bicicleta, 27% precisaram concertar a bicicleta que já possuíam, 30% compraram um celular, 59% trocaram o plano de internet para conseguir realizar as entregas e 67% compraram uma mochila térmica para armazenar o alimento transportado. Merece destaque que mesmo os entregadores que trabalhavam com bicicletas alugadas possuíam outros custos fora o aluguel.

Quando questionados sobre as principais vantagens do trabalho de entrega por aplicativo, fica evidente a capacidade de as empresas internalizarem os trabalhadores mais precários em sua dinâmica de acumulação. A crise econômica e o elevado desemprego reforçam as deficiências estruturais do mercado de trabalho brasileiro, agindo com um tipo particular de simbiose entre o atraso e o moderno, a ampliação dos lucros com ampliação do desemprego, conforme se programam os algoritmos dos aplicativos para reduzir as remunerações dos trabalhadores ao passo que cresce a oferta de emprego de jovens ansiosos por uma oportunidade de emprego. A vantagem em trabalhar em entrega por aplicativo mais citada pelos trabalhadores (31,5%) foi a de que “é um emprego rápido, sem processo seletivo”, seguida por “flexibilidade de horário”, com 30,4%. A vantagem mais citada é certamente um reflexo não apenas da crise, mas também uma consequência do excedente estrutural de força de trabalho, que impede que os jovens acessem ocupações dignas, seja porque o mercado de trabalho demande qualificações muito acima do necessário para ocupar a vaga, seja estabelecendo discriminações de raça, gênero e classe. De todas as opções apontadas, aparentemente esta, emprego rápido e sem processo seletivo, é a menos controversa, já que a elevada participação dos jovens brasileiros faz parte da dinâmica do mercado de trabalho, que demorou para desnaturalizar o trabalho infantil.

A segunda opção mais apontada como vantagem do trabalho por aplicativo que afirmam ter um “horário Flexível” é bastante questionável, posto que metade dos entregadores afirmam trabalhar mais de 10 horas por dia, todos os dias da semana, o que inviabiliza o estudo e outras formas de sociabilidade tipicamente juvenil. O quinto motivo mais apontado como vantagem dos aplicativos foi “paga bem, em relação a outros empregos”, motivo que reafirma a característica estrutural do mercado de trabalho no Brasil de pagar baixos salários, uma vez que o salário médio nesta ocupação é menor que o salário mínimo e, se considerada 44 horas de trabalho semanal, o salário seria de 60% do salário mínimo. A sexta resposta mais apontada é uma marca do trabalho na

contemporaneidade mais que uma característica estrutural, que é a inexistência de um patrão. A ideologia do empreendedorismo em ambientes de insuficiência material é amplamente difundida entre os jovens e, como já fora apresentado em outras partes deste trabalho, compre o papel de responsabilizar os trabalhadores por seu desemprego ou baixos salários. O trabalhador que imagina não possuir um patrão acredita que a “culpa” por ter recebido menos que um salário mínimo é exclusivamente sua, já que trabalhou apenas 10 horas por dia, ao invés de 12 ou 14 horas.

Conclusão do capítulo 5

A crise econômica no Brasil traz à tona a dura constatação de que o crescimento econômico com distribuição de renda dos anos 2000 não foi capaz de modificar as características estruturais de nosso mercado de trabalho. O desemprego, que garante a manutenção dos baixos salários, da informalidade, do subemprego e elevada rotatividade, retoma o histórico vigor, transportando o Brasil de volta aos anos 1990. A partir de 2011 alguns indicadores econômicos passam a dar sinais de desaquecimento oriundos da reversão do ciclo de commodities e a perda de importância relativa da indústria – se convertendo posteriormente em desindustrialização. Ainda que a política cambial e de isenção fiscal não tenham contribuído para a retomada de um crescimento sustentado, a elevação dos salários – que gerou crescimento da renda das famílias -, a ampliação do crédito e a distribuição de renda foram elementos determinantes para manter taxas satisfatórias de crescimento e elevados níveis de emprego.

Mudanças na estrutura social são verificadas apenas em 2013, quando passa a ocorrer um processo de redução do poder de consumo das famílias, transportando-as para estratos inferiores de renda. Em 2014 o mercado de trabalho expressava sinais da crise e o desemprego começa a crescer. As taxas de desemprego juvenil parte de 11,5% no 4º trimestre de 2013, chega a 24,9% no primeiro trimestre de 2017. A deterioração do mercado de trabalho impacta de forma mais contundente os jovens, ampliando o desemprego, a informalidade e a taxa de jovens que não estudam nem estão trabalhando. Com a redução da renda das famílias, os jovens são compelidos a tentar o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho e se deparam com a explosão do desemprego. A taxa de subutilização, que é mais sensível para detectar a desocupação, parte de um patamar já elevado de 44,2% em 2014 e atinge 65,5% em 2017 entre os jovens de 15 a 17 anos.

O período de baixo desemprego chega ao fim no Brasil, confirmando a tese de que o crescimento dos anos 2000 não foi capaz de romper com a característica estrutural do mercado de trabalho, marcado por elevado desemprego, baixos salários, elevada taxa de informalidade e alta rotatividade. Convivendo com maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, a juventude é a mais afetada pela crise, sobretudo os que estão no começo de sua vida laboral. O segmento etário que fora mais afetado pela redução da participação, podendo estender sua dedicação aos estudos, com a crise passa pressionar pelo ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, a fim de contribuir na composição da renda familiar. Ao buscar um espaço no mercado de trabalho se depara com a insuficiência de oferta de trabalho, que provocou uma explosão nos níveis de desemprego juvenil.

Mesmo com o crescimento de mais de 10 p.p. na taxa de desemprego entre 2014 e 2017, as taxas de desocupação mais elevadas continuaram sendo entre pessoas com ensino fundamental completo e médio incompleto. Tal fato sugere que a reestruturação produtiva eliminou ocupações comumente ocupadas por jovens pobres no início de carreira e estabeleceu o ensino superior um piso de formação para ocupações não precárias. Pode ser sugerido ainda que o nível da taxa de desocupação não é maior entre os mais pobres dada a insuficiência da taxa de desocupação retratar a inserção laboral dos trabalhadores mais precários.

Durante a crise ocorreu um aprofundamento da desigualdade no mercado de trabalho, posto que entre 2014 e 2017 se verificou uma ampliação da proporção de jovens das famílias mais ricas estudando, enquanto entre os jovens das famílias mais pobres a ampliação ocorreu na proporção de NEET e trabalhadores informais. Em suma, enquanto os jovens das famílias mais ricas utilizam sua saída temporária do mercado de trabalho para ampliar sua escolarização e qualificação profissional, a necessidade de suprir a insuficiência material compele os jovens mais pobres às ocupações mais precárias e ao desemprego. Como fora tratado no capítulo 5, o abandono ou protelamento da formação dos jovens pobres durante a crise gerará obstáculos no longo prazo em suas trajetórias profissionais.

A crise dos anos 2010 contribuiu para o aprofundamento da precariedade e da desigualdade de gênero entre os jovens no mercado de trabalho, dada a ampliação das mulheres na condição de NEET e do trabalho informal entre os homens da mesma faixa etária. Como já fora apresentado em capítulos anteriores, a condição de não estar

trabalhando nem estudando é mais comum entre jovens de famílias pobres, o que difere do verificado em países desenvolvidos da Europa, cujo fenômeno acomete majoritariamente a classe média, apontando assim que a condição de NEET nos países periféricos agrava o sofrimento das famílias vulneráveis. Em 2017 a situação de atividade mais comum entre as jovens mulheres era não trabalhar nem estar estudando, especialmente após ter concluído o ensino médio. Já entre a situação mais comum entre os homens jovens era o trabalho informal, uma vez que o desemprego e a consequente redução da renda das famílias impuseram a busca de alguma renda, ainda que proveniente de uma ocupação precária.

Verificamos neste capítulo também que a crise foi um elemento determinante na ampliação da estrutural desigualdade racial no mercado de trabalho entre a juventude. Quando comparado a proporção de jovens negros e não negros entre 2010 e 2017, constatou-se elevação mais que proporcional dos jovens negros entre os NEET e trabalhadores informais. O mesmo ocorreu na proporção de jovens não negros no trabalho formal. Foi apontado no capítulo que o período de crescimento econômico não foi capaz de reverter esta estrutural característica de nosso mercado de trabalho, já que a desigualdade racial retomou rapidamente as feições que já possuía nas décadas anteriores aos anos 2000.

Ao analisar os dados de posição na ocupação, foi identificado no capítulo 5 uma variação distinta no número de ocupados entre jovens e não jovens, o que pode indicar mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho no Brasil. Entre os anos de 2012 e 2017 a única posição na ocupação que declinou entre pessoas com 30 anos ou mais foi o “trabalho familiar”, enquanto entre pessoas de 15 a 29 anos o declínio ocorreu também na posição “ocupado”. Esta mudança também expressa o crescimento mais acentuado na posição “empregador” e “autônomo”, exatamente no período em que o país submerge em sua mais profunda crise econômica. Uma vez que o número de empregadores jovens é inexpressivo, a relação inversa entre crescimento dos “autônomos” e decréscimo dos “empregados” aponta para uma nova conformação do mercado de trabalho no país, com uma maior proporção de trabalhadores desprotegidos, em ocupações informais e com rendas mais instáveis. Tendo em vista uma das hipóteses centrais deste trabalho, de que a inserção dos jovens na vida laboral pode servir como um indicador de para onde caminha o mercado de trabalho, o processo de maior

informalização tende a se difundir para todas as faixas etárias, como já fora preconizado na reforma trabalhista de 2017.

A reforma trabalhista fora apresentada como uma resposta liberal de superação da crise, do desemprego e ampliação da competitividade, via rebaixamento dos custos do trabalho. A reforma está inserida na dinâmica global do capitalismo financeirizado e das cadeias globais de valor que subjuga economias e Estados nacionais, em busca da melhor rentabilidade, menores salários, inexistência de direitos trabalhistas e sociais. Mesmo autorizando modalidades de vínculos tidos como ilegais na legislação anterior, a partir da aprovação da reforma se verificou um aprofundamento da crise, ampliação da informalidade e manutenção dos elevados níveis de desemprego. Além da regulamentação da terceirização publicada em março de 2017, que autorizava a terceirização quase irrestrita, configurando um cenário propício para ampliação da pejetização do mercado de trabalho no Brasil, a reforma trabalhista também regulamentou vínculos como o trabalho intermitente, que tem ganho importância no mercado de trabalho brasileiro, especialmente em ocupações com prevalência de jovens. Vale ressaltar que o “trabalho intermitente” não estabelece uma remuneração mensal, nem obriga que o empregador convoque o trabalhador um número mínimo de horas, gerando a esdrúxula situação em que o trabalhador está empregado, mas sem garantia de remuneração.

A reforma trabalhista, associada aos elevados níveis de desemprego juvenil, amplia a precarização no mercado de trabalho, o que gera desincentivo econômico para criação de ocupações decentes por parte das empresas. Um exemplo é a criação de políticas públicas como a “Carteira de trabalho verde e amarela” que reduz direitos trabalhistas dos jovens, admitindo que os empregadores ampliem a substituição dos trabalhadores melhor remunerados e qualificados por jovens, com menores salários e experiência, mas com grande vigor e predisposição por uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Como foi apresentado no capítulo 5, as ocupações da economia de plataforma foram favorecidas por um cenário econômico e político propício a expansão de ocupações precárias com prevalência de jovens. As inovações tecnológicas, a elevação do desemprego e uma legislação trabalhista eminentemente permissiva, possibilitou o crescimento das ocupações de entrega de comida por aplicativo. Uma vez que tais ocupações se tornam mais atrativas conforme deteriora o mercado de trabalho, o que se

verifica é que quanto mais precárias são as ocupações, maior a proporção de jovens. Os dados analisados apontaram que 75% dos jovens que entregam comida por aplicativo de bicicleta na cidade de São Paulo possuem até 27 anos, metade dos 30 mil entregadores possuem até 22 anos. A maioria destes jovens é negra, mora nas periferias da cidade, pedala 50km por dia, trabalha mais de 12h e ganha menos de um salário mínimo. Quanto maior a taxa de desemprego entre os jovens, maior a necessidade de recorrerem a ocupações como estas, o que reduz ainda mais a remuneração, seja por terem menos entregas, seja por que o algoritmo reduz as remunerações quando existe um excesso de oferta de trabalho.

A ampliação das ocupações de jovens guarda relação com um processo contemporâneo de ampliação das empresas de tecnologia, mas também se relaciona com o subsetor mais comum entre os jovens, o do “Comércio”. Este subsetor ganhou grande relevância nas últimas duas décadas, enquanto o setor de serviços se hipertrofiava e absorvia mais de 20% dos jovens na força de trabalho. O crescimento das ocupações de entrega por aplicativo tende a representar uma metamorfose das ocupações do comércio, que possuem elevada rotatividade e baixos salários, mas que garantiam salários estáveis e possibilidade de progressão de carreira. A citada transformação externaliza os jovens em um duplo sentido: o coloca para fora fisicamente do comércio para realizar as entregas; e o coloca para fora da estrutura institucional da organização, o deixando desprotegido de direitos trabalhistas. Este trabalhador da segunda década do século XXI passa a ser tido como empreendedor, deve deter parte dos meios de produção para conseguir ofertar sua força de trabalho e precisa ser capaz de arcar com as oscilações dos ciclos econômicos, que impactará seus rendimentos.

As novas tecnologias conduzem a automação de tarefas mais complexas, possibilitando uma maior substituíbilidade de trabalhadores mais experientes por jovens trabalhadores ingressantes. As novas tecnologias permitem formas remotas de gerenciamento do trabalho, destruindo ocupações mais estáveis, típicas na segunda revolução industrial, e criando ocupações com remunerações variáveis, jornadas modulares e ausência de vínculos formais. A grande empresa transnacional produziu condições políticas, econômicas e tecnológicas para assimilar no processo de produção de riqueza abstrata uma parcela de trabalhadores que outrora só poderia participar indiretamente do processo de geração de valor, via rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, mas que passa a ser incorporado de forma mais orgânica,

mas ainda assumindo os riscos de sua própria incorporação nas novas ocupações. Estas ocupações que possibilitam aos jovens ingressantes no mercado de trabalho uma remuneração aceitável para quem não possui experiência profissional e outras qualificações, também não possui planos de progressão de carreira, estabelecendo patamares salariais muito próximos entre piso e teto, o que consolida um mercado de trabalho marcado pela polarização.

Em suma, A ampliação de forma assimétrica da subutilização da força de trabalho, que penaliza prioritariamente os segmentos mais vulneráveis da juventude, sugere que as distorções estruturais do mercado de trabalho brasileiro não foram superadas nos anos 2000. A subutilização, a informalidade e os baixos salários atingem preferencialmente os jovens pobres e, desta forma, os negros. O aprofundamento da pobreza compele mais precocemente os jovens a um mercado de trabalho já saturado com o excesso de oferta de trabalho. Em meio à crise econômica e flexibilizações da reforma trabalhista de 2017, as ocupações informais, assim como a economia de plataforma, são as principais alternativas de renda, o que gera um problema de longo prazo posto que o ingresso laboral precário é incapaz de oferecer qualificações e experiências que lhes possibilitem progressão profissional. O nível crescente de subutilização da força de trabalho e o crescimento dos NEET indicam que os efeitos da crise impactarão a trajetória profissional dos jovens por um longo período.

CONCLUSÃO FINAL

Esta Tese teve por objetivo verificar se ocorreram mudanças estruturais na inserção dos jovens no mundo do trabalho no Brasil nos anos 2000, dadas as transformações econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas que se processavam no período. O objetivo do trabalho e o problema de pesquisa foram desenvolvidos a partir de uma perspectiva da economia política, o que demandou analisar aspectos históricos e estruturais da economia brasileira. Foram apresentadas quatro hipóteses que conduziram o debate teórico e a análise dos dados, quais sejam: a primeira, que o crescimento econômico e as mudanças políticas dos anos 2000 não modificaram as características fundamentais do mercado de trabalho brasileiro, marcado por elevado desemprego, alta rotatividade e baixos salários; a segunda, que as mudanças que ocorreram nos anos 2000 no tipo de inserção dos jovens no mercado de trabalho não se configurariam como estruturais; a terceira, que a elevada taxa de participação entre pessoas entre 15 e 29 anos no Brasil é não apenas consequência do elevado excedente estrutural de força de trabalho, como contribui para manter sempre elevada a oferta de trabalho; e a quarta apontava que o tipo de inserção laboral dos jovens é um indicador de tendências do mercado de trabalho como um todo.

Observando as hipóteses propostas, a presente tese concluiu que: nas últimas décadas ocorreram mudanças estruturais na inserção dos jovens no mundo do trabalho, ainda que a crise tenha revertido avanços dos anos 2000; a elevada desigualdade de classe, raça e gênero entre pessoas no início da vida laboral volta a crescer a partir da crise; a inserção laboral dos jovens se confirma como um relevante indicador de tendências do mercado de trabalho; e que o excedente estrutural de força de trabalho e a profunda desigualdade são funcionais ao padrão de acumulação no Brasil, produz uma elevada taxa de participação de jovens e é completamente compatível com a economia de plataforma, sobretudo em sua dimensão uberizada.

As transformações no mundo do trabalho são relevantes em esfera global, graças a uma interação simbiótica entre o aprofundamento da crise econômica e as mudanças institucionais e tecnológicas que reconfiguram os dispositivos do capital acessar o trabalho. Em meio a estas transformações os jovens são acionados para ofertar seu trabalho a partir das novas bases tecnológicas, institucionais e econômicas, tanto nos países centrais como nos periféricos. Os países centrais passam por um processo de rápida

precarização das condições de trabalho, com dissolução de parte relevante do Estado de bem-estar social construído na “Era de Ouro” do capitalismo; nos países periféricos, especialmente latino-americanos, tais políticas nunca foram completamente constituídas, e, tampouco, generalizadas.

Se é verdade que a taxa de desocupação é elevada entre jovens na América Latina, o mesmo também foi observado entre jovens de países desenvolvidos da Europa. No entanto as características do desemprego, bem como as condições sociais de permanência na desocupação, são distintas. O desemprego de longa duração é mais comum nos países desenvolvidos; nos periféricos, a permanência na condição de desemprego não se apresenta como possibilidade, visto que a precariedade material das famílias e a ausência, ou insuficiência, de políticas de proteção social não autorizam o prolongamento da busca por ocupações dignas, obrigando-os a aceitar ocupações precárias e subempregos.

Com a mudança do quadro internacional e o abandono de medidas neoliberais nos anos 2000, o Brasil retoma o crescimento econômico e práticas político-institucionais de estruturação do mercado de trabalho. Verificou-se melhora nos níveis médios de salários, elevação da formalização do emprego e elevação do consumo das famílias. A redução prolongada do nível de desemprego, a ampliação das políticas de redução da pobreza, a elevação do salário e as negociações coletivas nos anos 2000 possibilitaram elevação da renda das famílias, contribuindo para a redução da taxa de participação dos jovens, redução das desigualdades no mercado de trabalho entre pessoas no início da vida laboral e ampliação da escolarização.

No entanto, a análise dos indicadores pós crise de 2015 foi determinante para identificar a não superação das deficiências estruturais do mercado de trabalho brasileiro, posto que ainda que tenha havido melhora nos indicadores sociais nos anos 2000, a crise gerou pressão econômica e política para aprofundar a flexibilização e desproteção do trabalho. A pobreza, o desemprego, a informalidade e o subemprego crescem de forma expressiva, especialmente a partir do Golpe de 2016 e da Reforma Trabalhista de 2017. Os avanços no mercado de trabalho no período de crescimento econômico foram revertidos, *pari passu* se deterioravam as condições econômicas e políticas no país. Todavia, foram identificadas mudanças consistentes na inserção laboral dos jovens, oriundas de transformações econômicas e tecnológicas que se processam em todo o mundo. A redução da taxa de participação entre pessoas com até 18 anos expressa mais

consistente mudança na inserção laboral dos jovens e refuta uma das hipóteses sugeridas por este trabalho, uma vez que a taxa continuou reduzindo, mesmo após o início da crise.

A taxa de participação dos adolescentes no mercado de trabalho começa a declinar ainda na década de 1990, mesmo em um período de redução da renda das famílias e agravamento do desemprego, decrescendo tanto no período de crescimento econômico dos anos 2000, quanto durante a crise recente. A primeira consideração que precisa ser feita é que o fenômeno também foi observado em outros países da América Latina e apresenta-se como consequência da reestruturação produtiva da região, que eliminou ocupações de início de carreira e ocupações intermediárias e demandou maior escolarização para o ingresso na vida laboral. Um segundo fator considerado foi a correlação com a ampliação da escolarização na década de 1990, mas que também se apresenta com uma explicação insuficiente, uma vez que as mulheres jovens tiveram uma maior ampliação educacional e uma menor perda de participação nesta faixa etária. O terceiro motivo consiste em um ingresso expressivo de mulheres de todas as idades no mercado de trabalho, possibilitando a saída de homens com menos de 18 anos da vida laboral.

A contribuição dos jovens se mostrou imprescindível para a composição da renda das famílias, sobretudo em períodos de crise e ampliação da mercantilização dos bens básicos de subsistência e redução do tamanho das famílias, no entanto, a disponibilização do ensino público e o elevado desemprego entre os jovens possibilitaram que as famílias redimensionassem as distribuições de tarefas de manutenção material e organização dos lares. Frente à existência de um maior número de mulheres no mercado de trabalho e à infrutífera busca dos jovens por ocupação e renda, a ampliação da escolarização poderia representar uma melhor forma de ampliação dos rendimentos futuros. De qualquer forma, deve ser considerado que os jovens de 15 a 17 anos das famílias mais pobres mantiveram elevadas taxas de participação; O mesmo foi identificado entre os jovens negros. As mulheres desta faixa etária (15 a 17 anos) tiveram uma redução muito menor na taxa de participação na década de 1990, o que diminuiu a diferença entre homens e mulheres jovens ocupados no período, sem que isso tenha alterado substancialmente a maior responsabilidade das mulheres nas tarefas de reprodução da vida, ou sua maior taxa de frequência escolar. Outro dado relevante é que entre homens de 15 e 29 anos a participação passa a declinar em 1991, enquanto entre as jovens mulheres ela cresce década pós década, reforçando o argumento de que sem a

elevação da participação das mulheres não existiria condições materiais para as famílias permitirem o ingresso menos precoce dos jovens no mercado de trabalho.

Durante o período de crescimento econômico nos anos 2000 a participação da juventude no mercado de trabalho reduziu. Esta redução converge com uma tendência das duas décadas anteriores, fruto de fenômenos demográficos, mudanças na estrutura produtiva brasileira e mudanças culturais; todavia foi o crescimento da renda das famílias nos anos 2000 e a elevação da participação das mulheres de todas as idades na força de trabalho que permitiu uma saída sustentada dos jovens do mercado de trabalho à medida que reduzia a necessidade de sua contribuição na composição da renda familiar.

No entanto, o mesmo não ocorreu entre jovens entre 18 e 29 anos, que tinham ampliado seu acesso ao ensino superior nos anos 2000. Com o aprofundamento da crise os jovens das famílias mais pobres são compelidos a um ingresso precário no mercado de trabalho, a fim de suprir a perda de renda das famílias oriundas da elevação da informalidade e do desemprego. A crise impactou de forma generalizada a inserção laboral dos jovens, porém, os que pertenciam as famílias com maiores rendas utilizaram a baixa oferta de empregos para ampliar sua escolarização e qualificações, enquanto entre as famílias mais pobres, assistiu-se à expressiva ampliação do número de jovens nem-nem ou em ocupações informais.

Outro achado relevante da pesquisa foi a identificação de queda da desigualdade na inserção laboral dos jovens nos anos 2000. Não obstante, conforme a crise econômica se agravava, as desigualdades eram rapidamente reestabelecidas, reforçada por medidas institucionais, como a reforma trabalhista e regulamentação da terceirização, com a justificativa de retomada do crescimento econômico. A desigualdade de classe, raça e gênero exerce um papel central na dinâmica de acumulação no Brasil e não pode ser suplantada sem alterações na estrutura econômica e social do país, ainda que seja mitigada com políticas de combate à pobreza. O histórico da escravidão na constituição do mercado de trabalho brasileiro e o descolamento entre desenvolvimento social e crescimento econômico consolidou uma sociedade desigual, justificada por argumentos discriminatórios. O ingresso precoce e precário dos jovens no mundo do trabalho não se realiza de forma indiscriminado; é um fenômeno que acomete jovens das famílias mais pobres e, por sua vez, de maioria negra. O desigual acesso ao mercado de trabalho é comumente atribuído a trajetórias profissionais e a diferentes capacidades e esforços individuais dos jovens, porém a desigualdade geradora de tais distorções

antecede o ingresso na vida escolar: Reside na desigualdade estrutural, que se desdobra em profunda assimetria de acesso ao capital cultural e social das famílias.

As diferentes trajetórias escolares e formativas são reflexo de como as famílias com diferentes níveis de capital econômico lidam com a reprodução da vida. Enquanto a classe média consegue comprar o tempo livre de seus filhos para que dediquem aos estudos, à leitura, ao aprendizado de línguas e a experimentações inerentes ao “ser jovem”, os filhos dos trabalhadores têm urgência, urgência de ingressar no mercado de trabalho, de contribuir na composição da renda familiar, de possuir uma renda que lhe dê acesso a bens de consumo que lhe permita “exercer a juventude”, urgência de construir autonomia. A iminência do trabalho impõe uma transição mais rápida para a vida adulta, a fim de assumir sua parcela de responsabilidade com a reprodução da vida, seja trazendo recursos materiais por meio de uma ocupação precária, seja por meio de cuidado com outros membros da família. Independente da desigualdade econômica entre jovens, as diferenciações simbólicas são determinantes para justificar a heterogeneidade social e um reconforto aos que tem suas qualificações com maior reconhecimento social por meio da métrica enviesada da meritocracia. As ocupações e as qualificações não reconhecidas socialmente, independentemente do nível de esforço e complexidade da ocupação, não terão equiparação salarial, seja este comerciário, operador de telemarketing, ou entregador de comida por aplicativo. O subdesenvolvimento brasileiro continuará utilizando a funcional desigualdade para articular ocupações de baixa e elevada produtividade sem distorcer o lugar social cristalizado material e simbolicamente.

Os distintos padrões de acumulação experimentados pela economia brasileira, não foram capazes de romper com a heterogeneidade e com o excedente estrutural, uma vez que sempre que as pressões econômicas apontavam para contradições na estrutura social, arranjos na esfera política coíbiavam brutalmente qualquer ruptura, assim como ocorrera em 1964 e 2016. A capacidade de o arranjo econômico e institucional transportar a funcional precariedade do mundo do trabalho do pós-escravidão para os dias atuais, reforçam a pertinência do racismo como uma forma de exploração potencializada, confirmando a indissociabilidade entre raça e classe social no Brasil.

O papel do Estado é relevante na determinação da estrutura social, da desigualdade e da pobreza do país, uma vez que as políticas públicas, a regulação do trabalho e o arranjo tributário contribuem na determinação do nível da assimetria entre o capital e trabalho e a pressão sobre os trabalhadores e suas famílias. O excedente

estrutural de força de trabalho, construído a partir do estrangulamento material das famílias mais pobres, por vezes gera violência urbana como um subproduto que precisará ser contido ou eliminado pelo Estado por meio de um aparato institucional negligenciado em outras esferas da vida. A escola pública consolida-se como lócus de integração da vida comunitária nas periferias do Brasil, gerando um ambiente de alguma coesão social que mitigava os conflitos nos territórios, mas que se demonstrou insuficiente frente a limitada capacidade do mercado de trabalho absorver o grande contingente de jovens pressionando por um ingresso na vida laboral. A busca por uma ocupação se faz imprescindível, dada a contingência material e o pacto familiar de partilhar os custos de subsistência. Vale destacar que este pacto deve ser cumprido com os rendimentos de onde quer que seja, não podendo estar subordinado à capacidade de a economia gerar ocupações adequadas. A constituição de um sofisticado aparato de repressão contribui com a consolidação de um tipo de ideologia do trabalho, que ao evidenciar que se a violência econômica se apresenta como insuficiente para compelir todos o mais cedo possível ao trabalho, a violência Estatal será utilizada para demonstrar que por mais degradante que sejam as ocupações ofertadas, são melhores que os meios de “ressocialização” implementados pelo aparelho de repressão do Estado.

Por consequência, quanto menor são os direitos sociais assegurados pelo Estado, mais limitada será a renda da família e mais desigual serão os compromissos com a reprodução no núcleo familiar, gerando maiores distorções de gênero e de classe no mercado de trabalho. A ação do Estado quanto à reprodução da força de trabalho está subordinada às características do processo de reprodução em cada país, tamanho do excedente estrutural de força de trabalho e pertinência da pobreza na lógica da acumulação.

O Estado não exerce um papel monolítico isento de contradições: Por vezes realiza políticas que mitigam a heterogeneidade estrutural, como ações de combate à pobreza vinculadas à contrapartida da permanência de crianças na escola, como também implementa políticas de reprodução e ampliação do excedente estrutural de força de trabalho, ao incentivar a contratação de jovens em ocupações precárias com direitos trabalhistas reduzidos. O que se verifica no mundo do trabalho no Brasil e na inserção dos jovens é que mesmo com as contradições geradas pelo avanço das forças produtivas e do acirramento da luta de classes, as deficiências estruturais do mercado de trabalho são transportadas de um período econômico para o seguinte, catapultado por crises que

penalizam quase que exclusivamente os pobres. Articulam-se de forma inovadora as antigas e novas relações de trabalho, mantendo criativamente a elevada taxa de participação dos jovens. Seja pela necessidade de ampliar o excedente de oferta de trabalho, ou para contingenciar possíveis revoltas nas periferias oriundas da exclusão social, as políticas públicas voltadas a juventude pobre e negra sempre foram a coação de suas expressões, por um lado, e, por outro, o direcionamento do jovem ao trabalho.

A análise da estrutura ocupacional dos jovens fornece valiosos indicadores do mercado de trabalho como um todo, uma vez que, por estar no início de sua vida laboral e ser mais suscetível ao desemprego, a juventude tende a aceitar novas modalidades de contratações, ocupações com maior rotatividade e com remunerações menores ou mais flexíveis, o que a torna mais vulnerável as variações dos ciclos econômicos e a mudanças institucionais.

As mudanças na estrutura produtiva no Brasil impactaram inicialmente os jovens na década de 1980, com uma ampliação no setor de serviços, enquanto o setor industrial envelhecia. Já na década seguinte a ampliação do setor terciário ocorreu de forma generalizada em todas as faixas etárias. O crescimento do setor industrial nas décadas de 1960 e 70 e do setor de serviços nas décadas seguintes não foram suficientes para reduzir o número de jovens em ocupações precárias no setor primário, posto que este setor ainda empregava $\frac{1}{4}$ das pessoas entre 15 e 29 anos na década de 1980 e 17% na década seguinte. A inserção dos jovens na vida laboral era marcada não apenas pelas tradicionais ocupações precárias no setor primário, como também pelas novas atividades do setor terciário, que dada as características da estrutura produtiva brasileira, gerava diferentes tipos de subempregos.

As mudanças setoriais do mercado de trabalho brasileiro ocorreram inicialmente entre a juventude praticamente em todas as décadas entre os censos de 1960 e 2010, o que autoriza observar a dinâmica da inserção laboral dos jovens para apontar tendências do mercado de trabalho brasileiro. Vale ressaltar que o processo de ampliação da proporção de mulheres no setor terciário foi antecedido pelas jovens com idade entre 15 a 29 anos, o que foi expresso na redução da proporção destas no setor industrial em todas as décadas entre 1980 e 2010. A prevalência da proporção de mulheres no setor de serviços fica evidente pelo fato de que quatro em cada cinco mulheres estavam no setor terciário em 2010, nível substancialmente superior ao dos homens da mesma faixa etária.

O Censo de 2000 foi o primeiro a registrar a primazia do subsetor de “Comércio de Mercadorias”, ultrapassando o de “Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca”, porém, tal mudança demorou mais para ocorrer entre os jovens negros, visto que o setor “Atividades agropecuárias” ainda era o que mais absorvia jovens deste grupo étnico em 2000, evidenciando que os negros permaneceram por mais tempo no setor com menores salários e direitos trabalhistas reduzidos.

Nos anos 2010, mesmo quando foram analisadas posições na ocupação que guardavam alguma relação, foram identificadas diferentes dimensões de desigualdade de classe e raça. A análise das posições “Aprendiz ou estagiário sem remuneração” e “Não remunerado em ajuda a membro do domicílio”, cuja característica central é a inexistência de remuneração ilustra esse argumento: Enquanto existia uma prevalência de jovens não negros na primeira, posição esta que está associada a um processo de maior escolarização e maior qualificação profissional, na segunda existia uma prevalência de jovens negros, posição vinculada à baixa renda familiar, baixa produtividade, condições de trabalho precárias e uma qualificação com baixo reconhecimento do mercado de trabalho.

Conforme a indústria perdia importância relativa, o setor de serviços absorvia grande parte da força de trabalho, especialmente jovem⁸². A partir da década de 1990 o subsetor do comércio transformou-se no mais relevante empregador de jovens, no entanto, a partir dos anos 2010 as novas tecnologias, a economia de plataforma e as flexibilizações trabalhistas passa a sacá-los de dentro dos estabelecimentos comerciais, empurrando-os para as entregas. No entanto, o novo arranjo prescinde de contratos trabalhistas; esses trabalhadores são tidos por *prestadores de serviços*, não mais como empregados.

O trabalho de entrega por aplicativo é realizado em sua maioria por jovens negros das periferias que viram neste trabalho uma oportunidade em um ambiente de desemprego. Sem registro em carteira, direitos trabalhistas ou garantia de salário mínimo, desde a difusão das empresas de plataforma no Brasil, as ocupações uberizadas apresentam-se como a nova face do trabalho precário dos jovens trabalhadores, que encontra uma ocupação que prescinde de educação formal e não precisa passar por entrevista de emprego. Nesta ocupação reservada a jovens de famílias pobres resta a oferta de sua força física girando uma manivela, ou um pedal, trabalhando até o esgotamento físico ao pedalar mais de 50 km e por mais de 10 horas por dia. Os jovens,

⁸² Ver Capítulos 3, 4 e 5.

outrora subempregados em bicos informais, inconstantes e com remunerações flexíveis, passam a ser internalizados pela grande corporação transnacional que conseguiu assimilar esta força de trabalho que lhe escapava pelos dedos por não possuir formas de gerenciar seu trabalho. A chamada internalização ocorre subordinada à lógica da flexibilidade e do cálculo dos custos de transações, uma vez que a incorporação ocorre sem vínculos formais ou direitos trabalhistas.

O trabalho mediado por plataformas digitais conseguiu incorporar de modo mais sistemático as ocupações precárias na dinâmica de acumulação de grandes empresas transnacionais. Trabalhadores que contribuíram com a produção social de riqueza indiretamente por meio do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho via proliferação de subempregos, passam a ser incorporados diretamente na dinâmica geral de acumulação nos moldes dos países periféricos e dependentes, sem que este movimento se converta em melhora substantiva nos níveis de salário e qualidades das ocupações. Ainda assim parte dos jovens das famílias mais pobres não são assimilados por tais ocupações - como as de entrega de comida por aplicativo - dados os custos envolvidos em possuir um celular com internet, bicicleta e roupas para este trabalho. A dinâmica econômica no Brasil requer a manutenção permanente do excedente estrutural de força de trabalho, o que sugere que mesmo com as novas ocupações “sem barreira a entrada” deve existir um contingente fora do mercado de trabalho disposto a ingressar a qualquer tempo e pressionando para baixo os níveis salariais.

Quanto às insuficiências, é possível apontar que o presente trabalho se deparou com um conjunto de limites metodológicos e disponibilidades de dados que estabeleceram algumas dificuldades na análise, mas que poderão ser parcialmente supridas em pesquisas futuras. O primeiro limite a ser apontado é oriundo do caráter decenal do Censo, o que estabeleceu uma delimitação imprecisa dos ciclos econômicos na análise dos dados de mercado de trabalho. Todavia, os padrões encontrados no mercado de trabalho sugerem que os períodos identificados eram congruentes com a proposta de análise, permitindo identificação de mudanças estruturais da economia brasileira.

Outro limite identificado foi a inexistência de dados de subutilização da força de trabalho para todas as décadas analisadas, que permitiriam mitigar as insuficiências dos dados de desocupação e participação dos jovens advindos de um mercado de trabalho

demasiadamente desestruturado. Estes indicadores são de grande valia por retratar diferenças no padrão ocupacional da juventude em países periféricos e centrais.

O conceito tradicional de força de trabalho é insuficiente para retratar os vínculos dos jovens das famílias mais pobres e vulneráveis, dada a inconstância ou “marginalidade” de suas ocupações, ou, mesmo, ausência de remuneração monetária. Já a taxa de subutilização utiliza o conceito de força de trabalho ampliada, que capta a desocupação por desalento e é capaz de identificar, ainda que indiretamente, as ocupações precárias por meio da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.

Outro limite identificado reside na insuficiência de dados sobre a economia de plataforma no Brasil, no entanto, a partir do presente trabalho abre-se a possibilidade para pesquisas futuras relacionadas à Juventude, mercado de trabalho e novas tecnologias. A uberização, a *gamificação* do trabalho, os impactos da reforma trabalhista, terceirização e as mudanças nas trajetórias formativas são temas urgentes na pesquisa sobre juventude e o mundo do trabalho na atualidade.

Um caminho possível para novas pesquisas pode advir do fato de que os avanços tecnológicos poderiam representar a eliminação de ocupações precárias e a pobreza, reduzindo a quantidade social de trabalho necessária para reproduzir a base material de funcionamento da sociedade. Com isso, poderia liberar tempo para jovens exercerem plenamente sua juventude a partir de uma formação complexa, articulando elementos técnicos e da subjetividade humana em seu processo educativo, retardando o ingresso na vida laboral, o que poderia, inclusive, gerar condições menos desiguais de inserção no mercado de trabalho.

Na aplicação concreta dessas tecnologias, porém, o que se vê é o contrário: A dinâmica de elevação da automação e utilização intensiva e precária do trabalho destrói ocupações intermediárias, imprescindíveis à constituição de trajetórias profissionais com progressão de carreira. Constitui-se um mercado de trabalho no qual se difundem ocupações mais simples, e, ao mesmo tempo, extenuantes, mal remuneradas e desprotegidas. O “novo” trabalho, ainda que só exista graças aos avanços tecnológicos, é rudimentar, intuitivo, autoexplicativo e solitário. O aprendizado ocorre via pequenas bonificações e castigos, materializados em remunerações variáveis, e organizado na lógica da *Gamificação* da vida, onde prazeres e desprazeres efêmeros conduzem o aprendizado e a rotinização da prática profissional. O procedimento intuitivo e *Gamificado* é necessário graças a necessidade de compor a subsistência da vida via um

conjunto diversificado de ocupações que podem não estarem relacionadas. Neste cenário, não é possível a construção de uma carreira, posto que cada período da vida será permeado por um espectro de ocupações distinto.

BIBLIOGRAFIA

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavras, 19 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.
- ALIANÇA Bike. (2019). Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo. São Paulo, Brasil: Aliança Bike.
- ANDRADE DA SILVA, Enid Rocha; BORGES DE MACEDO, Débora Maria; ALVES DE FIGUEIREDO, Marina Morena. Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude; Organização Internacional do Trabalho (OIT); OIT Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015
- ANTUNES, D. J. (2013) Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000 In: Bartelt, Dawid Danilo (org.) A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo Bartelt (org.). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013
- ARON, Raymond. Dezoito lições sobre a sociedade industrial. Brasília: Martins Fontes/UNB, 1981 (1ª edição, 1962) – primeira parte: “sociedade industrial e crescimento”
- ASPLUND, Rita et al. Polarization of the Nordic Labour Markets. Finnish Economic Papers, 2011, vol. 24, issue 2, pages 87-110.
- BAGLIONI, G. “As relações industriais na Europa nos anos 80”. In: Oliveira, C. A. et al (Org.). O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p.49-106.
- BALTAR, P. e outros. Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience. In: Global Labour University Working Papers. Paper nº 9. 2010.
- BALTAR, P. e PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J. (orgs.) Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado. Scritta, São Paulo, 1996.
- BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.) Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. Ed. Unesp, 2003.
- BALTAR, P. Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica. Campinas, SP: Unicamp.IE, 2003.
- BALTAR, P.(2006) et al. Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes, In: DEDECCA, C. & PRONI, M. Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudos dirigido. Campinas, Unicamp. IE / Brasília, DF Ministério do Trabalho e Emprego, Unitrabalho, 2006.
- BALTAR, P.; WENRIQUE, H. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et alli (org.) O mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 1994.
- BALTAR, Paulo Eduardo de A. SOUEN, Jacqueline A; e CAMPOS Guilherme C. de Souza. Emprego e distribuição da renda. In: Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti. Para além da política econômica. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.
- BALTAR. P. LEONE, E. O crescimento com inclusão social e mercado de trabalho com baixos salários. Sevilha: Congresso de Relaciones Laborales, 2016.
- BANCO MUNDIAL. Banco de dados do Banco Mundial. http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2003&start=1981&view=chart&year=2008&year_low_desc=true. Acesso em 15 de setembro de 2016.

- BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. World Bank, 2019. Disponível em: < <https://data.worldbank.org> >. Acesso em: 10 janeiro 2019.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso e HENRIQUE, Wilnês. “Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo”. Campinas: Carta Social e do Trabalho, Cesit, n. 11, jul./set. 2010
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. “Formação do Mercado de Trabalho no Brasil”. In Marco A. Oliveira. Economia e Trabalho. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- BARKER, Colin et al. (2014), "Marxism and Social Movements: An Introduction" in Barker, Colin et al. (eds) Marxism and Social Movements. Leiden: Brill. 1-40.
- BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977 (1ª edição, 1973). Introdução (pp. 15-62), capítulo 2 (pp. 143-190) e Apêndice – “O fim da escassez” e “Cultura e Consciência” (pp. 504-540).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "A internacionalização recente do regime do capital". Campinas: CESIT/IE/UNICAMP - Carta Social e do Trabalho nº 27 – julho/setembro de 2014. (texto apresentado originalmente em Santiago do Chile, na XII Cátedra Raúl Prebisch, no Seminário sobre neoestruturalismo e economia heterodoxa, promovido pela CEPAL em abril de 2013).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O Capital e suas Metamorfoses. São Paulo: UNESP, 2013
- BENFATTI, Andressa. Evolução histórica do trabalho do menor na Europa e no Brasil. Netsaber. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_20042/artigo_sobre_evolucao-historica-do-trabalho-do-menor-na-europa-e-no-brasil. Acessado em 10 de Julho de 2018
- BIANCARELI, A. “A abertura financeira no Brasil: um balanço crítico”. In Carneiro, R. & Marcolino, L. C. Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude, 2010.
- BIAVASCHI, Magda Barros. O direito do trabalho no Brasil - 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. 2005. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286488>>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- BIAVASCHI, Magda e DROPPA, Alison. “A dinâmica da regulamentação da terceirização no Brasil - as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, os projetos de lei e as decisões do Supremo Tribunal Federal”. Revista de Ciências Sociais, n. 41, Outubro de 2014, pp. 121-145.
- BLAU, F. D. & KAHN, L. M. At Home and Abroad: U.S. Labor Market Performance in International Perspective. Russel Sage Foundation, New York, 2002. Cap. 2.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia. 1983
- BRASIL (2013). Secretaria Nacional de Juventude. Agenda Juventude Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1982/1982.pdf>>. Acesso julho 2014
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 10 janeiro 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2000. Disponível em: < Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD>. Acesso em: 10 janeiro 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2000. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> >. Acesso em: 10 janeiro 2019.

- BRASIL. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010 / Conselho Nacional de Juventude. – Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011. 116p.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. & BELLUZZO, L. G. (1977) “Reflexões sobre a crise atual”. In: Belluzzo & Coutinho (1982) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol. II.
- CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. (1998). Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata. (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: UNICAMP. IE, 1998 [1977], V. 1.
- CARDOSO DE MELLO, João M. & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. São Paulo: UNESP/FACAMP, 2009.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. Capitalismo Tardio. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- CARDOSO, Eliana; SOUZA, Andre Portela. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. Vanderbilt University Working Paper No. 04-W07, 2004
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo, Editora UNESP, IE Unicamp, 2002.
- CARVALHO, R. Q (1987).; Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL), Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2017 (LC/PUB.2018/2-P), Santiago, 2018.
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. G. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de ‘Doença Brasileira’, 2017
- DOWBOR, L. 2002. O que acontece com o trabalho? São Paulo. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/08/o-que-acontece-com-o-trabalho-doc.html/>. 2002. Acesso Julho 2016.
- DURYEA, Suzanne; LAM, David; LEVISON, Deborah. Effects of economic shocks on children's employment and schooling in Brazil, Journal of Development Economics, Volume 84, Issue 1, 2007, Pages 188-214
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.
- FERREIRA, Adriana Nunes. Desemprego e teoria macroeconômica. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 231, maio 2014
- FREYSSINET, Jacques. “As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial”. A experiência Europeia. In: Trabalho Flexível, Empregos Precários? Uma comparação Brasil, França, Japão. Nadya Araújo Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita, organizadoras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 25-48.
- FURTADO, C (1972). Análise do “modelo” brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.
- FURTADO, C. O Mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso (1961) “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. In: Bielschowsky, R. “50 anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIMENEZ, Denis M. Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal. São Paulo: Annablume, 2003.
- GIMENEZ, Denis Maracci. Ordem liberal e a questão social no Brasil. São Paulo: LTr, 2008

- GORZ, André. *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Ed. Sistema, 1995. (1ª edição, 1991). Parte I – capítulos I e II; Parte II – capítulo II. ANEXO: “Resumen para sindicalistas y otros militantes de izquierda”.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. Para onde vai a agricultura? Exposição apresentada no seminário. Agricultura Brasileira - Agenda para o amanhã, Brasília, 15 a 18 de Janeiro de 1979
- GUIMARÃES, Nadya. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil”, in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- HOWELL, D. R. “Institutions, Aggregate Demand and Cross-Country Employment Performance: Alternative Theoretical Perspectives and the Evidence”. In: Eckhard Hein and Engelbert Stockhammer (eds.). *A Modern Guide to Keynesian Macroeconomics and Economic Policies* (Elgar), 2013.
- http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_20042/artigo_sobre_evolucao-historica-do-trabalho-do-menor-na-europa-e-no-brasil - Trabalho infantil
- <http://dowbor.org/2006/08/o-que-acontece-com-o-trabalho-doc.html/>. Acesso em 2011.
- HYMAN, R. Europização ou erosão das relações laborais? In ESTANQUE, E. et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005;
- ILO. *World of Work Report 2014: developing with jobs*. ILO, Geneva, 2014. Outlook.
- KALECKI, M. (1960) “O desemprego em países subdesenvolvidos”. In Kalecki. M., *Economias em desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KALLEBERG, A. L. *Good Jobs, Bad Jobs. The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s to 2000s. A Volume in the American Sociological Association's Rose Series in Sociology*. HARDCOVER, 2011. Caps. 1, 2 e 4.
- KERECKI, Marcio e SANTOS, Miguel. “Programa de ação econômica do governo (PAEG): do milagre econômico ao fim do sonho” *Revista Historiador*. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009.
- KREIN, D. e BIAVASCHI, M. As tendências contraditórias. *Revista CENDES*, 2015
- KREIN, José Dari. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- KUPFER, David. Tecnologia e emprego são realmente antagônicos? In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole, 2005.
- LANGONI, C.G. (1973). *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, capítulos 8 e 9.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979
- LOURENÇO, Cleber Luiz. *Características da inserção ocupacional dos jovens*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia - UNICAMP, 2002.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MALAN, P. S. (1979). *Distribuição de Renda e Desenvolvimento: novas evidências e uma tentativa de clarificação da controvérsia*. In: *Dados* nº 21, UFMG, MG.
- MARCUSE, Hebert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARINI, R. M. (1973) “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Civilização Brasileira; Edição: 20ª (13 de outubro de 1998)

- MATTOSO, J. A Desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995
- MATTOSO, J. Trabalho e desigualdade social no final do século XX: Um estudo dos efeitos do esgotamento do padrão de desenvolvimento norte-americano e da emergência da Terceira Revolução Industrial sobre o mundo do trabalho. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 1993.
- MESQUITA, Marcos Roberto. “A inserção dos jovens no mercado de trabalho e o acesso aos direitos trabalhistas no Brasil dos anos 2000. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP. 2011
- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. 1979
- MILLS, C. Wright. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- NUN, José. Marginalidade y participación social: un planteo introductorio. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Sociales. Instituto Torcuato di Tella, 1969.
- NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008.
- OIT - Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world International Labour Office – Geneva, ILO, 2018
- OIT - Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future International Labour Office – Geneva: ILO, 2017
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. < <https://www.ilo.org/brasil/lang-es/index.htm> >. Acesso em: 30 nov. 2018.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Trabalho Decente e Juventude. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2007
- OIT. Relatório Global sobre os Salários 2012/13. Salários e crescimento equitativo. ILO, Genebra, 2013.
- OIT. Tendencias mundiales del empleo 2014. ¿Hacia una recuperación sin creación de empleos? Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2014.
- OIT. Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013. Una generación en peligro. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2013. Resumen ejecutivo.
- OIT. Trabajo Decente y Juventud en América Latina. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2013, 288 p.
- OIT. Trabalho decente e Juventude no Brasil. Brasília: OIT, 2009.
- OIT. World employment and social outlook: Trends 2015 / International Labour Office. – Geneva: ILO, 2015
- OLIVEIRA, C.A. & HENRIQUE, W. (1990) Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. São Paulo em Perspectiva, 4(2): 25-28, abr./jun. São Paulo: SEADE, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].
- OLIVEIRA, T. (2015) Trabalho e padrão de desenvolvimento: Uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, SP: [s.n.], 2015
- OLIVER, B. 2016. “The future of automation and accounting”, in Accounting Today, 15 Dec. 2016. Disponível em <https://www.accountingtoday.com/opinion/the-future-of-automation-and-accounting> - Acessado em 03 de Julho de 2018.
- OSVALDO; PAZ, Pedro. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. México, Siglo Veintiuno, 1973.
- PAMPLONA, J. B. 2001. Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal / Fapesp.
- PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- PINTO, Aníbal (1970) "Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural na América Latina". In: Bielschowsky, op. cit., vol. II, pp. 569-588.
- POCHMANN, Marcio. "Juventude em busca de novos caminhos no Brasil". In: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs.), *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.
- POCHMANN, Marcio. (1994) Trinta anos de políticas salariais. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. (org.). *Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- POCHMANN, Marcio. (2012). *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, Marcio. 2004. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399.
- POCHMANN, Marcio. 2005. Desenvolvimento tecnológico e possibilidades de inclusão social pelo trabalho no Brasil. *Parcerias estratégicas*, nº 20, pp. 235-255. Disponível em: http://www.cgee.org.br/arquivos/p_20_1.pdf. Acesso em 2012.
- POCHMANN, Marcio. A inserção ocupacional e o emprego dos jovens / The occupational insertion and the work to youth. São Paulo; ABET; 1998
- POCHMANN, Marcio. Desigualdade econômica no Brasil. São Paulo: Idéias & Letras, 2015
- Barbosa de Oliveira, Carlos Alonso e Henrique, Wilnês. "Determinantes da pobreza no Brasil". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol. 4, nº 2, 1990.
- POCHMANN, Márcio. Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens. In: DEDECCA, C. (org.). *Coleção ABET – Mercado de Trabalho*, São Paulo, ABET, vol. 6, 1998.
- POCHMANN, Marcio. Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial. In: *Trabalho e formação profissional: juventudes em transição / organizadores, Júnior Macambira, Francisca Rejane Bezerra Andrade; autores, Marcelo Parreira do Amaral ... [et al.]*. – Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.
- POCHMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo – fevereiro de 2007
- PRADO Jr., C. (1957) *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966
- PRONI, M. W. Teorias do desemprego: um guia de estudo. Textos para Discussão, IE, Unicamp, ago. 2015.
- PRONI, Marcelo Weishaupt e RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca. "A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro". In: *Carta Social e do Trabalho*, nº6, Campinas: CESIT / IE / UNICAMP, maio/agosto de 2007.
- PRONI, Marcelo Weishaupt, "Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 825-854, dez. 2013
- PRONI, Marcelo Weishaupt, Leone, Eugenia Troncoso. "Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro". *Regulação do trabalho e instituições públicas – Projeto para o Brasil*, Campinas, 2003
- QUADROS, Waldir, GIMENEZ, Denis Maracci e ANTUNES, Davi. "Afim, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000". In: BARTELT, Dawid (org.) *A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- QUADROS, Waldir. "Paralisia econômica, retrocesso social e eleições". Campinas: IE/UNICAMP (texto para discussão 249) 1/2015.
- RAMALHO, José Ricardo. "Trabalho, Direitos Sociais e Sindicato na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política". In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI,

- Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Orgs.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo, ANPOCS, 2008.
- ROCHA, Sônia. “Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?” Rio de Janeiro: FGV, setembro de 2004.
- RODRÍGUEZ, O. (2009) O Estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Cepal, 2009, caps. 7-8.
- SANTOS, A. Recuperação Econômica e Trabalho no Governo Lula. Campinas, 2011, mimeo. (a ser publicado pela em Coletânea de Livro pela Universidade Nacional Autônoma do México) 2011.
- SARTI, F e HIRATUKA, C. “Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Campinas: IE. Texto para Discussão nº187, 2011.
- SAVAGE, Jon. A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século X X / Jon Savage; tradução de Talita M. Rodrigues. - Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SCHUMPETER, J.A. Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. In: Os Economistas. Editora Nova Cultural Ltda. 1997
- SILVA, A C e CARVALHO, D N. A Integração Do Negro Na Sociedade De Classes: A Resistência Negra Sob Perspectiva Marxista. Revista Brasileira de Educação e Cultura Centro de Ensino Superior de São Gotardo Número I Jan-jun 2010
- SILVA, S. & MIGLIOLI (1979) “Redistribuição: um problema de salários e lucros”. In BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. (orgs.). op. cit.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” In: VELHO, Octávio. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SOUSA, E. As mudanças tecnológicas e o desemprego. São Paulo: PUC – SP, 2013. Dissertação de Mestrado. 2013
- SOUSA, E. J. S. Pensamento neoclássico e mercado de trabalho: fundamentos teóricos por trás da reforma trabalhista. XV Encontro Nacional da ABET, Rio de Janeiro. 2017.
- SOUSA, E. J. S.. O desemprego da juventude no Brasil em crise. JUVENTUDE.BR (CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE), v. 1, p. 66, 2018.
- SOUZA, P .R. ; BALTAR, P. E. (1980) Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. In: SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salários e pobreza. São Paulo: HUCITEC; [CAMPINAS, SP]: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980 [1978].
- SOUZA, P. R. & CUNHA, P.V. (1982) “Política salarial e evolução da estrutura de salários no Brasil”. In Pensamento Iberoamericano, n. 2, jul. dez. 1982, Madri (reproduzido em Quem paga a conta?)
- STREECK, Wolfgang. Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Actual, 2013.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. São Paulo, Fórum, 1974
- TAUIL, Rafael. Florestan Fernandes: questão racial e democracia In: Revista Florestan, Dossiê: Florestan Fernandes Ano 01 – Número 01 – Maio/2014
- TAVARES, Conceição. substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972
- TAVARES, M. C. & Miranda, J. C. (1999) “Brasil: estratégias da conglomeração”. In: Fiori, José L. (org.) Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, M. C. & Serra, J. (1970) “Além da estagnação”. In Tavares, M.C. (1972) op. cit.
- BELLUZZO, L. (1973) “Distribuição de renda: uma visão da controvérsia”. In Tolipan & Tinelli (1978) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- TAVARES, M. C. & Souza, P.R. (1981) “Emprego e salários na indústria: o caso brasileiro”. In: *Revista de Economia Política* 1(1), pp. 3-29, jan./mar. 1981.
- TAVARES, M. C. (1980) *Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardíos y periféricos*. Rio de Janeiro: TD, N. 94, maio/1986.
- TAVARES, M. C. (1971) “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente”. In: Tavares, M.C. (1972) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editô, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.217-237
- TOYOSHIMA, S. H. Progresso técnico, desemprego tecnológico e crescimento econômico: janelas de oportunidades para a economia brasileira no final da década de 90. Tese de Doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 1997
- VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. *Correspondentes bancários e terceirização: o subterrâneo das relações de trabalho no setor financeiro no Brasil*. 2018. 1 recurso online (236 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331802>>. Acesso em: 3 set. 2018.
- VENTURI, Gustavo e TORINI, Danilo. *Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*; Organização Internacional do Trabalho. - Genebra: OIT, 2014
- WELTERS, Ângela. *Os filhos adolescentes e o mercado de trabalho: uma análise do perfil sócio-econômico, familiar e de gênero dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Campinas: UNICAMP, 2009.
- WICKERT, Luciana Fim. *Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego*. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2006, vol.26, n.2, pp.258-269. ISSN 1414-9893. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200008>.
- WRIGHT MILLS, C. *A Nova Classe Média: White Collar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979 (1ª edição, 1951).